

Revista NERA

n. 57
Dossiê



NERA- Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária

MOVIMENTOS SOCIOESPACIAIS E SOCIOTERRITORIAIS DA AMÉRICA LATINA: UMA APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ DO ENCONTRO LATINO-AMERICANO DE MOVIMENTOS SOCIOESPACIAIS E MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS (I ELAMSS)

Marcia Arteaga Pertuz e Bernardo Mançano Fernandes

MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS EM PERSPECTIVA COMPARADA

Sam Halvorsen, Bernardo Mançano Fernandes e Fernanda Valeria Torres

UMA GEOGRAFIA (I)MATERIAL VOLTADA PARA A PRÁXIS TERRITORIAL POPULAR E DESCOLONIAL

Marcos Aurelio Saquet

MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS NA LUTA CONTRA ESTRANGEIRIZAÇÃO DO TERRITÓRIO: O CASO DA LIGA NACIONAL DE CARPEROS NO PARAGUAI

Lorena Izá Pereira

QUANDO NASCE UMA MÃE E SUA LUTA POR TODOS: BREVE ANÁLISE SOBRE A FORMAÇÃO DO MOVIMENTO NACIONAL CAMPESINOÍNDIGENA (MNCI) NA ARGENTINA

José Sobreiro Filho

MOBILIZAÇÕES A FAVOR E CONTRA A RESERVA EXTRATIVISTA DO LITORAL SUL DE SERGIPE

Dalva Maria da Mota, Amintas da Silva Júnior e Heribert Schmitz

HISTÓRIA E LUTAS DA TERRITORIALIZAÇÃO DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS DE MINAS GERAIS

Renata Rocha Gadelha

A ESCOLA NACIONAL FLORESTAN FERNANDES: TERRITÓRIO DE RESISTÊNCIA IMATERIAL DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS

Rodrigo Simão Camacho

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST): NARRATIVAS, MEMÓRIAS E HISTÓRIAS NA LUTA PELA TERRA

Cristian da Cruz Chiabotto e Rosangela Montagner

LOS MOVIMIENTOS SOCIO-TERRITORIALES EMERGEN DEL TERRITORIO Y CONSTRUYEN NUEVOS PROYECTOS DE DESARROLLO TERRITORIAL

Gerson Antonio Barbosa Borges

AGROECOLOGIA E REFORMA AGRÁRIA: REFLEXÕES A PARTIR DAS EXPERIÊNCIAS DO ACAMPAMENTO HERDEIROS DA TERRA DE 1º DE MAIO – PARANÁ

Juliana Cristina de Mello, Roberto Antônio Finatto e Márcio Freitas Eduardo

JUVENTUDE CAMPONESA NA LUTA PELA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO CEARÁ, BRASIL

Alexandra Maria de Oliveira

RESENHA: LA CUESTIÓN AGRARIA Y LOS GOBIERNOS DE IZQUIERDA EN AMÉRICA LATINA: CAMPESINOS, AGRONEGOCIO Y NEODESARROLLISMO

Fernanda Aparecida Matheus

MEMORIAS FOTOGRÁFICAS: LOS MOVIMIENTOS CAMPESINOS COMO PRODUCTORES DE ESPACIO Y TERRITORIO. LA CARTOGRAFÍA SOCIAL EN LA REGIÓN SEMI-ÁRIDA Y HÚMEDA DEL CHACO ARGENTINO

Pablo Nicolás Barbetta e Diego Ignacio Domínguez

MEMÓRIAS FOTOGRÁFICAS: COMUNIDADES TRADICIONAIS, TRABALHO E TURISMO NO CONTEXTO LATINO-AMERICANO E CARIBENHO: ELEMENTOS PARA COMPREENDEREMOS AS RELAÇÕES DIALÉTICAS DE RESISTÊNCIAS NOS TERRITÓRIOS DE MANAUS (BRASIL), VALE SAGRADO (PERU) E VALE DOS VIÑALES (CUBA)

Roberson da Rocha Buscioli e Lara Dalperio Buscioli

MEMÓRIAS FOTOGRÁFICAS: TERRA, CAPITAL, TRABALHO: DAS MÃOS QUE TECEM TERRITÓRIOS DE VIDA, LUTA E RESISTÊNCIA AOS IMPACTOS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Jhonatas Ramos Macario de Araújo

2021



Revista NERA nº. 57

<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera>

EDITORES

**Camila Ferracini Origuéla
Estevan Leopoldo de Freitas Coca
Lorena Izá Pereira**

CONSELHO EDITORIAL

**Antonio Augusto Rossotto Ioris
Bernardo Mançano Fernandes
Eduardo Paulon Girardi
Hannah Wittman
Wendy Wolford**

ORGANIZADORES DO DOSSIÊ

**Marcia Arteaga Pertuz
Bernardo Mançano Fernandes**

**NERA
Núcleo de Estudos,
Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
2021**

Revista NERA (RNERA) nº. 57

EDITORES

Camila Ferracini Origuéla
Estevan Leopoldo de Freitas Coca
Lorena Izá Pereira

CONSELHO EDITORIAL

Antonio Augusto Rossoto Ioris
Bernardo Mançano Fernandes
Eduardo Paulon Girardi
Wendy Wolford
Hannah Wittman

ORGANIZADORES DO DOSSIÊ

Marcia Arteaga Pertuz
Bernardo Mançano Fernandes

DIAGRAMAÇÃO

Marcia Arteaga Pertuz
Lorena Izá Pereira
Lucas Brito

CONSELHO CIENTÍFICO

Acácio Zuniga Leite – UnB (Brasília, DF, Brasil)
Antonio Augusto Rossotto Ioris – Cardiff University (Cardiff, País de Gales)
Adriano Rodrigues de Oliveira – UFG (Goiânia, GO, Brasil)
Ana Carolina Gonçalves Leite – UFPE (Recife, PE, Brasil)
Ana Domínguez Sandoval – UDELAR (Montevidéu, Uruguai)
Ana Rute do Vale – UNIFAL-MG (Alfenas, MG, Brasil)
Carlos Alberto Feliciano – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Carolina Russo Simon – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Cassio Arruda Boechat – UFES (Vitória, ES, Brasil)
Daniela Pessoa de Goes Calmon – International Institute of Social Studies (The Hague, Holanda)
Danilo Borja – University of Calgary (Calgary, Canadá)
Débora Assumpção e Lima – UNICAMP (Campinas, SP, Brasil)
Djoni Roos – UNIOESTE (Mal. Cândido Rondon, PR, Brasil)
Douglas Cristian Coelho – UNIOESTE (Mal. Cândido Rondon, PR, Brasil)
Elieni Constantino Gonçalves – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Erick Gabriel Jones Kluck – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Eraldo da Silva Ramos Filho – UFS (Aracaju, SE, Brasil)
Evandro César Clemente – UFG (Jataí, GO, Brasil)
Fábio Teixeira Pitta – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Facundo Martín – UNCUYO, (Mendoza, Argentina)
Fernando Mendonça Heck – IFSP (Tupã, SP, Brasil)
Flamarion Dutra Alves – UNIFAL-MG (Alfenas, MG, Brasil)
Francilane Eulália de Souza – UEG (Formosa, GO, Brasil)
Francisco Hidalgo Flor – Universidad Central del Ecuador (Quito, Pichincha, Equador)
Flavio Bladimir Rodríguez Muñoz – Universidad Externado de Colômbia (Bogotá, Cundinamarca, Colômbia)
Gláucio Marafon – UERJ (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)
Hannah Wittman – UBC (Vancouver, British Columbia, Canadá)
Hervé Théry – USP (São Paulo, SP, Brasil) e CNRS (França)
Humberto Tommasino – UDELAR (Montevidéu, Uruguai)
Isaiás Tobasura Acuña – Universidad de Caldas (Manizales, Caldas, Colômbia)
Jacob Binsztok – UFF (Niterói, RJ, Brasil)
Janaina Francisca de Souza Campos Vinha – UFTM (Uberaba, MG, Brasil)
João Cleps Júnior – UFU (Uberlândia, MG, Brasil)
João Edmilson Fabrini – UNIOESTE (Mal. Cândido Rondon, PR, Brasil)
João Rua – UERJ (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)
José Antonio Segrelles Serrano – Universidad de Alicante (Alicante, Espanha)
José Carlos Dantas – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
José Sobreiro Filho – UFPA (Belém, PA, Brasil)
Juliana Grasiéli Bueno Mota – UFGD (Dourados, MS, Brasil)
Juscelino Eudâmidas Bezerra – UnB (Brasília, DF, Brasil)
Leandro Vieira Cavalcante – UFRN (Natal, RN, Brasil)
Lindberg Nascimento Júnior – UFSC (Florianópolis, SC, Brasil)
Luciano Concheiro Borquez - UAM-X (Cidade do México, Distrito Federal, México)
Luis Daniel Hocsman - Universidad Nacional de Córdoba (Córdoba, Argentina)
Luis Felipe Rincón Manrique – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Marcelo Gomes Justo – UNESP (São Paulo, SP, Brasil)
Márcio Freitas Eduardo – UFFS (Erechim, RS, Brasil)
Marco Antonio Mitidiero Junior – UFPB (João Pessoa, PB, Brasil)
Margarida de Cássia Campos – UEL (Londrina, PR, Brasil)
Maria Clara Salim Cerqueira – UFMG (Belo Horizonte, Brasil)
Marta Beatriz Chiappe Hernández – UDELAR (Montevidéu, Uruguai)

Mateus de Almeida Prado Sampaio – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
 Matías Carámbula Pareja – UDELAR (Montevideu, Uruguai)
 Michele Linder – UFRGS (Porto Alegre, RS, Brasil)
 Mônica Shicavinatto – UNESP (São Paulo, SP, Brasil)
 Munir Jorge Felício – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
 Neli Aparecida de Mello – USP (São Paulo, SP, Brasil)
 Omar Angel Arach – Universidad Nacional de Córdoba (Córdoba, Argentina)
 Onélia Carmem Rossetto – UFMT (Cuiabá, MT, Brasil)
 Oscar Bazoberry Chali – UMSA (La Paz, Bolívia)
 Raul Paz – UNSE (Santiago Del Estero, Argentina)
 Rodrigo Simão Camacho – UFGD (Dourados, MS, Brasil)
 Roni Mayer Lomba – UNIFAP (Amapá, AP, Brasil)
 Samuel Frederico – UNESP (Rio Claro, SP, Brasil)
 Sedeval Nardoque – UFMS (Três Lagoas, MS, Brasil)
 Sílvia Aparecida de Sousa Fernandes – UNESP (Marília, SP, Brasil)
 Thaís Tartalha do Nascimento Lombardi – UFABC (São Bernardo do Campo, SP, Brasil)
 Thiago Araújo Santos – UFMS (Três Lagoas, MS, Brasil)
 Valdemar João Wesz Junior – UNILA (Foz do Iguaçu, PR, Brasil)
 Valmir José Valério – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
 Víctor Martín Martín – Universidad de La Laguna (Espanha)
 Virgínia Marina Rossi Rodriguez – UDELAR (Paysandú, Uruguai)
 Wendy Wolford – Cornell University (Ithaca, New York, Estados Unidos da América)
 Wilder Robles – Brandon University (Brandon, Canadá)

CAPA

Lucas Pauli – USP (São Paulo, Brasil)

Revista NERA

Indexada por

Distribuída por



Ficha Catalográfica

Revista NERA. A.1, n. 1, 1998. Presidente Prudente: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/UNESP.

1998 – ano 1, nº. 1, nº. 2	2015 – ano 18, nº 29
1999 – interrompida	2016 – ano 19, nº 30
2000 – ano 3, nº. 3	2016 – ano 19, nº31
2001 – interrompida	2016 – ano 19, nº32, Dossiê
2002 – interrompida	2016 – ano 19, nº33
2003 – interrompida	2017 – ano 20, nº34, Dossiê
2004 – ano 7, nº. 4	2017 – ano 20, nº35
2004 – ano 7, nº. 5	2017 – ano 20, nº36, Dossiê
2005 – ano 8, nº. 6	2017 – ano 20, nº37
2005 – ano 8, nº. 7	2017 – ano 20, nº38, Dossiê
2006 – ano 9, nº. 8	2017 – ano 20, nº39, Dossiê
2006 – ano 9, nº. 9	2017 – ano 20, nº 40
2007 – ano 10, nº. 10	2018 – ano 21, nº 41
2007 – ano 10, nº. 11	2018 – ano 21, nº 42, Dossiê
2008 – ano 11, nº. 12	2018 – ano 21, nº 43
2008 – ano 11, nº. 13	2018 – ano 21, nº 44
2009 – ano 12, nº. 14	2018 – ano 21, nº 45, Dossiê
2009 – ano 12, nº. 15	2019 – ano 22, nº 46
2010 – ano 13, nº. 16	2019 – ano 22, nº 47, Dossiê
2010 – ano 13, nº. 17	2019 – ano 22, nº 48, Dossiê
2011 – ano 14, nº. 18	2019 – ano 22, nº 49
2011 – ano 14, nº. 19	2019 – ano 22, nº 50
2012 – ano 15, nº. 20	2020 – ano 23, nº 51
2012 – ano 15, Dossiê	2020 – ano 23, nº 52 – Dossiê
2012 – ano 15, nº. 21	2020 – ano 23, nº 53
2013 – ano 16, nº. 22	2020 – ano 23, nº 54 – Dossiê
2013 – ano 16, nº. 23	2020 – ano 23, nº 55
2014 – ano 17, nº. 24	2021 – ano 24, nº 56
2014 – ano 17, nº. 25	2021 – ano 24, nº 57 – Dossiê
2015 – ano 18, nº 26, Dossiê	Quadrimestral
2015 – ano 18, nº 27	ISSN 1806-6755
2015 – ano 18, nº 28, Dossiê	

1. Geografia - Periódicos - Grupo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária - FCT/Unesp

ENDEREÇO

Rua Roberto Simonsen, 305, Centro Educacional, 19.060-900, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil
 FCT/UNESP – Bloco Docente I – Sala 19
 Fone: (18) 3229-5388 – Ramal: 5552

Site: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera> - e-mail: revistanera@fct.unesp.br

Sumário

	MOVIMENTOS SOCIOESPACIAIS E SOCIOTERRITORIAIS DA AMÉRICA LATINA: UMA APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ DO I ENCONTRO LATINO-AMERICANO DE MOVIMENTOS SOCIOESPACIAIS E MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS (I ELAMSS)
09	THE SOCIOTERRITORIAL AND SOCIOESPATIAL MOVEMENTS OF LATIN AMERICA: A PRESENTATION OF THE DOSSIER OF THE 1ST LATIN AMERICAN MEETING OF SOCIOESPATIAL MOVEMENTS SOCIOTERRITORIAL MOVEMENTS (I ELAMSS)
	MOVIMIENTOS SOCIOTERRITORIALES Y SOCIOESPACIALES DE AMÉRICA LATINA: UNA PRESENTACIÓN DEL DOSSIER DEL I ENCUENTRO LATINOAMERICANO DE MOVIMIENTOS SOCIOESPACIALES Y MOVIMIENTOS SOCIOTERRITORIALES (I ELAMSS)
	Marcia Arteaga Pertuz e Bernardo Mançano Fernandes
	MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS EM PERSPECTIVA COMPARADA
24	SOCIOTERRITORIAL MOVEMENTS IN COMPARATIVE PERSPECTIVE
	MOVIMIENTOS SOCIOTERRITORIALES EN PERSPECTIVA COMPARADA
	Sam Halvorsen, Bernardo Mançano Fernandes e Fernanda Valeria Torres
	UMA GEOGRAFIA (I)MATERIAL VOLTADA PARA A PRÁXIS TERRITORIAL POPULAR E DESCOLONIAL
54	A (IM)MATERIAL GEOGRAPHY FOCUSED ON POPULAR AND DECOLONIAL TERRITORIAL PRAXIS
	UNA GEOGRAFÍA (IN)MATERIAL CENTRADA EN LA PRAXIS TERRITORIAL POPULAR Y DECOLONIAL
	Marcos Aurelio Saquet
	MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS NA LUTA CONTRA ESTRANGEIRIZAÇÃO DO TERRITÓRIO: O CASO DA LIGA NACIONAL DE CARPEROS NO PARAGUAI
79	SOCIOTERRITORIAL MOVEMENTS IN THE STRUGGLE AGAINST FOREIGNIZATION OF THE TERRITORY: THE CASE OF THE LIGA NACIONAL DE CARPEROS IN PARAGUAY
	MOVIMIENTOS SOCIOTERRITORIALES EN LA LUCHA CONTRA EXTRANJERIZACIÓN DEL TERRITORIO: EL CASO DE LA LIGA NACIONAL DE CARPEROS EN PARAGUAY
	Lorena Izá Pereira

QUANDO NASCE UMA MÃE E SUA LUTA POR TODOS: BREVE ANÁLISE SOBRE A FORMAÇÃO DO MOVIMENTO NACIONAL CAMPESINO INDÍGENA (MNCI) NA ARGENTINA

104 WHEN THE MOTHER IS BORN AND HIS STRUGGLE FOR "ALL": A BRIEF ANALYSIS ON THE FORMATION OF THE NATIONAL PEASANT INDIGENOUS MOVEMENT (MNCI) IN ARGENTINA

CUANDO NACE UNA MADRE Y SU LUCHA POR TODOS: BREVE ANÁLISIS SOBRE LA FORMACIÓN DEL MOVIMIENTO NACIONAL CAMPESINO INDÍGENA (MNCI) EN ARGENTINA

José Sobreiro Filho

MOBILIZAÇÕES A FAVOR E CONTRA A RESERVA EXTRATIVISTA DO LITO SUL DE SERGIPE

127 MOBILIZATIONS FOR AND AGAINST THE *RESERVA EXTRATIVISTA LITORAL SUL* OF SERGIPE

MOVILIZACIONES A FAVOR Y EN CONTRA DE LA RESERVA EXTRACTIVISTA LITORAL SUR DE SERGIPE

Dalva Maria da Mota, Amintas da Silva Júnior e Heribert Schmitz

HISTÓRIA E LUTAS DA TERRITORIALIZAÇÃO DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS DE MINAS GERAIS

158 HISTORY AND STRUGGLES OF TERRITORIALIZATION OF THE MOVEMENT OF PEASANT WOMEN IN MINAS GERAIS

HISTORIA Y LUCHAS DE TERRITORIALIZACIÓN DEL MOVIMIENTO DE MUJERES CAMPESINAS EN MINAS GERAIS

Renata Rocha Gadelha

A ESCOLA NACIONAL FLORESTAN FERNANDES: TERRITÓRIO DE RESISTÊNCIA IMATERIAL DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS

185 THE FLORESTAN FERNANDES NATIONAL SCHOOL: TERRITORY IMMATERIAL RESISTANCE OF SOCIO-TERRITORIAL MOVEMENTS

LA ESCUELA NACIONAL FLORESTAN FERNANDES: TERRITORIO DE RESISTENCIA INMATERIAL DE LOS MOVIMIENTOS SOCIO-TERRITORIALES

Rodrigo Simão Camacho

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST): NARRATIVAS, MEMÓRIAS E HISTÓRIAS NA LUTA PELA TERRA

210 THE LANDLESS RURAL WORKERS' MOVEMENT (MST): NARRATIVES, MEMORIES AND STORIES IN THE STRUGGLE FOR LAND

EL MOVIMIENTO DE TRABAJADORES RURALES SIN TIERRA

(MST): NARRATIVAS, MEMORIAS E HISTORIAS EN LA LUCHA POR LA TIERRA

Cristian da Cruz Chiabotto e Rosangela Montagner

LOS MOVIMIENTOS SOCIO-TERRITORIALES EMERGEN DEL TERRITORIO Y CONSTRUYEN NUEVOS PROYECTOS DE DESARROLLO TERRITORIAL

232 OS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS EMERGEM DO TERRITÓRIO E CONSTROEM NOVOS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

SOCIO-TERRITORIAL MOVEMENTS EMERGE FROM THE TERRITORY AND BUILD NEW TERRITORIAL DEVELOPMENT PROJECTS

Gerson Antonio Barbosa Borges

AGROECOLOGIA E REFORMA AGRÁRIA: REFLEXÕES A PARTIR DAS EXPERIÊNCIAS DO ACAMPAMENTO HERDEIROS DA TERRA DE 1º DE MAIO – PARANÁ

255 AGROECOLOGY AND LAND REFORM: REFLECTIONS IN RELIANCE ON EXPERIENCES AT HERDEIROS DA TERRA DE 1º DE MAIO – PARANÁ

AGROECOLOGÍA Y REFORMA AGRARIA: REFLEXIONES A PARTIR DE LAS EXPERIENCIAS DEL CAMPAMENTO HERDEIROS DA TERRA DE 1º DE MAIO – PARANÁ

Juliana Cristina de Mello, Roberto Antônio Finatto e Márcio Freitas Eduardo

JUVENTUDE CAMPONESA NA LUTA PELA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO CEARÁ, BRASIL

283 PEASANT YOUTH IN THE STRUGGLE FOR PUBLIC EDUCATION IN CEARÁ, BRAZIL

JUVENTUD CAMPESINA EN LA LUCHA POR LA EDUCACIÓN PÚBLICA EN CEARÁ, BRASIL

Alexandra Maria de Oliveira

RESENHA: LA CUESTIÓN AGRARIA Y LOS GOBIERNOS DE IZQUIERDA EN AMÉRICA LATINA: CAMPESINOS, AGRONEGOCIO Y NEODESARROLLISMO

302

Fernanda Aparecida Matheus

MEMORIAS FOTOGRÁFICAS: LOS MOVIMIENTOS CAMPESINOS COMO PRODUCTORES DE ESPACIO Y TERRITORIO. LA CARTOGRAFÍA SOCIAL EN LA REGIÓN SEMI-ÁRIDA Y HÚMEDA DEL CHACO ARGENTINO

307

MOVIMENTOS CAMPONESES COMO PRODUTORES DE

ESPAÇO E TERRITÓRIO. MAPEAMENTO SOCIAL NO SEMI-ÁRIDO E ÚMIDO DO CHACO ARGENTINO

PEASANT MOVEMENTS AS PRODUCERS OF SPACE AND TERRITORY. SOCIAL CARTOGRAPHY IN THE SEMI-ARID AND HUMID REGION OF THE ARGENTINE CHACO

Pablo Nicolás Barbetta e Diego Ignacio Domínguez

MEMÓRIAS FOTOGRÁFICAS: COMUNIDADES TRADICIONAIS, TRABALH TURISMO NO CONTEXTO LATINO-AMERICANO E CARIBENHO: ELEMENTO PARA COMPREENDERMOAS AS RELAÇÕES DIALÉTICAS DE RESISTÊNCIAS NOS TERRITÓRIOS DE MANAUS (BRASIL), VALE SAGRADO (PERU) E VALE DOS VIÑALES (CUBA)

315 TRADITIONAL COMMUNITIES, WORK AND TOURISM IN THE LATIN AMERICAN AND CARIBBEAN CONTEXT: ELEMENTS TO UNDERSTAND THE DIALECTICAL RELATIONS OF RESISTANCE IN THE TERRITORIES OF MANAUS (BRAZIL), VALE SAGRADO (PERU) AND VALE DOS VIÑALES (CUBA)

COMUNIDADES TRADICIONALES, TRABAJO Y TURISMO EN EL CONTEXTO LATINOAMERICANO Y CARIBEÑO: ELEMENTOS PARA COMPRENDER LAS RELACIONES DIALÉCTICAS DE RESISTENCIA EN LOS TERRITORIOS DE MANAUS (BRASIL), VALE SAGRADO (PERÚ) Y VALE DOS VIÑALES (CUBA)

Roberson da Rocha Buscioli e Lara Dalperio Buscioli

MEMÓRIAS FOTOGRÁFICAS: TERRA, CAPITAL, TRABALHO: DAS MÃOS QUE TECEM TERRITÓRIOS DE VIDA, LUTA E RESISTÊNCIA AOS IMPACTOS DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

327 LAND, CAPITAL, LABOUR: FROM THE HANDS THAT WEAVE PLACES OF RESIDENCE, STRUGGLE AND RESILIENCE TO IMPACTS ON ECONOMIC DEVELOPMENT

TIERRA, CAPITAL, TRABAJO: DE LAS MANOS QUE TEJEN TERRITORIOS DE LA VIDA, LUCHA Y RESISTENCIA A LOS IMPACTOS DEL DESARROLLO ECONÓMICO

Jhonatas Ramos Macario de Araújo

COMPÊNDIO DE AUTORES

335 COMPENDIUM AUTHORS

COMPENDIO DE AUTORES

COMPÊNDIO DE EDIÇÕES

369 COMPENDIUM EDITIONS

COMPENDIO EDICIONES

Movimentos socioespaciais e socioterritoriais da América Latina: uma apresentação do dossiê do I Encontro Latino-americano de Movimentos Socioespaciais e Movimentos Socioterritoriais (I ELAMSS)

Marcia Arteaga Pertuz

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Presidente Prudente, São Paulo, Brasil.
e-mail: arteaga.pertuz@gmail.com

Bernardo Maçano Fernandes

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Presidente Prudente, São Paulo, Brasil.
e-mail: mancano.fernandes@unesp.br

Resumo

Este dossiê traz um registro histórico do I Encontro Latino-americano de Movimentos Socioespaciais e Movimentos Socioterritoriais (I ELAMSS). Além de apresentar alguns dos trabalhos apresentados no evento e os aprovados no processo seletivo do edital da Revista NERA, incluímos um breve histórico deste evento científico e da construção dos conceitos aqui estudados. Esta publicação possibilita ao leitor conhecer temas debatidos no I ELAMSS, sua história e os debates teóricos. Há mais de vinte anos os estudos sobre movimentos na geografia mudaram, com a construção de um método autônomo que criou conceitos originais e dialogou com os conceitos da sociologia, destacando as diferenças de análises com a geografia. A construção de um pensamento original tem sido a marca das pesquisadoras e dos pesquisadores que formam a REDE DATALUTA e a rede de pesquisa internacional que estudam as ações dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais na América Latina e em outros continentes. Além das escadas local, nacional e internacional de estudos dos movimentos, também ampliamos os espaços e acompanhamos suas ações no campo, na cidade, na floresta e na água. E nestes espaços, trabalhamos com uma tipologia em movimento e uma temática que se faz durante a transformação das realidades.

The Socioterritorial and socioespacial movements of Latin America: a presentation of the dossier of the 1st Latin American Meeting of Sociospatial Movements and Socioterritorial Movements (I ELAMSS)

Abstract

This dossier contains a historical record of the 1st Latin American Meeting of Socio-spatial Movements and Socioterritorial Movements (I ELAMSS). In addition to presenting some of the works approved in the selection process of the NERA Magazine call for proposals, we have included a brief history of this scientific event and the construction of the concepts studied here. This publication allows the reader to get to know topics discussed at IELAMSS, its history, and theoretical debates. Over twenty years ago, studies on movements in geography changed, with the construction of an autonomous method that created original concepts and dialogue with the concepts of sociology, highlighting the differences in analysis with geography. The construction of original thought has been the hallmark of the researchers and researchers that form the REDE DATALUTA and the international research network that study

the actions of socio-spatial and socio-territorial movements in Latin America and other continents. In addition to the local, national, and international stairs for the study of movements, we have also expanded the spaces and monitor their actions in the countryside, in the city, in the forest, and the water. And in these spaces, we work with a typology in motion and a theme that is done during the transformation of realities

Movimientos socioterritoriales y socioespaciales de América Latina: una presentación del dossier del I Encuentro Latinoamericano de Movimientos Socioespaciales y Movimientos Socioterritoriales (I ELAMSS)

Resumen

Este dossier trae un registro histórico del I Encuentro Latinoamericano de Movimientos socioespaciales y socioterritoriales (I ELAMSS). Además de presentar algunos de los trabajos presentados en el eventos y algunos aprobados en la convocatoria de la Revista NERA, incluimos un breve histórico de dicho evento científico y de la construcción de los conceptos en él estudiados. Esta publicación posibilita al lector conocer los temas debatidos en el I ELAMSS, su historia y debates teóricos. Hace más de veinte años los estudios de movimientos en la geografía cambiaron con la construcción de un método autónomo que creó conceptos originales y estableció un diálogo con los conceptos de la sociología, destacando las diferencias de análisis de la geografía frente a esta. La construcción de un pensamiento original ha sido el distintivo de las investigadoras e investigadores que forman la RED DATALUTA y la red de investigación internacional, quienes estudian las acciones de los movimientos socioespaciales y socioterritoriales en América Latina y en otros continentes. Además de las escalas local, nacional e internacional de los estudios de movimientos, también ampliamos los espacios y acompañamos sus acciones en el campo, la ciudad, la floresta y el agua. Y es en estos espacios, que trabajamos con una tipología en movimiento y una temática que se construye durante la transformación de las realidades.

Introdução

Esta apresentação está organizada em três partes. Começamos com um breve histórico do Encontro Latino-americano de Movimentos Socioespaciais e Movimentos Socioterritoriais (IELAMSS), afinal este artigo é uma oportunidade para registrar esse evento e as histórias das pesquisas realizadas, bem como oferecer referências para uma melhor compreensão de um processo que construção do conhecimento que envolve ideias e pessoas de vários países e de diversas áreas do conhecimento. Consideramos fundamental apresentar uma breve leitura do processo de construção conceitual na segunda parte para iniciar um debate com todas e todos que contribuem com a construção dos conceitos de movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais. Em seguida fazemos uma apresentação dos artigos que compõem este dossiê.

Com essa apresentação, este dossiê registra uma jornada de mais de vinte anos de pesquisa, registra alguns dos trabalhos que ajudaram na construção conceitual e na teoria

dos movimentos a partir da produção espacial e territorial. Mostra também que esse tema tornou-se um projeto de pesquisa de uma rede internacional que tem como base a experiência da REDE DATALUTA Brasil. Esta rede de pesquisa internacional está entre as melhores redes e é uma referência importante para a Geografia e a Sociologia. A análise multiescalar e multidimensional possibilitou ampliar as temáticas e a diversidade de tipos de movimentos, de modo que atuamos praticamente em todas as frentes de pesquisa sobre as ações dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais. Os estudos das conflitualidades nas disputas por espaços, territórios e modelos de desenvolvimento tornaram-se as principais referências dos nossos projetos.

Construindo o ELAMSS

A ideia do I Encontro Latino-americano de Movimentos Socioespaciais e Movimentos Socioterritoriais (IELAMSS) nasceu em um café na cidade de Buenos Aires, em novembro de 2017, proposta pela professora Fernanda Torres da Universidad Nacional de La Plata. Em 2012, ela havia realizado um estágio de pós-doutorado na Universidade Estadual Paulista (UNESP), quando debatemos sobre as identidades de nossas pesquisas a respeito de movimentos de movimentos sociais, socioespaciais e socioterritoriais. Em abril de 2017, o professor Bernardo Mançano havia conhecido o Professor Sam Halvorsen da Queen Mary University of London (QMUL), no Congresso Internacional das Associações de Estudos Latinos-americanos em Lima, o que promoveu conversas sobre o quão próximas eram suas análises teóricas. Ele também conhecia Fernanda e juntos decidiram organizar o I ELAMSS em São Paulo, no mês de janeiro de 2019, que aconteceu no Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI/UNESP) e na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

O I ELAMSS foi realizado nos dias 29 a 31 de janeiro de 2019 pela UNESP, UNLP, Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO) e a Universidade Federal do Pará (UFPA) e contou do apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Cátedra UNESCO de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial e da UNESP¹. Reunimos pesquisadoras e pesquisadores, coordenadores e coordenadoras de diversos movimentos da América Latina e de outros continentes em mesas redondas (com convidados das universidades e movimentos) e sessões de comunicações (com inscritos das universidades e movimentos) organizadas em quatro linhas temáticas:

¹ Disponível em: <https://socioterritorial20.wixsite.com/meusite>

1. Teorias dos espaços, territórios e movimentos;
2. Teorias dos movimentos sociais, socioespaciais e socioterritoriais;
3. Ações de movimentos socioespaciais e socioterritoriais rurais e urbanos, locais, regionais, nacionais e mundiais, de distintas tendências políticas e diferentes temas sociais;
4. Atualidade do processo de construção do conhecimento sobre movimentos sociais, socioespaciais, socioterritoriais e ativismos.

O IELAMSS teve 15 mesas redondas, sendo três das linhas 1, 2 e 4 e suas respectivas sessões de comunicações. A linha 3 - Ações de movimentos socioespaciais e socioterritoriais rurais e urbanos, locais, regionais, nacionais e mundiais, de distintas tendências políticas e diferentes temas sociais foi realizada em 12 mesas redondas e diversas sessões de comunicações sobre diversos tipos de movimentos:

- 3.1 Movimentos Indígenas
- 3.2 Movimentos Camponeses
- 3.3 Movimento Negro - Movimentos Quilombolas – Populações tradicionais e agentes de mediação
- 3.4 Movimentos de Atingidos por Barragens e por Mineração
- 3.5 Movimentos Sem Teto, Movimentos de bairros e ativismos sociais
- 3.6 Movimentos de gênero, feministas, LGBT
- 3.7 Movimentos de migrantes
- 3.8 Movimentos de juventude
- 3.9 Movimentos de agroecologia
- 3.10 Movimentos de Saúde
- 3.11 Movimentos de Educação
- 3.12 Movimentos socioespaciais e socioterritoriais de direita e de esquerda

Das mesas e sessões resultaram várias contribuições e decidimos por organizar um dossiê do I ELAMSS. A Revista NERA abriu um edital sobre o tema do dossiê e recebeu mais contribuições que foram selecionadas e enviadas para pareceristas. Os textos aprovados estão sendo publicados em dois dossiês sobre o I ELAMSS, este é o primeiro. O processo de recebimento e seleção dos artigos é intenso e exige muita atenção e trabalho de uma equipe que está se dedicando à publicação de dois dossiês. Neste tempo, organizamos o II ELAMSS na Universidad de La Plata (UNLP), de 9 a 19 de março de 2021, que contou com o apoio da UNLP, Instituto de Investigaciones Gino Germani (IIGG-UBA), Instituto de Geografía Romualdo Ardissonne (IIGEO-UBA), Asociación Civil por la Igualdad y la Justicia

(ACIJ), UNESP, UFPA), Universidade Federal de Alfenas (UFAL-MG), Universidade Federal de Sergipe (UFS), Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Queen Mary University of London (QMUL), CLACSO, Latin American Geographies-United Kingdom (LAG-UK), London School of Economics (LSE), Cátedra UNESCO de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial e REDE DATALUTA². A pandemia nos levou a organizar o evento virtualmente. Esta condição possibilitou manter um acervo de falas das universidades e dos movimentos para estudos, que pode ser encontrado no Youtube³. Convidamos as e os cientistas, ativistas e militantes para ler conosco este conteúdo importantíssimo das falas do II ELAMSS, cujo conteúdo será publicado em dois livros. E aproveitamos esta oportunidade para convidar as pessoas que estudam movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais para participarem conosco no III ELAMSS, que acontecerá em Londres no ano de 2023.

Construindo conceitos

Em 2020, os professores Bernardo Mançano Fernandes, Fernanda Torres e Sam Halvorsen apresentaram ao edital CAPES PrInt, um projeto de pesquisa internacional sobre movimentos socioespaciais e socioterritoriais. Estes projetos apoiam a realização de eventos internacionais, disciplinas em inglês, espanhol e português na UNESP e na UNLP, publicações conjuntas, individuais, reuniões técnicas presenciais e virtuais, envolvendo dezenas de pesquisadoras e pesquisadores. Nosso objetivo é avançar na formação de doutores com experiência internacional, bem como de mestres e alunas e alunos de graduação, em pesquisa comparada. A razão que aproximou os três professores de diferentes países foi o estudo sobre os movimentos em diferentes contextos em uma perspectiva comparada, como forma de compreender as ações dos movimentos em escala local, nacional e global. Esta multiescalaridade possibilitou não somente a amplitude, mas também a qualificação dos estudos teóricos sobre movimentos no debate sobre as contribuições teóricas da sociologia e da geografia.

As perspectivas comparativas multiescalar e multidimensional permitem uma visão de mundo mais ampla, complexa e qualificada do objeto de estudo, especialmente quando trabalhamos com diversos paradigmas que produzem conhecimento através do método comparativo em três línguas e em duas ciências: geografia e sociologia. Estudamos os movimentos socioespaciais e socioterritoriais a partir do processo de produção espacial e territorial, o que não significa negar o conceito de movimento social, mas sim de qualificá-lo. Ainda mais numa proposta como esta que objetiva aprofundamento e atualização teórica

² Disponível em: <http://congresos.fahce.unlp.edu.ar/ielamss>

³ Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCyxqpGZc6zyqZpaCC2RgQLg/videos>

sobre as ações dos movimentos para um mundo melhor. Este é o ponto de partida e a essência de nossa análise, como pode ser observado na nossa produção teórica demonstrada em nossas produções científicas, bem como na produção deste dossiê.

Nos estudos sobre os movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais na perspectiva teórica, metodológica e nas leituras das realidades iniciamos uma produção conceitual e filosófica em desenvolvimento como pode ser observada em Halvorsen, Fernandes e Torres (2019); Halvorsen (2019), Fernandes (2000b); Fernandes (2005), Torres (2016); Torres (2017). Neste processo, também apresentamos uma história muito pouco estudada que é a relação das construções conceituais entre a Geografia e a Sociologia. Evidente que os estudos sociológicos são os mais avançados, também por serem mais amplos e antigos, portanto, conhecer a experiência geográfica deste processo também é essencial.

Os estudos da produção espacial e territorial pelos movimentos sociais tem como referência a perspectiva multidimensional do espaço e do território e tem Lefebvre (1991) e Santos (1996) entre as principais referências. As leituras espaciais e territoriais compreendem que o espaço e o território são produtores e produto das relações sociais. Deste modo, compreendemos que os movimentos sociais são também socioespaciais e socioterritoriais. A origem dos conceitos de movimentos socioespaciais e socioterritoriais é das pesquisas realizadas desde a década de 1990 pelo professor Bernardo Mançano Fernandes e o professor Jean Yves Martin da Université Michel de Montaigne/Bordeaux III. No início das pesquisas de mestrado e doutorado, o professor Bernardo publicou um artigo. A razão pela qual escrevera este artigo foi o fato de ouvir de alguns colegas geógrafos que o MST seria um objeto de estudo da sociologia e não da geografia. Desde a graduação, na década de 1980, na Universidade de São Paulo já estudava o MST na região de Campinas. Durante toda a década de 1990, no mestrado, estudou o MST no estado de São Paulo e, no doutorado, estudou o MST no Brasil.

A reflexão filosófica sobre a interação espaço-sujeito desenvolveu um argumento sobre a sua inseparabilidade e encontrou em Lefebvre, 1991 e Milton Santos, 1996 a compreensão do espaço como materialização da existência e como conjunto indissociável de sistemas de ações e sistemas de objetos. Estas leituras possibilitaram os estudos geográficos sobre os movimentos sociais a partir da produção espacial e territorial. As reflexões realizadas sobre as pesquisas do professor Bernardo e Jean Yves resultaram em artigos que inauguraram o processo de construção conceitual de movimentos socioespaciais e socioterritoriais (Fernandes, 1996; Martin, 1997; Fernandes, 2000a; Fernandes 2000b; Martin, 2001; Fernandes & Martin, 2004). Na continuidade desse processo, o professor Bernardo coordenou vários projetos de pesquisas, apresentou dezenas de trabalhos, publicou dezenas de artigos e livros, fez conferências em eventos científicos nacionais e

internacionais, apresentando resultados de suas pesquisas sobre movimentos socioterritoriais e socioespaciais, ao mesmo tempo que orientou diversos trabalhos de graduação e pós-graduação que resultaram em relatórios, monografia, dissertações, teses, artigos e livros (Fernandes, 2005; Silva e Fernandes, 2005; Silva e Fernandes, 2006; Fernandes, 2008; Pedon, 2009; Dalperio, 2012, Dalperio, 2013; Souza, 2013; Sobreiro Filho, 2013; Pereira, 2015; Fernandes et al, 2018; Fernández, 2018; Silva, 2018; Sobreiro Filho, 2018; Halvorsen, Fernandes & Torres, 2019).

Essa história é necessária para compreender a razão que aproximou os professores Bernardo Mançano, Fernanda Torres e Sam Halvorsen para organizar uma rede internacional de estudos sobre movimentos socioespaciais e socioterritoriais, da qual o ELAMSS é um dos frutos. Por essa história, podemos compreender que o processo que iniciou esta rede e está publicando este dossiê tem mais de uma década. Com nossas pesquisas queremos conhecer melhor esta leitura e conhecer outras leituras que serão escritas na história do pensamento e dos conceitos. Estas leituras de experiências construídas na pesquisa concreta e na elaboração teórica ajudam a debater os usos dos conceitos nas três línguas, e mais do que isso, também promove o diálogo entre a Sociologia e a Geografia para construir a perspectiva comparativa dos movimentos.

A REDE DATALUTA, composta por 17 grupos de pesquisa em todo o Brasil está contribuindo na pesquisa da tipologia de movimentos socioespaciais e socioterritoriais. A amplitude da tipologia permite também a análise das interações entre os movimentos, suas relações com as outras instituições da sociedade, seus projetos, conquistas e transformações. Nossa equipe tem preferências em trabalhar com movimentos agrários, urbanos, água e floresta em seus desdobramentos e interfaces: ambiental, gênero, raça, classe, etnias, etc., criando perguntas que façam avançar a construção teórica, como por exemplo: como as dimensões territoriais e espaciais das instituições possibilitam uma compreensão mais qualificada de suas ações?. Estamos atentos aos movimentos de todo o mundo, portanto abriremos possibilidades para os mais diversos estudos. Também temos preferências em trabalhar com o pensamento autônomo a partir da construção teórica dos respectivos países, evitando posturas teóricas subalternas. Para isso, a equipe tem construído um amplo diálogo sobre as pesquisas temáticas e feito críticas às epistemologias que se apropriam de conhecimentos de outros países sem a devida citação e reconhecimento Halvorsen (2018); Torres (2016).

Até aqui chegamos e temos um caminho infinito para percorrer, por essa razão renovamos as equipes todos os anos com novas e novos pesquisadores que chegam e outras que saem. Esse dossiê é um fruto importante deste trabalho e conta com a contribuição de muitas pessoas, às quais somos gratos pelo trabalho apresentado.

Sobre este Dossiê

O Dossiê I ELAMSS da Revista NERA, evidencia os avanços e a atualidade e das discussões em torno dos movimentos socioterritoriais e socioespaciais da América Latina. Em sua primeira edição, em onze artigos, uma resenha e três notas/memórias fotográficas, autoras e autores abordam as reflexões que emergem das ações destes movimentos em distintas escalas e dimensões da luta pela reivindicação de uma ampla diversidade de pautas. No contexto latino-americano, os artigos e notas fotográficas compõem discussões desde a Argentina, Brasil, Cuba, Peru e Paraguai. Já no Brasil, as escalas de análise vão desde Sergipe, Ceará, Minas Gerais até o Paraná. A riqueza da publicação evidencia-se também, nos aportes da comunidade acadêmica e membros de organizações e movimentos, convidados e participantes do I ELAMSS que posteriormente submeteram seus trabalhos à chamada e, aqueles que não havendo comparecido ao evento atenderam a esta, para inserir-se no debate teórico-metodológico dos movimentos latino-americanos e suas estratégias de enfrentamento ao capital. Também compõem esta publicação textos que abordam teorias e metodologias de pesquisa sobre espaço e territórios; conflitos, lutas e resistência de sujeitos coletivos, comunidades camponesas e povos tradicionais, no campo, na floresta e em áreas litorâneas.

A discussão se inicia com o texto *“Movimentos socioterritoriais em perspectiva”*, de autoria de Sam Halvorsen, Bernardo Mançano Fernandes e Fernanda Torres, organizadores do I ELAMSS. Sucessivamente o artigo *“Uma geografia (i)material voltada para a práxis territorial popular e descolonial”* de Marcos Aurelio Saquet, professor pesquisador, convidado ao Encontro, destaca as experiências de pesquisa e militância junto aos movimentos sociais dentro e fora da universidade, a partir da qual constrói um caminho teórico-metodológico para participar e estudar o movimento agroecológico, descrito pelo autor como um movimento social, espacial e territorial, temporariamente denominado *movimento transtemporal-transterritorial*. A partir da *práxis territorial popular e descolonial*, como prática contra-hegemônica vinculada a vários sujeitos, Saquet descreve algumas das aprendizagens em projetos de pesquisa-ação/cooperação participativa, dentro de dito movimento, que fazem parte do que ele denomina, uma *Geografia (i)material da práxis territorial popular*. Seguida da versão em português deste texto, se inclui sua tradução ao idioma inglês, disponibilizada pelo mesmo autor: *“An (i)material Geography focused on popular and decolonial territorial praxis”*.

Com os artigos de Lorena Izá Pereira e José Sobreiro Filho, *“Movimentos socioterritoriais na luta contra a estrangeirização do território: o caso da Liga Nacional de Carperos no Paraguai”* e *“Quando nasce uma mãe e sua luta por todos: breve análise sobre a formação do Movimento Nacional Campesino Indígena (MNCI) na Argentina”*, se inicia o

debate em torno de experiências da luta travada pelos movimentos latino-americanos contra a expansão do capital. No caso do Paraguai, a autora discute os processos históricos de estrangeirização do território, entendidos na sua multidimensionalidade e multiescalaridade, a partir do estudo de caso da Liga Nacional de Carperos (LNC), e seu lugar como movimento socioterritorial na luta contra o capital estrangeiro e a recuperação da soberania constantemente ameaçada pelo capital hegemônico brasileiro. Por su parte, as reflexões de Sobreiro Filho, apontam as contribuições da geografia brasileira no estudo dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais em outros territórios latino-americanos, neste caso a partir da experiência do MNCl, na Argentina, a partir da discussão teórica em torno dos conceitos de *movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais* e a revisão do processo de desenvolvimento histórico deste movimento, cuja estrutura organizativa o autor define como *reticular complexa e territorialmente diversa*, ao integrar e articular na escala nacional uma ampla variedade de pautas e ações, inseridas na escala global das lutas camponesas e indígenas.

No sexto artigo, "*Mobilizações a favor e contra a Reserva Extrativista do Litoral Sul de Sergipe*", Dalva Maria da Mota, Amintas da Silva Júnior e Heribert Schmitz, tratam da participação do Movimentos de Catadoras de Mangaba (MCM) no processo de demarcação da Reserva Extrativista (Resex) Litoral Sul de Sergipe, as contradições, tensões e conflitos produtos tanto de projetos históricos de desenvolvimento suportados na privatização dos recursos naturais, como da própria demarcação e da ampla diversidade de formas de acesso à terra e demanda por parte das catadoras. Ainda que, historicamente recente, os autores destacam a reivindicação das catadoras de mangaba (organizadas no MCM desde ano 2007) pela garantia dos recursos naturais como uma intensa luta frente ao modelo neoextractivista de desenvolvimento. Apontando por fim, as divergências e pressões externas sofridas durante a tentativa de demarcação da Resex, como mecanismo de desarticulação do movimento.

Seguidamente, o artigo "*História do Movimento de Mulheres Camponesas de Minas Gerais*" da autoria de Renata Rocha Gadelha, se destaca também, entre os textos que compõem o dossiê, ao incorporar no debate o processo de conformação histórica de movimentos autônomos de mulheres, que como o MMC, considerado pela autora como um movimento socioterritorial, têm como bandeira, a luta contra o patriarcado, no marco das reivindicações camponesas que se opõem destruição de seu modo de vida, assim como as outras formas de violência do capital, as quais operam a favor da opressão das mulheres, também no campo.

No oitavo artigo, numa perspectiva direcionada à compreender a dimensão imaterial da luta e resistência dos movimentos socioterritoriais na América Latina, Rodrigo Simão Camacho, nos aproxima com "*A Escola Nacional Florestan Fernandes: território de*

resistência imaterial dos movimentos socioterritoriais” à possibilidade de compreender a materialização de conquistas dos movimentos camponeses no campo da educação popular. A experiência da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), apresentada aqui pelo autor como uma *universidade popular*, é descrita a partir do registro histórico de seu processo de construção coletiva e análise das formas de organização político-pedagógicas internas, resultado do acúmulo de experiências de formação da classe trabalhadora, através da Pedagogia da Alternância baseadas na formação militante de movimentos sociais e organizações que participam da luta contra-hegemônica. Afirma o autor, que a ENFF pode ser considerada o ápice da relação entre os movimentos socioterritoriais e a universidade, ainda afirma como instrumento de resistência da territorialidade não-capitalista camponesa.

No nono artigo *“Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): narrativas, memórias e histórias na luta pela terra”* Cristian Da Cruz Chiabotto y Rosangela Montagner, contribuem no diálogo entre a psicologia a geografia, abordando a trajetórias de vida de famílias assentadas do MST, assim como a constituição das identidades e das representações sociais destes como sujeitos sem-terra, no contexto da questão agrária brasileira. Baseados na tradição no materialismo histórico dialético e na psicologia sócio-histórica, as trajetórias, memórias e (r) existências dos sujeitos, são recuperadas através da História oral do assentamento Rondinha, localizado no Estado do Rio Grande do Sul. E interpretadas como expressões simbólicas que evidenciam as experiências de luta e as trajetórias militância.

Por sua parte, com o texto *“Los movimientos socio-territoriales emergen del territorio y construyen nuevos proyectos de desarrollo territorial”*, Gerson Antonio Barbosa Borges apresenta uma revisão teórico-conceitual do espaço, o território e os movimentos socioterritoriais. Em seguida aborda a construção do Movimento dos Pequenos Produtores (MPA), os processos de TDR derivados de sua trajetória histórica de lutas e as iniciativas de criação de um projeto camponês de desenvolvimento territorial antagônico, como estratégia de territorialização e resistência frente ao capital. O autor ilustra, através do estudo do MPA as possibilidades de participação e controle por parte dos movimentos socioterritoriais dos espaços de governança nas diferentes escalas territoriais.

Encerramos os artigos desta publicação com *“Reforma agrária e Agroecologia: reflexões a partir das experiências do acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio - Paraná”* de Juliana Cristina de Mello, Roberto Antônio Finatto e Márcio Freitas Eduardo e *“Juventude camponesa na luta pela educação pública no Ceará, Brasil”* de Alexandra Maria de Oliveira. No seu texto, Mello, Finatto e Freitas, problematizam o processo de incorporação e desenvolvimento da agroecologia em áreas de reforma agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), localizadas em dois municípios do Estado do Paraná. Identificando a potencial consolidação de práticas orgânicas e agroecológicas nestes

territórios, como processo sucessivo à conquista da terra. Por sua parte, de Oliveira analisa o protagonismo da juventude sem-terra no Ceará, no processo de democratização da universidade pública, derivado de projetos que se enquadram na educação do campo. A autora explora a prática política dos jovens do campo nos cursos de realidade brasileira, como estímulo para a criação de uma agenda própria, de luta pela defesa da terra e do território, a reforma agrária popular, a educação pública de qualidade e projetos de vida a favor da diversidade social. Agenda que, por ter uma intencionalidade e campo de ação, se delinha como aspecto constitutivo dos movimentos socioterritoriais, neste caso, da própria juventude do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Como contribuição adicional, Fernanda Aparecida Matheus, comenta o livro compilado por Cristóbal Kay e Leandro Vergara-Camus “*La cuestión agraria y los gobiernos de izquierda en América Latina: Campesinos, agronegocio y neodesarrollismo*”, publicado pela CLACSO no ano 2018.

De forma excepcional, o Dossiê I ELAMSS, incorpora memórias e notas fotográficas relacionadas às ações e práticas emancipatórias de sujeitos coletivos, comunidades tradicionais e movimentos socioespaciais e socioterritoriais latino-americanos. Lara Dalperio e Roberto da Rocha Buscioli, desde o olhar geográfico, apresentam a coleção de fotografias comentadas “Comunidades tradicionais, trabalho e turismo no contexto latino-americano e caribenho: elementos para compreendermos as relações dialéticas de resistências nos territórios de Manaus (Brasil), Vale Sagrado (Peru) e Vale dos Viñales (Cuba)” e comentam as experiências de várias comunidades tradicionais na inserção do turismo de base comunitária como prática de subsistência/resistência em contradição com o modelo de desenvolvimento capitalista.

Seguidamente, o trabalho de Pablo Nicolás Barbeta e Diego Ignacio Domínguez “*Los movimientos campesinos como productores de espacio y territorio. La cartografía social en la región semi-árida y húmeda del Chaco argentino*”, resultado do processo de cartografia social desenvolvido em conjunto pela *Unión de Pequeños Productores Chaqueños (UNPEPROCH)* e o *Grupo de Ecología Política, Comunidades y Derechos (GEPCYD)* da Universidade de Buenos Aires, retrata as situações de disputa e *recampesinización* das comunidades da província do Chaco, Argentina. Os autores também destacam a experiência de cartografia social desenvolvida por anos na província como ferramenta para o fortalecimento do processo de territorialização do camponês e sua contribuição em espaços de debate e socialização ao interior da organização.

Fechamos esta edição, com o trabalho de Jhonatas Ramos Macario de Araújo, que em três fragmentos “*terra, capital e trabalho: das mãos que tecem territórios de vida, luta e resistência aos impactos do desenvolvimento econômico*”, ilustra a partir de fotografias comentadas, a resistência histórica de homens e mulheres pertencentes as comunidades

ribeirinhas e quilombolas de Sergipe. Ressaltando os processos cotidianos de luta pela terra e água, por parte de pescadores, catadoras de Mangaba e Marisqueiras.

O número 57- Dossiê I ELAMSS, contribui para refletir em torno dos movimentos socioterritoriais e socioespaciais no contexto latino-americano. Lançado numa conjuntura de crise mundial, sanitária e humanitária, expressa possibilidades de construção de territórios e territorialidades de resistência, que se materializam no enfrentamento e combate ao capital e todas suas expressões de violência política e social. Esperamos que possa nutrir o debate de aqueles se interessam na questão agrária latino-americana atual, no reconhecimento de aqueles que constroem expressões espaciais e territoriais de luta pela vida e no fortalecimento de pontes entre as universidades, organizações e movimentos, como caminho à construção de uma práxis geográfica para a transformação.

Considerações finais

Por fim, seguimos estudando movimentos socioterritoriais pelo mundo, nosso princípio foi o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), possivelmente um dos melhores laboratórios de pesquisa. As famílias organizadas no MST lutam cotidianamente pela terra, para trabalhar, plantar, viver. Ocupam grandes propriedades e as transformam em um conjunto de pequenas propriedades, onde promovem o desenvolvimento territorial, além da produção de alimentos, lutam por educação, saúde, moradia etc.

Nas cidades podemos destacar pelo menos dois tipos de movimentos socioterritoriais: os movimentos de sem-teto e os movimentos de bairros. Os movimentos dos sem-teto podem ocupar um terreno ou um edifício abandonado. Lutam pelo reconhecimento do direito de moradia, diante da especulação urbana, e por políticas públicas para o desenvolvimento de seus territórios. A conquista de terrenos e edifícios abandonados possibilita a territorialização do movimento. Os movimentos de bairros lutam por recursos e serviços para melhorar a qualidade de vida.

Esses exemplos de movimentos socioterritoriais são referências de disputas territoriais em vários países. Nas cidades, campos, florestas e águas os movimentos socioterritoriais lutam todos os dias para manterem e desenvolverem seus territórios. Atuando localmente ou participando de articulações transnacionais lutam contra as mais poderosas corporações para defenderem seus direitos. O conceito de movimento socioterritorial, por sua perspectiva da indissociabilidade, contribui para um estudo aprofundado de suas lutas territoriais com a interpretação de que a desterritorialização ameaça povos, grupos sociais, identidades, culturas, meios de vida etc., que somente se reproduzem em seus próprios territórios. Estamos seguros que este dossiê será uma referência na construção de debate

não só na geografia, mas também nas outras áreas do conhecimento que estudam movimentos pelo espaço e pelo território.

Referências

DALPERIO, Lara Cardoso. **DATALUTA** - banco de dados da luta pela terra: atualização do cadastro dos movimentos socioterritoriais no Brasil. 2012. Iniciação científica (Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

DALPERIO, Lara Cardoso. **Geografia dos movimentos socioterritoriais no Brasil de 2000 a 2012**. 2013. Iniciação científica (Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

FERNANDES, Bernardo Mançano. O todo e a parte e a parte e o todo: a interação espaço-sujeito. **Revista de Geografia** (São Paulo), v. 10, p. 31-38, 1991.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: formação e territorialização em São Paulo**. São Paulo, Editora Hucitec, 1996.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Vozes: Petrópolis, 2000a.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimento Social como Categoria Geográfica. **Revista Terra Livre**, n, 15, p. 59-85, 2000b.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. **Observatorio Social de América Latina**, v. 16, p. 273 - 284, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais no campo brasileiro: contribuição para leitura geográfica dos movimentos camponeses In: **O Brasil, a América Latina e o Mundo: espacialidades contemporâneas** (II) ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008, p. 385-404.

FERNANDES, Bernardo Mançano; MARTIN, Jean-Yves. Movimento socioterritorial e “globalização”: algumas reflexões a partir do caso do MST. **Lutas Sociais** (PUCSP), v. 12, 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano; CASSUNDE, José Ricardo; PEREIRA, Lorena Izá. Movimentos socioterritoriais no MATOPIBA e na Chapada do Apodi: exemplos da questão agrária neoliberal do século XXI. **OKARA: GEOGRAFIA EM DEBATE** (UFPB), v.1 2, p. 533-548, 2018.

HALVORSEN, Sam. Cartographies of epistemic expropriation: critical reflections on learning from the South. **Geoforum**, v. 95, p.11-20, 2018.

HALVORSEN, Sam; FERNANDES, Bernardo Mançano; TORRES, Fernanda Valéria. Mobilizing Territory: Socioterritorial Movements in Comparative Perspective. **Annals of the American Association of Geographers**, v. 1, p. 1-17, 2019.

LEFEBVRE, Henri. **The production of space**. Cambridge: Blackwell Publishers, 1991.

FERNÁNDEZ, Carlos Maximiliano Macías. **O processo de transnacionalização dos movimentos socioterritoriais**: estudo das transterritorialidades da Vía Campesina sobre as proposições de agroecologia e soberania alimentar no Confronto Político. 2018. Tese (Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

MARTIN, Jean-Yves. A geograficidade dos movimentos socioespaciais. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente (SP), n. 19/20, p. 26-41, 1997.

MARTIN, Jean-Yves. **Les Sans-Terre Du Brésil**: Géographie d'un mouvement socio-territorial [Os Sem Terra do Brasil: geografia de um movimento socioterritorial], Préface de Bernardo Mançano FERNANDES. Paris: L'Harmattan, 2001 (Collection Horizons Amériques Latines).

SILVA, Hellen Carolina Gomes Mesquita da. **Lonas e lutas**: Análise da territorialização da luta pela terra do campo à cidade a partir das ações do MST e MTST. 2018. Dissertação (Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

PEDON, Nelson Rodrigo. **Movimentos socioterritoriais no Brasil**: uma contribuição conceitual à pesquisa geográfica. 2009. Tese (Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

PEREIRA, Danilo Valentim. **Participação política, desenvolvimento territorial e mudança social**: um estudo das manifestações dos movimentos socioterritoriais no Estado de S. Paulo - 2000-2012. 2015. Dissertação (MUDANÇA SOCIAL E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA) - Universidade de São Paulo

ROCHA, Herivelto Fernandes. **Produção Territorial dos Assentamentos rurais no Brasil**: relação entre políticas, movimentos socioterritoriais e os assentados das reformas agrárias. 2013. Dissertação (Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

SILVA, Anderson Antônio; FERNANDES, Bernardo Mançano Movimentos Socioterritoriais e Luta pela Terra. **Reforma Agrária**, v. 32, p. 85-106, 2005.

SILVA, Anderson Antônio; FERNANDES, Bernardo Mançano. Ocupações de Terra - 2000-2005: movimentos socioterritoriais e espacialização da luta pela terra. **Conflitos no Campo Brasil**, v. 20, p. XX-XI, 2006.

SOUZA, Rubens dos Santos Romão de. **A luta pela terra: repressão política aos movimentos socioterritoriais no Pontal do Paranapanema**. Iniciação científica (Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2012.

SOBREIRO FILHO José. **Movimentos em pedaços e os pedaços em movimento**: da ocupação do Pontal do Paranapanema à dissensão nos movimentos socioterritoriais camponeses. 2013. Dissertação (Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

SOBREIRO FILHO José. **Contribuição à construção de uma teoria geográfica sobre movimentos socioespaciais e Contentious Politics**: Produção do espaço, redes e lógica-racionalidade espaço temporal no Brasil e Argentina. 2016. Tese (Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

TORRES, Fernanda. Henri Lefebvre y el espacio social: aportes para analizar procesos de institucionalización de movimientos sociales en América Latina. **Sociologias** (UFRGS-Brasil), año 18, n. 43, p. 240-270, 2016.

Sobre os autores

Marcia Arteaga Pertuz – Doutoranda em Geografia PPGG da FCT/UNESP, Brasil. Geógrafa pela Universidad de Córdoba, Colômbia. Mestre em Geografia pelo Programa em

MOVIMENTOS SOCIOESPACIAIS E SOCIOTERRITORIAIS DA AMÉRICA LATINA: UMA APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ DO I ENCONTRO LATINO-AMERICANO DE MOVIMENTOS SOCIOESPACIAIS E MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS (I ELAMSS)

Desenvolvimento Territorial de América Latina e Caribe, da UNESP/SP, Brasil. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Atua no Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária - NERA e na Rede DATALUTA Brasil.
OrcID – <https://orcid.org/0000-0002-1961-0541>.

Bernardo Mançano Fernandes – Geógrafo, mestre e doutor pela Universidade de São Paulo (USP), Livre docente pela UNESP, professor nos programas de pós-graduação em Geografia, campus de Presidente Prudente e em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, campus de São Paulo. coordenador da REDE DATALUTA Brasil e da Cátedra UNESCO de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial. Pesquisador do CNPq
OrcID – <http://orcid.org/0000-0001-6521-8949>

Como citar este artigo

PERTUZ, Marcia Arteaga; FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioespaciais e socioterritoriais na América Latina. **Revista NERA**, v. 24, n. 57, p. 09-23, Dossiê I ELAMSS, 2021.

Movimentos socioterritoriais em perspectiva comparada¹

Sam Halvorsen

Queen Mary University of London (QMUL) – Londres, Inglaterra.

e-mail: s.halvorsen@qmul.ac.uk

Bernardo Mançano Fernandes

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Presidente Prudente, São Paulo, Brasil.

e-mail: mancano.fernandes@unesp.br

Fernanda Valeria Torres

Universidad Nacional de La Plata (UNLP) – La Plata, Argentina

e-mail: ftorres@fahce.unlp.edu.ar

Resumo

Por que o espaço e o território são importantes para os movimentos sociais e como eles os produzem? Apesar da sempre aparente centralidade do espaço e do território, mediado e apropriado pelos movimentos sociais em todo o mundo (por exemplo: acampamentos, protestos, ocupações de terra, resistências indígenas, ocupações de terrenos e edifícios em áreas urbanas, organização de bairro e lutas por questões ambientais, pela educação, saúde, alimentos e outras políticas públicas, ativismos de mulheres, LGBTQIA+, feministas, estudantes, etc.), tem havido uma surpreendente falta de atenção a esta questão por estudiosos e estudiosas de várias áreas do conhecimento, por exemplo, geógrafos anglófonos. Este artigo avança na reflexão sobre as ações dos movimentos socioterritoriais como uma categoria analítica que tem como objetivo central analisar a mediação do espaço e apropriação do território. Contrastamos os conceitos de movimento socioterritorial, movimento social e movimento socioespacial em quatro eixos de análise. Primeiro, como o espaço e o território são produzidos como estratégia central para a realização dos objetivos de um movimento. Em segundo lugar, o espaço e o território produzem as identidades dos movimentos, em suas ações, gerando novas subjetividades políticas. Terceiro, espaço e território são lugares de socialização política que produzem novos valores e mudam conjunturas. Quarto, por meio de processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, os movimentos podem criar novas instituições. Esses eixos são posteriormente elaborados por meio da análise comparativa de dois estudos de caso: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, movimento camponês organizado em todas as regiões do Brasil, e a Organização de Bairro Tupac Amaru, um movimento urbano do noroeste da Argentina. A comparação é feita como um modo expansivo de análise para abrir o conceito de movimento socioterritorial e indicar potenciais linhas de investigação para estudos.

Palavras-chave: Argentina; Brasil; movimentos sociais; movimentos socioterritoriais; território.

Socioterritorial Movements in Comparative Perspective

Abstract

¹ Este artigo é uma versão modificada do artigo Halvorsen, Sam. Fernandes, Bernardo Mançano. Torres, Fernanda Valeria. 2019. Mobilizing Territory: Socioterritorial Movements in Comparative Perspective. *Annals of the Association of American Geographers*, 109 (5): 1454-1470.

Why are space and territory important to social movements and how do they produce them? Despite the always apparent centrality of space and territory, mediated and appropriated by social movements around the world (for example: camps, protests, land occupations, indigenous resistance, occupations of land and buildings in urban areas, neighborhood organization and struggles for environmental issues, for education, health, food and other public policies, women's activism, LGBTQIA+, feminists, students, etc.), there has been a surprising lack of attention to this issue by scholars from various fields of knowledge, for example, English-speaking geographers. This article advances the reflection on the actions of socio-territorial movements as an analytical category whose central objective is to analyze the mediation of space and appropriation of territory. We contrasted the concepts of socio-territorial movement, social movement and socio-spatial movement in four axes of analysis. First, how space and territory are produced as a central strategy for the achievement of a movement's objectives. Second, space and territory produce the identities of movements, in their actions, generating new political subjectivities. Third, space and territory are places of political socialization that produce new values and change circumstances. Fourth, through processes of territorialization, deterritorialization and reterritorialization, movements can create new institutions. These axes are subsequently elaborated through the comparative analysis of two case studies: the Movement of Landless Rural Workers, a peasant movement organized in all regions of Brazil, and the Tupac Amaru Neighborhood Organization, an urban movement in northwestern Argentina. The comparison is made as an expansive way of analysis to open up the concept of socio-territorial movement and indicate potential lines of investigation for studies.

Keywords: Argentina; Brazil; social movements; socio-territorial movements; territory.

Movimientos socioterritoriales en perspectiva comparada

Resumen

¿Por qué el espacio y el territorio son importantes para los movimientos sociales y cómo los producen? A pesar de la siempre aparente centralidad del espacio y el territorio, mediado y apropiado por movimientos sociales alrededor del mundo (por ejemplo: campamentos, protestas, ocupaciones de tierras, resistencia indígena, ocupaciones de tierras y edificios en áreas urbanas, organización de vecindarios y luchas por temas ambientales, por educación, salud, alimentación y otras políticas públicas, activismo de mujeres, LGBTQIA +, feministas, estudiantes, etc.), ha habido una sorprendente falta de atención a este tema por parte de académicos de diversos campos del conocimiento, por ejemplo, geógrafos anglófonos. Este artículo avanza la reflexión sobre las acciones de los movimientos socioterritoriales como una categoría analítica cuyo objetivo central es analizar la mediación del espacio y la apropiación del territorio. Contrastamos los conceptos de movimiento socioterritorial, movimiento social y movimiento socioespacial en cuatro ejes de análisis. Primero, cómo se producen el espacio y el territorio como estrategia central para el logro de los objetivos de un movimiento. En segundo lugar, el espacio y el territorio producen las identidades de los movimientos, en sus acciones, generando nuevas subjetividades políticas. En tercer lugar, el espacio y el territorio son lugares de socialización política que producen nuevos valores y cambian las circunstancias. Cuarto, a través de procesos de territorialización, desterritorialización y reterritorialización, los movimientos pueden crear nuevas instituciones. Estos ejes se elaboran posteriormente a través del análisis comparativo de dos estudios de caso: el Movimiento de Trabajadores Rurales Sin Tierra, un movimiento campesino organizado en todas las regiones de Brasil, y la Organización Vecinal Túpac Amaru, un

movimiento urbano en el noroeste de Argentina. La comparación se realiza como una forma expansiva de análisis para abrir el concepto de movimiento socioterritorial e indicar posibles líneas de investigación para estudios.

Palabras clave: Argentina; Brasil; movimientos sociales; movimientos socio-territoriales; territorio.

Introdução

Por que o espaço e o território são importantes para os movimentos sociais e como eles os produzem? Apesar da sempre aparente centralidade do espaço e do território - mediado e apropriado pelos movimentos sociais em todo o mundo (por exemplo: acampamentos de protestos, ocupações de terra, resistências indígenas, ocupações de terrenos e edifícios em áreas urbanas, organização de bairro e lutas por questões ambientais, pela educação, saúde, alimentos e outras políticas públicas, ativismos de mulheres, LGBTQIA+, feministas, estudantes, etc.), tem havido uma surpreendente falta de atenção a esta questão por estudiosos e estudiosas de várias áreas do conhecimento, por exemplo, geógrafos anglófonos em comparação com a extensa literatura sobre política contenciosa e lugar, escala e redes (MILLER, 2000; NICHOLLS, 2009; ROUTLEDGE & CUMBERS, 2009; NICHOLLS et al., 2013). Só recentemente os estudiosos anglófonos começaram a considerar porque as práticas de territorialização e disputas sobre territorialidade são significativas para os movimentos sociais (ESCOBAR, 2008; INCE, 2012; AGNEW & OSLENDER, 2013; ROUTLEDGE, 2015; HALVORSEN, 2017), em parte inspirado nas literaturas latino-americanas onde o território tem sido por muito tempo central para a teoria e prática política. Este artigo avança em relação às intervenções recentes, sugerindo um quadro conceitual para analisar os movimentos sociais através das lentes do território, apresentando aos leitores anglófonos e desenvolvendo ainda mais a noção de movimentos socioterritoriais (FERNANDES, 2005).

Os movimentos socioterritoriais têm o território como sua característica definidora, sua razão de ser, sem a qual eles não existiriam (FERNANDES, 2005). Neste quadro, o território é um processo dinâmico e relacional que se compreende para além das formas modernas e das relações de poder do Estado soberano (cf. ELDEN 2013). Fernandes (2005), em linha com outros estudiosos latino-americanos contemporâneos (por exemplo, Souza, 1995; Haesbaert, 2004; Schneider e Peyr e Tartaruga, 2006; Manzanal, 2007), baseia-se em um conjunto heterodoxo de teóricos, incluindo Raffestin (1980), Lefebvre (1991) e Santos (1994; 1996) para definir território como “espaço apropriado por determinada relação social que o produz e o mantém por meio de relações de poder” (FERNANDES, 2005, p.27). O território é multidimensional e multiescalar,

contendo espaço material e imaterial e diversas “intencionalidades” que podem produzir contradição, solidariedade e conflitualidade (FERNANDES 2005; 2009). Os movimentos socioterritoriais surgem por meio de tentativas de se apropriar do espaço - por meio de processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (TDR) - na realização de objetivos estratégicos de existência. O território apropriado (por exemplo, ocupação de terras no campo e de terrenos na cidade) é, por sua vez, objeto de disputa de movimentos que buscam conquistar uma fração do território disputando contra os projetos hegemônicos de corporações capitalistas com apoio do Estado.

O artigo desenvolve um processo de análise de movimentos socioterritoriais, que é então colocado em prática na análise comparativa de dois casos proeminentes da América Latina. A comparação é introduzida aqui como um modo de análise aberto e expansivo (ROBINSON 2016; HART 2018) que nos permite contribuir com a elaboração do conceito de movimento socioterritorial a partir de mais de um ponto de vista histórico e geográfico. Em particular, os estudos de caso foram escolhidos para representar dois exemplos emblemáticos de movimentos socioterritoriais latino-americanos. O primeiro caso, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil, um movimento de base camponesa que tem mobilizado a ocupação da terra como meio de existência e geração de demandas políticas em relação a múltiplas questões, para os quais o acesso à terra e a reforma agrária são centrais. O segundo caso, a Organización Barrial Tupac Amaru (OBTA, ou Organização de Bairro Tupac Amaru), é um movimento urbano do noroeste da Argentina que tem buscado se apropriar do espaço urbano como meio de existência para a população pobre e para gerar novos valores e subjetividades políticas (particularmente por meio da liderança de mulheres indígenas) na esteira da desindustrialização e da devastação causada pelas reformas neoliberais. Juntos, esses estudos de caso representam muitas das principais características dos movimentos socioterritoriais na América Latina (HALVORSEN, 2018; SILVA & ROSSI, 2018). Eles também exemplificam uma abordagem socioterritorial para analisar os movimentos que pode contribuir com acadêmicos de fora da América Latina.

A principal contribuição do artigo é propor um quadro analítico para os movimentos socioterritoriais com base em quatro eixos. Esses eixos foram escolhidos tanto a partir de nossas análises dos dois estudos de caso quanto por meio de nossa leitura de literaturas e debates em torno dos movimentos socioterritoriais na América Latina. Deve-se ressaltar que outros eixos poderiam ter sido escolhidos e que esses eixos são sobrepostos e relacionais. No entanto, eles cobrem as características centrais dos movimentos socioterritoriais que esperaríamos ver

replicados em outro lugar. Primeiro, o território é mobilizado como uma estratégia para realizar os objetivos dos movimentos. Embora muitos movimentos sociais se apropriem do espaço como meio de luta (por exemplo, uma manifestação de ativistas de direitos humanos), para os movimentos socioterritoriais o território é o objeto central de sua luta e é a chave de seus objetivos e metas. Em segundo lugar, o território forma a identidade dos movimentos socioterritoriais, gerando novas subjetividades políticas no curso da mobilização. Terceiro, o território é um local de socialização política que permite que os movimentos gerem novos encontros e valores, resultados materiais e imateriais importantes da mobilização. Quarto, por meio de processos de TDR, os movimentos socioterritoriais institucionalizam suas práticas e infraestruturas, ao mesmo tempo que negociam com outros projetos territoriais, em particular com o Estado.

A seguir aprofundamos nossa reflexão sobre movimentos socioterritoriais, contrastando-a com os conceitos de movimentos sociais e movimentos socioespaciais e delineando quatro eixos para análise comparativa, antes de examinar os dois estudos de caso. Concluindo, revisitamos o conceito de Fernandes (2005), discutimos as oportunidades e dilemas da institucionalização dos movimentos socioterritoriais e convidamos para outros trabalhos comparativos para espacializar e territorializar as análises e os debates.

Movimentos socioterritoriais

Apesar do crescente interesse pelas espacialidades das ações dos movimentos, tem havido uma falta de atenção ao território de movimentos sociais na geografia anglófona. O trabalho pioneiro de estudiosos como Routledge e Miller argumentou que uma análise espacial é crucial para compreender como e por quê os movimentos sociais se mobilizam, destacando a importância do lugar para contextualizar as lutas (ROUTLEDGE, 1993) e o papel da escala em responder estrategicamente e criar oportunidades políticas (MILLER, 2000). Trabalhos posteriores enfatizaram como as redes articulam e moldam as reivindicações e identidades dos movimentos (NICHOLLS, 2009), permitindo que a solidariedade e a coordenação sejam forjadas através da distância geográfica (FEATHERSTONE, 2008; ROUTLEDGE & CUMBERS, 2009). A geografia anglófona agora contém análises sofisticadas de “como o espaço desempenha um papel constituinte na mobilização do movimento social” (NICHOLLS et al. 2013, p. 8; ver também ROUTLEDGE, 2017). A importância do território está apenas começando a receber atenção, apesar das pesquisas anteriores sobre comunidades territoriais urbanas e ativismo (CASTELLS, 1983; COX, 1989; STEINBERG, 1994). Acadêmicos anglófonos consideraram recentemente como as práticas de territorialização permitem o desenvolvimento de novas relações sociais

(INCE, 2012), proporcionando momentos estratégicos de contenção e solidariedade translocal (ROUTLEDGE, 2015). Também há um interesse crescente na América Latina, onde as ideias e práticas dos territórios têm recebido atenção constante (ESCOBAR, 2008; GARMANY, 2008; BRYAN, 2012; HESKETH, 2013; SCHWARZ & STREULE, 2016; SANDOVAL et al. 2017; CLARE et al. 2018; HALVORSEN, 2018). Nesse contexto, propomos a noção de movimento socioterritorial como uma categoria analítica útil para estudiosos anglófonos, bem como para todas as pessoas que trabalham com movimentos e comunidades.

O conceito de movimento socioterritorial criado pelo geógrafo Bernardo Mançano Fernandes por meio de sua relação de longa data com o MST (ver FERNANDES, 2000a; 2000b; 2005; FERNANDES & MARTIN, 2004). Com base em pensadores latino-americanos e europeus (por exemplo, Harvey, Lefebvre, Raffestin, Santos, Soja), Fernandes defendeu a inseparabilidade do espaço e dos movimentos sociais, reconceitualizando-os como “movimentos socioespaciais” (FERNANDES 2000b). Embora todos os movimentos sociais, como qualquer fenômeno social, sejam necessariamente constituídos no e através do espaço, em certos casos a produção do território torna-se um objetivo central e uma característica definidora. Território é aqui entendido como a apropriação do espaço por relações sociais que o produzem e o mantêm na construção de projetos de desenvolvimento (FERNANDES, 2000b), definição comum nas literaturas latino-americanas que remontam a Raffestin (1980). Essa compreensão do território é mais expansiva do que nas literaturas anglófonas, que tendem a enfatizar as experiências modernas do estado eurocêntrico e seu poder soberano (cf. ELDEN, 2013). O território é um local dinâmico de conflito e confronto entre projetos políticos concorrentes que utilizam práticas do TDR para alcançar os seus objetivos, assumindo formas materiais e imateriais (FERNANDES, 2000a; 2000b). Os movimentos socioterritoriais não são apenas produzidos por ocupações de terra, mas incluem qualquer tentativa de apropriação e controle do espaço com o objetivo de promover um projeto político. Como afirmou Fernandes (2005):

Os movimentos socioterritoriais constroem espaços políticos para alcançar seus objetivos, se espacializam e transformam o espaço em território, de modo que a grande maioria dos movimentos socioterritoriais se forma por processos de territorialização e reterritorialização (FERNANDES, 2005, p. 24).

Com base nessa definição, argumentamos que os movimentos socioterritoriais representam uma categoria qualitativamente diferente daqueles dos movimentos sociais ou movimentos socioespaciais. Como os geógrafos bem identificaram, todos os movimentos sociais se mobilizam no e através do espaço e suas relações sociais necessariamente assumem formas espaciais (MILLER, 2000; ROUTLEDGE, 2017). Como tal, uma série de críticas e modificações importantes nas teorias dos movimentos sociais foram elaboradas que destacam como

categorias-chave como mobilização de recursos, identidade e enquadramento podem ser estendidas levando-se em consideração suas dimensões espaciais (MILLER & MARTIN, 2000; MARTIN, 2003; NICHOLLS, 2009). Nessa medida, todos os movimentos sociais podem ser analisados como movimentos socioespaciais (FERNANDES 2000b). Porém, nem todos os movimentos sociais que se apropriam do espaço tem como objeto central se apropriar para desenvolver seus projetos políticos. Eles podem gerar identidades e laços fortes no lugar e podem ter como alvo detentores de poder em várias escalas, mas o território costuma ser secundário em relação aos objetivos ou metas dos movimentos. Movimentos de lésbicas, gays, transgêneros e bissexuais, dentre outros (LGTBQIA+) ou de direitos humanos, por exemplo, podem ter como objetivo principal a emancipação e empoderamento de grupos sociais marginalizados ou a prevenção contra abusos aos direitos humanos, por sua vez, contribuindo com sociedades socioespacialmente justas e inclusivas. Para os movimentos socioterritoriais, a transformação das relações socioespaciais por meio da apropriação do espaço é o objetivo central de sua mobilização e o território, neste sentido, define sua razão de ser. Embora todos os movimentos socioterritoriais sejam movimentos socioespaciais, nem todos os movimentos socioespaciais são movimentos socioterritoriais.

Para desenvolver ainda mais este conceito, propomos quatro eixos de análise para movimentos socioterritoriais que surgiram como temas comuns em nossos estudos de caso. Seguindo Fernandes (2005), entendemos o movimento socioterritorial como uma categoria multidimensional e relacional, e os quatro eixos estão fortemente inter-relacionados e longe de esgotarem todos os eixos possíveis. Para maior especificidade, fornecemos uma matriz que exemplifica algumas diferenças-chave entre as categorias analíticas de movimentos sociais, movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais nos quatro eixos de nossa análise (ver Figura 1). Incluímos setas para destacar a natureza cumulativa dessas categorias analíticas. Em vez de ser contraposto, argumentamos que as referências das análises dos movimentos sociais informam as das análises dos movimentos socioespaciais, que também informam as das análises dos movimentos socioterritoriais. A matriz deve, portanto, ser lida movendo-se ao longo dos eixos (representados em linhas) da esquerda para a direita. Embora as categorias (representadas em colunas) possam informar-se mutuamente em ambas as direções, em particular a do movimento social e do movimento socioespacial, que podem ser facilmente trocadas, argumentamos que o movimento socioterritorial fornece uma categoria mais específica que deve ser analisada com base na relação acumulada de todos os conceitos gerados em cada linha. Este esquema pretende ser um ponto de partida, um caminho para o conceito de movimento socioterritorial que argumentamos ter singularidade conceitual suficiente para merecer maior atenção. Vamos

considerar os quatro eixos da matriz com mais detalhes, por sua vez, considerando algumas diferenças entre as análises de movimento social, movimento socioespacial e movimento socioterritorial.

Figura 1: Matriz de análise dos movimentos sociais, socioespaciais e socioterritoriais

Ações	Movimentos sociais	Movimentos socioespaciais	Movimentos socioterritoriais
Estratégia	Reivindicações, mobilização, pauta política, projeto...	Espaços, corpos, lugares, ideias, infraestrutura, equipamentos, recursos, tecnologias, redes...	Territórios, lugares, recursos naturais, propriedades, terra, moradia, água, floresta...
Identidade	Identidade coletiva, gênero, classe, mudança social...	Identidade espacial, senso de lugar, corpos, mudança socioespacial...	Identidade territorial, multiescalaridade, transformação do território...
Socialização política	Relações de poder, negociação, conflitos...	Criação e produção do espaço, mediação, espacialidades, diversidades...	Criação e produção de territórios, encontros, modos de produção, apropriação, multidimensionalidade, valores formados no desenvolvimento do território...
institucionalização	Formas de organização, autonomia versus cooptação...	Escalas (vertical) e redes (horizontal), articulação de movimentos...	Territorialização, desterritorialização, reterritorialização, multiterritorialidades...

Em primeiro lugar, o território é central para as estratégias dos movimentos socioterritoriais. Os estudos de movimentos sociais geraram várias teorias para explicar as estratégias de movimento, das quais a mobilização de recursos e a estrutura de oportunidades políticas permanecem proeminentes (ver TARROW, 1998; MCADAM et al., 2001). Essas teorias explicam como os movimentos sociais se mobilizam em resposta à disponibilidade interna de recursos (por exemplo, finanças, ativistas) e as oportunidades institucionais externas que podem encorajar ou desencorajar ações contenciosas. Uma abordagem de movimento socioespacial amplia esse entendimento ao enfatizar como as formas de pressão revelam as conflitualidades em relação aos detentores do poder, através de suas espacialidades. Isso foi elaborado por meio de conceitos como enquadramento de lugar (MARTIN, 2003), salto de escala (GLASSMAN, 2002) e rede (JURIS, 2008; ROUTLEDGE AND CUMBERS, 2009). Os movimentos socioterritoriais

também se engajam com múltiplas “especialidades das conflitualidades ou de contenção” (LEITNER ET AL., 2008; NICHOLLS ET AL., 2013), mas têm como objetivo central a apropriação do espaço para garantir sua existência e defesa de seu projeto político. Território é mais do que o “terreno de resistência” (ROUTLEDGE, 1993) por meio do qual ativistas se mobilizam para alavancar suas demandas sobre os detentores do poder, e também excede o projeto de soberania vinculado ao Estado moderno (ELDEN, 2013; NICHOLLS ET AL., 2013). Território é aquele espaço apropriado por meio das ideias e práticas de qualquer ator em busca de seu projeto político (RAFFESTIN, 1980). Embora eles necessariamente se envolvam com territórios controlados pelo poder dominante, os movimentos socioterritoriais são principalmente orientados para a transformação das relações socioespaciais por meio do controle político e da apropriação de um espaço demarcado.

Em segundo lugar, os movimentos socioterritoriais desenvolvem suas identidades na produção do território. Teorias de novos movimentos sociais identificaram a centralidade da identidade coletiva na formação de movimentos sociais, particularmente no contexto de uma sociedade pós-industrial em que as clivagens estão localizadas em vários eixos de identidade (por exemplo, gênero, raça, meio ambiente, sexualidade (MELUCCI, 1980). Na busca de seus objetivos, as identidades dos movimentos sociais são, por sua vez, moldadas por sua luta pela mudança social (MCADAM ET AL., 2001). Geógrafos destacaram como a política de identidade é influenciada pela política de lugar e que a identidade, por sua vez, está ligada à mudança socioespacial (KEITH & PILE, 1993). O senso de lugar que informa a identidade não é necessariamente introspectivo ou paroquial, mas pode se estender por diferenças geográficas e históricas (MASSEY, 1991; FEATHERSTONE, 2008). Embora os movimentos socioterritoriais também sejam moldados por um sentido relacional de lugar, a identidade dos ativistas é principalmente transformada por meio da construção do território, na medida em que os ativistas frequentemente optam por se identificar explicitamente em relação a um território apropriado. Por sua vez, as novas identidades produzidas e enraizadas na apropriação do território podem gerar novas subjetividades políticas que antes lutavam para se articular em torno de uma forma de organização comum.

Terceiro, a socialização política dos movimentos socioterritoriais forma novos encontros e valores no curso da mobilização do território. As teorias do movimento social enfatizaram a importância dos processos de “enquadramento” para moldar os entendimentos políticos compartilhados sobre o que acontece no curso da mobilização (MCADAM ET AL., 2001). Mais recentemente, estudiosos destacaram a importância da emoção e do afeto para a criação de vínculos e comunidades políticas nos movimentos sociais (GOODWIN ET AL. 2001; JURIS,

2008). Os geógrafos elaboraram ainda mais como o processo de criação e produção de espaços de contenção pode determinar como e quando as relações sociais são construídas ou destruídas (Nicholls et al., 2013). Por exemplo, Nicholls (2009) demonstrou como qualidades particulares de um lugar urbano podem levar à formação de relações de vínculo fortes (inseridas em localidades), bem como relações de vínculos fracos (estendidas ou em rede). Essas relações espaciais estruturam a socialização política dos movimentos sociais, por meio da qual valores e normas comuns são desenvolvidos. Os movimentos socioterritoriais geram contextos particularmente intensivos para a socialização política. A materialidade do espaço apropriado fornece um território demarcado para a geração de novos encontros, que também podem gerar locais de ativismos altamente afetivos e performativos (JURIS, 2008; ROUTLEDGE, 2015)., A socialização política produzida na apropriação do território também pode ser geradora de novos valores políticos (por exemplo, solidariedade, cooperação, liderança insurgente) que fornecem resultados materiais e imateriais importantes para os movimentos socioterritoriais.

Por fim, os movimentos socioterritoriais criam novas instituições no processo de territorialização das práticas e infraestruturas de seus projetos políticos, o que pode implicar momentos subsequentes de desterritorialização e reterritorialização à medida que as conflitualidades levam à negociação e disputa com projetos territoriais sobrepostos, particularmente com o Estado (ULLOA, 2011; AGNEW & OSLENDER, 2013). Os estudos de movimentos sociais examinaram a consolidação de formas organizacionais específicas (por exemplo, estruturas hierárquicas ou conectivas) (TARROW, 1998) e há muito debate sobre estratégias de relacionamento com instituições externas (ver GOODWIN & JASPER, 2009) e constituição de suas próprias formas institucionais (por exemplo, partidos políticos) (ver DELLA PORTA et al., 2017). Os debates sobre a institucionalização de movimentos sociais têm sido frequentemente lidos em termos de tensões entre autonomia e cooptação com estruturas dominantes como o estado (HOLLOWAY, 2002; HARDT & NEGRI, 2004). Os geógrafos ampliaram essas análises explorando a constituição espacial dos movimentos sociais, particularmente com referência à interseção de suas estruturas organizacionais escalares (frequentemente implícitas como verticais) e em rede (frequentemente implícitas como horizontais) (ver ROUTLEDGE, 2003; ROUTLEDGE AND CUMBERS, 2009) As leituras socioespaciais, portanto, destacam as múltiplas espacialidades em jogo na institucionalização dos movimentos sociais e em suas relações com o estado (JURIS, 2008; NICHOLLS ET AL., 2013; ROUTLEDGE, 2017). Movimentos socioterritoriais se institucionalizam por meio de práticas de TDR, construídas nas espacialidades das conflitualidades. A territorialização dos movimentos pode, por si só, fornecer os recursos, habilidades e conhecimentos necessários para sustentar

uma forma de organização alternativa (INCE, 2012; ROUTLEDGE, 2015). Isso pode implicar na desterritorialização de estruturas institucionais preexistentes (por exemplo, ocupação e desapropriação de latifúndios). Com o tempo, os movimentos socioterritoriais podem ser compelidos - por meio de fatores de pressão de baixo para cima e de fatores de atração de cima para baixo - a se reterritorializar (ROSSI, 2017). Alternativamente, eles podem se esforçar para desterritorializar constantemente os projetos territoriais dominantes vinculados ao Estado e ao capital (ZIBECHI, 2010, 2012; DINERSTEIN, 2015; ROUTLEDGE, 2015) e manter suas próprias “geografias autônomas” (CHATTERTON, 2005). A institucionalização, portanto, apresenta oportunidades e dilemas contínuos para os movimentos socioterritoriais.

A seguir, aplicamos os quatro eixos analíticos aos nossos dois estudos de caso que fornecem exemplos emblemáticos de movimentos socioterritoriais rurais e urbanos na América Latina. Primeiramente, examinamos o MST, que surgiu em 1979, rapidamente se territorializando pelo Brasil durante a década de 1980 e se tornando o protagonista central nas lutas pela reforma agrária e pelo acesso à terra. A análise apresentada aqui se baseia em mais de três décadas de trabalho de campo, incluindo entrevistas com membros do Movimento. Em segundo lugar, examinamos a Organização de Bairro Tupac Amaru que cresceu rapidamente entre 2003 e 2015 (os anos do governo Kirchner de centro-esquerda) na província argentina de Jujuy, onde construiu milhares de projetos habitacionais cooperativos e autoconstruídos por meio de programas públicos estaduais, gerando espaço de vida e respostas para problemas cotidianos (por exemplo, saúde, educação, cultura, esporte, trabalho). A análise é baseada no trabalho de campo realizado em San Salvador de Jujuy entre 2014 e 2016, incluindo vinte e cinco entrevistas individuais e em grupo e observação participante de diversas atividades.

Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST

O MST é um dos exemplos mais claros de um movimento socioterritorial para o qual a apropriação do espaço é central em sua estratégia de conquista e transformação de frações de territórios em todo o Brasil e, além de apoiar e estimular novas mobilizações pelo mundo, por meio de articulações transnacionais. Seu objetivo central tem sido a luta pela reforma agrária em um país com uma das maiores taxas de concentração fundiária do mundo, com o coeficiente de Gini de 2014 para concentração de 0,860 (GIRARDI et al., 2017). Entre 1988 e 2016, cerca de 1.342.430 famílias participaram de ocupações de terra no Brasil, das quais aproximadamente 84% foram formalmente assentadas em uma área de 82.159.838ha (GIRARDI et al., 2017).

Embora não seja o único movimento socioterritorial ativo, o MST tem sido o protagonista central dessa história. Entre 2000 e 2016 um relatório da DATALUTA registrou 138 movimentos de luta pela terra, mobilizando 828.326 famílias ou mais de 3 milhões de pessoas, das quais 64 por cento estavam organizadas no MST (GIRARDI et al., 2017). Nesse mesmo período, 7.049.073 pessoas participaram de protestos, como passeatas, bloqueios de rodovias, ocupação de prédios públicos e acampamentos de protesto, sobre temas relacionados à luta pela terra e reforma agrária (por exemplo: crédito agrícola e infraestrutura educacional) (GIRARDI et al., 2017). Ao transformar as relações socioespaciais em ocupações de terra, o MST tem pressionado o Estado a transformar a situação agrária em todo o país, lutando simultaneamente pela transformação do território brasileiro.

A luta pela terra empreendida por movimentos socioterritoriais como o MST pode ser entendida como uma forma de política pública de base. As ações são desenvolvidas por meio do planejamento, estratégias e recursos de famílias de baixa renda, excluídas da terra e do trabalho, que buscam transformar suas realidades. Através das ocupações estratégicas de terra centenas de milhares de famílias conquistaram frações de territórios, obrigando o Estado a responder com a criação de assentamentos nos quais as famílias produzem alimentos, fibras e energia. Estes assentamentos formaram a espinha dorsal da reforma agrária no Brasil e foram impulsionados pela mobilização de movimentos socioterritoriais como o MST. Ao mesmo tempo, a força do movimento apresenta desafios. Todo processo de territorialização envolve um processo de desterritorialização e ocupando os territórios de latifundiários e corporações para reivindicar terras e moradias, famílias foram perseguidas e muitos líderes de movimentos presos ou assassinados por pistoleiros a mando de latifundiários e/ou corporações. Os movimentos socioterritoriais têm uma capacidade de representação que pode gerar inspiração e solidariedade, bem como forte perseguição de sujeitos políticos cujos projetos foram desterritorializados por meio de suas mobilizações. O MST é um movimento socioterritorial altamente dinâmico que evoluiu em diferentes fases históricas, que podemos analisar em nossos quatro eixos.

Em primeiro lugar, a ocupação e a luta pela terra tem sido uma estratégia central das famílias camponesas que reivindicam a reforma agrária no Brasil, sendo as frações do território o objeto central da contenção ou conflitualidade. O MST formalmente fundou-se em 1984 e tem suas raízes nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, São Paulo e Mato Grosso do Sul, onde milhares de famílias se apropriaram do espaço e passaram a transformar a questão agrária brasileira. A luta pela terra centra-se na estratégia de reivindicação e conquista de uma fracção de território em que se reproduzem as condições básicas de existência do campesinato.

No decorrer da mobilização, as lutas do MST pela terra foram territorializadas em vários estados do Brasil (FERNANDES 2000a; WOLFORD 2004, 2010). À medida que as famílias conquistaram com sucesso frações de território, criaram espaços de socialização política nos quais organizaram novas famílias para ocupações de terra, multiplicando assim os espaços de luta e resistência em outros territórios camponeses. Por meio de ocupações de terras em movimento, o MST se consolidou e se territorializou em dez estados brasileiros na década de 1990. Com o tempo, o MST desenvolveu vasta experiência em territorializar a luta pela terra, criando novos espaços de socialização política para os camponeses sem-terra por meio de ocupações onde as famílias mobilizaram territórios para gerar apoio na sociedade brasileira e pressionar o governo a responder. Essa estratégia territorial está mobilizada desde o seu nascimento e continua sendo a principal forma de luta pelo acesso à terra e pela reforma agrária. A conquista de terras inicia-se com a territorialização do MST e esta é a razão de sua existência.

Em segundo lugar, o MST desenvolveu sua identidade explicitamente em relação à falta de terra das famílias e sua estratégia de ocupação e conquista de frações de território. O ato de se apropriar politicamente do espaço, convertendo a terra em território camponês e, em seguida, territorializando-se pelo Brasil é o que define o movimento desde seu início (FERNANDES E STEDILE 1999). É também o que tem permitido a existência e a reprodução do modo de vida camponês. Cortar a cerca passou a ser a imagem que representou sua história, pois cada cerca cortada tinha o potencial de se tornar um território conquistado (BRADFORD E ROCHA 2002). A ocupação da terra gera novas subjetividades nascidas do espaço-tempo de luta. No decorrer da mobilização, as ocupações de terras são muitas vezes acompanhadas de ocupações de prédios públicos e também de manifestações de rua, sendo estas últimas particularmente importantes para gerar uma imagem global do MST e fazer parte da mística do movimento, que são atos coletivos ou rituais através do qual o senso comum e a identidade são forjados. A transformação da realidade só é possível com a criação de novos espaços nos quais as pessoas se encontram e concretizam seus objetivos.

A identidade territorial é gerada no fazer-se da territorialidade de uma comunidade que tem como característica central a comunhão produzida pelo território compartilhado em que seus membros vivem. Inevitavelmente, existem identidades territoriais que produzem diversas e múltiplas territorialidades, o que Haesbaert (2004) resumiu como multiterritorialidade, contida no MST. Três identidades territoriais sobrepostas, mas distintas, construídas no curso da mobilização do território, podem incluir as dos movimentos indígenas, camponeses e sem-terra, três movimentos socioterritoriais importantes presentes na América Latina e além (ver HALVORSEN 2018). A identidade de um movimento socioterritorial é construída por meio de sua

prática de conquista do território e na luta para continuar vivendo no território ocupado, na medida em que sua identidade pode ser indistinguível do próprio território. A produção de alimentos, música, literatura e outras práticas culturais ocorre no território, por sua vez criando e recriando relações socioterritoriais. Em outras palavras, territórios produzem identidades, que por sua vez reproduzem territórios.

Terceiro, o MST organiza as ocupações de terra como espaços de socialização política (FERNANDES, 2000a). As famílias tipicamente partem da criação de um espaço comunicativo, onde se encontram e se identificam como camponesas em situação de pobreza, expropriados pela territorialização da agricultura capitalista. Esses encontros logo desenvolvem conhecimentos sobre suas trajetórias e geram a consciência da necessidade de mudar seu curso de vida. As ocupações também criam espaços interativos que aprofundam a compreensão das famílias sobre suas realidades e permitem que tomem decisões como protagonistas de sua própria história, formando a base para a criação de territórios de luta e resistência. Há uma mudança qualitativa à medida que as famílias começam a olhar para fora e tornar pública a luta que estão construindo, conquistando e produzindo mais territórios. Famílias camponesas, antes expropriadas e desterritorializadas por latifundiários ou corporações, agora estão organizadas em um movimento socioterritorial, ocupando frações dos territórios da classe proprietária e capitalista, desafiando a desigualdade e transformando suas realidades (CARTER, 2015).

Para muitas famílias, as práticas de socialização política são anteriores às ocupações e desdobram-se em vários outros espaços de organização política, incluindo, por exemplo, sindicatos rurais ou comunidades eclesiais de base (cristãs) (FERNANDES E STEDILE, 1999). Um elemento crucial para a socialização política é o vínculo afetivo e emocional gerado entre as famílias. Embora as práticas de ocupação possam ser experiências altamente carregadas e afetivas que inspiram ativistas (JURIS, 2008), para o MST uma emoção crucial é a do medo e a necessidade de superá-lo pela socialização política. Na esteira dos movimentos das praças de 2011 (Occupy, Indignados, etc.), Castells (2012) notou como o momento de aproximação nas ocupações foi crucial para a superação do medo que os indivíduos muitas vezes enfrentam ao cruzar a linha para o ativismo do movimento social. Na luta pela terra é importante que as famílias discutam e compartilhem o medo de participar de ocupações para tomarem suas decisões na participação na luta; nesse sentido, esta socialização política desempenha um papel crucial, não apenas na logística organizacional, mas também na apresentação pública das ideias e dos fundamentos da ocupação, ajudando as famílias a superar suas apreensões iniciais (FERNANDES E STEDILE, 1999). A socialização política é um processo contínuo de produção

espacial que se inicia antes da ocupação da terra e se intensifica e continua a evoluir através dos territórios ocupados.

Quarto, a história do MST não pode ser entendida sem referência às suas estratégias de institucionalização. Em primeiro lugar, o MST se institucionalizou territorializando as práticas e infraestruturas necessárias à sustentação do movimento. Seu crescimento exigiu uma estrutura organizacional em escala nacional para lidar com várias questões, como produção agrícola, infraestrutura, educação, saúde, comércio, indústria, tecnologia e assim por diante. Como acontece com outros movimentos socioterritoriais, o MST criou suas próprias instituições (por exemplo, centros de pesquisa, escolas, lojas cooperativas, etc.) para se reproduzir no espaço e no tempo. Ao fazer isso, o MST passou a atuar em múltiplas dimensões (sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais) do território. Ao mesmo tempo, ampliou e internacionalizou suas atividades. Desde 1991 participou ativamente e ajudou a criar a Via Campesina, uma rede global de movimentos camponeses, e se territorializou em vinte e quatro estados do Brasil, tornando-se efetivamente um movimento nacional. No entanto, ser um movimento socioterritorial camponês, lutar pela terra e pelo desenvolvimento de modos de vida camponeses, implica não só na crescente territorialização do movimento, mas também em saber transformar a luta em políticas concretas. Como tal, tem procurado estabelecer relações com partidos políticos e órgãos governamentais. Os períodos mais intensos de territorialização ocorreram durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995–2003), do Partido Social Democrata Brasileiro (PSDB) e de Luiz Inácio Lula da Silva (2003–2010) do Partido dos Trabalhadores (PT), que vamos considerá-los com mais detalhes.

A relação do MST com Cardoso foi marcada por uma expectativa efêmera seguida de forte repressão. Ao tomar posse, Cardoso proclamou que realizaria a “maior reforma agrária do mundo” (FERNANDES 2008) e, durante seu primeiro governo (1995-1998), 300.817 famílias foram assentadas. O assentamento em terras ocupadas é um resultado importante para o MST, que demonstra sua capacidade de “conquistar” frações do território do Estado e da produção capitalista. No entanto, o governo Cardoso logo entendeu que a luta pela terra era mais ampla do que imaginara, à medida que as ocupações de terra começaram a crescer em número e decidiu criminalizar as ocupações de terras como forma de controle. O erro de estimativa do governo está no fato que acreditava que não haveria mais de 300.000 famílias sem terra, quando na verdade o MST sempre estimou que fossem cerca de 7 milhões. À medida que as ocupações de terra começaram a aumentar, o governo de Cardoso respondeu em maio de 2001 com uma “medida provisória” que criminalizou todas as pessoas envolvidas nas ocupações de terra e

defendeu os latifúndios. No segundo mandato do governo de Cardoso (1999-2003), o número de famílias assentadas foi reduzido para 163.357 e as sentenças de prisão para os camponeses sem terra aumentaram drasticamente, pondo fim abrupto à "maior reforma agrária do mundo".

Ao assumir o cargo, o presidente Lula afirmou que faria a reforma agrária “com uma canetada só”, e o número de ocupações, que haviam diminuído no segundo mandato de Fernando Henrique, começou a aumentar na esperança da reforma agrária ser realizada pelo governo Lula (FERNANDES 2013). Durante o primeiro mandato de Lula (2003-2006), 270.090 famílias foram assentadas definitivamente, incentivando novas ocupações de terra. Mesmo assim, a “medida provisória” permaneceu em vigor, constituindo uma clara barreira ao MST. Durante o segundo mandato do presidente Lula (2006-2010), o número de famílias assentadas caiu drasticamente para 107.757. Isso foi influenciado pela nova conjuntura política em que o governo Lula buscou fortalecer alianças com representantes do agronegócio (proprietários de terras, corporações nacionais e multinacionais) que tinham pouco interesse na reforma agrária. Portanto, a política hegemônica permaneceu no uso da terra para a produção de commodities e especulação, parte de uma tendência regional na produção de bens primários para exportação em massa (SVAMPA 2013). A relação do MST com o governo durante a administração subsequente do PT da presidente Dilma Rousseff (2011-2016) permaneceu tensa, com alguma continuação no assentamento de famílias (47.916), já que o governo manteve alianças com o grande agronegócio. Ao contrário do governo Fernando Henrique Cardoso, porém, o PT sempre manteve o diálogo com o MST, mesmo que não cumprisse sua promessa de concluir a reforma agrária “com uma canetada só”.

Apesar dos contratempos durante os governos PSDB e PT, o MST manteve sua autonomia e continuou a perseguir políticas públicas por meio da mobilização do território. Além do assentamento, o MST tem pressionado por várias formas de apoio do Estado, incluindo crédito financeiro, habitação, educação, saúde e assim por diante. Durante o governo Fernando Henrique Cardoso, o MST ajudou a criar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAG) e o Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária (PRONERA), além de contribuir para a implementação de programas durante o governo do PT: o Programa de Aquisição do Programa de Alimentação e Agricultura Familiar (PAA), do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do Programa de Agroindustrialização e Reforma Agrária nos Assentamentos (TERRA FORTE). Esses programas são todos resultados de negociações entre o MST (e outros movimentos socioterritoriais) e o Estado e representam passos cruciais para a institucionalização da reforma agrária e do modelo da “família agrícola”. Essas políticas abriram novas possibilidades para a territorialização da produção agroecológica que se tornou uma

característica central do campesinato agrícola no Brasil. A apropriação do espaço em busca de projetos políticos é essencial para a transformação da realidade e constitui a razão central para a continuidade da existência do MST, uma estratégia que pode ser vista em um contexto diferente na Argentina.

Organização de Bairro Tupac Amaru

No início do século XXI, os movimentos sociais urbanos, vinculados às questões do trabalho e da pobreza, assumiram uma importância sem precedentes na Argentina. Os chamados *piqueteros* (bloqueadores de estradas), movimentos de fábricas recuperadas e assembleias de cidadãos se multiplicaram por todo o país (SVAMPA & PEREYRA, 2003). Em 1999, a província de Jujuy, no Noroeste, uma região com desenvolvimento econômico historicamente precário e índices muito altos de pobreza, deu origem à Organização de Bairro Tupac Amaru ou OBTA (ver BATTEZZATI, 2014; MANZANO, 2015; GAONA, 2016; TORRES, 2016; 2017). A OBTA consiste em uma organização de bairro que responde coletivamente às diversas demandas de um amplo setor da população juvenil mais vulnerável.

Inicialmente, a OBTA se concentrou na solicitação de ajuda alimentar e na organização da distribuição de leite nos bairros periféricos da cidade de San Salvador de Jujuy. Em seguida, voltou-se para estratégias de criação de oportunidades de trabalho em um contexto de alto desemprego, um legado de políticas neoliberais anteriores que haviam sido implantadas em todo o país desde a década de 1970, com maior vigor na década de 1990. A crise de 2001, conhecida como *argentínazo*, foi seguida por uma subsequente mudança de governo com o centro-esquerda do Norte, ou Kirchner, vencendo as eleições presidenciais de 2003. O governo Kirchner criou novos caminhos para o financiamento de políticas públicas em resposta à trágica situação social, ao lado de um reposicionamento político e ideológico que tentou construir pontes, criar alianças e coordenar-se com algumas das organizações sociais que foram protagonistas-chave na época (BOYANOVSKY BAZ, 2010; ROSSI, 2017). Isso incluiu a OBTA, que rapidamente desenvolveu uma forte aliança com o governo nacional, adotando um modelo cooperativo e recebendo financiamento para construir moradias sociais no âmbito do Programa Habitat de Emergência.

A tentativa bem-sucedida do movimento de construir moradias, usando menos dinheiro e tempo do que originalmente esperado ou demandado, levou ao seu crescimento exponencial e sustentou a OBTA ao longo dos doze anos subsequentes. Conseguiu criar uma forte ética de trabalho a partir da qual desenvolver se traduziu na construção de seus próprios territórios: bairros residenciais com escolas próprias, centros de saúde, fábricas, centros esportivos, parques

temáticos, cinemas, centros culturais, rádios populares, e assim por diante. Essas instituições criaram milhares de oportunidades de trabalho que foram ao mesmo tempo inscritas em um “dispositivo de assistência social” (MANZANO, 2015, p. 26), dispositivo com uma base territorial clara. O exemplo mais paradigmático desse processo é o “Barrio de la Tupac” (bairro Tupac) no Alto Comedero, em San Salvador de Jujuy, onde a organização conseguiu construir 3.000 casas. Esse processo de territorialização permitiu à OBTA se apropriar de um território urbano, determinando seu uso, regras e responsabilidades e utilizando-o como base para a construção de identidade, poder e estratégia política. Podemos analisar a construção desse movimento socioterritorial nos quatro eixos.

Em primeiro lugar, a apropriação do espaço foi a característica e a estratégia definidoras da OBTA, desenvolvendo território para melhorar as condições de vida dos moradores do bairro, ao mesmo tempo em que amplia e interliga suas atividades. Através da sua capacidade de mobilizar pessoas, recursos, soluções e símbolos no território, a OBTA desenvolveu um papel central na escala provincial, atuando como sujeito político de ativação e resolução de demandas que se concentravam nos setores informais da classe trabalhadora, mas também convergindo com outros atores, como trabalhadores formais e empresas de médio porte. Sua base territorial permitiu aos integrantes da OBTA viver e atender às suas necessidades, proporcionando, por sua vez, maior visibilidade ao movimento. Além disso, a OBTA utilizava seu território como meio de reproduzir modos de convivência, distribuição e governança de práticas de troca. Por exemplo, todos os membros da OBTA participam de uma rodada de “copa de leche” (distribuição de leite) ao se afiliar à organização; todas as crianças têm acesso gratuito à escola, incluindo os níveis médio e superior, com trajetórias flexíveis, e todos que precisam de assistência médica podem obtê-la gratuitamente nos centros de atenção da organização. Os problemas, conflitos e tensões entre vizinhos nos bairros de Tupac ou entre trabalhadores da mesma cooperativa são resolvidos em assembleias, incorporando à discussão o presidente da cooperativa ou mesmo o líder da organização, Milagro Sala.

A estratégia da OBTA amplia o caso do MST, destacando o papel que o território urbano teve para muitos movimentos socioterritoriais latino-americanos no contexto da desindustrialização, neoliberalismo e reconfiguração dos movimentos sociais fora dos espaços tradicionais, por exemplo recuperar a fábrica e criar união para conquistas no território urbano (cf. SOUZA, 2015). Movimentos socioterritoriais urbanos como a OBTA surgiram em uma conjuntura histórica em que o território foi explicitamente identificado pelos ativistas como uma estratégia central para sua existência, por meio de redes de ajuda mútua e solidariedade e resistência, por meio do direcionamento de detentores de poder chave, muitas vezes usando a tática de bloqueios

de estradas, culminando na derrubada do presidente da Argentina em dezembro de 2001 (SVAMPA & PEREYRA, 2003; DELAMATA, 2005; MERKLEN, 2005). Após a eleição do presidente Kirchner em 2003, muitos movimentos socioterritoriais viram maiores oportunidades políticas em reescalonar sua estratégia em direção à exigência de bem-estar por meio de governos provinciais, financiados pelo governo central (Rossi 2017). A OBTA concentrou sua estratégia em dois programas públicos: o Programa Federal de Emergência Habitat (PEH) e, em menor escala, o Plano RemediAR (“Plano de Cura”) que havia sido criado em 2002 no contexto de uma crise sanitária nacional. O PEH está focado no financiamento da construção de moradias por meio de cooperativas de trabalho, buscando assim, ao mesmo tempo, resolver o déficit habitacional da Argentina e aumentar o emprego. O Plano RemediAR visa fornecer medicamentos essenciais para aqueles que carecem de cuidados com a saúde e estão abaixo da linha da pobreza. Em 2004, a OBTA adaptou-se a um modelo cooperativo para poder se beneficiar do PEH. Isso gerou uma profunda transformação organizacional ao reescalonar sua atividade para o nível provincial e ver um rápido crescimento de membros combinado com um influxo repentino de recursos públicos. Isso também provocou uma aliança forte e duradoura com o governo nacional de Kirchner, que gerou tensões políticas e questões de dependência com os governos provinciais e subprovinciais.

Em segundo lugar, a identidade da organização se desenvolveu por meio de sua concepção territorial: são *tupakeros* porque compartilham seu próprio espaço físico e simbólico; eles compartilham uma forma de conceber trabalho, ativismo, convivência de bairro e modelo urbano. Por meio da apropriação do espaço urbano, passaram a construir uma subjetividade alternativa, ancorada na cultura do trabalho solidário com responsabilidade e solidariedade. A característica mais conhecida da OBTA tem sido a promoção de práticas alternativas de territorialização em seus bairros que disputam o uso do solo urbano: rejeitando a especulação imobiliária e o individualismo do esquema meritocrático (neo)liberal que canaliza as possibilidades das pessoas em sua capacidade de comprar no mercado. A OBTA mobilizou uma compreensão alternativa do território urbano a partir do uso coletivo e da identidade política. Eles também são nutridos por uma forte disciplina por meio de uma organização notavelmente vertical. Embora as principais decisões e linhas de ação sejam definidas em assembléias, a voz primordial é a de suas lideranças fortes, em sua maioria mulheres indígenas. As novas subjetividades insurgentes e transformadoras da OBTA estão claramente associadas à liderança territorial situada de Milagro Sala, uma mulher Jujena pobre e indígena que foi referência por sua forte personalidade na construção uma identidade coletiva baseada em sua imagem, fortemente

enraizada em sua terra. Este pode ser um dos elementos que ajudam a explicar porque tem sido tão desafiador replicar a experiência da Jujena em outras províncias do país.

Por meio de seu ativismo territorial, a OBTA também facilitou um reposicionamento étnico, classista e de gênero de suas subjetividades políticas no contexto de uma das regiões mais pobres da Argentina, onde os valores tradicionais - elitistas e machistas - ainda são fortes. Por um lado, a OBTA incorporou o indigenismo à sua identidade, valendo-se de recursos simbólicos dos diferentes povos que fazem parte da história da população local com fortes raízes indígenas. Esta incorporação não procurou distinguir entre diferentes grupos étnicos (aymara, quechua ou guarani); em vez disso, procurou recuperar o legado indígena em termos políticos e territoriais, simbolizado na bandeira Wiphala (representando os povos nativos dos Andes) que eles usam em todos os seus eventos, mobilizações nacionais e ações locais. A territorialização da OBTA, principalmente em sua sede localizada em uma das ruas mais proeminentes de San Salvador, também permitiu que indígenas e pobres de Jujuy tivessem acesso simbólico e materialmente ao centro da cidade, tornando-os visíveis à sociedade profissional e “alta” dos transeuntes de Jujuy. Igualmente, a OBTA considera a mulher como figura de empoderamento, tanto por meio de sua dirigente Milagro Sala, quanto por sua reconfiguração de papéis de mão-de-obra e patrão, tradicionalmente associada à masculinidade, por meio da promoção ativa de mulheres líderes e, de forma mais geral, mulheres indígenas dando ordens e sendo respeitadas. Além disso, uma diversidade de identidades de gênero é aceita e tornada visível por meio do “espaço de identidade e gênero” da OBTA, que promove a organização e mobilização da comunidade LGBTQIA+. A apropriação de um território urbano gerou, assim, um espaço no qual identidades marginalizadas podem ser reivindicadas e aprofundadas em sujeitos politizados dentro de um movimento socioterritorial.

Terceiro, com base nos (e fortalecidos pelos) dois eixos anteriores, o território da OBTA pode ser concebido como um dispositivo de produção e reprodução de processos de socialização política. Os homens e mulheres, jovens e idosos, que aderiram à OBTA não só encontraram soluções para muitas de suas demandas (por exemplo, habitação, saúde, educação e cultura), mas também aprenderam como construir valores, afetos e códigos para entender o mundo, formas de processar diferenças e disputas. Eles desenvolveram novas relações sociais, novos valores e novas formas de se conceberem como um “nós” político com forte capacidade de ação coletiva para além do cotidiano, por meio de grandes mobilizações e eventos públicos. A socialização política dos ativistas da OBTA foi uma novidade devido à sua base territorial. Após a implementação de diversas medidas neoliberais que levaram à desindustrialização e subsequente precariedade da força de trabalho local e das condições sociais (por exemplo, saúde

e educação), a organização da OBTA como um movimento socioterritorial levou a uma recuperação própria do espaço, por meio de suas moradias autoconstruídas, fábricas, escolas, rádios, cinemas, templos e outras formas urbanas. Em cada um desses espaços coletivos de trabalho, educação e lazer, a OBTA gerou novas subjetividades políticas atravessadas pela construção de poder ativada de baixo para cima, tomando ações e decisões com base em suas próprias experiências e necessidades simbólicas e materiais. Isso incluiu a construção de um parque aquático de lazer que forneceu uma forte resposta simbólica aos anos de exclusão social de crianças em situação de pobreza que de repente puderam ter acesso a uma piscina para se refrescar e se divertir nos verões escaldantes. Diante de um contexto hostil - um mercado econômico e estrutura política que sistematicamente os torna invisíveis como sujeitos de direito, os denigre como sujeitos de trabalho e os silencia como sujeitos políticos. A possibilidade de sua construção pública e política por meio de seus próprios espaços e territórios pode ser considerada o primeiro passo crucial em direção a uma nova subjetividade insurgente (cf. HOLSTON 2008) em um território redefinido e reconstruído em conflito com aqueles outros territórios de política, economia e sociedade capitalista branca.

Quarto, a territorialização da OBTA pode ser lida como um processo de institucionalização que culminou na criação, em 2013, de um partido político, o Frente Unidos y Organizados (Frente Unida e Organizada, ou FUYO), como uma nova ferramenta eleitoral. O FUYO representa um desenvolvimento estratégico crucial, visto que propõe uma transição de seu próprio território político - produzido, apropriado e controlado pela OBTA - para o território político das instituições dominantes em um regime político poliárquico. Isso marca um deslocamento do território das mobilizações, do poder popular, da ocupação de ruas e praças, da construção de bairros, escolas e fábricas com regras de funcionamento e diretrizes de troca construídas por sua própria organização, para o espaço de representação eleitoral com lógicas e regras próprias. Conforme elaborado em outro lugar (TORRES, 2019), a base de legitimidade e acumulação política que foi expressa no FUYO deriva do ativismo territorial da OBTA, e este processo de institucionalização formal baseou-se inteiramente no “sucesso” de seu próprio território. Dada a forte dependência do governo nacional de Kirchner para sua territorialização em Jujuy, no entanto, a OBTA ficou vulnerável quando o direitista Mauricio Macri conquistou a presidência em 2015.

Durante os anos Kirchner (2003-2015), o governo central forneceu apoio político e financeiro constante à OBTA, permitindo-lhe crescer rapidamente e consolidar a sua organização territorial, gerando eventualmente a capacidade de lançar um partido político. A eleição do presidente Macri, no final de 2015, abriu um período de desterritorialização da OBTA, em grande

parte devido às medidas políticas tomadas pelo novo governo provincial liderado por Gerardo Morales. Desde 2015, todos as principais lideranças do OBTA, incluindo Milagro Sala, foram rapidamente presas sob a acusação de corrupção e peculato, em procedimentos judiciais duvidosos e cheios de irregularidades. As instituições territoriais construídas pela OBTA foram gradualmente desmontadas, incluindo suas escolas, fábricas, ramos locais e estrutura de partidos políticos, minando assim a estratégia, identidade e socialização política da organização. A facilidade com que a OBTA foi desterritorializado é um sintoma da forte dependência de seu projeto político com relação ao governo nacional que o levou a uma perda de autonomia e independência, pois contava com o apoio financeiro, político e legal do Estado que os garantia poder e legitimidade durante os anos Kirchner.

Ao analisar os sucessos de movimentos socioterritoriais, portanto, é importante prestar atenção às formas como suas práticas e modalidades são institucionalizadas, particularmente em relação ao Estado. Talvez, então, a forma institucional (informal) mais importante seja o território diretamente apropriado e construído pelos movimentos socioterritoriais que dá durabilidade e solidez às construções coletivas transformadoras. Ainda assim, as relações de poder que definem e apoiam a territorialização dos movimentos socioterritoriais podem ser altamente dependentes e dinâmicas e requerem atenção crítica de acadêmicos e militantes.

Conclusão

Este artigo argumentou que o movimento socioterritorial é um conceito qualitativamente diferente daqueles de movimento social e movimento socioespacial e forneceu uma estrutura analítica que extrai características-chave e dilemas. Seguindo Fernandes (2005), argumentamos que uma análise do movimento socioterritorial é inevitavelmente uma tentativa multidimensional ampliada de compreensão dos movimentos sociais e é importante trabalhar em toda a nossa matriz elaborada na Figura 1, incorporando percepções do movimento social e análises do movimento socioespacial. Para análise do movimento socioterritorial é necessário um conjunto de dimensões que são cruciais para a sua compreensão, que sem esse conjunto o movimento seria mal compreendido. Procuramos levar adiante o trabalho anterior de Fernandes, 2005 fornecendo uma estrutura analítica que facilitará outros interessados em seguir a abordagem. Além disso, ao incorporar o caso da OBTA, demonstramos a relevância do conceito de momentos socioterritoriais para o ativismo urbano, indo além do caso arquetípico das ocupações de terras camponesas. A partir dessa base, propomos o movimento socioterritorial como um conceito aberto e expansivo e indicamos uma análise comparativa adicional para testar e modificar a

estrutura proposta. Sugerimos que nossa abordagem pode ajudar a chamar a atenção para uma estratégia central dos movimentos sociais em todo o mundo, ao mesmo tempo que demonstra a riqueza dos debates latino-americanos para geógrafos que trabalham em um contexto anglófono. As razões específicas pelas quais o território é mobilizado por movimentos sociais dependerão de seu contexto histórico e geográfico, mas, como a forma crucial para realizar as relações de poder no espaço (RAFFESTIN, 1980), esperamos ver uma diversidade de estudos de caso, cada um com seu próprio conjunto de oportunidades e dilemas.

Um dilema central para os movimentos socioterritoriais identificados neste artigo é a ameaça e a oportunidade de institucionalização, que entendemos aqui como a territorialização de um conjunto de práticas e infraestruturas que sustentam um movimento. A territorialização gera os recursos simbólicos e materiais fornecidos para sustentar o poder autônomo de um movimento socioterritorial (ZIBECHI, 2012; ROUTLEDGE, 2015). A territorialidade e as relações de poder associado a um movimento socioterritorial não são externos a outros projetos políticos, mas relacionam-se a territorialidades sobrepostas e concorrentes. A territorialização dos movimentos muitas vezes implica a desterritorialização de projetos políticos hegemônicos, o que torna a negociação inevitável, como observada Ulloa (2011) ao descrever a “autonomia relacional” das comunidades indígenas que se cruzam com outras territorialidades (por exemplo, paramilitares, organizações não governantes, guerrilhas) De importância central é a relação entre um movimento socioterritorial e o Estado (em várias escalas de governo) devido à dependência mútua ou antagonismo que pode surgir quando um movimento atinge um tamanho e escala suficientes para reivindicar e propor recursos políticos. Nesse contexto, os movimentos socioterritoriais têm que tomar as decisões sobre sua relação com o Estado, um dilema que veio à tona durante a virada à esquerda na América Latina na primeira década e meia deste século.

Por um lado, tem havido um movimento de incorporação de movimentos socioterritoriais que definiram as novas “questões sociais” América Latina, com base na tentativa de incluir setores marginalizados da sociedade (pobres, indígenas, sem terra) dentro das estruturas do Estado (ROSSI, 2017; SILVA E ROSSI, 2018). Esta incorporação emergiu do encontro de demandas de baixo para cima pelo reconhecimento formal e assistência para grupos marginalizados que se mobilizaram dentro e através do território como meio de sobrevivência e da necessidade de cima para baixo de legitimidade democrática de presidentes de centro-esquerda e partidos políticos, especialmente no contexto da descentralização política. A OBTA é um exemplo claro dessa tendência e demonstra a capacidade dos movimentos socioterritoriais de se mobilizarem no contexto de uma aliança com um governo progressista. No entanto, embora sua incorporação ao governo Kirchner trouxesse apoio material e político para a OBTA, também

levou a uma forte dependência que empurrou o movimento para a crise após a eleição de 2015 do Presidente Macri.

Por outro lado, tem havido preocupações de como às políticas públicas enfraquecem a autonomia dos movimentos socioterritoriais e mina sua capacidade de se apropriar do território em busca de seus projetos políticos (ZIBECHI, 2012). Nesse sentido, o MST apresenta um caso interessante, mas complexo de movimento socioterritorial que experimentou relações estreitas com o Estado (principalmente nos primeiros anos de Lula), mas conseguiu manter sua autonomia, criando suas próprias conjunturas com apoiadores, alianças políticas, mas nunca entrando formalmente no governo. Embora isso impusesse um limite ao apoio material e político fornecido pelo Estado brasileiro, o tamanho do MST significava que ele era capaz de continuar pressionando por políticas públicas por meio de suas ocupações de terras. Desde que o presidente Temer assumiu a presidência em 2016, o Brasil testemunhou uma união de forças do latifúndio e do agronegócio (conhecido como binômio latifúndio - agronegócio) que levou a uma intensificação da grilagem de terras, altamente enredada nas forças da globalização do capitalismo. O MST também pode ser entendido no contexto do que Svampa (2013) chamou de “virada eco-territorial” em movimentos que se mobilizaram em oposição ao neoextrativismo, política que sustentou grande parte do governo latino-americano progressista (GUDYNAS, 2011) e que desde então tem se aprofundado (SVAMPA, 2017).

Os movimentos socioterritoriais são processos dinâmicos que podem se territorializar, ser desterritorializado e se reterritorializar por meio de seus projetos políticos, dependendo das mudanças nas conjunturas políticas multiescalares em que se encontram. Como tal, a mobilização do território nunca ocorre no vácuo, mas desdobra-se no contexto de “configurações territoriais” já existentes (Santos, 1996) de projetos políticos historicamente estratificados. Analisar as estratégias, identidades, socialização política e institucionalização dos movimentos socioterritoriais exige, portanto, uma leitura geográfica e histórica atenta dos estudos de caso que devem evitar análises estáticas ou monodimensionais. Nesse espírito, convidamos as pessoas que estudam e ou atuam nos movimentos socioterritoriais que contribuam com mais análises comparativas dos movimentos socioterritoriais em todo o mundo para criticar, modificar e expandir a estrutura proposta aqui, por sua vez, gerando mais insights sobre as oportunidades e dilemas enfrentados pelos movimentos socioterritoriais.

Financiamento

Sam Halvorsen agradece o financiamento da Leverhulme Trust (ECF-2016-301) que tornou esta pesquisa possível.

Referências

AGNEW, J.; OSLENDER, U. Territorialities, sovereignty in dispute: Empirical lessons from Latin America. Spaces of contention: Spatialities and social movements. Nicholls, W.; Miller, B.; Beaumont, J. (Org.). Farnham, UK: Ashgate, 2013, p.121–40.

BATTEZZATI, S. La tupac amaru: Movilización, organización interna y alianza con el kirchnerismo (2003–2011). **Población & Sociedad**, v. 21, n. 1, p. 5–32, 2014.

BOYANOVSKY BAZAN, C. **El aluvión del piquete al gobierno**. Movimientos sociales y kirchnerismo. Buenos Aires: Sudamericana, 2010.

BRADFORD, S.; ROCHA, J. **Cutting the wire**: The story of the landless movement in Brazil. London: Latin America Bureau. 2002.

BRYAN, J. Rethinking territory: Social justice and neoliberalism in Latin America's territorial turn. **Geography Compass**, v. 6, n. 4, p.215–26, 2012.

CARTER, M. **Challenging social inequality**. Durham, NC: Duke University Press, 2015.

CASTELLS, M. **The city and the grassroots**: A cross-cultural theory of urban social movements. London: Edward Arnold, 1983.

CASTELLS, M. **Networks of outrage and hope**: Social movements in the Internet age. Cambridge, UK: Polity, 2012.

CHATTERTON, P. Making autonomous geographies: Argentina's popular uprising and the "Movimiento de Trabajadores Desocupados". **Geoforum**, v. 36, n. 5, p.545–61, 2005.

CLARE, N.; HABERMEHI, V.; MASON-DEESE, L. Territories in contestation: Relational power in Latin America. *Territory, Politics, Governance*, v. 6, n. 3, p. 302–21, 2018.

COX, K. R. The politics of turf and the question of class. WOLCH, J.; DEAR, M. (Org.). **The power of geography**: How territory shapes social life. Boston: Unwin Hyman, 1989, p. 61–86.

DELAMATA, G. **Ciudadanía y territorio**: Las relaciones políticas de las nuevas identidades sociales. Buenos Aires: Espacio, 2005.

DELLA PORTA, D. et al. **Movement parties against austerity**. Cambridge, UK: Polity, 2017.

DINERSTEIN, A. C. **The politics of autonomy in Latin America**. Basingstoke, UK: Palgrave Macmillan, 2015.

ELDEN, S. **The birth of territory**. London: University of Chicago Press, 2013.

ESCOBAR, A. **Territories of difference: Place, movements, life, redes**. London: Duke University Press, 2008.

FEATHERSTONE, D. **Resistance, space and political identity**: The making of counter-global networks. Oxford, UK: Wiley-Blackwell, 2008.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Editora Vozes: Petrópolis, 2000a.

FERNANDES, B. M. Movimento Social como Categoria Geográfica. *Terra Livre*, v. 15, p. 59–85, 2000b.

FERNANDES, B. M. Movimentos Socioterritoriais e Movimentos Socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. *Revista NERA*, ano 8, n. 6, p. 14–34, 2005.

FERNANDES, B. M. **Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. In *Luta pela terra, Reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008, p.173–224.

FERNANDES, B. M. **Sobre a Tipologia de Territórios**. In *Territórios e territorialidades: Teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular. 2009, p.35–71.

FERNANDES, B. M. A reforma agrária que Lula fez e a que pode ser feita. SADER, E. (Org.). **10 Anos de governos pós-neoliberais no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, Flacso Brasil, 2013, p. 191–206.

FERNANDES, B. M.; MARTIN, J. Y. Movimento Socioterritorial e Globalização: Algumas reflexões a partir do caso do MST. *Lutas Sociais* (PUCSP), p. 12:61, 2004.

FERNANDES, B. M.; STEDILE, J. P. **Brava gente: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

GAONA, M. **Experiencia, ciudad e identidad en torno a la organizacion barrial Tupac Amaru de San Salvador de Jujuy**. Doctoral thesis, Facultad de Periodismo y Comunicacion Social, UNLP, 2016. Accessed April 10, 2018. <http://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/52003>.

GARMANY, J. The spaces of social movements: O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra from a sociospatial perspective. *Space and Polity*, v. 12, n. 3, p. 311–28, 2008.

GIRARDI, E. et al. **Relatório DATALUTA Brasil 2016**. Presidente Prudente NERA, 2017.

GLASSMAN, J. From Seattle (and Ubon) to Bangkok: The scales of resistance to corporate globalization. *Environment and Planning D: Society and Space*, v. 20, n. 5, p. 513–33, 2002.

GOODWIN, J.; JASPER, J. M. **The social movement reader: Cases and concepts**. Oxford, UK: Wiley- Blackwell, 2009.

GOODWIN, J.; JASPER, J. M.; POLLETTA, F. **Passionate politics: Emotions and social movements**. Chicago: The University of Chicago Press, 2001.

GUDYNAS, E. **El Nuevo extractivismo progresista en America del Sur: Tesis sobre un viejo problema bajo nuevas expresiones**. In *Colonialismos del siglo XXI: Negocios extractivos y defensa del territorio en América*. In A. Acosta, E. Gudynas, D. Houtard, H. R. Soler, J. M. Alier, and L. Macas. Barcelona: Icaria Editorial, 2011, p. 75–92.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” a multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALVORSEN, S. Spatial dialectics and the geography of social movements: The case of Occupy London. *Transactions of the Institute of British Geographers*, v. 42, n. 3, p. 445–57, 2017.

HALVORSEN, S. **Decolonising territory**: Dialogues with Latin American knowledges and grassroots politics. *Progress in Human Geography*, 2018.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Multitude**: War and democracy in the age of empire. London: Penguin, 2004.

HART, G. Relational comparison revisited: Marxist postcolonial geographies in practice. **Progress in Human Geography**, v. 42, n. 3, p. 371–94, 2018.

HESKETH, C. The clash of spatializations: Geopolitics and class struggles. In southern Mexico. **Latin American Perspectives**, v. 191, n. 40, p. 70–87, 2013.

HOLLOWAY, J. **Change the world without taking power**. London: Pluto, 2002.

HOLSTON, J. **Insurgent citizenship**: Disjunctions of democracy and modernity in Brazil. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2008.

INCE, A. In the shell of the old: Anarchist geographies of territorialisation. **Antipode**, v, 44, n. 5, p. 1645–66, 2012.

JURIS, J. S. **Networking futures**: The movements against corporate globalization. Durham, NC: Duke University Press, 2008.

KEITH, M.; PILE, S. **Place and the politics of identity**. London and New York: Routledge, 1993.

LEFEBVRE, H. **The production of space**. Oxford, UK: Blackwell, 1991.

LEITNER, H.; SHEPPARD, E.; SZIARTO, M. The spatialities of contentious politics. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 33, n. 2, p. 157–72, 2012.

MANZANAL, M. Territorio, poder e instituciones: una perspectiva critica sobre la produccion del territorio: Actores, tramas y gobiernos: entre la cooperacion y el conflict. MANZANAL, M.; ARZENO, M.; NUSSBAUMER, B. (Org.). Buenos Aires: Ediciones CICCUS, 2007.

MANZANO, V. Lugar, trabajo y bienestar: la organizacion barrial Tupac Amaru en clave de politica relacional. **Publicar**, v. 18, n. 19, p. 9–35, 2015.

MARTIN, D. G. “Place-framing” as place-making: Constituting a neighborhood for organizing activism. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 93, n. 3, p. 730–50, 2003.

MASSEY, D. A global sense of place. **Marxism Today**, n. 38 (June), p. 24–29, 1991.

MCADAM, D.; TARROW, S.; TILLY, C. **Dynamics of contention**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2001.

MELUCCI, A. The new social movements: A theoretical approach. *Social Science Information*, v. 19, n. 2, p.199–226, 1980.

MERKLEN, D. **Pobres ciudadanos: Las clases populares en la era democratica (Argentina 1983–2003)**. Buenos Aires: Editorial Gorla, 2005.

MILLER, B. A. **Geography and social movements**: Comparing antinuclear activism in the Boston area. London: University of Minnesota Press, 2000.

MILLER, B. A.; MARTIN, D. G. Missing geography: Social movements on the head of a pin? MILLER, B. A. (Org.). **Geography and social movements**: Comparing antinuclear activism in the Boston area. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2000, p. 1–38.

NICHOLLS, W. Place, networks, space: Theorising the geographies of social movements. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 34, n. 1, p. 78-93, 2009.

NICHOLLS, W.; MILLER, B.; BEAUMONT, J. **Spaces of contention**: Spatialities and social movements. Farnham, UK: Ashgate, 2013

RAFFESTIN, C. **Pour une géographie du pouvoir [For a geography of power]**. Paris: LITEC, 1980.

ROBINSON, J. Thinking cities through elsewhere: Comparative tactics for a more global urban studies. **Progress in Human Geography**, v, 40, n. 1, p. 3–29, 2016.

ROSSI, F. M. **The poor's struggle for political incorporation**: The piquetero movement in Argentina. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2017.

ROUTLEDGE, P. **Terrains of resistance**: Nonviolent social movements and the contestation of place in India. Westport, CT: Praeger, 1993.

ROUTLEDGE, P. **Convergence space**: Process geographies of grassroots globalization networks. *Transactions of the Institute of British Geographers* 28 (3), 2003, p. 333–49.

ROUTLEDGE, P. **Territorialising movement: The politics of land occupation in Bangladesh**. *Transactions of the Institute for British Geographers* 40 (4), 2015, p. 445–63.

ROUTLEDGE, P. **Space invaders**: Radical geographies of protest. London: Pluto, 2017.

ROUTLEDGE, P.; CUMBERS, A. **Global justice net-works**: Geographies of transnational solidarity. Manchester, UK: Palgrave Macmillan, 2009.

SANDOVAL, M. F. L.; ROBERTSDOTTER, A.; PAREDES, M. Space, power and locality: The contemporary use of territorio in Latin American geography. **Journal of Latin American Geography**, v. 16, n. 1, p. 43–67, 2017.

SANTOS, M. O retorno do território. In: **Território, Globalização e fragmentação**. 15–20. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994, p. 15-20.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SCHNEIDER, S.; TARTARUGA, P. Territorio y enfoque territorial: De las referencias cognitivas a los aportes aplicados al analisis de los procesos sociales rurales. MANZANAL, M.; NEIMAN, G.; LATTUADA, M. **Desarrollo rural**: Organizaciones, instituciones y territorios. Buenos Aires: CICCUS, 2006, p. 71-102.

SCHWARZ, A.; STREULE, M. A transposition of territory: Decolonized perspectives in current urban research. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 40, n. 5, p. 1000–1016, 2016.

SILVA, E.; ROSSI, F. **Reshaping the political arena in Latin America**: From resisting neoliberalism to the second incorporation. Pittsburgh, PA: University of Pittsburgh Press, 2018.

SOUZA, M. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. CASTRO, I. E.; GOMES, P. C.; CORREA, R. L. (Org). **Geografia: Conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 77–116.

SOUZA, M. L. **Dos espaços de controle aos territórios dissidentes**: escritos de divulgação científica e análise política. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

STEINBERG, P. E. 1994. Territorial formation on the margin: Urban anti-planning in Brooklyn. **Political Geography**, v.13, n. 5, p. 461–76, 1994.

SVAMPA, M. **Consenso de los commodities y lenguajes de valorización en América Latina [Consensus of the commodities and languages of valorization in Latin America]**. Nueva Sociedad 244, 2013, p.30–46.

SVAMPA, M. **Del cambio de época al fin del ciclo**: gobiernos progresistas, extractivismo y movimientos sociales en América Latina. Buenos Aires: Edhasa, 2017.

SVAMPA, M.; PEREYRA, S. **Entre la ruta y el barrio**: La experiencia de las organizaciones piqueteras. Buenos Aires: Editorial Biblios, 2003.

TARROW, S. **Power in movement**: Social movements and contentious politics. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1998.

TORRES, F. Henri Lefebvre y el espacio social: Aportes para analizar procesos de institucionalización de movimientos sociales en América Latina. **Sociologías**, v. 18, n. 43, p. 240–70. 2016.

TORRES, F. Estado y movimientos sociales: Disputas territoriales e identitarias. La Organización Barrial Tupac Amaru–Jujuy-Argentina. **Revista NERA**, ano 20, n. 39, p. 86–100, 2017. DOI: [10.47946/rnera.v0i39.3893](https://doi.org/10.47946/rnera.v0i39.3893)

TORRES, F. Proceso de territorialización de la Organización Barrial Tupac Amaru: Cooperativas, barrio y política. **Estudios Socioterritoriales**, v. 25, 2019.

ULLOA, A. The politics of autonomy of indigenous peoples of the Sierra Nevada de Santa Marta, Colombia: A process of relational indigenous autonomy. **Latin American and Caribbean Ethnic Studies**, v. 6, n. 1, p. 79–107, 2011.

WOLFORD, W. This land is ours now: Spatial imaginaries and the struggle for land in Brazil. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 94, n. 2, p. 409–24, 2004.

WOLFORD, W. **This land is ours now**: Social mobilization and the meanings of land in Brazil. Durham, NC: Duke University Press, 2010.

ZIBECHI, R. **Dispersing power**: Social movements as anti-state forces. Edinburgh, UK: AK Press, 2010.

ZIBECHI, R. **Territories in resistance**: A cartography of Latin American social movements. Oakland, CA: AK Press, 2012.

Sam Halvorsen – é professor na School of Geography at Queen Mary University of London. Seus interesses de pesquisa incluem o papel do território nos movimentos sociais e partidos políticos, com ênfase particular na América Latina. **OrcID** – <http://orcid.org/0000-0001-8215-6946>

Bernardo Mançano Fernandes – graduação em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). Mestrado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Doutorado em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). Pós-doutorado pelo Institute for the Study of Latin America and Caribbean, University of South Florida. Livre-docente pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. Professor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), DO Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais da UNESP. **OrcID** – <http://orcid.org/0000-0001-6521-8949>

Fernanda Valeria Torres – é professora no Departamento de Sociologia na Universidad Nacional de La Plata e pesquisadora do CONICET. Seus interesses de pesquisa incluem os processos territoriais de movimentos sociais urbanos e organizações sociais e como esses processos afetam sua institucionalização política de uma perspectiva espacial e sociopolítica. **OrcID** – <http://orcid.org/0000-0000-0002-0974>

Como citar este artigo

HALVORSEN, Sam; FERNANDES, Bernardo Mançano. TORRES, Fernanda Valeria. Movimentos Socioterritoriais em Perspectiva Comparada. **Revista NERA**, v. 24, n. 57, p. 24-53, Dossiê I ELAMSS, 2021.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos (as) autores (as). As tarefas de concepção e desenvolvimento, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. **Sam Halvorsen** ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual; **Bernardo Mançano Fernandes** trabalhou na pesquisa e redação sobre a parte referente ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; e **Fernanda Valeria Torres** na pesquisa e redação sobre a parte referente à Organização de Bairro Tupac Amaru. Ainda **Bernardo Mançano Fernandes** foi responsável pela tradução do artigo.

Recebido para publicação em 15 de junho de 2020.
Devolvido para a revisão em 29 de agosto de 2020.
Aceito para a publicação em 30 de janeiro de 2021.

An (i)material Geography focused on popular and decolonial territorial praxis

Marcos Aurelio Saquet

State University of Western Paraná – Francisco Beltrão, Paraná, Brasil.
e-mail: saquetmarcos@hotmail.com

Abstract

As a result of our concerns, research and collaborations inside and outside the university, we illustrate important aspects of our popular and decolonial territorial praxis. We present some research results and cooperation work carried out with peasants from different municipalities in Paraná's Southwest region (individual subjects and / or associates) and citizens from the outskirts of Francisco Beltrão city, working in interdisciplinary and interinstitutional teams and with the subjects "studied" in each project. We chose a territorial and popular approach to render research and solidarity work, centered on social participation, dialogue and the integration of academic and popular knowledge, praxis that we carry out in three projects in which we experience some processes of territorial development in the countryside and the urban zone. We have a counter-hegemonic and decolonial perspective.

Keywords: Praxis; territory; popular science; decolonial.

Uma geografia (i)material voltada para a práxis territorial popular e descolonial

Resumo

Neste texto, que resulta das nossas inquietações, pesquisas e colaborações dentro e fora da universidade, ilustramos importantes aspectos da nossa práxis territorial popular e descolonial, por meio de alguns dos resultados do nosso trabalho de pesquisa e cooperação realizado com camponeses de diferentes municípios do Sudoeste do Paraná (sujeitos individuais e/ou associados) e com cidadãos da periferia da cidade de Francisco Beltrão, trabalhando em equipes interdisciplinares e interinstitucionais e, especialmente, com os sujeitos "estudados" em cada projeto. Nós optamos por uma abordagem territorial e popular de pesquisa e de trabalho solidário, centrado na participação social, no diálogo e na integração de conhecimentos acadêmicos e populares, práxis que efetivamos em três projetos nos quais experimentamos alguns processos de desenvolvimento territorial, no campo e na cidade, numa perspectiva contra-hegemônica e descolonial.

Palavras-chave: Práxis; território; ciência popular; descolonial.

Una geografía (in)material centrada en la praxis territorial popular y decolonial

Resumen

En lo presente texto, que resulta de nuestros cuestionamientos, investigaciones y colaboraciones dentro y fuera de la universidad, ilustramos importantes aspectos de nuestra praxis territorial popular y decolonial, por medio de algunos de los resultados de nuestro trabajo de investigación e cooperación realizado con campesinos de diversos municipios del Sudoeste do Paraná (sujetos individuales y/o asociados) y con ciudadanos de la periferia de la ciudad de Francisco Beltrão, trabajando en equipos interdisciplinares e interinstitucionales, y en especial con los sujetos "estudiados" en cada proyecto. Nosotros optamos por un abordaje territorial y popular de investigación y de trabajo solidario, centrado en la participación social, en el diálogo y en la integración de los conocimientos académicos y

populares, praxis que efectuamos en los tres proyectos en que experimentamos algunos procesos de desarrollo territorial, en el campo y en la ciudad, a partir de una perspectiva contrahegemónica y decolonial.

Palabras clave: Praxis; territorio; ciencia popular; decolonial.

Introduction

Initially, it is essential to highlight that this text is the result of our reflections carried out along our trajectory as a researcher and activist with social movements and, at the same time, of our participation in the discussion “Theories of spaces, territories and movements”, as an activity of the “I Latin American Meeting of Socio-spatial and Socioterritorial Movements” (I ELAMS) held at UNESP, São Paulo, in January 2019. For this reason, we are also very grateful for the opportunity we had to talk, debate and live with the subjects of the various social movements represented at that opportunity.

We believe in the necessary and urgent resolution of people's problems and that this can occur in different ways, from epistemological and / or ontological and political conceptions **made from outside, and about and to social movements** (for example, subsidizing their actions in the countryside and in the city with our research). In the view of the very serious life situation of our people, we believe that we have **work to do with the subjects and social movements of resistance, struggle, confrontation, decoloniality** and political, cultural, economic and environmental counter-hegemony, as we have already seen in Saquet (2015 [2011], 2013, 2014a, 2014b, 2017, 2018a, 2018b, 2019a, 2019b, 2019c, 2019d).

Social movements are, at the same time, geographical processes, therefore, they are spatialized and territorialized, becoming effective as socio-spatial and socio-territorial. The former have the advantage in space or in some social dimension of life; the latter have their trump card of social reproduction in the territory, such as the struggle for work land that, historically and geographically, occurs within the scope of the MST - Brazil. Struggle and resistance are fundamental elements and processes of the formation of the territory, in this case, peasant, militancy space turned into a territory of existence. Space is transformed into territory (the trump card), therefore, it is characterized as a “socio-territorial movement”, in which there are different territories articulated in networks of struggle and political resistance (FERNANDES, 2000, 2005).

Thus, a geographical interpretation of a social process like this enriches the approach taken, as we are conditioned to consider the social and spatial (and temporal) dimensions of the object of studies. In addition, we still have the possibility to work for and / or with the “studied” subjects, as we indicated earlier, from the perspective of the collaborating researcher / activist.

An abstract discussion of unknown people and whose situation I am not familiar with is not just a waste of time; this perspective is inhuman and impertinent (FEYERABEND, 2010 [1987], p. 363; emphasis added in the original).

We wrote this text **from within** a social, temporal, spatial and territorial movement – the agroecological, hereinafter referred to as the **transtemporal-transterritorial movement** –, sustaining our theoretical-methodological and political option to work **with** the “studied” subjects, living and collaborating systematically **with** them. We propose this text to our people, in the countryside and in the city. It is also directed to those who have the sensitivity and commitment – in **praxis** – of the political and cultural revolution in favor of the simplest and humblest people. Our objective is to socialize some of our learning in action research / participatory cooperation projects, from within an agroecological movement. “Washing your hands' in the face of oppression is to reinforce the power of the oppressor and choose him” (FREIRE, 2011 [1996], p. 109).

In **territorial praxis**, social participation needs to be built in a dialogical and continuous manner (FREIRE, 2011 [1974], 2011 [1996]; SAQUET, 2015 [2011]), recognizing and valuing differences, identities, social classes, social people's needs, desires, dreams, the goals of each subject and each family, their knowledge and techniques. We participate by discussing and cooperating; we cooperate by debating and participating in the transformation of subjects (researchers and subjects) and territories-places.

Since 1996 we have working in a dis-continuous participatory research and participatory action in an (in)formation movement, mobilization, resistance, struggle and confrontation, cooperating **with** simple and humble subjects, from the countryside and the city. Since 2012 one of our specific objectives was to think about decolonization and counter-hegemony with subjects **from** and **with the Latin American people**, sustaining other epistemologies and ontologies. In our projects the subjects are female/ male peasants - from different municipalities in the Southwest of Paraná - and citizens of the urban periphery of Francisco Beltrão (PR). They are people who live effectively and affectively in different geographies.

Without **our direct involvement** with subjects and territories, our intellectual production significantly loses its political, scientific and social meaning. Utopia and change “go” together: the dream conditions change and is influenced by hope (FREIRE, 2016 [1992]). This is a general movement of struggle for freedom, decision-making autonomy and justice, as properly advocated more than a century ago, for example, Reclus (2015 [1905]) and Kropotkin (1953 [1892], 1982 [1885]).

Thus we believe that confrontation is fundamental and needs to happen, in theory and in practice, in **popular territorial praxis**, inside and outside universities and other schools.

This is a movement against the appropriation and capitalist advance that occurs even in our schools. “The confrontation is possible if you are in the place where things happen and where the demand is considered legitimate by the identity of the place” (NATES-CRUZ, VELÁSQUEZ LÓPEZ, GARCÍA ALONSO, 2017, p. 81).

Hence there is also the centrality of “class and place consciousness”, as we have already argued in Saquet (2017, 2018a, 2018b, 2019a, 2019b, 2019d) and from our work in teaching, research and extension / cooperation and as argued by Becattini (2009), Magnaghi (2015), Becattini and Magnaghi (2015). This is a praxis of involvement and social commitment, of cooperation and solidarity, fighting against the bourgeois state and the agents of capital, against degradation and environmental contamination, precisely in favor of building a more just and ecological society. In territorial praxis resistance materializes in popular, decolonial and counter-hegemonic confrontation, strengthening relations of solidarity, cooperation and trust, together with conservation and environmental preservation processes.

Decolonizing means a process that creates a “new man” through the liberation struggle (FANON, 2005 [1961]). Freedom to plant and eat, to transform and appropriate the result of one's work, to sing and dance, to walk and teach, to learn and live, to feel safe and healthy, to think and produce knowledge according to each territory and their people.

We are in a movement called de-coloniality, as an ethical, social, political and epistemic response, for example, to indigenous and Afro-descendant movements based on a “different thought and also a different praxis” (WALSH, 2014 [2008]). Decoloniality corresponds to a struggle against coloniality and its material, epistemic and symbolic effects, such as the naturalization of extermination, domination, subordination, expropriation of lands, death, torture, rape, colonization of thought, etc. (MALDONADO-TORRES, 2018). We work to contribute to the decolonization of our minds and daily practices as describe below.

Popular or root (*raiz*) territorial development: practices and learning

Unlike other geographers who separate practical and theoretical / reflected knowledge and thoughts – see for example Haesbaert (2019) –, we understand that theory and practice are integrated into everyday life, inside and outside the academy (theory and reflection, therefore, are not restricted, for example, to universities), inside and outside the social movements of struggle and contestation of social domination. We could remember the arguments of Georg Lukács, Antonio Gramsci, the digressions of Paul Feyerabend and even some of our own discussions (SAQUET, 2019b). Anyway, it will not be possible to deepen this issue in this opportunity (see, for more details, SAQUET and BOZZANO, 2020).

Henforth we “only” show that science is one of the instruments – “an intellectual tradition” – that deals with the understanding of reality; therefore, it is not the only one and it is

not infallible. Reason influences practice and our practice influences reason. “[...] Reason without the guidance of a practice will lead us to error, whereas a practice is greatly improved by the addition of reason” (FEYERABEND, 2011 [1975], p. 284). In agroecological and artisanal practices of food production, there is a political movement, science (discussion and reason) and, of course, practices made of science and political and cultural struggle and resistance movement (SAQUET, 2017).

The thinking that does not commit to historical reality is a sophistical one, enabling us to live an inauthentic and solidary thinking with the *status quo*, with the domination and with the murder of the poor (DUSSEL, 2017 [1973], p. 12; emphasis in original).

We believe in the “philosophy of praxis” (GRAMSCI, 1975 [1932-1935]) – realizing itself as popular philosophy –, which presupposes a process built on a dialectic and dialogic between popular culture (of the “great mass”) and “high culture”: “It is a philosophy that is also a policy and a policy that is also a philosophy” (GRAMSCI, 1975 [1932-1935], p. 1860).

Popular and scientific thoughts, theoretical and non-theoretical knowledge are constantly integrated and disintegrated, in a dis-continuous movement much broader than modern, rational and specialized science. The subjects also think and reflect to produce a sculpture, to plant and eat, travel or not, work or rest and, under certain conditions, systematize, in a written or not, their thoughts. So it does not seem appropriate to understand the knowledge of subordinate social groups as common sense (SAQUET, 2019b; SAQUET and BOZZANO, 2020).

We believe that **common sense** is constructed historically and geographically and thus we cannot neglect the “knowledge of experience made” by the subjects (FREIRE, 2016 [1992]). Dialogue and popular knowledge contribute to generate many of the answers we daily need, favoring the understanding of the people with their own science and propelling them to defend their needs and identities (FALS BORDA, 1981; SAQUET, 2018a, 2019a, 2019b).

So we understand that **praxis** is the way of being in the world, of understanding and living it, and this is not restricted to academic intellectuals; a “practical attitude” is not necessarily “devoid of theory”, it has an existential meaning: practice and being in the world are indivisible and undergo a “dynamic, transcendental and concrete understanding”. This is a daily dialectic whereby man becomes opens to the world (DUSSEL, 2017 [1973]).

To illustrate our **popular and decolonial territorial praxis**, we will report some of the results of our research and cooperation work carried out with peasants from different municipalities in the Southwest of Paraná (individual subjects and / or associates) and with citizens from the outskirts of the city of Francisco Beltrão. We work with union members and other collaborators, including teachers, university students, agronomists, lawyers, economists, sociologists, agricultural technicians, nutritionists, workers, peasants, etc.

The projects that serve as an empirical-reflexive basis are the following: i) *Vida na Roça Project* – PVR (1996-1998), dealing with research and cooperation that we carried out in the Jacutinga community (Francisco Beltrão, PR) and based on the production and enhancing the production of ecological peasant food. ii) *Vida no Bairro Project* - PVB (2002-2006), in which we work with different institutions, especially with residents of the São Francisco neighborhood (Francisco Beltrão) and some urban unions in that city. iii) “Agroecological family farming in the municipalities of Verê, Itapejara d’Oeste and Salto do Lontra (Southwest of Paraná), as a strategy for social inclusion and territorial development” (2009-2012; AGROEC-USF), funded by the *Programa Universidade Sem Fronteiras* (USF / SETI / PR) and Fundação Araucária (Edital 24/2012: Universal Program/Basic and Applied Research) – Government of the State of Paraná – in which we return to work with agroecological peasants and distinguished institutional collaborators, mainly with NGOs, associations and rural workers' unions.

At PVR, PVB and AGROEC-USF we research and collaborate with different subjects based on the same principles of participation, interdisciplinarity, agroecology, diversification of cultural and work activities, continuing political training and solidarity practices in research and actions. We have achieved very relevant results from the experience in each project, mainly with the peasants, with the citizens and with the teams of the *Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural* (ASSESOAR) and the *Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor* (CAPA-Verê; currently called the Agroecology Promotion and Support Center).

We operate in **root territorial development** – at the time of the PVR, called community –, in a multidimensional perspective: agricultural production (forest management, pastures, water resources and elimination of pesticides); health and environmental sanitation (family, housing and infrastructure); leisure and culture (recreation, courses and workshops); schooling; dissemination of projects involving the residents of Jacutinga and the São Francisco – Francisco Beltrão neighborhood. In a special way, in the PVR and PVB, the actions - participatory in research and cooperation - aimed at development respecting the nature, culture and the most immediate and urgent needs of local populations, valuing the territorial singularities and their respective subjects and knowledge (SAQUET and DUARTE, 1996; SAQUET and FLÁVIO, 2015).

As demonstrated in Saquet (2019a, 2019b, 2019d), in each project and between one project and another (between 1996 and 2012). The principles were transformed into guidelines and practices and the practices into principles and guidelines for participatory work, especially through the involvement of the different subjects in research and action: the discussions made with the subjects of each project, with the leaders (from the collaborating institutions, from Jacutinga and from the streets of the São Francisco neighborhood), with groups of urban

residents and rural and each interinstitutional team, all of them fundamental to consolidate participation and dialogue.

During each research-cooperation project, we jointly debated and defined the way of working, returning / presenting / discussing the data collected, valuing the subjects of the countryside and the city, activating territorialities, integrating university- local society, working to contribute to building a more just society. We also analyze and characterize the current situation of rural establishments, urban lots and families, establishing the goals, actions, the necessary budget and the people responsible for each activity planned and approved in the deliberative assemblies. We talked and debated during research, confrontations and claim actions, discussing and defining priority actions for the first months and years of each project. Thus we (i)materialize the activities together, evaluating them, identifying difficulties, advances achieved and priorities for the future (SAQUET and DUARTE, 1996; SAQUET and FLÁVIO, 2015; SAQUET, GAIOVICZ, MEIRA and SOUZA, 2012; SAQUET, 2019b, 2019d).

The PVB is a historically result of the PVR as supportive, participative, dialogical and cooperative learning work, within a social movement of popular and territorial praxis - agroecological and environmental. This happens because we use the same guidelines to understand each territory and to act in the desired social transformation, in a continued movement of resistance and political-cultural confrontation against hegemonic agents. The concepts of participation, interdisciplinarity, solidarity, continued (in)formative and diversification of work and cultural activities, mentioned above, and interinstitutionality of each project (Chart 1) proved to be closely linked and of vital importance in carrying out the research and the actions planned in each of the three projects implemented.

Whenever necessary, the objectives and actions have been adjusted. We tried to alternate activities of research, discussion, mobilization, training, claim and performance based on each action plan built in each research-cooperation project. So we were able to accumulate experiences and learnings to evaluate each phase of each project and referrals made in PVB, trying to qualify them in relation to the previous experience of PVR.

Chart 1: Fundamental characteristics of the teams in three research-cooperation projects.

PVR	Interdisciplinary, interinstitutional [NGOs, State, unions and associations, peasants and citizens] and (in)formative teams constitute a movement to strengthen technical, scientific and training collaborations as a strategy to fight against agribusiness and the bourgeois State. They work to create territories of debates and decisions, of mobilization, popular resistance and counter-hegemony.
PVB	
AGROEC-USF	

Prepared by the authors, 2020.

The “combination” of people from different areas of knowledge with the subjects with whom we work in each project was fundamental, enriching the debates and (in) formations,

expanding the demands, strengthening the interinstitutional relations and the agroecological movement made of practices and science, techniques and technologies, struggle and confrontation, solidarity and cooperation, movement broadly and explicitly anchored culturally and territorially, especially from the peasant way of life.

Like any process of this nature there are contradictions and difficulties, among which the weaknesses of public actions (federal, state and municipal) stand out, as we have not been able to advance qualitatively with the same intensity in all projects carried out. In PVR we have made further progress in the realization of reciprocity relations, in political self-organization, in social participation, in the plurality of development, especially through environmentally sustainable practices based on a significant class consciousness already existing among the peasant community of Jacutinga – Francisco Beltrão.

At PVB we activate local territorialities and social participation, reciprocity and diversification of initiatives to collaborate in improving the quality of life of residents of the São Francisco neighborhood, also based on an important existing class consciousness and qualified in the midst of project activities with specific courses, meetings and workshops. In each project we historically and geographically managed to build and enhance synergies: by teaching and learning we self-qualify us as social subjects and collaborators through mutual help and dialogue.

In the “Agroecological family farming project in the municipalities of Verê, Itapejara d'Oeste and Salto do Lontra [...]”, which was also centered on research and cooperation, we worked intensely but with more difficulties – absolutely normal – to create spaces for dialogues and social participation and to contribute to popular culture and the municipal governments of each territory, contributing to strengthen the participation of the State University of Western Paraná (UNIOESTE) in the processes of **popular territorial development**, within the scope of the three selected municipalities (Itapejara d'Oeste, Verê and Salto do Lontra - Southwest of Paraná).

Thus we created spaces for dialogues in these municipalities, especially with farmers organized in the form of associations, unions and NGOs. We aimed to understand the characteristics of family food production and cooperating in the qualification of this agroecological production, based on the social dimensions of agriculture, culture and family political management. So we carried out various research and cooperation activities, with attention to meetings of the work team and with representatives of the different institutions linked to peasant agriculture in each municipality, the socialization and discussion of the project – facts that served as the basis for the research carried out on municipal agroecological practices –, the writing of the analyzes made and the implementation of defined and planned actions **with the ecological peasants of each municipality** (the activities carried out and the

main results achieved can be seen in Saquet [2019a, 2019b] and Saquet, Gaiovicz, Meira and Souza [2012], among others).

This research-cooperation process revealed that the cooperation between university-local society is fundamental. This process is firm by research, (in)formative and actions debated and concretely implemented, integrating knowledge and techniques, urban and rural subjects, science and popular knowledge. , contributing to overcome the historical separation between science and common sense, intellectuality and mass. The establishment of **learning spaces** in each project was very rich for our political and cultural formation and to encourage peasants and citizens through workshops, courses, technical exchanges, meetings, political mobilizations, advertisements for their productions etc.

We also learned a lot about the rural and urban needs of each municipality, reinforcing our argument that we still have a lot **to do for and with the people** to significantly and qualitatively expand investments, public and self-organizing actions. Although contradictory, this synergy is extremely necessary to build cooperatively and jointly **development as reflected experimentation, as praxis of popular and territorial life, decolonial and counter-hegemonic in a more just and ecological society.**

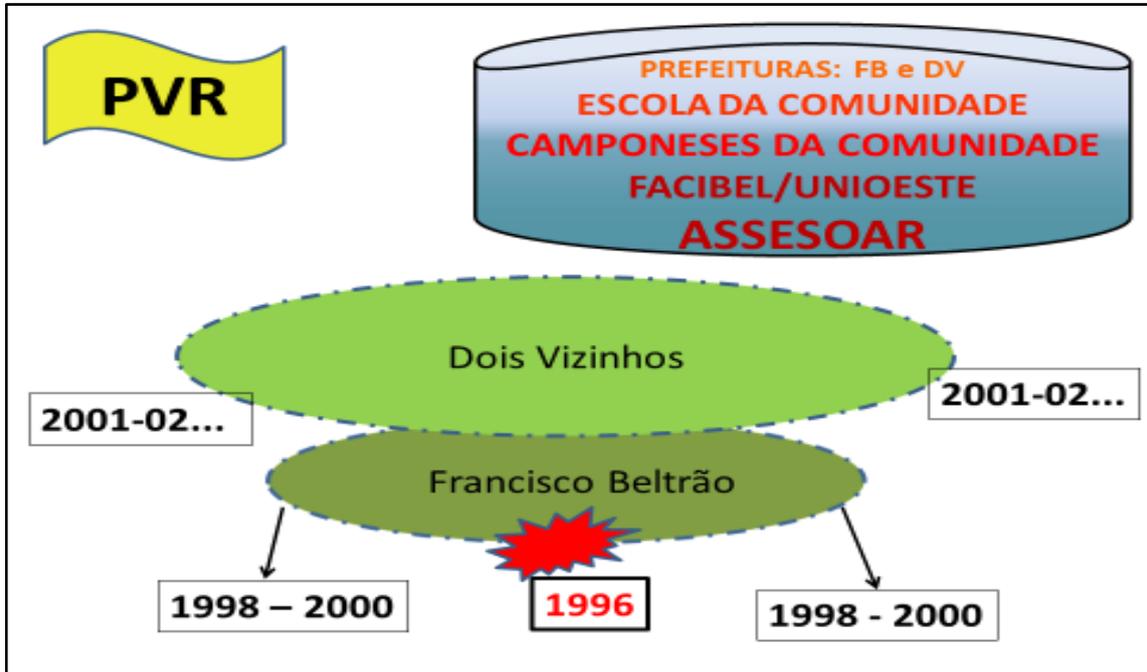
Our praxis also reveals that there is no temporal and spatial scale that is a model for other experiences and research and cooperation projects are elastic and flexible, so it is necessary to respect their own time and place. Moreover, it is important to evaluate and revise objectives, updates, etc. keeping in mind the advances, difficulties and limits of each action performed and the relational complex of the actions carried out in each space-time-territory relationship.

In PVR the NGO ASSESOAR was central to research, (in)formative and actions, followed by the performance of UNIOESTE (at the time still called Francisco Beltrão's Faculty of Human Sciences – FACIBEL) and supported by the working with peasants that, in turn, were also central to all activities carried out in this project. The teachers of the school forged important mediations in the locality of Jacutinga and around the Municipality of Francisco Beltrão. The project was conceived focusing these locations however, we slowly expanded the research and collaboration actions to the municipal and transterritorial level (Figure 1), trying to motivate and guide the creation of different networks of cooperation and solidarity among members of the work teams and mainly peasants.

At PVB the scale of research and cooperation remained anchored in the São Francisco neighborhood, at the level of families and streets in the action research neighborhood. The performance of UNIOESTE – precisely from what we learned at PVR -, the Union of Employees in Commerce of Francisco Beltrão and the neighborhood (through its residents' association) were central. We must also cite other important mediations, such as

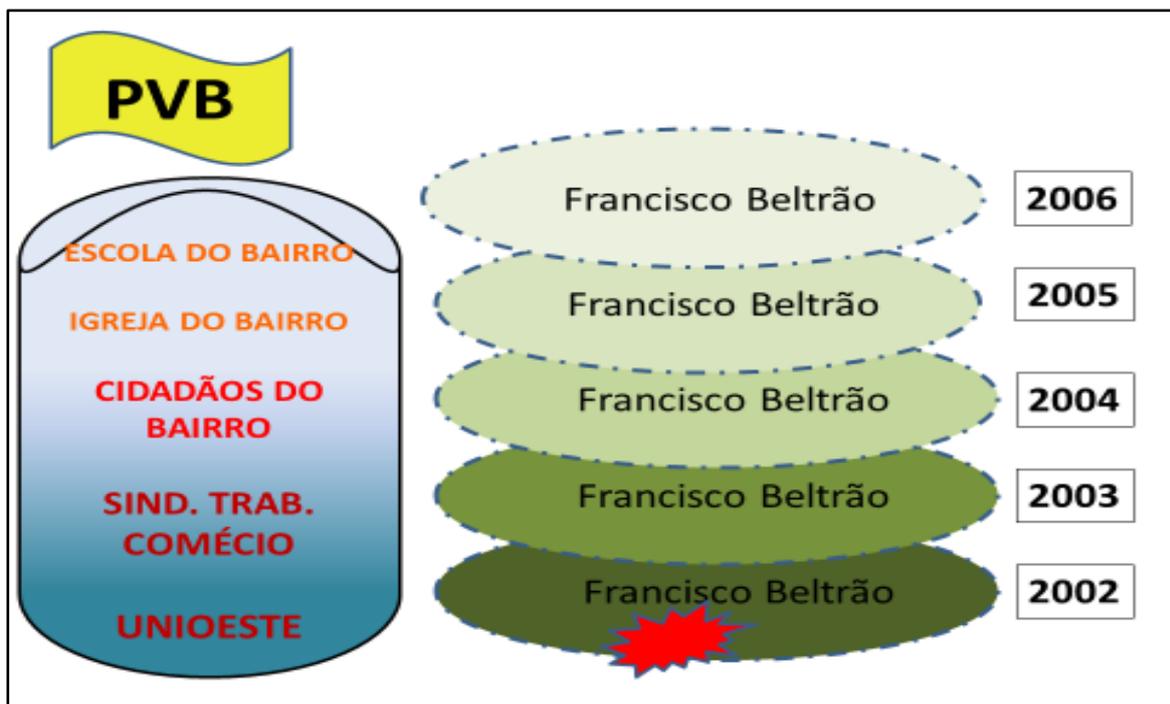
those of the Union of Engineers, representatives of local churches, the club of mothers and the “senior citizens” group in the neighborhood (Figure 2).

Figure 1: PVR temporal and spatial scales.



Prepared by the authors, 2019.

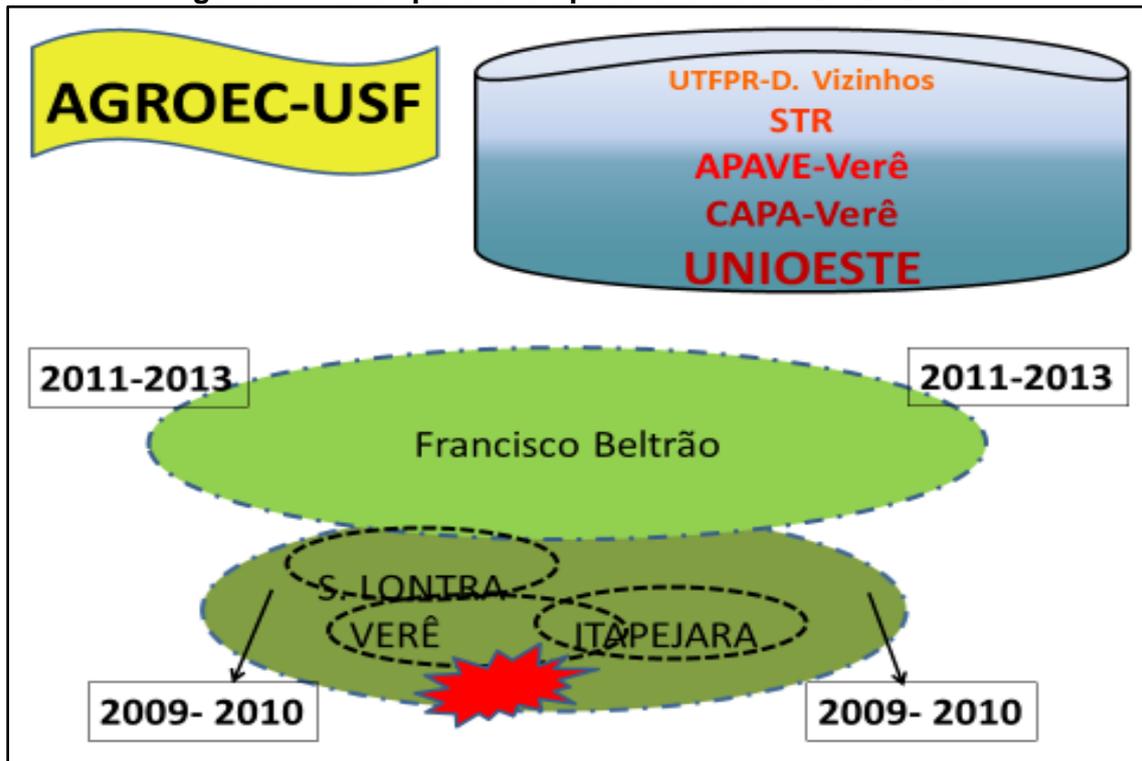
Figure 2: PVB's temporal and spatial scales.



Prepared by the authors, 2019.

The most recent project also focusing on ecological peasant agriculture took place on a broader spatial scale. We initially worked at the level of three municipalities, historically expanding activities to a fourth municipality, establishing very important cooperation between UNIOESTE and the Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR - Dois Vizinhos), with the Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR of each municipality), with the Associação de Produtores Agroecológicos de Verê (APAVE-Verê) and with CAPA-Verê (Figure 3).

Figure 3: The temporal and spatial scales of AGROEC-USF.



Prepared by the authors, 2019.

In each of these projects the urban and rural contents were also different, according to the singularities of the groups and the social class that participate in this work. The objectives and goals defined with them trans-temporally. In the PVR, the rurality was emphasized due to the actions carried out in the Jacutinga community and with connection with the urban area, where the consumer market for peasant agroecological products is located. On the other hand, PVB had an eminently urban content, without extrapolating activities beyond the city of Francisco Beltrão and, at AGROEC-USF, we worked hard to activate country-city relations (Chart 2). Thus we contributed to reinforce existing relationships and to try to create other networks of cooperation and solidarity, especially among farmers and consumers, to enhance productions, certifications and commerce.

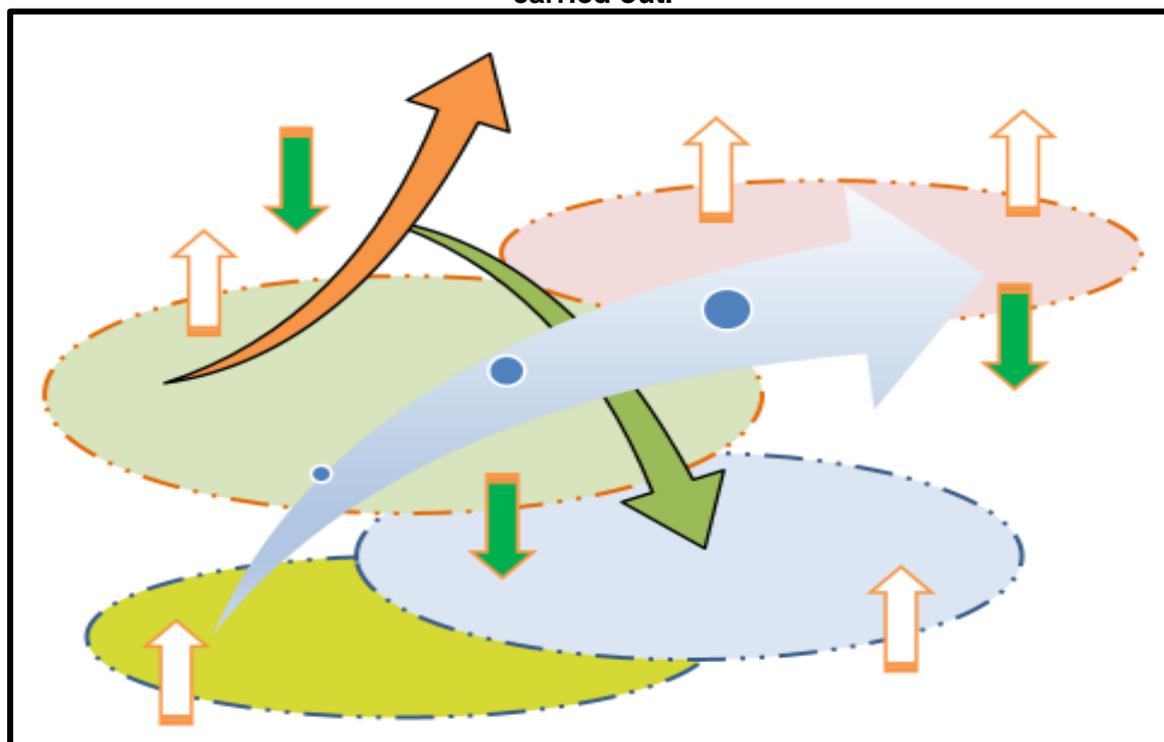
Table 2: A representation of the urban and rural content in our research-cooperation projects.

PVR	RURAL – URBAN
PVB	URBAN
AGROEC-USF	RURAL-URBAN

prepared by the authors, 2019. Note: the different sizes of letters and italics demonstrate the territorial dimension shown.

We believe that the developed work contributes directly to establish other links between the countryside and the city, based mainly on relationships of trust and cultural identification, forming networks that aim to mobilize and self-organize individuals to sell their products through small networks. In this process *class and place consciousness* were inherent. It is an articulation movement, territorial anchoring and resilient that assumes a political-economic content that is opposed to the agrochemical, industrial production of food and large commercialization networks, with the clearly counter-hegemonic meaning as we detail in Saquet (2019b). In PVR and AGROEC-USF we carry out concomitant and transterritorial relationships related to research and action, among the members of each work team and between the “studied” subjects and with collaborators from the countryside to the city (Figure 4), contributing to relay networks in time and space of each research and cooperation project.

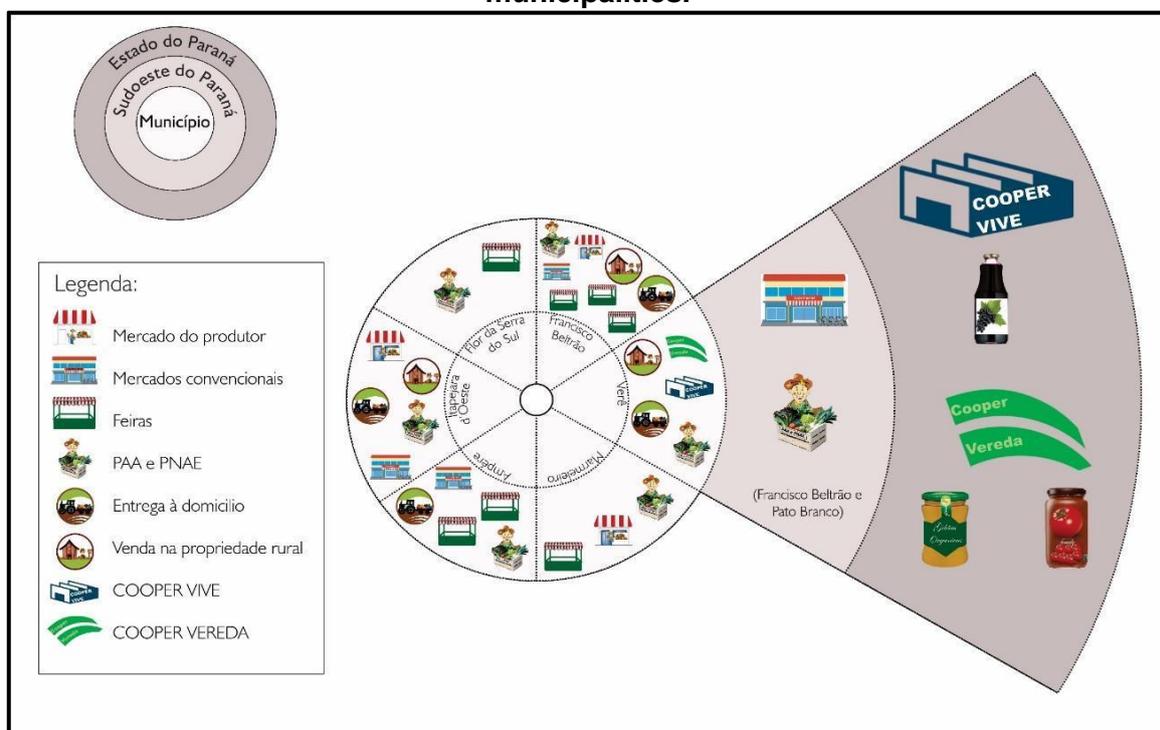
Figure 4: An illustration of the territorialities and networks overlaid in the projects carried out.



Prepared by the authors, 2019.

Food marketing networks, especially organic, are also part of resistance practices and are configured in multiple forms and on small and large scales (DANSERO and PUTTILLI, 2014), involving local institutions, producers and consumers. The small networks we have identified and highlighted (Figure 5) reveal a close link between food and territory, producer and consumer, certifier and producer, technician and seller, related to the appreciation of agro-ecological, artisanal products and personal relationships. Some of the networks are small and some are regional; some last longer, others less; some are predominantly economic and political ones, others are political and environmental, or economic and cultural ones.

Figure 5: Representation of the main field-city networks identified in the selected municipalities.



Elaboration: Marcos Saquet. Scanning: Raquel Meira.

Short chains are based on direct and indirect sales. The direct chains take place individually (home delivery and sale at the rural establishment, both *face-to-face*) and in groups (free markets by Francisco Beltrão, Marmeleiro, Flor da Serra and Ampé, and APAVE-Verê, all also centered on *face-to-face relationships*); the indirect short chains occur through the supermarkets of Itapejara, Verê, Flor da Serra, Ampé and Francisco Beltrão, the Rural Producer Markets of Francisco Beltrão and Itapejara, and the Cooperative of Commercialization of Integrated Family Agriculture (COOPAFI). The slightly longer, regional networks are also indirect. They occur through sales in Pato Branco, Londrina and Curitiba (SAQUET, 2017, 2019d).

Despite the limits and daily difficulties, in each research and cooperation project we work together in the countryside and in the city through cooperation and solidarity actions, reorganizing open markets, offering courses, conducting workshops, organizing technical exchanges between farmers, promoting agroecological products and artisanal foods (jellies, salami, cheeses, wines, preserves, etc.), consuming etc. Actions were present in the research process and in the claims and achievements made with the urban and / or rural subjects of each project, through different meetings (inside and outside the university); diagnostics of each studied territory; analytical, planning and decision-making dialogues; (in)formative workshops; deliberative assemblies; socialization activities of each project on local radio stations; discussion and definition of other partnerships and whenever necessary adjusting objectives and goals. Discussed and planned actions were executed within the scope of each of the three projects, under evaluation every six months and / or annually.

This movement of back and forth, between the countryside and the city, the conversations, decisions, plans and evaluations were (re)defining the political content of each project (Chart 3), without neglecting the initial principles, social participation and autonomy decision-making, agroecology and interdisciplinarity, cooperation and solidarity, interinstitutionality and short collaboration networks anchored territorially and culturally.

Table 3: The main political content of research-cooperation projects.

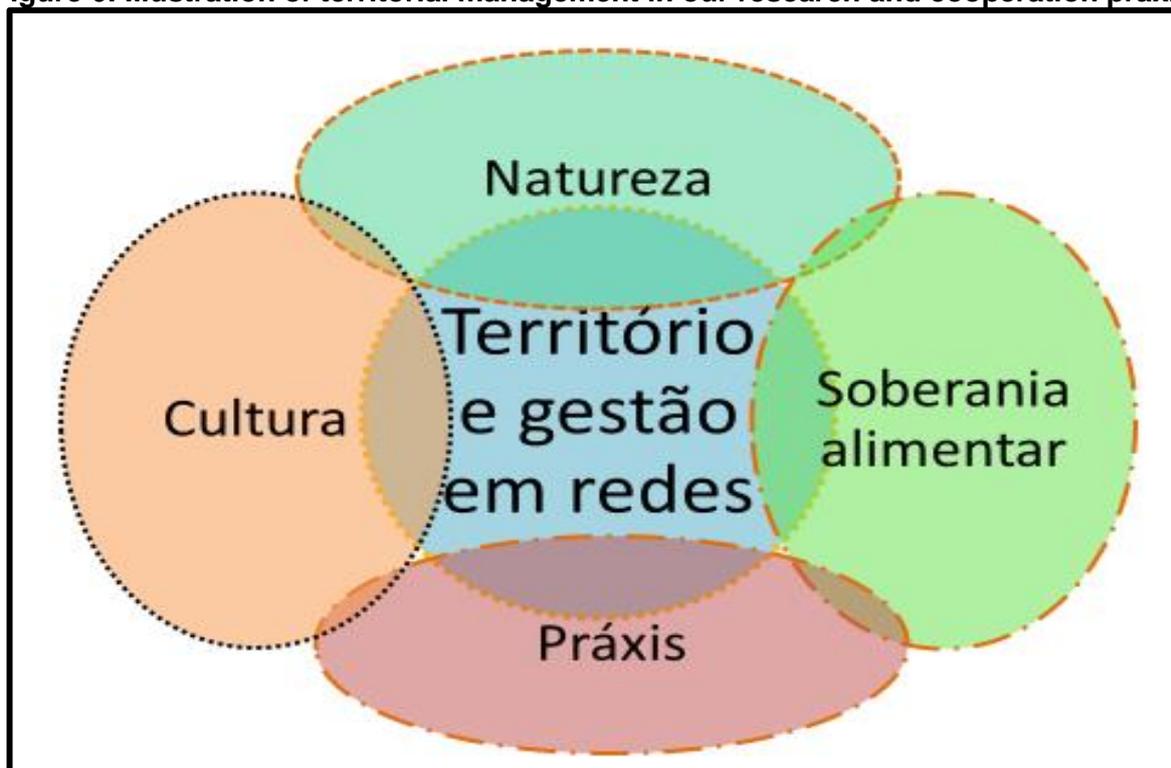
PVR	Agroecological practices such as peasant movements, self-organizing, political-ideological, environmental, cultural and territorially: movement, practices, knowledge and science.
PVB	Self-organizing movement, political-ideological, self-management and cooperation, trust and solidarity, courage and political and territorial struggle.
AGROEC-USF	Political-ideological, environmentalist-agroecological movement, rooted movement, short networks and territorial cooperation.

Prepared by the authors, 2019.

In our **territorial praxis the popular self-organization**, political-ideological (in)formation, anchorage and short networks, cooperation, solidarity and social participation are central in a movement of struggle and confrontation with agents of capital and the bourgeois State. It is a movement made in time and space, of theory and practice, of popular knowledge (theoretical and atheoretical) and academic (reflected), of a popular and decolonial nature.

In praxis, practices and learning were (i) materialized within the scope of a concept of territorial and popular science that has guided our work inside and outside the university, as well as from a **Geography (i)material of popular and decolonial territorial praxis**. Praxis highlights aspects and processes such as the following:

- i) The territory means a space for political organization, mobilization, (in)formation, struggle, resistance and performance in projects of **cooperation and popular territorial development**, that is, of praxis of transformation made with the “studied” subjects. This is fundamental the singularities of each space-time-territory relationship, natural (soils, climates, vegetation cover, water and other animals) and social (economic, political, cultural and environmental).
- ii) The territory also means a “heritage of humanity” (MAGNAGHI, 2000, 2015; SAQUET, 2007, 2015 [2011]; BECATTINI and MAGNAGHI, 2015) and, therefore, needs to be properly managed in the present and for the future.
- iii) Popular participation has been fundamental to emphasize the importance to subjects and their knowledge, activating territorialities, instigating commitments and integrating theoretical, academic and popular (a)theoretical plural knowledge, in a dialogical territorial management towards food sovereignty (Figure 6).
- iv) The identification, understanding, appreciation and enhancement of **self-organization** were also vital in each project, demanding that the State fulfills its constitutional and social attributions.
- v) Cultural rooting (in relationships of trust, belonging and political-territorial recognition) proved to be quite adequate to activate and / or qualify existing cooperation in local ties and in short production, agroecological certification and commercialization networks. The bonds were and are better used, trying to expand agroecological production, participatory certification and marketing in a systematic way, especially through weekly fairs held in the municipalities where we study, work and, of course, live.

Figure 6: Illustration of territorial management in our research and cooperation praxis.

Prepared by the authors, 2019.

In this sense we work in a movement of struggle and resistance against “Eurocentric and colonial capitalism” (QUIJANO, 2000), in an autonomous, participatory, reflective and propositional way. This is a movement in favor of a popular and decolonial territorial praxis, starting from a geography focused on cooperation and solidarity (SAQUET, 2015 [2011], 2014a, 2014b, 2017, 2018a, 2018b, 2019a, 2019b, 2019d). The daily small networks (i) are the result of the conditions of peasants, citizens and the singularities of family, associative, unionized and cooperative practices. Small networks become an effective opportunity in the commercialization and generation of complementary income for the peasant family and the consumption of products without chemical inputs.

Furthermore, the “consciousness of place” – in our approach, obviously, is also territorial – of each interdisciplinary and interinstitutional team, peasants and other citizens, has been fundamental for the identification and social participation, for the reproduction of the place as a space of coexistence with community relations. This is an antidote against economic globalization (BECATTINI and MAGNAGHI, 2015; SAQUET, 2017, 2019b; SAQUET and BOZZANO, 2020). The dwellers need to feel alive, important, recognized, valued and that they belong to the places, streets, condos, neighborhoods, rural communities, municipalities, small networks, hydrographic regions, the State, rivers and the territory!

When it comes to reconstruct place of consciousness, we assume that social cohesion and solidarity among men disintegrated for decades by the wild market. We see a possible solution to return the responsibility to the dwellers

of the places, making the territorial principle prevail over the functional through the return to the territory (BECATTINI and MAGNAGHI, 2015, p. 221).

Through all the activities carried out with peasants, citizens, partners of each research-cooperation project; through mobilizations, demands, meetings, assemblies, (in)formative courses and workshops we believe that we managed to contribute a little to activate the daily sense of class and place consciences, integrating knowledge and experiences and potentiating the solidary and cooperative work, in each time, space and territory of our transtemporal-transterritorial movement.

The **work with the people**, teaching and learning **with** them correspond to one of the ways we have to contribute to their political-cultural emancipation and to improve their daily life conditions in a “thread” of praxis linked to emerging or subversive knowledge (FALS BORDA, 1981). Knowledge is culturally inherited and passed on from generation to generation, contributing to the resolution of everyday problems in a broader movement that we can call “popular science” (FALS BORDA, 1981, 2006 [1980]; FALS BORDA and MORA-OSEJO, 2013; BONILLA, CASTILLO, FALS BORDA and LIBREROS, 1972; CICHOSKI and ALVES, 2019; SAQUET, 2019a, 2019b; SAQUET and BOZZANO, 2020). This brings together wisdom and tradition, empirics and reflection, science and politics.

We need to think that this is not limited to the ability to process information and the use of techniques [...]. We have to [...] break with the stereotype of the intellectual limited to the management of the universal accumulation of knowledge (ZEMELMAN, 2011 [2005], p. 278).

In this sense, interdisciplinary knowledge is produced within Geography and other sciences, centered on realities and problems of their own that are useful for grassroots peoples. By “active social science” we try to contribute to free them from exploitation, oppression and submission (FALS BORDA, 2013 [2007]). “Popular science” is a counter-hegemonic praxis that is linked to the different subjects of each territory and place in time and space.

So we believe that the “studied” and cooperated processes are now succinctly socialized and knowledges can guide another way of thinking and research. We believe that other daily practices related to **(i)material Geography of popular territorial praxis are possible. These practices are centered on processes of territorial development in a decolonial and counter-hegemonic perspectives (popular)**. They are participatory, popular, dialogical, respectful and ecological practices of resistance, struggle and confrontation against the agents of the capital and the bourgeois State. We try to work by this Geography and integrate academic and popular knowledge, theorized and non-theorized, rational and those considered irrational, within the scope of a research and cooperation program in **a territorial and (a)effectively popular science**.

We believe that it is clear what we mean by **transtemporal-transterritorial movement**. This is process of popular struggle and resistance, confrontation and decoloniality; historical, spatial, relational-trans-multiscale process of overlapping territorial articulation, carried in a reticular and pluridimensional (social-natural), in a (i)material praxis, obviously popular, dialogical, participatory, decolonial and counter-hegemonic. This is a process made with our direct collaboration and work with the popular, rural and / or urban mass.

As Fernandes (2000, 2005) consistently stated, in an instigating geographic reading of social movements - evidenced previously -, the construction of territory has historically been directly linked to the social production of geographical space. The latter is socially appropriate and therefore contains conflicts, powers, intentions, solidarities, intermittences, in short, coexistences, such as domination and resistance. Thus, social movements are geographical processes streamlined by political actions of counter-hegemonic confrontation. "The territory is a space for life and death, freedom and resistance (FERNANDES, 2005, p. 30).

It is a (i)material problem in which there are nature-nature and nature-society interactions. The territories and territorialities are multiple, overlapping in a transtemporal unity. There is a temporal and territorial articulation with transtemporalities, trans-multiscale and transterritorialities aspects. In this articulation we find simultaneities, phases / periods, rhythms, territorialities, differences, inequalities and identities. We live multiple temporalities at the same time, past, present and future; we live in multiple territorialities, in each place and each space-time-territory relationship (SAQUET, 2015 [2011]).

In this movement, territorial development has very unique meanings, very different from those of economic-territorial growth: it is self-centered and / or heterocentered with short networks of cooperation and solidarity, built by people in their territories – very well anchored – considering the ecosystems, popular participation, social justice, environmental recovery and preservation, valuing popular know-how, small business, the quality of life of people and the environment in the countryside the city.

As our experiences revealed, there is centrality in the self-organization of interconnected subjects at different scalar levels. These experiences value participatory, horizontal and synergistic management, recognizing and strengthening relationships of trust, democratic planning with decision-making autonomy, community bonds, traditions, innovations (when necessary, desired and consistent with the conditions of each subject, group or social class), sharing, production and consumption of food without chemical inputs and handicrafts. This is a **transtemporal and transterritorial movement** against the expansion of reproduction of capital and its accelerated circulation, the degradation of nature (organic and inorganic), the concentration of land, corruption etc.

Cooperation and solidarity, (i)materialized as mutual and reciprocal relations, are fundamental. Development is not synonymous with growth and does not correspond to any

process of appropriation and territorial construction: it is characterized very differently from what occurs in large commercial and / or industrial and / or financial investments; it is substantially contrary to economic conglomerates, to the bourgeois state and environmental degradation (SAQUET, 2015 [2011], 2014a, 2014b, 2017, 2018a, 2018b, 2019a, 2019d).

Some final words

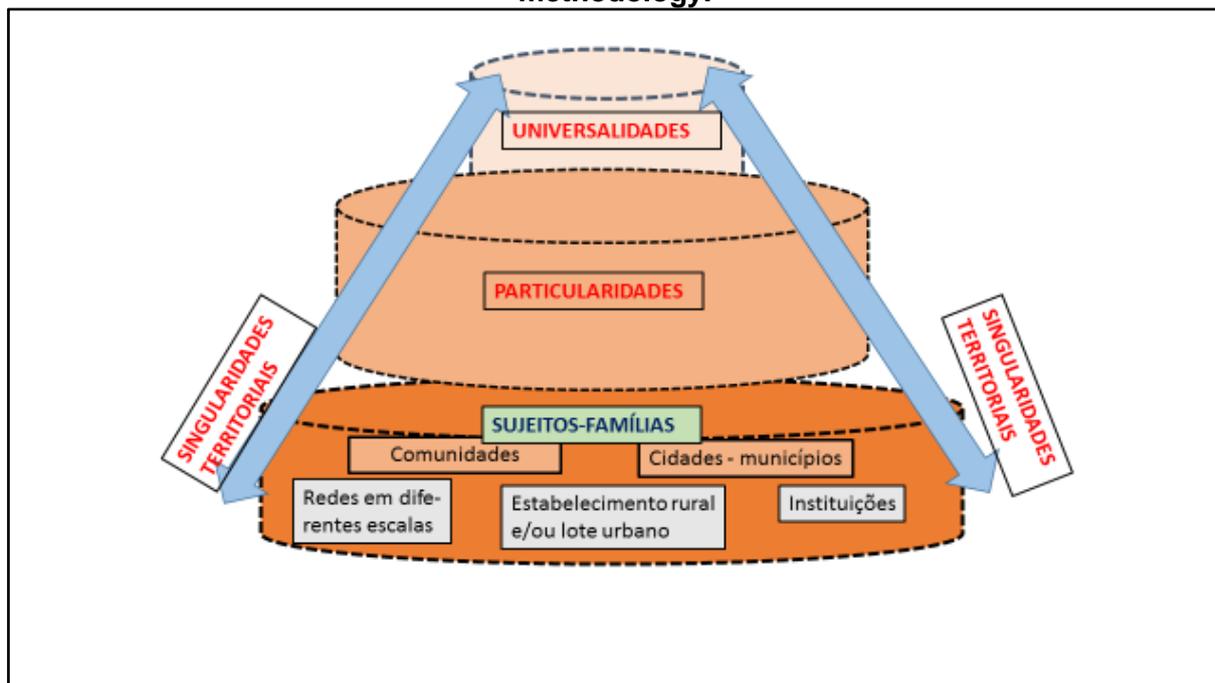
It seems quite coherent to “conclude” this text ratifying one of the important statements of Quijano (1981). The interaction between science and popular knowledge transforms reality “from within itself”, in a movement in which conscience influence praxis and vice-versa. We try to problematize that this perspective is extremely opposed to the predominant conception of the bourgeois intellectual, who acts academically and scientifically at the level of contemplation of the “studied” processes, reflecting on the object of studies of each research project. Quijano is a specialized and rational intellectual, reflective and formative, but with no systematic and political social insertion as it is in our research and cooperation praxis, briefly socialized in this text.

It is important to show that there are scientists who want to universalize their rules and organize their academic playpens. They believe in absolute truths and press, watch, punish and disregard other traditions or ways of understanding and explaining reality. These scientists produce theories with false generalizations, inconsistent with the reality of everyday life (FEYERABEND, 2011 [1975]).

We are at another extreme. We have chosen to work inside and outside the university, especially with simple and humble people from the countryside and the city. We "study" them and learn from them, living together, gathering, dialoguing, experimenting, claiming and finally fighting and collaborating in participatory research and participatory action, within the scope of what we call **(i)material Geography, as a popular and territorial science** which integrates academic and popular theorized / reflected knowledge or not, in a transversal methodological perspective (Figure 7).

The concept of praxis and its (i)material practice are fundamental, in a relationship of unity between theory and practice, as these are not separated in the world of life, in the university and in trans-temporal and trans-territorial movements such as the agroecological shown here. Science and popular knowledge are linked and influence each other, in the research and action that we carry out in the three projects that serve as the basis for this socialization: PVR, PVR and AGROEC-USF.

Figure 7: The transterritorial transversality of our research and cooperation methodology.



Prepared by Marcos Saquet, quarantine (June) 2020.

It was precisely through experimentation with dialogue and participation, knowledge and techniques, theories and practices that we learned a lot about the vitality of popular and territorial praxis, about what we have to learn from the people and to teach them. We do not believe in contemplation, academicism, intellectualism, sectarianism, etc. There is and there was encounter, mutual learning, self-organization, a political movement of struggle and confrontation, of (in)formation and popular, decolonial and counter-hegemonic mobilization: processes of production and commercialization of agroecological and artisanal food; infrastructural, training, political and cultural conquests in the countryside and in the city. This is a process based on the relations of cooperation and solidarity anchored culturally and territorially.

This anchorage has always been based on the time and space of the subjects of each of the three projects carried out. It is based on their most urgent needs, in their knowledge and in their forms of organization, mobilization and political struggle, resulting in small networks of reciprocity and complementary synergy between the countryside and the city. These are the highlighted content of territorial development, based on local, cultural, ecological, popular and participatory relations. In this praxis, each **territory** of everyday life is a **heritage of humanity** and territoriality means a fundamental mediation in the transformation of the territory, in the attempt to achieve decision-making autonomy, social justice, wealth sharing, environmental conservation, cultural preservation, etc. This praxis presumes the adaptation of techniques and technologies to the social and natural singularities of each territory, to their environmental,

economic, political and cultural characteristics. It values and protect cultural identities, nature and urban and / or rural families (SAQUET, 2015 [2011], 2017, 2018b).

Places remain important as a territorial experience, where minds are awakened connected to the world as a fundamental space to rethink politics, knowledge, identity and development: “local knowledge” assumes centrality as a historical practice, “place-based-consciousness and cultural rooting” (ESCOBAR, 2011). As Escobar (2003) observed, our daily experience has revealed that the construction of place-based practices in the territory characterizes other identities, initiatives of self-organization and trust, synergy and political mobilization. This experience is based on anchorage, decolonial and counter-hegemonic reciprocity, struggle and confrontation.

So we hope that these experiences can instigate debates and even theoretical-methodological and political clashes, both inside and outside the university, as we still have a lot to do with our people with their techniques and their knowledge, their needs and their desire. These agents are normally neglected and buried, “simply” disregarded by means of a productive and bourgeois academicism, fragmented and fragmenting, (pre)dominant and which needs to be faced with (an)transtemporal and transterritorial courage. This supposes a lot of work that, in our understanding, has a basis very coherent in this Geography (i)material of popular and decolonial praxis.

References

- BECATTINI, Giacomo. *Ritorno al territorio*. Bologna: Il Mulino, 2009.
- _____, Giacomo e MAGNAGHI, Alberto. Coscienza di classe e coscienza di luogo. In: BECATTINI, G. (Org.). *La coscienza dei luoghi*. Roma: Donzelli, 2015. p. 115-222.
- BONILLA, Victor; CASTILLO, Gonzalo; FALS BORDA, Orlando; LIBREROS, Augusto. *Causa popular, ciencia popular*. Bogotá: Publicaciones de La Rosca, 1972.
- CICHOSKI, Pâmela e ALVES, Adilson. A pesquisa-ação na obra de Orlando Fals Borda: contribuições para repensar o desenvolvimento rural, *Revista Campo-Território*, vol. 14, n. 34, 2019, p. 61-85.
- DANSERO, Egidio e PUTTILLI, Matteo. Multiple territorialities of alternative food networks: six cases from Piedmont, Italy, *Local Environment: the International Journal of Justice and Sustainability*, Londres, vol. 19, n. 6, 2014, p. 626-643.
- DUSSEL, Enrique. *Para una ética de la liberación latinoamericana* – Tomo 1. México, DF: Siglo XXI Ed., 2017 [1973].
- ESCOBAR, Arturo. Mundos y conocimientos de otro modo – el programa de investigación de modernidad/colonialidad latinoamericano, *Tabula Rasa*, Bogotá, n. 1, 2003, p. 51-86.
- _____, Arturo. El lugar de la naturaleza y la naturaleza del lugar: globalización o posdesarrollo? In: ELÍAS, C.; CAMPILLO, R.; ROHÁN, D. (Org.). *Lecturas de metodología de las ciencias sociales*. Chiapas: Sec. Educación del Estado de Chiapas y UNAM, 2011. p. 148-180.

FALS BORDA, Orlando. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação social. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). *Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 2006 [1980]. p. 42-62.

_____, Orlando. La ciencia y el pueblo: In: GROSSI, F.; GIANOTTEN, V.; WIT, T. (Org.). *Investigación participativa y praxis rural*. Lima: Mosca Azul, 1981. p. 19-47.

_____, Orlando. Hacia el socialismo raizal y otros escritos. In: *Orlando Fals Borda – Socialismo raizal y el ordenamiento territorial*. Bogotá: Ed. Desde Abajo, 2013 [2007]. p. 35-136.

_____, Orlando e MORA-OSEJO, Luis Eduardo. La superación del eurocentrismo – manifiesto por la ciencia. In: *Orlando Fals Borda – Socialismo raizal y el ordenamiento territorial*. Bogotá: Ed. Desde Abajo, 2013. p. 219-230.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005 [1961].

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimento social como categoria geográfica, *Terra Livre*, n. 15, 2000, p. 59-85.

_____, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais, *Revista NERA*, ano 8, n. 6, 2005, p. 24-34.

FEYERABEND, Paul. *Adeus à razão*. São Paulo: Ed. Unesp, 2010 [1987].

_____, Paul. *Contra o método*. São Paulo: Ed. Unesp, 2011 [1975].

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 2011 [1974].

_____, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011 [1996].

_____, Paulo. *Pedagogia da esperança*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2016 [1992].

GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del carcere*, vol. III (1932-1935). Turim: Einaudi, 1975.

HAESBAERT, Rogério. Território(s) numa perspectiva latino-americana, *Journal of Latin American Geography*, vol. 19, n. 1, 2019, p. 141-151.

KROPOTKIN, Piotr. Lo que la Geografía debe ser. In: MENDOZA, J.; JIMÉNEZ, J. e CANTERO, N. (Org.). *El pensamiento geográfico – estudio interpretativo y antología de textos*. Madri: Alianza Ed., 1982 [1885], p. 227-240.

_____, Piotr. *A conquista do pão*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1953 [1892].

MAGNAGHI, Alberto. La lunga marcia del ritorno al territorio. In: BECATTINI, G. (Org.). *La coscienza dei luoghi*. Roma: Donzelli, 2015. p. VII-XVI.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSGOUEL, R. (Org.). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica Ed., 2018, p. 27-53.

NATES CRUZ, Beatriz; VELÁSQUEZ LÓPEZ, P. Andrea; GARCÍA ALONSO, María. *La territorialización de la memoria en escenarios de posconflicto - Caldas, 1990-2015*. Manizales: COLCIENCIAS, CNMH, Universidad de Caldas, RETEC, 2017.

QUIJANO, Aníbal. *Reencuentro y debate: una introducción a Mariátegui*. Lima: Mosca Azul, 1981.

_____, Aníbal. El fantasma del desarrollo en América Latina, *Rev. Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, vol. 6, n. 2, 2000, p. 73-90.

RECLUS, Élisée. *O homem e a terra*. São Paulo: Intermezzo, 2015 [1905].

SAQUET, Marcos. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____, Marcos. Por uma abordagem territorial: continuando a reflexão. In: SAQUET, M. (Org.). *Estudos territoriais na ciência geográfica*. São Paulo: Outras Expressões, 2013. p. 47-74.

_____, Marcos. Participação social em territórios de identidade e desenvolvimento numa práxis dialógica e cooperada. In: SILVA, Onildo; SANTOS, Edinusia; COELHO Neto, Agripino. (Org.). *Identidade, território e resistência*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014a. p. 11-36.

_____, Marcos. Dinâmicas territoriais rurais e urbanas. In: CASTRO, C.; BERNAT, I.; SILVA, Q.; SODRÉ, R. (Org.). *Territórios, paisagens e suas dinâmicas*. São Luís: Editora UEMA, 2014b. p. 65-92.

_____, Marcos. *Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial*. 2ª. Edição; Rio de Janeiro: Ed. Consequência, 2015 [2011].

_____, Marcos. *Consciência de classe e de lugar, práxis e desenvolvimento territorial*. Rio de Janeiro: Ed. Consequência, 2017.

SAQUET, Marcos. A perspective of counter-hegemonic analysis and territorial transformation, *Geographica Helvetica*, v. 73, p. 347 - 355, 2018a.

_____, Marcos. A descoberta do território e outras premissas do desenvolvimento territorial, *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 20, n. 3, 2018b, p. 479 - 505.

_____, Marcos. Ciência popular e contra-hegemonia no desenvolvimento. In: CURY, M.; MAGNAMI, E e CARVALHO, R. (Org.). *Ambiente e território: abordagens e transformações sociais*. Londrina: Madreperóla, 2019a. p. 33-49.

_____, Marcos. *Saber popular, práxis territorial e contra-hegemonia*. Rio de Janeiro: Ed. Consequência, 2019b.

_____, Marcos. O conhecimento popular na práxis territorial: uma possibilidade para trabalhar com as pessoas, *AGEI - Geotema*, Suplemento 2019c, p. 5-16.

_____, Marcos. O território: a abordagem territorial e suas implicações nas dinâmicas de desenvolvimento, *Informe Gepec*, v. 23, 2019d, p. 25-39.

_____, Marcos. Praxis in territorial counter-hegemonic development: other paradigms of research and participatory action. In: GRIGNOLI, D. e BORTOLETTO, N. (Org.). *Dal locale al globale e ritorno: nuovi paradigmi e nuovi modelli di azione*. Milano: Franco Angeli, 2019d. p. 61-75.

_____, Marcos e BOZZANO, Horacio. Territory conceptions and practices in Latin America: contributions to the debate (I), *Revista Continentes*, ano 9, n. 16, 2020, p. 257-281.

_____, Marcos e DUARTE, Valdir. *Projeto Vida na Roça: da concepção ao plano de ação agropecuário*. Francisco Beltrão: FACIBEL/ASSESOAR, 1996.

_____, Marcos e FLÁVIO, Luiz. Contribuições para o planejamento e a gestão urbana: a experiência do Projeto Vida no Bairro – Francisco Beltrão, PR, *GUAJU*, Matinhos, PR, v. 1, n. 1, 2015, p. 123-141.

_____, Marcos; GAIOVICZ, Elaine; MEIRA, Suzana e SOUZA, Poliane. Agricultura familiar agroecológica como alternativa de inclusão social e desenvolvimento territorial em Itapejara d'Oeste, Salto do Lontra e Verê – Sudoeste do Paraná. In: SAQUET, M; DANSERO, E. e CANDIOTTO, L. (Org.). *Geografia da e para a cooperação ao desenvolvimento territorial: experiências brasileiras e italianas*. SP: Outras Expressões, 2012. p. 35-62.

WALSH, Catherine. Interculturalidad y colonialidad del poder. Un pensamiento y posicionamiento otro desde la diferencia colonial. In: MIGNOLO, W. (Org.). *Interculturalidad, descolonización del Estado y del conocimiento*. Buenos Aires: Del Signo, 2014 [2008]. p. 17-51.

ZEMELMAN, Hugo. La premisa de la conciencia histórica. In: ZEMELMAN, H. *Configuraciones críticas. Pensar epistémico sobre la realidad*. México, DF: Siglo XXI/CCREAAMC, 2011 [2005], p. 273-290.

About the author

Marcos Aureli Saquet – Graduated in Geography in the UNIJUÍ (1990). Master in Geography from the Federal University of Santa Catarina (1996) and PhD in Geography from Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. Professor Associate C State University of Western Paraná (UNIOESTE), campus of Francisco Beltrão. **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-3435-8428>

How to cite this article

SAQUET, Marcos. An (i)material geography focused on popular and decolonial territorial praxis. *Revista NERA*, v. 24, n. 57, p. 54-77, Dossiê I ELAMSS, 2021.

Received for publication February 27, 2020.
Returned of review November 18, 2020.
Accepted for publication December 04, 2020.

Uma Geografia (i)material voltada para a práxis territorial popular e descolonial

Marcos Aurelio Saquet

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) – Francisco Beltrão, Paraná,
Brasil.

e-mail: saquetmarcos@hotmail.com

Resumo

Neste texto, que resulta das nossas inquietações, pesquisas e colaborações dentro e fora da universidade, ilustramos importantes aspectos da nossa práxis territorial popular e descolonial, por meio de alguns dos resultados do nosso trabalho de pesquisa e cooperação realizado com camponeses de diferentes municípios do Sudoeste do Paraná (sujeitos individuais e/ou associados) e com cidadãos da periferia da cidade de Francisco Beltrão, trabalhando em equipes interdisciplinares e interinstitucionais e, especialmente, com os sujeitos “estudados” em cada projeto. Nós optamos por uma abordagem territorial e popular de pesquisa e de trabalho solidário, centrado na participação social, no diálogo e na integração de conhecimentos acadêmicos e populares, práxis que efetivamos em três projetos nos quais experimentamos alguns processos de desenvolvimento territorial, no campo e na cidade, numa perspectiva contra-hegemônica e descolonial.

Palavras-chave: Práxis; território; ciência popular; descolonial.

A (im)material Geography focused on popular and decolonial territorial praxis

Abstract

In this text, which results from our concerns, research and collaborations inside and outside the university, we illustrate important aspects of our popular and decolonial territorial praxis, through some of the results of our research and cooperation work carried out with peasants from different municipalities in the Southwest of Paraná (individual subjects and/or associates) and with citizens from the periphery of the city of Francisco Beltrão, working in interdisciplinary and interinstitutional teams and, especially, with the subjects “studied” in each project. We opted for a territorial and popular approach to research and solidarity work, centered on social participation, dialogue and the integration of academic and popular knowledge, praxis that we carry out in three projects in which we experience some processes of territorial development, in the field and in city, in a counter-hegemonic and decolonial perspective.

Keywords: Praxis; territory; popular science; decolonial.

Una geografía (in)material centrada en la praxis territorial popular y decolonial

Resumen

En lo presente texto, que resulta de nuestros cuestionamientos, investigaciones y colaboraciones dentro y fuera de la universidad, ilustramos importantes aspectos de nuestra praxis territorial popular y decolonial, por medio de algunos de los resultados de nuestro trabajo de investigación e cooperación realizado con campesinos de diversos municipios del Sudoeste do Paraná (sujetos individuales y/o asociados) y con ciudadanos de la periferia de la ciudad de Francisco Beltrão, trabajando en equipos interdisciplinares e interinstitucionales, y en especial con los sujetos “estudiados” en cada proyecto. Nosotros optamos por un

abordaje territorial y popular de investigación y de trabajo solidario, centrado en la participación social, en el diálogo y en la integración de los conocimientos académicos y populares, praxis que efectuamos en los tres proyectos en que experimentamos algunos procesos de desarrollo territorial, en el campo y en la ciudad, a partir de una perspectiva contrahegemónica y decolonial.

Palabras clave: Praxis; territorio; ciencia popular; decolonial.

Introdução

Inicialmente, faz-se fundamental destacar que este texto é resultado das nossas reflexões realizadas ao longo da nossa trajetória de pesquisador e militante junto aos movimentos sociais e, ao mesmo tempo, da nossa participação na mesa “Teorias dos espaços, territórios e movimentos”, como atividade do “I Encontro Latino-americano de Movimentos Socioespaciais e Socioterritoriais” (I ELAMS) realizado na UNESP, São Paulo, em janeiro de 2019. Por isso, também agradecemos imensamente a oportunidade que tivemos para falar, debater e conviver com os sujeitos dos diversos movimentos sociais representados naquela oportunidade.

Isso significa, sucintamente, que acreditamos na necessária e urgente resolução dos problemas do povo e que essa pode ocorrer de diferentes maneiras, a partir de concepções epistemológicas e/ou ontológicas e políticas feitas **de fora e sobre os movimentos sociais**, bem como **para os movimentos** (por exemplo, subsidiando suas atuações no campo e na cidade com nossas pesquisas), no entanto, acreditamos muito mais, diante da gravíssima situação de vida da nossa gente, que precisamos trabalhar **com os sujeitos e movimentos sociais de resistência, luta, enfrentamento, descolonialidade e contra-hegemonia** política, cultural, econômica e ambiental, consoante já evidenciamos em Saquet (2015 [2011], 2013, 2014a, 2014b, 2017, 2018a, 2018b, 2019a, 2019b, 2019c, 2019d).

Os movimentos sociais são, ao mesmo tempo, processos geográficos, portanto, são espacializados e territorializados, efetivando-se como *socioespaciais* e *socioterritoriais*. Os primeiros, têm o trunfo no espaço ou em alguma dimensão social da vida; os segundos, têm seu trunfo de reprodução social no território, como a luta pela terra de trabalho que, histórica e geograficamente, ocorre no âmbito do MST. Luta e resistência são elementos e processos fundamentais da formação do território, neste caso, camponês, espaço de militância tornado território de existência. O espaço é transformado em território (o trunfo), por isso, caracteriza-se como um *movimento socioterritorial*, no qual há distintos territórios articulados em redes de luta e resistência política (FERNANDES, 2000, 2005).

Assim, uma interpretação geográfica de um processo social como esse enriquece a abordagem realizada, pois somos condicionados a considerar as dimensões sociais e espaciais (e também temporais) do objeto de estudos. Além disso, ainda temos a

possibilidade de trabalhar para e/ou com os sujeitos “estudados”, como indicamos anteriormente, numa perspectiva do/a pesquisador/a militante colaborador.

Uma discussão abstrata das vidas de pessoas que não conheço e com cuja situação não estou familiarizado não é apenas uma perda de tempo, é também desumano e impertinente (FEYERABEND, 2010 [1987], p. 363; grifo do original).

Desse modo, **nós escrevemos este texto de dentro** de um movimento social, temporal, espacial e territorial – o agroecológico, temporariamente denominado **movimento transtemporal-transterritorial** – (concepção muito próxima da construída historicamente por FERNANDES, 2000, 2005), em virtude da nossa opção teórico-metodológica e política de trabalhar **com** os sujeitos “estudados”, convivendo e colaborando sistematicamente **com** eles. E é para nossa gente, do campo e da cidade, que dirigimos este texto, bem como para aqueles/as que têm a sensibilidade e o compromisso – na **práxis** – da revolução político-cultural a favor do povo mais simples e humilde. Assim, nosso objetivo, nesta oportunidade, é socializar algumas das nossas aprendizagens em projetos de pesquisa-ação/cooperação participativa, de dentro de um movimento agroecológico. “Lavar as mãos’ em face da opressão é reforçar o poder do opressor, é optar por ele” (FREIRE, 2011 [1996], p. 109).

Na **práxis territorial**, a participação social precisa ser construída de maneira dialógica e continuada (FREIRE, 2011 [1974], 2011 [1996]; SAQUET, 2015 [2011]), reconhecendo e valorizando as diferenças, as identidades, as classes sociais, as necessidades das pessoas, os anseios, os sonhos, os objetivos de cada sujeito e de cada família, bem como seus conhecimentos e técnicas. Participamos discutindo e cooperando; cooperamos debatendo e participando da transformação dos sujeitos (pesquisadores e pesquisados) e dos territórios-lugares.

Estamos trabalhando, desde 1996, de forma des-contínua, com a pesquisa participante e a ação participativa num movimento de (in)formação, mobilização, resistência, luta e enfrentamento, cooperando **com** sujeitos simples e humildes, do campo e da cidade. Um dos objetivos foi, mais especificamente desde 2012, refletir com outros sujeitos sobre a descolonização e a contra-hegemonia a serem produzidas a **partir e com o povo** latino-americano, em epistemologias e ontologias outras, nos projetos dos quais participamos, feitos com camponesas/es – de diferentes municípios do Sudoeste do Paraná - e cidadãos da periferia urbana de Francisco Beltrão (PR), ou seja, com pessoas que vivem geografias efetiva e afetivamente outras.

Sem **nosso envolvimento direto** com os sujeitos e os territórios, nossa produção intelectual perde significativamente o sentido político, científico e social. Utopia e mudança “caminham” juntas: o sonho condiciona a mudança e é influenciado pela esperança (FREIRE,

2016 [1992]). Trata-se, de maneira geral, de um movimento de luta por liberdade, autonomia decisória e justiça, como adequadamente propugnaram há mais de um século, por exemplo, Reclus (2015 [1905]) e Kropotkin (1953 [1892], 1982 [1885]).

Desse modo, acreditamos que o enfrentamento é fundamental e precisa acontecer, na teoria e na prática, ou seja, na **práxis territorial popular**, dentro e fora das universidades e demais escolas, movimento contrário à apropriação e ao avanço capitalista que ocorre, inclusive, nas nossas escolas. “O enfrentamento somente é possível se se está no lugar onde as coisas acontecem e onde a exigência se considera legítima pela identidade do lugar” (NATES-CRUZ, VELÁSQUEZ LÓPEZ, GARCÍA ALONSO, 2017, p. 81).

Daí também há centralidade da *consciência de classe e de lugar*, consoante já argumentamos em Saquet (2017, 2018a, 2018b, 2019a, 2019b, 2019d), a partir do nosso trabalho no ensino, na pesquisa e na extensão/cooperação e, evidentemente, de argumentos de outros pesquisadores, como Becattini (2009), Magnaghi (2015), Becattini e Magnaghi (2015), numa práxis de envolvimento e compromisso social, de cooperação e solidariedade, lutando contra o Estado burguês e os agentes do capital, contra a degradação e contaminação ambiental, justamente a favor da construção de uma sociedade mais justa e ecológica. A resistência tem, então, o conteúdo, na práxis territorial, do enfrentamento popular, descolonial e contra-hegemônico, fortalecendo-se relações de solidariedade, cooperação e confiança, juntamente com processos de conservação e preservação ambiental.

Descolonizar significa, sucintamente, um processo voltado para criar um *homem novo* por meio da luta de libertação (FANON, 2005 [1961]). Liberdade para plantar e comer, para transformar e se apropriar do resultado do próprio trabalho, para cantar e dançar, passear e ensinar, para aprender e habitar, para sentir-se seguro e ter saúde, para pensar e produzir saberes de acordo com cada território e suas gentes.

Estamos, então, num movimento denominado de *des-colonialidade*, como uma resposta ética, social, política e epistêmica, por exemplo, dos movimentos indígenas e afrodescendentes, a partir de um *pensamento outro e de uma práxis também outra* (WALSH, 2014 [2008]). A *descolonialidade* corresponde a uma luta contra a colonialidade e seus *efeitos materiais, epistêmicos e simbólicos*, tais como a *naturalização do extermínio*, a dominação, a subordinação, a expropriação das terras, a morte, a tortura, o estupro, a colonização do pensamento etc. (MALDONADO-TORRES, 2018). Trabalhamos, então, para contribuir na descolonização das nossas mentes e práticas cotidianas, conforme descreveremos a seguir.

O desenvolvimento territorial popular ou raiz: práticas e aprendizagens

Diferentemente de outros geógrafos que separam os conhecimentos e pensamentos práticos dos teóricos/refletidos – veja-se, por exemplo, Haesbaert (2019) -, nós estamos

entendendo que teoria e prática estão integradas na vida cotidiana, dentro e fora da academia (teoria e reflexão, portanto, não se restringem, por exemplo, às universidades), dentro e fora dos movimentos sociais de luta e contestação da dominação social. Poderíamos recorrer, para nossa reflexão, às várias argumentações de Georg Lukács e Antonio Gramsci, bem como às digressões de Paul Feyerabend e mesmo à algumas das nossas próprias discussões (SAQUET, 2019b), no entanto, não será possível aprofundar essa questão nesta oportunidade (veja-se, para maiores detalhes, SAQUET e BOZZANO, 2020).

Agora evidenciamos “apenas” que a ciência é *um dos instrumentos – uma tradição* intelectual - que temos para entender e lidar com a realidade, portanto, não é o único e não é infalível. A razão influencia a prática e, nossa prática, influencia a razão. “[...] A razão sem a orientação de uma prática vai induzir-nos ao erro, ao passo que uma prática é grandemente aperfeiçoada pelo acréscimo da razão” (FEYERABEND, 2011 [1975], p. 284). Nas práticas agroecológicas e artesanais, produzindo-se comida, há movimento político, ciência (discussão e razão) e, claro, práticas, também feitas de ciência e movimento de luta e resistência político-cultural (SAQUET, 2017).

O pensar que não se compromete com a realidade histórica, sendo esta a única realidade que nos foi dada para viver, é um pensar sofisticado, inautêntico e solidário com o *status quo*, com a dominação e com o assassinato do pobre (DUSSEL, 2017 [1973], p. 12; grifo do original).

Acreditamos, então, na *filosofia da práxis* (GRAMSCI, 1975 [1932-1935]) – realizando-se como filosofia popular - que pressupõe um processo construído numa dialética e dialógica entre a *cultura popular* (da *grande massa*) e a “*alta cultura*”: “É uma filosofia que é também uma política e uma política que também é uma filosofia” (GRAMSCI, 1975 [1932-1935], p. 1860).

Os conhecimentos e pensamentos populares e científicos, teóricos e não-teóricos se integram e desintegram constantemente, num movimento des-contínuo muito mais amplo que a ciência moderna, racional e especializada. Os sujeitos também pensam e refletem para produzir uma escultura, para plantar e comer, viajar ou não, trabalhar ou descansar e, em determinadas condições, sistematizam, de maneira escrita ou não, seus pensamentos. Então, não nos parece adequado compreender os conhecimentos dos grupos sociais subalternos como senso comum (SAQUET, 2019b; SAQUET e BOZZANO, 2020).

Nós acreditamos que, no **senso comum**, também há bom-senso construído histórica e geograficamente e, assim, não podemos negligenciar os *saberes de experiência feitos* dos sujeitos (FREIRE, 2016 [1992]). As vozes e os conhecimentos populares, juntos, contribuem para gerar muitas das respostas de que precisamos cotidianamente, favorecendo o entendimento do *povo com sua própria ciência*, para defesa das suas necessidades e identidades (FALS BORDA, 1981; SAQUET, 2018a, 2019a, 2019b).

Desse modo, entendemos que a **práxis** é *o modo de ser no mundo*, de entendê-lo e vivê-lo, e isso não é restrito aos intelectuais acadêmicos; uma *atitude prática* não é, necessariamente, *desprovida de teoria*, tem um significado *existencial*: *prática e ser no mundo* são indivisíveis e passam por uma *compreensão dinâmica, transcendental e concreta*, ou seja, por uma *dialética* cotidiana, por meio da qual o *homem se abre para o mundo* (DUSSEL, 2017 [1973]).

Para ilustrar a nossa **práxis territorial popular e descolonial**, a seguir, relataremos alguns dos resultados do nosso trabalho de pesquisa e cooperação realizado com camponeses de diferentes municípios do Sudoeste do Paraná (sujeitos individuais e/ou associados) e com cidadãos da periferia da cidade de Francisco Beltrão, trabalhando com sindicalistas e outros colaboradores, entre os quais professores, estudantes universitários, agrônomos, advogados, economistas, sociólogos, técnicos agrícolas, nutricionistas, operários, camponeses etc.

Os projetos que servem de base empírico-reflexiva são os seguintes: i) *Projeto Vida na Roça – PVR* (1996-1998), de pesquisa e cooperação que realizamos na comunidade de Jacutinga (Francisco Beltrão, PR), o qual esteve assentado na produção e valorização da produção de alimentos camponeses ecológicos. ii) *Projeto Vida no Bairro – PVB* (2002-2006), no qual trabalhamos com distintas instituições, sobretudo com os moradores do bairro São Francisco (Francisco Beltrão) e de alguns sindicatos urbanos dessa cidade. iii) *Agricultura familiar agroecológica nos municípios de Verê, Itapejara d'Oeste e Salto do Lontra (Sudoeste do Paraná), como estratégia de inclusão social e desenvolvimento territorial* (2009-2012; AGROEC-USF), financiado pelo Programa Universidade Sem Fronteiras (USF/SETI/PR) e pela Fundação Araucária (Edital 24/2012: Programa Universal/Pesquisa Básica e Aplicada) – Governo do Estado do Paraná -, no qual voltamos a trabalhar com camponeses agroecológicos e distintos colaboradores institucionais, principalmente com ONGs, associações e sindicatos de trabalhadores rurais.

No PVR, no PVB e no AGROEC-USF, pesquisamos e colaboramos com distintos sujeitos a partir dos mesmos princípios, ou seja, participação, interdisciplinaridade, agroecologia, diversificação das atividades culturais e de trabalho, formação política continuada e solidariedade, bem como, por meio das mesmas práticas, nas pesquisas e nas ações, conseguindo resultados muito relevantes social e cientificamente, a partir do que aprendemos em cada projeto, principalmente com os camponeses, com os cidadãos e com as equipes da Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR) e do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA-Verê; atualmente denominado Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia).

Nós atuamos no **desenvolvimento territorial raiz** – na época do PVR, denominado *comunitário* –, numa perspectiva pluridimensional: produção agropecuária (manejo florestal,

pastagens, recursos hídricos e eliminação dos agrotóxicos); saúde e saneamento ambiental (família, habitação e infraestrutura); lazer e cultura (recreação, cursos e oficinas); educação escolar; divulgação dos projetos com o envolvimento dos moradores de Jacutinga e do bairro São Francisco – Francisco Beltrão. De maneira especial, no PVR e no PVB, as ações – participativas na pesquisa e na cooperação – visaram ao desenvolvimento respeitando a natureza, a cultura e as necessidades mais imediatas e urgentes das populações locais, valorizando as singularidades territoriais e seus respectivos sujeitos e saberes (SAQUET e DUARTE, 1996; SAQUET e FLÁVIO, 2015).

Consoante demonstramos em Saquet (2019a, 2019b, 2019d), em cada projeto e entre um projeto e outro (entre 1996 e 2012), os princípios foram transformados em diretrizes e práticas, e, as práticas, em princípios e diretrizes para o trabalho participativo, especialmente por meio do envolvimento dos distintos sujeitos, na pesquisa e na ação: as discussões feitas com os sujeitos de cada projeto, com as lideranças (das instituições colaboradoras, de Jacutinga e das ruas do bairro São Francisco), com grupos de moradores urbanos e rurais, bem como em cada equipe interinstitucional, foram fundamentais para sedimentar a participação e o diálogo.

No decorrer de cada projeto de pesquisa-cooperação, nós debatemos e definimos em conjunto o jeito de trabalhar, devolvendo/apresentando/discutindo os dados coletados, visando à valorização dos sujeitos do campo e da cidade, à ativação das territorialidades, à integração universidade-sociedade local, trabalhando para contribuir na construção de uma sociedade mais justa. Também escrevemos as análises, caracterizando a situação atual dos estabelecimentos rurais, dos lotes urbanos e das famílias, estabelecendo as metas, as ações, o orçamento necessário e as pessoas responsáveis por cada atividade prevista e aprovada nas assembleias deliberativas. As conversas e debates sempre estiveram presentes, durante as pesquisas e as ações de enfrentamento e reivindicação, discutindo e definindo as ações prioritárias para os primeiros meses e anos de cada projeto. Assim, (i)materializamos as atividades em conjunto, avaliando-as, identificando dificuldades, avanços conseguidos e prioridades para o futuro (SAQUET e DUARTE, 1996; SAQUET e FLÁVIO, 2015; SAQUET, GAIOVICZ, MEIRA e SOUZA, 2012; SAQUET, 2019b, 2019d).

Historicamente, o PVB foi um dos resultados do PVR, como uma aprendizagem de trabalho solidário, participativo, dialógico e cooperado, no âmbito de um movimento social de práxis popular e territorial – agroecológico e ambiental-, pois utilizamos as mesmas orientações para compreender cada território e atuar na transformação social desejada, num movimento continuado de resistência e enfrentamento político-cultural contra os agentes hegemônicos. As concepções de participação, interdisciplinaridade, solidariedade, (in)formação continuada e diversificação das atividades de trabalho e culturais, supracitadas, bem como a interinstitucionalidade de cada projeto (Quadro 1), demonstraram-se

estritamente vinculadas e de vital importância na realização das pesquisas e das ações previstas em cada um dos três projetos realizados.

Sempre que necessário, os objetivos e as ações foram ajustados, tentamos alternar atividades de pesquisa, discussão, mobilização, formação, reivindicação e atuação a partir de cada plano de ações construído em cada projeto de pesquisa-cooperação. Dessa forma, conseguimos acumular experiências e aprendizados, podendo avaliar cada fase de cada projeto, bem como os encaminhamentos efetivados no PVB, tentando qualificá-los em relação à experiência anterior do PVR.

Quadro 1: Características fundamentais das equipes dos três projetos de pesquisa-cooperação.

PVR	Equipes interdisciplinares, interinstitucionais [ONGs, Estado, sindicatos e associações, camponeses e cidadãos] e (in)formativas, constituindo um movimento de fortalecimento das colaborações técnicas, científicas e formativas, como uma estratégia de luta contra o agronegócio e o Estado burguês, trabalhando para criar territórios de debates e decisões, de mobilização, resistência popular e contra-hegemonia.
PVB	
AGROEC-USF	

Fonte: Elaboração própria, 2020.

A “combinação” de pessoas de diferentes áreas do conhecimento com os sujeitos com os quais trabalhamos em cada projeto, foi fundamental, enriquecendo os debates e as (in)formações, ampliando as reivindicações, fortalecendo as relações interinstitucionais e o movimento agroecológico, feito de práticas e ciência, técnicas e tecnologias, luta e enfrentamento, solidariedade e cooperação, movimento ampla e explicitamente ancorado cultural e territorialmente, especialmente, a partir do modo de vida camponês.

Como todo processo desta natureza, há contradições e dificuldades, entre as quais se destacam as fragilidades das ações públicas (federais, estaduais e municipais), pois não conseguimos avançar qualitativamente com a mesma intensidade em todos os projetos realizados. No PVR, avançamos mais na concretização das relações de reciprocidade, na auto-organização política, na participação social, na pluralidade do desenvolvimento, especialmente por meio de práticas sustentáveis ambientalmente, a partir de uma significativa consciência de classe já existente entre os camponeses da comunidade de Jacutinga – Francisco Beltrão.

No PVB, destacamo-nos na ativação das territorialidades locais e da participação social, da reciprocidade e da diversificação das iniciativas para colaborar na melhoria da qualidade de vida dos moradores do bairro São Francisco, também, a partir de uma importante consciência de classe existente e qualificada em meio às atividades do projeto com a realização de cursos específicos, das reuniões e das oficinas. Desse modo, histórica e geograficamente, em cada projeto, conseguimos construir e potencializar sinergias:

ensinando e aprendendo, também nos qualificamos como sujeitos sociais e como colaboradores, por meio da ajuda mútua e do diálogo.

No projeto *Agricultura familiar agroecológica nos municípios de Verê, Itapejara d'Oeste e Salto do Lontra* [...], que também esteve centrado na pesquisa e na cooperação, trabalhamos intensamente, embora com mais dificuldades – absolutamente normais -, para criar espaços de diálogos e participação social, valorizando a cultura popular e os governos municipais de cada território, contribuindo para fortalecer a participação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) em processos de desenvolvimento territorial popular no âmbito dos três municípios selecionado (Itapejara d'Oeste, Verê e Salto do Lontra – Sudoeste do Paraná).

Dessa forma, criamos espaços de diálogos nesses municípios, sobretudo com os agricultores organizados na forma de associações, sindicatos e ONGs. A partir dos objetivos de compreender as características da produção familiar de alimentos e de cooperar na qualificação dessa produção agroecológica, balizados nas dimensões sociais da agricultura, da cultura e da gestão política familiar, realizamos diversas atividades de pesquisa e cooperação, entre as quais se destacam as reuniões da equipe de trabalho e com os representantes das diferentes instituições vinculadas à agricultura camponesa de cada município, a socialização e discussão do projeto - fatos que serviram de base para a pesquisa realizada sobre as práticas agroecológicas municipais -, a redação das análises feitas e a concretização das ações definidas e planejadas **com** os camponeses ecológicos de cada município (as atividades realizadas e os principais resultados conseguidos podem ver verificamos em Saquet [2019a, 2019b] e Saquet, Gaiovicz, Meira e Souza [2012], entre outros).

Esse processo de pesquisa-cooperação revelou que a cooperação universidade-sociedade local é fundamental, feita por meio das pesquisas, das (in)formações e das ações debatidas e concretizadas solidariamente, integrando conhecimentos e técnicas, sujeitos urbanos e rurais, ciência e saber popular, contribuindo para superar a histórica separação entre ciência e senso comum, intelectualidade e massa popular. A constituição de **espaços de aprendizagem** em cada projeto, foi bastante rica para nossa formação político-cultural e para animar os camponeses e os cidadãos por meio das oficinas, dos cursos, dos intercâmbios técnicos, das reuniões, das mobilizações políticas, das propagandas das suas produções etc.

Também aprendemos muito sobre as carências rurais e urbanas de cada município, aspecto que reforça nossa argumentação de que ainda temos muito a fazer **para e com o povo**, ampliando significativa e qualitativamente os investimentos, as ações públicas e auto-organizativas, numa sinergia que, embora seja contraditória, é extremamente necessária para construir, cooperada e solidariamente, o **desenvolvimento como experimentação refletida**,

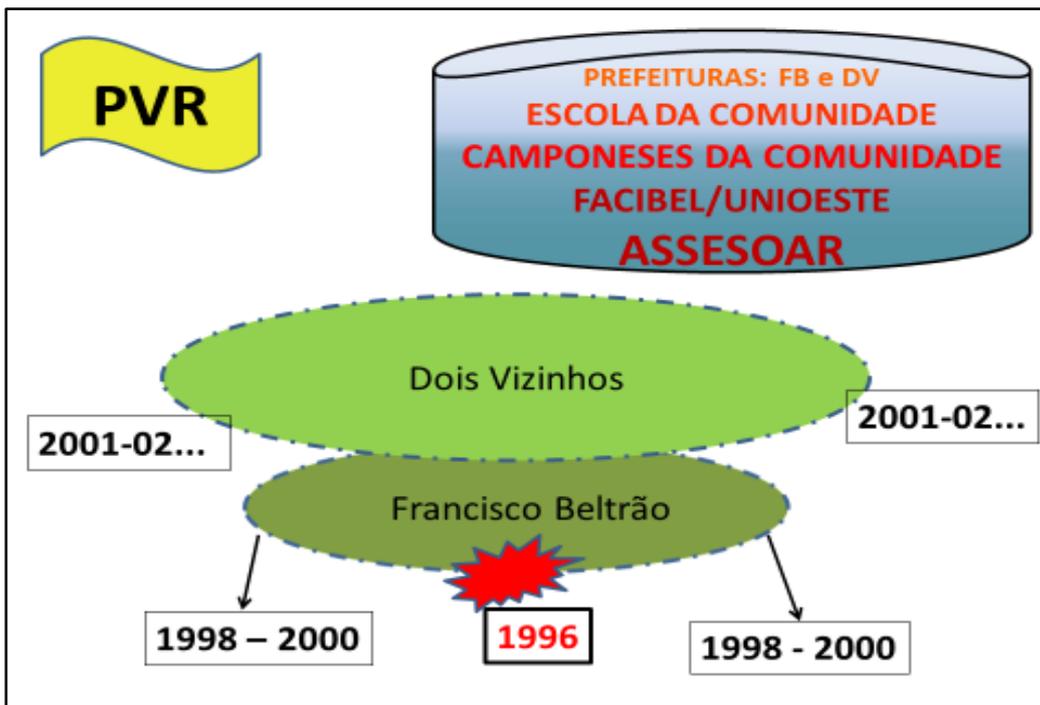
como práxis de vida popular e territorial, descolonial e contra-hegemônica, numa sociedade mais justa e ecológica.

Nesse sentido, nossa práxis também revela que não há uma escala temporal e espacial que seja modelo para outras experiências, ou seja, os projetos de pesquisa e cooperação são elásticos, flexíveis, a ponto de terem sido, cada um a seu tempo e no seu lugar, avaliados e revisados, em consonância com a revisão e atualização dos objetivos, das metas etc., enfim, em virtude dos avanços, das dificuldades e dos limites de cada ação realizada e, notoriamente, em decorrência do complexo relacional das ações efetivadas em cada relação espaço-tempo-território.

Assim, no PVR, a ONG ASSESOAR teve centralidade na pesquisa, na (in)formação e nas ações realizadas, seguida pela atuação da UNIOESTE (na época ainda denominada Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão – FACIBEL), amparando e trabalhando com os camponeses que, por sua vez, também tiveram centralidade em todas as atividades realizadas nesse projeto, com importantes mediações feitas pelos professores da escola da localidade de Jacutinga e pela Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão. O projeto nasceu concentrado nessa localidade, porém, lentamente expandimos as ações de pesquisa e colaboração, no âmbito municipal e transterritorial (Figura 1), tentando motivar e orientar a criação de distintas redes de cooperação e solidariedade entre os membros da equipe de trabalho e, principalmente, entre os camponeses.

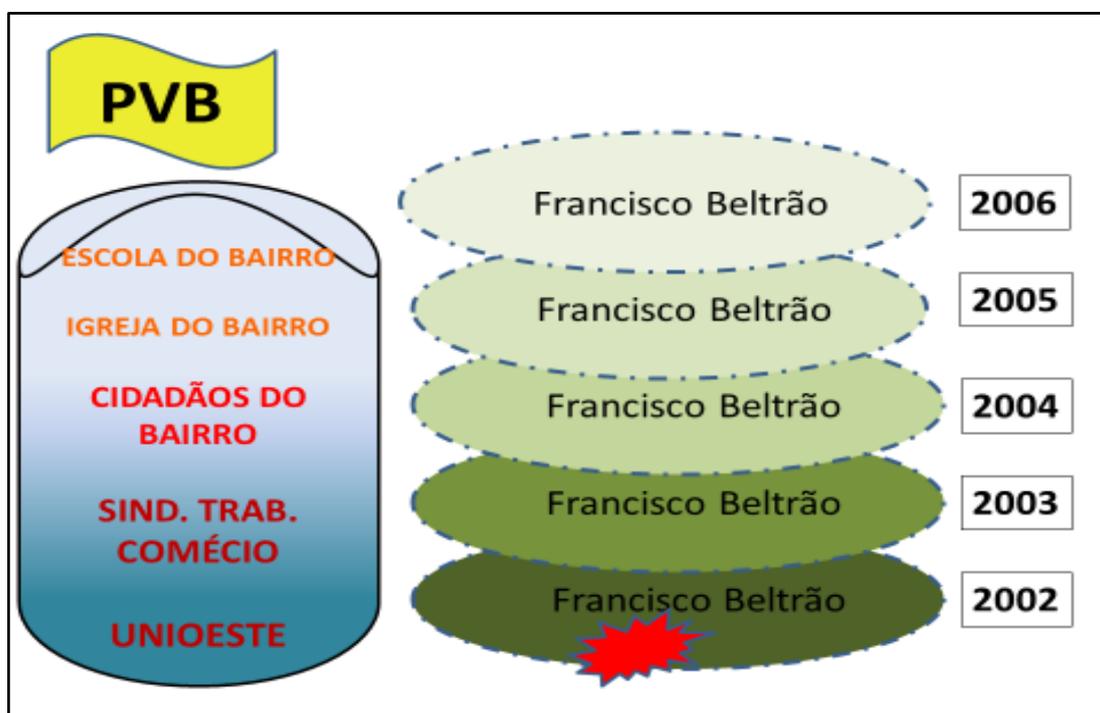
No PVB, a escala de pesquisa e cooperação manteve-se ancorada no bairro São Francisco, no nível das famílias e das ruas do bairro de pesquisa-ação, com centralidade para a atuação da UNIOESTE – justamente a partir do que aprendemos no PVR -, do Sindicato dos Empregados no Comércio de Francisco Beltrão e para os cidadãos do bairro (por meio da sua associação de moradores), porém, com várias outras mediações muito importantes, como as do Sindicato dos Engenheiros, dos representantes das igrejas locais, do clube de mães e do grupo da “terceira idade.

Figura 1: As escalas temporais e espaciais do PVR.



Fonte: Elaboração própria, 2019.

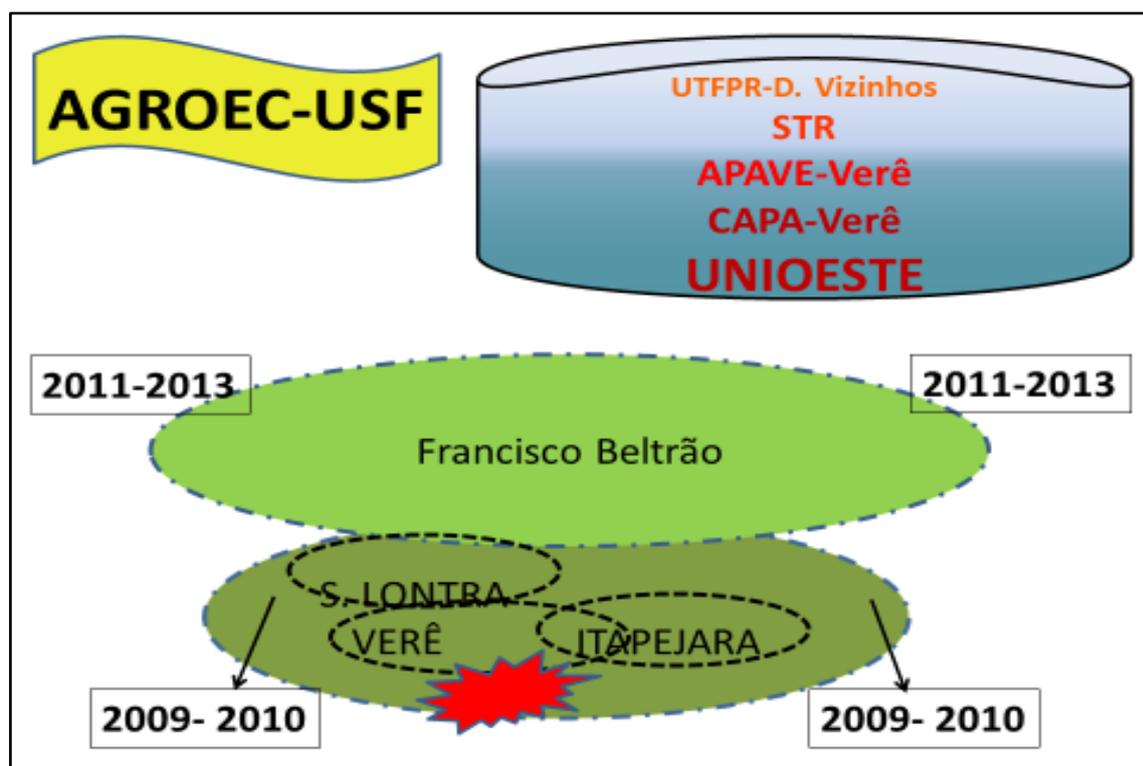
Figura 2: As escalas temporais e espaciais do PVB.



Fonte: Elaboração própria, 2019.

E o projeto mais recente, também centrado na agricultura camponesa ecológica, ocorreu numa escala espacial mais ampla, pois trabalhamos, inicialmente, no nível de três municípios, ampliando historicamente as atividades para um quarto município, firmando cooperações muito importantes da UNIOESTE com a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR - Dois Vizinhos), com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR de cada município), com a Associação de Produtores Agroecológicos de Verê (APAVE-Verê) e com o CAPA-Verê (Figura 3).

Figura 3: As escalas temporais e espaciais do AGROEC-USF.



Fonte: Elaboração própria, 2019.

Desse modo, em cada um dos três projetos, os conteúdos urbanos e rurais também foram distintos, de acordo com as singularidades dos grupos e da classe social com os quais trabalhamos, bem como dos objetivos e das metas com eles definidos transtemporalmente. No PVR, houve destaque para as ruralidades, em virtude das ações realizadas na comunidade de Jacutinga, sem se desligar, evidentemente, do urbano, onde está o mercado consumidor dos produtos agroecológicos camponeses. Já o PVB teve um conteúdo eminentemente urbano, sem extrapolar as atividades além da cidade de Francisco Beltrão e, no AGROEC-USF, visamos e trabalhamos muito para ativar relações campo-cidade (Quadro 2), contribuindo para reforçar relações existentes e para tentar criar outras redes de

cooperação e solidariedade, especialmente entre os camponeses e consumidores, para produzir, certificar e comercializar.

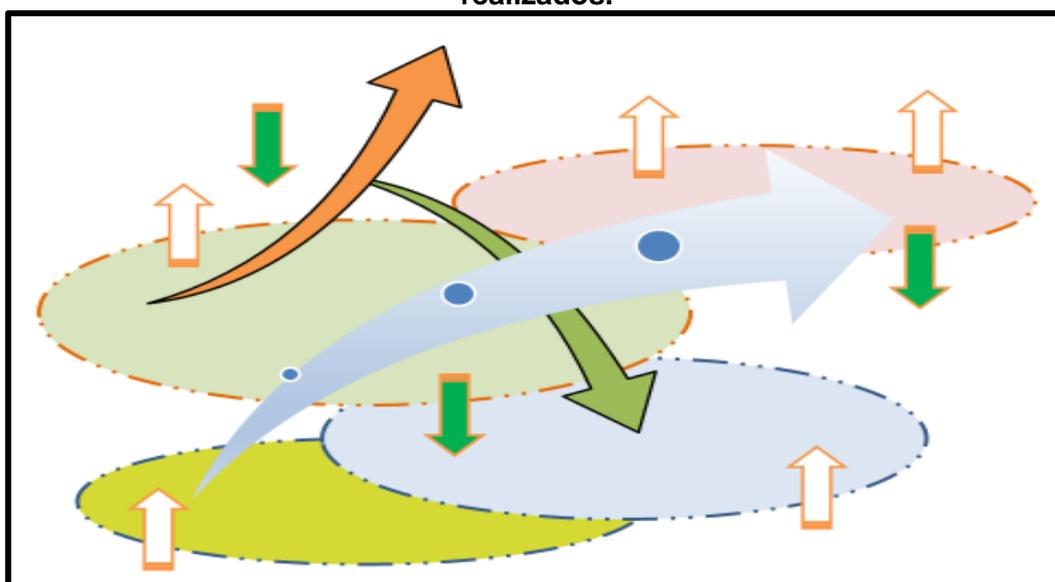
Quadro 2: Uma representação do conteúdo urbano e rural dos nossos projetos de pesquisa-cooperação.

PVR	RURAL - URBANO
PVB	URBANO
AGROEC-USF	RURAL-URBANO

Fonte: Elaboração própria, 2019. Obs.: os diferentes tamanhos das letras e os grifos demonstram a dimensão territorial evidenciada.

Assim, acreditamos que contribuímos diretamente para estabelecer outros vínculos entre o campo e a cidade, balizados sobretudo nas relações de confiança e na identificação cultural, formando redes que se objetivam na mobilização e auto-organização dos sujeitos para vender seus produtos por meio das redes curtas, como um processo inerente à *consciência de classe e de lugar*. Trata-se de um movimento de articulação, ancoragem territorial e resistência que assume um conteúdo político-econômico que se contrapõe à produção agroquímica e industrial de alimentos, bem como às grandes redes de comercialização, com o significado claramente contra-hegemônico, conforme detalhamos em Saquet (2019b). Tanto no PVR, como no PVR e no AGROEC-USF, efetivamos relações concomitantes e transterritoriais, na pesquisa e na ação, entre os membros de cada equipe de trabalho, entre os sujeitos “estudados” e com os quais colaboramos, do campo e da cidade (Figura 4), contribuindo para estabelecer, elasticamente, tramas territoriais, no tempo e no espaço de cada projeto de pesquisa e cooperação.

Figura 4: Uma ilustração das territorialidades e redes sobrepostas nos projetos realizados.



Fonte: Elaboração própria, 2019.

pouco mais longas, regionais, também são indiretas, acontecem por meio das vendas em Pato Branco, Londrina e Curitiba (SAQUET, 2017, 2019d).

Em cada projeto de pesquisa e cooperação realizado, apesar dos limites e das dificuldades cotidianas, nós trabalhamos juntos, no campo e na cidade, bem como entre esses espaços, por meio das ações de cooperação e solidariedade, reorganizando feiras livres, ofertando cursos, realizando oficinas, organizando intercâmbios técnicos entre os agricultores, divulgando as produções agroecológicas e as comidas artesanais (geleias, salames, queijos, vinhos, conservas etc.), consumindo etc. Ações estiveram presentes no processo de pesquisa e nas reivindicações e realizações feitas com os sujeitos urbanos e/ou rurais de cada projeto, por meio de diferentes reuniões (dentro e fora da universidade); dos diagnósticos de cada território estudado; dos diálogos analíticos, de planejamento e decisórios; das oficinas (in)formativas; das assembleias deliberativas; da socialização das atividades de cada projeto nas rádios locais; da discussão e definição de outras parcerias, sempre que necessário, ajustando objetivos e metas, bem como, notoriamente, da realização das ações debatidas e planejadas no âmbito de cada um dos três projetos, avaliando-as semestral e/ou anualmente.

Esse movimento de idas e voltas, entre o campo e a cidade, de conversas, decisões, planejamentos e avaliações foi (re)definindo o conteúdo político de cada projeto (Quadro 3), sem negligenciar os princípios iniciais, da participação social e da autonomia decisória, da agroecologia e da interdisciplinaridade, da cooperação e da solidariedade, da interinstitucionalidade e das redes curtas de colaboração ancoradas territorial e culturalmente.

Quadro 3: Os principais conteúdos políticos dos projetos de pesquisa-cooperação.

PVR	Práticas agroecológicas como movimento camponês, auto-organizativo, político-ideológico, ambientalista, cultural e ancorado territorialmente: movimento, práticas, saberes e ciência.
PVB	Movimento auto-organizativo, político-ideológico, de autogestão e cooperação, confiança e solidariedade, (an)coragem e luta política e territorial.
AGROEC-USF	Movimento político-ideológico, ambientalista-agroecológico, de enraizamento, redes curtas e cooperação territorial.

Fonte: Elaboração própria, 2019-2020.

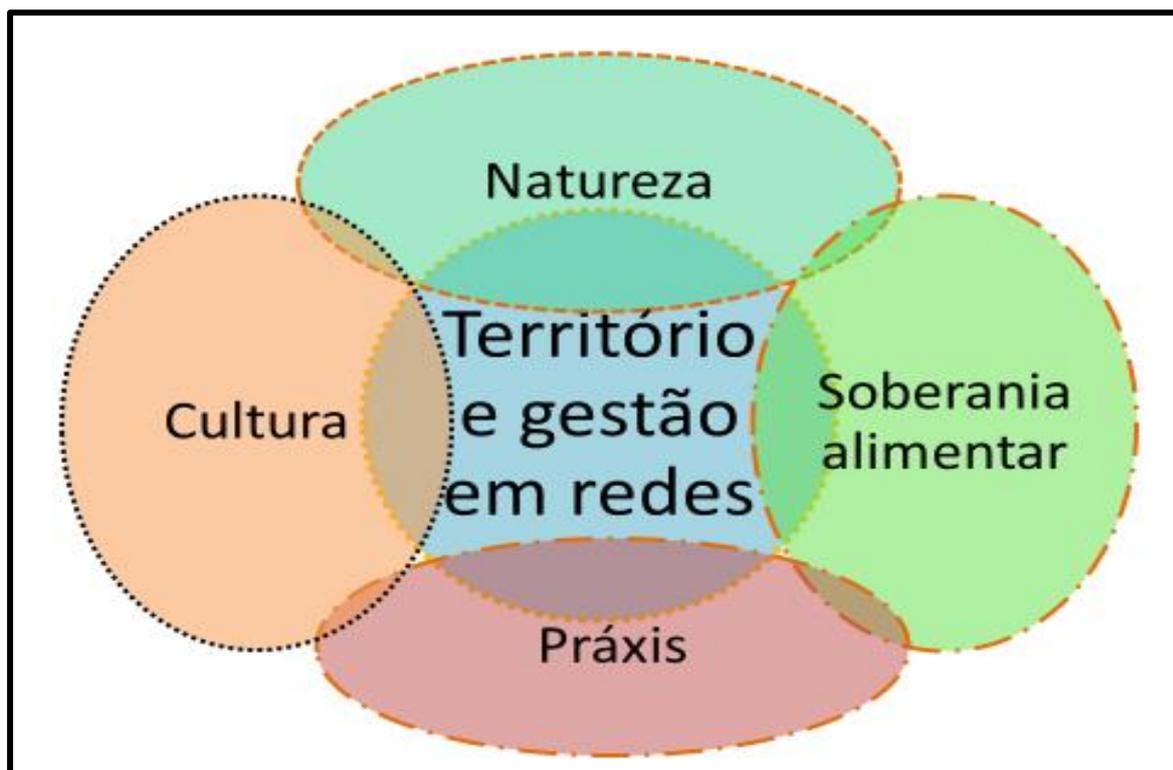
Como se pode facilmente notar, há centralidade, na nossa práxis territorial, à auto-organização popular, à (in)formação político-ideológica, à ancoragem e às redes curtas, à cooperação, à solidariedade e à participação social, num movimento de luta e enfrentamento com os agentes do capital e do Estado burguês. É um movimento feito no tempo e no espaço,

de teoria e prática, de conhecimentos populares (teóricos e atóricos) e acadêmicos (refletidos), de cunho popular e descolonial.

Na práxis, as práticas e aprendizagens foram (i)materializadas no âmbito de uma concepção de ciência territorial e popular que tem orientado nosso trabalho dentro e fora da universidade, a partir de uma **Geografia (i)material da práxis territorial popular e descolonial**. Nela se destacam aspectos e processos como os seguintes:

- i) O território significa sobretudo um espaço de organização política, mobilização, (in)formação, luta, resistência e atuação em projetos de cooperação e **desenvolvimento territorial popular**, ou seja, de práxis de transformação feita com os sujeitos “estudados”, considerando-se como fundamental as singularidades de cada relação espaço-tempo-território, naturais (solos, climas, coberturas vegetais, águas e demais animais) e sociais (econômicas, políticas, culturais e ambientais).
- ii) O território também significa um patrimônio da humanidade (MAGNAGHI, 2000, 2015; SAQUET, 2007, 2015 [2011]; BECATTINI e MAGNAGHI, 2015) e, por isso, precisa ser cuidado adequadamente, no presente e para o futuro, na sua pluridimensionalidade social-natural-espiritual.
- iii) A participação popular tem sido fundamental para valorizar os sujeitos e seus conhecimentos, ativar territorialidades, instigar compromissos e para integrar conhecimentos (a)teóricos, acadêmicos e populares, portanto, plurais, numa gestão territorial dialógica na direção da soberania alimentar e popular (Figura 6).
- iv) A identificação, compreensão, representação, explicação, valorização e potencialização da **auto-organização** também foi vital em cada projeto, reivindicando-se do Estado, de maneira mais específica, o que fora demandado por cada grupo e classe social, em cada projeto efetivado e, de forma mais geral, que cumpra suas atribuições constitucionais e sociais.
- v) O enraizamento cultural (nas relações de confiança, pertencimento e reconhecimento político-territorial) se revelou bastante adequado para ativar e/ou qualificar cooperações existentes nos vínculos locais e nas redes curtas de produção, certificação agroecológica e comercialização. Os vínculos foram e são melhor aproveitados, tentando-se ampliar a produção agroecológica, a certificação participativa e a comercialização de maneira sistemática, especialmente por meio das feiras livres realizadas semanalmente nos municípios onde estudamos, trabalhamos e, evidentemente, vivemos.

Figura 6: Ilustração da gestão territorial na nossa práxis de pesquisa e cooperação.



Fonte: Elaboração própria, 2019-2020.

E foi desse modo, sucintamente, que trabalhamos num movimento de luta e resistência *ao capitalismo eurocentrado e colonial* (QUIJANO, 2000), de forma autônoma, participativa, reflexiva e propositiva, a favor de uma práxis territorial popular e descolonial, a partir de uma geografia voltada para a cooperação e a solidariedade (SAQUET, 2015 [2011], 2014a, 2014b, 2017, 2018a, 2018b, 2019a, 2019b, 2019d). Então, as redes curtas (i)materializadas quase todos os dias das semanas são resultados das condições dos camponeses e cidadãos, bem como das singularidades das práticas familiares, associativas, sindicalizadas e cooperadas, efetivando-se como uma oportunidade eficaz na comercialização e geração de renda complementar para a família camponesa, bem como para o consumo de produtos sem insumos químicos por parte dos moradores das cidades.

Outrossim, a *consciência de lugar* – na nossa abordagem, obviamente, também é territorial - de cada equipe interdisciplinar e interinstitucional, bem como dos camponeses e demais cidadãos, tem sido fundamental para a identificação e participação social, para a reprodução do lugar como espaço de convivência com relações comunitárias, significando um antídoto contra a globalização econômica (BECATTINI e MAGNAGHI, 2015; SAQUET, 2017, 2019b; SAQUET e BOZZANO, 2020). Os habitantes precisam se sentir vivos, importantes, reconhecidos, valorizados, pertencentes ao lugar, à rua, ao condomínio, ao bairro, à comunidade rural, aos municípios, às redes curtas, à região hidrográfica, ao Estado, ao rio, enfim, ao território!

Tratando-se, fundamentalmente, de reconstruir consciência de lugar, coesão social e solidariedade entre os homens, desintegrados há décadas pelo mercado selvagem, nós vemos uma possível solução de retorno à responsabilidade dos habitantes dos lugares, fazendo prevalecer o princípio territorial sobre o funcional, por meio do retorno ao território (BECATTINI e MAGNAGHI, 2015, p. 221).

Então, por meio de todas as atividades realizadas com os camponeses, cidadãos e demais parceiros de cada projeto de pesquisa-cooperação, especialmente por meio das mobilizações, das reivindicações, das reuniões, das assembleias, dos cursos (in)formativos e das oficinas, acreditamos que conseguimos contribuir um pouco para ativar o sentido cotidiano das consciências de classe e de lugar, integrando conhecimentos e experiências e, principalmente, potencializando o trabalho solidário e cooperado, em cada tempo, espaço e território do nosso movimento transtemporal-transterritorial.

Trabalhar com o povo, ensinando e aprendendo **com** ele, corresponde a uma das maneiras que temos para contribuir com sua emancipação político-cultural, para melhorar suas condições de vida cotidiana, num “fio” de práxis vinculada ao *conhecimento emergente* ou *subversivo* (FALS BORDA, 1981). Conhecimento esse herdado culturalmente e repassado de geração em geração, contribuindo para a resolução dos problemas cotidianos, num movimento mais amplo que podemos denominar de *ciência popular* (FALS BORDA, 1981, 2006 [1980]; FALS BORDA e MORA-OSEJO, 2013; BONILLA, CASTILLO, FALS BORDA e LIBREROS, 1972; CICHOSKI e ALVES, 2019; SAQUET, 2019a, 2019b; SAQUET e BOZZANO, 2020), reunindo sabedoria e tradição, empiria e reflexão, ciência e política.

Necessitamos um pensamento que não esteja limitado à capacidade de processar informações e à utilização de técnicas [...]. Temos que [...] romper com o estereótipo do intelectual limitado ao manejo da acumulação universal de conhecimentos (ZEMELMAN, 2011 [2005], p. 278).

Dessa maneira, produz-se conhecimentos interdisciplinares, por dentro da Geografia e de outras ciências, centrados em realidades e *problemas próprios*, úteis para os *povos de base*, tentando contribuir para *libertá-los* da exploração, opressão e submissão a partir da *ciência social ativa* (FALS BORDA, 2013 [2007]). A *ciência popular* é uma praxis contra-hegemônica e vinculada aos distintos sujeitos de cada território e lugar, no tempo e no espaço.

Acreditamos, de maneira geral, que os processos “estudados” e cooperados ora sucintamente socializados revelam, além das aprendizagens que podem orientar outra forma de pensar e pesquisar, bem como de entender a ciência e os saberes populares, que outras práticas cotidianas são possíveis, fazendo parte de uma **Geografia (i)material da práxis territorial popular**, centrada em processos de desenvolvimento territorial numa perspectiva descolonial e contra-hegemônica, portanto, participativa, popular, dialógica, respeitosa e ecológica, de resistência, luta e enfrentamento com os agentes do capital e do Estado burguês. E é por meio dessa Geografia que trabalhamos, tentando integrar conhecimentos

acadêmicos e populares, teorizados e não-teorizados, racionais e os considerados irracionais, no âmbito de um programa de pesquisa e cooperação **dentro de uma ciência territorial e (a)efetivamente popular.**

Desse modo, acreditamos que está claro o que entendemos por **movimento transtemporal-transterritorial**: trata-se de um processo de luta e resistência popular, enfrentamento e descolonialidade; processo histórico, espacial, relacional-trans-multiescalar de articulação e sobreposição territorial, portanto, reticular e *pluridimensional* (social-natural), numa práxis (i)material, obviamente, popular, dialógica, participativa, descolonial e contra-hegemônica, feita com a nossa colaboração direta, trabalhando com a massa popular, rural e/ou urbana.

Consoante afirmara coerentemente Fernandes (2000, 2005), numa instigante leitura geográfica dos movimentos sociais – evidenciada anteriormente -, a construção do território tem, historicamente, direta vinculação com a produção social do espaço geográfico. Este último é apropriado socialmente e contém, portanto, conflitos, poderes, intencionalidades, solidariedades, intermitências, enfim, coexistências, como a dominação e a resistência. Assim, os movimentos sociais são processos geográficos dinamizados pelas ações políticas de enfrentamento contra-hegemônico. “O território é espaço de vida e morte, de liberdade e de resistência (FERNANDES, 2005, p. 30).

Trata-se de uma problemática (i)material, na qual há interações natureza-natureza e natureza-sociedade. Os territórios e territorialidades são múltiplos, sobrepostos e estão em unidade transtemporal. Há uma articulação temporal e territorial, ou seja, transtemporalidades, trans-multiescalaridades e transterritorialidades nas quais há simultaneidades, fases/períodos, ritmos, territorialidades, diferenças, desigualdades e identidades. Vivemos múltiplas temporalidades ao mesmo tempo, passadas, presentes e futuras, bem como múltiplas territorialidades, em cada lugar, em cada relação espaço-tempo-território (SAQUET, 2015 [2011]).

Num movimento como esse, o desenvolvimento territorial tem significados bem singulares, muito diferentes dos do crescimento econômico-territorial: é autocentrado e/ou heterocentrado com redes curtas de cooperação e solidariedade, construído pelas pessoas em seus territórios – muito bem ancorado -, considerando os ecossistemas, a participação popular, a justiça social, a recuperação e preservação ambiental, a valorização do saber-fazer popular, o pequeno negócio, enfim, a qualidade de vida das pessoas e do ambiente, no campo e na cidade.

Desse modo, como nossas experiências revelaram, há centralidade da auto-organização dos sujeitos interligados em diferentes níveis escalares, valorizando-se a gestão participativa, horizontal e sinérgica, reconhecendo-se e se fortalecendo as relações de confiança, a planificação democrática com autonomia decisória, os vínculos comunitários, as

tradições e inovações (quando necessárias, desejadas e coerentes com as condições de cada sujeitos, grupo ou classe social), a partilha, a produção e consumo de alimentos sem insumos químicos, a artesanidade, portanto, num movimento transtemporal e transterritorial contrário à reprodução ampliada do capital e à sua circulação acelerada, à degradação da natureza (orgânica e inorgânica), à concentração da terra, à corrupção etc.

A cooperação e a solidariedade, (i)materializadas como relações mútuas e recíprocas, são fundamentais. O desenvolvimento não é sinônimo de crescimento, e não corresponde a qualquer processo de apropriação e construção territorial: caracteriza-se muito diferentemente do que ocorre em grandes investimentos comerciais e/ou industriais e/ou financeiros, substantivamente contrário aos conglomerados econômicos, ao Estado burguês e à degradação ambiental (SAQUET, 2015 [2011], 2014a, 2014b, 2017, 2018a, 2018b, 2019a, 2019d).

Algumas palavras finais

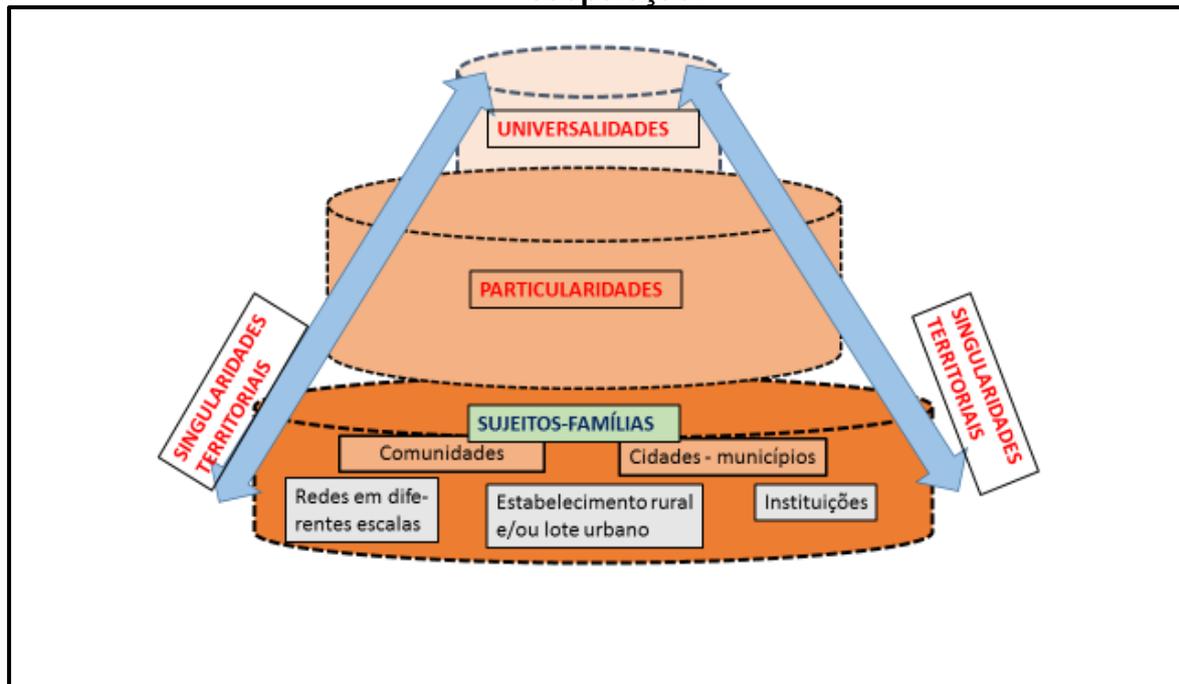
Parece-nos bastante coerente “concluir” este texto ratificando uma das importantes afirmações de Quijano (1981), quando se refere à interação entre ciência e conhecimento popular para estudar, conhecer, interpretar e transformar a realidade *de dentro dela mesma*, movimento no qual se influenciam consciência e práxis. Evidentemente, como tentamos problematizar e argumentar neste texto, essa perspectiva é extremamente oposta à concepção predominante do intelectual burguês, que atua acadêmica e cientificamente no nível da contemplação dos processos “estudados”, refletindo, notoriamente, sobre o objeto de estudos de cada projeto de pesquisa. Trata-se de um intelectual especializado e racional, reflexivo e formador, no entanto, sem uma sistemática e política inserção social como se dá na nossa práxis de pesquisa e cooperação, resumidamente socializada nesta oportunidade.

Assim, é importante evidenciar que há cientistas que, além de organizarem seus *cercadinhos* acadêmicos, querem *universalizar* suas regras, como verdades absolutas, pressionando, vigiando, punindo, desconsiderando outras *tradições* ou formas de compreender e explicar a realidade, produzindo teorias com generalizações falsas, incoerentes com a realidade da vida cotidiana (FEYERABEND, 2011 [1975]).

Nós estamos noutra extremo, ou seja, optamos por trabalhar dentro e fora da universidade, especialmente com pessoas simples e humildes, do campo e da cidade. “Estudamos” elas e aprendemos com elas, convivendo, reunindo, dialogando, experimentando, reivindicando, enfim, lutando e colaborando na pesquisa participante e na ação participativa, no âmbito do que denominamos de **Geografia (i)material, como uma ciência territorial e popular**, na qual se integram conhecimentos acadêmicos e populares, teorizados/refletidos ou não, numa perspectiva metodológica transversal (Figura 7).

Então, o conceito de práxis e sua prática (i)material são fundamentais, numa relação de unidade entre teoria e prática, pois estas não estão separadas no mundo da vida, na universidade e nos movimentos transtemporais e transterritoriais como o agroecológico aqui evidenciado. Ciência e conhecimento popular estão juntos, influenciando-se, na pesquisa e na ação que realizamos nos três projetos que servem de base para esta socialização: PVR, PVR e AGROEC-USF.

Figura 7: A transversalidade territorial da nossa metodologia de pesquisa e cooperação.



Fonte: Elaboração de Marcos Saquet, quarentena (junho) de 2020.

E foi justamente experimentando o diálogo e a participação, os conhecimentos e técnicas, as teorias e práticas, que muito aprendemos sobre a vitalidade da práxis popular e territorial, sobre o que temos para aprender com o povo e para ensiná-lo. Acreditamos que não há e não houve contemplação, academicismo, intelectualismo, sectarismo etc. Há e houve encontro, aprendizagem mútua, auto-organização, um movimento político de luta e enfrentamento, de (in)formação e mobilização popular, descolonial e contra-hegemônico: processo de produção e comercialização de comida agroecológica e artesanal, bem como de conquistas infraestruturais, formativas, políticas e culturais, no campo e na cidade, processo realizado com base nas relações de cooperação e solidariedade ancoradas cultural e territorialmente.

E essa ancoragem sempre esteve balizada no tempo e no espaço dos sujeitos de cada um dos três projetos realizados, nas suas necessidades mais urgentes, nos seus conhecimentos e nas suas formas de organização, mobilização e luta política, traduzindo-se

em redes curtas de reciprocidade, de sinergia complementar entre o campo e a cidade. E esse é o conteúdo destacado do desenvolvimento territorial raiz, de base local, cultural e ecológica, bem como popular e participativa: nessa práxis, cada **território** de vida cotidiana é **patrimônio da humanidade** e a territorialidade significa uma mediação fundamental na transformação do território, na tentativa de conseguir autonomia decisória, justiça social, repartição da riqueza, conservação ambiental, preservação cultural etc., adaptando-se as técnicas e tecnologias às singularidades sociais e naturais de cada território, às suas características ambientais, econômicas, políticas e culturais, valorizando e protegendo as identidades culturais, a natureza e as famílias urbanas e/ou rurais (SAQUET, 2015 [2011], 2017, 2018b).

O **lugar**, como já é bem conhecido, também permanece importante como experiência territorial, onde as *mentes se despertam* ligadas ao mundo, como espaço fundamental para repensar a política, o conhecimento, a identidade e o desenvolvimento: o *conhecimento local* assume centralidade, como prática histórica, *modo de consciência-baseada-no-lugar* e enraizamento cultural (ESCOBAR, 2011). Nossa experiência cotidiana tem revelado, juntamente com observações mais gerais de Escobar (2003), que a construção de *práticas baseadas-no-lugar* e, no território, caracterizam identidades outras, iniciativas de auto-organização e confiança, sinergia e mobilização política, ancoragem e reciprocidade, luta e enfrentamento descolonial e contra-hegemônico.

Por isso esperamos que essas experiências possam instigar debates e mesmo embates teórico-metodológicos e políticos, dentre e fora da universidade, pois ainda temos muito a fazer com a nossa gente, com suas técnicas e seus conhecimentos, suas necessidades e seus desejos, normalmente negligenciados e soterrados, “simplesmente” desconsiderados por meio de um academicismo produtivista e burguês, fragmentado e fragmentador, (pre)dominante, que precisa ser enfrentado com (an)coragem transtemporal e transterritorial, com muito trabalho que, no nosso entendimento, tem uma base muito coerente nessa Geografia (i)material da práxis popular e descolonial.

Referências

BECATTINI, Giacomo. *Ritorno al territorio*. Bologna: Il Mulino, 2009.

_____, Giacomo e MAGNAGHI, Alberto. *Coscienza di classe e coscienza di luogo*. In: BECATTINI, G. (Org.). *La coscienza dei luoghi*. Roma: Donzelli, 2015. p. 115-222.

BONILLA, Victor; CASTILLO, Gonzalo; FALS BORDA, Orlando; LIBREROS, Augusto. *Causa popular, ciencia popular*. Bogotá: Publicaciones de La Rosca, 1972.

CICHOSKI, Pâmela e ALVES, Adilson. A pesquisa-ação na obra de Orlando Fals Borda: contribuições para repensar o desenvolvimento rural, *Revista Campo-Território*, vol. 14, n. 34, 2019, p. 61-85.

DANSERO, Egidio e PUTTILLI, Matteo. Multiple territorialities of alternative food networks: six cases from Piedmont, Italy, *Local Environment: the International Journal of Justice and Sustainability*, Londres, vol. 19, n. 6, 2014, p. 626-643.

DUSSEL, Enrique. *Para una ética de la liberación latinoamericana* – Tomo 1. México, DF: Siglo XXI Ed., 2017 [1973].

ESCOBAR, Arturo. Mundos y conocimientos de otro modo – el programa de investigación de modernidad/colonialidad latinoamericano, *Tabula Rasa*, Bogotá, n. 1, 2003, p. 51-86.

_____, Arturo. El lugar de la naturaleza y la naturaleza del lugar: globalización o posdesarrollo? In: ELÍAS, C.; CAMPILLO, R.; ROHÁN, D. (Org.). *Lecturas de metodología de las ciencias sociales*. Chiapas: Sec. Educación del Estado de Chiapas y UNAM, 2011. p. 148-180.

FALS BORDA, Orlando. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação social. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). *Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 2006 [1980]. p. 42-62.

_____, Orlando. La ciencia y el pueblo: In: GROSSI, F.; GIANOTTEN, V.; WIT, T. (Org.). *Investigación participativa y praxis rural*. Lima: Mosca Azul, 1981. p. 19-47.

_____, Orlando. Hacia el socialismo raizal y otros escritos. In: *Orlando Fals Borda – Socialismo raizal y el ordenamiento territorial*. Bogotá: Ed. Desde Abajo, 2013 [2007]. p. 35-136.

_____, Orlando e MORA-OSEJO, Luis Eduardo. La superación del eurocentrismo – manifiesto por la ciencia. In: *Orlando Fals Borda – Socialismo raizal y el ordenamiento territorial*. Bogotá: Ed. Desde Abajo, 2013. p. 219-230.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005 [1961].

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimento social como categoria geográfica, *Terra Livre*, n. 15, 2000, p. 59-85.

_____, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais, *Revista NERA*, ano 8, n. 6, 2005, p. 24-34.

FEYERABEND, Paul. *Adeus à razão*. São Paulo: Ed. Unesp, 2010 [1987].

_____, Paul. *Contra o método*. São Paulo: Ed. Unesp, 2011 [1975].

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 2011 [1974].

_____, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011 [1996].

_____, Paulo. *Pedagogia da esperança*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2016 [1992].

GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del carcere*, vol. III (1932-1935). Turim: Einaudi, 1975.

HAESBAERT, Rogério. Território(s) numa perspectiva latino-americana, *Journal of Latin American Geography*, vol. 19, n. 1, 2019, p. 141-151.

KROPOTKIN, Piotr. Lo que la Geografía debe ser. In: MENDOZA, J.; JIMÉNEZ, J. e CANTERO, N. (Org.). *El pensamiento geográfico* – estudio interpretativo y antología de textos. Madri: Alianza Ed., 1982 [1885], p. 227-240.

_____, Piotr. *A conquista do pão*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1953 [1892].

MAGNAGHI, Alberto. La lunga marcia del ritorno al territorio. In: BECATTINI, G. (Org.). *La coscienza dei luoghi*. Roma: Donzelli, 2015. p. VII-XVI.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Análítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSGOUEL, R. (Org.). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica Ed., 2018, p. 27-53.

NATES CRUZ, Beatriz; VELÁSQUEZ LÓPEZ, P. Andrea; GARCÍA ALONSO, María. *La territorialización de la memoria en escenarios de posconflicto - Caldas, 1990-2015*. Manizales: COLCIENCIAS, CNMH, Universidad de Caldas, RETEC, 2017.

QUIJANO, Aníbal. *Reencuentro y debate: una introducción a Mariátegui*. Lima: Mosca Azul, 1981.

_____, Aníbal. El fantasma del desarrollo en América Latina, *Rev. Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, vol. 6, n. 2, 2000, p. 73-90.

RECLUS, Élisée. *O homem e a terra*. São Paulo: Intermezzo, 2015 [1905].

SAQUET, Marcos. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____, Marcos. Por uma abordagem territorial: continuando a reflexão. In: SAQUET, M. (Org.). *Estudos territoriais na ciência geográfica*. São Paulo: Outras Expressões, 2013. p. 47-74.

_____, Marcos. Participação social em territórios de identidade e desenvolvimento numa práxis dialógica e cooperada. In: SILVA, Onildo; SANTOS, Edinusia; COELHO Neto, Agripino. (Org.). *Identidade, território e resistência*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014a. p. 11-36.

_____, Marcos. Dinâmicas territoriais rurais e urbanas. In: CASTRO, C.; BERNAT, I.; SILVA, Q.; SODRÉ, R. (Org.). *Territórios, paisagens e suas dinâmicas*. São Luís: Editora UEMA, 2014b. p. 65-92.

_____, Marcos. *Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial*. 2ª. Edição; Rio de Janeiro: Ed. Consequência, 2015 [2011].

_____, Marcos. *Consciência de classe e de lugar, práxis e desenvolvimento territorial*. Rio de Janeiro: Ed. Consequência, 2017.

SAQUET, Marcos. A perspective of counter-hegemonic analysis and territorial transformation, *Geographica Helvetica*, v. 73, p. 347 - 355, 2018a.

_____, Marcos. A descoberta do território e outras premissas do desenvolvimento territorial, *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 20, n. 3, 2018b, p. 479 - 505.

_____, Marcos. Ciência popular e contra-hegemonia no desenvolvimento. In: CURY, M.; MAGNAMI, E e CARVALHO, R. (Org.). *Ambiente e território: abordagens e transformações sociais*. Londrina: Madreperóla, 2019a. p. 33-49.

_____, Marcos. *Saber popular, práxis territorial e contra-hegemonia*. Rio de Janeiro: Ed. Consequência, 2019b.

_____, Marcos. O conhecimento popular na práxis territorial: uma possibilidade para trabalhar com as pessoas, *AGEI - Geotema*, Suplemento 2019c, p. 5-16.

_____, Marcos. O território: a abordagem territorial e suas implicações nas dinâmicas de desenvolvimento, *Informe Gepec*, v. 23, 2019d, p. 25-39.

_____, Marcos. Praxis in territorial counter-hegemonic development: other paradigms of research and participatory action. In: GRIGNOLI, D. e BORTOLETTO, N. (Org.). *Dal locale al globale e ritorno: nuovi paradigmi e nuovi modelli di azione*. Milano: Franco Angeli, 2019d. p. 61-75.

_____, Marcos e BOZZANO, Horacio. Territory conceptions and practices in Latin America: contributions to the debate (I), *Revista Continentes*, ano 9, n. 16, 2020, p. 257-281.

_____, Marcos e DUARTE, Valdir. *Projeto Vida na Roça: da concepção ao plano de ação agropecuário*. Francisco Beltrão: FACIBEL/ASSESOAR, 1996.

_____, Marcos e FLÁVIO, Luiz. Contribuições para o planejamento e a gestão urbana: a experiência do Projeto Vida no Bairro – Francisco Beltrão, PR, *GUAJU*, Matinhos, PR, v. 1, n. 1, 2015, p. 123-141.

_____, Marcos; GAIOVICZ, Elaine; MEIRA, Suzana e SOUZA, Poliane. Agricultura familiar agroecológica como alternativa de inclusão social e desenvolvimento territorial em Itapejara d'Oeste, Salto do Lontra e Verê – Sudoeste do Paraná. In: SAQUET, M; DANSERO, E. e CANDIOTTO, L. (Org.). *Geografia da e para a cooperação ao desenvolvimento territorial: experiências brasileiras e italianas*. SP: Outras Expressões, 2012. p. 35-62.

WALSH, Catherine. Interculturalidad y colonialidad del poder. Un pensamiento y posicionamiento otro desde la diferencia colonial. In: MIGNOLO, W. (Org.). *Interculturalidad, descolonización del Estado y del conocimiento*. Buenos Aires: Del Signo, 2014 [2008]. p. 17-51.

ZEMELMAN, Hugo. La premisa de la conciencia histórica. In: ZEMELMAN, H. *Configuraciones críticas. Pensar epistémico sobre la realidad*. México, DF: Siglo XXI/CCREAAMC, 2011 [2005], p. 273-290.

Sobre o autor

Marcos Aureli Saquet – Graduação em Geografia pela UNIJUÍ (1990), Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (1996) e Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente. Professor Associado C da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), campus de Francisco Beltrão.
Orcid – <https://orcid.org/0000-0002-3435-8428>

Como citar este artigo

SAQUET, Marcos. Uma Geografia (i)material voltada para a práxis territorial popular e descolonial. **Revista NERA**, v. 24, n. 57, p. 54-78, Dossiê I ELAMSS, 2021.

Recebido para publicação em 27 de fevereiro de 2020.
 Devolvido para a revisão em 18 de novembro de 2020.
 Aceito para a publicação em 04 de dezembro de 2020.

Movimentos socioterritoriais na luta contra estrangeirização do território: o caso da Liga Nacional de Carperos no Paraguai¹

Lorena Izá Pereira

Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – João Pessoa, Paraíba, Brasil
e-mail:lorena.izap@gmail.com

Resumo

A estrangeirização corresponde ao controle do território, entendido na sua multidimensionalidade e multiescalaridade, pelo capital estrangeiro. Na América Latina o processo é histórico, bem como as resistências ao mesmo. O Paraguai, desde 1870, corresponde a um território formado para atender as necessidades de expansão do capital regional e, atualmente, estima-se que 35% do seu território esteja em posse de estrangeiros (PEREIRA, 2019). Neste sentido, no Paraguai a luta pelo território é uma luta contra a estrangeirização. Este artigo tem como objetivo debater acerca de movimentos socioterritoriais considerados *soberanistas* (FOGEL, 2013), isto é, movimentos que atuam na luta contra a entrada do capital estrangeiro no território. Utilizamos como estudo de caso a Liga Nacional de Carperos (LNC), movimento criado em 2010 no Paraguai com o objetivo de recuperar a soberania. A LNC tem realizado importantes ações, atraindo a atenção não apenas nacional, mas também em âmbito internacional, visto que ocupa terras pertencentes a agentes estrangeiros. Assim, a LNC representa a recriação da luta pelo território no Paraguai.

Palavras-chave: Estrangeirização; território; movimentos socioterritoriais; soberania; resistência.

Socioterritorial movements in the struggle against foreignization of the territory: the case of the Liga Nacional de Carperos in Paraguay

Abstract

Foreignization corresponds to the control of territory, understood in its multidimensionality and multiscale, by foreign capital. In Latin America the process is historical as well as the resistance to it. Since 1870, Paraguay has been a territory formed to meet the needs of regional capital expansion, and currently it is estimated that 35% of its territory is in the possession of foreigners (PEREIRA, 2019). In this sense, in Paraguay the struggle for territory is a struggle against foreignization. This article aims to debate about socio-territorial movements considered sovereign (FOGEL, 2013), that is, movements that act in the struggle against the entry of foreign capital in the territory. We used as case study the Liga Nacional de Carperos (LNC), movement created in 2010 in Paraguay with the objective of regaining the sovereignty. LNC has been carrying out important actions, attracting not only national but also international attention, as it occupies land owned by foreign agents. Thus, the LNC represents the recreation of the struggle for territory in Paraguay.

¹ Artigo inicialmente apresentado no I Encontro Latino Americano de Movimentos Socioespaciais e Socioterritoriais (ELAMSS), ocorrido em São Paulo (Brasil) em janeiro de 2019. Após o debate nas mesas e colóquios, o artigo foi modificado. Artigo oriundo da pesquisa de doutorado em Geografia intitulada “A Tríplice Aliança continua sendo um grande êxito: os regimes de controle do território paraguaio (1870-2019)”, defendida em 2019 outubro de 2019 no Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. Pesquisa desenvolvida com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Keywords: Foreignization; territory; socio-territorial movements; sovereignty; resistance.

Movimientos socioterritoriales en la lucha contra la extranjerización del territorio: el caso de la Liga Nacional de Carperos en Paraguay

Resumen

La extranjerización de la tierra corresponde a la apropiación del territorio, entendido en su multidimensionalidad y multiescalaridad, por el capital extranjero. En América Latina el proceso es histórico, así como las resistencias al mismo. Paraguay, desde 1870, es un territorio formado por las necesidades de expansión del capital regional y, actualmente, se estima que el 35% de su territorio esté en posesión de extranjeros (PEREIRA, 2019). En este sentido, en Paraguay la lucha por el territorio es una lucha contra la extranjerización. Este trabajo tiene como objetivo debatir acerca de movimientos socioterritoriales considerados soberanistas (FOGEL, 2013), es decir, movimientos que actúan en la lucha contra la entrada del capital extranjero en el territorio. Utilizamos como estudio de caso la Liga Nacional de Carperos (LNC), movimiento creado en 2010 en Paraguay con el objetivo de recuperar la soberanía. La LNC ha realizado importantes acciones, atrayendo la atención no sólo nacional, sino también a nivel internacional, ya que ocupa tierras pertenecientes a agentes extranjeros. Así, la LNC representa la recreación de la lucha por el territorio en Paraguay.

Palabras-clave: Extranjerización; territorio; movimientos socioterritoriales; soberanía; resistencia.

Introdução

Este artigo é resultado de reflexões possibilitadas pelo desenvolvimento da pesquisa de doutorado intitulada “A Tríplice Aliança continua sendo um grande êxito’: os regimes do controle do território paraguaio (1870-2019)”. Historicamente o capital necessita da incorporação de novos territórios para a manutenção da acumulação, especialmente como alternativa diante de crises de sobreacumulação (HARVEY, 2003 e 2018). No Sul global este processo ocorre majoritariamente através da atuação de agentes estrangeiros, a intitulada estrangeirização do território. Entendemos a estrangeirização como um processo de controle do território – compreendido como espaço multidimensional e multiescalar constituído por meio de relações de poder (RAFFESTIN, 1993) – por diferentes agentes internacionais [empresas, fundos de investimentos, latifundiários e Estados] e através de diferentes mecanismos, cujo objetivo é garantir a acumulação de capital. A estrangeirização envolve a alteração da territorialidade e o neoextrativismo² para atender as demandas do capital estrangeiro.

Embora seja um processo histórico, o mesmo apresenta características únicas no século XXI, como a ascensão de uma nova ordem mundial multipolar (OLIVEIRA, 2016), convergência de múltiplas crises, intensificação da financeirização da economia e também da

² Agricultura orientada para o monocultivo, geralmente com alto grau de tecnificação, mas com pouco ou nenhum processamento e com destino a exportação (GUDYNAS, 2010).

agricultura, globalização neoliberal e do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2002). A partir de 2008, com o ápice da crise financeira nos EUA, há uma intensificação da corrida mundial por terras como alternativa para garantir a acumulação de capital. A América Latina é um dos principais alvos do capital estrangeiro³ (SAUER e LEITE, 2012) e, embora o subcontinente apresente características gerais, como colonização europeia e regimes ditatoriais a partir da década de 1950⁴, cada país apresenta elementos singulares. No Brasil, por exemplo, há uma forte entrada do capital financeiro, especialmente de fundos de pensão de universidades (PITTA, CERDAS e MENDONÇA, 2018). Já na Argentina, a estrangeirização se materializa por meio de empresas e pessoas físicas que investem na apropriação da natureza (CÁCERES, 2015; FUNDACIÓN AMIGOS DE LA TIERRA, 2015).

O Paraguai apresenta características únicas, como a presença massiva de agentes regionais, altamente influenciada pela geopolítica da América do Sul (PEREIRA, 2019); papel intenso do Estado paraguaio na atração de investimentos e na legitimação da violência contra movimentos socioterritoriais. A estrangeirização do território torna o Paraguai um país de paradoxos, visto que é o sexto maior produtor e terceiro maior exportador de soja em escala global, com 3.400.000 hectares cultivados e 10.262.575 toneladas produzidas na safra 2017/2018 (CAPECO, 2019), ao mesmo tempo que apresenta a maior concentração fundiária do mundo, com o índice de Gini de 0,93 (FOGEL, 2018); ademais de alta taxa de pobreza, onde 28,86% da população paraguaia vive abaixo da linha de pobreza, o que corresponde a quase 2.000.000 de habitantes (DGEEC, 2017) e alto índice de insegurança alimentar, que, segundo a FAO (2018), a porcentagem de paraguaios em estado de subalimentação corresponde a 11,2%.

Assim como há uma renovação da estrangeirização, há uma recriação da luta pelo território de acordo com o movimento da realidade. Significa que novas estratégias de resistências são constituídas diante o avanço do agronegócio estrangeiro. A (re)criação dos movimentos socioterritoriais é uma destas. Primeiramente ressaltamos entendemos movimentos socioterritoriais como aqueles no qual o trunfo é o território, ou seja, *razão de sua existência* é seu território de vida (FERNANDES, 2005), movimentos sociais que têm como objetivo central a apropriação do espaço em busca de seu projeto político (HALVORSEN, FERNANDES e TORRES, 2019).

O território é um trunfo no movimento de enfrentamento e de resistência ao capital (RAFFESTIN, 1993). Fernandes (2005, p. 31) argumenta que “todos os movimentos produzem algum tipo de espaço, mas nem todos os movimentos têm o território como trunfo”.

³ Segundo o Portal LandMatrix (2019), de 2000 a 2018, cerca de 9.235.600 hectares de terras foram transacionados na América Latina, totalizando 301 transações. Maiores informações disponíveis em: <https://landmatrix.org/region/latin-america/>. Acesso em: 18 dez. 2019.

⁴ Com domínio dos EUA através da *Alianza para el progreso* e operação Condor.

Assim, os movimentos socioterritoriais partem da perspectiva geográfica para compreender a luta. Os camponeses organizados em movimentos socioterritoriais produzem espaços – políticos, sociais e culturais – através de suas ações.

No Paraguai, a intensa estrangeirização do território reflete na constituição e nas ações dos movimentos socioterritoriais. O principal exemplo é a Liga Nacional de Carperos (LNC), que exerce uma importante luta através da reivindicação de áreas controladas pelo capital estrangeiro e é considerado um movimento socioterritorial *soberanista* (FOGEL, 2013), com o lema “mais do que terra, queremos soberania” (PEREIRA, 2016). De acordo com Ezquerro-Cañete e Fogel (2018, p. 100) “Desde hace tiempo, se viene evidenciando una orientación nacionalista dentro del movimiento campesino (...) esto es en parte una consecuencia de la represión sufrida por las organizaciones campesinas durante el régimen de Stroessner”.

Neste sentido, este artigo tem como objetivo debater acerca de movimentos socioterritoriais na luta contra a estrangeirização do território no Paraguai através do caso da LNC. Para alcançar este objetivo, realizamos uma revisão bibliográfica sobre estrangeirização do território, acerca da constituição dos movimentos socioterritoriais paraguaios e recriação das resistências, pois entendemos que a criação de movimentos com pautas exclusivas de luta contra o capital estrangeiro é uma recriação da luta de acordo com o movimento da realidade. Ademais, realizamos trabalhos de campo no Paraguai entre 2015 e 2019, bem como entrevistas com especialistas e movimentos socioterritoriais⁵. Este artigo está estruturado em três tópicos. Primeiramente abordaremos acerca da estrangeirização do território paraguaio. Em um segundo tópico sobre a constituição de movimentos socioterritoriais no Paraguai e, por fim, debateremos a Liga Nacional de Carperos, elencando seus objetivos e estratégias de luta contra o capital estrangeiro.

A estrangeirização do território no Paraguai: breves apontamentos

O Paraguai é um caso singular na América Latina. Entre 1811 e 1870 o país passou por um período de independência política e econômica do império hegemônico Inglaterra (ARRIGHI, 1996) e dos capitais regionais, no qual o regime de propriedade era estatal (VILLAGRA, 2009). Ao final Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870)⁶ o Paraguai estava

⁵ Enfatizamos que não entrevistamos a Liga Nacional de Carperos por questões de acesso. Devido aos conflitos intensos nos foi aconselhado a não realizar trabalhos de campo na região de atuação do movimento.

⁶ A Guerra da Tríplice Aliança, também conhecida erroneamente como Guerra do Paraguai, foi o maior conflito armado da América do Sul, no qual Brasil, Argentina e Uruguai lutaram contra o Paraguai. Há diferentes versões sobre a Guerra. Defendemos que a Tríplice Aliança em conjunto com a Grã-Bretanha, entendiam o Paraguai como uma ameaça, visto que o mesmo apresentava índices de desenvolvimento econômico sem ser dependente do capital regional ou britânico (PEREIRA, 2019).

devastado demográfica, social e economicamente⁷. Como o país necessitava de capital para liquidar as dívidas geradas pela Grande Guerra, foram promulgadas as *Leyes de Venta de Tierras Públicas* em 1883 e 1885. Tal legislação possibilitou a entrada do capital estrangeiro no Paraguai, além de criar uma classe de camponeses sem-terra. De acordo com Kleinpenning (2014), entre 1885 e 1914 foram vendidos 24.700.000 hectares de terra em todo o Paraguai por um valor total de US\$ 10.600.000,00, no qual o preço médio pago por hectare era de US\$ 0,42.

Neste momento empresas e latifundiários oriundos da Argentina, Espanha e Grã-Bretanha foram os principais agentes da apropriação do território paraguaio (PEREIRA, 2018a e 2018b). A área de interesse foi o Chaco devido ao baixo preço da terra e a abundância de Quebrachos para a extração do tanino (substância usada para curtimento de couro e de grande interesse do capital estrangeiro). O principal exemplo é Carlos Casado, que em 1886 adquiriu 5.625.000 hectares fundando a empresa *Compañía de Tierras Hispano-Paraguaya Limitada*⁸ (CABALLERO, 2014).

Uma série de acontecimentos assolaram até a década de 1940, como a queda no preço internacional do tanino e consequente decadência do setor na Argentina e no Paraguai, ademais de uma alteração geopolítica na América do Sul, com a ascensão da hegemonia brasileira no subcontinente (BREZZO e YEGROS, 2013). O Brasil, concomitantemente passava por um momento de modernização da agricultura o que resultou na migração de pequenos e grandes produtores para a Região Fronteiriça Oriental do Paraguai, a chamada *Marcha para o Oeste*. Estes brasileiros, em 1970, introduziram o cultivo de soja no país, a chamada *Invasão brasileira*, que segundo a população paraguaia e entrevistados durante trabalho de campo é de caráter colonial e imperialista (VERA e RIQUELME, 2013).

Pontuamos que *boom* da soja na década de 1970 não foi impulsionado apenas por interesses brasileiros no Paraguai devido a modernização da agricultura e aumento do preço da terra no sul do Brasil, mas também foi uma estratégia de desenvolvimento nacional de colonização motivada, em grande parte, pela política de Alfredo Stroessner⁹ de aproximação com o Brasil (EZQUERRO-CAÑETE, 2016). Em 1990, com o avanço do neoliberalismo na América Latina (RUBIO, 2001) e de novas tecnologias produtivas que permitiram uma *eficiência no controle*, emergiu um momento na expansão do agronegócio regional para o Paraguai, marcado especialmente pela expansão do capital brasileiro e argentino e, a partir de 2008, do capital uruguaio devido a dinâmicas locais e regionais, principalmente no que

⁷ No início da Guerra a população paraguaia estava estimada em 800.000 habitantes e em 1872 a população total do país era de 231.196 habitantes (PASTORE, 1972).

⁸ Atualmente os herdeiros de Casado mantêm 450 hectares de terra no Chaco Paraguai em nome *Compañía de Tierras Hispano-Paraguaya Limitada* (CABALLERO, 2014).

⁹ Stroessner foi presidente do Paraguai durante a ditadura militar (1954-1989). O Partido Colorado, partido da ditadura, governa o país até os dias atuais.

tange ao aumento da concentração fundiária no país, materializada no desaparecimento de pequenos produtores e crescimento de propriedade registradas em nome de sociedades anônimas¹⁰ (PEREIRA, 2019).

Neste sentido, afirmamos que historicamente o Paraguai tem sido construído para atender a necessidade de ajustes espaciais (HARVEY, 2003) do capital regional. Em cada momento existem fronteiras diferentes do controle, estas são criadas por meio de lutas sociais e políticas e surgem quando novos recursos são identificados e desfaz ordens anteriores, especialmente referente aos regimes de propriedade. A demanda mundial por terras, por *commodities*, fontes alternativas de energia, em suma, por ajustes espaciais (HARVEY, 2003) que garantam a acumulação mesmo em tempos de crises, resultou no aumento do controle do território e subsequente aniquilação de proprietários anteriores, excluindo direitos, territorialidades e modos de vida. Assim como o capital encontra novas formas de acesso, controle e desterritorialização, os movimentos socioterritoriais também recriam suas estratégias de luta e resistência, no caso do Paraguai especialmente contra o controle exercido pelo capital estrangeiro.

Movimentos socioterritoriais no Paraguai

Assim como os movimentos socioterritoriais latino-americanos (WELCH e FERNANDES, 2009), os movimentos paraguaios formaram-se para desafiar os esquemas nacionais de desenvolvimento que favorecem a concentração de terras e avanço do modo de produção capitalista no campo. Porém, diferente dos movimentos socioterritoriais latino-americanos, dissertar sobre movimento socioterritorial no Paraguai é um desafio. Tem-se negligenciado historicamente a presença destes atores na sociedade paraguaia, não só em escala nacional, no qual um dos reflexos é a escassez de material bibliográfico sobre os mesmos. A história social do Paraguai é de luta contra a estrangeirização de seu território. Frente ao avanço das relações capitalistas no campo, desde sua forma mais arcaica ainda no início do século passado, o movimento camponês paraguaio se constituiu como um ator histórico na luta pela resistência e defesa de seu território (FOGEL, 2001). O movimento camponês é o único questionador do modelo de desenvolvimento imposto pelas potências imperialistas e possui um caráter reivindicativo (PLIZ, RIQUELME e VILLALBA, 2002).

Neste sentido, compreendemos que a partir do momento que o campesinato se organiza em diferentes movimentos socioterritoriais, para defender e lutar pelo seu território, o mesmo está resistindo ao avanço da estrangeirização. Por isso, o ato de se organizar em

¹⁰ No ano de 2000 haviam no Uruguai 57.131 estabelecimentos agropecuários, totalizando 16.419.683 hectares, enquanto em 2011 o número de propriedades diminuiu para 44.890, somando 16.227.088 hectares (MINISTERIO DE GANADERÍA, AGRICULTURA Y PESCA, 2013).

movimentos é um ato de resistência, *resistências desde abaixo*¹¹ (BORRAS JR e FRANCO, 2013; HALL, EDELMAN, BORRAS JR, SCOONES, WHITE e WOLFORD, 2015). No Paraguai cada vez mais é frequente este tipo de ação de resistência, especialmente “cuando en las organizaciones comunitarias, desde abajo, se vayan consolidando estas nuevas prácticas de democracia participativa, asamblearia y soberanas” (VILLAGRA, 2015, p. 50). Diante do desenvolvimento contraditório do modo capitalista de produção e do seu avanço cada vez mais ofensivo, há a recriação de relações não-capitalistas de produção, tais como o campesinato e a propriedade capitalista da terra (OLIVEIRA, 2007).

Desde o final da guerra da Tríplice Aliança (1870) o campesinato paraguaio tem se organizado para defender e lutar pelos seus interesses, onde as formas de articulação e resistências são reflexo do momento em questão – seja através de experiências de organização econômicas, como cooperativas, seja de índole reivindicativo (GALEANO, 1996). Há dois elementos importantes para compreender a constituição e evolução dos movimentos socioterritoriais paraguaios. Primeiramente, após a institucionalização da propriedade privada no Paraguai, momento no qual criou-se uma classe de campesinato sem-terra, resultando na articulação dos primeiros movimentos de luta pelo território, a luta era contra questões pontuais que os afetavam, como a sua desterritorialização pelo capital estrangeiro que havia se apropriado do seu território (FOGEL, 2001; MORÍNGO, 2003).

Em segundo, historicamente, os movimentos socioterritoriais paraguaios se constituíram expressivamente *como movimientos socioterritoriais aislados*, ou seja, aqueles que atuam em determinado espaço geográfico equivalente. Segundo Fernandes (2005, p. 32), os movimentos são caracterizados como isolados não por estarem sem contato com outras instituições, mas sim por atuarem em um espaço geográfico restrito, não estão territorializados em todo o país, situação que reflete até a atualidade¹², embora haja movimentos territorializados no país, que se constroem através de uma “rede de relações com estratégias políticas que promovem e fomentam a sua territorialização” (FERNANDES, 2005, p. 32). Talvez esta forma de organização isolada seja reflexo do próprio insulamento das comunidades camponesas no Paraguai (MORA, 2006), recordando que a infraestrutura do país é precária (vias de acesso e comunicação), o que dificulta a articulação de movimentos.

Os primeiros movimentos socioterritoriais no Paraguai foram organizados com a finalidade de “detener el desalojo peticionando a las autoridades que sus derechos de ocupación fueran reconocidos y respetados” (RIQUELME, 2003, p. 46). Contudo, estes movimentos não atraíam grande contingente de camponeses, mas sim apenas aqueles

¹¹ Tradução livre para *resistance from below* (ver BORRAS JR e FRANCO, 2013; HALL, EDELMAN, BORRAS JR, SCOONES, WHITE e WOLFORD, 2015).

¹² Este cenário apenas foi alterado com a redemocratização do Paraguai a partir de 1989, porém o número de movimentos socioterritoriais isolados ainda é expressivo.

diretamente afetados pelas leis de venda de terras públicas (1883 e 1885), ou seja, aqueles que foram desterritorializados e estavam lutando por seu território, visto que a luta era bastante pontual (NUÑEZ, 2013). Posteriormente, entre os anos 1910 e 1930, os movimentos socioterritoriais novamente voltou à cena, onde os *grêmios obreiros*, através de uma corrente anarquista, organizaram os agricultores nos distritos nos arredores de Asunción, com o objetivo de estudar e defender os interesses dos camponeses e de combater os problemas sociais presentes nesta classe (RIQUELME, 2003; PALAU, 2014).

Após estas organizações, apenas na década de 1960 que os camponeses começaram a se articular novamente devido o processo de minifundização e consequente pauperização na região central do Paraguai, zona camponesa tradicional (RIQUELME, 2003). Em 1963 com a criação do Instituto de Bienestar Rural (IBR) há a institucionalização de uma política de reforma agrária *colonizadora*, através da criação de colônias camponesas estatais na região Leste do Paraguai com o objetivo por fim nos conflitos gerados pela minifundização no centro do país (MORÍNGO, 2005), a conhecida *Marcha hacia el Este*. Este evento coincidiu com a *Marcha hacia el Oeste*, oriunda do Brasil em direção à Região Fronteiriça Oriental, no Paraguai (RIQUELME, 2003), iniciando um novo momento na estrangeirização do território no país.

A expansão da fronteira agrícola brasileira deslocou uma frente migratória de brasileiros em direção a Região Fronteiriça Oriental, principalmente nos departamentos de Alto Paraná, Canindeyú, Amambay e Itapúa. A composição da tal movimento é heterogênea, havendo pequenos, médios e grandes proprietários que venderam suas terras, especialmente na região Sul do Brasil, e migraram para o Paraguai em busca de multiplicação de sua renda, trabalhadores rurais sem-terra que se deslocaram em a procura de emprego no país vizinho, dentre outros (PALAU e HEIKEL, 1987). É neste contexto que surgem os brasiguaios. Na concepção brasileira corresponde a “trabalhadores humildes que, sem terra para trabalhar no Brasil, foram expropriados/expatriados pelo processo de modernização da agricultura e vivem no Paraguai” (BATISTA, 1990, p. 01). Já para os paraguaios, frequentemente, os *brasiguayos* correspondem àqueles brasileiros que *deram certo*, ou seja, os latifundiários e empresas brasileiras que controlam o território paraguaio.

É com esta expansão da fronteira agrícola brasileira que a economia paraguaia é incorporada ao modelo imposto pelo capital transnacional (PALAU e HEIKEL, 1987), sobretudo pautada na produção de soja, que até então era incipiente no país (PEREIRA, 2019). A heterogeneidade deste processo resulta na multiplicidade de sujeitos e agentes envolvidos na estrangeirização da terra paraguaia. De fato, há aqueles pequenos proprietários brasileiros no meio da expansão da fronteira agrícola buscaram se manter na terra e uma possibilidade foi a migração para o Paraguai. Como também existem os grandes proprietários

que construíram verdadeiros monopólios da terra no país vizinho, constituindo empresas e avançando geograficamente em direção ao centro do Paraguai nos anos posteriores¹³.

É importante destacar que no caso da Liga Nacional de Carperos (LAC), o principal episódio de luta foi contra o conglomerado constituído por Tranquilo Favero, brasileiro que migrou para o Paraguai na década de 1960, justamente no contexto acima descrito e, no qual, detalharemos abaixo. As formas de acesso a terra por parte dos brasileiros neste momento foram distintas, ocorrendo através da compra direta, por meio da criação de colônias públicas e privadas e doação. A ditadura Stronista doou uma massiva quantidade de terras públicas para simpatizantes do governo, militares e, também, estrangeiros, desterritorializando camponeses paraguaios e proporcionando uma reconcentração fundiária¹⁴, as conhecidas *tierras malhabidas* (BARRETO, 2005).

Neste contexto, na década de 1960 surgiu o primeiro movimento concreto de luta pela terra no país, as Ligas Agrárias Cristianas (LACs), que se origina como Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) (TALESCA, 2004). Segundo Campos (1992, p. 18) “la reconstitución del actor colectivo campesino fue posible gracias al trabajo realizado por la acción pastoral de la Iglesia”. O movimento teve sua origem na Paróquia de Santa Rosa, departamento de Misiones, englobando camponeses de Cordillera, Paraguarí, Caaguazú, San Pedro e Misiones, que correspondiam e ainda correspondem aos departamentos com maior concentração da população camponesa.

Segundo o Informativo Campesino (jul. 1993), nos primeiros anos as LACs não possuíam objetivos claros e a médio prazo¹⁵ e até o princípio da década de 1970 se definiam como “campesinos cristianos organizados y comprometidos en una tarea común, los que les unió fu ella defensa de sus tierras, en forma espontánea” (INFORMATIVO CAMPESINO, ago. 1993, p. 10). As Ligas Agrarias “buscaron construir una organización social y productiva

¹³ Segundo Laino (1979) o problema, naquele momento, não se centrava nos pequenos proprietários que viram no Paraguai uma alternativa para a sua manutenção na terra, mas sim os latifundiários, os grandes proprietários que, em majoritariamente se beneficiaram das medidas da ditadura de Stroessner.

¹⁴ Visto que, em tese, ouve uma redistribuição de terras com a criação de colônias pelo IBR.

¹⁵ Há uma mudança nos objetivos das LACs entre 1960 e 1970. Segundo o Informativo Campesino (ago. 1993) os objetivos do movimento na década de 1960 eram: “1) liberación del pecado social, engano; 2) eliminar la explotación del hombre por el hombre [se discutían las necesidades de transformar las estructuras políticas para encontrar soluciones a problemas campesinos]; 3) dar respuestas a los intereses inmediatos de los pequeños productores agrícolas [constitución de almacenes de consumo, con actividades de comercialización; 4) Buscar la promoción de la justicia entre los hombres” (INFORMATIVO CAMPESINO, ago. 1993, p. 11). Na década de 1970 os objetivos eram: “1) formar hombres nuevos y poder construir una nueva sociedad; 2) para ello, necesitamos liberarnos de nuestro egoísmo y de toda clase de estructuras opresoras; 3) económicamente llegar a socializar la tierra y los medios de producción dentro de un sistema que no sea totalitario; 4) no aceptan el comunismo porque es sin Dios y absolutista; 5) querían un socialismo nuevo impulsado por la fé y su realidad; 6) que los bienes estén al servicio de los hombres; 7) que la educación salga del pueblo, al servicio del pueblo, que forme verdaderas personas, formar hombres capaces de pensar y decidir su destino por sí mismos, una educación realista bien campesina y cristiana en su propia lengua guaraní; 8) independencia de los partidos políticos; 9) destruir estructuras opresoras y crear nuevas de servicio integral a todos los hombres; 9) asumir nuestro compromiso temporal autónomamente en el proceso de liberación, conforme el plan de Dios y a nuestra realidad” (INFORMATIVO CAMPESINO, ago. 1993, p. 11).

sustentada en la solidaridad y la cooperación descartando la rentabilidad y el mercado como los ejes articuladores” (VILLAGRA, 2014, p. 64). As reivindicações das Ligas Agrarias eram comunitárias, luta pela terra e anti-repressivas (INFORMATIVO CAMPESINO, set. 1993), materializadas através de chácaras comunitárias, comercialização conjunta, armazéns de consumo, escolas camponesas e minga¹⁶ (INFORMATIVO CAMPESINO, set. 1993).

É importante ressaltar que o surgimento das LACs coincidiu com os primeiros efeitos da territorialização de latifundiários e camponeses brasileiros no Paraguai. Neste período, segundo Mora (2006), o campesinato já possuía uma identidade de movimento coletivo e de que eram explorados pela agricultura capitalista que estava avançando no país. Contudo o movimento foi perseguido e brutalmente desarticulado pelo regime militar no ano de 1976 (TALESCA, 2004), episódio conhecido como *Pascua Dolosa* (MORÍNGO, 2003), porque durante a ditadura as organizações sociais eram consideradas um perigo a política de segurança nacional (MORA, 2006). Segundo Villagra (2014) e Palau (2014), as Ligas Agrárias desapareceram, mas deixaram sementes que permitiram a formação de novas organizações camponesas a partir da década de 1980.

Antes mesmo do fim da ditadura já haviam pequenas organizações que lutavam pela reforma agrária, contra a repressão do regime ditatorial e melhores preços para as safras de algodão (MORAES e VIEIRA, 2015). Com a abertura democrática se inicia uma nova fase na luta pela terra no Paraguai¹⁷ (NUÑEZ, 2013). No dia da abertura democrática – 03 de fevereiro de 1989 – camponeses ocuparam dois latifúndios improdutivos, mostrando que agora a principal forma de luta pelo acesso à terra seria a ocupação (FOGEL, 2006). A abertura política permitiu o fortalecimento da organização do campesinato paraguaio através de movimentos socioterritoriais, que já vinham se articulando nos momentos finais da ditadura, possuindo o mesmo objetivo principal: reforma agrária integral, que abarca acesso à terra, assistência técnica, crédito e soberania alimentar (ROMERO, 2015).

Apesar das ações de pequenos movimentos camponeses, segundo Palau (2014, p. 17) “hasta mediados de la década del noventa, las acciones estuvieron lideradas por el movimiento sindical que al poco tiempo entró en una profunda crisis; el movimiento campesino ya estaba consolidado para ese entonces, y se convierte em el principal articulador del campo popular”. É neste momento que “o campesinato, excluído historicamente da esfera política, se converte em ator político com representação própria” (KRETSCHMER, 2011, p. 45) e “nunca antes se había dado en el Paraguay esta forma masiva, sistemática y organizada de resistencia campesina” (SCHVARTZMAN, 2017, p. 221).

¹⁶ É uma tradição indígena que corresponde ao trabalho coletivo de camponeses em turnos em suas respectivas chácaras e o mesmo grupo vai passando por diferentes propriedades (INFORMATIVO CAMPESINO, set. 1993).

¹⁷ Com o avanço do neoliberalismo, desde a década de 1980 os movimentos sociais latino-americanos procuram outras formas de lutar (ZIBECHI, 2003).

Pela primeira vez, os movimentos camponeses paraguaios estavam tendo possibilidades de pleitear a democratização da terra, gerando a incorporação de dezenas de famílias e lotes ao sistema produtivo rural, e de defender um novo modelo de exploração capitalista agrícola no país. Com ações de mobilização social, houve realizações de marchas e ocupações de grandefúndios, muitos pertencentes a brasileiros. Os imigrantes e o modelo de exploração da terra importado do Brasil eram vistos por esses movimentos como um dos responsáveis por acentuar as desigualdades existentes no país, o que resultou na deflagração de profundos conflitos (MORAES e VIEIRA, 2015, p. 372).

Com a abertura democrática novos movimentos camponeses foram criados e aqueles já constituídos aumentaram suas ações com antigas e novas demandas (GALEANO, 1996), visto que, nas palavras de Galeano (2011, p. 177) “en el clima de la transición democrática surgieron las condiciones propicias para la creación y el rápido fortalecimiento de organizaciones campesinas, que antes habían sido duramente reprimidas por la dictadura”, como o Movimiento Campesino Paraguayo (MCP) (1980) e Coordinación de Productores Agrícolas (CONAPA) (1986)¹⁸ e Organización de Lucha por la Tierra (OLT) (1993) e Mesa Coordinadora Nacional de Organizaciones Campesinas (MCNOC) (1994), embora esta última de constitua como uma articulação de movimentos. Em escala departamental e local, neste período se constituíram expressivos movimentos como a Organización Campesina del Norte (OCN); Coordinadora de Agricultores de San Pedro Norte e Asociación de Agricultores del Alto Paraná (ASAGRAPA).

Além destes movimentos conhecidos nacionalmente, o número de movimentos atuantes em escala local é expressivo, é muito comum as colônias se organizarem em forma de movimento para lutar pela terra e pela sua permanência na terra sem a articulação com movimentos com atuação nacional, ou seja, os se constituem como movimentos socioterritoriais isolados (FERNANDES, 2005), que são a maioria dos movimentos de luta pela terra no Paraguai e por este motivo, segundo Palau (2005), na década de 1990 haviam 40.000 camponeses organizados em aproximadamente 700 movimentos, sendo dez de atuação nacional, trinta em escala regional e 650 em âmbito local, evidenciando que ocorre na multiescalaridade. Fogel (2001b) destaca que os desencontros ideológicos entre os movimentos camponeses foram intensos durante o período, de modo que fragmentou a luta e culminou na criação de novos movimentos, em 1992 haviam 70.000 camponeses articulados em 753 bases.

A transição democrática incorporou o campesinato a organizações tipo gremiais, que buscavam a representação dos seus interesses frente a esfera do Estado (FOGEL, 2001b). Porém, a abertura democrática não significou a representação dos interesses do

¹⁸ Desapareceu em 1991, dando lugar a FNC.

campesinato, como estes pensaram que seria (FOGEL, 2006). Foi uma transição conservadora (BARRETO, 2005), o que resultou na intensificação das ações dos movimentos socioterritoriais, logo, no aumento dos conflitos. Em consonância, a Assembleia Nacional Constituinte (1992), por meio da Asociación Rural del Paraguay (ARP), instaurou a impossibilidade de expropriação de terra por vias formais (FOGEL, 2006; NUÑEZ, 2013), intensificando ainda mais as ocupações, respondidas com violência pelo agronegócio.

Foi justamente neste período que as organizações nacionais, departamentais e distritais se fortaleceram e incorporaram novos temas a agenda, tais como a necessidade de políticas públicas de desenvolvimento do mercado interno através da agroindustrialização, basicamente do algodão, cultivo de renda do campesinato e maior presença estatal na economia (FOGEL, 2006). As demandas se complexificaram com o passar do tempo, o que exigiu novas estratégias de luta, como articulação com outros setores, como organizações sindicais e partidos. As mobilizações camponesas se intensificavam à medida que suas expectativas iniciais não eram cumpridas e que a pobreza aumentava (FOGEL, 2001). Identificamos 22 movimentos¹⁹ que lutam pelo território no Paraguai (Quadro 01).

Quadro 01: Movimentos socioterritoriais atuantes no Paraguai – 2019.			
N.	Movimento	Sigla	Ano de formação
1	Coordinadora de Agricultores de San Pedro Norte e Asociación de Agricultores del Alto Paraná	ASAGRAPA	1980
2	Movimiento Campesino Paraguayo	MCP	1980
3	Organización Nacional Campesina	ONAC	1985
4	Organización Campesina del Norte	OCN	1986
5	Coordinación Regional de Agricultores de Itapúa	CRAI	1990*
6	Coordinadora Campesina Cordillerana	CCC	1990*
7	Organización Campesina Regional de Concepción	OCRC	1990*
8	Federación Nacional Campesina**	FNC	1991
9	Organización de Lucha por la Tierra	OLT	1993
10	Mesa Coordinadora Nacional de Organizaciones Campesinas	MCNOC	1994
11	Coordinadora de Mujeres Trabajadoras Rulares e Indígenas	CONAMURI	1998
12	Movimiento Agrario del Paraguay	MOAPA	2002
13	Asociación Movimiento Agrario y Popular	MAP	2003
14	Central Nacional de Organizaciones Campesinas, Indígenas y Populares	CNOCIP	2005
15	Liga Nacional de Carperos	LNC	2010
16	Mesa de Articulación Indígena	MAIPY	2012

¹⁹ Ressaltamos que este número é maior, pois existem diferentes movimentos isolados no país. Estes movimentos corresponde àqueles que tivemos acesso no decorrer da pesquisa de campo.

MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS NA LUTA CONTRA ESTRANGEIRIZAÇÃO DO TERRITÓRIO:
O CASO DA LIGA NACIONAL DE CARPEROS NO PARAGUAI

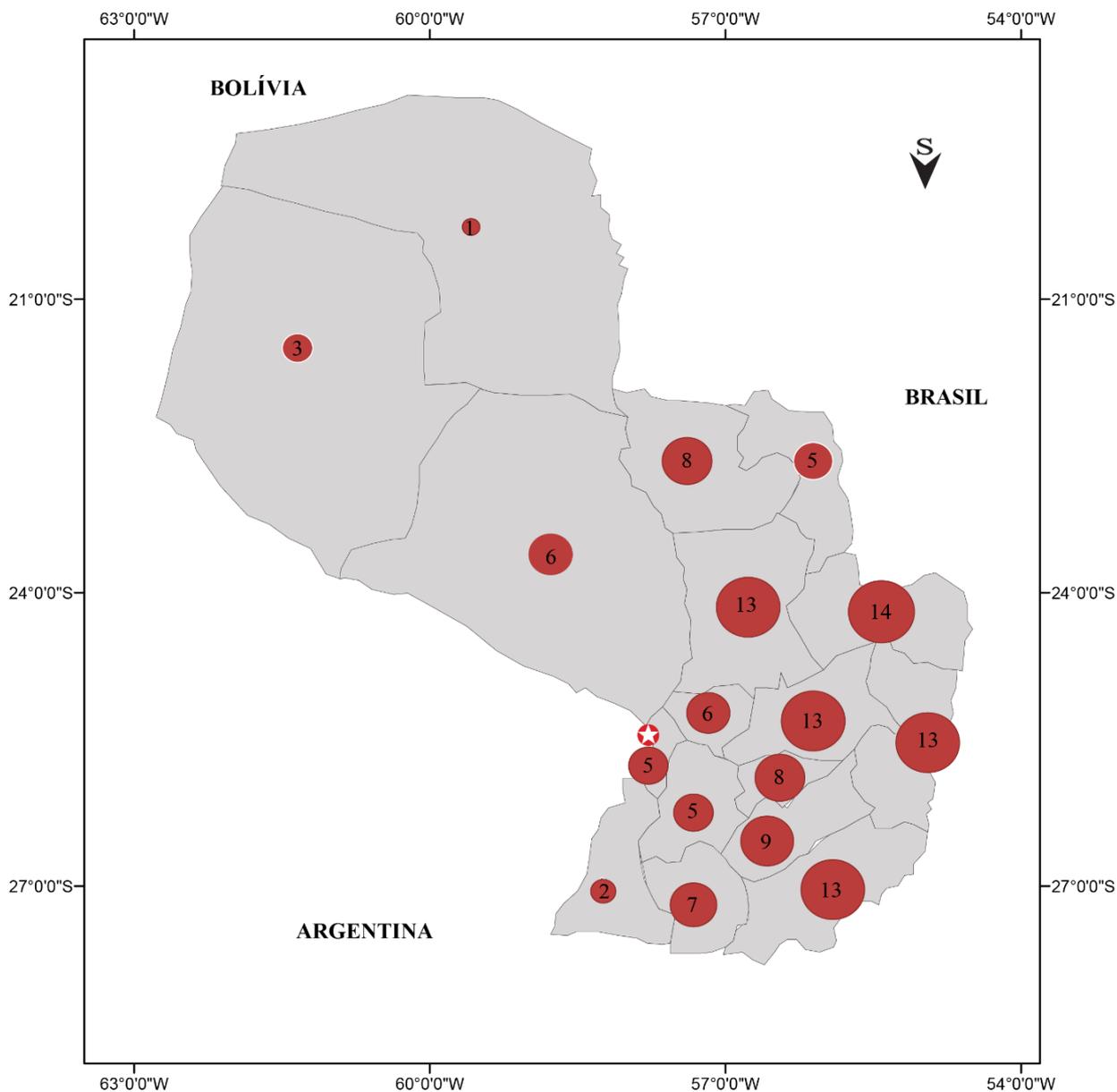
17	Movimiento de Recuperación Campesina de Curuguaty	MRCC	2012
18	Coordinadora Departamental de Organizaciones Campesinas de Concepción	CDOCC	2013
19	Coordinadora de Trabajadores Campesinos y Urbanos	CTCU	2014
20	Cultiva Paraguay	CP	2014
21	Mujeres Indígenas del Paraguay	MIPy	2014
22	Coordinadora Nacional Intersectorial	CNI	2016
*Movimentos criados na década de 1990, porém sem ano definido.			
**Criado em 1986 como Coordinación de Productores Agrícolas (CONAPA).			
Fonte: Levantamento da autora; Org.: Autora (2019).			

No que tange a distribuição espacial, os departamentos que apresentam maior números de movimentos são aqueles nos quais a presença de empresas e latifundiários brasileiros dedicados ao cultivo de soja é mais expressiva. Isso não é uma coincidência, mas uma resistência resultante do avanço violento do agronegócio na região. Todos os departamentos limítrofes com o Brasil apresentam os mais expressivos números de movimentos, exceto por Amambay, que possui cinco movimentos territorializados, contra 14 de Canindeyú e 13 em Alto Paraná e Itapúa. Caaguazú e San Pedro, embora não estejam localizados na região fronteiriça, também contam com 13 movimentos socioterritoriais, isso porque é a área de expansão da produção da soja. Conforme a soja se expande, intensificam-se os conflitos e o campesinato se organiza para resistirem no seu território.

Ao contrário, há um baixo número de movimentos atuantes nos três departamentos da região Ocidental – Alto Paraguay, Boquerón e Presidente Hayes – com um, dois e seis movimentos respectivamente. Como a região Ocidental é uma área de expansão da fronteira agrícola, presume-se que haja uma resistência maior, pois de acordo com o avanço do capital, intensifica-se as resistências. Contudo, três pontos devem ser considerados a respeito da região. Primeiramente a baixa densidade demográfica, concentrando apenas 3% da população paraguaia, o que não significa que a terra é *marginal*, mas que a população é dispersa, o que pode dificultar a articulação em movimentos socioterritoriais. Em segundo, relacionado com o primeiro, há uma escassez imensa de infraestruturas – comunicação e logística – há pontos da região Ocidental que o acesso é possível apenas por via aérea, isto significa que as vezes podem haver conflitos com ocupações ilegais, bem como resistências, e a sociedade nem sequer tem o conhecimento. Por fim, não há colônias de reforma agrária do INDERT na região, assim, os principais afetados são comunidades indígenas²⁰ que optaram pelo isolamento voluntário. O Mapa 01 expressa o número de movimentos atuantes por departamento.

²⁰ Entendemos a particularidade da confluência entre movimentos camponeses e indígenas em toda a América Latina, especialmente no Paraguai. Contudo, não é objetivo deste artigo tal discussão.

Mapa 01: Paraguai – Movimentos socioterritoriais camponeses e indígenas atuantes no Paraguai – 2019.



LEGENDA
 Número de movimentos por departamento

	14		Asunción
	8		
	6		
	3		

unesp FAPESP NEILA

Escala

0 50 100 200

Org.: Autora (2019).

É neste cenário que se insere a luta da Liga Nacional de Carperos (LNC), que apesar de ser um movimento socioterritorial recente, tem um importante papel na luta pela terra, pautada, sobretudo na soberania paraguaia.

A Liga Nacional de Carperos e a luta pela soberania

A Liga Nacional de Carperos (LNC) corresponde a camponeses sem-terra que reivindicam a reforma agrária através de novas estratégias de luta (FOGEL, 2012), recriando as resistências. O movimento foi fundado em 2010 em um momento de impasse, no qual os dirigentes de organizações tradicionais não queriam pressionar o governo progressista²¹ de Fernando Lugo (Partido Frente Guasú) (2008-2012)²², com o lema *Por tierra, pan y trabajo. Luchar, vencer o morir*. Assim, a Liga Nacional de Carperos foi estabelecida a partir de líderes camponeses que estavam a frente de comissões vicinais “descontentes com a forma como a linha tradicional vinha se relacionando com o Estado” (PEREIRA, 2016, p. 74-75) e que tinham como objetivo recuperar terras para assim recuperar a soberania não apenas do campesinato, mas do país, visto que as terras em questão estavam em posse de estrangeiros, por isso muitos pesquisadores classificam a LNC como um movimento *soberanista* (FOGEL, 2013; PEREIRA, 2016).

En la visión de líderes de la Liga Nacional de Carperos en el trasfondo de la constitución del movimiento está la desilusión de los dirigentes, básicamente sin tierras, que habían tenido expectativas con el gobierno de Lugo, expectativas que no estaban siendo satisfechas, sin que se vieran respaldados en sus demandas por las organizaciones a las que pertenecían, en alguna medida cooptadas por el gobierno (FOGEL, 2012, p. 16).

Diferentemente de outros movimentos tradicionais paraguaios, a LNC tem como principal bandeira de luta é a recuperação da soberania²³ e deixa isso bastante evidente em suas ações, embora possua outras reivindicações. Além disso, a LNC é enfática em afirmar que os seus inimigos são os grandes produtores de soja, especialmente Tranquilo Favero (FOGEL, 2013), proprietário de nove empresas no Paraguai. Por ser um movimento *soberanista* (FOGEL, 2013; PEREIRA, 2016) com ações concentradas em terras pertencentes a brasileiros, frequentemente suas ações estão associadas – erroneamente – a

²¹ De acordo com Santos (2018, p. 13) “a onda progressista surgiu como reação aos efeitos socialmente deletérios da conjunção entre globalização e neoliberalismo na América do Sul”.

²² Lugo quebrou a hegemonia do Partido Colorado, que governava o país desde a ditadura (1954). Dentre as promessas eleitorais de Fernando Lugo estava a reforma agrária através da recuperação das *tierras malhabidas* (FOGEL, 2018). Segundo Ezquerro-Cañete e Fogel (2018, p. 90) “a pesar de un compromiso explícito con la reforma agraria y la agricultura campesina, el gobierno de Lugo resultó demasiado débil para aplicar una reforma agraria sustancial y evitar el empantanamiento de promesas clave de la campaña electoral”.

²³ Isso não significa que outros movimentos não lutem pela soberania, porém nenhum tem esta como bandeira de luta.

práticas xenofóbicas (SILVA, 2013). No que tange a sua organização, a LNC era composta em 2012 por 193 comissões vicinais – em todos os departamentos da região Oriental²⁴ – com uma quantidade de 50.000 integrantes (FOGEL, 2012) e segundo Palau, Irala e Coronel (2017), atualmente possui 34.000 membros distribuídas pelos departamentos de Alto Paraná, Amambay, Caaguazú, Canindeyú, Concepción, Itapúa e San Pedro. A LNC não age sozinha, pois possui alianças com organizações regionais, como a ASAGRAPA.

A Liga Nacional de Carperos protagonizou o que talvez seja o conflito mais emblemático e que melhor evidencia como uma empresa estrangeira pode gerar toda uma estrutura para exercer o controle do território. A empresa em questão é a Agrotoro S.A., empresa pertencente ao Grupo Favero, de Tranquilo Favero, que recebe o título de *rei da soja e inimigo número um* do movimento sem-terra paraguaio pela mídia brasileira (VEJA, 13 fev. 2012). O caso mais representativo é o de Ñacunday (departamento de Alto Paraná), que segundo Vyuk (2015) expressa um dos episódios de resistência mais intensos da história contemporânea do Paraguai e inicia o golpe de Estado que destituiu Lugo em 2012. O conflito entorno da *finca* 4.036 envolve diferentes agentes, desde o Estado até grêmios de produção, que nos mostra a rede criada pelo agronegócio para exercer o controle do território.

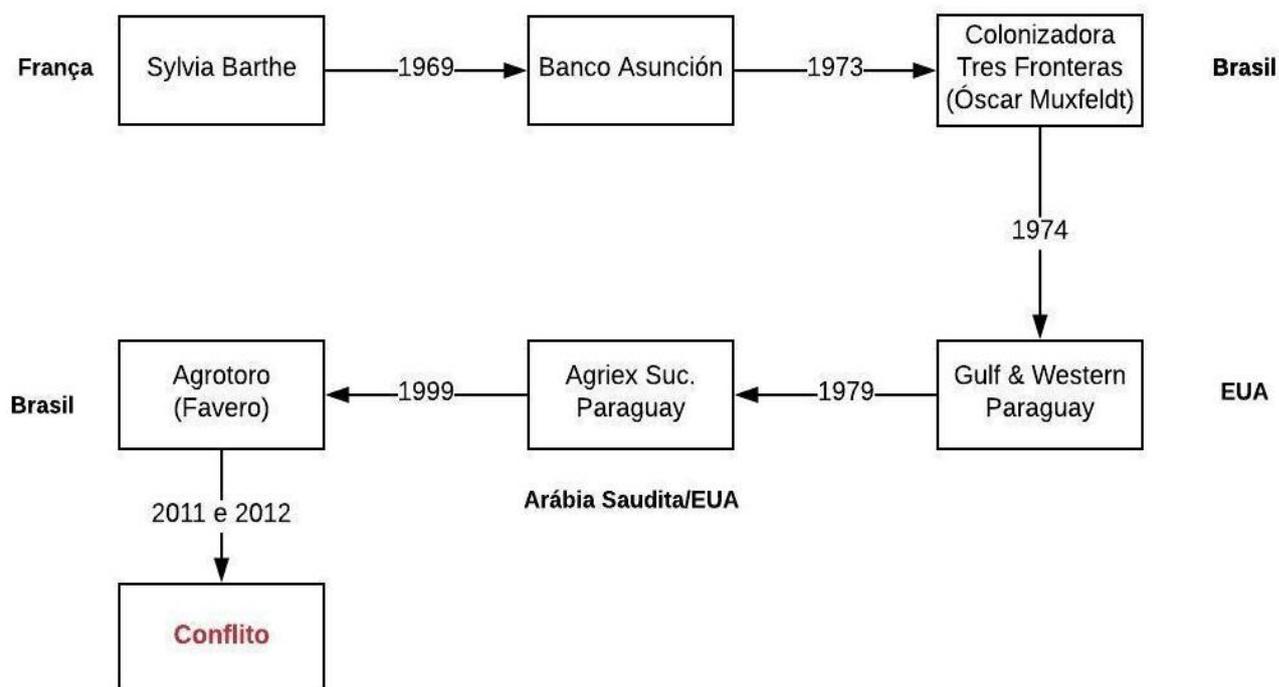
El caso Ñacunday deja ver las contradicciones de la dominación extranjera en Paraguay, sustentado sobre la base del latifundio, donde el imperialismo norteamericano y su aliado el subimperialismo brasileño impulsaron junto a la burguesía paraguaya el golpe de Estado del 2012, buscando frenar el auge de la lucha del movimiento popular por la tierra y la soberanía (VUYK, 2015, p. 59-60 – Grifo nosso).

A trajetória da estrangeirização e da ilegalidade na apropriação remonta a década de 1960, quando Sylvia Barthe recebe 55.000 hectares de herança²⁵, em 1969 a propriedade é vendida ao Banco de Asunción, em 1973 novamente é transacionada para a Colonizadora Tres Fronteras, pertencente ao brasileiro Óscar Muxfeldt. Em 1974 a estadunidense Gulf & Western of Paraguay adquire a propriedade, que mais uma vez é passada e empresa Agriex Sucursal Paraguay, de capital da Arábia Saudita e EUA, quando, enfim em 1999 o Grupo Favero adquire 32.000 hectares através da Agrotoro S.A. (FOGEL, 2013), conforme o Organograma 01.

²⁴ Alto Paraná, Canindeyú, Amambay, Itapúa, Concepción, Caaguazú, Caazapá, San Pedro, Central, Cordillera, Paraguairí, Misiones e Ñeembucú.

²⁵ Segundo registros, a terra havia sido adquirida por Domingos Barthe em 1888 no marco da Ley de Ventas de Tierras Públicas de 1885.

Organograma 01: Cadeia dominial da finca n. 4.036 (Ñacunday, Alto Paraná).



Org.: Autora (2019).

Como era uma área de colonização, desde 1999 o IBR e posterior INDERT deveriam controlar os contratos e títulos da área, o que não foi realizado (FOGEL, 2013; VUYK, 2015). Já no século XXI, ao analisar o título de propriedade da Agrotoro S.A., constatou-se que a *finca* 81 de San Joaquín e a *finca* 39 de Irala também estavam sob posse da empresa. Havia denúncias por parte do campesinato acerca deste excedente é 1998 e apenas em 2010 Fernando Lugo decide pela execução de uma mensura judicial na área (FOGEL, 2013). Contudo com a solicitação de mensura de Lugo a terra foi declarada como propriedade do Estado, ou seja, terra grilada (FOGEL, 2013).

No ano de 2011 foram realizadas massivas manifestações e ocupações de terra com criação de acampamentos por parte dos camponeses, onde uma das principais ocupações ocorreu em terras de Tranquilo Favero em Ñacunday, na qual 10.000 camponeses da LNC, ocuparam suas terras em 21 de abril de 2011 (FOGEL, 2013). O movimento reivindicava 28.000 hectares do total de 54.000 da propriedade 4036 pertencente a empresa Agro Toro S.A. O auge do conflito foi em junho de 2011, quando proprietários brasileiros, grêmios de produtores de soja e autoridades municipais exigiram do governo paraguaio a desterritorialização do campesinos das terras de Favero, com uma intensa campanha midiática de criminalização da Liga Nacional de Carperos (FOGEL, 2013).

En los meses anteriores al “golpe parlamentario”, las tensiones se intensificaron en el campo cuando los Carperos comenzaron una gran

campanha de invasões de terras em la frontera oriental de Itapúa y Alto Paraná, ocupando zonas conocidas como tierras mal habidas. La LNC, abogando por medidas más radicales para asentar a los campesinos en las tierras improductivas y mal adquiridas, que las perseguidas por las organizaciones campesinas existentes, sostuvo que muchos *Brasiguayos* estaban en violación de la legislación que prohíbe a los a extranjeros poseer tierras a lo largo de las fronteras de Paraguay. *En medio de esta intensa lucha, dos episodios en particular, los casos de Ñacunday y Marina Kue*²⁶, *sentaron las bases para el desmantelamiento del gobierno de Lugo* (EZQUERRO-CAÑETE e FOGEL, 2018, p. 103-104 – Grifo nosso).

Ainda em junho Lugo se reuniu com os latifundiários brasileiros com o intuito de solucionar o conflito, mas sem resultados (O ESTADO DE S. PAULO, 13 jun. 2011). Em 12 de julho de 2011, o INDERT emitiu um comunicado público onde sustentava que na terra ocupada pelos camponeses havia 12.000 hectares sem título de propriedade. Segundo Vyuk (2015), após a declaração do INDERT, os latifundiários brasileiros no Paraguai alteraram a estratégia e passou a solicitar apoio do governo brasileiro, sobretudo de parlamentares do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Naquele momento o país era governado por Fernando Lugo, que apoiou o movimento em ascensão pela recuperação das *tierras malhabidas*. Em outubro de 2011, a *Coordinadora por la Recuperación de Tierras Malhabidas*, com 10.000 pessoas possibilitou a aprovação do Decreto n. 7.525/11, que regulamenta a *Ley de Seguridad Fronteriza*. Com a lei de seguridade fronteiriça regulamentada, iniciaram as mensuras judiciais em Ñacunday.

A elite latifundiária brasileira com sua extrema influência no Paraguai enxergava Lugo como uma ameaça a manutenção de seus latifúndios e de sua hegemonia, inclusive classificavam a LNC como um movimento xenofóbico. No final de fevereiro de 2012, os 10.000 camponeses foram desterritorializados da propriedade de Favero e reterritorializados no Parque Nacional de Ñacunday. Segundo Fogel (2012, p. 17):

Al mes de mayo del 2012 en el campamento de Ñacunday estaban aproximadamente cuatro mil familias acampadas permanentemente, aunque existían aproximadamente 2.000 familias que rotaban, ya que salían a changar, pero mantenían sus relaciones con el campamento, totalizando para ese mes unas 6.000 familias. En la escuela de Ñacunday están 1.600 alumnos desde el preescolar. Entre los que abandonan temporalmente el campamento están aquellos que dependiendo de changas, no tienen mucho apoyo externo para sobrevivir en las carpas, por lo cual optan por salir temporalmente, pero mantienen vínculos con los encarpados, con quienes regresan una vez que obtengan ciertos recursos.

Territorializados no Parque Nacional de Ñacunday, os Carperos novamente foram criminalizados por ONGs ambientalistas perante a denúncia a Secretaría del Medio Ambiente

²⁶ Outro caso emblemático no Paraguai e que resultou no golpe contra Fernando Lugo em junho de 2012. Onze camponeses e seis policiais foram assassinados no que, segundo informações obtidas em trabalho de campo (realizado em Curuguaty em setembro de 2019), seria uma emboscada. Fernando Lugo foi deposto por incapacidade de governar.

(SEAM) por desmatamento e tráfico de madeiras por parte dos Carperos reterritorializados (BARRETO, 2013; ABC COLOR, 28 fev. 2012). O Grupo Favero já foi denunciado por desmatar áreas do Parque Nacional de Ñacunday para cultivo de soja, porém nenhuma ONG o denunciou. Isto mostra que as organizações ambientalistas compõem a rede de agentes do agronegócio (VILLAGRA, 2009).

Com o episódio de Ñacunday se iniciava o golpe que destituiu Lugo, um golpe anunciado EZQUERRO-CAÑETE e FOGEL, 2018). Em 20 de julho de 2012, menos de um mês depois da destituição de Lugo, o presidente Federico Franco (Partido Liberal Radical Autêntico), cancelou as mensuras judiciais que questionavam a legitimidade dos títulos de propriedade de Favero. Este caso evidencia como latifundiários brasileiros e como a estrangeirização impacta a democracia do país, criminalizando movimentos de luta pela terra e priorizando um modelo de desenvolvimento catastrófico para a população paraguaia no geral, que sofre com altas taxas de pobreza, com insegurança alimentar, com a concentração fundiária extrema e com problemas ambientais recorrentes do modelo insustentável promovido pelo agronegócio. O exemplo de Ñacunday também é figurativo porque mostra um conflito em torno da estrangeirização deste 1888, uma propriedade que ao longo dos últimos 130 tornou-se palco de disputas territoriais pelo capital estrangeiro. Assim, defendemos que a frase inicial do livro de Carlos Pastore, redigido na década de 1940 (e republicado em 1972) “la actual situación paraguaya tiene profundas raíces históricas en acontecimientos cuyos efectos negativos no fueron superados hasta el día de hoy”, quase oitenta anos depois ainda faz parte da realidade paraguaia.

Em maio de 2014, aproximadamente 570 famílias da LNC foram transferidas de Ñacunday para o assentamento Santa Lucía²⁷, no distrito de Itakyry, departamento de Alto Paraná (PEREIRA, 2016). O assentamento, apesar de antigo, com a territorialização da LNC passou a ser considerado pelo INDERT como assentamento modelo. Contudo, diferentes conflitos ainda ocorrem no assentamento, como enfrentamento entre LNC e produtores de soja brasileiros (PEREIRA, 2016) e também ocupações e manifestação reivindicando aquilo que foi prometido no processo de transferência de Ñacunday para o assentamento Santa Lucía (DEMOINFO, 06 mar. 2018). Atualmente, a demanda da LNC continua a ser a expropriação de *tierras malhabidas*, especialmente aquelas controladas por estrangeiros, onde as palavras de ordem são: “mais do que terra, queremos soberania” (PEREIRA, 2016).

Considerações finais

²⁷ Foi criado enquanto colônia ainda na década de 1970 e oficializada pelo IBR em 1994 (PEREIRA, 2016; VILLAGRA e ARECO, 2017).

O Paraguai historicamente tem se constituído como território necessário dos ajustes temporal-espaciais do capital regional, de modo que não podemos compreender o a atualidade da questão agrária paraguaia sem conhecer o contexto sul-americano²⁸. Por isso defendemos que o processo histórico de formação socioespacial dita muitas das características do atual controle e estrangeirização do território. De acordo com o avanço das relações capitalistas, as estratégias de incorporação e acesso a novos territórios²⁹ tornam-se cada vez mais complexas. No caso paraguaio, apesar das novas formas de controle do território pelo capital regional, a violência tem sido característica constante, tanto emprega por agentes (empresas e latifundiários), quanto e sobretudo pelo Estado.

Ao mesmo tempo que a violência é marca deste processo de controle, a resistência camponesa tem se recriado. Os primeiros movimentos socioterritoriais paraguaios foram constituídos após o término da Guerra da Tríplice Aliança (1870), visto que alterou o regime de propriedade da terra de estatal para privada. Desde então os movimentos socioterritoriais tem evoluído nas suas pautas reivindicativas e nas suas estratégias de luta. De certa forma, todos movimentos socioterritoriais paraguaios possuem em suas pautas de luta a estrangeirização do território. Estima-se que 35% do território paraguaio esteja sob controle direto e indireto do capital estrangeiro (PEREIRA, 2018b), avançando especialmente em direção à assentamentos camponeses.

A formação da Liga Nacional de Carperos evidencia justamente a necessidade da luta direta contra o capital estrangeiro no Paraguai pelos movimentos socioterritoriais. O conflito não é contra os pequenos proprietários e trabalhadores rurais que migram para o Paraguai em busca da sua manutenção na terra, mas sim uma luta travada contra o controle do território paraguaio pelo capital hegemônico brasileiro, protagonizado por latifundiários e empresas, muitas vezes ligadas a agentes políticos e latifundiários paraguaios.

A LNC protagonizou um momento importante da luta pelo território paraguaio e que teve repercussões na deposição do então presidente Fernando Lugo. O lema da LNC traz para a discussão um elemento que frequentemente é negligenciado das pesquisas sobre a estrangeirização da terra que é a questão da soberania e de até que ponto a estrangeirização leva a desnacionalização. Este elemento é uma lacuna, na qual necessitamos enfrentar em investigações futuras. Por fim, o lema da Liga Nacional de Carperos evidencia a essência da estrangeirização, não é apenas uma questão de terra, é uma questão de soberania.

²⁸ Apesar da luta contra a estrangeirização do território materializada especialmente pelo capital brasileiro, as pautas e estratégias de luta dos movimentos socioterritoriais brasileiros e paraguaios são semelhantes (ORIGUÉLA e PEREIRA, 2017).

²⁹ Tais territórios não são vazios, são territórios camponeses e indígenas, porém não estão incorporados a lógica imposta pelo capital. O capital necessita da expansão geográfica para garantir sua acumulação interminável, sobretudo em momentos de crise. Por isso, novas estratégias são utilizadas para avalizar tal expansão.

Referências

ABC COLOR. Fiscalía interviene Parque Ñacunday y anuncia posible desalojo de "Carperos". **Diario ABC Color**, caderno artigos, publicado em 28 fev. 2012. Disponível em: <http://www.abc.com.py/articulos/fiscalia-interviene-parque-nacunday-y-anuncia-posible-desalojo-de-carperos-371646.html>. Acesso em: 15 out. 2016.

ARRIGHI, Giovanni. **The Long Twentieth Century**. Londres: Verso, 1996.

BARRETO, Mirta. **Reforma agraria confiscada**. Asunción: CSER, 2005.

_____. **La lucha por la tierra frente las corporaciones y el Mercado**. Asunción: Centro de Servicios y Estudios Rurales (CSER), 2013.

BATISTA, Luiz Carlos. **Brasiguaios na fronteira: caminhos e lutas pela liberdade**. São Paulo, 1990. 171 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 1990.

BORRAS JR., Saturnino; FRANCO, Jennifer. Global land grabbing and political reactions "From Below". **Third World Quarterly Journal**, v. 34, n. 9, p. 1.723-1.747, 2013.

CABALLERO, Gabriela Dalla-Corte. El árbol de quebracho y la Guerra del Chaco. **Revista Paraguaya de Sociología**, ano 51, n. 146, p. 191-204, 2014.

CÁCERES, Daniel M. Accumulation by dispossession and Socio-Environmental conflicts caused by the expansion of agribusiness in Argentina. **Journal of Agrarian Change**, v. 15, n. 1, p. 116-147, 2015.

CAPECO. **Cámara Paraguaya de Exportadores y Comercializadores de Cereales y Oleaginosas**. Disponível em: <http://capeco.org.py/>. Acesso em: 17 dez. 2019.

CENTRO DE DOCUMENTACIÓN Y ESTUDIOS. **Informativo Campesino**. Asunción: CDE, jul. 1993.

_____. **Informativo Campesino**. Asunción: CDE, ago. 1993.

_____. **Informativo Campesino**. Asunción: CDE, set. 1993.

DEMOINFO. Campesinos reubicados en Santa Lucia denuncian incumplimiento de acuerdos arribado con el INDERT. **Proyecto Democratización de la Información**, publicado em 06 mar. 2018.

DGEEC. **Encuesta Permanente de Hogares**. Asunción: Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos, 2017.

EZQUERRO-CAÑETE, Arturo. Poisoned, Dispossessed and Excluded: a critique of the neoliberal soy regime in Paraguay. **Journal of Agrarian Change**, v. 16, n. 4, p. 702-709, 2016.

EZQUERRO-CAÑETE, Arturo; FOGEL, Ramón. Un golpe anunciado. Fernando Lugo y la promesa perdida de la reforma agraria en Paraguay. VERGARA-CAMUS, Leandro; KAY, Cristóbal (Org.). **La cuestión agraria y los gobiernos de izquierda en América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2018, p. 89-118.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, ano 8, n. 6, p. 14-34, 2005.

FOGEL, Ramón Bruno. **Las luchas campesinas: tierra y condiciones de producción**. Asunción: CERL, 2001.

_____. Movimientos campesinos y su orientación democrática en Paraguay. GRAMMONT, Hubert C. de (Org.). **La construcción de la democracia en el campo latinoamericano**. Buenos Aires: CLACSO, p. 95-106, 2006.

_____. El Movimiento de los Carperos. **Revista de Estudios Políticos Contemporáneos (NOVAPOLIS)**, n. 5, p. 11-30, 2012.

_____. **Las tierras de Ñacunday, Marina Kue y otras calamidades**. Asunción: CERI, 2013.

_____. Reforma agraria en el Paraguay. Retrocesos y luchas. FERNANDES, Bernardo Mançano; RINCÓN, Luis Felipe; KRETSCHMER, Regina. (Org.). **La actualidad de la reforma agraria en América Latina y el Caribe**. Buenos Aires: CLACSO, 2018, p. 129-138.

FUNDACIÓN AMIGOS DE LA TIERRA. **Acaparamiento de tierras y bienes comunales**. Perspectivas y dimensiones del fenómeno en Argentina. Buenos Aires: Fundación Amigos de la Tierra, 2015.

GUDYNAS, Eduardo. Agropecuaria y nuevo extractivismo bajo los gobiernos progresistas de América del Sur. **Territorios**, v. 5, p. 37-54, 2010.

HALL, Ruth; EDELMAN, Marc; BORRAS JR., Saturnino; SCOONES, Ian; WHITE, Ben; WOLFORD, Wend. Resistance, acquiescence or incorporation? Na introduction to land grabbing and political reactions 'from below'. **The Journal of Peasant Studies**, v. 42, n. 3-4, p.467-488, 2015.

HALVORSEN, Sam; FERNANDES, Bernardo Mançano; TORRES, Fernanda Valeria. Mobilizing territory: socioterritorial movements in comparative perspective. **Annals of the American Association of Geographers**, v. 1, p. 01-17, 2019.

HARVEY, David. **The New Imperialism**. Oxford: Oxford University Press, 2003.

_____. **A loucura da razão econômica – Marx e o capital no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2018.

INSTITUTO RURAL DE DESARROLLO RURAL Y DE LA TIERRA (INDERT). **Comunicado a la opinión pública: el Indert y el caso Ñacunday**. Asunción: INDERT, 2011.

KLEINPENNING, Jan. **Paraguay Rural (1870-1963): una Geografía del progreso, el pillaje y la pobreza**. Asunción: Editorial Tiempo de Historia, 2014.

KRETSCHMER, Regina. Conflictos territoriales en las regiones de frontera en Paraguai oriental. **Geografia em Questão**, v. 4, n. 2, p. 41-55, 2011.

LAINO, Domingo. **Paraguai**. Fronteiras e penetração brasileira. São Paulo: Global Editora, 1979.

LANDMATRIX. **Online Public Database on Land Deals**. Disponível em: <https://landmatrix.org/region/latin-america/>. Acesso em: 18 dez. 2019.

MINISTERIO DE GANADERÍA, AGRICULTURA Y PESCA. **Tierras de uso agropecuario – compraventas año 2010/2012**. Montevideo: MGAP, 2013.

MORA, Carlos. Participación y organizaciones campesinas en Paraguay. GRAMMONT, Hubert C. (Orgs.). **Construcción de la democracia en el campo latinoamericano**. Buenos Aires: CLACSO, p. 343-365, 2006.

MORAES, Isaias Albertin de; VIEIRA, Fernando Antonio da Costa. Capitalismo agrário e movimentos campesinos no Paraguai. **Revista Estudos Históricos**, v. 28, n. 56, p. 363-384, jul./dez. 2015.

MORÍNGO, José Nicolás. De la protesta social al movimiento campesino. **Revista de Estudios Políticos Contemporáneos (NOVAPOLIS)**, n. 2, p. 24-31, 2003.

NUÑEZ, Cyntia Itatí. Movimientos Sociales y poder político en Paraguay. **Revista Electrónica de Estudios Latinoamericanos**, v. 11, n. 44, p. 01-18, 2013.

O ESTADO DE S. PAULO. Fernando Lugo acalma 'brasiguaios' revoltados com terras invadidas. **Jornal O Estado de S. Paulo**, caderno Internacional, publicado em 13 jun. 2011. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/america-latina,fernando-lugo-acalma-brasiguaios-revoltados-com-terras-invadidas,744281>>. Acesso em: 15 out. 2016.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: LABUR, 2007.

OLIVEIRA, Gustavo de Lima Torres. The geopolitics of Brazilian soybeans. **The Journal of Peasant Studies**, v. 43, n. 2, p. 348-372, 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA. **El Estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo**. Roma: FAO, 2018.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini; PEREIRA, Lorena Izá. Questão agrária, luta pela terra e movimentos socioterritoriais no Brasil e Paraguai. **Revista NERA**, n. 39, ano 20, p. 161-185, 2017.

PALAU, Marielle; IRALA, Abel; CORONEL, Cristina. **Organizaciones paraguayas con demandas al Estado (2013-2017)**. Asunción: BASE Investigaciones Sociales, 2018.

PALAU, Marielle. **Movimiento Popular y Democracia**. Asunción: BASE Investigaciones Sociales, 2014.

PALAU, Tomás; HEIKEL, María Victoria. **Los campesinos, el Estado y las empresas en la frontera**. Asunción: BASE Investigaciones Sociales, 1987.

PALAU, Tomás. El movimiento campesino en el Paraguay: conflictos, planteamientos y desafíos. **Observatorio Social de América Latina (OSAL)**, ano 6, n. 16, p. 35-46, jun. 2005.

PASTORE, Carlos. **La lucha por la tierra en Paraguay**. Asunción: Intercontinental Editora, 2015 [1972].

PEREIRA, Lorena Izá. Ciclos de extranjerización y concentración de la tierra en Paraguay. **Revista NERA**, v. 21, n. 44, p. 64-89, 2018a.

_____. Las estrategias del capital regional en la extranjerización del territorio paraguayo. PALAU, Marielle (Org.). **Con la soja al cuello** – Informe sobre agronegocios en Paraguay. Asunción: BASE Investigaciones Sociales, 2018b.

_____. **'A Tríplice Aliança continua sendo um grande êxito'**: os regimes de controle do território paraguaio (1870-2019). Presidente Prudente, 2019, 523 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2019.

PEREIRA, Milene Brandão. **"Mais do que terra, queremos soberania"**: Liga Nacional dos Carperos e as soberanias no assentamento Santa Lucía no Paraguai. Toledo, 2016, 185 f.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Toledo, 2016.

PITTA, Fábio Teixeira; CERDAS, Gerardo; MENDONÇA, Maria Luisa Rocha Ferreira de. **Imobiliárias agrícolas transnacionais e a especulação com terra na região do MATOPIBA**. São Paulo: Outras Expressões, 2018.

PLIZ, Dania; RIQUELME, Quintín; VILLALBA, Verónica. Los movimientos sociales en el contexto actual del Paraguay. **Observatorio Social de América Latina (OSAL)**, ano 3, n. 8, p. 26-33, 2002.

REVISTA VEJA. Governo Dilma ignora perseguição a brasileiros no Paraguai. **Revista Veja**, caderno Política, publicado em 12 fev. 2012, Disponível em: <http://veja.abril.com.br/politica/governo-dilma-ignora-perseguiçao-a-brasileiros-no-paraguai/>. Acesso em: 14 out. 2016.

RIQUELME, Quintín. **Los sin tierra en Paraguay**. Conflictos agrarios y movimiento campesino. Buenos Aires: CLACSO, 2003.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RASMUSSEN, Mattias Borg; LUND, Christian. Reconfiguring Frontier Spaces: The territorialization of resource control. **World Development**, p. 388-399, 2018.

ROMERO, Fernando Gabriel. La lucha del campesinado paraguayo frente a la concentración y extranjerización de la tierra. VILLAGRA, Luis Rojas (Org.). **Neoliberalismo en América Latina: crisis, tendencias y alternativas**. Buenos Aires: CLACSO, 2015, p. 125-145.

RUBIO, Blanca. **Explotados y excluidos**. Los campesinos latinoamericanos en la fase agroexportadora neoliberal. San Rafael: Plaza y Valdés S.A., 2001.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: HUCITEC, 2002.

SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. **Uma história da onda progressista sul-americana (1998-2016)**. São Paulo: Editora Elefante, 2018.

SAUER, Sérgio; LEITE, Sergio Pereira. Agrarian structure foreign investment in land and land prices in Brazil. **The Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 3-4, p. 873-898, 2012.

SCHVARTZMAN, Mauricio. **Contribuciones al estudio de la sociedad paraguaya**. Asunción: BASE Investigaciones Sociales, 2017 [1988].

SILVA, Kamila. A participação dos brasileiros na crise política do Paraguai: análise a partir do Governo Lugo. **Revista Fronteiras**, v. 15, n. 26, p. 11-40, 2013.

TALESCA, Ignacio. **Ligas Agrarias Cristianas (1960-1980): Orígenes del Movimiento Campesino en Paraguay**. Asunción: CEPAG, 2004.

VERA, Elsy; RIQUELME, Quintín. **A otra cara de la soja**. El impacto del agronegocio en la agricultura familiar y la producción de alimentos. Asunción: Jakaru Porã Haguã, 2013.

VILLAGRA, Luis Rojas. **Actores del Agronegocio en Paraguay**. Asunción: BASE Investigaciones Sociales, 2009.

_____. **La tierra en disputa**. Extractivismo, exclusión y resistencia. Asunción: BASE Investigaciones Sociales, 2014.

_____. **Tereré jere**. Alternativas a la sociedad paraguaya actual. Asunción: BASE Investigaciones Sociales, 2015.

VILLAGRA, Luis Rojas; ARECO, Abel. **Las colonias campesinas en el Paraguay**. Asunción: BASE Investigaciones Sociales, 2017.

VYUK, Cecilia. Curuguaty y Ñacunday: lucha por la tierra y golpe de Estado en Paraguay. **Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 3, n. 2, p. 57-73, jul./dez. 2015.

YEGROS, Ricardo; BREZZO, Liliana. **História das Relações Internacionais do Paraguai**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013.

WELCH, Clifford A.; FERNANDES, Bernardo Mançano. Peasant movements in Latin America: looking back, moving ahead. **Latin American Perspectives**, v. 36, n.4, p. 03-08, 2009.

Sobre a autora

Lorena Izá Pereira – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. Pós-doutoranda pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Pesquisadora do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA). Pesquisadora Colaboradora do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI/UNESP). Presidenta da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB). **OrCID** – <https://orcid.org/0000-0002-2352-1760>

Como citar este artigo

PEREIRA, Lorena Izá. Movimentos socioterritoriais na luta contra a estrangeirização do território: o caso da Liga Nacional de Carperos no Paraguai. **Revista NERA**, v. 24, n. 57, p. 79-103, Dossiê I ELAMSS, 2021.

Recebido para publicação em 18 de dezembro de 2019.

Devolvido para a revisão em 01 setembro de 2020.

Aceito para a publicação em 11 de setembro de 2021.

Quando nasce uma mãe e sua luta por todos: breve análise sobre a formação do Movimento Nacional Campesino Indígena (MNCI) na Argentina¹

José Sobreiro Filho

Universidade Federal do Pará (UFPA) – Ananindeua, Pará, Brasil.

e-mail: sobreirounesp@gmail.com

Resumo

Este artigo objetiva provocar o debate referente à construção conceitual sobre movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais promovido pela geografia brasileira. Deste modo, primeiramente percorremos o debate seminal sobre a chegada do tema de pesquisa na geografia brasileira, sua fundamentação e criação conceitual, suas especificidades, embates e críticas e, em seguida, apresentamos as respectivas contribuições de autores nacionais. Com o objetivo de reforçar a fundamentação, fatos e elementos do MNCI são exemplificados para mostrar as contribuições da perspectiva geográfica e reforçar as potencialidades da abordagem espacial e territorial em um outro território latino-americano.

Palavras-chave: Movimentos socioterritoriais; movimentos socioespaciais; disputa territorial; conflito; geografia.

When the mother is born and his struggle for “all”: a brief analysis on the formation of the National Peasant Indigenous Movement (MNCI) in Argentina

Abstract

This article aims to provoke the debate about the conceptual construction on socio-spatial movements and socio-territorial movements promoted by Brazilian geography. In this way, we first point out the seminal debate on the arrival of the research theme in Brazilian geography, its foundation and conceptual creation, its specificities, clashes and criticisms, and then we present the respective contributions of national authors. In order to reinforce some reflections, facts and elements of the MNCI are exemplified to show the contributions from the geographical perspective and the potential of the spatial and territorial approach in another Latin American territory.

Keywords: Socioterritorial movements; socio-spatial movements; territorial dispute; conflict; geography.

Quando nace una madre y su lucha por todos: breve análisis sobre la formación del Movimiento Nacional Campesino Indígena (MNCI) en Argentina

Resumen

Este trabajo tiene como objetivo la discusión sobre la construcción conceptual de los movimientos socioespaciales y movimientos socioterritoriales promovida por la geografía brasileña. De esta manera, primero señalamos el debate seminal sobre la llegada del tema de investigación en la geografía brasileña, su fundación y creación conceptual, sus especificidades, enfrentamientos y críticas, y luego presentamos las respectivas

¹ Parte deste debate contou com o apoio da FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

contribuciones de autores nacionales. Para reforzar algunas reflexiones, se ejemplifican hechos y elementos de la MNCI para mostrar las contribuciones desde la perspectiva geográfica y el potencial del enfoque espacial y territorial en otro territorio latinoamericano.

Palabras-clave: Movimientos socioterritoriales; movimientos socioespaciales; disputa territorial; conflicto; geografía.

Introdução

Este artigo é produto tanto de reflexões teóricas sobre a contribuição geográfica e o conceito de movimento socioterritoriais, sobretudo realizadas no âmbito do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) e da Rede DATALUTA, quanto de um conjunto de procedimentos de revisão de materiais jornalísticos, entrevistas com lideranças, participação em eventos e trabalhos de campo relacionados ao MNCI. O principal motivo por trás deste manuscrito é o crescimento e uso do conceito de movimentos socioterritoriais no Brasil e América Latina e, sobretudo, sua operacionalização pelos próprios sujeitos pesquisados, pois, cada vez mais, o território tem se tornado instrumento lógico, de análise e de prática na luta cotidiana nos movimentos socioterritoriais nos campos, cidades e florestas.

A geografia brasileira vem mostrando para o mundo outras possibilidades de se entender as lutas e resistências, especialmente no que se refere à América Latina. Aquilo que em outro momento chamamos de contribuição à construção de uma teoria geográfica sobre movimentos socioespaciais, movimentos socioterritoriais e *contentious politics* tem ganhado cada vez mais sentido perante o ostensivo avanço da razão neoliberal e, portanto, o território tem se tornado instrumento de recriação e resistência de diversos sujeitos que buscam resistir e/ou não manter relações subordinadas. Hoje, podemos dizer que o território está cada vez mais vivo e não detém tão somente sentido hegemônico, pois os movimentos os subverteram ressignificando-o *desde abajo y para el Pueblo*. As bordas e fronteiras que comumente são excludentes e via-de-regra flexíveis para uma globalização excludente e fetichista, tem se tornado imprescindíveis para que determinados sujeitos resistam no mundo da razão neoliberal.

Face a essa realidade permeada pelas disputas constantes que na primeira parte apresentamos alguns aspectos que consideramos relevantes sobre a análise das ações coletivas na Geografia brasileira através de uma leitura crítica relacionada às especificidades epistêmicas e na segunda parte detalhamos alguns aspectos que compreendemos importantes sobre a formação, projetos políticos, conexões, pautas, territórios e a lógica-racionalidade espaço-temporal do MNCI.

Movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais: uma breve contextualização e fundamentações

No Brasil, a Geografia Crítica foi a principal responsável por trazer as pautas, as categorias, o método e o vocabulário, sobretudo, do marxismo para a produção do conhecimento geográfico (SANTOS, 2008). Esse processo de inovação foi revolucionário não somente por abrir um novo leque de objetos de pesquisa, mas também por levar à criação de uma Geografia mais militante e preocupada com as causas sociais: o caminho pelo qual a maior parte dos temas referentes a ações coletivas foram discutidos. É sabido dos preciosos trabalhos pioneiros de Josué de Castro (1967) e Manuel Correia de Andrade (1986), mas as ações coletivas começaram a chegar com mais força e de modo mais pulverizado na Geografia, sobremaneira, a partir da década de 80 e com forte influência da Associação dos Geógrafos Brasileiros (PEDON, 2009).

Especialmente dominado pelo ensejo de se compreender as contradições e problemáticas originário da economia política, a Geografia avançou na proposta realizando diversos trabalhos de destaque, tais como: a análise de Satiê Mizubuti (1986) sobre a compreensão de bairros e favelas enquanto sub-espacos onde ocorre a reprodução do proletariado; a leitura sobre ativismo e a inseparabilidade espaço-sociedade realizada por Marcelo José Lopes de Souza (2000, 2009); a contribuição de José Borzacchiello da Silva (1992) sobre os registros espaciais provenientes da relação entre povo e poder no âmbito das formações capitalistas; a crítica às dicotomias e a prática de uma Geografia para desvendar as máscaras sociais de Ruy Moreira (1980); leituras sobre as organizações e os conflitos no campo destacada por Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1988); Bernardo Mançano Fernandes (1994; 1999) promovendo uma contribuição ao estudo do campesinato através da espacialização e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Brasil; e Renato Emerson dos Santos (2006) com o que denomina enquanto Geografia da organização dos movimentos sociais e geografia das lutas sociais na perspectiva espacial.

Diversos outros trabalhos surgiram ao longo das décadas subsequentes. Porém, poucos foram os que de fato buscaram realizar uma leitura geográfica sólida ou propuseram ir além de aplicações ou “modelos” de análise importados de outras ciências. Apesar da maioria passar ao largo dos esforços teóricos, ainda na década de 90, Jean Yves Martin (1997) e Bernardo M. Fernandes (2005) propuseram duas construções conceituais: movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais.

Neste contexto, Bernardo M. Fernandes fora o teórico que mais aprofundou o debate e as leituras atentas às especificidades da ciência geográfica mais tarde debatidas e aprofundadas também por Pedon (2009) e José Sobreiro Filho (2013, 2016, 2018). De certo modo, de acordo com Sobreiro Filho (2016), esta proposta inaugurou o início de uma ruptura com: a hegemônica dependência de um referencial teórico das outras ciências na Geografia

na análise de ações coletivas e políticas contenciosas; a utilização conceitual sobre território com propriedades multidimensionais, multiescalares e analisados a partir de uma tipologia (FERNANDES, 2009a, 2009b); a validação das construções amparadas na história do pensamento geográfico; o uso de uma cartografia crítica sobre o tema (GIRARDI, 2008), a promoção de análises comparativas trans e multiescalares, a revisão das incoerências das importações e usos equivocados de paradigmas e correntes antagônicas; e o olhar atento às especificidades latino-americanas em detrimento dos referenciais embasados em lógicas extrínsecas.

Em outras palavras, podemos dizer que a Geografia brasileira estreou um debate que saiu de uma histórica condição subalterna às demais ciências humanas (sociologia, história etc.) para uma proposta teórico-metodológica autêntica, protagonista e que, portanto, passou a construir um modelo particular de análise desde suas especificidades epistemológicas para se interpretar as ações coletivas (PEDON, 2009). Apesar de alguns críticos denominarem como uma negação das demais ciências, esse processo caracterizou-se tanto pela construção de uma autonomia quanto pela complexificação da análise com o fito de contribuir com as demais ciências e cumprir uma de suas propostas seminais: a análise dos fenômenos desde o espaço e o território. Aos poucos a construção deste instrumental de análise tornou-se não somente e reconhecidamente lógico e eficiente, mas também provocante por significar uma ruptura devido ao fato de ser a primeira proposta autônoma da Geografia brasileira na análise deste fenômeno comum e dominado pelas demais ciências.

Assim como a Geografia nasceu para as propostas teórico-conceituais das ações coletivas as mesmas também para a Geografia deixando dialeticamente um legado e uma agenda de trabalho. Isso não quer dizer que não houve contribuições relevantes da Geografia brasileira para analisar movimentos sociais, mas podemos afirmar que as mesmas não se ativeram em teoriza-los desde as especificidades epistêmicas. A relevância em tal dedicação sobre a geografização justifica-se pela necessidade de superação dos inúmeros equívocos que as importações de conceitos e categorias de outras ciências podem promover se não corretamente adaptadas (SANTOS, 2008).

O debate sobre movimentos socioespaciais e socioterritoriais emerge como uma resposta a esta situação. Nas palavras de Fernandes (2005), as contribuições promovidas pelos sociólogos em relação a movimentos sociais voltam-se mais para as formas de organização e relações sociais para explicar as ações, e que, portanto, contribuem parcialmente para a compreensão dos processos sociais e geográficos. Não obstante, Martin (1997) assevera que embora os movimentos tenham uma nítida dimensão espacial, raramente são analisados geograficamente. Em síntese, ambas as afirmações evidenciam uma lacuna na análise geográfica das ações coletivas.

Neste contexto, Fernandes (2005), Pedon (2009) e Sobreiro Filho (2013) destacam a importância de se promover uma análise atenta à abordagem da produção do espaço, às relações territoriais e suas multidimensionalidades. Fernandes, por meio do debate com as categorias geográficas, é o primeiro a buscar conceituação:

O espaço, o território, o lugar, as relações sociais, as escalas das ações nos ajudam a compreender os tipos de movimentos socioespaciais ou socioterritoriais e seus processos geográficos (isolados, territorializados ou espacializados). Esses movimentos são tanto instituições não formais, políticas no sentido lato, por sua materialidade, ação, estabelecimento e dinâmica, quanto são igualmente instituições formais como os sindicatos, as empresas, os estados, as igrejas e as organizações não governamentais (ONGs). Nesse sentido, é preciso diferenciar entre os movimentos socioespaciais e os movimentos socioterritoriais.

Os movimentos socioterritoriais têm o território não só como trunfo, mas este é essencial para sua existência. Os movimentos camponeses, os indígenas, as empresas, os sindicatos e os estados podem se constituir em movimentos socioterritoriais e socioespaciais. Porque criam relações sociais para tratarem diretamente de seus interesses e assim produzem seus próprios espaços e seus territórios (FERNANDES, 2005, p. 31).

Pedon (2009) e Sobreiro Filho (2010) ainda destacam que este instrumental teórico-metodológico é produto de uma proposta epistemológica atrelada ao campo de formulações teórico-conceituais oriundas da Geografia. O trato geográfico torna-se nítido através da análise espacial e territorial dos sujeitos coletivos:

O movimento social e movimento socioterritorial constituem um mesmo sujeito coletivo ou grupo social que se mobiliza para desenvolver uma determinada ação em defesa de seus interesses. Fernandes (2000) assevera que não se trata da existência de dois tipos de movimentos distintos: movimentos socioterritoriais e movimentos sociais. Desta forma, não existem um e outro. Existem movimentos sociais desde uma perspectiva sociológica e movimentos socioterritoriais ou movimentos socioespaciais desde uma perspectiva geográfica (FERNANDES, 2008). Ao nosso ver, o autor ressalta que sua proposta é marcadamente epistemológica, ou seja, reside no campo do desenvolvimento de formulações, teorias e conceitos, destinados a realizar uma leitura geográfica da dinâmica social encetada pela luta de classes (PEDON, 2009, p. 228).

Ainda assevera Pedon (2009) que a proposta conceitual se constitui como um momento de desenvolvimento da Geografia, pois amplia a sua experiência de pesquisa ao mesmo tempo em que dá os primeiros passos para sair da condição de orientada para orientadora na produção de conhecimento sobre algumas ações coletivas. A inauguração desta nova posição na pesquisa social se iniciaria por meio das categorias espaço e território. O debate ganhou fôlego e aos poucos outros elementos e níveis de análise passaram a povoar o debate, dentre eles sobre a espacialidade, territorialização e desterritorialização:

Os movimentos socioterritoriais para atingirem seus objetivos constroem espaços políticos, espacializam-se e promovem espacialidades. A construção de um tipo de território significa, quase sempre, a destruição de um outro tipo de território, de modo que a maior parte dos movimentos

socioterritoriais forma-se a partir dos processos de territorialização e desterritorialização (FERNANDES, 2005, p. 31).

Os movimentos socioterritoriais passaram a ser analisados como sujeitos protagonistas e relevantes na leitura do processo de produção do espaço e disputa territorial permeada pela conflitualidade (FERNANDES, 2009a). Os movimentos socioterritoriais do campo foram os principais referenciais para essas elaborações teórico-conceituais. Face a uma questão agrária complexa e conflituosa ao ponto de engessar uma necropolítica específica (SOBREIRO FILHO, 2019), e através de um instrumental teórico-metodológico que subverte para ampliar o potencial explicativo que permite analisar as políticas contenciosas e conflitualidades como lutas por espaço e território (SOBREIRO FILHO, 2016).

Ainda segundo o autor, os movimentos socioespaciais caracterizam-se como ações coletivas voltadas ao processo de produção, consumo e/ou transformação direta e/ou indireta do espaço para afirmar, contrapor ou construir novas lógicas-racionalidades espaço-temporais. Em Fernandes (2005) os movimentos socioterritoriais tem o território enquanto o trunfo de sua existência e Sobreiro Filho (2013, 2016) destaca que os territórios são tanto sua negação quanto sua afirmação, pois enquanto vários foram criados a partir da promoção de modelos excludentes (territorialização desterritorializadora), apesar de parecerem contraditórias para alguns perfis de movimentos, são o instrumento fundamental para a resistência e re-existência. Além desta perspectiva, o trabalho de Sobreiro Filho (2016) contribuiu: evidenciando o histórico do debate sobre as primeiras ações coletivas na geografia brasileira; identificando as mudanças nas análises como parte das transformações paradigmáticas na geografia brasileira; avançando no debate sobre teoria da produção do espaço em relação às disputas territoriais e a conflitualidade; promovendo o debate da política das escalas praticadas pelas organizações e a relevância das redes; realizando a análise das qualidades do conflito; promovendo a aproximação e análise comparativa entre os debates da geografia anglo-saxônica e suas ferramentas conceituais em comparação à escola nacional; e analisando os movimentos socioterritoriais através de padrões lógicos de realização de ações no espaço-tempo.

Sobreiro Filho (2016) também propõe que dentre os movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais existem padrões lógicos de racionalização do espaço e do tempo. Esta perspectiva não considera somente a indissociabilidade homem-natureza-espaço, mas também dos tempos em todas as construções e ações/eventos dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais, ou seja, há sínteses histórico-geográficas e da produção do espaço-tempo em toda e qualquer relação promovendo uma constatare convergência do passado, presente e devir.

As intencionalidades e potencialidades espaço-temporais se entrecruzam e interseccionam constantemente e constituem de modo presente também enquanto base

racional e sentimental motivadora tanto de sua criação e subordinação de uma dimensão pela outra, quanto na produção do devir. Enfim, pode-se dizer que são compartilhadas e construídas coletivamente, de modo hierárquico ou heterarquico, através de redes e de espaços de convergências e/ou por meio da difusão de informações (SOBREIRO FILHO, 2017). Outro ponto destacado pelo autor é que a Geografia apresenta instrumental teórico que permite detalhar ainda mais a compreensão dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais, como, por exemplo, a variante reticular (Redes), territorial (Território), escalar (Escala), regional (Região), da paisagem (Paisagem), do Lugar e da Natureza.

Por fim, a tipologia de territórios é uma outra abordagem relevante para se compreender o conceito de movimento socioterritorial. Segundo Fernandes (2009), território é um conceito caracterizado por distintos tipos: 1) Estado-Nação e Estado Territorial; 2) Propriedade; 3) Relação social. Os três territórios se encontram nesta perspectiva, mas com uma ação dialetizada, pois o território, instrumento conceitual e operacional, que historicamente foi visto como uma construção hegemônica do Estado foi subvertido. Indubitavelmente que a subversão também tem base em Território-Estados onde não há representação ou espaço para a totalidade dos sujeitos que o compreendem e que, portanto, tende a fazer com que os excluídos e/ou incluídos precariamente construam os seus territórios.

Em outras palavras, os territórios passam a ser constituídos como espaços determinados por relações de poder embasadas nas ações conflituosas e contraditórias existentes, tendo como base o conflito e a diferença, mas primando pela resistência, recriação e reprodução espaço-temporalmente expressos em forma de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. Classe, raça-etnia, gênero, cultura etc. são exemplos mais notáveis desse processo no Brasil. Contudo, produz também múltiplos sentidos como, por exemplo, de um lado vê-se como essas relações podem contribuir para o enriquecimento multidimensional do território Estado-Nação para além de uma conformação hegemônica bidimensional (político-econômica), e do outro lado a ostensiva ofensiva com o fito de promover a redução da diversidade e da diferença tanto material e imaterial. Por fim, destacamos que as lutas pelo e no espaço e território(s) são uma necessidade real e a geografia não pode deixar de avançar teórica e analiticamente.

A formação do Movimento Nacional Campesino Indígena: fatos e elementos de uma disputa territorial organizada na Argentina

O MNCI surgiu de uma conjuntura de acúmulo de avanços da precarização da vida, da produção e do espaço rural nas últimas três décadas na Argentina. Isso quer dizer que, além das relações disparens estabelecidas desde o processo de ocupação e desenvolvimento

desigual promovido pela coroa espanhola e classes hegemônicas, as transformações políticas e econômicas que amplificaram a concentração de riquezas, as privatizações, a abertura do mercado, o avanço do neoliberalismo no campo e a instalação de corporações que conformaram o agronegócio e passaram a exercer diversos controles (tecnológico, mercados, produção de sementes, agrotóxicos etc.), foram fatos que compreenderam a transformação do espaço rural e o aprofundamento da questão agrária argentina.

O desenvolvimento deste processo ocorreu em detrimento da produção camponesa (diversa), em terras comunitárias e voltadas para o consumo popular, que, por sua vez, encontraram como opção, de um lado, a venda ou arrendamento e, do outro lado, o êxodo rural ou a migração para as áreas de fronteira agrícola. Ademais, esta realidade também manteve por detrás um conjunto amplo de outros conflitos por territórios, como o acesso à água para as pequenas produções, a expropriação e expulsão de famílias, a falta de educação do campo, a violência etc. (MOCASE-VC, 2010, 2012; UST, 2012).

Em síntese, pode-se dizer que tanto no passado quanto as mudanças mais recentes foram determinantes para o processo de articulação e, portanto, formação deste enquanto movimento socioterritorial e do protagonismo do mesmo², ou seja, é evidente que as conformações e os processos engendrados e tributados pelo e no processo de produção do espaço, aos auspícios da lógica capitalista e independentemente de dicotomias camponêsidade, foram determinantes na reticularização que confluíu na formação do MNCI.

As condições críticas produzidas pelo avanço do capital financeiro, pelos latifundiários e pelas corporações do agronegócio sobre o território tradicionalmente camponês, indígena e de trabalhadores também demandaram uma mudança radical no bojo dos movimentos socioterritoriais camponeses: a de passar a discutir a reforma agrária mesmo sem uma história tão expressiva de ofensivas populares em temas agrários.

A disputa territorial, debatida por Fernandes (2009a), tornou-se mais nítida nas relações de poder e produção ali estabelecidas e cujas referências da luta de classes e decoloniais fizeram-se presentes. Cabe destacar que uma questão ainda pouco valorizada do ponto de vista teórico e histórico da política contenciosa argentina são as ações coletivas ofensivas sobre o território do latifúndio e empresas. A história do MNCI é marcada por fatos tensos de resistência territorial que frearam o avanço do capital em várias porções do território

² Indubitavelmente, deve-se reconhecer o caráter protagonista do MNCI na Argentina em termos de construção da ofensiva no tocante à questão agrária tal como podemos observar na notícia “Entrevista a Diego Monton, membro do Movimiento Nacional Campesino Indígena (MNCI) argentino e integrante da CLOC” publicada no site “<http://clocviacampesina.net/index.php/es/portugues/120noticiasemporugues/1733entrevistaadiegomontonmembrodomovimientonacionalcampesinoindigena>”, : “O contexto nos últimos 20 anos é de resistência. A ofensiva do capital financeiro e das corporações na agricultura se espalhou aos territórios historicamente camponeses e indígenas. É uma luta contra o avanço do agronegócio. Ao longo da história, não tivemos momentos de ofensiva popular na questão da terra, até quando se avançou na luta popular dos trabalhadores, a questão da terra não estava posta nesse projeto popular, e não tínhamos práticas relacionadas à Reforma Agrária. Nesse último período os movimentos camponeses começaram a pautar as outras organizações para tratar a questão da terra como central.” (CLOCVIACAMPESINA.NET, 2014, p. 1)

nacional ao mesmo tempo em que contribuiu para salvaguardar o território camponês-indígena.

Os mesmos vinte anos de transformações ostensivas no campo também significaram condições basilares para avançar no processo de conscientização e espacialização da luta pela terra, bem como de discussão da organização e construção de propostas. Diante desta conjuntura e das múltiplas insurreições políticas encontradas em diferentes localidades ao longo de décadas que se iniciou o processo de criação de um movimento socioterritorial de caráter mais amplo, cuja intenção era de promover uma articulação que alcançasse a escala nacional. Ou seja, significando um salto quantitativo e qualitativo, além do estabelecimento de intercâmbios e criação de pautas que representassem camponeses-indígenas enquanto sujeitos políticos:

Desde hace muchos años venimos fortaleciéndonos como Movimiento Nacional Campesino Indígena (MNCI). Aquello que nació como articulación política en el marco de la Mesa Nacional de Organizaciones de la Agricultura Familiar fue tomando cuerpo orgánico y político a partir del año 2003, donde varias organizaciones (algunos con mucha trayectoria en el territorio provincial) fortalecimos la idea de construir un movimiento de carácter nacional y autónomo con desarrollo territorial y con la Soberanía Alimentaria y la Reforma Agraria como horizontes en el camino hacia una nueva sociedad, donde no existan explotados ni explotadores, y en la cual convivamos con la madre naturaleza sin agredirla como en la actualidad (p. 3, 2010, Falta Menos – MNCI).

O território é um denominador comum para os movimentos/organizações que compreendem a tessitura reticular do MNCI, ou seja, o sentido do território para com a reprodução social do campesino-indígena foi desvelada no conjunto de relações alicerçadas no território e que diferenciam estes sujeitos políticos de outras formas de organizações:

Uno de los puntos más claros que nos separa del actual modelo es la relación que las comunidades tenemos con el territorio. Para los campesinos e indígenas el territorio, el agua, la tierra, no son una mercancía. Los políticos, las empresas y la Justicia lo ven como mercancía y propiedad privada, pero para nosotros es una historia, una cultura, nuestros ancestros. De ahí la lucha tan fuerte por estos bienes no es algo discursivo, tiene que ver con defender una forma de vida que sentimos propia (ECO PORTAL.net, 2009, p. 9).

Desenvolvimento Territorial, Soberania Alimentar³ e Reforma Agrária se constituíram como pautas maiores desde o início da fundação do MNCI em 2003⁴. Pode-se dizer que a partir desta realidade, promovida pela convergência dos processos e tempos no espaço, que o MNCI passou a congrega mais de vinte mil famílias de agricultores camponeses-indígenas.

³ É fundamental destacar a profundidade de tais pautas no bojo da compreensão do MNCI na resolução de problemas estruturais de um país, tal como podemos observar no tocante à soberania alimentar: “Sólo es posible salir del hambre si el país apuesta por la soberanía alimentaria, que es la posibilidad de que el país tenga un propio proyecto alimentario, que produzca la variedad de alimentos que necesita y no que vengan las semilleras y químicas a imponer qué debemos producir.” (ECO PORTAL.net, 2009, p. 9)

⁴ Tais bases refletem também uma objetiva influência tanto da Via Campesina quanto da Cloc.

Sua identidade, compreende também a conjunção de diferentes posicionalidades socioespaciais (cores/raças, classes, gerações, gênero etc.) arregimentadas entorno de um projeto popular “desde abajo” e contra a noção de “*explotados y explotadores*”⁵. A formação do MNCI, enquanto um movimento-rede socioterritorial, é a composição da multiplicidade de identidades e, portanto, produto da articulação⁶:

- MOCASE-VC – Movimiento Campesino de Santiago del Estero;
- MCC – Movimiento Campesino de Córdoba;
- UST – Unión de Trabajadores Rurales Sin Tierra de Mendoza;
- Red Puna;
- Movimiento Campesino Misionero y el Encuentro Calchaquí.

Determinados eventos constituíram-se como marcos na história do MNCI e partes de um processo de constituição e fortalecimento de uma identidade nacional a partir de múltiplos espaços que representavam o caráter camponês-indígena. O Primeiro Encontro do MNCI, realizado entre 28 e 30 de outubro de 2006 na UNC em Mendoza, contou com mais de 600 participantes e diversas atividades⁷, tais como: conferências; discussões; organização de comissões; místicas; uma feira; uma celebração cultural (peña); e uma manifestação⁸.

Como produto do primeiro encontro do MNCI, além de uma manifestação, foi elaborada uma declaração final destacando diversos pontos e construções oriundas dos dias

⁵ É comumente citado em inúmeras notícias a multiplicidade que compreende a identidade campesinoindígena, sobretudo, se diferenciando do próprio agronegócio tal como podemos ver nos trechos “Crían animales para autoconsumo y cosechan algodón, son arrieros y trabajadores de la vid, hacheros y productores de carbón. Poseedores ancestrales de parcelas donde trabajan y viven desde hace generaciones. El Movimiento Nacional Campesino Indígena (MNCI) está integrado por quince mil familias de siete provincias, la base de la pirámide rural, hombres y mujeres que les ponen el cuerpo a los trabajos duros del campo, manos curtidas e ideas claras. “No sembramos soja, no entendemos la tierra como un negocio, no somos ricachones que explotan a trabajadores rurales. Quizá por eso los medios de comunicación y la clase política no nos llaman ‘campo’, resumen.” (PAGINA 12, 2009, p. 1). Ademais, também destaca-se em relação ao agronegócio de modo mais objetivo “El verdadero campo no tiene nada que ver con eso: la tierra, la naturaleza y las familias campesinas son vida, solidaridad y trabajo.” e “Actualmente, la verdadera población rural está siendo avasallada por la Mesa de Enlace, el agronegocio, que intenta despojarnos de la tierra y los medios para producirla. Invierten mucho dinero en crear esa falsa imagen de que son campechanos y laburadores, pero es todo un cascarón armado junto con los medios de comunicación.” (PAGINA 12, 2009, p. 1). Tais compreensões incorporam uma crítica relacionada à redução das retenções como sinônimo de mais produção de soja e, portanto, menor espaço e maior ameaça aos camponeses e povos de ocupações tradicionais.

⁶ Informação retirada de Muñoz (2012) e da notícia “Campesinos Organizados de todo el país se reúnen en Mendoza” (<http://argentina.indymedia.org/news/2006/10/456432.php>).

⁷ Assim como em diversos encontros realizados por movimentos socioterritoriais camponeses, especialmente o MST, é realizado um ato durante os eventos. O primeiro Encontro do MNCI também não fugiu à regra: “Prensa De Frente en Mendoza - Con una imponente y colorida marcha que atravesó la ciudad de Mendoza y culminó frente a la gobernación provincial, se cerró el lunes el encuentro organizado por el Movimiento Nacional Campesino Indígena, del que participaron más de 600 personas de casi todas las provincias y que significó un paso importante para la consolidación de este espacio de articulación del sector rural en lucha. Lo llamativo fue la diversidad de organizaciones, grupos e invitados que asistieron, que enriqueció el debate e intercambio de experiencias.” (ARGENTINA.INDYMEDIA.ORG, p. 1, 2006)

⁸ No dia 30, último dia de encontro, foi realizada uma marcha saindo às 10:30 da manhã da cidade universitária da UNC (Universidad de Cuyo) e terminou na explanada da casa do governo da província de Mendoza.

de trabalho coletivos, como: identificação da violência e expropriações (leia-se desterritorialização); defesa da natureza e dos bens comuns; contra a exploração do trabalho, o agronegócio e a concentração de terras⁹; soberania alimentar, moradia, saúde, educação, produção e comercialização; sementes crioulas e trabalho comunitário; uso da tecnologia; valorização do saber camponês-indígena¹⁰; uso de agrotóxicos e a monopolização da terra e água¹¹.

Estes elementos consubstanciavam-se nos principais pontos destacados, “Reforma Agraria Integral” e “Soberania Alimentar”, aos auspícios da lógica central “contra os valores do capitalismo”. A expressão das construções que conformam a identidade, pautas e princípios que compreendem a luta dos movimentos ficaram ainda mais nítidas na própria declaração formulada ao término do Primeiro Encontro do MNCI:

*Declaración final del Encuentro Nacional Campesino Indígena
Durante los días 28, 29 y 30 de octubre de 2006, más de 600 delegados de organizaciones campesinas e indígenas de Argentina nos encontramos para intercambiar, debatir y reflexionar sobre nuestra realidad y nuestras prácticas. Al concluir estas intensas jornadas declaramos:
Que vemos a diario la tala y quema indiscriminada de bosques, el avance de la desertificación, la contaminación del agua, los desalojos violentos y fraudulentos de las familias campesinas e indígenas, la explotación de nuestros compañeros y compañeras en los obrajes y fincas, el éxodo a las ciudades, el uso indiscriminado de agrotóxicos, los suelos arruinados, las inundaciones consecuencia de los desmontes, la concentración de la tierra en pocas manos, y a millones de argentinos y argentinas, en su mayoría niños y niñas que hoy no pueden acceder a una alimentación básica ya que el modelo de nuestro país en la actualidad no produce alimentos para la población.
Que estamos unidos en defensa de nuestros derechos y queremos cambiar la realidad para lograr una Reforma Agraria Integral y la Soberanía Alimentaria de nuestro pueblo. Luchamos por la tierra y el territorio, contra la injusticia y un enemigo común: los valores del Capitalismo.
A favor de una vida digna que incluya la vivienda, salud, educación, producción y comercialización justa, la comunicación para todos y que sea respetada la vida campesina indígena, permitiéndonos permanecer en el campo. Por una producción que contemple el cuidado del monte, el ambiente y los bienes naturales, usando semillas criollas, con trabajo comunitario, priorizando los derechos de los niños y niñas por sobre todo. Con tecnologías apropiadas al servicio del hombre y no del capital. Donde exista una verdadera integración de la mujer con igualdad de derechos.*

⁹ “En la actualidad, el 82% de los productores en el país corresponde a familias campesinas y trabajadores rurales que ocupan sólo el 13% de la tierra. Mientras el 4% de las llamadas “explotaciones agropecuarias” es dueña de casi el 65 % de la tierra utilizada para la producción. Se estima en 200 mil las familias campesinas que fueron expulsadas del campo en los últimos años; aún así la pobreza rural alcanza a un 50 % de los pobladores. El monocultivo de soja ha destruido enormes superficies de bosques y liquidando otras actividades agropecuarias.” (Argentina.indymedia.org, 2006, p. 1-2)

¹⁰ A própria crítica à tecnologia compõe parte crucial no bojo do projeto e compreensão dos processos espaço-temporais que envolvem as lutas e resistências “Nosotros creemos que justamente ahí tenemos el Talón de Aquiles, y queremos dar esos debates con los gobiernos. Creemos sí en la tecnología, pero en función de las necesidades de los pueblos, con un modelo que sea soberano”, dijo Montón. “Cuando utilizamos la tecnología de las transnacionales, perdemos soberanía, nos subordinamos a su lógica”, concluyó.” (NOTICIAS.TERRA, 2013, p. 3)

¹¹ Informação retirada da notícia “Concluye el Encuentro Nacional Campesino Indígena con movilización en Mendoza” publicada em ambos os sites online www.rebellion.org/noticia.php?id=40368 e <http://argentina.indymedia.org/news/2006/10/457789.php>

Soñamos entre todos y todas construir un nuevo poder, que sea popular y desde las bases, donde participen las familias y las comunidades, con autonomía e independencia, y que contribuya a una alternativa política democrática y participativa en conjunto con otros sectores del pueblo, familias desalojadas, la vuelta al campo de familias excluidas, y el acceso a la tierra y el agua por parte de quienes quieran trabajarla. Donde no existan más desalojos, cultivos transgénicos, ni empresarios explotadores.

Nos comprometemos a trabajar en conjunto para:

Exigir leyes que contemplen la realidad campesina indígena, formar docentes campesinos indígenas y barriales, así como una universidad que revalorice los saberes populares.

Nuestro trabajo será fortalecer las organizaciones y generar nuevas, y promocionar una red de economía centrada en el trabajo. Difundir la realidad que atravesamos los campesinos indígenas dando a conocer nuestras luchas, nuestras acciones, instalando el debate sobre la reforma agraria y la Soberanía alimentaria en un nuestra sociedad. Aportando a una integración Latinoamericana.

Que el estado y sus instituciones reconozcan a las organizaciones campesinas e indígenas como actores prioritarios para el desarrollo de políticas públicas, la implementación de programas proyectos y la ejecución y control de inversiones en el sector con asistencia directa a las organizaciones sin intermediarios de ningún tipo.

Para esto invitamos a mas organizaciones a sumarse, a movilizar juntos en las ciudades y en el campo, a intercambiar semillas y productos, a encontrarnos, a realizar pasantías e intercambios, a formarnos, a sumar mas jóvenes y recuperando nuestra historia reforzar los valores campesinos indígenas como base de la nueva sociedad.

Reforma agraria y soberanía Alimentaria

Territorio, trabajo y justicia!! (p. 1-2, publicado em Argentina.indymedia.org, 2006, Grifo nosso).

Ao passo em que a declaração do Primeiro Encontro realizou duras críticas à forma de produção capitalista, o movimento apresentou um amplo conjunto de críticas acintosas que expressavam a composicionalidade de seu respectivo território material e imaterial¹². As críticas referentes à produção e organização do espaço tem suas bases na perspectiva territorial do capital que afeta princípios da produção do espaço do próprio movimento, sendo assim pode-se dizer que expressa também o que é proposto e importante como pauta de luta, produção e transformação do espaço e estabelecimento e desenvolvimento do território campesino-indígena. Por exemplo, o acúmulo e concentração de terras e águas, os desmatamentos (desmontes), os usos indiscriminados de agrotóxicos e transgênicos, a contaminação das águas e a desertificação, a exploração do trabalho e expropriações etc., pressupõem não só a negação, mas também os elementos e processos a serem transformados e rechaçados no bojo de uma transformação espaço-temporal popular.

Podemos identificar exemplos do rechaço a este modelo no seguinte apontamento:

“En los últimos 15 años la concentración de la tierra se ha agravado las profundas desigualdades sociales en el campo, así el 82% de los productores corresponde a familias campesinas y trabajadores rurales que ocupan solo el

¹² Vale destacar que parcela central desta perspectiva pode ser encontrada na consigna “Territorio, Trabajo y Justicia”. Demais informações podem ser encontradas na notícia “Territorio, Trabajo y Justicia” publicado em <http://argentina.indymedia.org/news/2006/11/457929.php>

13% de la tierra. Mientras el 4% de las llamadas "explotaciones agropecuarias" se ha eco duena de casi el 65 % de la tierra utilizada para la producción. Las estimaciones de expulsión de familias campesinas hablan de mas de 200 mil que expulso la fiebre neoliberal de los noventa empujándolas a los bordes marginales de nuestras grandes (el 25% de esta población como proveniente del interior profundo). [...] Nuestros bosques y nuestros suelos vienen cargando con la presión de una macroeconomía que privilegiaba el monetarismo y la llamada estabilidad fiscal en los 90 y hoy las monedas caras de los mercados de consumo en los países centrales, lo que viene agudizando los grandes negociados de los recursos naturales. El monocultivo de Soja ha destruido enormes superficies de bosques y liquidando otras actividades agropecuarias de valor local como la lechería, la fruticultura, el trigo y al maíz tan importante en los procesos que garantizan alimentos disponibles y baratos a nivel local. El modelo tecnológico de las agronegocios, se basa en grandes extensiones de tierras sin gente, desiertos verdes donde empresas semilleras, farmacéuticas y de agrotóxicos encadenan la independencia económica de los agricultores, controlando todos los resortes productivos como el suministro de insumo y la compra de productos, uniformizando calidades y la cultura productiva, convirtiendo al agro en una industria donde no hay comida ni trabajo. Importante es destacar el avance de la ganadería de alta intensificación en las zonas áridas y semiáridas del país, desbastando enormes regiones boscosas con suelos de alta fragilidad para dar paso a la siembra de pasturas exóticas, muchas de nuestras comunidades rurales son así expulsadas a los desiertos zonas salinas y peladares (CLOC-VIACAMPESINA.NET, 2006, p. 2).

Em termos mais objetivos pode-se ler este rechaço a partir das respectivas propostas espaciais/territoriais do movimento, tais como: Reforma Agrária Integral, Soberania alimentar para o povo, direito à saúde, educação, comunicação, produção e comercialização, trabalho comunitário, retorno das famílias para o campo e acesso à terra para quem nela trabalha, integração das mulheres em direito de igualdade etc. Na perspectiva temporal¹³, expressando sobretudo a preocupação com o futuro e geracional, se além aos cuidados com os “montes”, o ambiente e os bens naturais, o uso de sementes *criollas*, preservação do conhecimento e cultura como território imaterial, respeito ao direito de “*niños y niñas*” etc.

Do ponto de vista da defesa, reconhecimento e preservação de tradições e saberes que compreendem o território imaterial, além das sementes criollas, destacam-se a formação de docentes camponeses, indígenas e “*barriales*” que revalorizem o saber popular e a apropriação e desenvolvimento tecnológico a favor do povo. No tocante ao Estado, ao passo que se destaca a exigência de leis que reconheçam a identidade camponesa e o papel deles na formulação de políticas públicas, também é primada a construção de um novo tipo de poder desde as bases, tendo participação das famílias e comunidade, e com autonomia e independência: popular.

Ademais, o modelo lógico sob o qual suas ações são racionalizadas, conforme sugere Sobreiro Filho (2016), tem evidenciado um caráter reticular tanto na articulação

¹³ Obviamente que a perspectiva temporal está presente em todas as outras por conta da indissociabilidade espaço-tempo, mas destacamos aqui como estratégia didática.

nacional quanto na internacional no tocante à integração latino-americana na CLOC e Via Campesina. Estas críticas expressam e pressupõem a existência de um espaço-tempo indesejado e estranhado ou adverso à existência e reprodução espaço-temporal camponesa-indígena e que, portanto, também apresentam um espaço-tempo potencialmente mais humanizado que pode ser dito de um modo direto como o espaço que se deseja.

No contexto composicional do MNCI como um movimento socioterritorial, sua formação, por meio da articulação de diversos outros, contribuiu no sentido de construir e reconhecer a existência de uma unidade constante no campesinato-indígena na Argentina. Conseqüentemente, a visibilidade camponesa-indígena também teve alterações, pois um dos objetivos do movimento foi de colocar como pauta sua identidade nas políticas públicas e nos programas dos governos, ou seja, disputando o território e as suas (re)existências e resistências a partir dos territórios imateriais e da disputa do Estado. Ademais, o MNCI já nasceu com uma agenda e estrutura complexa que representa a convergência de múltiplos espaços e identidades, significados simbólico-culturais, políticos e econômicos a partir de diferentes especificidades ao mesmo tempo em que forjou a sua própria como expressão dialética de uma uni-multiplicidade territorial. Um dos exemplos desse processo é a própria diversidade de espaços, dos respectivos movimentos socioterritoriais, que estão organizados em sua composição (mapa 1), sendo eles:

- Córdoba - MCC - Movimiento Campesino de Córdoba;
- Jujuy - Red Puna, Tierra Fértil;
- Mendoza e San Juan - UST - Unión de los Trabajadores Rurales Sin Tierra;
- Misiones - COTRUM – Coordinadora de Trabajadores Rurales de Misiones;
- Região de Buenos Aires - MNCI Buenos Aires;
- Neuquen - MCNN – Mesa Campesina del Norte Neuquino;
- Salta - Encuentro Calchaquí;
- Santiago del Estero – MOCASE-VC – Movimiento Campesino de Santiago del Estero;

Denota-se que os distintos territórios que compõem o MNCI, além de expressarem uma ampla diversidade de identidades, também mesclam problemáticas diferentes que permitem ao movimento maior identificação da conflitualidade gerada pela questão agrária a nível nacional. Noutro sentido, analisando as ações, pode-se dizer que a luta é um processo fundante na construção da identidade do MNCI e contribuiu para forjar as práticas a partir de diferentes especificidades socioespaciais (*selvas, quebradas, montañas y ciudades*) e também ao fato de que o movimento não se restringe ao instrumental de classe, ou seja, trazendo em seu centro a própria multiplicidade de sua composicionalidade que se verte em

discussões atentas à sua realidade (gênero, geração, raça, etc.). Uma evidência deste processo está em sua própria definição socioespacial:

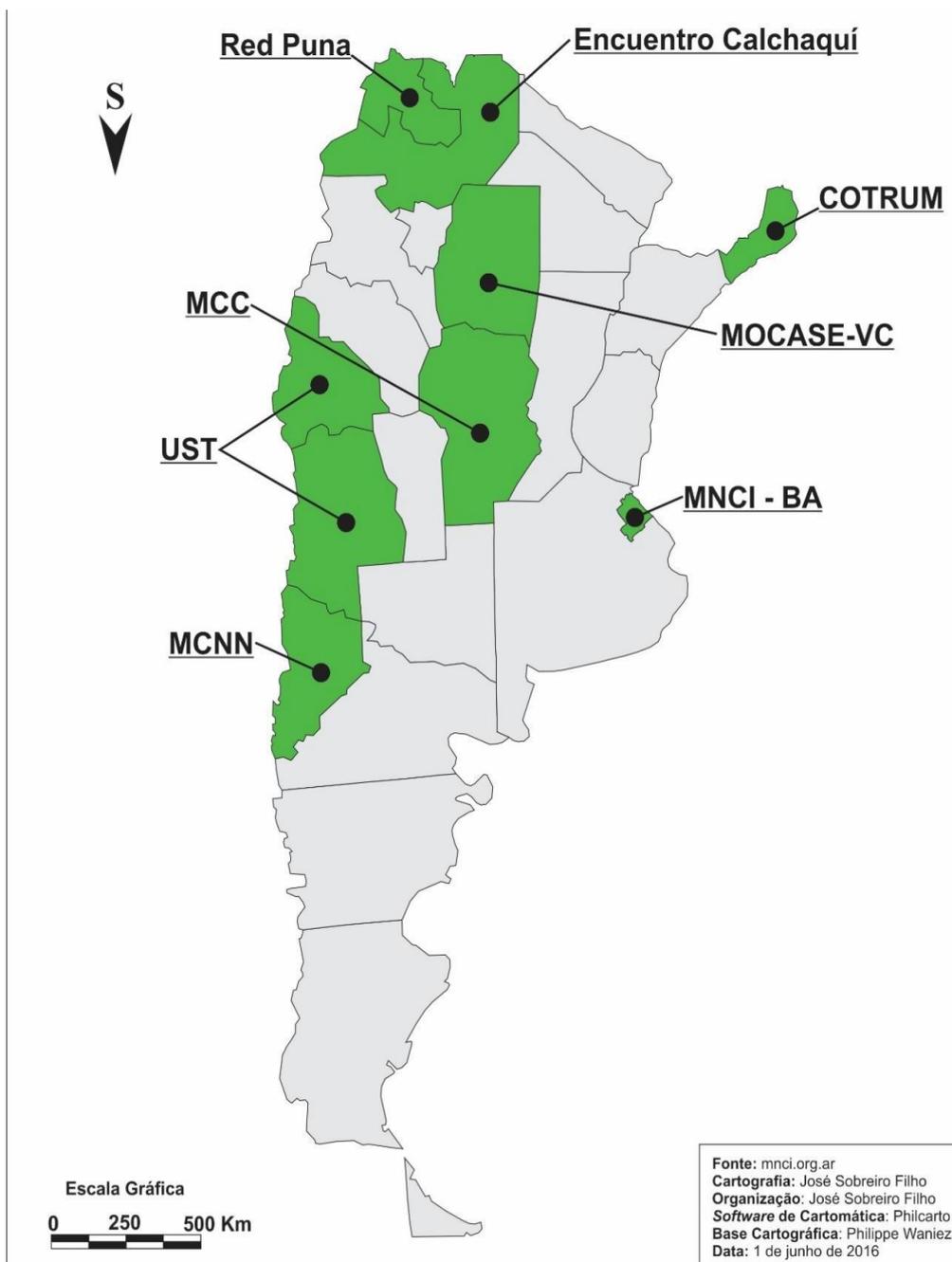
El Movimiento Nacional Campesino Indígena (MNCI) somos hombres y mujeres, jóvenes, viejos y niños organizados.

Empezamos desde abajo. En la lucha nos hicimos compañeros. Desarrollamos la lucha por nuestro territorio, por el agua, por las semillas criollas, por nuestro trabajo. Marchamos con alegría siempre.

Nacimos en selvas, quebradas y montañas. También nacimos en las ciudades. Somos todos parte de la tierra, porque sentimos que la tierra no tiene dueños. Trabajamos cuidando la naturaleza porque que nos da los alimentos, las plantas que nos protegen la salud, los ranchos, las herramientas.

Como movimiento nacional también construimos nuestras luchas con la Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo (CLOC) y en todo el mundo con la Vía Campesina (MNCI, S/D, p. 1).

Mapa 1: Argentina – Movimiento Nacional Campesino Indígena - Espaços



Fonte: org. pelo autor, 2016

Deste modo, diante de uma ampla diversidade de movimentos/organizações que compõem o MNCI, tem-se a criação de propostas que por si mesmas expressam a multiplicidade, dentre elas:

- *Lograr una reforma Agraria integral que abarque transformaciones económicas, políticas y culturales;*
- *Exigir leyes que contemplan la realidad campesina indígena;*

- *Que el Estado garantice el acceso y la función social de la tierra. Eso se puede realizar redistribuyendo las tierras improductivas entre las familias que la necesitan;*
- *Fortalecer las organizaciones y generar nuevas;*
- *Que el Estado y sus instituciones reconozcan a las organizaciones populares como actores prioritarios para el desarrollo de políticas públicas;*
- *Formar docentes campesinos indígenas y barriales y tener una Universidad que revalorice y contemple los saberes populares. (MNCI, S/D, p. 8)*

Direito a alimentação dos povos, dignidade, democratização são entendidos como parte do que se compreende por soberania alimentar. A agricultura camponesa, embasada em vínculos comunais, é tida como um dos caminhos para essa construção, mas tendo a atuação de um Estado que vise a proteção e fortalecimento da economia. A questão da titulação da terra é relevante e trás forte defesa de que não seja para negócio, mas para trabalho e, portanto, deve ser vista como um direito fundamental alcançado através da Reforma Agrária. Além da democratização de água e terra desde uma função social, também se defende a criação de sistemas de comercialização de alimentos, créditos, educação do campo, saúde e participação ativa nos projetos de Ordenamento territorial.

Suas propostas são produtos das trocas de experiências e construções coletivas e muitas características ainda estão fundamentadas no Primeiro Encontro do MNCI e em outros espaços de convergências como a Via Campesina e a CLOC, especialmente porque são organizações internacionais de referência (DESMARAIS, 2013; RIBEIRO, 2016). Em outras palavras, isso quer dizer que além de uma expressão da tessitura em rede também há uma forte influência de outras escalas e movimentos trans/multi-escalares que se traduzem de diferentes formas desde a articulação até a eleição de pautas centrais também defendidas pela Via Campesina e CLOC.

A participação nestes espaços é ainda mais nítida no tocante à própria composição dos mesmos em termos de participação efetiva enquanto Secretaria Operativa da CLOC¹⁴, visto que a secretaria ocupa um importante papel de resistência e tem como objetivo construir o socialismo no século XXI através das pautas: reforma agrária integral, soberania alimentar e construção dos socialismo comunitário na América Latina. Tal fato denota que o cruzamento de críticas e pautas tem seu substrato tanto num projeto único internacional denominado socialismo comunitário na América Latina quanto na definição identitária do movimento que, por sua vez, compreende uma perspectiva campesino-indígena internacional. Ademais, a composição de tal responsabilidade no bojo de um movimento com reticularidade em quase toda a América Latina também expressa o reconhecimento alcançado pelo próprio MNCI:

"Asumir la Secretaría Operativa significa un reconocimiento al crecimiento del MNCI y a las conquistas alcanzadas en la Argentina, en cuanto a que el

¹⁴ A secretaria foi assumida por Diego Montón (UST-MNCI) e Deolinda Carizzo (MOCASE-VC-MNCI).

campesinado salió del anonimato y se insertó en la discusión del modelo agropecuario. Pero también implica el enorme desafío de lograr articular todas las acciones de resistencia en América latina frente a la ofensiva de las transnacionales; así como acompañar a las comunidades que son agredidas, para darle visibilidad a la violación de derechos humanos de campesinos en toda la región", dijo a LA NACION Diego Montón, integrante del MNCI. Añadió que será tarea de MNCI coordinar el trabajo para "detener el acaparamiento de tierras en el continente y sentar las bases para construir la soberanía alimentaria" (LA NACION, 2013, p. 1)¹⁵.

A própria articulação também demanda posicionamentos e maior compreensão e intercâmbio sobre os processos que passam em outros espaços e territórios, especialmente diante do desafio de contribuir para a construção de condições para o socialismo na América Latina (DIACRONICA, 2013, p. 1). Também vale destacar que o MNCI passou a realizar suas atividades e a pensar os planos de ações reticulares a partir de múltiplos contextos em prol do desafio de “*globalizar la solidaridad*”, além de soberania alimentar e Reforma Agrária e, conseqüentemente, enfrentar as múltiplas ofensivas em ampla escala.

A atividade da secretaria operativa alterou o MNCI, especialmente pelo maior conhecimento de processos, fatos e elementos políticos. O seu discurso e lógica passou a compreender uma perspectiva voltada, sobretudo, para a escala identitária latina, destacando: a multiplicidade de povos; as violências; os governos; a unidade latino-americana; articulação das lutas; as empresas transnacionais; as disputas por territórios e bens naturais; os povos camponeses e indígenas compreendidos como obstáculos para o modelo de desenvolvimento do capital; articulação; produção e difusão de informações de luta e resistência.

Outro exemplo de como a lógica-racionalidade espaço-temporal e reticular se expressam em escalas que se entrecruzam e apresentam-se enquanto uma necessidade evolutiva da própria luta, conforme apontamos anteriormente no tocante à Via Campesina e CLOC, expressa-se no próprio modelo econômico que não se prende às clivagens construídas pelas escalas locais, estaduais e nacionais:

“A reflexão que fazemos de 2009 para cá é de um contexto onde as lutas nacionais tem limites. E a liberação dos povos por meio de uma ofensiva popular depende da capacidade de se unir em nível continental. O modelo econômico mantém o nosso continente subordinado, e se não pensarmos em articular uma ofensiva de lutas populares integradas, podemos retroceder facilmente. Estamos em uma etapa em que os processos nacionais são importantes, mas temos que encontrar os mecanismos para que tenham uma coordenação à nível continental, e a CLOC-Via Campesina pode ser uma das ferramentas que nos permita isso” (CLOC-VIACAMPESINA.NET, 2014, p. 2-3).

Contudo, tal articulação também não se desprende do princípio popular (*desde abajo*) do MNCI e muito menos está encarcerada às suas próprias organizações. Pelo

¹⁵ Disponível em www.lanacion.com.ar/1565322encuentrodeorganizacionescampesinasdeamericalatina

contrário, as comunidades e organizações, em uma perspectiva que valoriza a diversidade, que o compõe são a base de todo o processo em desenvolvimento. Assim, o movimento prostra-se aberto à soma e intercâmbio para com demais organizações:

“Desde nuestras comunidades y organizaciones venimos de una historia de resistencia activa y lucha sistemática contra este modelo que nos excluye y que pretende transformarnos en postales del pasado como signo del atraso. Sin embargo estamos convencidos de que nuestras comunidades son la reserva moral y ética de nuestro pueblo, y que nuestros sistemas productivos son mas sabios y humanos que los que pretenden imponer hegemonicamente.

Luchamos por la dignidad de permanecer en el campo, trabajando nuestra tierra, luchamos por la vuelta a la tierra de las familias que hoy son excluidas. Luchamos por La Reforma Agraria Integral y la Soberanía Alimentaria.

Porque apostamos a la diversidad como una fortaleza, invitamos a las organizaciones campesinas e indígenas de base, locales, territoriales o provinciales a participar de este encuentro de manera de intercambiar la realidad de cada lugar, a reflexionar sobre nuestras experiencias y prácticas y debatir sobre el camino a seguir para la construcción de la Reforma Agraria y la Soberanía Alimentaria, como elementos indispensables para transformar nuestra sociedad en una sociedad mas justa, con una verdadera distribución de la riqueza que consolide la paz social” (ARGENTINA.INDYMEDIA, 2006, p. 2)¹⁶.

Assim como a Via Campesina, a CLOC, o MST e demais movimentos/organizações socioterritoriais, o agronegócio, por sua “racionalidade” desumana, força e capilaridade com as encasteladas instituições estatais e organizações do capital, se constitui como um ponto importante para a diferenciação da identidade e propostas para a produção do espaço campesino-indígena do MNCI.

Podemos identificar mais claramente tal contexto de dois modos objetivos, sendo o primeiro os privilégios ofertados pelo Estado para o agronegócio que se expressam em subsídios, e o segundo na efetivação do primeiro em detrimento dos povos campesino-indígenas que não tem espaço com participação real (leia-se *desde abajo*) para a elaboração e usufruto de seus direitos, ou seja, política pública popular de desenvolvimento territorial.

Todavía, a problemática não se restringe à desigualdade, mas ao(s) processo(s) que a mesma gera. Em termos objetivos, podemos observar nitidamente tal fato na crítica relacionada à redução das *retenciones* visto que podem denotar ameaças aos territórios camponeses e indígenas, sendo assim uma consequência eminentemente territorial para as classes menos abastadas. Assim, passam também contradições viscerais nos espaços de organização arregimentado pelo próprio governo:

El modelo que la Mesa de Enlace es totalmente contradictoria con la vida campesina e indígena. Ellos son nuestros principales enemigos en el territorio porque son quienes con topadoras y guardias armados, con la complicidad de policías y jueces corruptos, intentan despojarnos de nuestras tierras, rocían con venenos desde aviones nuestras comunidades, contaminan nuestras aguadas y explotan a los campesinas e indígenas que deben

¹⁶ Disponível em <http://argentina.indymedia.org/news/2006/10/456432.php>

trabajar como peones en sus campos (*Entrevista concedida ao EcoPortal.net, 2009, p. 5*).

Tais contradições evidenciam que estes espaços governamentais, em sua essência, não reconhecem as perspectivas propostas pelos movimentos populares. Em termos objetivos, pode-se dizer que estas construções hierarquicamente impostas estão fadadas à incompletude se restringem à uma encenação pelo erro banal de assimilar o espaço e, portanto, sujeitos políticos que o são, o produzem-consomem-transformam e são produzidos pelo mesmo.

Ademais, parte importante do movimento deve-se ao fato de que os próprios governos não criam espaços reais de construção popular e sequer diálogos que não configurem novas roupagens de imposições hierárquicas, especialmente com organizações que realizam enfrentamento e resistência territorial material e imaterial perante o capital e, especificamente, o agronegócio. Em outras palavras, tal realidade apresenta certa descrença sobre o governo perante a perspectiva e potencial campesino-indígena que se verte desde o desprezo político e a falta de diálogo até o incentivo mais firme ao capital em detrimento dos territórios populares e das políticas públicas de desenvolvimento para os mesmos que vão além do caráter paliativo:

También contamos con proyectos de ley concretos sobre problemáticas campesinas indígenas, redistribución de tierras basada en la reforma agraria integral, iniciativas productivas comunitarias, desarrollo local y economía social, educación y salud para el sector. Contamos con experiencias concretas de tecnologías renovables, escuelas de agroecología y producción de alimentos sanos. Pero son propuestas no escuchadas por medios de comunicación y clase política (*ECO PORTAL.net, 2009, p. 9*).

Por fim, o MNCI representa uma estrutura reticular complexa e territorialmente diversa (nacional e internacionalmente), portanto, também goza de um vasto referencial de experiências e debates políticos que compõe sua base lógica na racionalização dos espaço(s)-tempo(s). Seus territórios compartilham semelhanças e diferenças em distintas dimensões (econômica, cultural, social, ambiental e política). As diferenças enriquecem o debate, a identidade, o modo de se fazer política e os territórios. As semelhanças lhes garantem os vínculos, as trocas, a solidariedade, a continuidade etc.

Considerações finais

A organização de um movimento em escala nacional contribuiu para dar visibilidade, embasada em unidades comuns e conferindo força política à respectiva identidade, fato que também desvelou ao longo dos anos as escalas de atuação e organização como instrumentos políticos importantes, especialmente face ao neoliberalismo e ao imperialismo. Isso quer dizer

que a racionalidade escalar possibilitou um novo modo de se fazer a política contenciosa e produzir espaços e territórios. Além disso, tal organização também evidencia uma forma de buscar criar soluções nacionais para os atingidos, bem como denunciar as violências que sofrem e os conflitos que os envolvem do local ao global.

Mas o MNCI deu início não somente à visibilização do campesinato em escala nacional, mas também ao fortalecimento das articulações, na formação política crítica e na difusão das tecnologias e saberes camponeses e indígenas. Os saberes tradicionais, as técnicas e tecnologias desenvolvidas em seus territórios articulados foram se interseccionando por meio de intercâmbios de diferentes experiências marcadas pela solidariedade, da luta à produção e formação, mas sempre em espaços de resistência local e global.

É fundamental reconhecer que o MNCI marcou o início de uma representatividade forte e protagonista também no bojo das redes de resistência na América Latina e no mundo, capaz de apresentar elementos para formular a crítica nacional e pluriterritorial à Questão Agrária Argentina e latino-americana. Parcela relevante da integração da Argentina nas agendas globais de luta devem-se ao MNCI, uma vez que é competente para operar em distintas escalas e com agendas articuladas. Essa característica decorre, em boa parte, de sua composição por outros movimentos socioterritoriais e, por sua vez, atribui uma agenda complexa à formação do MNCI, fato que o torna peculiar.

A formação do MNCI é fruto de um processo permanente de intercâmbio de reflexões, debates e práticas coletivas que se desenvolvem no transcorrer de diferentes temporalidades e espacialidades. Da mesma forma que as técnicas, lastreadas em diferentes temporalidades e espacialidades, são desigualmente distribuídas no espaço, as ações, os processos e as estruturas e formas de socialização política são também expressões das relações abissais.

Outro aspecto digno de nota trata-se do amplo sentido (material e imaterial) conferido ao território, que, por sua vez, expressa desde a recuperação e uso de sementes crioulas e a luta por uma educação camponesa-indígena até a posse da terra “para quem nela trabalha”, construção de mercados justos, políticas públicas etc. Ademais, no próprio sentido material, assim como no imaterial, a compreensão de território do MNCI é multidimensional (política, social, cultural, ambiental e econômica), ou seja, não se restringindo à noção econômica comumente tida como sinônimo de uma lógica pecuniária sobre ele e os bens comuns. Outro ponto a se considerar é que o sentido de território também é mútuo e amplo porque mescla identidade(s) que dependendo do contexto temporo-espacial é camponesa, indígena ou camponesa-indígena juntamente com as especificidades espaço-temporais tal como podemos observar em casos de transumância, ocupações tradicionais e campos comunitários. Por fim, ainda caber destacar que, embora seja uma articulação nacional, o

MNCI não busca a homogeneização. Pelo contrário, sua existência tem valorizado a composição espacial heterogênea e a diversidade das posicionalidades socioespaciais ao passo em que realiza a identificação de problemas e conflitos comuns, bem como a luta pautada em um projeto múltiplo e comunitário.

Referências

ANDRADE, M. C. **As tentativas de organização das massas rurais – As Ligas Camponesas e a sindicalização dos trabalhadores do campo (1963)**. In: Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas. Vol. 1. (Org) Clifford Andrew Welch... et al. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

ANDRADE, M. C. **Lutas camponesas no Nordeste**. Editora Ática: São Paulo, 1986.

CASTRO, J. **Sete palmas de terra e um caixão: ensaio sobre o Nordeste, área explosiva**. São Paulo: Brasiliense, 1967.

FERNANDES, B. M. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: Formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST 1979-1999**. 1999. 326 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

_____. **Entrando nos territórios do Território**. In Campesinato e territórios em disputa. PAULINO, Eliane Tomiase; FABRINI, João Edmilson. São Paulo. p. 273-301. Expressão Popular, 2008.

_____. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais**. Revista NERA, Presidente Prudente, ano 8, n. 6, p. 14-34, jan-jun. 2005.

_____. **Sobre a tipologia de territórios**. In. SAQUET, Aurélio Marcos; SPOSITO, Eliseu Savério. Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo. p. 197-215. Expressão Popular, 2009

_____. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. In: Luta pela Terra: Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil. Antônio Márcio Buainain (Editor). Editora Unicamp. Campinas, 2009.

MARTIN, J. Y. **A geograficidade dos movimentos socioespaciais**. Caderno Prudentino de Geografia, v. 1, 2. 19, p. 26-40, nov. de 1997.

MNCI. **¿Quiénes somos el Movimiento Nacional Campesino Indígena?**. Sem Data.

MOCASE VC. **Memorias de los Orígenes de la central campesina de Pinto**. Santiago del Estero, 2010.

_____. **Memorias de los Orígenes de la central de pequeños productores Ashpa Sumaj**. Santiago del Estero, 2012.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008^a.

SOBREIRO FILHO, J. **Movimentos socioespaciais, socioterritoriais, manifestações e as redes sociais: das manifestações internacionais ao Movimento Passe Livre-SP**. GeoGraphos, Alicante, v. 6, n. 73, p. 1-29, 2015b.

_____. **O movimento em pedaços e os pedaços em movimento em pedaços: Da ocupação do Pontal do Paranapanema à dissensão dos movimentos socioterritoriais camponeses.** 546 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2013a.

SOUZA, M. L. A “Nova Geração de Movimentos Sociais Urbanos – E a Nova Onda de Interesse Acadêmico Pelo Assunto. **Revista Cidades**, Presidente Prudente, Vol. 6, n, 9, 2009.

SOUZA, M. L. & RODRIGUES, G. B. **Planejamento urbano e ativismos sociais.** São Paulo: Editora da Unesp, 2004.

SOUZA, M. L. “**Território**” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental”. In. SAQUET, Aurélio Marcos; SPOSITO, Eliseu Savério. Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo. p. 57-72. Expressão Popular, 2009

SOUZA, M. L. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento.** In CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. Geografia: Conceitos e Temas, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

UST. **Tierra, agua y justicia. Uma historia de lucha campesina en Mendoza.** Buenos Aires: El Colectivo, 2012.

Sobre o autor

José Sobreiro Filho – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente. Professora da Universidade Federal do Pará (UFPA), campus de Ananindeua. **OrCID** – <https://orcid.org/0000-0002-4323-1314>

Como citar este artigo

SOBREIRO FILHO, José. Quando nasce uma mãe e sua luta por todos: breve análise sobre a formação do Movimento Nacional Campesino Indígena (MNCI) na Argentina. **Revista NERA**, v. 24, n. 57, p. 104-126, Dossiê I ELAMSS, 2021.

Recebido para publicação em 27 de julho de 2020.
Devolvido para a revisão em 07 de setembro de 2021.
Aceito para a publicação em 26 de outubro de 2021.

Mobilizações a favor e contra a Reserva Extrativista do Litoral Sul de Sergipe¹

Dalva Maria da Mota

Embrapa Amazônia Oriental (CPATU) – Belém, Pará, Brasil.
e-mail: dalva.mota@embrapa.br

Amintas da Silva Júnior

Universidade Federal do Sul e do Sudeste do Pará (UNIFESSPA) – Marabá, Pará, Brasil.
e-mail: amintas.silvajr@gmail.com

Heribert Schmitz

Universidade Federal do Pará (UFPA) – Belém, Pará, Brasil.
e-mail: heri@zedat.fu-berlin.de

Resumo

O artigo trata da participação do Movimento das Catadoras de Mangaba (MCM) no processo de mobilização para a demarcação da Reserva Extrativista (Resex) Litoral Sul de Sergipe. Muito embora a garantia de acesso aos recursos naturais fosse uma demanda histórica do MCM e a Resex sinalizasse para tal, a mobilização não se constituiu em unanimidade no Movimento. Assim, o objetivo do artigo foi analisar consensos e dissensos no processo de mobilização para a criação da Resex entre as catadoras de mangaba. A pesquisa deu-se com abordagem predominantemente qualitativa por meio de observações e entrevistas com catadoras de mangaba e seus aliados nos quatro municípios a serem alcançados pela Resex entre 2007 a 2019. As principais conclusões mostram que: i) para as catadoras favoráveis, a Resex representava a garantia de acesso aos recursos e regras mais rígidas para a conservação; ii) para as catadoras contrárias, representava um conjunto de incertezas com risco de perder bens possuídos; iii) o MCM esteve em eventos públicos e constituiu aliados, mas não conseguiu construir localmente uma base de apoio “para dentro” entre as catadoras; e iv) outros atores (internos e externos) jogaram com a ideia do “atraso” que a Resex representava e com mecanismos de coerção para inibir grupos de catadoras.

Palavras-chave: Resex; catadoras de mangaba; Movimento das Catadoras de Mangaba; conflitos.

Mobilizations for and against the *Reserva Extrativista Litoral Sul* of Sergipe

Abstract

The article discusses the participation of the Mangaba Gatherer Women’s Movement (MCM) during the mobilization process for the demarcation of the *Reserva Extrativista (Resex) Litoral Sul de Sergipe*. Although guaranteeing access to natural resources was one of MCM’s historical demands and the Resex could potentially provide this, mobilization was not unanimous to all in the movement. Thus, the objective of this article was to analyze agreements and dissensions within the mobilization process for the creation of the Resex among mangaba collectors. The research survey was predominantly qualitative in its approach and carried out through observations and interviews with mangaba collectors and their allies in the four municipalities to be covered by the Resex between 2007 and 2019. Research shows that: i)

¹ Pesquisa financiada com recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e Universidade Federal do Pará (UFPA).

for collectors who favored the Resex, it guarantee access to resources and stricter rules for conservation; ii) for collectors who opposed the Resex, it represented a set of uncertainties, along with the risk of losing their assets and possessions; iii) the MCM was at public events and constituted allies, but was unable to build local "insider" support base among collectors; and iv) other actors (internal and external) played with the idea of the Resex represented "backwardness" inherent with coercion mechanisms to inhibit mangaba collector groups.

Keywords: Resex; Mangaba gatherers women; Mangaba Gatherer Women's Movement; conflicts.

Mobilizaciones a favor y en contra de la Reserva Extractivista Litoral Sur de Sergipe

Resumen

El artículo aborda la participación del Movimiento de Mujeres Recolectoras de Mangaba (MCM) en el proceso de movilización para la demarcación de la Reserva Extractivista (Resex) Litoral Sur de Sergipe. Aunque garantizar el acceso a los recursos naturales fue una exigencia histórica del MCM y la Resex así lo señalaba, la movilización no fue unánime en el movimiento. Así pues, el objetivo del artículo fue analizar el consenso y las disensiones en el proceso de movilización para la creación de la Resex entre las recolectoras de mangaba. El enfoque de la encuesta fue predominantemente cualitativo, mediante observaciones y entrevistas con recolectoras de mangaba y sus aliados en las cuatro municipalidades a las que llegará la Resex entre 2007 y 2019. Las principales conclusiones muestran que: i) para las recolectoras favorables, la Resex representaba la garantía de acceso a los recursos y reglas más estrictas para la conservación; ii) para las recolectoras contrarias, la Resex representaba un conjunto de incertidumbres con el riesgo de perder los activos poseídos; iii) MCM estuvo en eventos públicos y constituyó aliados, pero no pudo construir una base local de apoyo entre las recolectoras; y iv) otros actores (internos y externos) defendieron la idea de limitación al desarrollo local que representaba la Resex y utilizaron mecanismos de coerción para inhibir a los grupos de recolectoras.

Palabras clave: Resex; recolectoras de mangaba; Movimiento de Mujeres Recolectoras de Mangaba; conflictos.

Introdução

Nas duas últimas décadas, o processo de ocupação do litoral sul de Sergipe foi intensificado com a construção da Rodovia Linha Verde (BA-099), entre o estado e a Bahia, cujas consequências incidiram na intensificação do turismo, da carcinicultura, da especulação imobiliária e da agricultura de monoculturas (eucalipto, cana-de-açúcar e coco), mediante rodovias asfaltadas e infraestruturas que acarretam na crescente privatização dos recursos naturais (MOTA; PEREIRA, 2008).

Com tal privatização de parte dos recursos naturais por atores externos, os habitantes da região foram constringidos nas suas práticas consuetudinárias de acesso aos recursos dos quais dependiam para sobreviver por meio do extrativismo animal e vegetal. Nesse processo, as mulheres extrativistas foram um dos grupos mais afetados, quer seja pela diminuição da oferta de frutas e fibras outrora coletadas, quer seja pela escassez dos

crustáceos e moluscos, intensificada pela concorrência e pelos desequilíbrios ambientais. Essas mulheres autodesignadas catadoras de mangaba são predominantemente pobres e negras, sem acesso à terra e com baixa escolaridade. “Pobreza” (como também “riqueza”) é um termo que serve “[...] à descrição necessária e a avaliação analítica de situações de propriedade, ativos e rendimentos numa sociedade” (BUTTERWEGE, 2020, p. 11). Em relação às catadoras, significa uma “[...] privação, que pode ser somente material ou incluir elementos de ordem cultural e social, em face dos recursos disponíveis de uma pessoa ou família. Essa privação pode ser de natureza absoluta, relativa ou subjetiva” (KAGEYAMA; HOFFMANN, 2006, p. 80).

As catadoras de mangaba desenvolvem simultaneamente diversas atividades, em áreas de terra firme, mangues e rios, motivo pelo qual também se reconhecem como marisqueiras e pescadoras artesanais. A partir de 2007, com o apoio de um grupo de pesquisadores da Embrapa e seus parceiros, essas extrativistas desenvolveram iniciativas para lograr o reconhecimento e fundaram o Movimento das Catadoras de Mangaba (MCM), no mesmo ano. Com o apoio de uma parlamentar conquistaram o reconhecimento como um grupo cultural diferenciado por meio da Lei nº 7.082 de 16/12/2010.

Interessa-nos neste artigo analisar como o MCM atuou em um processo de mobilização já em curso desde 2005, para a criação da Reserva Extrativista (Resex) Litoral Sul de Sergipe. Crescentemente confrontadas com a devastação dos recursos dos quais dependiam para sobreviver, lideranças do movimento viram na Resex a possibilidade de garantir o acesso ao território. Não obstante, um grupo de catadoras de mangaba se opôs e divergências pontuaram as suas ações no MCM – organização recém-fundada e ainda com pouca experiência e adesão das bases àquele processo de mobilização.

A reivindicação formal das catadoras de mangaba pela garantia de acesso aos recursos naturais é historicamente recente. Em 2007, no I Encontro das Catadoras de Mangaba, em Aracaju (SE), organizado pela Embrapa e seus parceiros, no contexto nacional de efervescência quanto ao reconhecimento de grupos sociais portadores de identidades coletivas vinculadas a territórios e ao uso comum de recursos naturais, a pauta central foi a “Garantia de livre acesso às áreas de mangabeiras – compra de áreas nativas pelo governo e direito das catadoras catarem mangaba onde sempre cataram” (MOTA et al., 2007, p. 58). A reivindicação foi inspirada em uma liderança do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), que relatou no encontro como se deu a conquista ao acesso livre às palmeiras em um município do Maranhão. Em 2009, no II Encontro das Catadoras de Mangaba, também realizado em Aracaju, o acesso à terra em áreas remanescentes de mangabeira persistiu como uma demanda importante, entre outras, muito embora já se evidenciasse uma reação de proprietários de terra por meio do corte de mangabeiras e cercamento de áreas nas quais, anteriormente, era permitida a coleta de frutos. Eles temiam

a desapropriação mediante a mobilização e a visibilidade das catadoras de mangaba desde o I Encontro. A reação foi expressa também pela presença de alguns proprietários no evento juntamente com catadoras com as quais tinham algum tipo de relação de parentesco, vizinhança, favor ou trabalho.

Já nos III e IV Encontros em 2013 e 2015, respectivamente, a questão do acesso livre às mangabeiras perdeu centralidade em decorrência, por um lado, da mudança do perfil das catadoras participantes, das sucessivas frustrações quanto à desapropriação de áreas² e da decepção com o mundo jurídico (CREA-SE, 2015; MOTA et al., 2016; SCHMITZ et al., 2011). Por outro, pelas novas alianças com mediadores que viabilizaram a agregação de valor à mangaba em cinco grupos com financiamento pela Petrobras³ e com ações concretas na implantação de pequenas fábricas para a produção (balas, bolos, biscoitos, cocadas, trufas, licores, dentre outros), comercialização (embalagens padronizadas e local para vender os produtos), publicidade e aquisição de veículo.

Nesse contexto, a mobilização pela Resex não se constituiu em unanimidade no recém-criado MCM. Considerando as divergências, o objetivo do artigo é analisar consensos e dissensos no processo de mobilização para a criação da Resex Litoral Sul de Sergipe entre as catadoras de mangaba, compreendidas enquanto movimento socioterritorial, e seus aliados. Para além do caso em análise, pretendemos contribuir para o debate que traz como pressuposto um possível consenso no processo de mobilização entre “interesses” econômicos, ecológicos e sociais, abstraindo dessas dimensões as relações de poder que, de fato, permeiam a dinâmica dos processos sociais (ZHOURI, 2008, p. 97)⁴. Há gerações, as catadoras se apropriam do espaço sobre o qual projetam suas necessidades, marcando-o com suas práticas produtivas e impregnando-o com sua cultura (COSTA, 1988). Ao fazê-lo, mobilizam recursos que somente se concretizam enquanto tal mediante relações de poder inscritas no campo político por intermédio da produção (RAFFESTIN, 1993). Em decorrência, estas mulheres têm sido, historicamente, protagonistas do processo de constituição dos territórios litorâneos do estado de Sergipe, funcionais como todo território, mas simultânea e obrigatoriamente, simbólicos, pois se as relações de poder dizem respeito à realização de funções no espaço, estas são indissociáveis da produção de significados (HAESBAERT, 2007).

² Iniciativa frustrada quanto a uma desapropriação ocorreu no Sítio São José do Arrebancado com cerca de 160 ha de área tradicional de coleta no município de Barra dos Coqueiros, SE. Em 2018, a Prefeitura do mesmo município doou 3,4 ha para o uso coletivo das catadoras.

³ Projeto Catadoras de Mangaba, gerando renda e tecendo vida em Sergipe - Fases I e II, entre os anos de 2010 e 2015, financiado pela Petrobras e coordenado pela Universidade Federal de Sergipe.

⁴ A autora trata da questão da “governança”, que remete à ideia de “gestão”, para problematizar o aparente consenso que existe no debate sobre o desenvolvimento sustentável. Acompanhamos a leitura crítica que faz da ideia subjacente ao termo para focar no processo de mobilização que constitui o cerne deste artigo. Cabe ressaltar que Fernandes (2008) também aponta para os limites das acepções de território ancoradas nesta ideia.

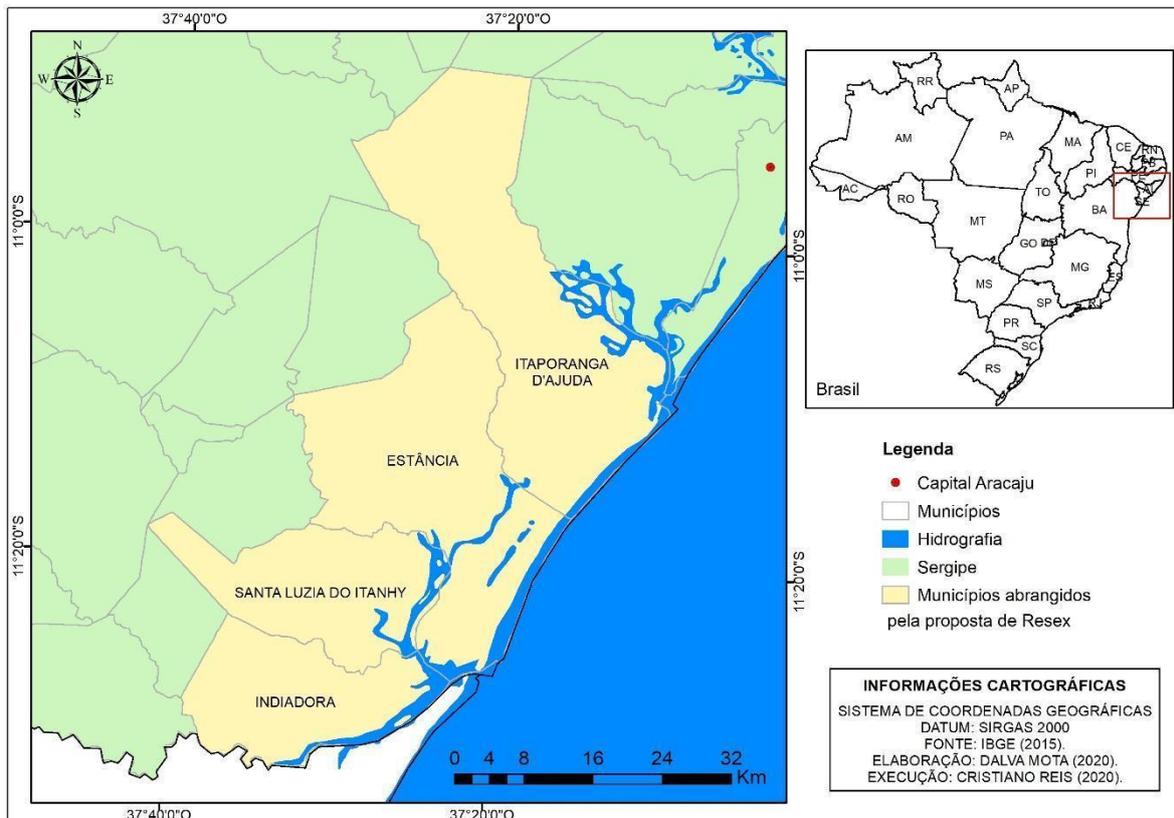
A pesquisa privilegiou as catadoras de mangaba, mas também envolveu técnicos, representantes de outros movimentos e organizações sociais e lideranças comunitárias. O trabalho de campo foi realizado nos municípios de Indiaroba, Itaporanga d'Ajuda, Santa Luzia do Itanhý e Estância (Figura 1), entre 2007 e 2019, por meio de entrevistas com 50 envolvidos no processo de mobilização; observações dos quatro encontros estaduais, eventos de capacitação e audiências públicas; e análise de publicações técnicas e científicas.

O artigo está estruturado em nove partes: i) Introdução; ii) Resex: o fruto das lutas socioterritoriais dos seringueiros; iii) Resex: finalidades e alcances; iv) Resex Litoral Sul de Sergipe: sonho recente; v) Diferentes mobilizações em torno da criação da Resex Litoral Sul de Sergipe; vi) Os envolvidos no processo de debate e ação; vii) Situação em 2017: processo arquivado!; viii) Considerações finais; ix) Referências e Agradecimentos.

Resex: o fruto das lutas socioterritoriais dos seringueiros

Movimentos socioespaciais são o que se convencionou denominar, coloquialmente e no âmbito de algumas ciências humanas, movimentos sociais. A partir da observância da variável espacial na ação social desses movimentos, geógrafos propuseram o referido epíteto. Todo movimento social carrega consigo, intrinsecamente, uma espacialização, decorrente da ação política que busca transformar a realidade (FERNANDES, 2005). Entretanto, somente quando uma organização tem como objetivo introduzir novas formas de apropriação e uso dos territórios, instaurando uma nova territorialidade, emerge um movimento socioterritorial (PEDON, 2009). Para Fernandes (2005), a transformação dos espaços em territórios pelos movimentos envolve territorialização, desterritorialização e reterritorialização em um contexto marcado pela conflitualidade, no qual múltiplas identidades territoriais são acionadas, constituindo-se assim uma pluriterritorialidade.

Figura 1: Localização dos municípios no raio da influência da Resex Litoral Sul de Sergipe.



Fonte: Org. pelos autores.

Embora a ocupação de terras ou edifícios seja, pela evidência paisagística, a estratégia territorial por excelência, não é a única. Enquanto confrontavam as investidas territoriais de empresários antagonistas, por meio dos empates, os seringueiros estabeleceram alianças com atores em diversas escalas e esferas de atuação sociopolítica, buscando angariar apoio às reivindicações de legitimação estatal de seu modo de vida. Diante da sistemática reconcentração de terras em áreas de reforma agrária durante as décadas de 1970 e de 1980, sindicalistas seringueiros propuseram como solução para aquela disputa, iminente territorial, imitar o exemplo das reservas indígenas, inalienáveis porque parte do patrimônio nacional (ALMEIDA; ALLEGRETTI; POSTIGO, 2018).

O histórico de mobilização pelas Resex mostra um “[...] processo pelo qual um ator coletivo reúne e organiza os seus recursos para a promoção de um objetivo comum contra a resistência de grupos contrários a esse objetivo” (MELUCCI, 1996, p. 289). A mobilização está diretamente ligada a um processo de resistência em um conflito socioterritorial, cerne da militância dos seringueiros na Amazônia brasileira iniciada em meados da década de 1970, quando o extrativismo emergiu como um dos temas de um debate mais amplo, e que então se renovava, sobre o destino das florestas tropicais. Liderados por Chico Mendes, as lutas dos seringueiros assumiram dimensões nacionais e internacionais a partir da década de 1980,

quando se apropriaram do discurso ambientalista e atrelaram os requisitos de sua sobrevivência enquanto trabalhadores às vantagens do uso predominantemente extrativo da floresta (DRUMMOND, 1996).

É no transcurso desse debate que as Resex surgem como proposta de uso sustentável e conservação de recursos naturais. Para Allegretti (1989), as Resex permitem a regularização fundiária de áreas historicamente ocupadas por populações que utilizam produtos florestais para consumo e comercialização, com pouca ou nenhuma alteração do ecossistema. Ao propô-las como política de Estado, os seringueiros pretendiam que as terras nas Resex fossem da União, com o usufruto cedido aos trabalhadores extrativistas (GRZYBOWSKI, 1989).

Como nos permite interpretar Almeida (2004, p. 48), a ação não se resumiu à transformação da sociedade dos seringais, “[...] constituindo a um só tempo a destruição acelerada das condições de vida anteriores e os meios para resistir à proletarização forçada” e “se tornar, antes de tudo cidadãos, políticos, gerentes de associação, professores e pesquisadores”. Ou seja, galgar a posição almejada nos meandros do que permite a condição de cidadania.

A partir desse marco, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco babaçu, ribeirinhos, quilombolas e povos indígenas protagonizaram, por meio de mobilizações políticas e reivindicações diversas, um processo social e identitário pelo qual diversos setores da sociedade reconheceram que a “natureza” não pode mais ser separada dos agentes sociais e povos que dela fazem uso regular. Identidades coletivas de base étnica ou referidas a recursos de uso comum, consubstanciadas em movimentos socioterritoriais, conquistaram reconhecimento jurídico-formal da diversidade social na qual se inserem e dos direitos territoriais específicos daí decorrentes (ALMEIDA, 2008).

As lutas empreendidas pelos extrativistas culminaram na criação da figura jurídica da Resex em 1990. O decreto que criou a Resex do Alto Juruá, primeira do país, é do mesmo ano (ALMEIDA et al., 2002). Em 2000, as Resex passaram a integrar o Grupo das Unidades de Conservação de Uso Sustentável, a partir da criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

A instituição da figura jurídica das Resex e sua implementação representaram a principal conquista dos movimentos de trabalhadores extrativistas. Essa categoria de Unidade de Conservação (UC) se contrapõe a um modelo de desenvolvimento que valoriza a propriedade individual da terra para fins de acumulação de capital em detrimento da propriedade e uso coletivos (CUNHA; LOUREIRO, 2009). Além disso, as Resex evidenciam o reconhecimento formal por parte do Estado da territorialidade dos extrativistas, transformando uma realidade consuetudinária em realidade legal (LITTLE, 2002).

Diante da ameaça de perda do controle sobre seus territórios, os seringueiros, proletários submetidos ao aviamiento recém-convertidos em camponeses (ALMEIDA, 2004), vivenciando um contexto de precária legitimação jurídica de sua territorialidade, enfrentaram a condição de subalternidade construindo uma identidade territorial tão forte quanto a funcionalidade inerente às suas estratégias de manejo de recursos materiais (HAESBAERT, 2007). Sua territorialidade, caracterizada por uma dimensão simbólica que ampliava a experiência vivida do território, foi condição imprescindível para efetivá-lo em termos legais por meio das Resex, em exemplo que seria seguido posteriormente por outras populações extrativistas, como as quebradeiras de coco babaçu no Maranhão (PORRO, 1994).

Resex: finalidades e alcances

Transcorrido meio século da mobilização inicial dos seringueiros, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e o Instituto Socioambiental (ISA) fizeram um balanço e mostraram que, em 2019, das 27 unidades da federação, há Resex federais e estaduais em 19, sendo a maior parte na Região Norte⁵, embora muitas também tenham sido criadas na Região Nordeste. Das 111 Resex criadas, 89 são florestais e 22 marinhas. Os estados do Pará e Rondônia possuem o maior número (26 e 25, respectivamente). Em oposição, os estados de Rio de Janeiro, Alagoas, Paraíba, Pernambuco, Mato Grosso, Tocantins e Amapá possuem apenas uma Resex cada um. Não possuem esse tipo de UC os estados de Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Paraná, Espírito Santo, Sergipe e Rio Grande do Norte, além do Distrito Federal (ICMBIO, 2019; ISA, 2019).

As primeiras Resex foram criadas em 1990, mas foi no período de 2000 até 2009 que houve maior preocupação do Governo Federal na implantação desse tipo de UC, com a efetivação de 49 Resex.

O auge da destinação de áreas para conservação na história do país aconteceu durante os dois mandatos do presidente Lula, quando foram criadas 77 UCs federais [incluindo as Resex], abrangendo cerca de 26,7 milhões de hectares (ISA, 2016).

Esses resultados estão relacionados às linhas básicas que marcaram a política ambiental brasileira nesse período, no que diz respeito à promoção do desenvolvimento sustentável no aspecto socioeconômico e à participação da sociedade nos processos decisórios, não sendo em vão que a maioria das UCs criadas foram as de uso sustentável (KAGEYAMA; SANTOS, 2012).

⁵Em 1995 e 1996, o Governo de Rondônia implantou 21 Resex em atendimento à luta dos seringueiros e ao Projeto Agropecuário e Florestal de Rondônia (Planaforo), financiado pelo Banco Mundial, para conservar a biodiversidade por meio da criação de UCs (PEDLOWSKI; DALE; MATRICARDI, 1999; RODRIGUES, 2002).

Após três décadas da criação das primeiras Resex, estudos persistem mostrando a importância da demarcação deste tipo de UC. Teisserenc (2016) expressa uma visão otimista das Resex e afirma que:

Assim, o projeto Reserva Extrativista é transformado em um instrumento de política pública, entendido como capaz de responder às exigências do desenvolvimento sustentável de um território com uma rica biodiversidade pela implementação de um regime especial de gestão, apoiado pelos poderes públicos federais objetivando proteger o modo de vida, a cultura e os saberes e práticas das populações extrativistas tradicionais, respeitadas as exigências ambientais (TEISSERENC, 2016, p. 231-232).

Grosso modo, a Resex garante “[...] a proteção de um modo de vida, e não da conservação *in situ* em senso estrito” (GUERRERO; TORRES; CAMARGO, 2011, p. 19). Não obstante a concordância no que tange aos avanços, os autores apontam que a gestão implica em inúmeros desafios para os atores envolvidos porque exige novas competências nas relações de representação que “[...] põem em xeque suas competências, o significado de seu papel e de suas missões, mas também sua representação do território e sua concepção do funcionamento das instituições” (TEISSERENC, 2016, p. 239).

Críticos contestam este tipo de UC mediante a avaliação das condições de vida dos seus habitantes e questionam “[...] por que o Estado Nacional criou Resex para proteger os recursos ambientais e não para o atendimento de necessidades sociais e produtivas que visem o desenvolvimento humano?” (FREITAS et al., 2018, p. 68). Em contraposição Almeida, Alegretti e Postigo (2018, p. 37) argumentam que:

Reservas Extrativistas é um conceito criado por seringueiros e não por ambientalistas, com o fim de assegurar direitos territoriais e bem-estar de famílias extrativistas – com a salvaguarda dos recursos naturais que servem de base a esse bem-estar.

Importante ponderar que a concepção de Resex é mais ampla do que a conservação tanto na sua origem, quanto na Lei nº 9.985, que instituiu o SNUC. No seu Artigo 18 está registrado que:

A Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade (MMA, 2011, p. 12).

Em estudo recente, Almeida, Alegretti e Postigo (2018) fazem um balanço dos êxitos e entraves das Reservas Extrativistas. A partir de dados de estudos de caso e do Programa de Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite (PRODES), os autores realizaram diferentes análises, dentre as quais, afirmam que as Reservas Extrativistas “[...] contribuem de fato para a manutenção de florestas e redução do desmatamento” (2018, p. 34), além de proporcionarem efeitos positivos sobre a biodiversidade. Indicam também que “o

programa de Reservas Extrativistas significa o reconhecimento de direitos territoriais de ocupantes de territórios tradicionais” (p. 41) e a proteção de terras públicas contra a grilagem e o uso predatório dos recursos naturais. Não obstante, reconhecem que existem entraves decorrentes das regras do SNUC e do próprio ICMBio que “retiram a autoridade e a legitimidade das coletividades locais” ao instituírem a “autoridade absoluta” a jovens “chefes” externos, em um desdobramento contrário à proposta inicial das Resex elaborada pelos seringueiros, fortemente alicerçada na autogestão comunitária (CUNHA; LOUREIRO, 2009).

Mesmo que reconheçamos os “entraves” e a “ausência de recursos para implementar programas de educação, saúde e desenvolvimento econômico” (ALMEIDA; ALLEGRETTI; POSTIGO, 2018, p. 44), a demarcação de uma Resex representa, na maior parte das vezes, um elemento de extrema valia na resolução de disputas territoriais em favor das populações que as reivindicam (GUERRERO; TORRES; CAMARGO, 2011, p. 18). Nesse sentido, as lutas socioterritoriais de inúmeras populações extrativistas obtiveram êxito em impor ao Estado uma determinada leitura socioespacial que, se não chegou a se tornar dominante nos termos enunciados por Fernandes (2005), foi estatuída pelo regramento jurídico.

Resex Litoral Sul de Sergipe: sonho recente

O contexto de reivindicação de uma Resex no litoral sul sergipano remonta a grupos extrativistas de pescadores locais que enfrentavam problemas socioeconômicos, ambientais e culturais, aos quais vêm se somar novas ameaças, decorrentes, em parte, do elevado potencial turístico da região litorânea em que habitam, explorada mais intensamente a partir dos anos 2000. Esse processo agravou-se com o fechamento de pequenos portos no estuário, a mortandade de caranguejos e ocorrência recente de manchas de óleo no litoral.

A região costeira do estado de Sergipe tem sido alvo de ocupação desordenada, mesmo com a existência de duas Áreas de Proteção Ambiental (APAs) estaduais — APA Litoral Sul e APA Litoral Norte. Tal ocupação, implica na redução drástica de áreas anteriormente ricas em recursos naturais explorados por comunidades tradicionais e na intensificação de conflitos com os “novos proprietários” de áreas litorâneas, que não possuem nenhum vínculo com os moradores locais além de eventuais relações de trabalho, recorrentemente precarizado.

Em decorrência, em 2005, em uma tentativa de reação às restrições impostas à reprodução social, afiliados à Colônia de Pescadores de Estância (Z-4) e representantes da ONG Água é Vida fizeram a proposta de criação de uma UC para o litoral sul de Sergipe, junto ao Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT) do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Essa reivindicação somava-se às discussões acerca da elevada mortandade de caranguejos nos

manguezais da região, encabeçadas pelo Núcleo de Educação Ambiental (NEA) do mesmo órgão, em resposta a uma demanda também apresentada pelos presidentes das colônias de Indiaroba (Z-11), de Santa Luzia do Itanhy (Z-3) e de Itaporanga d'Ajuda (Z-9).

No ano de 2004, já havia sido realizado um encontro para discutir a diminuição dos estoques naturais de caranguejo, associada naquele momento à disseminação da carcinicultura, além de no mesmo período haver reação à restrição da liberdade de trânsito em áreas que historicamente sempre estiveram desimpedidas para a prática do extrativismo animal. Após as primeiras incursões de representantes do CNPT e da Superintendência do Ibama em Sergipe à região, uma Resex foi apontada como a UC que melhor atenderia aos anseios evidenciados e à conservação dos recursos naturais.

Diferentes mobilizações em torno da criação da Resex Litoral Sul de Sergipe

Os processos de mobilização que antecedem a demarcação de UCs são reconhecidamente considerados como momentos de disputas e conflitos. Para a Resex Litoral Sul de Sergipe, giram em torno do potencial que as áreas costeiras têm para o desenvolvimento de atividades econômicas específicas como o turismo e a carcinicultura. Há duas décadas, Diegues (2001) já pontuava os conflitos daí decorrentes, por um lado, pelo modelo do uso do espaço, por outro, pela negligência em torno da participação das comunidades que ali habitam.

O tema tem sido estudado em diferentes partes do Brasil trazendo os conflitos no âmago das análises. Pereira, Fenelon e Oliveira (2019) descrevem o processo de mobilização para a demarcação da Resex Marinha de Canavieiras, na Bahia, e atestam rivalidades explícitas como ameaças e intimidações aos defensores da Resex e deturpação dos propósitos da UC. Muito embora em regiões diferentes, tais constatações não diferem daquelas de Castro et al. (2017) na análise do processo de resistência à criação da Resex Rio Xingu no Pará. Já Sousa e Oliveira (2017), no estudo da criação da Resex do Extremo Norte do Estado do Tocantins, atestam os conflitos em uma situação particular na qual a legalização da referida UC arrasta-se há mais de duas décadas mediante a mobilização política dos fazendeiros contrários.

Tais conflitos evidenciam disputas territoriais que são determinadas por relações de poder. Cardona e Sobreiro Filho (2016) ressaltam que a primeira dimensão do espaço é o poder, que define os lugares até onde chega o controle político dos distintos agentes e o constitui enquanto território, o que remete imediatamente à noção do Estado nacional e à sua divisão político-administrativa – embora este não seja de maneira alguma a única fonte de poder a incidir sobre um território – assim como às lutas sociais e populares que se dão circunscritas por suas fronteiras e limites internos. Para os referidos autores, há disputas entre

setores subordinados, que se insurgem também contra grupos dominantes. Acrescentamos que, por sua vez, estes últimos podem se alternar na dominância e, enquanto classe, conseguem tirar mais vantagem das relações de poder existentes, como fica evidente no caso dos antagonistas das catadoras de mangaba (SCHMITZ; MOTA; SILVA JÚNIOR, 2011), em consonância com as reflexões de Fernandes (2008).

Além disso, se agravam conflitos decorrentes da constituição de um mercado global que é também um processo racionalizador provido de conteúdo ideológico, cujas corporações chegam a cada lugar com objetos e normas prontamente estabelecidos pelo Estado para servi-los, em atendimento aos reclamos da finança e em detrimento dos cuidados com as populações (SANTOS, 1998). Em decorrência, as políticas neoliberais têm intensificado o processo de desterritorialização ou subalternidade de comunidades camponesas e indígenas em territórios não capitalistas, por meio de empreendimentos que evidenciam a preponderância da parceria entre o capital e o Estado (FERNANDES, 2008).

É nesse contexto que tem início a mobilização pela implantação da Resex no sul do estado, erguida sob consenso entre a ONG Água Viva, a Colônia de Pescadores e técnicos de instituições atuantes regionalmente, mesmo que na essência da reivindicação estivessem situadas as disputas que originavam os conflitos pela apropriação dos recursos. Há uma década, Schmitz et al. (2010) já haviam chamado a atenção para os conflitos existentes em áreas onde as catadoras de mangaba praticavam o extrativismo, destacando que em todos eles o objeto de disputa era o acesso às áreas de mangabeiras. Os conflitos tinham um motivo principal: a atuação de atores externos ao extrativismo em um processo em que ambos reagiram. Elas, pela organização política no MCM para denunciar às instituições competentes a devastação dos recursos e pela resistência cotidiana. E os proprietários pelo cercamento e pelo corte das plantas. Em Sergipe, a territorialidade das mulheres extrativistas é indissociável da biogeografia das mangabeiras.

No caso da Resex, trata-se de uma situação particular porque as partes do conflito foram identificadas, grosso modo, em dois grupos: os que estão a favor e os que estão contra a demarcação da Resex. Mas o novo objeto de disputa, a demarcação da Resex, promoveu a ruptura entre aqueles que possuem áreas com plantas e quem não as possui. Como tal, membros de um mesmo movimento social, o MCM, mobilizaram-se a favor e contra a demarcação. Apesar da histórica apropriação funcional, cultural e simbólica do espaço, a partir da qual imprimiram com a marca indelével de sua territorialidade a multiterritorialidade conflituosa do litoral sergipano, as disputas em que se envolveram as catadoras foram também aquelas que se dão entre os sujeitos subordinados (CARDONA; SOBREIRO FILHO, 2016), cujas consequências podem comprometer as lutas que empreendem contra os grupos dominantes.

Os envolvidos no processo de debate e ação

Em 2005, a solicitação de criação de uma UC foi acompanhada de um abaixo-assinado com 989 assinaturas de pessoas residentes na área alcançada pela Colônia de Pescadores (Z-4) e, posteriormente, outro com 737 assinaturas, além do apoio formal da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Luzia do Itanhy (ARAÚJO, 2014). Nesse momento inicial, nem entrevistados, nem a literatura e documentos revisados apontam discordâncias quanto à demarcação de uma UC.

No decorrer do processo, diversos atores foram envolvidos, quer seja pelas suas atribuições legais quanto à demarcação de UC, quer seja pela preocupação com os grupos extrativistas e com o seu acesso aos recursos naturais, ou ainda pelo interesse na manutenção dos bens e de atividades econômicas (turismo, agropecuária, carcinicultura, exploração mineral etc.). Marcou todo o processo o fato de que o pertencimento a uma instituição, a um grupo ou a uma comunidade não significaram coesão. Entretanto, as reações contrárias à criação da Resex foram mais evidentes e agressivas que as ações a favor, além de partirem de atores com maior inserção e influência na sociedade local.

Mesmo que saibamos da diversidade de atores envolvidos, nos concentraremos na participação do MCM, cujas afiliadas nem sempre agem de forma coesa nesta temática e estão sujeitas a situações que envolvem outras relações que não são, exclusivamente, associadas ao acesso a recursos naturais.

A favor da Resex

Após o parecer favorável para o início do processo em 2005, o Ibama realizou uma série de reuniões com atores sociais locais, com órgãos governamentais e associações dos grupos interessados nos anos de 2006, 2007 e 2011, além de uma consulta pública nesse mesmo ano, com a participação de mais de 700 pessoas (ICMBIO, 2005/2017). A primeira reunião de oitiva ocorreu em novembro de 2006, na cidade de Indiaroba, emblemática quanto à importância do extrativismo e da pesca artesanal em Sergipe. Já nesse primeiro encontro, ocorreram manifestações conflituosas e posições contrárias à criação da Resex (ARAÚJO, 2014, p. 49) como analisaremos no próximo item.

As catadoras que se posicionaram favoráveis à Resex evidenciaram nas suas falas a compreensão de que a UC poderia ser a solução para resolver a insatisfação com a devastação, a garantia de regras mais duras e a exclusão de intrusos:

[A partir da criação da Resex] vai ter a preservação, né? Vai ser mais preservado, vai cuidar mais. Porque tem muito desmatamento, muita queimação. Vai tirar, por exemplo, muita gente quebra os galhos, derruba as mangabas verdes (Catadora de mangaba, 22 anos).

Eu acho que a Resex [...] ela é implantada assim pra proteger mais as coisas, né? Assim, porque o pessoal destrói muito as coisas, por exemplo, as matas não vai poder ser destruída, o pessoal [os proprietários] cortar os matos (Catadora de mangaba, 45 anos).

As frutas vão ficar lá, vai ter o período certo de catar, vai esperar elas ficar tudo de “veizinha”. Não vai chegar qualquer pessoa e invadir, porque aqui não cata só daqui o pessoal, vem de todo o canto, chega aqui, invade. A gente que mora aqui no povoado não tem, não pode dar ordem, porque é aberto, todo mundo invade, cata e além de catar, quebra os galhos todos e destrói quase o local (Pescadora, marisqueira, catadora de mangaba, 29 anos).

Os depoimentos são otimistas e no cerne das falas há preocupação com o acesso e a conservação dos recursos, associado a quem consideram fazer parte daquele lugar, em reação a quem “vem de todo canto”. Faz parte do discurso o apelo a uma força externa, do Estado, para controlar todos os espaços e garantir acesso diferenciado a quem de direito, que são elas, originárias daquele território, que constroem há gerações. Demonstram assim, a fragilidade que sentem ao não conseguir controlá-lo. Com tais providências, em sua percepção, os meios de vida delas estariam garantidos.

Para atores externos aliados das catadoras de mangaba, a finalidade da Resex reside na conservação dos recursos naturais e na manutenção dos modos de vida das pessoas que habitam a área, como atestam os seus depoimentos:

Eu acho que [a finalidade da Resex] é garantir a sobrevivência daquelas pessoas que vivem lá, que reconhecem naquele lugar não só um espaço bonito, mas um espaço de sobrevivência. É um espaço que eles têm uma íntima relação, uma relação de proteção e é uma relação de tirar o fruto, tirar o fruto da sobrevivência (Assessora da Associação das Catadoras de Mangaba de Indiaroba – Ascamai).

Então eles estão ali, eles conhecem aquela área, conhecem a biodiversidade local, eles vão ajudar a proteger e eles vão permanecer com aquelas atividades, favorecendo ao desenvolvimento deles (Técnica da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos – Semarh).

De uma forma geral, essas populações tradicionais, elas não têm sido o maior fator de degradação ambiental. Ao contrário, elas sabem muito bem fazer o manejo e extrair esses recursos naturais de forma que eles se mantenham sustentáveis ao longo da vida deles, né? Acho que nisso aí, eles são professores desses técnicos todos que estão aí no Ibama, no ICMBio, etc. (Procuradora do Ministério Público Federal em Sergipe).

Em todos os depoimentos, a ideia da Resex consta como garantia de continuidade das atividades extrativistas com a associação entre a sobrevivência e a responsabilidade com a conservação ambiental a partir dos saberes tradicionais. Ou seja, a conservação é responsabilidade das catadoras e demais grupos designados como tradicionais. Tal compreensão implica em delegar a elas a prestação de serviços ambientais por meio da conservação dos recursos naturais. Não obstante, não incorpora a possibilidade de mudança

social e de reinvenção da tradição que fundamenta as suas práticas (GUERRERO; TORRES; CAMARGO, 2011, p. 11).

Em se tratando do processo de mobilização a favor da Resex, o registro do início da participação do MCM ocorreu por meio da anexação de uma carta enviada para o Ibama e o ICMBio, no dia 28 de dezembro de 2007, após o I Encontro das Catadoras de Mangaba, que reivindica a “agilização do processo de criação da Resex no Litoral Sul sergipano, por entender que esta será a única forma de desenvolvimento sustentável para essa região” (ICMBIO, 2005/2017; f. 381). No referido evento, o tema da Resex não foi tratado de forma expressiva, muito embora tenham sido elencadas propostas de “proibição de corte das mangabeiras e o governo comprar as áreas onde as catadoras catam” (MOTA et al., 2007, p. 56).

Segundo o levantamento que fizemos, diferentes iniciativas de reivindicação da Resex contaram com a representação formal do MCM, as quais classificamos em três grandes grupos, compreendendo que o engajamento das catadoras de mangaba tem razões que extrapolam aquelas estritamente econômicas. Assim, a mobilização se evidenciou em: i) iniciativas de formação; ii) eventos de organização política internos ao MCM e; iii) manifestações e eventos públicos. As iniciativas de formação datam de 2008 a 2012. Uma delas, em 2008, contou com a participação do ICMBio para esclarecer o que é uma Resex e uma outra em 2010, com a participação de pesquisadores que atuavam com as quebradeiras de coco babaçu. Segundo informações do ICMBio, houve sete encontros de lideranças nos quais o tema fez parte da pauta. No último, a presidente do MCM afirmou: “queremos fortalecer a nossa luta em defesa das áreas de mangabeiras, restinga, manguezais e pesca [...]” (ICMBIO, 2012).

Nos II e III Encontros das Catadoras de Mangaba, foi tratado o conflituoso processo de discussão da Resex com a reivindicação do apoio das instituições representadas para a demarcação. Entretanto, o tema não foi prioridade na pauta, provavelmente pelo fato de a Resex alcançar somente quatro municípios dentre os 14 nos quais se pratica o extrativismo da mangaba.

Nas iniciativas de caráter nacional, como a participação na Coordenação da Comissão Nacional de Articulação das Resex Marinhas (Confrem) desde 2009 e na Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT) desde 2007, a participação de uma liderança das catadoras garantiu a demanda, segundo entrevistadas reconhecem. Ademais, houve a participação de um grupo de catadoras de mangaba na recepção da Presidente da República em Sergipe em 2013, ocorreu uma caminhada até a Assembleia Legislativa de Sergipe, Ministério Público Federal e Palácio do Governo, para a entrega de um dossiê sobre a crítica situação das áreas de restinga sergipana em 2015 e, no mesmo ano, aconteceu a participação da presidente do MCM no seminário

sobre a criação da Resex na Assembleia Legislativa de Sergipe (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015). Além disso, lideranças das catadoras estiveram presentes nas 5ª e 6ª edições da Marcha das Margaridas, com faixas alusivas à Resex.

Nas suas diferentes iniciativas no processo de mobilização, o MCM privilegiou ações que comunicavam à sociedade em geral a defesa da Resex. Os métodos de ação, os repertórios (TILLY, 1977; 2008) utilizados pelo MCM para alcançar os seus objetivos são principalmente: petição, participação em encontros, caminhadas, articulação com políticos e participação em reuniões de instituições nacionais e internacionais. Entretanto, não fez parte do repertório o protesto aberto e de confronto com os adversários. Ademais, o movimento não logrou a geração de processos colaborativos entre os diferentes grupos e comunidades interessados na iniciativa, como com os pescadores, principalmente por causa dos interesses divergentes entre as envolvidas. Em relação à dificuldade da demarcação da Resex, a presidente do MCM, em 2015, afirmou:

Eu acredito que o que poderíamos fazer nós já fizemos, que foi demarcar, fazer abaixo-assinado. Eu participo da [CNPCT] em Brasília. E toda vez que estou viajando bato nessa mesma tecla com o [...] ICMBio, com o [...] MMA. O que eles nos dizem é que realmente está faltando pressão política. Eu não esqueço nunca esta frase que ouvi de um representante do ICMBio [...]: “Está faltando pressão política” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015).

Assim, a liderança central persistiu investindo, mas em uma ação, por vezes, solitária.

A maioria não concordou que disseram que iam tomar as terras, e a presidente luta até hoje por essa Resex [...] Vai em Brasília direto lutando. Ela já foi até visitar uma Resex para ver como era e o povo aqui não aceitaram (Catadora de mangaba, 52 anos).

Do mesmo modo que constatado por Vivacqua (2018, p. 12) entre pescadores, no estudo da pré-implantação de duas Resex no Litoral Centro-Sul de Santa Catarina, “dúvidas e os questionamentos que surgiram durante a mobilização social transformaram-se progressivamente em resistência à proposta”, por parte de grupos específicos de catadoras de mangaba, mas não só isso. As condições objetivas quanto ao acesso aos recursos e à teia de relações na escala local também têm influenciado em maior ou menor grau na aceitação ou recusa à tentativa de criação da UC.

Contra a Resex

Nos dois anos iniciais de formalização da demanda pela demarcação da UC em Sergipe não registramos controvérsias na pesquisa que fizemos. Tal situação também foi observada na pré-implantação das Resex acima citadas, cuja oposição evidenciou-se a partir da definição do tipo de UC, como mostra a citação:

[...] se na época da assinatura do abaixo-assinado os pescadores e moradores locais pareciam compartilhar o entendimento acerca da

necessidade de fortalecimento da pesca artesanal, a chegada da palavra “Resex” passou a sofrer forte oposição (VIVACQUA, 2018, p. 13).

Como citado, em Sergipe, já na primeira reunião de oitiva na cidade de Indiaroba para a implantação da Resex, em 2006, ocorreram manifestações conflituosas e posições contrárias à criação (ARAÚJO, 2014, p. 49; ICMBIO, 2005/2017), ainda antes da fundação do MCM. Os depoimentos de discordância constam na documentação do ICMBio. Um professor expressou a sua preocupação com aqueles que têm pequenas propriedades sem documento, afirmando: “não vejo como serão beneficiadas, não sei como ficarão”. Além disso, procurou amedrontá-los com a frase: “digo, vocês pequenos não serão indenizados. Benfeitoria vocês não têm” (ICMBIO, 2005/2017; f. 189). Outro participante afirmou: “Temos aqui 4 a 5 latifúndios e 6 médias propriedades. Como fica essa massa? Minha posição é contrária à Resex” (ICMBIO, 2005/2017; f. 189). Um assentado da reforma agrária manifestou sua posição da seguinte maneira: “sou contra essa área porque não tem nossa realidade. Aqui é diferente do Pará, do Acre. Nós temos a fábrica Mar e Rios com 110 empregos já aprovado pelo Ibama e turismo com pousadas”. Uma catadora de mangaba, presidente de uma associação de pescadores disse que “o projeto pode sair ou ficar. Se o povoado não quiser assim, desfavorável, então a gente tira. Tem de ver a maioria, se não quiserem, não obriga ninguém a ficar” (ICMBIO, 2005/2017; f. 195).

De modo individualizado, catadoras de mangaba que residem em Indiaroba estiveram presentes nesse evento e, segundo informaram em entrevistas, ninguém entendia o que é uma Resex. A partir de “boatos”, para umas, a Resex anunciava a possibilidade de garantia do acesso aos recursos naturais, mas para outras, representava a interdição de direitos sobre o que já possuíam. O contraste entre as duas interpretações subsidiou posicionamentos antagônicos posteriores, potencializados pelos jogos de interesses que se estabeleceram entre atores a favor e contra.

Entre 2005 e 2011, o Ibama e, posteriormente, o ICMBio e parceiros realizaram uma série de atividades, entre visitas às comunidades, vistorias e reuniões, que permitiram o levantamento das informações necessárias à elaboração dos laudos biológico e socioeconômico, exigidos pela legislação para subsidiar a criação de uma Resex. Essas ações práticas, todavia, provocaram várias reações locais quanto: i) ao desconhecimento acerca da Resex; ii) aos limites de demarcação da Resex e à atuação na UC; e iii) à ruptura de relações incidentes sobre o uso dos recursos naturais.

O argumento quanto ao desconhecimento do funcionamento de uma Resex é tema persistente entre membros do MCM favoráveis e contra a Resex, seja porque desconhecem experiências similares e, assim, lidam com um modelo abstrato, seja porque comentários apontaram para o risco de perda de direito de propriedade de todos os bens pela desapropriação. A este risco atribuíram o nome de “coletivização”. Em uma capacitação em

2008, as catadoras explicitaram os seus questionamentos à representante do ICMBio, afirmando que a maioria daquelas que têm terra não quer a Resex, pois tinham o temor de perdê-las. Naquela ocasião foi explicado que as áreas localizadas nos povoados ficariam fora dos limites da Resex, pois nem todos os seus habitantes são extrativistas. Foi por ela citado que “A terra passa a ser de todos e todos têm direitos iguais” (MOTA et al., 2008, p. 24).

Segundo o SNUC (MMA, 2011), as áreas particulares incluídas nos limites da Resex devem ser desapropriadas. Isso, no entanto, também é previsto nos casos de outras áreas de uso comum, como alguns assentamentos “coletivos”, territórios quilombolas e os Projetos de Assentamento Agroextrativista (PAE), sendo os dois últimos exclusivos para “comunidades tradicionais” com o uso das áreas cedidas. Porém nestas áreas, o uso das casas e quintais é feito pelas famílias que nelas moram, já os outros espaços são utilizados segundo regras consuetudinárias que regulam distintas formas de acesso e apropriação dos recursos. Mais problemática é a transferência e venda dessas áreas consideradas particulares, por exemplo, em caso de herança.

Em 2009, no II Encontro das Catadoras de Mangaba, um participante do evento afirmou que eles foram convidados pela Colônia de Pescadores para uma reunião, mas o convite foi feito de forma inadequada porque amedrontou as pessoas. Muitos comentários surgiram de que “ninguém mais vai ser dono de seus terrenos”, “não podia construir calçamentos” etc. Nesse evento, a divisão entre as catadoras de mangaba foi perceptível quando algumas delas chegaram acompanhadas por proprietários de terra preocupados com a possibilidade de desapropriação das suas áreas. Eles não se pronunciaram, mas a presença intimidou as catadoras às quais acompanhavam, expressando que existia algum tipo de reciprocidade entre ambos. Castro et al. (2017) observaram situação semelhante no processo de instituição da Resex Rio Xingu, quando um grupo de pessoas rejeitou a UC porque trabalhavam para uma empresa que iria perder as terras, indevidamente apropriadas, em decorrência da demarcação.

O silêncio foi quebrado nas entrevistas, quando algumas catadoras de mangaba contrapuseram-se à Resex porque segundo elas haveria a proibição da venda dos terrenos individuais, considerando-a uma perda de direitos. Um pescador afirmou: “não pode vender pra alguém de fora e quem é de fora não pode ficar aqui”. A presidente de uma Colônia de Pescadores disse: “eles não podem vender aquela terra. Se alguém quiser mudar dali, de um local pra outro, ele não pode vender”. Nas duas falas, há a preocupação com uma provável falta de liberdade quanto a ir e vir, situação que contrasta com as estratégias de reprodução social dos grupos. Argumentos semelhantes também foram arrolados por grupos contrários em Canavieiras, na Bahia:

Para tanto, o movimento contrário utilizava-se de argumentos tais como: de que as pessoas não seriam mais proprietárias das terras; não poderiam mais pescar; não poderiam andar com motor de rabeta nos rios; metade do que

produzissem deveria ser entregue ao governo, entre outros argumentos denominados “boatos” (PEREIRA; FENELON; OLIVEIRA, 2019, p. 1.309).

O antagonismo entre coletivo e privado foi acionado frequentemente, tanto para aquelas em que a Resex se contrapõe à propriedade privada como para os que representam um poder econômico. Dessa forma, a Resex foi interpretada como uma estratégia para fazer frente às investidas desse poder. Então, por um lado, há referências ao uso coletivo de bens comuns, histórico, que se encontra ameaçado pela privatização recente, por atores externos, das áreas de remanescentes de mangaba e dos pequenos portos que dão acesso às áreas de pesca.

Por outro, o referido antagonismo se manifesta ainda no temor de que a criação da Resex irá impor uma coletivização da terra à população local, que não encontra ressonância em seus costumes. Entre os potenciais beneficiários da Resex, existem aqueles que conquistaram, a muito custo, pequenas porções de terra, cuja propriedade, embora juridicamente precária, quando questionada a partir da criação da UC, poderia ser motivo de conflitos.

Entretanto, a discórdia não se ateve a esse tema porque naquele contexto, as catadoras de mangaba representadas pelo MCM passaram a ser vistas como uma ameaça no seu conjunto:

Aí, foi aquele reboliço. E assim, nas reuniões a gente fica sabendo, se informando [...]. Por isso, que se você chegar na casa de qualquer um aqui e ninguém quer, porque acha que vai chegar no quintalzinho e o povo: ah, as catadeiras de mangaba vão chegar tudo e invadir (Catadora de mangaba, 25 anos).

A afirmação “as catadoras de mangaba vão chegar e invadir tudo” remonta à visibilidade conquistada após os dois encontros das catadoras na mídia, junto às instituições estaduais e federais, em comissões nacionais e na própria fundação do MCM. Tal situação teve reflexo na relação com lideranças do movimento pela Resex. Elas foram confrontadas por pescadores artesanais, inclusive, por seus cônjuges, pais ou irmãos, que viram, a partir da promoção das mulheres a sujeitos de direitos específicos e da subsequente inclusão destas como potencial público beneficiário da Resex, um desvio no foco inicial dos debates sobre a criação da referida UC. Houve ainda a oposição dos mais idosos, como explicou uma catadora de mangaba:

Mas você sabe que esse pessoal do interior tem a mente fechada, principalmente que quem manda são os mais velhos, se os mais velhos não entenderam, não aceitaram, então os outros velhos vão no mesmo caminho, aí ficou. Hoje, até a liberdade da nossa área aqui de mangue, está privada por isso (Catadora de mangaba, 37 anos).

Dessa forma, a instabilidade nas relações domésticas e de vizinhança e ameaças de ruptura de relações históricas de dependência entre proprietários de terra e grupos de

catadoras de mangaba influenciaram na opção contrária à Resex, cujas evidências foram expostas nas diferentes oitivas, mas não em eventos de outra natureza.

Aqui, a Resex o pessoal não aceitou porque no início, não sei se foi o modo de explicar que o pessoal não conseguiram entender, do que seria na verdade esse projeto, né? Mas o pessoal aqui não aceitou porque disseram que desse jeito eles iam perder a área deles, o povo aqui, na época da reunião. Não aceitam porque iam perder, como é que a pessoa vem, como é que eu compro minha terra e eu não sou dona? Eles entenderam dessa forma. Aí por isso que eles não aceitaram, e aí ficou por isso mesmo (Catadora de mangaba, 37 anos).

Para além do argumento da falta de compreensão, os limites previstos foram também objeto de controvérsias. Após alterações decorrentes das consultas e audiências públicas, a proposta da Resex circunscreveu áreas constituintes dos estuários dos rios Piauí, Real e Fundo, nos municípios de Estância, Santa Luzia do Itanhy, Itaporanga d'Ajuda e Indiaroba, englobando ecossistemas tipicamente costeiros, tais como restingas, manguezais e fragmentos da Mata Atlântica. Grupos de catadoras de mangaba reivindicaram também a exclusão de povoados onde vivem da área a ser demarcada, como por exemplo, Preguiça de Baixo e Preguiça de Cima, no município de Indiaroba (MOTA; SCHMITZ; SILVA JÚNIOR, 2011). A solicitação de exclusão em muito se deve ao desconhecimento do que se tratava uma Resex e ao medo de perder até as residências. Situação análoga, segundo Silva e Silveira (2011), se deu quando da consulta pública para a criação da Resex Sirinhaém-Ipojuca, no litoral sul de Pernambuco, na qual pescadores se posicionaram contrários, uma vez que sequer sabiam sobre o que se tratava.

A reação aos limites foi evidenciada também por representantes do governo estadual, preocupado com o desenvolvimento de atividades econômicas imobiliárias e com a gestão da própria Resex (ARAÚJO, 2014). Tais inquietações são frequentes entre grupos contrários à demarcação de Resex, como constatado no município de Canavieiras, onde uma campanha propagou “[...] a ideia de que a Resex seria um acontecimento que atrasaria o desenvolvimento da cidade, além de colocar o pescador e as pessoas que faziam parte das comunidades na posição de subordinados do Estado” (PEREIRA; FENELON; OLIVEIRA, 2019, p. 1.309).

Por fim, as diferentes reações quanto aos limites da área de abrangência pressionaram uma revisão da área da Resex e, em 2011, a proposta original sofreu alterações no seu traçado inicial sendo excluídas: benfeitorias de grande porte; o povoado Tiburcio, em Estância, a pedido da comunidade; o povoado Massadiço, também em Estância, após avaliação conjunta entre o ICMBio e a comunidade; a porção marinha, devido ao interesse concorrente do Governo do Estado de Sergipe; e a porção terrestre do município de Santa Luzia do Itanhy, devido à proposta de criação do Território Quilombola naquele município (ICMBIO, 2005/2017).

Os dois mapas (Figura 2) demonstram que no decorrer do processo de criação da Resex houve a exclusão da sede dos povoados e, tanto quanto foi possível, das propriedades ou de porções produtivas destas, para minimizar conflitos em torno de desapropriações nas áreas atingidas pela UC. Segundo o ICMBio (2005/2017), “a maior parte das áreas de propriedades que permaneceram dentro dos limites da Resex é constituída de terras sob a influência da maré, sendo potencialmente áreas da União”, contemplando apenas 2.567,26 hectares, ou seja, apenas 7,5% das áreas de mangabeiras nativas.

Apesar de concluídas as etapas técnicas, o processo de criação da Resex possuía pendências relativas à objeção do Ministério de Minas e Energia (MME) e a questões fundiárias que impediam a continuidade do processo. Em 2013, o MME manifestou conflito de interesse devido à interceptação de um duto de transporte de hidrocarbonetos, a sobreposição da Zona de Amortecimento da Resex com um bloco a construir já licitado e com o duto mencionado anteriormente, além da sobreposição com blocos ainda a licitar pela Agência Nacional de Petróleo (ANP). Embora o ICMBio tenha emitido parecer sobre a não inviabilização do duto caso este já existisse, além de apresentar alternativas para a instalação de novos dutos, a exemplo de estabelecer novas rotas ou prever essas instalações no decreto de criação da Resex, o MME manteve as objeções à criação da Resex (ICMBIO, 2005/2017).

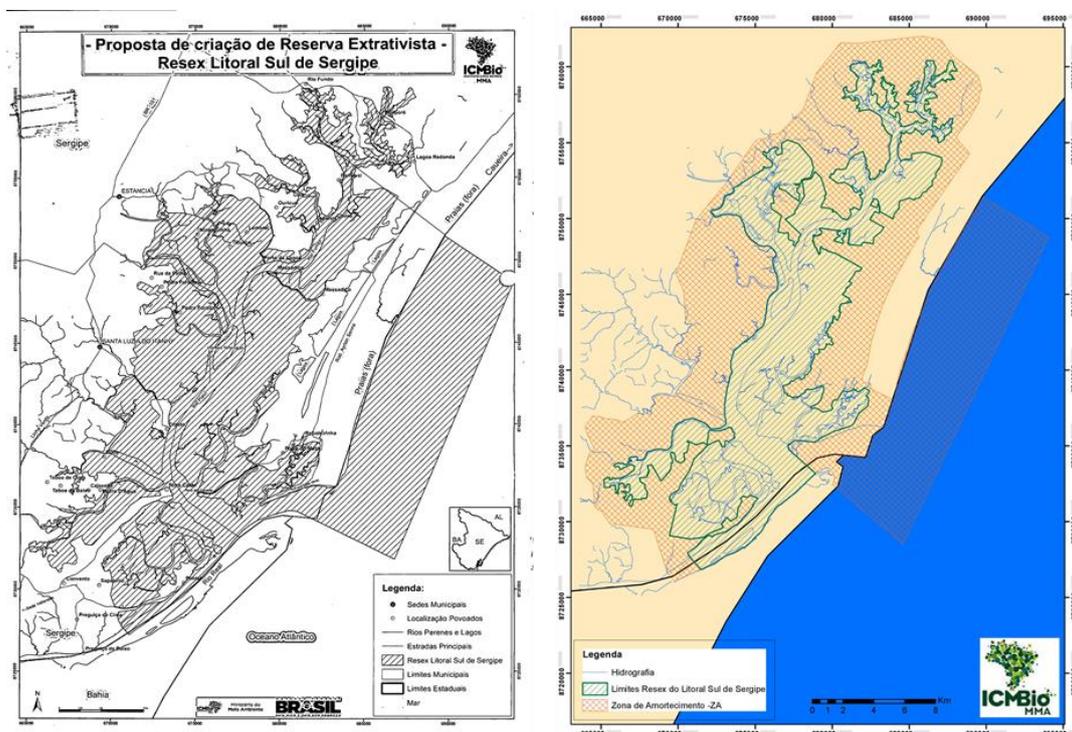
A Resex, ao garantir a posse da terra em apropriação coletiva, tensiona a proteção ao direito individual de propriedade (CUNHA; LOUREIRO, 2009). Além disso, persistem as incertezas referentes às regras dessa modalidade de UC entre as catadoras de mangaba, especialmente no tocante à residência na área e à permanência de pequenos comércios locais. Em decorrência, as catadoras de mangaba assumem o discurso dos proprietários de terra, quando disseminam entre as demais o receio da perda do direito de propriedade, no caso de quem a possui, e da liberdade de trânsito no litoral sul sergipano. As formas de intimidação se evidenciaram contra funcionários públicos no processo de mapeamento das mangabeiras e de demarcação da Resex, conforme os depoimentos:

Depois veio o pessoal do ICMBio, que fez o levantamento da área. Terminado esse trabalho, veio o trabalho de levantamento fundiário [...] Que grandes momentos de conflitos ele viveu! Conflito de ver uma arma à sua frente, com os poderosos proibindo a nossa entrada naquelas áreas, que pertenciam e pertencem à União. São Áreas de Preservação Permanente, onde nós, ao chegarmos, éramos recebidos por um homem armado de escopeta, com dois cachorros valentes - eu, o Sr. Fontenele e o pessoal do Ibama (Presidente de uma Colônia de Pesca; CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015).

Não conseguimos realizar o mapeamento solicitado pelo MPF em um dos povoados que tinha conflito sobre a Resex. Na data da reunião combinada com as catadoras de mangaba, apareceram uns donos de terra que nem eram convidados. Eles foram taxativos quanto à insatisfação com a nossa presença porque disseram que nós estávamos tratando das áreas de suas propriedades sem consultá-los, que as catadoras de mangaba não teriam direito à terra que não lhes pertenciam [com a Resex]. Eles não permitiriam a

identificação das áreas de mangabeiras nativas lá (Funcionária federal, 40 anos).

Figura 2: Limites da proposta de criação da Resex Litoral Sul de Sergipe em 2005 (à esquerda) e limites após ajustes em 2011 (à direita).



Fonte: ICMBio (2005/2017).

Mas catadoras também foram coagidas após uma visita do pessoal do ICMBio:

Nem me fale isso. O pessoal veio visitar, eu abri o centro comunitário, ainda peguei eles com ousadia, levei no sítio do irmão dela [estava ao lado no momento da entrevista]. Ele aceitou, não me disse nada. Eu fui mostrar as mangabeiras e tudo. Mas depois fui jurada até de morte. Porque se alguém viesse tomar a terra, não se responsabilizavam pelo que acontecesse comigo. E fizeram abaixo-assinado pra ninguém aceitar a criação da Resex aqui na comunidade (Catadora de mangaba, 46 anos).

O depoimento acima evidencia a experiência de uma catadora de mangaba que apoiou inicialmente a Resex, mas se viu coagida pelos próprios vizinhos. Guerrero, Torres e Camargo (2011, p.16) constataram outras situações nas quais havia laços de vicinalidade para garantir a sobrevivência material e social. Portanto, a expressão de concordância com a Resex, numa localidade plena de opositores não só ameaçou relações preexistentes, como encetou ameaça de morte. Tal situação também foi registrada em Canaveiras:

Diversas pessoas, sobretudo os líderes do movimento favorável à criação, sofriam intimidações e pressões para que desistissem. Houve relatos inclusive de que deveria morrer algum integrante do movimento para que o mesmo enfraquecesse (PEREIRA; FENELON; OLIVEIRA, 2019, p. 1.309-1.310).

A experiência de uma Resex “[...] afeta a sociedade local, sua organização, uma parte de sua economia e de seu sistema político” (TEISSERENC; TEISSERENC, 2016, p. 9). Os autores afirmam que em Porto de Moz, no Pará, a criação da Resex significou, portanto, o fim da atividade madeireira que era economicamente lucrativa, levando ao desemprego um terço da população ativa do município. Para o caso em análise, foi recorrentemente acionado o argumento da restrição de atividades turísticas que podem se constituir em oportunidades de ocupação assalariada temporária (MOTA; SCHMITZ; SILVA JÚNIOR, 2011). Sob tantos e tão diversos argumentos, alianças e oposições se constroem e oscilam entre a possibilidade de acesso à terra em lotes individuais ou coletivamente mediante uma Resex.

Situação em 2017: processo arquivado!

Diante das divergências e negociações, em 20 de abril de 2017, o ICMBio encaminhou o processo de criação da Resex Litoral Sul de Sergipe à Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável (SEDR) do MMA. Apesar das divergências entre os grupos e as diversas mudanças nos limites da proposta de Resex ao longo de quase duas décadas, atualmente, os trâmites técnicos já foram concluídos. Não obstante, o processo foi arquivado após o envio ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), em atendimento à manifestação de interesse concorrente do Setor de Petróleo e Gás, do Ministério de Minas e Energia (MME). Em defesa dos interesses da produção petrolífera, um dos seus técnicos afirmou em debate sobre a Resex:

[...] entendemos que a produção de petróleo e gás no país contribui para a geração de emprego e renda, para a redução das desigualdades regionais, para aumentar a segurança energética local e nacional e também propicia a arrecadação de receitas de royalties, a participação especial em tributos, além de algum recurso para o fundiário (Funcionário do MME; CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015).

O discurso do técnico associa-se ao que Gudynas (2009) denomina de modelo neoextrativista de desenvolvimento, bastante dependente da remoção e exportação de imensas quantidades de recursos naturais com baixo valor agregado, e cuja legitimação baseia-se nas possíveis medidas de redistribuição às populações afetadas ou mesmo à sociedade em geral, embora a possibilidade de impactos socioambientais não deixe de existir e estes sejam, muitas vezes, irreversíveis. Como forma de atender parcialmente às reivindicações das catadoras de mangaba e pescadores artesanais pelo acesso aos recursos naturais, a SEDR e a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) concederam 18.026,63 hectares de áreas indubitáveis da União a colônias de pescadores artesanais e associações de catadoras de mangaba no litoral sul de Sergipe.

O Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS) dessas áreas foi entregue em 22 de dezembro de 2017, por meio da portaria nº 257 (MMA, 2017). Parte das áreas cedidas

via TAUS estão cercadas e incorporadas indevidamente a propriedades privadas. Portanto, os conflitos pelo acesso aos portos e aos recursos naturais persistem na região. Segundo catadoras de mangaba, o acesso às áreas de coleta dos frutos e pesca artesanal só é garantido enquanto os órgãos de fiscalização estão presentes. Além disso, informaram que sequer sabem a localização exata das áreas que lhes foram autorizadas a usar. Apesar de o TAUS ter sido, inicialmente, uma alternativa de atendimento parcial às reivindicações, após sua emissão, não foram tomadas outras providências relacionadas ao processo de criação da Resex Litoral Sul de Sergipe, atualmente, sob o status “arquivado” no ICMBio.

As áreas com remanescentes de mangabeiras incluídas no TAUS, nas quais as catadoras de mangaba praticariam o extrativismo, são ínfimas (apenas 100,73 ha), uma vez que o Termo contemplou muito mais as áreas estuarinas e marinhas. Mesmo considerando a extrema dificuldade de realizar cálculos em torno da produtividade do extrativismo, pode-se partir de uma área necessária de aproximadamente 1 ha para se obter uma coleta satisfatória para uma catadora ativa com família, levando-se em conta ainda uma área com alta densidade de mangabeiras (SCHMITZ; MOTA; SILVA JÚNIOR, 2011). A área da projetada Resex Litoral Sul de Sergipe conta com 1.044 usuárias identificadas no seu raio de influência, em quatro municípios (RODRIGUES et al., 2017). Baseando-se nesses dados, o tamanho mínimo da área de remanescentes de mangabeiras deve ser de cerca 1.044 hectares. Considerando o cálculo realizado anteriormente, concluímos que mesmo com boa gestão e manejo adequado, a área disponibilizada via TAUS pode atender menos que 10% das catadoras de mangaba em questão. Portanto, persistem os problemas de degradação ambiental e conflitos.

Considerações finais

O objetivo do artigo foi analisar como o Movimento das Catadoras de Mangaba (MCM) atuou num processo de mobilização já em curso desde 2005 para a criação da Reserva Extrativista Litoral Sul de Sergipe. O foco da nossa análise foi a ação de grupos de catadoras de mangaba que constituem o MCM, tendo em consideração que a demanda pelo acesso aos recursos naturais data do próprio surgimento deste movimento, em 2007 (SCHMITZ et al., 2011).

Como em outros contextos, a mobilização inicial para a demarcação de uma UC partiu de certo consenso entre representações dos pescadores e de uma ONG ambientalista que, inicialmente, não foi afetado pelas relações de poder preexistentes no território.

Nos seus desdobramentos e após a definição de que tipo de unidade seria criado, dois grupos se mobilizaram para fazer valer os seus interesses, a favor e contra.

Nesse processo, o MCM, por meio das suas lideranças, ingressou na mobilização em curso e assumiu posições públicas em defesa da Resex. Mas a sua reivindicação não corresponde ao conjunto das catadoras de mangaba porque:

- A Resex alcançaria somente cerca de 30% da totalidade dos municípios sergipanos nos quais se pratica o extrativismo da mangaba e, portanto, não compôs a demanda específica de um grande grupo;

- Não houve a constituição de uma forte aliança entre os diferentes grupos extrativistas interessados (por exemplo, pescadores e catadoras de mangaba) e entre as próprias catadoras (com terra e sem terra). Pelo contrário, a rivalidade às vezes marcou a relação entre pescadores e catadoras, inclusive na esfera doméstica;

- A pressão exercida por empresários, donos de terra, políticos e representações de instituições que, sob argumento do “atraso do desenvolvimento”, influenciaram e intimidaram grupos de catadoras localmente nas posições; e

- O desconhecimento quanto à relação entre o direito individual e coletivo em uma Resex influenciou em um clima de interrogações, incentivado pela “desinformação” para rejeitar a demarcação em localidades específicas onde residiam representantes do MCM.

Nesse processo de antagonismos, as mobilizações tiveram diferentes perfis. O MCM investiu na exposição pública de cartazes e faixas, participação em marchas, caminhadas e eventos, de modo a visibilizar a reivindicação, além da elaboração de documentos para instituições, vinculando a Resex à persistência das catadoras de mangaba como grupo culturalmente diferenciado. Por sua vez, a mobilização contra a Resex não contou com material de divulgação pública, mas participação persistente nas oitivas, abaixo-assinados e ação local por meio de “boatos” relativos principalmente ao atraso econômico e à perda de liberdade quanto a ir e vir e de bens preexistentes como casas, quintais e lotes de terra.

De modo geral, há incertezas quanto ao regime de propriedade vigente dentro de uma Resex e questionamentos sobre os mecanismos jurídicos que poderiam legitimar os direitos consuetudinários. Devemos considerar que as distintas formas de acesso às áreas de ocorrência de mangabeiras pelas catadoras resultam em demandas bastante variadas. Aquelas que não têm a posse da terra demandam acesso ao recurso natural por meio da desapropriação das áreas de terceiros, que pode se dar pela via da reforma agrária ou por meio da criação de UCs de uso sustentável, que permitem a permanência das pessoas. Aquelas que têm pequenas áreas reivindicam incentivos para a ampliação do plantio de mangabeiras. Em comum, elas expressam o desejo de permanência nos seus territórios.

Há mais de 30 anos, Costa (1988) alertava para o fato de que um grupo social projeta sobre o espaço as suas necessidades e as relações de poder que experimentam. Em um

contexto de carência crescente e relações de poder cada vez menos favoráveis às catadoras, elas não conseguiram demarcar seus territórios através da Resex. Entretanto, as restingas e tabuleiros do litoral sul de Sergipe, habitats das mangabeiras que por décadas lhes fornecem sustento, mesmo que não circunscrito pelos limites da referida UC, continuam uma projeção territorializada de suas relações de poder, momentaneamente enfraquecidas. Se a resistência das catadoras se dá predominantemente na reduzida escala dos lugares (MARTIN, 1997), nada impede que elas aprendam as formas de estendê-la a escalas de atuação mais altas, como preconizava Milton Santos (1998).

Como pode-se depreender dos fatos trazidos à tona no presente artigo, várias iniciativas já foram tomadas nesse sentido. Martin (1997) advertia que um movimento somente pode atingir e conhecer êxito quando toma consciência explícita da dimensão geográfica da sua atividade, espacializando e territorializando as suas ações. Desta forma, é imprescindível, enquanto movimento, seguir insistindo na busca “de conhecimento sistemático da realidade, mediante o tratamento analítico desse aspecto fundamental que é o território” (SANTOS, 1998, p. 19).

Referências

ALLEGRETTI, M. H. Reservas extrativistas: uma proposta de desenvolvimento da floresta amazônica. **Pará Desenvolvimento**, Belém, v. 25, p. 3-29, 1989.

ALMEIDA, A. W. B. **Antropologia dos arquivos da Amazônia**. Rio de Janeiro: Casa 8, Fundação Universidade do Amazonas, 2008. 192 p.

ALMEIDA, M. B. Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 19, n. 55, p. 33-52, jun. 2004.

ALMEIDA, M. B.; ALLEGRETTI, M. H.; POSTIGO, A. O legado de Chico Mendes: êxitos e entraves das Reservas Extrativistas. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 48, Edição especial: 30 Anos do Legado de Chico Mendes, p. 25-55, jul./dez. 2018.

ALMEIDA, M. B., WOLFF, C. S.; COSTA, E. L.; FRANCO, M. C. P. Habitantes: os seringueiros. In: CUNHA, M. C.; ALMEIDA, M. B. (org.). **Enciclopédia da floresta**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. Parte 2, p. 105-146.

ARAÚJO, L. R. R. de. **Conflitos territoriais no processo de implantação da Reserva Extrativista (Resex) do Litoral Sul de Sergipe**. 2014. 107 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão (SE), 2014.

BIANCO, B. F. Prefácio. In: ZHOURI, A. (org.). **Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e conflitos territoriais**. Brasília: ABA, 2012. p. 7-10.

BUTTERWEGE, C. **Die zerrissene Republik: wirtschaftliche, soziale und politische Ungleichheit in Deutschland**. Weinheim: Beltz Juventa, 2020. 414 p.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Audiência Pública, Reunião Nº 2135/15 do 25/09/2015, em Aracaju-Sergipe.** Brasília, 2015. 85p. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/textoHTML.asp?etapa=11&nuSessao=2135/15&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=09:00&sgFaseSessao=&Data=25/9/2015&txApelido=MEIO%20AMBIENTE%20E%20DES.%20%20SUSTENT%3%81VEL&txFaseSessao=Semin%C3%A1rio&txTipoSessao=&dtHoraQuarto=09:00&txEtapa=>. Acesso em: 20 jan. 2020.

CARDONA, D. V.; SOBREIRO FILHO, J. Os movimentos socioterritoriais: entre as classes e os movimentos populares. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 19, n. 30, p. 148-168, jan.-abr. 2016.

CASTRO, R. R. A. de; MAIA, R. E. de F.; CARVALHO, G. B.; GUERRA, G. A. D. Da posse à Reserva Extrativista Rio Xingu. **Sustentabilidade em Debate**, Brasília, v. 8, n. 2, p. 88-101, set. 2017.

COSTA, W. M. da. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988. 83 p.

CREA-SE. Catadoras de Mangaba lutam por reserva extrativista. **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Sergipe**, Aracaju, 26 mar. 2015. Disponível em: <http://www.crea-se.org.br/catadoras-de-mangaba-lutam-por-reserva-extrativista/>. Acesso em: 28 jan. 2020.

CUNHA, C. C.; LOUREIRO, C. F. B. Reservas extrativistas: limites e contradições de uma territorialidade seringueira. **Revista Theomai**, Buenos Aires, v. 20, p. 169-185, 2009.

DIEGUES, A. C. **Ecologia humana e planejamento em áreas costeiras**. São Paulo: NUPAUB, 2001.

DRUMMOND, J. A. A extração sustentável de produtos florestais na Amazônia brasileira. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 6, p. 115-137, 1996.

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do Território. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 273-301.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 8, n. 6, p. 24-34, jan.-jun. 2005.

FREITAS, J. da S.; FARIAS FILHO, M. C.; HOMMA, A. K. O.; MATHIS, A. Reservas extrativistas sem extrativismo: uma tendência em curso na Amazônia? **Revista de Gestão Social e Ambiental - RGSA**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 56-72, jan./abr. 2018.

GRZYBOWSKI, C. (org.). **O testamento do homem da floresta**: Chico Mendes por ele mesmo. Rio de Janeiro: FASE, 1989. 71 p.

GUDYNAS, E. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo: contextos y demandas bajo el progresismo sudamericano actual. In: CAAP; CLAES (ed.). **Extractivismo, política y sociedad**. Quito: CAAP (Centro Andino de Acción Popular) y CLAES (Centro Latino Americano de Ecología Social), 2009. p. 187-225.

GUERRERO, N. R.; TORRES, M.; CAMARGO, M. L. Exclusão Participativa: conflitos em torno da gestão de unidades de conservação ambiental hoje. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 5., SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 6. 2011, Belém-PA. **Anais [...]**. Belém-PA: UFPA, 2011.

HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, Niterói, v. 9, n. 17, p. 19-45, 2007.

ICMBIO. **Encontro discute criação de Resex em Sergipe**. Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2012. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/3594-encontro-discute-criacao-de-resex-em-sergipe>. Acesso em: 28 jan. 2020.

ICMBIO. **Processo nº 02028.000767/2005-79 de criação da Resex Litoral Sul de Sergipe. Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do ICMBio**. Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2005/2017. 1761 f.

ICMBIO. **Unidades de conservação**. Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros>. Acesso em: 23 ago. 2019.

ISA. Instituto Socioambiental. **Unidades de conservação**. São Paulo: Instituto Socioambiental. Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/>. Acesso em: 23 ago. 2019.

ISA. **O que o governo Dilma fez (e não fez) pelas unidades de conservação?** São Paulo: Instituto Socioambiental. 2016. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/o-que-o-governo-dilma-fez-e-nao-fez-pelas-unidades-de-conservacao>. Acesso em: 23 ago. 2019.

KAGEYAMA, A.; HOFFMANN, R. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 15, n. 1 (26), p. 79-112, jan./jun. 2006.

KAGEYAMA, P. Y.; SANTOS, J. D. dos. Aspectos da política ambiental nos governos Lula. **Revista Faac**, Bauru, v. 1, n. 2, p. 179-192, out. 2011/mar. 2012.

LITTLE, P. E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. Brasília: UnB, 2002. 32 p. (Série Antropologia 322).

MARTIN, J.-Y. A geograficidade dos movimentos socioespaciais. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 1, n. 19-20. p. 26-41, 1997.

MELUCCI, A. **Challenging codes**: collective action in the information age. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. 441 p.

MMA. **Nota Técnica nº 51560/2017-MMA**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável (SEDR), 2017. 8 p.

MMA. **SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**: Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002; Decreto nº 5.746, de 5 de abril de 2006. Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas: Decreto nº 5.758, de 13 de

abril de 2006. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Biodiversidade e Florestas (SBF), 2011. 76 p.

MOTA, D. M. da et al. **Capacitação solidária das catadoras de mangaba**: relatório. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2008. 38 p. (Documentos Embrapa Tabuleiros Costeiros n. 135).

MOTA, D. M. da; PEREIRA, E. O. Extrativismo em Sergipe: a vulnerabilidade de um modo de vida? **Raízes**, Campina Grande, v. 27, n. 1, p. 71-79. 2008.

MOTA, D. M. da; SCHMITZ, H.; SILVA JÚNIOR, A. da; OLIVEIRA, E. P. da. Expropriação e trabalho de mulheres extrativistas em Sergipe. *Revista de Ciências Sociais*, **Política & Trabalho**, n. 45, p. 155-173, jul.-dez. 2016.

MOTA, D. M. da; SCHMITZ, H.; SILVA JÚNIOR, J. F. da. Conflito e consenso pelo acesso aos recursos naturais no extrativismo da mangaba. **Antropolítica**, Niterói, n. 31, p. 123-146. 2011.

MOTA, D. M. da; SCHMITZ, H.; SILVA JÚNIOR, J. F. da; JESUS, N. B. de; PEREIRA, E. O.; RODRIGUES, R. F. de A.; SANTOS, J. V. dos; CURADO, F. F. **As catadoras de mangaba**: problemas e reivindicações. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2007. 71 p. (Embrapa Amazônia Oriental. Documentos, 310).

PEDLOWSKI, M.; DALE, V.; MATRICARDI, E. A criação de áreas protegidas e os limites da Conservação ambiental em Rondônia. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, Ano 2, n. 5, p. 93-108, 1999.

PEDON, N. R. A pesquisa geográfica sobre os movimentos sociais: balanço e perspectivas. **Terra Livre**, São Paulo, v. 2, n. 33, p. 67-84, jul.-dez. 2009.

PEREIRA, G. da P.; FENELON, A. N.; OLIVEIRA, M. L. R. de. Perspectivas e desafios na criação de uma reserva extrativista marinha. **Rama - Revista em Agronegócio e Meio Ambiente**, Maringá, v. 12, p. 1291-1316, 2019.

PORRO, R. As reservas extrativistas do babaçu. **A Amazônia Brasileira em Foco**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 22, p. 134-142, jan.-jun. 1994.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. 270 p.

RODRIGUES, M. G. M. Redes transnacionais de advocacia pública: estratégias e impactos – o projeto Planaflo e o painel de inspeção do Banco Mundial. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 73-128, jan./jun. 2002.

RODRIGUES, R. F. de A.; SILVA JÚNIOR, J. F. da; MOTA, D. M. da; PEREIRA, E. O.; SCHMITZ, H. **Mapa do extrativismo da mangaba em Sergipe**: situação atual e perspectivas. Brasília, DF: Embrapa, 2017. 55 p.

SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (org.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1998. p. 15-20.

SCHMITZ, H.; MOTA, D. M. da; SILVA JÚNIOR, J. F. da. Mangabeiras cercadas e soltas: formas de acesso, coleta e gestão das plantas. In: MOTA, D. M. da; SILVA JÚNIOR, J. F. da;

SCHMITZ, H.; RODRIGUES, R. F. de A. (ed.). **A mangabeira, as catadoras, o extrativismo**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental; Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2011. p. 171-202.

SCHMITZ, H.; MOTA, D. M. da; SILVA JÚNIOR, J. F. da; RODRIGUES, R. F. de A.; BATISTA, N. J.; PEREIRA, E. O. Conflitos e movimento social: ameaças e reações das catadoras de mangaba. In: MOTA, D. M. da; SILVA JÚNIOR, J. F. da; SCHMITZ, H.; RODRIGUES, R. F. de A. (ed.). **A mangabeira, as catadoras, o extrativismo**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental; Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2011. p. 251-290.

SCHMITZ, H.; MOTA, D. M.; SILVA JÚNIOR., J. F. da; JESUS, N. B. Conflitos sociais em debate: o caso das catadoras de mangaba no Nordeste e Norte do Brasil. **Revista Estudos de Sociologia**, Recife, v. 16, n. 1, p. 157-178, jan.-jun. 2010.

SILVA, L. C. M. da; SILVEIRA, P. C. B. Conflitos socioambientais no Litoral Sul de PE: a Resex Sirinhaém – Ipojuca. **Seminários Espaços Costeiros**, Salvador, v. 1, 2011.

SOUSA, D. R. N.; OLIVEIRA, M. L. R. Conflitos e desafios de populações tradicionais na Amazônia brasileira: o caso da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Estado do Tocantins. **Mundo Agrário**, La Plata, v. 18, n. 38, 2017.

TEISSERENC, M. J. da S. A. Politização, ambientalização e desenvolvimento territorial em reservas extrativistas. **Cadernos CRH**, Salvador, v. 29, n. 77, p. 229-242, ago. 2016.

TEISSERENC, P.; TEISSERENC, M. J. da S. A. O Território em recomposição da ação pública local: uma abordagem franco-brasileira. **Universidade e Meio Ambiente**, Belém, v. 1, n. 1. p. 1-17, 2016.

TILLY, C. **Contentious performances**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2008. 235 p.

TILLY, C. **From mobilization to revolution**. Reading, MA: Addison-Wesley, 1978. 349p.

VIVACQUA, M. Reservas extrativistas marinho-costeiras: reflexões sobre o estágio pré-implementação. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 21, out. 2018.

ZHOURI, A. Justiça ambiental, diversidade cultural e accountability: desafios para a governança ambiental. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 23, n. 68, p. 97-107, out 2008.

Agradecimentos

Este artigo é fruto do trabalho de uma equipe, a qual agradecemos a partilha de reflexões, especialmente aos pesquisadores Josué Francisco da Silva Júnior, Raquel Fernandes de Araújo Rodrigues, Dérick Lima Gomes e às catadoras de mangaba.

Sobre os autores

Dalva Maria da Mota – Pesquisadora da Embrapa Amazônia Oriental. Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco/Sam Houston State University (2003). Pós-doutora em Antropologia Social pela Universidade de Londres. Pertence ao corpo permanente do

Programa de Pós Graduação - Mestrado e Doutorado em Agriculturas Familiares da Universidade Federal do Pará - do qual é vice-coordenadora. É vice-presidente Norte da Sober. Linhas de pesquisa: trabalho no espaço rural, políticas públicas para mulheres extrativistas e agricultura familiar. Pesquisadora do CNPq, Nível 2. **Orcid** – <https://orcid.org/0000-0003-0027-5162>.

Amintas Lopes da Silva Júnior – Professor da Faculdade de Educação do Campo, do Instituto de Ciências Humanas, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Tem experiência na área de assessoria técnica a projetos comunitários, com ênfase em produção agroecológica, atuando principalmente nos seguintes temas: agricultura familiar na Amazônia, agroecologia, manejo de agroecossistemas e geração participativa de tecnologias. **Orcid** – <https://orcid.org/0000-0003-3551-790X>.

Heribert Schmitz – Professor Associado IV de Sociologia da UFPA; doutor em Sociologia Rural pela Universidade Humboldt de Berlim (Alemanha), com estágios de pós-doutorado na Universidade Livre de Berlim (Alemanha, 2011-2012) sobre movimentos sociais e na Universidade de Jena sobre mobilizações da nova direita (Alemanha, 2019-2020); trabalha sobre agricultura familiar e sobre “povos e comunidades tradicionais” com os seguintes temas: ação coletiva (movimentos sociais, cooperativismo, gestão de bens comuns) e conflitos sociais. Desenvolve pesquisas no Pará e no Nordeste do Brasil. Pesquisador do CNPq, Nível 1D. **Orcid** – <https://orcid.org/0000-0002-8933-1484>.

Como citar este artigo

MOTA, Dalva Maria da; SILVA JÚNIOR, Amintas da; SCHMITZ, Heribert. Mobilizações a favor e contra a Reserva Extrativista do Litoral Sul de Sergipe. **Revista NERA**, v. 24, n. 57, p. 127-157, Dossiê I ELAMSS, 2021.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos autores. As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, a revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. A autora **Dalva Maria da Mota** ficou especialmente responsável pela aquisição de dados, interpretação, análise e desenvolvimento teórico-conceitual; o segundo autor do artigo, **Amintas Lopes da Silva Júnior**, realizou a pesquisa de campo, a interpretação, a análise e a orientação para desenvolvimento teórico-conceitual do artigo; e o terceiro, **Heribert Schmitz**, realizou a interpretação, a análise e o desenvolvimento teórico-conceitual.

Recebido para publicação em 31 de janeiro de 2020.
Devolvido para a revisão em 06 de janeiro de 2021.
Aceito para a publicação em 10 de fevereiro de 2021.

História e Lutas da Territorialização do Movimento de Mulheres Camponesas de Minas Gerais

Renata Rocha Gadelha

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) – Marechal Cândido Rondon,
Paraná, Brasil.

e-mail: regadelha@hotmail.com

Resumo

O presente artigo busca apresentar a história do Movimento de Mulheres Camponesas no estado de Minas Gerais (MMC MG), como um movimento socioterritorial, destacando seus antecedentes, o início de sua formação e desenvolvimento. Para tanto, utilizou-se a história de vida e a observação participante como meio de coleta de dados. Foram entrevistadas oito camponesas do MMC MG e feitos registros, a partir da participação no Encontro Estadual do MMC MG em 2019, e de visitas ao Sindicato dos(as) Trabalhadores(as) Rurais de Governador Valadares (STR-GV). O MMC MG nasce e se desenvolve no Vale do Rio Doce (VRD), a partir de lutas históricas do campesinato contra a expropriação de suas terras pelos latifundiários. Dessas lutas nasce o STR-GV. É a partir deste sindicato que as mulheres do campo do VRD, na década de 1990, começam a se organizar, articulando-se a movimentos autônomos de mulheres do campo de outros estados e levantando pautas sobre as relações de gênero. Até que, em 2004, o grupo de mulheres organizadas pelo STR-GV participam da criação e passam a integrar o MMC Brasil.

Palavras-chave: Movimento socioterritorial; campesinato; Vale do Rio Doce.

History and Struggles of Territorialization of the Movement of Peasant Women in Minas Gerais

Abstract

This article seeks to present the history of the Movement of Peasant Women in the state of Minas Gerais (MMC MG), as a socio-territorial movement, highlighting its background, the beginning of its formation and development. For that, life history and participant observation were used as a means of data collection. Eight peasants from the MMC MG were interviewed and records were made, based on their participation in the State Meeting of the MMC MG in 2019, and visits to the Union of Rural Workers of Governador Valadares (STR-GV). The MMC MG was born and developed in the Vale do Rio Doce (VRD), from the historical struggles of the peasantry against the expropriation of their lands by the landowners. From these struggles the STR-GV is born. It is from this union that women from the VRD countryside, in the 1990s, began to organize themselves, articulating themselves with autonomous rural women's movements from other states and raising guidelines on gender relations. Until, in 2004, the group of women organized by STR-GV participate in the creation and become part of MMC Brasil.

Keywords: Socio-territorial movement; peasantry; Rio Doce Valley.

Historia y luchas de territorialización del movimiento de mujeres campesinas en Minas Gerais

Resumen

Este artículo busca presentar la historia del Movimiento de Mujeres Campesinas en el estado de Minas Gerais (MMC MG), como movimiento socioterritorial, destacando sus antecedentes, el inicio de su formación y desarrollo. Para eso, se utilizó la historia de vida y la observación participante como medio de recolección de datos. Se entrevistó a ocho campesinas del MG MMC y se hicieron registros, desde su participación en la Reunión Estatal del MG MMC en 2019, y visitas al Sindicato de Trabajadores Rurales de Governador Valadares (STR-GV). El MMC MG nació y se desarrolló en el Vale do Rio Doce (VRD), a partir de las luchas históricas del campesinado contra la expropiación de sus tierras por parte de los terratenientes. De estas luchas nace el STR-GV. Es a partir de esta unión que las mujeres del campo VRD, en la década de 1990, comenzaron a organizarse, articulándose con movimientos autónomos de mujeres rurales de otros estados y planteando lineamientos en las relaciones de género. Hasta que, en 2004, el grupo de mujeres organizado por STR-GV participa en la creación y pasa a formar parte de MMC Brasil.

Palabras clave: Movimiento socio-territorial; campesinado; Valle del Río Doce.

Introdução¹

O objetivo deste artigo é abordar a história e as lutas do Movimento de Mulheres Camponesas de Minas Gerais (MMC MG) a partir de uma perspectiva territorial. Nas palavras de Saquet (2013, p.13), uma abordagem territorial deve considerar: “concomitantemente, as articulações/interações existentes entre as dimensões sociais do território, em unidade entre si e com a natureza exterior ao homem, o processo histórico e a multiescalaridade de dinâmicas territoriais”. Segundo este autor, o território é constituído de “(i)materialidade, como objetivações e subjetivações indissociáveis” (SAQUET, 2013, p. 21).

É preciso superar as concepções simplistas que compreendem os territórios sem sujeitos sociais ou esses sujeitos sem territórios e aprender a complexidade e a unidade do mundo da vida, de maneira (i)material, isto é, as interações no e com o lugar, objetiva e subjetivamente, sinalizando para a potencialização de processos de desenvolvimento (SAQUET, 2013, p. 24).

Para Dematteis (2013, p. 8), o conceito de fetichismo das mercadorias de Marx, impossibilitou que o território fosse tratado como um simples objeto material, levando a compreender “como as relações sociais de produção, as interações sociais que se estabelecem no espaço em escalas diferentes. Dessa forma, a materialidade do território não está na sua percepção e descrição mais banal e superficial (...)”. Para este autor, o território “resulta como conteúdo, meio e processo de relações sociais” (DEMATTEIS, 2013, p. 8).

Dematteis (2013, p. 8) ao falar de “territorialidade ativa”, compreende esta como um “processo histórico de coadaptação recíproca e contínua entre sociedade humana e ambiente material, através do que se realiza a grande diversificação cultural da humanidade e das

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento: 001, através de acordo com a Fundação Araucária.

paisagens”. Essa reflexão nos remete aos conceitos de trabalho e metabolismo social de Marx:

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [Naturmacht]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para a sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio (MARX, 2017, p. 255).

Dentro dos estudos agroecológicos, ideia muito similar pode ser concebida a partir do conceito de coevolução (GUZMÁN, 2001, 2011; NORGAARD, 1989; GOMES, 2005): o ser humano alterando a natureza e a natureza o ser humano de forma recíproca, continuamente. Com isso, construindo agroecossistemas, territórios distintos, conforme as diferentes formas do ser humano se relacionar entre si e com a natureza, no decorrer histórico. Nesse sentido, é possível identificar diferentes formas de “territorialidade ativa” (DEMATTEIS, 2013), quando comparamos as formas que o campesinato e os latifundiários/capitalistas trabalham, fazem uso da terra, se relacionam com a natureza.

A história do acesso e uso da terra no Brasil já foi amplamente estudada e documentada (WELCH *et al.*, 2009; GARCIA JR, 1989; LINHARES e SILVA, 1981; MARTINS, 1981; QUEIROZ, 1973; SANTOS, 1978; WOORTMAAN e WOORTMAAN, 1997; dentre tantos outros estudos), embora, ainda haja muito estudo a ser feito. E diversas pesquisas apontam um campesinato que sempre resistiu, buscando manter sua terra de trabalho e de vida (seu território), produzindo alimentos, para o consumo e venda, com base no diálogo e respeito com o meio ambiente. Contudo, a ganância e a busca do lucro desenfreado das elites nacionais e internacionais, sempre apoiadas pelo Estado, geraram diversas estratégias para privar o campesinato de suas terras, de seus meios de trabalho, mantendo essa população cativa, aos desígnios dessa elite, de acumulação de capital.

O projeto de agricultura das grandes empresas, dos grandes proprietários de terra não é um projeto de sustentabilidade. Ao contrário, é um projeto comprometido com as grandes multinacionais, de manutenção da dependência do consumo de agrotóxicos, fertilizantes sintéticos e sementes transgênicas, a serem utilizados em grandes extensões de terra no cultivo de monoculturas voltadas para a exportação (ALTIERI, 2012; DELGADO, 2012). Esse pacote agrava cada vez mais as condições ambientais, econômicas e sociais do país e do planeta como um todo (ALTIERI, 2012), e tem se apresentado como projeto de modernização e desenvolvimento para o país, ao mesmo tempo em que, invisibiliza, desvaloriza e desqualifica, outras formas de produzir alimentos, conhecimento e cultura, dos diferentes povos do campo, da floresta e das águas (SHIVA, 2002; PLOEG, 2008).

Como contraponto a essa corrente, temos as lutas de diferentes movimentos socioespaciais e socioterritoriais (FERNANDES, 2005; PEDON, 2009) do campo, sobretudo, dos que se originaram na década de 1980 e estão ativos, até hoje, na busca da construção de uma sociedade mais justa. Dentre esses movimentos, temos o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) que, apesar de ter se formado em 2004, é a unificação de diferentes organizações que tiveram suas origens na década de 1980. Em suas pautas, desde o início, esteve a preocupação com formas sustentáveis de produção de alimentos, que é a base da forma de se fazer agricultura do campesinato (TOLEDO, 1993), que estava/está sendo perdida com o avanço do capitalismo no campo, em nome do “progresso” e “modernização”. Como forma de resistência, as mulheres têm conservado manejos sustentáveis na produção de alimentos, garantindo a soberania e a segurança alimentar de suas famílias e comunidades (SHIVA, 2002; HOWARD, 2003). Além disso, a característica marcante do MMC é o fato de ser um movimento autônomo de mulheres que traz à tona discussões que antes eram invisibilizadas por nossa sociedade patriarcal: a situação das mulheres no campo, as violências, as opressões e as explorações sofridas por elas.

Defendemos aqui que o MMC se caracteriza como um movimento socioterritorial como definido por Fernandes (2005) e Pedon (2009), pois, em suas lutas, busca a conquista de diferentes territórios² (terra, política, conhecimento, corpo³ etc.) e tem a sua existência condicionada à manutenção de sua territorialidade. O território é elemento fundador de suas identidades, e é na sua relação e trabalho diferenciado com a terra/natureza (espaço), a partir de seus corpos e conhecimentos próprios, que as mulheres se definem como camponesas e realizam as lutas em defesa de seus modos de vida, cultura, terra, formas de conhecimento etc.

Dentro das discussões da agroecologia, nos estudos acerca da relação da agricultura familiar e camponesa com a natureza e sociedade, Petersen *et al.* (2017) definiram o agroecossistema⁴ como território base para esses estudos. Contudo, dentro dos agroecossistemas, temos outros territórios (com diferentes intencionalidades) em seu interior, formados a partir das relações de poder internas de cada família/comunidade: conflitualidades de gênero e geracional. Por exemplo: as pesquisas indicam os quintais produtivos e hortas como território predominantemente das mulheres. Os quintais produtivos/hortas são configurados a partir de diferentes relações de poder, de diferentes intencionalidades

² Fernandes (2005) afirma que: “Os territórios são países, estados, regiões, municípios, departamentos, bairros, fábricas, vilas, propriedades, moradias, salas, corpo, mente, pensamento, conhecimento” (p. 28).

³ Todavia, neste artigo não avançaremos na discussão sobre corpo-território. Neste trabalho, como apresentamos mais elementos relacionados à luta pela terra, o espaço para discutir o tema corpo-território seria muito limitado.

⁴ “Definido como um ecossistema cultivado, socialmente gerido, o agroecossistema é a ancoragem material dos processos de intercâmbio de matéria e energia entre a esfera natural e a esfera social. Esses processos podem ser descritos e analisados por meio de fluxos econômico-ecológicos (...)” (PETERSEN *et al.*, 2017, p. 29).

(produção para o autoconsumo, produção de plantas medicinais para o cuidado da família, criação de espaços de sociabilidade/lazer, espaço de experiências agrícolas, banco de germoplasma etc.). Homens e mulheres ao trabalharem em espaços diferenciados desenvolvem práticas e saberes diferenciados (PFEIFFER e BUTZ, 2005). Assim como, desenvolvem sensibilidades, percepções e intencionalidades, igualmente, diferenciadas (HOWARD, 2003).

No presente artigo, o foco será apresentar a dimensão histórica da criação e territorialização do MMC em MG e de suas lutas. Primeiramente, abordaremos a luta pela terra de trabalho e de vida. Posteriormente, falaremos sobre o processo de conscientização das mulheres, do surgimento da necessidade da construção de um movimento que visibilize suas lutas, que evidencie as opressões e explorações específicas sofridas por elas, em uma sociedade não só capitalista, mas também patriarcal. Sendo assim, suas bandeiras de luta desde o início já indicam o território diferenciado no qual as mulheres atuam dentro das unidades familiares: o território dos cuidados. É a luta pela previdência social, pela saúde, pela produção de alimentos saudáveis visando a segurança alimentar, pelo fim das violências contra as mulheres. A seguir, apresentaremos os procedimentos metodológicos da pesquisa.

Procedimentos metodológicos

Este artigo é fruto de uma pesquisa maior de tese de doutorado, em andamento, no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável (PPGDRS), da UNIOESTE, de Marechal Cândido Rondon/PR, sob orientação do Prof. Dr. Rosalvo Schütz.

Para a realização dessa pesquisa, partimos de uma base epistemológica e metodológica materialista histórico dialética (ancorada, sobretudo, na obra de Kosik, 1969). Foram utilizados os métodos de procedimento da história de vida (SILVA *et al.*, 2007; PAULILO, 1999) e observação participante (MARCONI e LAKATOS, 2017). A coleta de dados foi feita através de entrevistas semiestruturadas e observação participante. As entrevistas foram gravadas e transcritas, e as observações registradas em diário de campo, para posterior análise de dados. No total, foram realizadas oito entrevistas individuais, com camponesas do MMC de MG dos municípios de Governador Valadares e Frei Inocência. A observação participante foi feita durante o Encontro Estadual do MMC MG, que ocorreu no município de Governador Valadares (GV), nos dias 9 e 10 de setembro de 2019, com mais de 20 camponesas de diversos municípios do Vale do Rio Doce. Também foram feitas visitas ao Sindicato dos(as) Trabalhadores(as) Rurais de Governador Valadares (STR-GV), e conversas com os integrantes do mesmo.

A seguir, apresentaremos os resultados da pesquisa: os conflitos no território do Vale do Rio Doce entre posseiros e latifundiários pelo acesso à terra, a organização da luta neste

território, a organização das mulheres camponesas na década de 1990 até sua unificação ao MMC Brasil, em 2004.

Nas terras do rio sem dono

A partir da perspectiva do materialismo histórico dialético, a dimensão histórica é fundamental para a compreensão da configuração dos territórios, assim como, as relações sociais (SAQUET, 2013). Para compreendermos a história de como o MMC surgiu no estado de Minas Gerais é importante compreendermos as raízes da própria história da luta camponesa, da luta pela terra, na região do Vale do Rio Doce.

O Movimento de Mulheres Camponesas de Minas Gerais (MMC MG) irá se consolidar a partir das organizações político sociais que se desenvolveram no município de Governador Valadares/MG (GV) e região. Estudos revelam a ativa participação política das(os) camponesas(es) nas décadas de 1950 e 1960, tendo como um dos seus resultados a construção do Sindicato dos(as) Trabalhadores(as) Rurais de Governador Valadares (STR-GV). Carlos Olavo da Cunha Pereira, em “Nas Terras do Rio Sem Dono” (1988), relata essas lutas. Seu livro é um depoimento de quem viveu e lutou pela reforma agrária, com forte atuação GV⁵. O autor era um jornalista que se interessava pelas lutas sociais das(os) camponesas(es) e operárias(os), trabalhando nas décadas de 1950 e 1960 na edição de um jornal chamado “O Combate” (em seu livro, ele o intitula como “A Batalha”), distribuído no município de GV e região (MELO, 2009). Este jornal “denunciava o latifúndio, a grilagem de terras, as mortes por pistolagem, as greves de trabalhadores urbanos e defendia abertamente a reforma agrária” (idem). Contudo, após o Golpe Militar de 1964, o jornal foi extinto e seus jornalistas perseguidos. Carlos Pereira foi condenado a oito anos de prisão por subversão, mas conseguiu fugir para o exílio na Bolívia, regressando ao Brasil apenas na época da anistia, em 1979 (Nosso Jornal, 2016).

Segundo Pereira, (Nosso Jornal, 2016), ele chegou em GV no ano da morte de Getúlio Vargas, 1954, quando tinha apenas 30 anos. “Naquela época, a terra passava por uma valorização rápida, devido ao cruzamento da rodovia Rio-Bahia e da ferrovia Vitória-Minas bem dentro de Valadares, e o Vale do Rio Doce se notabilizava pelos despejos cruéis dos posseiros feitos pelos grileiros” (Nosso Jornal, 2016). As histórias presentes no livro são relatos de experiências presenciadas pelo autor, na sua cobertura constante das diversas injustiças e crimes, que eram cometidos contra as(os) camponesas(es) daquela região.

Nas duas primeiras partes do livro, o autor relata a história de uma família nordestina que saiu em busca de terras para viver e trabalhar. Quando chega na região do Vale do Rio

⁵ Este processo histórico é também, posteriormente, regatado e relatado, em partes, por José de Souza Martins (1983).

Doce, encontra o espaço ideal para ir construindo sua terra de trabalho e de vida, seu território e territorialidades. As condições eram muito inóspitas, muitas(os) filhas(os) pequenas(os) não conseguiram sobreviver àquela situação. Mas, por fim, após anos de muito trabalho e sofrimento, essa família conseguiu se estabelecer, construir uma casa e produzir o suficiente para o autoconsumo e venda. Nessa trajetória, muitas outras famílias também ocuparam as terras do Vale do Rio Doce, através da *posse* e, após alguns anos de trabalho nas terras, conseguiram sua regularização oficial.

Contudo, após algumas décadas, com a valorização dessas terras pelos investimentos do Governo Federal em rodovias, ferrovias etc., fazendeiros começaram a se interessar por elas e passaram a criar meios de se apoderarem das mesmas. Como elucidado Saquet (2002, p. 20)

A formação das redes de circulação e de comunicação contribui para o controle *do* e *no* espaço; elas agem como elementos mediadores da reprodução do poder da classe hegemônica e interligam o local, o singular, ao global, ao universal, interferindo diretamente na territorialidade cotidiana dos indivíduos e grupos sociais.

Pereira (1988) relata um esquema no qual uma pessoa, dizendo ser funcionário público que estava demarcando as terras, colhia assinaturas dos camponeses (que, em geral, eram analfabetos). Essas assinaturas, no entanto, eram para transferir as terras para o nome de um determinado fazendeiro. Passado um tempo, iniciam-se os despejos. Famílias que estariam há mais de 30 anos nessas terras, foram despejadas. Todavia, não sem conflitos. A resistência das(os) camponesas(es) levou a diversas violências por parte dos fazendeiros: ameaças de morte aos familiares, incêndios nas terras e casas das(os) camponesas(es) etc. As(os) camponesas(es), por sua vez, se rebelaram e chegaram ao ponto de assassinar um fazendeiro. Este desfecho levou à prisão de um deles e, por fim, a sua morte na prisão.

Enquanto os posseiros – analfabetos em sua maioria – cuidavam apenas de cultivar o solo, nada entendendo do que fosse legalizar suas glebas, o grileiro sabido vinha bem apetrechado para a luta. Com dinheiro muito para mover a seu bel-prazer os caros cordões da Justiça e da advocacia administrativa que povoa os corredores da secretaria de Agricultura do estado; dispendo de chefes políticos e deputados para o tráfico de influência; contando com autoridades policiais prestimosas como se fossem jagunços fardados; com a pobre imprensa interiorana coagida ao silêncio pelo medo às ameaças, os grileiros tiveram campo livre para o assalto às terras dos posseiros (PEREIRA, 1988, p. 83).

Podemos identificar a multiescalaridade (SAQUET, 2013) na configuração do território do Vale do Rio Doce, devido à interferência ativa do Estado nos processos de despejo do campesinato de suas terras atuando, com isso, na transformação das territorialidades locais: “E o lavrador despejado, das duas uma: acorre às cidades como favelado ou resigna-se à ‘meia’ ou à ‘terça’, colônio nos espaços livres da lavoura, formando pastos para os “orelhudos” do fazendeiro (PEREIRA, 1988, p. 84). De lavradores(as) livres,

agora, esses sujeitos terão que se submeter a diferentes processos de exploração afetando sua relação com o território: já não há mais autonomia para cultivar a terra com seus saberes, para seus fins específicos, com seus manejos tradicionais etc. A desterritorialização do campesinato, por sua vez, não leva a transformações apenas na vida dessas famílias de forma isolada, é um processo que afeta a sociedade como um todo, já que ocorrem mudanças produtivas no uso da terra e nas relações sociais: diminuição da produção de alimentos diversificados, degradação do meio ambiente, êxodo rural, desemprego etc.

Os “orelhudos” (o gado) ainda estão presentes e as consequências de sua larga presença é perceptível hoje, por imagens de satélite⁶. Como Pereira (1988) relata, a concentração de terras pelos fazendeiros só aumentava, contudo, não pela “ineficiência econômica” das(os) camponesas(es), não pela falta de um saber técnico e, muito menos, pela vontade desses sujeitos de saírem do campo e “terem uma vida melhor na cidade moderna”.

(...) no Rio Doce há um processo constante e nítido de concentração da propriedade da rural. É a substituição da pequena gleba lavourista do posseiro pelo latifúndio da pecuária extensiva do fazendeiro. (...) através da grilagem de terras, da espoliação do posseiro, do despejo violento de milhares e milhares de famílias de pequenos lavradores, gerando um drama humano doloroso, criando um problema social agudo, gestando a revolução (PEREIRA, 1988, p. 84).

Uma vez que, essas(es) camponesas(es) são expulsas(os) de suas terras precisam se submeter ao assalariamento ou sistema de “meia”/“terça”⁷. Nesse contexto, com pouca ou nenhuma terra, tornou-se inviável (ou muito pouca) a produção para subsistência e, sobretudo, para à venda. Em nossas entrevistas com as camponesas do MMC MG, encontramos relatos similares ao mencionado por Pereira (1988). Maria de Roma, nascida em 1973, narra a história de sua infância e do trabalho que realizavam. Sua família possuía um sítio em Alpercata (a 25 km de GV), cuja a área era muito pequena para produzir. Sendo assim, eles sempre tiveram que trabalhar em outras terras para conseguir o sustento próprio. O sistema em que eles trabalhavam era o da “terça”. Como o objetivo do proprietário da terra era abrir a área para a formação de pasto, o pai de Maria de Roma tinha de derrubar a mata para, depois, a família toda trabalhar no plantio. *“Ele fazia a derrubada da mata. Ali plantava dois ou três anos. Já tinha um acordo, você fica ali dois anos, planta e depois você planta braquiária pra mim. Aí depois dentro da fazenda ele dava outro pedaço. A vida do meu pai era fazer aquilo, a gente via ele sofrer”* (Maria de Roma, Governador Valadares/MG, 2019). Neste relato, evidencia-se a perda de autonomia do campesinato no manejo/uso do território,

⁶ Qualquer busca rápida em programas como *Google Earth* ou *Google Maps* sobre a região, evidencia a quantidade imensa de voçorocas que corroem os solos, tornando-os impróprios para qualquer tipo de produção/criação.

⁷ No sistema de “meia”: o proprietário da terra cede a terra para o plantio, e o agricultor entra com as sementes e mão de obra, no final, cada um fica com metade do produzido. No “terça”: o proprietário entra com a terra e sementes, e o agricultor com a mão de obra. No final, o proprietário fica com dois terços da produção e o agricultor com um terço.

a sua relação com ele passa a ser tutelada de fora, assim como, a mudança no uso da terra: de plantio diversificado de alimentos, para a produção de pasto.

Como o objetivo do fazendeiro era a formação de pasto, chegou um tempo em que toda a floresta já havia sido derrubada. Com isso, não havia mais trabalho para eles naquela terra. Dessa forma, o seu pai precisou procurar trabalho na área urbana de GV. “*Meu pai fazia 25 ou 30 km de bicicleta pra trabalhar em GV. Ele ia e voltava. Saia às 3hs da manhã e chegava às 22hs. Fez isso por 6 anos*” (Maria de Roma, Governador Valadares/MG, 2019). Com o pai trabalhando fora de casa, a família continuou trabalhando no campo, fazendo serviço em terras de outras pessoas, como assalariados(as). Os irmãos homens foram crescendo e se mudando também para GV, em busca de trabalho assalariado, deixando o trabalho no campo, para os que ficavam, cada vez mais árduo (mulheres e crianças pequenas). E, dessa forma, com a população saindo do campo, a produção de alimentos na região decrescia, cada vez mais⁸.

Governador Valadares já foi empório de exportação de feijão, milho e até arroz. Hoje, importa feijão do Rio Grande do Sul e Paraná, arroz do Maranhão, milho da Bahia e até tomates de São Paulo. E todos enxergam que isto se dá porque o latifúndio está no lugar do posseiro, o colônio onde era a lavoura (PEREIRA, 1988, p. 85).

Em outra entrevista, realizada com camponesa do MMC, Dona Belinha, as informações também coincidem. Ela nasceu e vive até hoje na comunidade do Córrego dos Prazeres (a 52 km do centro de GV). Ela informa que essa comunidade foi formada através do *posseamento* de terras que, posteriormente, foram legalizadas. Dona Belinha conta que a produção era abundante e diversificada: milho, feijão, arroz etc.

Nossa, colhia arroz de mais! Daqui saia caminhões de arroz. Antes do povo desmatar os trem, aqui dava muito alimento uai. Papai vendeu a parte dele, aí o povo desmata tudo, acaba com tudo, aí atrapalhou. Porque arroz só dá no brejo, terra molhada. Agora não tem mais (Dona Belinha, Governador Valadares, 2019).

Essas terras que produziam muito alimento, hoje, pertencem a fazendeiros que desmataram para a criação de gado. O que, antes, era um ambiente propício para o cultivo de arroz, não tem mais condições para a realização dessa produção, devido à diminuição de água no local. Nesse sentido, aqui vemos como, não só a mudança de foco no uso do território (de produção de alimentos diversificados para cultivo de pasto) levou à diminuição da produção de alimentos, mas como o impacto ambiental gerado por essa nova forma de uso do território inviabiliza as antigas formas de produção de alimentos (aqui, no caso, devido à desertificação).

⁸ Aqui evidencia-se outro elemento da desterritorialização do campesinato, que impacta a sociedade como um todo: a diminuição da produção de alimentos.

Nesse sentido, percebemos como o campesinato e o latifundiário possuem processos distintos de “territorialidade ativa” (DEMATTEIS, 2013) ou coevolução com a natureza no processo de trabalho, já que são guiados por valores e interesses/intencionalidade diferentes: para o primeiro é terra de trabalho e de vida, logo, é importante conservá-la (WOORTMAN e WOORTMANN. 1997), para o segundo, é terra de negócio, de acumulação de capital, um mero recurso a ser explorado e dominado (SHIVA, 2002).

No Encontro Estadual do MMC MG pudemos ouvir relatos de estratégias de expropriação do campesinato de seu território, através das histórias narradas pelas camponesas. Em um deles, uma camponesa, que nasceu e se criou na região de Teófilo Otoni/MG, informa que nos municípios daquela região, por lei, era obrigação de cada proprietário de terra fazer uma parte das cercas que delimitariam o espaço de terra pertencente a cada um. Contudo, na época, os únicos que tinham condições de fazer as cercas eram os fazendeiros. Os(as) camponeses(as) não tinham recursos financeiros para a construção das cercas.

Inclusive tinha uma cidadezinha chamada Feixes, essa cidade foi acabada assim. Tinha uma comunidade quilombola, uma igreja e uma escola. O pequeno produtor não tinha como fazer cerca, o fazendeiro vinha em Teófilo Otoni comprava os cimentos e fazia [parte das] as cercas. O fazendeiro soltava o gado, ele [camponês] vinha aqui, plantava feijão e o arroz, e [o gado] comia tudo a lavoura dele (Fala no Encontro Estadual do MMC MG, Governador Valadares, 2019).

Com o gado dos fazendeiros comendo toda a produção dos(as) camponeses(as), estes(as) ficavam sem ter o que comer, vender. “Quando vinha para Topázio, com o delegado, o delegado dizia assim: ‘mas você fez a sua cerca?’ ‘Então você não tem direito de reclamar porque você não fez a sua cerca’”. Após um tempo, vivendo nessa situação, o fazendeiro oferecia uma quantia muito baixa pela compra das terras dos(as) camponeses(as). E estes(as), sem ver alternativa, vendiam suas terras a preços muito baixos.

Outro relato, sobre expropriação de terras, foi feito por uma integrante do MMC que é quilombola.

Eu nasci a vida inteira nesse quilombo e minha família veio, foram os primeiro habitantes, tem história da chegada deles (...), que foram os primeiros que morou mesmo no (...). E essa terra quando chegou um grupo aí, os coronéis, matou muito a minha família, muitos mesmo. Nós ficamos em um buracinho, num pedacinho de terra. Aí foram roubando, matando, matando, aí ficou, hoje nós vivemos em uma comunidade (...), num lugar que eles conseguiram empurrar o resto dos negros né?! (Fala no Encontro Estadual do MMC MG, Governador Valadares, 2019).

A terra que lhes restou foi tão pouca que seus pais tiveram que começar a trabalhar para esses fazendeiros. Além disso, essa terra, frequentemente, era invadida pelo gado dos fazendeiros, destruindo a plantação dos(as) camponeses(as).

Então, meu tio plantou muita roça, e nós também plantamos, um tantão de milho, aí chegou um dia, eu fico um pouco emocionada, chegou um dia, que nós vimos assim a nossa terra, a nossa roça né?! ... o boi comeu num dia só, sabe?! Aí nós ficamos pegando restolho, nós ficamos pegando restolho daquilo, aquilo me deu tanta revolta, nós ficamos tão revoltados, que por isso eu comecei na luta pela terra, eu comecei, com 16 anos eu já estava entrando nesse trem aí, brigando (Fala no Encontro Estadual do MMC MG, Governador Valadares, 2019).

Até aqui falamos de uma situação comum ao campesinato em geral, na região do Vale do Rio Doce. Contudo, olhar apenas para a luta de classes pode levar a certa romantização do campesinato. Como se este fosse livre de contradições e conflitualidades internas. A luta das mulheres camponesas denuncia que não é. Dessa forma, além da luta contra o avanço do capitalismo no campo, as mulheres precisavam lutar contra as relações patriarcais que vivenciam no interior de suas comunidades e família. Sobre este tema, as camponesas abordaram algumas situações que vivenciaram, presenciaram, em suas trajetórias de vida.

Até muito recentemente, a visão dos pais era a de que as mulheres não deveriam estudar. A fala do pai era a seguinte: *“pra cozinhar, lavar e passar, não precisa saber ler!”*. Dessa forma, os filhos homens estudavam e as filhas mulheres aprendiam os afazeres da casa, não aprendendo muitas vezes, a escrever o próprio nome. Além disso, o que mais de uma camponesa relatou no Encontro citado, foi que era muito comum o pai “vender” a filha. O termo correto utilizado na época era o de “combinar”. O pai combinava de entregar a filha em troca de um cavalo, uma quantidade de mandioca etc. Era assim que os casamentos na época eram arrançados, com base em trocas realizadas pelo pai da moça com o futuro marido. *“O meu tio também aqui de Novo Oriente, também a minha sobrinha foi vendida, por um pedaço de mandioca e uma mula, meu tio vendeu. O pai vendia achando que era isso mesmo que tinha que fazer e as filhas iam porque achavam que era isso mesmo”*⁹ (Fala no Encontro Estadual do MMC MG, Governador Valadares, 2019).

Como relataram as camponesas, a situação de expropriação das terras dos(as) camponeses(as) era um processo muito mais difícil para as mulheres. Pois, ou os(as) camponeses(as) que resistem ficam isolados(as) nos territórios de resistência, ou migram para os centros urbanos tendo que se assalariar. Se eles(as) migram, a mulher tem mais dificuldade em se adaptar, pois ela não foi alfabetizada, socializada para se envolver em

⁹ Aqui valeria um aprofundamento do conceito corpo-território para compreender mais afundo a situação das mulheres. Seu corpo é a sua primeira experiência de desterritorialização dentro da cultura patriarcal, ele não lhe pertence e é manejado pelos homens como um mero recurso a ser utilizado, trocado etc.

assuntos públicos. E, sobretudo, ela sofre o processo de isolamento, pois na cidade não terá mais a companhia de outras mulheres camponesas. Mas, este mesmo processo de isolamento, também pode ocorrer se ela permanecer no campo, pois muitas famílias passam a migrar devido a todas as condições expostas anteriormente.

Por que naquele tempo era comunidade aqui, comunidade ali, que se reunia. As mulheres se reuniam para rezar. As mulheres parteiras, se encontravam, faziam seus chás, trocavam experiências, uma ajudava a outra, quantas pessoas ficavam de cama e juntava ali e faziam os remédios. Era assim que as pessoas viviam. Vivia da natureza e nessa época, que o latifúndio foi chegando e empurrando, foi tirando as pessoas de suas propriedades (...) (Fala no Encontro Estadual do MMC MG, Governador Valadares, 2019).

Esta fala revela a tessitura do território forjada pelas mulheres: suas redes de solidariedade, propiciando fluxos de afetividade, de ajuda mútua e reciprocidade, no enfrentamento das dificuldades enfrentadas no dia a dia do lugar (SAQUET, 2002). Com o êxodo rural essas tessituras foram se desfazendo, as redes e fluxos se enfraquecendo e as mulheres se isolando, cada vez mais. E, com isso, conforme conta a camponesa, vem a solidão. “*Quantas e quantas e quantas mulheres que morreram de depressão. Muitas mulheres! A minha vó morreu de depressão (...) morreu de depressão por ser expulsa da terra*” (Fala no Encontro Estadual do MMC MG, Governador Valadares, 2019).

Esses relatos, das mulheres camponesas de MG, corroboram com a história narrada por Pereira (1988), da situação de violência e expropriação do campesinato de seu território durante todo o século XX. É a partir dessas situações que as(os) camponesas(es) sentem a necessidade de se organizarem para lutar pelo o que lhes é de direito: a terra de trabalho, a terra que é morada da vida e as mulheres, especificamente, também contra as situação de opressão e exploração de gênero, mencionadas anteriormente. A seguir, adentraremos na discussão sobre a organização dessas lutas.

A organização da luta

Aquelas forças econômicas, políticas e culturais que condicionam o território e a territorialidade, geram a des-territorialidade e as *novas* territorialidades, nas quais estão intimamente articulados o Estado e o capital. Por isso, é necessário contextualizar esses processos (*des* e re-territorialização) em cada momento/período e lugar, no desigual desenvolver do Modo Capitalista de Produção, num constante movimento de des-territorialização e re-territorialização, ou, de *des-re-territorialização* como afirma Haesbaert (1997) (SAQUET, 2002, p. 23).

Quando o campesinato é desterritorializado, ao mesmo tempo, ele re-territorializa-se em outro lugar: seja o espaço urbano, seja no espaço rural, em outras condições de vida e de trabalho, contudo, ele não deixa de existir. E nesses novos territórios ele pode se organizar e lutar pela reconquista de suas terras e modo de vida.

A violência cometida contra (as)os posseiras(os), camponesas(es), teve como resposta a organização desses sujeitos para a luta pelos seus direitos. A organização da luta, na região do Vale do Rio Doce, é exposta por Pereira (1988) na terceira parte de seu livro. Segundo o autor, despejos “gigantescos” começaram a ocorrer a partir da década de 1940 na região do Vale do Rio Doce. Um lavrador que perdera suas terras para uma hipoteca do Banco do Brasil, Fidelino Ayres Torrado, conseguiu fundar um Sindicato de Trabalhadores Rurais que em pouco tempo já contava com mais de mil associados. Em 1955, este sindicato convocou uma grande manifestação em favor da reforma agrária e a resposta foi: “(...) aviões enviados do Rio pela Cruzada Brasileira Anticomunista, do almirante Pena Boto, despejaram boletins nas cidades (...) contra “o comunista Fidelino e sua reforma agrária vermelha”. Não adiantou. No dia marcado, mais de 10 mil camponeses se acotovelaram na praça da estação” (...) (PEREIRA, 1988, p. 85).

O lema dessas(es) camponesas(es) era “*Queremos Terra para Fazer Fartura*”. Todavia, logo foram reprimidas(os), o sindicato fechado e seu líder teve que fugir para outro estado. Passado um tempo, surgiu outra liderança no município: filho de posseiros despejados que se tornara sapateiro na cidade. Em um determinado momento, ele decide criar um sindicato de sapateiros. Contudo, começou a se envolver nas discussões sobre a reforma agrária, que tomava conta do país na década de 1960. Sobretudo, com a entrada de João Goulart na presidência (1961-1964). Este sujeito, no livro de Pereira (1988), é chamado de Titão, mas na realidade, seu nome era Chicão, fundador do Sindicato dos Lavradores e Trabalhadores Rurais de Governador Valadares. Em pouco mais de um mês já tinha mais de 2 mil associados e outros sindicatos foram organizados em mais seis municípios da região. “Até operários apareciam, perguntando se podiam se inscrever ‘porque se a reforma agrária vier mesmo, eu largo a profissão e vou trabalhar meu pedaço de terra’” (PEREIRA, 1988, p. 97).

A partir de muitas discussões e organização das(os) camponesas(es) da região surge a ideia de realizar um plano piloto de reforma agrária na fazenda do Ministério em Governador Valadares. Essa fazenda pertencia ao Governo Federal. O local estava abandonado e os recursos investidos estavam deteriorando ou sendo saqueados por fazendeiros locais. Nessas terras seria possível assentar 300 famílias, em lotes de até 10 hectares. “(...) Titão chegou de sua viagem até Brasília, trazendo – conforme prometera – a palavra do ministro da Agricultura e do presidente da República, de que a fazenda federal seria mesmo entregue ao sindicato para o Plano Piloto de Reforma Agrária (PEREIRA, 1988, p. 131). Dessa forma, foi feita uma convocação de todos os associados para uma grande assembleia na qual essa notícia seria divulgada e debatida.

Contudo, essa organização das(os) camponesas(es) não passou despercebida dos coronéis e fazendeiros da região que começaram a se organizar formando milícias¹⁰. Pereira (1988) relata que a assembleia não pôde ocorrer pelo risco de um conflito sério entre fazendeiros e camponeses(as). No dia marcado, as milícias rodearam o espaço no qual ocorreria a assembleia em permanente ameaça de embate físico. E, uma vez consumado o Golpe Militar em 31 de março de 1964:

(...) a cidade e região amanheceram sob o império das milícias de Tetro Barreira. Ficou sendo ele a autoridade suprema e incontestável. (...) Resultado disto foi um espetáculo de violência jamais visto naquelas paragens, nem de longe igualado pelos mais célebre despejos de posseiros do passado. Primeiro, foi a destruição pura e simples de todas as sedes de sindicatos de lavradores com todos seus documentos e pertences. Detiveram e espancaram quanto líder camponês lhe caísse nas mãos, existindo muitos até hoje desaparecidos (...) (PEREIRA, 1988, p. 175).

Por um período, GV ficou sem sua base de organização popular. Mas, posteriormente, o sindicato ressurgiu. Primeiramente, como um órgão frágil, pouco combativo. Contudo, na década de 1980, a nova diretoria que assume (conforme relata José Matilde, que fez parte deste processo e hoje é integrante da direção do sindicato) busca resgatar a linha de ação do sindicato em suas origens. Sendo assim, logo se alia e apoia diversos movimentos socioterritoriais, contribuindo para a sua territorialização no Vale do Rio Doce. Além do MST, MPA, como veremos, o próprio MMC.

Com o apoio do STR-GV, o MST iniciou as primeiras ocupações na região e efetivaram a luta iniciada pelos(as) filhos(as) dos posseiros(as) despejados(as): a conquista das terras da Fazenda do Ministério, construindo um dos primeiros assentamentos de reforma agrária da região: o Assentamento Oziel Alves Pereira. Os(as) primeiros(as) posseiros(as), que trabalharam duro na construção de sua terra de trabalho e de vida, não puderam deixar essas terras de herança para seus filhos(as), mas lhes deixaram a memória. Esta, fazendeiro, grileiro, coronel algum pôde lhes arrancar. E como finaliza Pereira (1988, p. 176) seu livro: “aqui chega ao fim o nosso testemunho. Fica e continua o do povo. E a memória do povo é do tamanho do mundo”.

No Encontro Estadual do MMC MG uma das camponesas, ao relatar a sua história, trouxe também diversos elementos da própria história da formação do Assentamento Oziel, hoje, local de moradia e trabalho de muitas camponesas que fazem parte do MMC MG. A camponesa que era sem terra, lembra que em 1987 já ocorriam reuniões em igrejas e sindicatos sobre o tema da reforma agrária, nas quais ela ainda jovem participava. A primeira ocupação realizada pelo MST no estado de MG ocorreu no município de Novo Cruzeiro, na fazenda Aruega. Ela tinha apenas 13 anos e participou dessa ocupação. “*Lá nós ficamos por*

¹⁰ Como o Governo Federal, naquele momento, estava decidido em realizar a reforma agrária, as pressões dos coronéis contra o governo não estavam surtindo efeito. Dessa forma, além de se aliarem aos militares, que estavam arquitetando o golpe, eles criaram grandes milícias para perseguirem as(os) camponesas(es) organizadas(os).

3 anos, com muita perseguição. Na época, já pensou? Os sem terras ocupar uma fazenda? Na época era UDR, a opressão era muito forte” (Fala no Encontro Estadual do MMC MG, Governador Valadares, 2019). A terra conquistada naquela fazenda era pouca para todas as famílias que participaram da luta (300 famílias), com isso, apenas 25 famílias foram assentadas. As famílias restantes se distribuíram pelo estado de MG, em outras ocupações de terras.

Em 1993 ocorreu a primeira ocupação da região do Vale do Rio Doce, no município de Tumiritinga/MG (a fazenda Califórnia se tornaria o Assentamento 1º de Junho). Os pais dessa camponesa foram assentados nessas terras e ela continuou na luta, pela sua terra própria. Em 1994, 240 famílias ocuparam as terras da antiga Fazenda do Ministério (história relatada anteriormente). Essas famílias foram despejadas duas vezes até que decidiram fazer um ato que chamasse atenção da sociedade: uma marcha, a pé, até Belo Horizonte¹¹ (uma distância de 300 km). Contudo, quando elas(es) chegaram no município de Santa Luzia (17 km do centro de Belo Horizonte), a polícia havia feito um bloqueio. Ela afirma que, segundo a mística do MST, as(os) sem terra entravam nos locais com as suas ferramentas de trabalho (foice, enxada etc.). E a polícia disse a elas(es): “*se vocês entrarem com as ferramentas, vocês vão apanhar muito*”. Contudo, a decisão das(os) camponesas(es) foi a de não abandonarem sua mística e continuaram avançando com suas simbologias¹². Após esse conflito e, devido também à grande repercussão que teve o massacre dos sem terras em Eldorado dos Carajás/PA, em 1996, a Fazenda foi liberada para a reforma agrária, formando-se, assim, o Assentamento Oziel Alves Pereira (nome dado em homenagem a um dos jovens que morreu no massacre no Pará).

Maria de Roma também fez parte desse processo histórico. Como foi relatado, sua família vinha de um histórico de exploração, vivendo sob o sistema de “terça” para poder sobreviver. Na década de 1990, Maria de Roma estava em Belo Horizonte e seu pai trabalhando em GV. Seu pai sempre teve o sonho de voltar a trabalhar no campo e, por isso, mantinha uma relação frequente com o STR-GV. Nesse período, o Sindicato começou a apoiar a vinda do MST para a região do Rio Doce. E, com isso, planejaram a ocupação do hoje Assentamento Oziel. “*E foi batata! Lá eles falaram que iam ocupar o Oziel. E meu pai disse, nós vamos! (...) Ai falei pro pai, nós vamos voltar a nossa luta do que tinha antes! Vamos trabalhar no que é nosso!*” (Maria de Roma, Governador Valadares/MG, 2019). Logo que os lotes foram divididos, elas(es) passaram a produzir em abundância e a comercializar em 4

¹¹ Nesse momento, do relato da camponesa, foi muito interessante, pois duas outras camponesas, que vivem em municípios distintos, e que ainda não se conheciam, afirmaram que também estiveram lá, participando dessa marcha, em defesa da reforma agrária. A marcha ocorreu em 1996.

¹² “Eu já tinha visto tumulto de gente em jornal, mas ao vivo eu não tinha visto. Aquele monte de gente, impinchando em cima do outro, só via mulher gritar, quebrou minha perna (...), o compadre [pai da Maria de Roma], não quis entregar as ferramentas. Era a decisão da maioria, era a resistência. (...) bateu na cabeça dele e ele caiu, só via sangue” (Fala no Encontro Estadual do MMC MG, Governador Valadares, 2019).

feiras. “*Ai chegamos em nosso sonho realizado*” (Maria de Roma, Governador Valadares/MG, 2019). Esse relato evidencia a discussão abordada anteriormente sobre distintas territorialidades, processos coevolutivos entre natureza e sociedade, forjados por camponesas(es) e latifundiários (posteriormente, agronegócio). Quando o campesinato tem acesso à terra e condições para produzir, seu foco está na produção diversificada de alimentos, para o autoconsumo e venda, abastecendo a cidade com alimentos saudáveis. Já os latifundiários, no VRD, tinham como foco o desmatamento, formação de pasto para, exclusivamente, a criação de gado: desabastecendo as cidades e degradando o meio ambiente.

Embora Pereira (1988) não aborde a importância do trabalho das igrejas, com as Comunidades Eclesiais de Base (CEB) e as Pastorais da Juventude (PJ) para a organização social e política das(os) camponesas(es), no relato trazido pelas camponesas do MMC MG, esses espaços de discussões foram o início da organização e conscientização de muitas mulheres camponesas. Uma das camponesas do MMC MG afirma que foi a partir da década de 1970 que ela começou a vivenciar o processo de discussões políticas, quando iniciou sua participação em uma CEB. Nessa época começaram a vir muitos padres da França e da Itália para a região (Teófilo Otoni, Caratinga, Ipatinga etc.) que começaram a fundar as CEBs.

Porque fundar as CEBs? Naquele tempo a opressão era tão grande, tão grande, que o povo, na realidade, toda a população foi se preocupar em se organizar junto com a Igreja, com os próprios padres, lendo o evangelho, a história de Moisés, a história de Moisés foi a que mais deu exemplo pra gente naquele tempo e a gente começou a se organizar. E a preocupação era o que? Era de sair dessa opressão que a gente vivia (Fala no Encontro Estadual do MMC MG, Governador Valadares, 2019).

A partir das reflexões feitas nas CEBs, percebeu-se a importância da formação de sindicatos rurais. Posteriormente, das federações. E, por fim, a necessidade de um partido político que representasse a classe trabalhadora, do campo e da cidade.

A gente pensava de que maneira a gente poderia avançar nessa mobilização se a gente só fundar Sindicato, movimentos sociais, sem ter uma representatividade na Câmara, então a gente começou a pensar que teria que fundar um Partido. E que Partido é esse? A gente começou a conversar o que faria. Essa questão do Partido dos Trabalhadores, do PT, foi pensado em conjunto a nível de Brasil, a gente fundou o Partido (Fala no Encontro Estadual do MMC MG, Governador Valadares, 2019).

Essa camponesa vivenciou todo esse processo e participou de todas essas discussões: das CEBs para os sindicatos, destes para as federações e, por fim, na discussão da fundação de um partido que representasse o povo. Mas, como mulher, ela percebia as limitações desse processo.

Mas e aí? Quantas vezes a gente contava, assim, 30 homens, 2 ou 3 mulheres. Ou às vezes, 50 homens, 2 mulheres. E quantas vezes o homem

levantava e dizia “eu sou o José de tal e tal, e ela ali é minha esposa, fulana de tal”. Cadê a sua voz? Ele apresentava ela. Tirava o direito da mulher [se apresentar] (Fala no Encontro Estadual do MMC MG, Governador Valadares, 2019).

A partir disso, tanto ela como outras mulheres foram refletindo e se organizando até surgir a ideia da criação de uma equipe sindical feminina, para pensarem, justamente, na questão/situação sindical das mulheres trabalhadoras rurais. E isso foi algo que ocorreu por todo o país. Podemos perceber a importância desses pontos de resistência (nós) e organização nos lugares que, ao passarem a se articular com os pontos de resistência e organização de outros lugares (redes) vão criando tessituras, redes e fluxos, cada vez mais fortes e abrangentes, com maior capacidade de incidência política fazendo com que transformações se tornem possíveis nessas localidades. A seguir, adentraremos na discussão, especificamente, sobre a formação do MMC MG e perceberemos a importância da formação dessas redes para a consolidação das lutas locais.

A formação do MMC MG

É possível identificar a formação de redes também na luta específica das mulheres do campo: é a partir das organizações nos lugares, articuladas entre si, que movimentos sociais mais amplos se tornam possíveis. Nacionalmente, as organizações autônomas ou mistas de mulheres do campo, que se formaram a maioria na década de 1980, criaram a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR) em 1995. O foco dessa articulação, como o nome já diz, é articular/unificar as lutas para que as discussões feitas em conjunto, entre as diversas organizações de mulheres, pudessem fortalecer a luta pelos direitos das mulheres no campo (MMC/SC, 2008).

Em GV, a organização de mulheres que irá fazer parte da ANMTR será o grupo de mulheres organizado a partir das discussões feitas pelo STR-GV. Essas discussões sobre os direitos das mulheres começaram a ser pauta do STR-GV a partir do momento em que uma mulher camponesa assume a presidência do mesmo em 1993, ou seja, dois anos antes da ANMTR ser consolidada. Martinha¹³ é a camponesa que assume a direção do STR-GV e quem passará dar atenção especial à organização das mulheres do campo, em conjunto com outras camponesas que vão se tornando liderança na região.

Ai eu comecei a puxar a discussão das mulheres. Às vezes nós íamos nas reuniões nas comunidades, às vezes nem espaço público tinha para reunir, a gente ia para as casas de associado. Chegava lá, geralmente, homem que recebia. Ai chegava eu e mais outras pessoas do Sindicato, mas só eu de

¹³ Martinha já vinha de experiências de discussões políticas através das CEBs, da Pastoral da Juventude (PJ) e do MST (ela participou da luta e da conquista da terra do Assentamento Oziel, local onde vive e produz, atualmente).

mulher, aí chegava o dono da casa falava: “Oh Martinha, vai lá na cozinha, minha mulher tá lá fazendo café para nós”. Eu ia lá pra cozinha, conversava, chamava para a reunião. Ai eu coordenava. Assim, foi dessa forma bem sutil, que a gente foi começando a puxar a discussão, foi começando a fazer as primeiras reuniões de mulheres, a associar as mulheres (Martinha, Governador Valadares/MG, 2019).

Nessa fala, Martinha explicita as conflitualidades de gênero quando as mulheres buscam ocupar espaços que historicamente lhes foram negados: a política. De forma muito espontânea, o camponês direciona Martinha para cozinha (tradicionalmente, território das mulheres), enquanto os homens assumem a sua função tradicional de ponte entre o privado e o público, realizando as discussões políticas. A dirigente, contudo, torna fluido o que era rígido mesclando território de mulher com território de homem: vai até a cozinha, mas não para cozinhar, mas para dialogar com a mulher e convencê-la da importância de que ela participe, também, das discussões políticas.

Em 1993, quando Martinha assumiu a direção, a pauta nacional de luta das mulheres do campo (embora elas, em MG, ainda não estivessem unificada na ANMTR) era pela consolidação dos direitos previdenciários conquistados na Constituição Federal de 1988. Com a eleição presidencial do candidato neoliberal, Fernando Collor, em 1992, seu governo não tinha intenções de regulamentar esses direitos. Dessa forma, as mulheres do campo tiveram que se mobilizar e fazer várias lutas (acampamentos, idas a Brasília, abaixo assinados etc.) para que, de fato, seus direitos passassem a ser colocados em prática.

Martinha, em 1992, estava presente na mobilização de mulheres em Brasília, para a regulamentação da Lei da Previdência Social (aposentadoria e salário maternidade).

Eu fiz parte da equipe que ia entregar pro presidente do Congresso Nacional, na época era o Michel Temer. Nós levamos pacotes e mais pacotes de assinatura, milhões de assinaturas, para pressionar a regulamentação da lei. O reconhecimento da mulher enquanto trabalhadora rural etc. Uma grande conquista. (Martinha, Governador Valadares/MG, 2019).

A luta pela previdência social vinha junto com a luta pelo reconhecimento das camponesas como trabalhadoras. Pois, até então, elas eram designadas como “do lar”. A invisibilização do trabalho das mulheres tem grandes implicações materiais. Se a mulher não é reconhecida como trabalhadora, ela não tem acesso a direitos (aposentadoria, crédito etc.), assim como, seu reconhecimento como sujeito político se torna mais difícil. Todavia, a invisibilização das mulheres do campo era ainda maior, elas tampouco eram reconhecidas como cidadãs, sendo que, muitas não tinham nenhum tipo de documento pessoal. Dessa forma, a luta pela documentação da mulher do campo era uma das lutas prioritárias, pois sem documentos a mulher não poderia acessar nenhum outro direito.

A partir de 1994 começaram a ser acessados os primeiros salários maternidade, aposentadorias das mulheres rurais etc. Segundo Martinha, em GV ela foi a primeira mulher a requerer o salário maternidade no INSS. “*Então, assim, depois disso abriu as portas, e muitas muitas conseguiram. Com muita luta né?*” (Martinha, Governador Valadares/MG, 2019). O encontro com Justina Cima (na época era integrante do Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina), na luta pelo salário maternidade em Brasília, em 1992, contribuiu para o fortalecimento da organização das mulheres em MG¹⁴. Quando Justina foi para MG, ela levou a ideia da unificação e animou as mulheres a participarem no processo de construção do MMC. Com isso, a organização de mulheres do campo em GV foi crescendo e se desenvolvendo.

O trabalho de base era realizado não só em GV, mas em vários municípios no entorno, como: Alpercata, Frei Inocência, São Geraldo da Piedade, Marilac, Galiléia, Laranjeiras, Sobrália, Periquito e Açucena. Cada município tinha a sua liderança/coordenadora responsável por organizar as mulheres e os encontros. “*E era a discussão da autonomia mesmo, da autonomia da luta, da organização, do empoderamento das mulheres*” (Martinha, Governador Valadares/MG, 2019). Nesses encontros eram abordados diversos assuntos.

Entramos bem no básico, depois que fomos introduzindo a questão da violência, da sexualidade. A discussão era sobre a aposentadoria, documentação, eram temas que conseguiam mobilizar, mas reservava um tempo para falar de nós. E nós? Como é a nossa vida aqui na roça? A gente ia para as comunidades com essas perguntas. Qual a realidade? Como é a nossa vida? E essas coisas que acontece, vocês acham que é assim mesmo? Que pode ser diferente? E aí a gente ia. Aí depois juntava um grupo maior nos encontros do município, aí a discussão era maior (Martinha, Governador Valadares/MG, 2019).

Este trabalho de base foi conseguindo, aos poucos, ir despertando a consciência e mobilizando diversas mulheres do campo para a luta pelos seus direitos. Em 2004, elas participaram do Congresso de fundação do MMC em Brasília. Em 2005, conseguiram realizar uma mobilização em GV com mais de 500 mulheres de GV e região. Nessa época, segundo Martinha, elas estavam fazendo uma discussão sobre: “*produção para nós é o que? Representa o que para nossas famílias e comunidades? O que que representa a participação das mulheres na produção, pro MMC?*” (Martinha, Governador Valadares/MG, 2019).

Em 2006, quando já estavam unificadas no MMC, Martinha relata que elas fizeram parte de um projeto dentro do Programa Território de Identidade do Governo Federal. Nesse projeto existiam atividades nas quais deveriam ser discutidos os temas de gênero, e o MMC MG assumiu essa tarefa, que envolvia a realização de encontros nos municípios e,

¹⁴ As organizações de mulheres do campo, dos estados do Sul, estavam desde 1988 articuladas na luta através da Articulação de Instâncias de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sul (AIMTR-Sul) (MMC/SC, 2008).

posteriormente, um grande encontro regional com todos os municípios envolvidos. Além das discussões de gênero, também abordavam a discussão sobre a agroecologia.

Nós tivemos no encontro municipal de Virgolândia, tinha uma companheira (...) que quando nós começamos o encontro, ela não conseguiu levantar a cabeça para falar o nome. Aí nesses encontros regionais eram dois dias de encontro, a gente reservava a noite pra terapias comunitárias. (...) Aí no encontro de fechamento, essa mulher que não conseguiu levantar a cabeça pra falar nome, quando começou o encontro estava aqui, de cabelo todo arrumado, de unha toda pintada, e toda arrumadinha, de batom e tal, numa alegria. E ela disse, “o Movimento de Mulheres, naquele encontro, transformou a minha vida”. Aconteceram muitas coisas boas que a gente acredita que fez diferença na vida de muitas mulheres na região. Inclusive na minha (Martinha, Governador Valadares/MG, 2019).

Essa é uma das conquistas que o MMC MG trouxe para as suas mulheres: o resgate de sua autoestima, da confiança em si mesma, da autovalorização. A porta de entrada para todas as outras conquistas: políticas, econômicas etc. Martinha percebe que umas das maiores contribuições do MMC na vida das mulheres foi em relação ao empoderamento. Como vimos, a divisão sexual do trabalho e a cultura patriarcal é muito forte no campesinato, definindo de forma rígida o território da mulher que, no passado, encontravam forças nas suas relações com outras mulheres das comunidades. Com o avanço do capitalismo no campo, as comunidades foram se enfraquecendo, restando poucas famílias e as mulheres ficando, cada vez mais, isoladas. Isso impactou ainda mais em sua autoestima e autovalorização. Com o MMC, novas redes são tecidas, novas relações sociais entre mulheres que, unidas, se fortalecem mutuamente. Com isso, essas mulheres se conscientizam da importância de ampliar o seu território, de lutarem pelo reconhecimento de seu trabalho, de seus direitos e contra as diversas violências de gênero que sofrem. É a partir dessa autovalorização que as mulheres avançam para o território político, econômico etc.

E a conscientização política avançou bastante. As mulheres tinham uma participação muito grande. Deu uma repercussão, companheiros partiram pra cima. E na minha concepção é por conta do trabalho que a gente fez. As mulheres começaram a ocupar os espaços. Espaços que até então só homens ocupavam (Martinha, Governador Valadares/MG, 2019).

Em relação à produção das mulheres, o MMC MG contribuiu para a criação da Associação de Produção de Rosquinha das Mulheres da Cabeceira do Bugre e da Associação de Mulheres para a produção de doces de banana. Esta, por sua vez, fornece as cinzas para uma das camponesas entrevistadas, disponibilizando esse insumo para a produção de sua horta orgânica, que abastece as escolas municipais de GV. Nesse sentido, podemos perceber avanços, tanto no fortalecimento de autoestima, na conscientização e participação política mas, também, na organização produtiva que passam a fazer parte do MMC MG. Posteriormente, o MMC MG contribuirá para que as camponesas tenham conhecimento das

políticas públicas existentes, como PAA e PNAE, ou mesmo feiras locais, para a comercialização de sua produção. Este é o caso de Lucivanda que antes de conhecer o MMC MG, tinha uma vida cativa no lar, mas, assim que tem contato com uma dirigente em um posto de saúde, esse diálogo revoluciona sua vida. Uma das transformações que o MMC trouxe para sua vida foi sua independência econômica, ao começar a comercializar em feiras¹⁵.

Lucivanda é uma das camponesas que assumiu a liderança do MMC MG e tem dado continuidade ao trabalho de base. Hoje ela faz parte da coordenação nacional do MMC. Os trabalhos de base continuam em diversos municípios: Governador Valadares, Marilac, Periquito, Frei Inocência, Naque, São Geraldo da Piedade, Vespasiano, Mathias Lobato, Janpruca, Safira, Santa Maria do Suassui, Virgolândia e Tumiritinga. A seguir apresentamos um quadro síntese das lutas e instâncias organizativas abordadas neste artigo que, a partir da dimensão histórica, foram importantes para a criação e territorialização do MMC MG.

Quadro 1: Lutas e instâncias organizativas mencionados no artigo, por período e governo presidencial¹⁶.

Instância	Período	Governo Nacional	Bandeiras de Lutas e Conquistas
Criação do 1º Sindicato de Trabalhadores Rurais em GV	1955	Café Filho (PSP)	Reforma Agrária
Criação do Sindicato de Lavradores e Trabalhadores Rurais de GV	1961	Jânio Quadros (PTN) e João Goulart (PTB)	Reforma Agrária
Formação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e das Comunidades Eclesiais de Base (CEB).	1975	Ernesto Geisel (ARENA)	A CPT atuou na luta pela Reforma Agrária, dos Atingidos por Barragens, pelos direitos humanos e na luta pela valorização e libertação da mulher camponesa.
Criação do Partido dos Trabalhadores (PT)	1980	João Figueiredo (PDS)	Demanda dos movimentos sociais: necessidade de representatividade política nos governos.
Fortalecimento do STR-GV	1980	João Figueiredo (PDS)	Nova direção do STR-GV volta a ser combativa e articula-se com movimentos sociais: MST, MAB e, posteriormente, MMC.
Criação dos Movimentos/organizações autônomos de mulheres do campo em diferentes estados	Década de 1980	João Figueiredo (PDS)	Diferentes bandeiras, conforme cada localidade. Mas, que articulavam: direitos das mulheres, luta pela constituinte, luta de classes etc.
Criação da Articulação de Instâncias de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sul – AIMTR-Sul	1988	José Sarney (PMDB)	Bandeiras de luta: Saúde, sexualidade, reconhecimento da profissão, produção, reprodução, gênero e as causas da violência contra as mulheres.
AIMTR-Sul em diálogo com STR-GV (MG)	Década de 1990	Fernando Collor (PRN)	Luta pela documentação pessoal e profissional. Reconhecimento da

¹⁵ Devido a delimitação de espaço, não será possível avançar, neste trabalho, na discussão sobre a produção e comercialização atual das camponesas de MG.

¹⁶ Apresentamos aqui apenas o que nossa pesquisa conseguiu captar de organizações e momentos chave que contribuíram para a organização da luta das mulheres camponesas de MG, até a formação do MMC MG (2004). Obviamente essa trama é muito maior, com outras instâncias, lutas, as quais a pesquisa não foi capaz de captar.

HISTÓRIA E LUTAS DA TERRITORIALIZAÇÃO DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS DE MINAS GERAIS

			condição de seguradas especiais, implementação da Previdência Universal e Solidária. Garantia de acesso a benefícios (salário maternidade, dentre outros). Direito a titulação da terra em nome da mulher.
MST	1993	Itamar Franco (PMDB)	1ª Ocupação do MST no Vale do Rio Doce Em Tumiritinga/MG. Formação do Assentamento 10 de Junho.
Formação do Grupo de Mulheres do Campo a partir do STR-GV, em MG	1993	Itamar Franco (PMDB)	Previdência Social, reconhecimento como trabalhadora rural, empoderamento da mulher do campo.
MST	1994	Itamar Franco (PMDB)	Ocupação da Fazenda do Ministério (GV) e Marcha para Belo Horizonte
AIMTR-Sul e outras organizações, como o STR-GV (MG)	1994	Itamar Franco (PMDB)	Conquista do Salário Maternidade e reconhecimento como trabalhadoras rurais.
Criação da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR)	1995	FHC (PSDB)	Espaço de discussão, elaboração e unificação de lutas.
MST e STR-GV	1996	FHC (PSDB)	Formação do Assentamento Oziel Alves Pereira
ANMTR	1997	FHC (PSDB)	Campanha “Nenhuma Mulher Trabalhadora Rural sem Documentos”.
ANMTR	2000	FHC (PMDB)	Intensificação do debate sobre consequências dos venenos, sementes transgênicas, valorização das sementes crioulas e a necessidade da construção de um Projeto Popular para a agricultura brasileira.
Consolidação do MMC Brasil	2004	Lula (PT)	Unificação de movimentos autônomos de mulheres do campo de 19 estados. Como um movimento: popular, autônomo, classista e feminista.

Fonte: CPT, 2010; MMC, 2008; Autora, 2019.

Nos últimos anos, a organização do MMC tem sido no sentido de buscar barrar a perda de direitos já conquistados. Dessa forma, a luta pela Previdência Social, luta histórica do MMC, foi uma de suas principais frentes de luta em 2020, devido à Reforma da Previdência que estava em votação no Congresso Nacional. O MMC Nacional criou a chamada Brigada Loiva Rubenich¹⁷. A Brigada Loiva foi a presença constante, por quatro meses no Congresso Nacional e um mês no Senado, de mulheres do MMC de todo o Brasil. O MMC MG teve participação decisiva nesse processo, enviando, constantemente, ônibus com diversas mulheres do Movimento para dialogar com os(as) parlamentares e fazer pressão para que a Reforma não fosse aprovada.

¹⁷ Loiva foi uma militante do MMC, que viajou pelo Brasil realizando trabalho de base em prol da luta pela Previdência na época da reformulação da constituição federal, na década de 1980. Sendo assim, ela desempenhou importante papel nas conquistas de direitos para a população rural, como a aposentadoria rural e o salário maternidade rural.

Apesar da Reforma da Previdência ter sido aprovada, a atuação no MMC no Congresso conseguiu retirar alguns pontos que a tornariam ainda mais prejudicial à vida dos(as) trabalhadores(as) do campo. Os itens que foram retirados da proposta da Reforma foram: o da capitalização; os que alteravam os direitos especificamente dos(as) trabalhadores(as) rurais (de aumento da idade para se aposentar e da necessidade de pagamento de uma quantia anual ao INSS); o item do Benefício de Prestação Continuada (BPC) que rebaixava o valor para R\$ 400,00, hoje segue como sendo o valor de um salário mínimo.

A previdência social é um direito dos(as) trabalhadores(as) do campo. É também uma das formas de contribuir para que a população permaneça vivendo e trabalhando no mesmo. Contudo, essa não é a única discussão dentro do MMC MG. A discussão sobre os direitos das mulheres e pela Agroecologia continuam. E, sobretudo, no Vale do Rio Doce, as camponesas têm uma luta constante contra o avanço do capitalismo no campo que tem não só devastado o meio ambiente, como também, tirado a vida de muitas pessoas.

Como bem sabemos, o Rio Doce foi atingido pelo crime social e ambiental ocorrido em Mariana/MG, em novembro de 2015, com o rompimento da barragem da empresa mineradora Samarco (cujos os proprietários são: a Vale S.A. e a BHP Billiton). A lama da barragem chegou à GV e deixou milhares de pessoas sem acesso à água, assim como, muitos(as) pescadores(as) e camponeses(as) sem meios de continuar seu trabalho e produção. Até hoje, segundo pesquisas feitas nas águas desse rio, estas permanecem contaminadas, impróprias para o uso. Contudo, devido à necessidade, as pessoas têm consumido, feito uso dessas águas, sem saber que consequências isso pode gerar para a sua saúde em médio e longo prazo. No Encontro Estadual do MMC MG, uma das camponesas presentes relatou que costumava vender seus produtos em uma barraca nas margens de uma rodovia. Contudo, como o rio que abastece o seu sítio é o Rio Doce, as pessoas deixaram de comprar os seus cultivos, pois sabem que as águas estão contaminadas. Ela conta que as pessoas continuam pescando no rio e diversas mutações têm sido percebidas nos peixes.

Outra participante do Encontro faz parte do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), é de Brumadinho¹⁸ e a luta ali é muito árdua para que as indenizações sejam de fato realizadas. Ela relata que as pessoas contam que alguns meses antes da barragem ser rompida, alguns moradores receberam ofertas para que vendessem suas terras. Após o rompimento da barragem, foi divulgado pela mídia que a Vale S. A. chegou a realizar pesquisas na área, em 2006, e concluiu que o terreno tinha potencial para mineração. Contudo, a Vale S.A. negou tal interesse, muito embora, ela tenha exigido nos trâmites de

¹⁸ Em 2019, controlada pela Vale S.A., a 'barragem da Mina Córrego do Feijão', que acumulava rejeitos de uma mina de ferro rompeu levando (oficialmente) à morte de 259 pessoas e 11 desaparecidas, deixando diversas famílias camponesas e aldeia indígena sem acesso à água e suas terras.

indenização, que os(as) indenizados(as) transferissem o título de propriedade das terras para a empresa. Em nota emitida pela empresa, ela afirma que não efetuará exploração mineradora na área e que a ideia é que se forme um corredor ecológico (POSSATO *et al.*, 2019).

O uso dessas terras só o futuro dirá. Todavia, fato é que as águas de Brumadinho, assim como todo o Rio Doce, continuam contaminados e afetando a vida e a saúde de milhares de pessoas. E essa é uma das grandes lutas que o MMC MG, assim como as demais organizações políticas e sociais da região, tem diante de si. Contra esses novos grileiros de terras que surgem, com novas roupagens, novas táticas, mas com os mesmos objetivos: desterritorializar o campesinato para a extração, sem limites, de capital.

Considerações finais

Buscamos abordar aqui, o histórico da luta camponesa no Vale do Rio Doce até a formação do atual Movimento de Mulheres Camponesas de Minas Gerais, a partir de uma perspectiva territorial, partindo de referências bibliográficas e do relato das camponesas que vivenciaram esses processos de luta. O Vale do Rio Doce foi colonizado por camponeses(as) que *posseavam* a terra para poder viver e cultivar, a partir de manejos que conservavam o meio ambiente. Contudo, com o avanço do capitalismo, a valorização das terras na região, iniciou-se um processo de grilagem de terras e expropriação das mesmas dos(as) camponeses(as), para a formação de latifúndios tendo em vista a criação de gado. Essa transformação levou a um processo intenso de degradação do meio ambiente: o desmatamento e o mau uso do solo geraram processos erosivos graves e a diminuição da oferta de água.

A violência extrema que se perpetuou contra os(as) camponeses(as), levou à organização dos(as) mesmos(as) em sindicatos e movimentos socioterritoriais em busca de justiça e da retomada de suas terras de trabalho e de vida. Dentre as conquistas dessas lutas tivemos a formação do Assentamento Oziel, assim como, da retomada do Sindicato dos Trabalhadores(as) Rurais de GV. A partir desse Sindicato e de Movimentos de mulheres camponesas de outros estados, iniciou-se a discussão de gênero em GV, contribuindo para que o MMC se consolidasse em Minas Gerais a partir de 2004, junto com a formação nacional do MMC.

O MMC MG apresentou muitas conquistas a partir de suas lutas contra a destruição do modo de vida camponês, sua forma de produzir e se relacionar com a natureza, na luta pelos direitos das mulheres, pela sua valorização, autoestima, contra a violência e opressão que sofrem. A retomada de sua autoestima e valorização, como mulheres e como camponesas, faz com que as militantes se engajem, cada vez mais, na luta, no compromisso

de libertarem cada vez mais mulheres (na reterritorialização de suas terras, corpos e conhecimentos).

Referências

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA, 2012.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do Capital Financeiro na Agricultura à Economia do Agronegócio**: mudanças cíclicas em meio século [1965-2012]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

DEMATTEIS, Giuseppe. O Território: uma oportunidade para repensar a geografia. In: SAQUET, M. A. Abordagens e Concepções de Território. 3ª. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos Socioterritoriais e Movimentos Socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, ano 8, número 6 – Janeiro/Julho de 2005. <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1460>

GARCIA JR, Afrânio Raul. **O Sul: Caminho do Roçado**. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Marco Zero; Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: MCT-CNPq, 1989.

GOMES, João Carlos Costa. Bases epistemológicas da agroecologia. In: AQUINO, A. M., ASSIS R. L. (Eds.) **Agroecologia**: Princípios e Técnicas para uma Agricultura Orgânica Sustentável. Embrapa Informação Tecnológica: Brasília, 2005.

GUIMARÃES, Lígia. “Fala de Guedes sobre desmatamento contraria ciência e até 'mundo econômico' de Davos, diz cientista”. **G1**. BBC News Brasil em São Paulo. 22 jan. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51215404>. Acesso em: 23 jan. 2020.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. **Bases Sociológicas de la Agroecología**. Encontro Nacional sobre Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Botucatu: UNESP, 2001.

HOWARD, Patricia L. (ed.). **Women and Plants**: gender relations in biodiversity management & conservation. London & New York: Zed Books Ltd, 2003.

KOSIK, Karel. **A Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira. **História da Agricultura Brasileira**. Combates e Controvérsias. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 8ª Ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção de capital. 2ª. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MELO, Fernanda. Para o jornalista, o combate continua. **Observatório da Imprensa**. 29 de dez. 2009. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/feitos-desfeitos/para-o-jornalista-o-combate-continua/>. Acesso em: 10 out. 2019.

MIES, Maria. BENNHOLDT-THOMSEN, Veronika. **The Subsistence Perspective: beyond the globalised economy.** London and New York: Zed Books, 2000.

MMC SC. **Uma História de Organização, Lutas e Conquistas.** Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. Chapecó/SC, 2008.

NOSSO JORNAL. Salve o grande Carlos Olavo. **Nosso Jornal.** 6 de maio de 2016. Disponível em: <https://www.nossojornalabaete.com.br/2016/05/06/salve-o-grande-carlos-olavo/>. Acesso em: 10 out. 2019.

NORGAARD, Richard B. A Base Epistemológica da Agroecologia. In: ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa.** Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.

PAULILO, Maria Ângela Silveira. Pesquisa Qualitativa e a História de Vida. **Estudos Sociais em Revista.** Vol. 2, n. 2 (Jul./Dez. 1999), p. 135-148. Londrina: Ed. UEL, 1999.

PEDON, Nelson Rodrigo. **Movimentos Socioterritoriais: Uma contribuição à Pesquisa Geográfica.** 2009. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/ltd/tese_pedon.pdf

PEREIRA, Carlos Olavo da Cunha. **Nas Terras do Rio Sem Dono.** Rio de Janeiro: Editora CODECRI, 1988.

PETERSEN, Paulo F; SILVEIRA, Luciano M; FERNANDES, Gabriel B; ALMEIDA, Sílvio G. **Método de Análise Econômico-Ecológica de Agroecossistemas.** Rio de Janeiro: AS-PTA, 2017.

PFEIFFER, Jeanine M; BUTZ, Ramona J. Assessing Cultural and Ecological Variation in Ethnobiological Research: the importance of gender. **Journal of Ethnobiology**, Vol. 25, N. 2, pp. 240-278, 2005.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. **Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

POSSATO, Viviane; ZUBA, Fernando; ANDRADE, Naiana. Brumadinho: terrenos atingidos pela lama da Vale têm potencial de mineração. **G1**, TV Globo, 27 de maio de 2019, seção Minas Gerais. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2019/05/27/brumadinho-terrenos-atingidos-pela-lama-da-vale-tem-potencial-de-mineracao.ghtml>. Acesso em 10 out. 2019.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O Campesinato Brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil.** Petrópolis: Editora Vozes, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1973.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Os Tempos e os Territórios da Colonização Italiana.** Porto Alegre, 2002. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/pos/geo/dis_teses/01/01_marcos.pdf. Acesso em: 05 de jan. 2021.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e Concepções de Território.** 3ª. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Colonos do Vinho.** Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: Hucitec, 1978.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da Mente.** São Paulo: Gaia, 2002.

SILVA, Aline Pacheco; BARROS, Carolyne Reis; NOGUEIRA, Maria Luísa; DE BARROS, Vanessa Andrade. "Conte-me Sua História": reflexões sobre o método de História de Vida. **Revista Mosaico**, Vol. I, nº 1, 25-35. 2007.

TOLEDO, Víctor M. La Racionalidad Ecológica de la Producción Campesina. In: SEVILLA GUZMÁN, E. e GONZALEZ DE MOLINA, M. (Eds.) **Ecología, Campesinato y Historia**. La Piqueta, 1993.

TOLEDO, Víctor. M; BARRERA BASSOLS, Narciso. **A Memória Biocultural**. A importância ecológica das sabedorias tradicionais. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

WELCH, Clifford; MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa S. B; WANDERLEY, Maria de Nazareth B. (Orgs.). **Camponeses Brasileiros**: leituras e interpretações clássicas. Vol. 1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

WOORTMANN, Ellen; WOORTMANN, Klaas. **O Trabalho da Terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

Sobre a autora

Renata Rocha Gadelha – Graduação em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Doutoranda em Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-6795-1412>

Como citar este artigo

GADELHA, Renata Rocha. História e Lutas da Territorialização do Movimento de Mulheres Camponesas de Minas Gerais. **Revista NERA**, v. 24, n. 57, p. 158-184, Dossiê I ELAMSS, 2021.

Recebido para publicação em 03 de fevereiro de 2020.
Devolvido para a revisão em 06 de janeiro de 2021.
Aceito para a publicação em 13 de janeiro de 2021.

A Escola Nacional Florestan Fernandes: território de resistência imaterial dos movimentos socioterritoriais

Rodrigo Simão Camacho

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) – Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil.
e-mail: rodrigocamacho@ufgd.edu.br

Resumo

Este artigo tem o objetivo de refletir sobre a importância que tem a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) enquanto um território de resistência imaterial dos movimentos socioterritoriais, sobretudo, camponeses da América Latina. A pesquisa na ENFF foi desenvolvida a partir de observação-participante e entrevistas, por meio de um questionário semiestruturado, com coordenadores, lideranças de movimentos sociais e militantes-estudantes da escola no período das duas pesquisas de campo: julho de 2010 e 2011. A ENFF tem como principal objetivo a formação de consciência crítica visando a construção de uma sociedade com igualdade social e sustentabilidade ambiental. Está localizada no município de Guararema, SP. Foi construída em regime de mutirão com o trabalho voluntário de militantes de todo o país. Funciona em regime de autogestão mantida por militantes de movimentos sociais e pela Associação dos Amigos da Escola Nacional Florestan Fernandes.

Palavras-chave: Escola Nacional Florestan Fernandes; movimentos socioterritoriais; resistência.

The Florestan Fernandes National School: territory of immaterial resistance of socio-territorial movements

Abstract

This article aims to reflect on the importance of the National School Florestan Fernandes (ENFF) as a territory of immaterial resistance of socio-territorial movements, especially peasants in Latin America. The research at ENFF was developed from participant observation and interviews, through a semi-structured questionnaire, with coordinators, leaders of social movements and school militants-students in the period of the two field surveys: July 2010 and 2011. The ENFF Its main objective is the formation of critical awareness aiming at building a society with social equality and environmental sustainability. It is located in the municipality of Guararema, SP. It was built in a joint effort with the voluntary work of militants from all over the country. It operates under a self-management regime maintained by social movement activists and by the Association of Friends of the Florestan Fernandes National School.

Keywords: National School Florestan Fernandes; socio-territorial movements; resistance.

La Escuela Nacional Florestan Fernandes: territorio de resistencia imaterial de los movimientos socio-territoriales

Resumen

Este artículo tiene como objetivo reflexionar sobre la importancia de la Escuela Nacional Florestan Fernandes (ENFF) como territorio de resistencia imaterial de los movimientos socio-territoriales, especialmente de los campesinos en América Latina. La investigación en ENFF se desarrolló a partir de la observación y las entrevistas de los participantes, a través

de un cuestionario semiestructurado, con coordinadores, líderes de movimientos sociales y militantes escolares-estudiantes en el período de las dos encuestas de campo: julio de 2010 y 2011. A ENFF Su objetivo principal es la formación de conciencia crítica con el objetivo de construir una sociedad con igualdad social y sostenibilidad ambiental. Se encuentra ubicado en el municipio de Guararema, SP. Fue construido en un esfuerzo conjunto con el trabajo voluntario de militantes de todo el país. Opera bajo un régimen de autogestión mantenido por militantes de movimientos sociales y por la Asociación de Amigos de la Escuela Nacional Florestan Fernandes.

Palabras-clave: Escuela Nacional Florestan Fernandes; movimientos socioterritoriales; resistencia.

Introdução

Este artigo tem o objetivo de refletir sobre a importância que tem a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) enquanto um *território imaterial*¹ de resistência dos *movimentos socioterritoriais*², sobretudo, camponeses da América Latina.

Devido ao caráter político-ideológico do conhecimento acumulado historicamente pela humanidade, este está sempre disputando a hegemonia da produção/reprodução do conhecimento científico e a sua materialização na realidade, por isso, estes saberes podem ser denominados de territórios imateriais.

As intensificações da preocupação com a formação na atualidade, por parte dos movimentos socioterritoriais, demonstram a importância que tem as *disputas dos territórios imateriais* – as disputas das ideias - entre as classes subalternas e o capital. Produzir e defender ideias são imprescindíveis para orientar uma ação política de ruptura com as estruturas vigentes.

A ENFF se organiza como uma espécie de *universidade popular*. A intenção dos cursos é a de capacitar pessoas para militar pelos interesses e direitos coletivos. É um marco da Educação Popular brasileira, pois pode ser considerada como a maior iniciativa já implantada pelos movimentos socioterritoriais para garantir sua autoformação. Tem como principal objetivo a formação de *consciência crítica* visando a construção de uma sociedade com igualdade social e sustentabilidade ambiental.

Ela está localizada no município de Guararema, SP. Foi construída em regime de mutirão com o trabalho voluntário de militantes de todo o país. Funciona em regime de

¹ “Para superar a compreensão do território como uno, singular, discutimos diferentes formas do território, como pluralidade. Temos *territórios materiais e imateriais*: os materiais são formados no espaço físico e os imateriais no espaço social a partir das relações sociais por meio de *pensamentos, conceitos, teorias e ideologias*. Territórios materiais e imateriais são indissociáveis, porque um não existe sem o outro e estão vinculados pela *intencionalidade*. A construção do território material é resultado de uma relação de poder que é sustentada pelo território imaterial como conhecimento, teoria e ou ideologia. [...]”. (FERNANDES, 2008, p. 8, grifo nosso).

² De acordo com Bernardo Mançano Fernandes, podemos nomear de movimentos socioterritoriais aqueles movimentos que tem o *território como trunfo* e, principalmente, quando o *território é essencial para a reprodução material e simbólica* dos sujeitos que estão lutando. Isso porque “[...] os movimentos socioterritoriais têm o território não só como trunfo, mas este é essencial para sua existência. [...]”. (FERNANDES, 2005, p. 21).

autogestão mantida por militantes de movimentos socioterritoriais e pela Associação dos Amigos da Escola Nacional Florestan Fernandes.

A metodologia da pesquisa na ENFF foi desenvolvida a partir de observação-participante e entrevistas, por meio de um questionário semiestruturado, com os sujeitos responsáveis pela manutenção da *Estrutura Orgânica da ENFF*: coordenadores dos Setores: *Pedagógico, Produção, Administrativo e Finanças/Projetos*, da Brigada Permanente Apolônio de Carvalho e dos Núcleos de Base, lideranças de movimentos socioterritoriais, e militantes-estudantes da Escola no período de realização das duas pesquisas de campo: julho de 2010 e 2011³.

A Construção da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF)

A ENFF está localizada no município de Guararema (**Figura 1**), a 70 quilômetros do município de São Paulo.

Figura 1: Localização de Guararema – SP.



Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:SaoPaulo_Municip_Guararema.svg>⁴.

Com relação ao espaço físico, sua estrutura está erguida sobre um terreno de 120 mil m². Ao todo, são três salas de aula, que comportam juntas até 200 pessoas, um auditório, dois anfiteatros, uma biblioteca com 40 mil livros (obtidos por meio de doação), com espaço de leitura e ilha de edição. Além disso, a escola conta com quatro blocos de alojamento, refeitórios, lavanderia, estação de tratamento de esgotos e casas destinadas aos assessores

³ Dado o tempo entre o trabalho de campo e a publicação do artigo, consideramos que a pesquisa se torna um registro histórico da ENFF.

⁴ Acesso em: 05 jan. 2020.

e às famílias de trabalhadores que residem na escola. Dispõe, ainda, de horta e pocilga que produzem para consumo local, e árvores frutíferas espalhadas pelo terreno. Para o lazer, oferece um campo de futebol gramado e uma quadra multiuso coberta. Para garantir a possibilidade de participação de alunos e alunas que vão à Escola levando seus filhos foi construída a “Ciranda Infantil Saci Pererê (AAENFF, 2011). Em 2017, houve a inauguração do campo de futebol Dr. Sócrates, que contou com a presença de 1500 pessoas, entre elas estavam: Chico Buarque e Lula (MST, 2020). Podemos observar a estrutura da escola nas figuras: 2, 3 e 4:

Figura 2: Escola Nacional Florestan Fernandes.



Fonte: Autor (jul. 2010).

Figura 3: Refeitório da ENFF – Josué de Castro.



Fonte: Autor (jul. 2010).

Figura 4: Auditório da ENFF – Patativa do Assaré.



Fonte: Autor (jul. 2010).

Figura 5: Inauguração do campo de futebol Dr. Sócrates Brasileiro.



Fonte: Júlia Dolce apud MST (2020).

A ENFF foi construída em regime de mutirão, contou com o trabalho voluntário de militantes de todo o país, que se revezaram na construção da Escola (LEHER, 2012). De acordo com Gilberto Maringoni, esta foi “uma obra realizada por muitas mãos calejadas pelo cabo da enxada” (apud LEHER, 2012, p. 2). Foi construída entre os anos de 2000 e 2005, com o trabalho voluntário de, pelo menos, mil trabalhadores Sem Terra e simpatizantes. Foi inaugurada com um grande evento internacional em 23 de janeiro de 2005 (AAENFF, 2010).

O projeto arquitetônico da ENFF foi pensado pela arquiteta Lilian Avivia Lubochinskino. A intenção do projeto foi a de reduzir as agressões ao meio ambiente. A construção de todos os espaços foi feita com tijolo ecológico, pois, além de ser mais resistente, reduz a necessidade de ferro, cimento e aço e pode ser produzido na própria

escola. Outras características ambientais relevantes são as seguintes: os prédios da escola possuem painéis de captação da energia solar para o aquecimento da água e ocorre o tratamento de toda a água que é utilizada. A alimentação, em grande parte, advém da horta da escola cuja produção não utiliza agrotóxicos ou transgênicos (LIMA, 2012).

As primeiras discussões para a criação da ENFF ocorreram em 1996, quando o MST sentiu a necessidade de construir um espaço nacional para a formação dos militantes. Dois anos depois, em 1998, o Movimento começou uma campanha internacional para arrecadar fundos para iniciar a construção da Escola (LEAL, 2012). Os recursos para a sua construção foram obtidos, principalmente, por meio de três fontes principais: com a venda de *fotos de Sebastião Salgado* e do livro *Terra* - este livro possui fotos de Sebastião Salgado, texto de José Saramago e música de Chico Buarque - e mediante a *contribuição de entidades da classe trabalhadora* do Brasil, da América Latina e de várias partes do mundo. Com relação a sua manutenção, os recursos advém de financiamentos de projetos nacionais e internacionais por organizações institucionais e privadas, além da colaboração individual voluntária (AAENFF, 2010).

O coordenador geral da ENFF, GG⁵, fala sobre o processo de construção da Escola. Para ele, este processo se deu de maneira pedagógica, pois participaram do processo, além dos militantes do Movimento, outras entidades de classe, amigos e intelectuais em escala internacional. Foi todo processo fruto de trabalho voluntário, exercitando na prática a cooperação e a solidariedade, onde os sujeitos participaram desde o projeto, a arrecadação de recursos e o trabalho manual de construção. Participaram do trabalho manual de construção cerca de 1200 trabalhadores oriundos de acampamentos e assentamentos organizados pelas brigadas de construção. Cada brigada representava um estado ou uma região do país, estes permaneciam 170 dias se dedicando ao trabalho de construção, depois desse período chegavam outras brigadas.

E o processo de construção, acho que foi muito rico também, bastante *pedagógico*, né, porque ele foi fruto do resultado, do esforço, de *trabalho voluntário*, do grande mutirão que se fez, um *trabalho solidário*, enfim, do grande mutirão que se fez internamente no Movimento e com outras *entidades de classe, amigos, intelectuais*, então ela se transformou num resultado de um grande esforço em *nível internacional*, se conseguiu se *arrecadar recursos pra* essa obra. Então, foi todo um processo em que se envolveu o *conjunto do Movimento*, passaram pela escola em torno de *1200 trabalhadores e trabalhadoras oriundas dos assentamentos e acampamentos*, que eram organizados no que nós chamávamos *brigada de construção*, se referindo aos... comunistas... trabalho voluntário de Cuba, aqui nós chamamos brigadas de construção, que permaneciam *cada brigada representando um Estado e uma região do país* em torno de dois meses, 170 dias, e dedicavam, voluntariamente, ao trabalho da construção. Fim desse

⁵ Minha trajetória no Movimento é relativamente curta, ingressei no movimento em 1997. [...]. Depois que ingressei no Movimento, atuei no setor de formação, frente de massa organizando acampamentos, a formação de base nos acampamentos do Rio Grande do Sul, [...], e desde agosto de 2004, na verdade, viemos *pra* Escola Nacional Florestan Fernandes se incorporando à Coordenação Político-Pedagógica. (GG, ENFF, jul. 2010).

período retornavam para seus Estados, acampamentos e assentamentos e outra brigada se incorporava (GG, ENFF, Jul. 2010).

De acordo com GG: “A Escola é mantida pelo trabalho dos militantes, dos educandos. Não temos funcionários para as tarefas de organização, limpeza e manutenção da estrutura física. O trabalho é um princípio educativo para nós: toda a autossustentação da Escola depende da atividade dos educandos” (apud LEAL, 2012, p. 1). E ainda, conta com a ajuda da *Associação dos Amigos da Escola Nacional Florestan Fernandes*, formada por intelectuais, simpatizantes e militantes de movimentos sociais, o objetivo é de apoiá-la tanto do ponto de vista político quanto material (LEAL, 2012). De acordo com o seu estatuto social (2012), a AAENFF, foi fundada no dia 17 de dezembro de 2009, é uma associação de direito privado, sem fins econômicos, constituída por prazo indeterminado e um número ilimitado de associados. Sendo que um de seus objetivos é promover campanhas de solidariedade para ajudar a manter a Escola em funcionamento. Segundo o art. 2 do seu estatuto social, seus objetivos são os seguintes:

I – promover campanhas de solidariedade para a manutenção, realização de cursos, formação e outras atividades em prol da Escola Nacional Florestan Fernandes, em qualquer localidade do país; II – promover campanhas de solidariedade para angariar doações de livros, revistas, publicações em geral e material audiovisual para a Biblioteca da Escola Nacional Florestan Fernandes; III – apoiar e incentivar o desenvolvimento de projetos de educação, educação infantil, escolarização de jovens e adultos, do povo do campo, das cidades, das comunidades indígenas e quilombolas; IV – apoiar e incentivar projetos com o objetivo de construir novas relações de gênero capazes de combater as discriminações de raça, cor, gênero, sexo e religião; V – desenvolver parcerias específicas com instituições e entidades que atuem na área da formação e educação; VI – viabilizar projetos que estimulem estudos acerca da tradição do pensamento crítico; VII – estimular intercâmbio de atividades de formação do Brasil, com América Latina e outros continentes; VIII – desenvolver estudos na área do desenvolvimento da agroecologia e meio ambiente.

Conforme aponta GG, a Associação representa muito mais do que ajuda financeira, é um espaço de articulação política entre intelectuais que defendem as ideias socialistas de transformação social. Em suas palavras:

A Associação deve ser um *espaço de articulação de intelectuais* que estão buscando um local de encontro para fazer suas reflexões, para encontrar a teoria com a prática transformadora da realidade. Ela tem o papel de ser um ponto de sustentação da nossa Escola no meio intelectual, de defesa das *ideias socialistas* e de um projeto de *transformação social* (apud LEAL, 2012, p. 2, grifo nosso).

De acordo com todo o processo descrito nas narrativas dos sujeitos que participaram/participam diretamente da construção da ENFF, sempre se tratou de um processo de produção de um território material/imaterial de maneira autônoma e emancipatória, tendo a classe subalterna como protagonista do processo.

A Estrutura Orgânica da ENFF: Setores, Núcleos de Base e Brigadas Permanentes

No que concerne à organização político-pedagógica da Escola, existe um coletivo que cumpre esta função de coordena-la e administra-la política e pedagogicamente. Este coletivo está vinculado ao Departamento Político de Formação que é uma instância que integra o Grupo de Estudos Agrários, membros da direção nacional e da Coordenação Político-Pedagógica (CPP). A tarefa desse coletivo é executar, por meio dos cursos e atividades da Escola, os objetivos de formação do Movimento, além de cuidar dos problemas administrativos. Como explica coordenador geral da ENFF, GG:

Eu faço parte, então, do coletivo de *Coordenação Político- Pedagógico (CPP)* da Escola. E qual que é a função do coletivo? É *coordenar, administrar político e pedagogicamente a Escola*. Esse coletivo se vincula ao que nós chamamos de *Departamento Político de Formação*, que é uma instância, um espaço em que articula representantes da direção nacional, do *Grupo de Estudos Agrários do MST* e mais a *CPP*. Então, nós estamos vinculados diretamente à direção nacional, e aí respondemos à instância da direção e da coordenação nacional. E nossa tarefa aqui interna, então, é traduzir no *plano da formação*, dos cursos, as linhas, as vias de estudos gerais, políticos e formativos *do Movimento*. Então, fazemos isso do ponto de vista pedagógico, do acúmulo do debate, da formação, dos cursos, enfim, e acompanhamos os cursos em geral, mais os cursos de formação divididos por núcleos, e acompanhamos, também, buscamos resolver os problemas, também, administrativos dentro da nossa escola, que não são poucos. Então, essa é a nossa função, *coordenar política e pedagogicamente e administrativamente a escola de formação* (ENFF, Jul. 2010).

O militante do MST, Er.⁶, que coordena o setor de produção da ENFF, e participa da brigada Apolônio de Carvalho, explica como funciona a organização pedagógica e administrativa da Escola, o que ele denominou de a *estrutura orgânica* da Escola. A Escola se organiza por meio de setores que são 04: *Pedagógico, Produção, Administrativo e Finanças/Projetos*. O setor pedagógico cuida do acompanhamento e planejamento dos cursos, mas também, da biblioteca, espaço de edição etc. Neste setor, tem a CPP que está subordinada ao setor de formação da direção nacional. O setor da produção cuida do cultivo de alimento e criação de animais dentro do espaço da Escola. O setor administrativo cuida da segurança, alojamento, manutenção, transporte etc. O setor de finanças/projetos busca por meio de projetos manter financeiramente a Escola.

Aqui, nós temos uma coordenação que se chama *Coordenação Político-Pedagógica* responsável pelos cursos da ENFF, e essa coordenação, obviamente, *tá* subordinada a direção nacional e uma direção política do *setor de formação do Movimento*. [...]. A CPP se preocupa com os cursos aí e com

⁶ Eu sou filho de assentado, moro em Franca já desde 90, e entrei no Movimento em 98, e a gente tem um lote de terra lá no assentamento "17 de abril" em Franca. [...] Saí em um período de acampamento ainda *pra* estudar no movimento no Rio Grande do Sul e, aí, concluí o curso de segundo grau e um curso técnico em administração de cooperativa. Depois daí, passei mais um tempo... quase uns cinco anos no movimento em Alagoas e retomei *pra* São Paulo. E depois de... agora em... 2009, a gente começou trabalhar aqui na Escola, com a coordenação do setor de Produção da Escola. (Er., ENFF, Jul. 2011).

o *planejamento e acompanhamento dos cursos*, toda parte política, de formação, e os setores tem essa tarefa de acompanhamento do andamento do dia a dia na escola [...]. Numa estrutura orgânica da escola também temos os setores, que aí nós temos quatro setores que atuam aqui na escola, que é o *setor de produção* que cuida mais dessa questão da produção, que ajuda na autossustentação da escola, que é a *produção de horta, hortaliças, produção de animais aí, lavoura e frutas, né, e pomar*. Lógico que, pelo fato de não ser uma área grande, que boa parte dos dez hectares e meia tá ocupada com construção, com mata ciliar, e sobra aí uma pequena parte *pra produção e o manejo de animais, né*. Outro setor que a gente tem é o *apoio administrativo* que cuida de toda parte de *segurança, alojamento, manutenção, transporte*. E outro é o *apoio pedagógico*, também, outro setor que é a questão de *assessorar os cursos aí, né*. Além da *biblioteca, os telecentros*, todas essas partes...a ilha de edição [...]. E, por último, o *setor de finanças e projetos*, onde que o Movimento procura manter através de alguns projetos o funcionamento da Escola, até porque os custos das diárias, só, não permitem manter esse funcionamento [...]. (ENFF, Jul. 2010).

Além dos setores, outra forma de organização são os *Núcleos de Base (NBs)* compostos pelos militantes que compõem as brigadas e os educandos dos cursos. A Brigada Permanente corresponde a um grupo de militantes que ficam permanentemente por um período de aproximadamente 02 anos auxiliando na organização da Escola, eles são em torno de 35 pessoas e são oriundos de todas as partes do Brasil. A Brigada Permanente que estava no período de nosso trabalho de campo (julho de 2010) era a Brigada Apolônio de Carvalho. Esta é uma metodologia trazida das experiências de organização dos acampamentos e assentamentos. Tem, também, as equipes compostas pelos sujeitos dos cursos, duas pessoas que estão realizando os cursos são nomeadas para compor cada equipe. As equipes são: *produção, estrutura, saúde, comunicação, memória, cultura, lazer e esporte*.

Além dos setores, temos os *Núcleos de Base* onde os militantes que compõem a *Brigada*, que passam por um período aqui [...] dois anos na Escola estão inseridos nos *núcleos de base*. Nós temos quatro *Núcleos de Base* na escola, isso é a mesma metodologia que é utilizada nos acampamentos e assentamentos, né [...]. Nós temos hoje em torno de umas 35 mais ou menos pessoas que compõem a brigada, com tarefas diversas, e essas pessoas são de várias regiões aqui do país né, do Sul ao Norte, né. Temos as *equipes* também dos cursos que *tá* inserido na estrutura orgânica da Escola, que são as equipes que cuidam para que haja um bom desenvolvimento. Nós temos uma *equipe de produção, equipe de estrutura, equipe de comunicação*, ou seja, cada curso que vem *pra cá* eles tiram uma pessoa ou duas a acompanhar essas equipes, né. *Equipe de saúde, equipe de comunicação, equipe de memória, equipe de cultura e lazer, esporte, lazer e cultura* [...] (Er., ENFF, Jul. 2010).

Nos cursos que são ministrados na Escola, os educandos têm que trabalhar por certo período, pois esta é a proposta pedagógica, todo trabalho da Escola deve ser voluntário, ou seja, não existem funcionários (com exceção da cozinheira que é contratada), mas apenas militantes que estão dando a sua contribuição trabalhando uma parcela de tempo. Nos cursos que funcionam por um período de mais de uma semana, seus educandos tem que contribuir com uma hora e meia pelo menos de trabalho semanal. Aos outros cursos de longa duração,

como, por exemplo, o Curso Especial de Graduação em Geografia (CEGeo)⁷, a regra é o trabalho de 6 horas semanais. Outra condição é que independente do tempo, todos tem que se dividir em Núcleos de Base e realizar as atividades diárias por grupo: limpeza do refeitório, das louças, dos banheiros, de todo o espaço da escola, colocar o café, almoço e janta etc. Esta organização confere a Escola um caráter de autossustentação.

Cada curso que ocorre aqui acima de uma semana praticamente, eles têm que trabalhar uma hora e meia, que é uma *parte pedagógica* também, além de formação, mas uma parte de também contribuir, até pelo fato de que a escola também foi construída por um *trabalho voluntário*, né. Então, o andamento... *nós aqui não somos empregados, nós somos militantes que estamos dando a nossa contribuição por um período*. Então, assim, é a mesma coisa dos estudantes que passam por aqui, os educandos, que a partir de uma semana que tão por aqui, *acima de uma semana, eles já começam a trabalhar*. [...] Se é um encontro não, né, se é um encontro de uma semana não tem condições, mas acima de uma semana já é cursos, assim, vamos dizer, e aí eles já têm que dar uma contribuição, um trabalho mais prático. Além dessa política, para todos mesmo que seja por uma semana ou não, tem as *tarefas domésticas*, né, que aí é de *limpeza do refeitório, limpeza das louças, colocar café, limpeza dos banheiros, limpeza de todo ambiente pedagógico da escola*, né, isso é de responsabilidade de todos que passam por aqui. Agora com relação ao trabalho mais prático, que aí se dá no setor de produção e no setor de apoio administrativo, se dá a partir desses cursos que tem uma duração maior, que aí são trabalhados *seis horas durante a semana*, né, ou seja, durante quatro dias na semana eles trabalham uma hora e meia por dia. Então, dá mais uma contribuição no sentido mesmo da autossustentação [...] (Er., ENFF, Jul. 2010).

Pudemos observar e participar desse processo que foi descrito pelo militante Er. e pelo coordenador GG em nossos trabalhos de campo em julho de 2010 e 2011, ou seja, no 8º e no 10º Tempo Escola do Curso Especial de Graduação. Seguimos as rotinas que são partes integrantes da Escola. Todos os dias o café da manhã vai das 07:00 as 7:30. Logo após as 07:30, é o horário da mística, todos os dias, menos aos domingos. Temos dois cafés da manhã: 07:00 e 10:00. E a tarde temos mais um intervalo para o café às 16:00. O Almoço é das 12:00 as 14:00 e a janta é as 19:00. Os estudantes que fazem parte do grupo que vai organizar a refeição, naquele dia saem da aula um pouco mais cedo.

⁷ O curso foi construído junto com os militantes dos movimentos socioterritoriais camponeses, estabelecendo-se uma relação entre universidade, movimentos sociais e Estado. Foi organizado a partir de uma parceria construída entre a Via Campesina – Brasil; a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF); a Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho (UNESP) - Campus de Presidente Prudente; o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). A maioria dos estudantes era militante dos movimentos socioterritoriais camponeses ligados a Via Campesina: MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), MMC (Movimento de Mulheres Camponesas) e PJR (Pastoral da Juventude Rural), RACEFFAES (Rede de Amigos e Colaboradores das Escolas Família Agrícola do Espírito Santo) e, também, o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto de São Paulo), EDUCAFRO (Educação e Cidadania de Afro-descendentes e Carentes) e o MCP (Movimento Consulta Popular). (CAMACHO, 2014).

Todos nós somos separados em grupos. Cada dia um grupo fica responsável pela mística. São os NB's, Núcleos de Base. São eleitos também representantes que participarão das equipes de organização das diversas atividades, como saúde, esporte, mística etc. A divisão em NB's serve também, para as atividades de limpeza e as refeições. Dessas NB's, grupo de 10 pessoas aproximadamente, são eleitos coordenadores, secretários, redatores etc. que discutirão os assuntos e organizarão as tarefas. Depois farão uma avaliação final de toda a conjuntura.

A divisão das tarefas é feita juntamente com os militantes que estiverem participando de outros cursos que estão ocorrendo na escola neste período. No período que estávamos lá (julho de 2010), estavam presentes os educandos do Curso de Formação Política Latino-Americano⁸, além dos militantes das brigadas que passam pela escola antes de se dirigirem ao seu destino. Neste período havia um grupo de militantes que ia para o Haiti ajudar no processo de reconstrução do país devastado pelo terremoto. Estes militantes aprendem um pouco da língua e discutem as formas de atuação em sua tarefa.

Passamos pela experiência de dividir a tarefa de descarregar um caminhão com a alimentação: milho, arroz, carne etc., juntamente com os monitores do CEGeo, os educandos do Curso de Formação Política Latino-Americano, e os militantes da brigada permanente Apolônio de Carvalho. Essa experiência demonstra a perspectiva da Escola de trabalho coletivo e de busca pela ruptura da dicotomia entre trabalho manual e intelectual.

Participamos do “dia de trabalho” em julho de 2010 com os estudantes do CEGeo. Neste dia, todos nós paramos as nossas atividades de rotina e nos dividimos em turmas, independentemente das NBs, para fazer os trabalhos necessários na Escola Nacional Florestan Fernandes. O dia de trabalho busca efetuar na prática uma relação de trabalho não-capitalista rompendo com a divisão manual e intelectual do trabalho. Sendo efetuados serviços como, manutenção, horta, pomar, piquete, plantação de mandioca, obras de construção etc. A turma se reúne e os grupos escolhem as atividades que vão querer realizar. Ficamos responsáveis pelo cuidado com o pomar. Tínhamos que carpir, colocar calcário e adubo na plantação de laranjas, mandioca etc. No dia 11 de julho de 2011 foi realizado, novamente, o “dia de trabalho” e participamos pela segunda vez. Dentre as tarefas estavam: a jardinagem, as limpezas das salas, banheiros, corredores, refeitórios etc., a limpeza das placas de energia solar, as atividades da horta, e os reparos de manutenção. Podemos visualizar algumas dessas atividades nas **figuras 6 e 7**.

⁸*Teoria Política Latino-americana*. Este curso em 2011 completou 05 anos e é considerado um dos mais importantes espaços de formação política crítica da América Latina. Com duração de 90 dias, o programa do curso também proporciona momentos de intercâmbio sobre as lutas sociais desenvolvidas nos diversos países (AAENFF, 2012).

Figura 6: O dia de trabalho no pomar da ENFF.



Fonte: Autor (jul. 2010).

Figura 7: Dia de trabalho (atividade da horta).



Fonte: Autor (jul. 2011).

É importante frisar que, apesar de a manutenção da Escola pelos próprios estudantes ser uma necessidade porque não se tem funcionários assalariados para esta função, não se trata de, somente, uma opção pragmática, mas sim, de uma decisão político-educativa, pois o trabalho também educa e a superação da dicotomia entre trabalho manual e intelectual é uma das perspectivas defendidas pelos movimentos socioterritoriais camponeses.

A Pedagogia Emancipatória do Movimento na ENFF: A Construção de uma Universidade Popular

Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão (FREIRE, 1983).

[...] este processo de criação dos intelectuais é longo, difícil, cheio de contradições, de avanços e recuos, de debandadas e reagrupamentos; e, neste processo, a “fidelidade” da massa [...] é submetida a duras provas. [...] (GRAMSCI, 2006, p. 104).

A ENFF completa em 2020 completa 15 anos de funcionamento. A Escola se organiza como uma espécie de *universidade popular* coordenada pelo MST, mas a oferta de seus cursos não se limita aos militantes do MST, são destinados a vários movimentos socioterritoriais, principalmente, da América Latina e da África. As atividades e os cursos oferecidos pela escola objetivam promover a colaboração e a solidariedade por intermédio da socialização do conhecimento e do trabalho. A intenção dos cursos é de capacitar pessoas para militar pelos interesses e direitos coletivos (LIMA, 2012).

A formação construída na ENFF resulta do acúmulo de experiências práticas da organização dos trabalhadores do campo e da cidade objetivando a superação das injustiças sociais e a composição da solidariedade entre os povos. Suas atividades combinam prática e teoria – por meio da metodologia da Pedagogia da Alternância⁹ - buscando o enraizamento de uma consciência crítica e o alcance da autonomia da classe trabalhadora (ENFF, 2010). Neste sentido, a Escola

Tem como principal objetivo a *formação da consciência crítica* de acampados/as e assentados/as da reforma agrária, pequenos agricultores e trabalhadores/as urbanos, visando à cooperação e outras formas associativas, à prática sustentável da agroecologia, conservação e proteção do meio ambiente, à pesquisa e outros estudos (ENFF, 2010, p. 4, grifo nosso).

Pode ser considerada como “uma escola que são muitas escolas, cujos espaços físicos extrapolam seus limites geográficos, envolvendo ações educativas implementadas em todo o território nacional”. (ENFF, 2010, p. 4). De acordo com o educando do CEGeo e militante do MST, JCL, a ENFF pode ser pensada com a escola matriz de uma rede escolas e centros de formação que estão sendo coordenadas pelo Movimento em todo o país. Onde

⁹ Esta metodologia tem a intenção de interligar o trabalho, a cultura e a vida no campo com o conhecimento escolar. A alternância significa que se alternam os dias do trabalho familiar na propriedade do educando com os dias na escola. A intenção é criar uma relação entre teoria e prática em que os educandos não se desvinculem do modo de vida de origem. Assim, cumprem-se os objetivos estabelecidos pela Educação do Campo de não se separar: a Militância do Processo Ensino-Aprendizagem, o Conhecimento Popular do Conhecimento Técnico-Científico e a Teoria da Prática. (JEAN-CLAUDE GIMONET, 1999; NASCIMENTO, 2003; BEGNAMI, 2006; CAMACHO, 2014).

estão os militantes de todo o Brasil coordenando e cuidando da infraestrutura. Em suas palavras:

A gente compreende a Escola Florestan Fernandes, ela com mais de 30 unidades hoje no país, porque cada escola, cada centro de formação nosso nos estados é a Escola Florestan Fernandes. Daqui desse local, desse prédio, e a companheirada que coordena aqui, politicamente a formação, é uma equipe de vários estados que compõe a equipe pedagógica de pensamento, de linha, de método da Escola Florestan Fernandes (JCL, ENFF, Jul. 2010).

Tem uma missão histórica que é a de atender às necessidades da formação de militantes de movimentos sociais e organizações que lutam por um mundo mais justo (AAENFF, 2010). Neste sentido, o MST protagonizou as experiências mais originais de autoformação já criadas na América Latina. E se formos contabilizar todas as escolas em assentamentos e acampamentos que podem ter alguma influência do Movimento, são quase 2 mil escolas territorializadas pelo país.

O MST protagoniza uma das experiências mais originais e fecundas de autoformação e autopedagogia em curso no país e mesmo na América Latina. O trabalho do MST nas escolas possui hoje uma importante magnitude, interagindo com cerca de 1,8 mil escolas que estão situadas nas cercanias de seus assentamentos e acampamentos. O trabalho do Movimento com as escolas, muitas vezes, tenso e difícil, é atualmente uma das principais iniciativas de conversão das escolas em espaços públicos (LEHER, 2012, p. 1, grifo nosso).

De acordo com Erivan Hilário - diretor da ENFF - (apud LIMA, 2012), o objetivo da escola é *qualificar a luta dos movimentos sociais* a partir do conhecimento crítico. Os cursos oferecidos são ministrados por professores voluntários de várias universidades do país como a UNESP (Universidade Estadual de São Paulo), a UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e a UFF (Universidade Federal Fluminense). As áreas do conhecimento mais trabalhadas nesses cursos são: Filosofia Política, Teoria do Conhecimento, Sociologia Rural, Economia Política da Agricultura, História Social do Brasil, Conjuntura Internacional, Administração e Gestão Social, Educação do Campo e Estudos Latino-Americanos.

Existem 05 diferentes núcleos de estudo na ENFF. O primeiro é o núcleo de *cursos formais de graduação e mestrado*. Neste núcleo existem convênios com 42 universidades brasileiras e os cursos tem reconhecimento pelo MEC, são realizados, em sua maioria, no *campus* das universidades, mas são ministradas em conjunto com a ENFF. E, alguns deles, como o CEGeo, é ministrado parcialmente na Escola. O segundo é o núcleo de *estudos latino-americanos*, que promove o debate teórico-político sobre o continente, contando com um *curso de teoria política da América Latina* com jovens militantes de vários países e um curso de pós-graduação ministrado em parceria com a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). O terceiro núcleo é o de *teoria política* com um currículo geral de áreas das ciências humanas relevantes sendo direcionado aos militantes dos movimentos sociais. O quarto e quinto núcleo

são mais direcionados aos sujeitos urbanos, um núcleo dedicado ao *sindicalismo operário* e outro aos *jovens urbanos* (LEAL, 2012; CAMACHO, 2014).

Os cursos realizados na ENFF e o Curso Especial de Graduação em Geografia - que criou um convênio para realizar as aulas do Tempo Escola na ENFF em julho de cada ano letivo – são experiências que podem ser consideradas como situações de formação de quadros de futuros intelectuais orgânicos do Movimento. Outros exemplos podem ser citados, além do Curso de Licenciatura e Bacharelado em Geografia da UNESP: Filosofia na UFRJ, Agronomia na UFC, Realidade Brasileira na UFF, Pedagogia na UFMG etc.

Assim, o Movimento vem criando situações de formação de seus quadros nacionais e intermediários – e, por conseguinte, dos futuros *intelectuais orgânicos do Movimento* – de modo mais sistemático e profundo. Iniciativas diversas vêm sendo encaminhadas nesse sentido como cursos de formação filosófica (em articulação com a UFRJ) e sobre a realidade brasileira (UFF) ou, ainda, cursos de agronomia para jovens provenientes do Movimento (UFC). [...] (LEHER, 2012, p. 1, grifo nosso).

Os convênios do MST com as universidades públicas, e o diálogo que estes convênios propiciam com ENFF, são propulsoras da criação de novos saberes (diálogo de saberes¹⁰) e da transformação da universidade pública, pois significam a contraposição ao processo de mercantilização da produção do conhecimento no atual período histórico onde impera a ideologia dominante neoliberal. As universidades públicas que tenham a intenção de construir um conhecimento libertador devem fazer alianças com estes sujeitos que lutam pelos mesmos objetivos. As entidades que representam os professores universitários e suas áreas específicas do conhecimento devem demonstrar seu apoio a estas experiências de caráter revolucionário.

Igualmente, os setores engajados na criação do pensamento original nas universidades devem assumir a ENFF como uma tarefa pública e de mão dupla, mais claramente, os saberes produzidos na universidade são fundamentais para converter a Escola em um centro pulsante de produção de conhecimento – os *diversos convênios do MST com universidades públicas atestam isso, mas, ao mesmo tempo, os diálogos na Escola criarão saberes e uma episteme que podem fortalecer e dar sentido ao fazer acadêmico renovado nas universidades públicas*. Frente à avassaladora conversão da produção de conhecimento em uma atividade mercantilizada, em que o grosso do financiamento a Ciência & Tecnologia provém de mediações com o capital, é preciso que *a universidade que se quer pública promova alianças duradouras com os sujeitos sociais que também estão buscando construir saberes transformadores*. Sindicatos como o Andes-SN devem mobilizar a sua base para que o engajamento na Escola seja efetivo desde o presente e o mesmo terá de ser feito pelas entidades que organizam

¹⁰ Um dos pilares defendidos pela Educação do Campo, influência teórico-metodológica da Pedagogia Freireana, é o “Diálogo de Saberes”, que é uma perspectiva que reconhece o conhecimento dos sujeitos do campo - saber popular -, articulando-o/questionando-o com o conhecimento mais sistematizado – técnico-científico - produzindo novas sínteses. O conhecimento popular e o conhecimento científico não são concebidos como antagônicos, mas articulados e complementares. Os camponeses e seus movimentos socioterritoriais sempre produziram, na prática, os seus conhecimentos. Esses conhecimentos produzidos pela prática não podem ser desprezados pelo saber acadêmico-científico. Os saberes da tradição e os saberes científicos podem conviver e se completarem mutuamente (FREIRE, MENEZES NETO, 2009; TONA; GUHUR; TARDIN, 2010; CAMACHO, 2014, 2017, 2018).

os campos de saber, como Anped (Educação), Abepss (Serviço Social), AGB (geografia), FEAB/CREA (agronomia), Confecon (Economia) etc. (LEHER, 2012, p. 4, grifo nosso).

As intensificações da preocupação com a formação na atualidade por parte dos movimentos socioterritoriais demonstram a importância que tem as *disputas dos territórios imateriais* – as disputas das ideias - entre as classes subalternas e o capital. Produzir e defender ideias são imprescindíveis para orientar uma ação política de ruptura com as estruturas vigentes. Como afirma Roberto Leher: “[...] para que existam movimentos massivos que se insubordinam à barbárie neoliberal, é preciso empreender a “*batalha das ideias*”: é preciso produzir ideias que orientam e possibilitam a ação política para promover a ruptura com o neoliberalismo. (2007, p. 27, grifo nosso).

Os movimentos socioterritoriais tem que se mobilizar para resistir aos ataques dos donos do capital, pois as classes dominantes não aceitam a ideia de que os trabalhadores se tornem sujeitos conscientes de sua própria história (AAENFF, 2010). Nesta disputa de territórios imateriais, as classes dominantes, principalmente, os ruralistas do agronegócio se colocam contra a possibilidade de os movimentos serem protagonistas do seu próprio processo educativo, formando seus dirigentes e criando *metodologias pedagógicas próprias*. Logo, nesta disputa, a ENFF é a conquista de um território contra-hegemônico importante por parte dos movimentos sociais.

Se o trabalho nas escolas dos assentamentos já provocou a ira dos setores dominantes, mais intolerância causa a inauguração do que será o *principal centro de formação do MST*: a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF). Para os setores dominantes, em especial os ligados ao agronegócio e às corporações, é inaceitável que o Movimento tome em suas mãos a educação e a *formação de seus dirigentes*, com critérios pedagógicos próprios (LEHER, 2012, p. 1, grifo nosso).

Este processo é o que denominamos de *Pedagogia do Movimento*. É na perspectiva da valorização da práxis dos sujeitos que é pensada esta matriz pedagógica. A Pedagogia do Movimento pode ser entendida como uma *pedagogia da luta social*, por isso, da *práxis*. A ação coletiva dos movimentos sociais engendra um processo de aprendizagem também coletivo. Durante a vivência de luta dos sujeitos dos movimentos sociais se tem a constituição de um sujeito coletivo. As experiências configuram em processos de formação humana, por meio de uma Educação Popular não-formal construída pelos movimentos sociais. A ênfase dessas experiências educativas está na formação política, na cidadania e na solidariedade (BATISTA, 2007; CAMACHO, 2018). De acordo com Roseli Caldart: “A Pedagogia do Movimento afirma os movimentos sociais como um lugar, ou um modo específico, de formação de sujeitos sociais coletivos que pode ser compreendida como um processo intensivo e historicamente determinado de formação humana [...]”. (2012, p. 546).

A ENFF é um marco da Educação Popular brasileira, pois pode ser considerada como a maior iniciativa já implantada por um movimento social para garantir sua autoformação (LEHER, 2012). A consolidação da Educação Popular dos movimentos sociais camponeses tem como um de seus maiores exemplos territorializados na experiência da Escola Nacional Florestan Fernandes. Em outras palavras: “[...] no Brasil, o primeiro germe da universidade popular foi edificado pelo MST: a Escola Nacional Florestan Fernandes”. (LEHER, 2007, p. 27).

De acordo com o educando-militante do CEGeo, Gtb, participar da formação política na ENFF pode ser considerado como o sonho de todo militante da América Latina. Ela é um centro de formação internacional de quadros políticos. Por exemplo, as principais lideranças hoje de um dos maiores movimentos sociais da Argentina, a Frente Popular Darío Santillán, receberam formação na ENFF. Então, ela representa a união da América Latina também, possibilitando o diálogo, o conflito e a troca de experiências advindas da convivência com a diversidade de culturas e estratégias de luta na América Latina. Neste diálogo, reúnem-se forças para lutarem contra um inimigo em comum, o sistema capitalista, que desterritorializa camponeses e indígenas na América Latina inteira.

[...] a Escola Florestan Fernandes é o sonho de todo militante na América Latina inteira. Não sei no mundo, que eu não conheço o mundo, né, mas o pouco da América Latina que eu conheço, é o sonho da militância vim pra poder beber um pouco dessa fonte de rebeldia, de mística, de formação política, de formação humana que tem essa escola. Tanto na sua cadeia pedagógica, né, na sua estrutura pedagógica de formação, quanto no seu espaço físico, né, no próprio espaço físico te proporciona uma mística, né, que é interessante. A Escola Florestan Fernandes é um centro de formação internacional latino americano e também mundial que hoje prepara os quadros políticos tanto nacionais quanto internacionais. [...]. A Escola Nacional Florestan Fernandes é uma experiência também de união, né, da América Latina. [...] Bom, e na Florestan você convive com a diversidade que tem o Brasil e com a diversidade que tem a América Latina [...]. E a gente troca experiência, troca diálogo, e você vê aí que todos somos iguais, o mito, a divisão territorial que foi feita na América Latina entre países, né, principalmente o Brasil, que é totalmente isolado do resto da América Latina, você vê aí que esse mito é uma piada, né. Somos irmãos, vizinhos, e somos seres humanos totalmente iguais nos sentimentos, na vontade de transformar o inimigo em comum que temos, que é esse sistema capitalista que vem influenciar na nossa cultura, desorganiza os nossos territórios, vem acabar com a nossa população indígena. Então, eu vejo que a escola Florestan Fernandes é uma experiência de formação e é uma escola que tem na formação política uma perspectiva futura de escola para a nossa América Latina (UNESP, Jan. 2011).

O educando-militante, JV, da coordenação nacional do MST, diz que a ENFF é uma das principais trincheiras dos movimentos sociais camponeses do Brasil e da América Latina, todavia, ela ultrapassa as fronteiras da classe camponesa e do território da América Latina, sendo uma referência de luta da classe trabalhadora em escala mundial. Todos militantes que passam pelo Brasil para conhecer a luta dos movimentos sociais, querem conhecer a Escola.

E, por outro lado, os militantes do MST que viajam para o exterior, levam o nome da Escola. Hoje, a discussão da Escola tem chamado mais atenção do que a própria ocupação de terra. Os militantes e intelectuais preferem conhecer a Escola a um acampamento ou assentamento do Movimento. A ENFF recuperou a tradição de formação de quadros políticos de esquerda e ainda o faz em escala internacional, ou seja, tem cumprido um papel que marca os objetivos históricos das organizações da classe trabalhadora: internacionalizar a luta.

[...] É importante, sem dúvida nenhuma, uma das principais conquistas que nós tivemos, que os trabalhadores tiveram, que ela extrapola, *a escola extrapola o MST*, é muito maior e ela tem ganhado uma importância e tornou-se uma *referência internacional*. Quem vem de qualquer ponto do planeta, que vem para o Brasil aí para conhecer a experiência da luta dos trabalhadores, passa pela escola. Aí, são ativistas, são intelectuais, todos, é um ponto, uma parada obrigatória vim conhecer a escola. E dos que vieram, eu não conheço a história de um que saísse decepcionado, frustrado, mas os comentários, né, que a gente ouve, né, de pessoas de vários lugares, sai impressionado do que era a escola. E *pra quem viaja pra fora, né, como nós, tem uma política de intercâmbio, de viagem internacional, leva...* Não tem palestra, discussão, debate que você vai, em qualquer lugar, que a escola passa despercebida, então, *quando fala da Escola Nacional Florestan Fernandes ela acaba sendo o centro do debate*. Assim como era ocupação, o pessoal dizia como *era ocupação de terra o tema principal de discussão, hoje é a Escola*. *Quem vinha antigamente queria conhecer um acampamento, um assentamento, hoje quer conhecer a escola*. Quando a gente vai *pra fora* hoje, as pessoas querem saber é da Florestan Fernandes, da Escola, então, ela tornou-se essa referência internacional, importante, e hoje ela cumpre um papel fundamental, estratégico na retomada da *tradição da formação de quadros para a esquerda*, só que com a diferença que hoje é em escala internacional. [...] A Escola, tem sido muito importante *pra gente manter... preparar os quadros, internacionalizar a luta*. *Ela é um ponto de referência, de aglutinação de pessoas e de ideias*, acho que isso é importante (JV, ENFF, Jul. 2010).

Para o estudante-militante do CEGeo, Lcs, a ENFF é um local de troca de conhecimentos/conteúdos/experiências entre militantes de todo o mundo.

Então, eu acho que a Escola Nacional ela me trouxe elementos, também conteúdos, *experiências de vidas que eu vou carregar pro resto da minha vida*, enquanto eu tiver vivo eu sempre vou levar isso como experiência, porque aqui *pra mim* foi onde eu tive oportunidades de conhecer pessoas praticamente do mundo todo, né, da América, eu conheci gente de todos os países da América, nesses cinco anos de curso conheci gente da América todinha, da Venezuela, do Equador, da Bolívia, do Chile também conheci, do Paraguai, de Cuba, então, de vários países aqui da América, dos Estados Unidos. [...] (ENFF, Jul. 2011).

Emitindo sua opinião acerca da importância da ENFF, o coordenador geral, GG, diz que considera a mesma como uma das experiências mais significativas da classe trabalhadora construída no atual período histórico. Este espaço propicia a formação, a organização, a articulação e a unidade da luta da classe trabalhadora. Permite a resistência ao pensamento dominante e a institucionalidade burguesa.

Eu acho que é, talvez, uma das experiências que a classe trabalhadora mais...uma das coisas mais significativas que a classe trabalhadora, o próprio MST, construiu no último momento histórico, no último período da história

recente da luta de classes no Brasil. Eu acho que não há nenhuma outra experiência quanto assim tão significativa quanto a construção desse espaço e o *significado que esse espaço tem pra formação, pra organização, pra articulação, pra unidade da luta da classe trabalhadora*, sobretudo, aquela que ainda resiste ao desejo e ao convite do pensamento dominante hoje, que é estar dentro dos espaços da institucionalidade burguesa e ali reivindicar seus reclames. A escola acho que vai numa outra direção (ENFF, Jul. 2011).

Dessa maneira, a ENFF é a forma como os movimentos socioterritoriais camponeses encontraram para construir um processo educativo emancipatório em um território próprio, sendo protagonistas de todo o processo desde a construção ao seu funcionamento e manutenção.

O encerramento do Curso Especial de Graduação em Geografia (CEGeo) na ENFF

O CEGeo foi organizado a partir de uma parceria construída entre a Via Campesina – Brasil; a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF); a Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho (Unesp) – Campus de Presidente Prudente; o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea).

A turma nomeada pelos educandos-camponeses de Milton Santos, contava inicialmente, em 2006, com 60 estudantes, dos quais 46 se formaram bacharéis e licenciados em geografia no ano de 2011, todos representando movimentos sociais, principalmente, movimentos camponeses. Ligados a Via Campesina – Brasil, tínhamos: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e a Pastoral da Juventude Rural (PJR). Também, havia representantes dos movimentos sociais: Rede de Amigos e Colaboradores das Escolas Família Agrícola do Espírito Santo (Racefaes), Movimento dos Trabalhadores Sem Teto de São Paulo (MTST), Educação e Cidadania de Afro-descendentes e Carentes (Educafro) e o Movimento Consulta Popular (MCP).

Esse curso teve como metodologia a Pedagogia da Alternância, ou seja, alternava entre os territórios educativos (ANTUNES-ROCHA; MARTINS, 2012) do Tempo Escola (TE) ou Tempo Universidade (TU) com o Tempo Comunidade (TC). Sendo que os TEs/TUs ocorriam em janeiro e fevereiro na Universidade Estadual Paulista (Unesp) em Presidente Prudente (SP) e em julho e agosto na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) em Guararema (SP).

No dia 28 de julho de 2011, ocorreu a cerimônia de encerramento do curso de Geografia na ENFF (como podemos visualizar na **Figura 8**). Todos reunidos ouvimos alguns representantes da Escola e do CEGeo falando sobre a importância do curso. Entre eles, o vice-coordenador do curso o Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes e o representante discente da Coordenação Política-Pedagógica (CPP), Dw. Os dois contaram de maneira sucinta um pouco sobre a história do curso, desde a discussão para a sua implantação até a sua última etapa na ENFF. Expressaram os conflitos e as dificuldades que permearam este processo. Agradeceram a todos que fizeram parte do processo: professores, monitores, secretaria, coordenadores, funcionários etc.

Na verdade o nosso curso ele tem vários momentos importantes, digamos no primeiro momento de construção e negociação desse curso, nós tivemos em segundo momento de trabalho que foi muito importante, que foi uma batalha *pra* gente garantir que a gente mantivesse a turma da Via Campesina e tivemos também dificuldades *pra* poder ser reconhecido e teria essa responsabilidade como Via Campesina, em ajudar a construir e conduzir o curso. Depois tivemos também essa responsabilidade de educandos na parceria, A UNESP, a Escola Florestan Fernandes e também o PRONERA de conduzir esse curso até o final. Muitas dificuldades, às vezes, mas com muita vontade e muita dedicação (Dw, ENFF, Jul. 2011).

Figura 8: Cerimônia de encerramento



Fonte: Autor (jul. 2011).

Em seu discurso, Dw, refletiu acerca da importância de formarmos militantes-geógrafos. E a importância que tem o curso de Geografia para este processo. Fazendo a ressalva de que este foi o único curso do PRONERA que teve Tempo Escola na Escola Nacional Florestan Fernandes.

[...] para os movimentos sociais, *pra* Via Campesina e para os trabalhadores foi uma grande conquista, a realização do curso e a nossa participação Via Campesina do curso. Então, tenho certeza desse compromisso cumprido, né, essa disposição de *apropriar, de mais essa arma na luta dos trabalhadores*

*que é uma oportunidade de ter acesso ao conhecimento, de fazer com que, de fato, os trabalhadores tenham a oportunidade de sentar numa cadeira de uma faculdade, de cursar um curso de nível superior. Seremos companheiros da UNESP na luta, na batalha com a classe trabalhadora, mas mais que estudantes teremos mais essa ferramenta do conhecimento enquanto militante jovem, pra que a gente possa dispor disso, aonde tiver e como for, no acampamento, no assentamento, na escola, conduzindo os movimentos sociais, as batalhas mais difíceis, colocar á disposição esse conhecimento que nós tivemos a oportunidade de ter acesso. Sem dúvida nenhuma nós temos essa certeza de que cada um em cada lugar vai estar disposto a *ajudar construir a luta de classe* [...] (DW, ENFF, Jul. 2011).*

Para finalizar a cerimônia foi entregue um certificado que tem um caráter simbólico, pois não tem valor institucional, mas é uma forma da ENFF entregar uma amostra da participação de mais uma turma na Escola. No final da cerimônia foi entregue uma placa de agradecimento que ficará na parede da ENFF, em nome da turma Milton Santos e da Via Campesina. Vejamos a placa na **Figura 9**:

Figura 9: Placa de homenagem a ENFF afixada pela turma de Geografia da Via Campesina.



Fonte: Autor (jul. 2011).

O encerramento simbólico do Curso na ENFF demonstrou a ligação direta que este tinha com os movimentos socioterritoriais camponeses, que puderam organizar esta celebração em seu próprio território.

Considerações Finais

Dessa forma, a ENFF pode ser considerada como o ápice da relação entre os movimentos socioterritoriais e a universidade, tendo em vista que neste território é possível de se realizar, em conjunto com os cursos de educação formal, todas as atividades que são

propostas pelos movimentos sociais e que perpassam a sua concepção de educação e de militância: as místicas; a não separação entre trabalho manual/intelectual; a organização das tarefas de alimentação, infraestrutura, limpeza etc. Também, a lógica de organicidade do Movimento baseada em núcleos de base; a prática agroecológica e da soberania alimentar; a solidariedade entre os povos; a internacionalização da luta etc.

Podemos afirmar que a ENFF auxilia como instrumento de resistência da territorialidade não-capitalista camponesa. Sua organicidade permite que visualizemos quatro características principais: a primeira é o protagonismo dos movimentos socioterritoriais na elaboração de uma pedagogia que visa a construção de uma nova forma de desenvolvimento com igualdade social e sustentabilidade ambiental; a segunda é a produção de conhecimentos pelos próprios movimentos camponeses, estabelecendo o diálogo de saberes populares com os conhecimentos técnico-científicos da universidade; o terceiro é o entendimento da educação dos movimentos socioterritoriais como instrumento de resistência política-cultural-territorial camponesa e operária; e o quarto é a Pedagogia do Movimento influenciando os espaços de construção do conhecimento e autoconstituindo-se no processo.

Nesse processo, a ENFF está conseguindo alcançar o objetivo historicamente buscado por todos movimentos formais e não-formais que construíram processos educativos emancipatórios, qual seja, a superação das seguintes dicotomias estabelecidas na produção do conhecimento científico: Militância versus Formação Intelectual; Conhecimento Popular versus Conhecimento Técnico-Científico; Trabalho Manual versus Trabalho Intelectual; Teoria versus Prática e Ação versus Reflexão.

A escola é engendrada e, dialeticamente, tem produzido, a práxis da formação humana. Os movimentos socioterritoriais vão transformando a realidade e, dialeticamente, autotransformando-se em sujeitos sociais: Sem Terra, classe camponesa, mas, sobretudo, como ser humano, ao mesmo tempo em que os movimentos camponeses se transformam em sujeitos educativos.

Referências

AAENFF. Associação dos Amigos da Escola Nacional Florestan Fernandes. **A Escola Nacional Florestan Fernandes precisa de você!** Disponível em: <<http://amigosenff.org.br>>. Acesso em: 02 out. 2010.

AAENFF. Associação dos Amigos da Escola Nacional Florestan Fernandes. **Boletim AAENFF**, n. 01, jul. 2012.

AAENFF. Associação dos Amigos da Escola Nacional Florestan Fernandes. **Estatuto Social da Associação dos Amigos da Escola Nacional Florestan Fernandes**. Disponível em: <<http://amigosenff.org.br/site/node/6>>. Acesso em: 15 jun. 2012.

ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel; MARTINS, Maria de Fátima Almeida. “Tempo Escola e Tempo Comunidade: territórios educativos na Educação do Campo”, in: ANUNES-ROCHA,

Maria Isabel; MARTINS, Maria de Fátima Almeida; MARTINS, Aracy Alves (Orgs.). **Territórios Educativos na Educação do Campo**: escola, comunidade e movimentos sociais. Belo Horizonte: Autêntica, 2012, p. 21-36. (Caminhos da Educação do Campo, 5).

BATISTA, Maria do Socorro Xavier. Movimentos sociais e educação popular do campo (Re) constituindo Território e a Identidade Camponesa. In: JEZINE, Edineide; ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de. (Orgs.). **Educação e movimentos sociais**: novos olhares. Campinas: Alínea, 2007. p. 169-190.

BEGNAMI, João Batista. Pedagogia da Alternância como Sistema Educativo. **Revista da Formação por Alternância**, Brasília: União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil, ano 01, v. 01, n. 02, p. 24-47, jul. 2006.

CALADO, Alder Júlio Ferreira. Movimentos Sociais por uma sociabilidade alternativa: enfrentamentos e apostas. In: JEZINE, Edineide; ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de. (Orgs.). **Educação e movimentos sociais**: novos olhares. Campinas: Alínea, 2007. p. 93-121.

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo. In: CALDART, Roseli Salete et al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 257-267.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Paradigmas em disputa na educação do campo**. 2014. 806 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2014. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/pos/geo/dis_teses/14/dr/rodrigo_camacho.pdf>.

CAMACHO, Rodrigo Simão. A educação do campo em disputa: resistência versus subalternidade ao capital. **Revista Educação e Sociedade** (Impresso), jul. 2017, vol.38, n.140, p.649-670, 2017.

CAMACHO, Rodrigo Simão. A relação dos movimentos socioterritoriais camponeses com a universidade por meio do PRONERA: diálogos e tensionamentos. **Revista NERA** (UNESP), ano 20, n. 39, p.186 - 210, 2017.

CAMACHO, Rodrigo Simão. Os movimentos socioterritoriais camponeses como sujeitos coletivos educativos: trajetórias dos camponeses-militantes no PRONERA/CEGEO In: COLELHO, Fabiano; CAMACHO, Rodrigo Simão. **O campo no Brasil contemporâneo**: do governo FHC aos governos Petistas (Protagonistas da/na Luta pela Terra/Território e das Políticas Públicas – Vol. II). Curitiba: CRV, 2018. v.2, p. 301-340.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, Eliane T.; FABRINI, João E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, Presidente Prudente: Unesp, ano 8, n. 6, p. 14 – 34, jan./jun. 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 13. ed. Rio Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GIMONET, Jean-Claude. Nascimento e desenvolvimento de um movimento educativo: as Casas Familiares Rurais de educação e de orientação. In: União Nacional das Escolas Agrícolas do Brasil. **Pedagogia da alternância**: alternância e desenvolvimento. Salvador: UNEFABE, 1999. p. 39-49.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos de cárcere**. Tradução: Nelson Coutinho. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. V. 1.

LEAL, Leila. **Escola Nacional Florestan Fernandes**: criação da Associação dos Amigos da ENFF marca os cinco anos da experiência de formação dos movimentos sociais. Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/upload/pdf%20poli%20separados/formacaoPolitica.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2012.

LEHER, Roberto. Educação popular como estratégia política. In: JEZINE, Edineide; ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de. (Orgs.). **Educação e movimentos sociais**: novos olhares. Campinas: Alínea, 2007. p. 19-32.

LEHER, Roberto. **Escola Nacional Florestan Fernandes**: um grande acontecimento para a educação e para as lutas sociais no Brasil. Disponível em: <http://cabiouel.files.wordpress.com/2010/04/leher_escolaflorestan.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2012.

LIMA, Yahell Luci. **Escola Nacional Florestan Fernandes promove a socialização do conhecimento**. Disponível em: <<http://cmais.com.br/educacao/n-a-5>>. Acesso em: 05 jul. 2012.

MENEZES NETO, Antonio Júlio de. Formação de Professores para a Educação do campo: projetos sociais em disputa. In: ANTUNES-ROCHA, Maria Izabel; MARTINS, Aracy Alves (Orgs.). **Educação do Campo**: desafios para a formação de professores. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. p. 25-37.

MST. **MST inaugura campo de futebol com homenagem a Sócrates Brasileiro**. Disponível em: <<https://mst.org.br/2017/12/23/mst-inaugura-campo-de-futebol-com-homenagem-a-socrates-brasileiro/>>. Acesso em: 06 jan. 2020.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. Pedagogia da resistência cultural: um pensar a educação a partir da realidade camponesa. In: ENCONTRO REGIONAL DE GEOGRAFIA, 8, 2003, Goiás. [Trabalhos apresentados], [S.L: s.n.], p. 1-11. Digitado.

TONA, Nilciney; GUHUR, Dominique; TARDIN, José Maria. O Diálogo de Saberes no Encontro de Culturas: a promoção da agroecologia na base dos movimentos sociais populares. In: MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Educação do Campo e Pesquisa II**: questões para reflexão. Brasília – DF: MDA/MEC, 2010. p. 175-179. (Série NEAD Debate, 20).

Sobre o autor

Rodrigo Simão Camacho – Graduação e Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) campus de Presidente Prudente. Pós-Doutorado em Geografia pela UFMS. Atualmente é Professor no Curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEDUC) e no Programa de Pós-Graduação em Educação e Territorialidade (PPGET) na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e nos Programas de Pós-Graduação em Geografia na UFGD e na UFMS (campus de Três Lagoas). É coordenador do Grupo de Pesquisa do CNPq: Geografia, Educação do Campo e Questão Agrária (GeoEduQA) e membro da Rede DATALUTA. **Orcid** – <https://orcid.org/0000-0002-3826-6248>.

Como citar este artigo

CAMACHO, Rodrigo Simão. A Escola Nacional Florestan Fernandes: território de resistência imaterial dos movimentos socioterritoriais. **Revista NERA**, v. 24, n. 57, p. 185-209, Dossiê I ELAMSS, 2021.

Recebido para publicação em 01 de fevereiro de 2020.
Devolvido para a revisão em 07 de agosto de 2020.
Aceito para a publicação em 19 de agosto de 2020.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): narrativas, memórias e histórias na luta pela terra

Cristian Da Cruz Chiabotto

Escola de Saúde Pública do Rio Grande do Sul (ESP/RS) – Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

e-mail: cristianchiabotto.cristian@gmail.com

Rosangela Montagner

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Santiago, Rio Grande do Sul, Brasil.

e-mail: montagner@urisantiago.br

Resumo

O presente artigo é resultado de uma pesquisa realizada durante a conclusão da graduação em Psicologia a qual objetivou investigar a trajetória de vida de famílias assentadas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a constituição das identidades e das representações sociais dos sujeitos sem-terra. Para tanto, adotou-se o uso do procedimento metodológico da História Oral para resgatar memórias e narrativas que possam evidenciar as histórias de vida e de suas construções, em consonância com o processo de luta pela terra vivenciado por esses. O pressuposto de análise é trilhado por um trajeto teórico situado pela história da questão agrária no Brasil, além da conceituação da metodologia e da história oral, assim como as representações sociais e o compromisso ético-político da Psicologia, enquanto ciência e profissão na escuta das histórias de vida no campo.

Palavras-chave: MST; história oral; representações sociais; psicologia.

The Landless Rural Workers' Movement (MST): narratives, memories and stories in the struggle for land

Abstract

This article is the result of a research carried out during the conclusion of the degree in Psychology, which aimed to investigate the life trajectory of settled families of the Landless Rural Workers Movement (MST) and the constitution of the identities and social representations of the landless subjects, starting from the methodological use of oral history to rescue memories and narratives that can highlight the stories of life and their constructions in line with the process of struggle for land experienced by them. For such analysis, a theoretical path is traced through the history of the agrarian question in Brazil, the conceptualization of oral history methodology and social representations, and the ethical-political commitment of Psychology as a science and profession in listening to life stories in the countryside.

Keywords: MST; oral history; social representations; psychology.

El Movimiento de Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST): narrativas, memorias e historias en la lucha por la tierra

Resumen

Este artículo es el resultado de una investigación realizada durante la conclusión de la licenciatura en Psicología, que tuvo como objetivo investigar la trayectoria vital de las familias asentadas del Movimiento de Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST) y la constitución de las identidades y representaciones sociales de los sujetos sin tierra, partiendo del uso metodológico de la historia oral para rescatar memorias y narraciones que puedan poner de relieve las historias de vida y sus construcciones en consonancia con el proceso de lucha por la tierra que experimentan. Para tal análisis se traza un camino teórico a través de la historia de la cuestión agraria en Brasil, la conceptualización de la metodología de la historia oral y las representaciones sociales, y el compromiso ético-político de la Psicología como ciencia y profesión en la escucha de las historias de vida en el campo.

Palabras-clave: MST; historia oral; representaciones sociales; psicología.

Introdução

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é um movimento social brasileiro de caráter popular e de massas, considerado um dos maiores movimentos sociais da América Latina. O MST, da forma como organiza-se hoje, surge na década de 80, no entanto, é fruto das inúmeras lutas camponesas enraizadas nos problemas da desigualdade no Brasil, a partir da invasão pelos portugueses e do genocídio dos indígenas nativos os quais essas terras habitavam. É importante destacar que durante o artigo há um trajeto histórico, imprescindível, pois a pesquisa visa esta questão: a reconstrução da história das lutas no campo e a intersecção da Psicologia pelo viés da contribuição teórica da história oral e das representações sociais, além da Psicologia sócio-histórica e dos estudos embasados na contribuição do materialismo histórico e dialético.

A contribuição teórica é evidenciada pelo percurso textual do presente trabalho a qual se inicia pela história da questão agrária e, conseqüentemente, finaliza-se nela. Afinal, é dessa história que o conhecimento é construído no espaço. Outrossim, a história da questão agrária aparece como um panorama contextual na presente pesquisa, juntamente à metodologia adotada, fundamentada pela história oral a qual é possível de ser ouvida/narrada pelos sujeitos e atores do movimento social camponês, pois, através dessa perspectiva, ganham voz enquanto os verdadeiros protagonistas do âmbito refletido.

As narrativas e vozes auscultadas de forma sensível, a partir do cuidado necessário de torna-las imersas em seus próprios contextos, propiciaram as intersecções com a teoria de marxista, já que tal movimento, por ele mesmo, coloca-se como um movimento de base materialista histórica e de dialética, utilizado a fim de compreender a sociedade através da luta de classes. Logo, é diante disso que a história oral em questão debruça-se ao salientar o processo histórico vivenciado por cada sujeito singular, além do processo conjunto com a questão da sociedade de classes a quais essas estão inseridas.

MST: Surgimento, luta e organização

A história das lutas camponesas baseia-se na história da estrutura política e econômica do Brasil. As disputas por territórios e por grandes áreas de terras concentradas na posse de poucos donos uma concepção distante de ser o início construído dessa história a qual se inicia com o descobrimento do país. Ainda, em outra perspectiva, pode-se pensar nessa pela invasão do Brasil pelos portugueses e pelos europeus, indivíduos os quais acarretaram a morte de milhares de indígenas nativos, habitantes e passíveis ao longo processo de colonização que se deu com essa chegada (COTRIM, 1996).

O problema da distribuição de terras perdura como uma problemática no Brasil, pois no ano de 1964, início do governo ditatorial cívico-militar no Brasil, marcou-se um viés importante na questão agrária do País: a criação da Lei da Terra no governo do Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco. A proposta, do então chamado “Estatuto da Terra”, era colocar em prática a questão da distribuição de terras e firmar a função social dessa no país. A partir da criação desse segmento de aspecto jurídico na questão fundiária, criam-se também dois momentos destacáveis nesse cenário político: a possibilidade de uma Reforma Agrária - agora pautada na Lei -, e a modernização do campo como uma capitalização da função social da terra (VINHAIS, 1968).

Nesse contexto, com a criação desse estatuto entre as décadas de 60 e 70, é que também se inicia no País o processo de modernização tecnológica no campo, fator inaugural de um grande episódio de êxodos rurais, os quais consolidaram as desigualdades na produção das terras a partir dessa modernização. Partindo então desse momento socioeconômico e também geográfico, pontos responsáveis por mudanças nos cenários das famílias do campo no território brasileiro, é que se constituem as dificuldades dessas famílias em fazer da agricultura familiar um meio de subsistência, assim como a perpetuação gradativa de uma desigualdade em relação à ocupação de terras, já que tal êxodo, situado em cidades ou fronteiras, transformou a população camponesa em uma mão de obra barata a qual abandonou a produção no campo; ao passo que essa situação também colocou outra alternativa como saída: a resistência e a ficada no campo (STÉDILE E FERNANDES, 2012).

É preciso ressaltar que esse processo de resistência aqui exposto, estabelece-se no sentido político, ou seja, propõe-se a demarcar não só uma posição territorial, mas também ideológica, pautada na luta de classes e na resistência dos processos hegemônicos da produção capitalista, cedendo lugar então ao nascimento dos movimentos sociais camponeses, que mais tarde denominaram-se de movimentos socioterritoriais (FERNANDES, 2005).

As massas rurais, compostas de um lado por assalariados agrícolas (arrendatários e meeiros) e por outro, de camponeses pobres e em condições precárias em suas pequenas

posses, formam então as Ligas Camponesas que atuam veementemente de 1945 até 1947, quando entram na clandestinidade com a proscrição do PCB (Partido Comunista do Brasil), que até então impulsionava as ações das Ligas Camponesas (MOTA & ESTEVES, 2006).

Diante, portanto, desse contexto histórico e político no período da ditadura civil-militar cujo Brasil viveu entre os anos de 1964 a 1985, sabe-se que a repressão e a tortura foram instrumentos utilizados pelos militares como meio de combater as ameaças desse suposto inimigo interno, personificado na ideia do perigo comunista, o qual, segundo a exposição Fregonezi & Priori (2017, p. 2471): “o aparelho repressivo utilizava instrumentos de exceção para combater a oposição política, além da censura dos aparelhos de comunicação”.

Entende-se, então, que a questão agrária nesse período passa por uma reviravolta histórica marcante na luta pela terra. De um lado, uma grande repressão e violência contra os movimentos camponeses, de outro, os governos militares propondo o Estatuto da Terra como alternativa a uma reforma agrária às avessas, que moderniza o campo e não acaba com a concentração fundiária (BRITO, 2014). Assim, é então no período entre 1976 e 1978 que acontece no México um encontro entre Francisco Julião - figura importante na construção e na luta das Ligas Camponesas - e João Pedro Stédile - na época ainda estudante - quem, contemporaneamente, é coordenador nacional do MST. Tal encontro coloca-se como um embrião para a construção do movimento, o qual começa com suas articulações políticas a partir da redemocratização e da grande expulsão massiva de camponeses do campo, questões que se articulam com os movimentos coletivos os quais lutavam pela democracia e por um país com justiça social (SANTIAGO, 2014).

É na efervescência desses movimentos democráticos que surge no período da ditadura militar, e com influências do processo histórico das lutas camponesas no país, o processo de criação do MST enquanto um movimento social. É nesse despertar político e social que através da Igreja Católica, pela perspectiva da Teologia da Libertação, que se criam as Comunidades Eclesiais de Base, pontos de origem à Comissão da Pastoral da Terra (CPT), órgão que passa a dialogar com as populações do campo, além de organizar as lutas políticas pela terra e contra as injustiças, que mais tarde culmina na criação do MST (MOGROVEJO, 2002).

No ano de 1978, a partir de uma expulsão de posseiros pobres de uma reserva indígena kaingang em Nonoai no Rio Grande do Sul, tem-se o registro de 1.200 famílias sem nenhuma posse de terra e que acampavam na beira de uma estrada. Algumas dessas famílias, aceitando uma proposta do governo federal, deslocaram-se para outro lugar, e as que ficaram, sob liderança de João Pedro Stedile, Ivaldo Gehlen e Fladimir Araújo, decidiram ocupar a Fazenda Macali, atraindo a grande mídia para o local, o que visibiliza a luta pela reforma agrária e inaugura um marco no nascimento do MST e de suas primeiras ocupações (MEDEIROS, 2013).

É diante desse contexto de lutas que surge também a União Democrática Ruralista (UDR), que segundo Bruno (1997) é uma organização de grandes latifundiários contra a reforma agrária, distribuída principalmente nas regiões Centro-Oeste e Sudeste do País. Essa entidade opõe-se violentamente contra os trabalhadores do campo a fim de manter a estrutura do monopólio fundiário existente.

Em 1981, acontece uma mobilização massiva de trabalhadores rurais no município de Ronda Alta no Rio Grande do Sul, partindo do acampamento Encruzilhada Natalino que estava sofrendo repressões do governo federal e do exército. Esse movimento consolida-se como um dos marcos políticos da luta pela terra do período, e também é influente na fundação do MST (MEDEIROS, 2013).

O MST então, no seu caráter organizativo, trabalha com diversas frentes além da reforma agrária. Ele também vela pela educação, pela saúde, pela produção e pela questão de gênero que, segundo Stédile e Fernandes (2012, p.94-95), são instâncias deliberativas de atividades chamadas de setor, organizadas conforme o processo do movimento foi instaurando-se, porque cada setor desenvolve as atividades as quais lhes são competentes. Como exemplo menciona-se o setor de educação, de produção, de gênero, etc.

A ocupação é uma das características fundamentais do movimento. Trata-se de um dos elementos constitutivos na luta pela terra. Segundo Stédile e Fernandes (2012, p.115), “ela é uma forma de luta contundente”, já que através da ocupação aglutinam-se pessoas que se organizam politicamente, propondo à sociedade o dever de se manifestar, pois ocupar e organizar-se são elementos de contrarreação à desigualdade e à pobreza agrária.

A reforma agrária - principal frente de luta pela qual o MST existe -, possui várias facetas e conceitos que precisam ser elucidados para a compreensão da proposta que o movimento pressupõe. Segundo Stédile e Fernandes (2012), existem três tipos de reforma agrária: 1) a clássica, que tem caráter capitalista e é feita pela burguesia, pensada na democratização do acesso da terra e tornando o camponês um produtor autônomo do mercado; 2) a reforma agrária da política de assentamentos que não modifica em nada a estrutura fundiária e apenas dá terra a algumas milhares de famílias, e, por fim; 3) a reforma agrária defendida pelo MST e pelos movimentos sociais, as quais defendem mudanças radicais na estrutura fundiária e na concentração dos monopólios de terra, propondo uma desapropriação regionalizada e que venha a mudar a realidade agrária do país.

Entre percursos metodológicos e percursos de vida: Assentamento Rondinha e a composição de memórias e narrativas de luta pela terra

Este trabalho foi realizado no Assentamento Rondinha, localizado na cidade de Jóia, região noroeste do estado do Rio Grande do Sul. Usou-se como base teórico-metodológica

para o procedimento da pesquisa a História Oral a fim de entrevistar os participantes. A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética e aprovada em todos os termos legais para ser realizada. Nomes e a confidencialidade dos envolvidos foram preservados, assim como todos que assinaram os devidos termos de participação.

Inicialmente, é necessário fundamentar a teoria da História Oral. Trata-se de um método de procedimento caracterizado como teoria e metodologia de pesquisa que surge a partir da técnica da entrevista com o intuito de registrar narrativas as quais registrem a experiência humana (FREITAS, 2006). Nessa perspectiva, o tempo e a memória encontram-se juntos para uma reconstrução das narrativas de vida dos sujeitos, as quais as histórias de vida correspondem a uma temporalidade e a um devir constante sobre aquilo que se narra.

Assim sendo, o olhar do homem no tempo e através do tempo, traz em si a marca da historicidade. São os homens que constroem suas visões e representações das diferentes temporalidades e acontecimentos que marcaram sua própria história (DELGADO, 2003, p.10).

A História Oral surge então como um modo de historiografia e como resposta à construção de uma “nova história”, proponentes ao estudo da história para além dos acontecimentos épicos os quais marcam a história da humanidade. Ela detém-se nas histórias do cotidiano, nas subjetividades e nos documentos, e, assim como a história tradicional, situa que depoimentos gravados são vistos como documentação válida dessa historiografia (FREITAS, 2006).

A partir desse modo de se fazer pesquisa, a memória dos sujeitos é um importante elemento para as entrevistas dentro da história oral. Por intermédio das lembranças que são evocadas pela narrativa de vida, é possível significar sentidos comuns a práticas cotidianas, reviver embates políticos e ideológicos e relembrar aquilo que constituiu sua história individual e coletiva, como reviver utopias e momentos que marcam a vida comunitária (THOMPSON, 1992). Afinal, é na memória que se baseia a construção das narrativas da História Oral. Também é ela que traduz processos de experiência não só individuais, mas também coletivos, uma vez que se trata de um aspecto que é político e que se movimenta com a reconstrução dos elementos históricos desses fatos e dos acontecimentos os quais constroem a subjetividade dos sujeitos, sendo caracterizada como reminiscências, ou seja, a evocação do passado (FREITAS, 2006).

Nesse sentido, a memória na perspectiva teórica da História Oral é compreendida pelo viés de uma memória histórica, entendida como a memória e a evocação de reminiscências, processos que estão diretamente ligados a um campo social, familiar e institucional. Segundo Freitas (2006, p.42), “lembrar-se é uma ação coletiva, pois, embora o indivíduo seja o memorizador, a memória somente se sustenta no interior de um grupo”.

Portanto, a memória aqui é vista como coletiva e sustentada a partir do compartilhar grupal/social de sua narrativa.

A subjetividade é um componente também crucial em História Oral, uma vez que os sujeitos que narram suas histórias e memórias a fazem a partir da sua singularidade e da forma como evidenciou-se os fatos, pois “a subjetividade está presente em todas as fontes históricas, sejam elas orais, escritas ou visuais” (Freitas, 2006, p.44). Destarte, é importante que o pesquisador possa analisar aquilo que se omitiu durante a narrativa e a seletividade dos conteúdos as quais o sujeito escolhe narrar ou não, já que segundo Freitas (2006), essa seletividade do discurso também possui significado.

Portanto, a história oral, enquanto metodologia desta pesquisa, possibilitou uma aproximação de sujeitos que são protagonistas da construção de um histórico de resistência e de luta por direitos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, justamente por ser um método que possibilita a escuta e a narrativa de experiências que são ao mesmo tempo individuais e coletivas, colocando em evidência questões sociais, políticas, históricas e culturais, fatores que possibilitam pensar esse movimento social através das histórias de vida e das memórias. Partindo destes pressupostos metodológicos, usou-se portanto um pequeno roteiro com os seguintes itens: 1) história de vida; 2) entrada no MST; 3) em que condições entrou para o movimento; 4) relação familiar (filhos(as), companheiro/companheira, etc.); 5) conhecimento e/ou percepção acerca da luta pela Reforma Agrária; 6) como se sente sendo membro do movimento, e; 7) cotidiano no assentamento (dificuldades, adaptação, etc).

As entrevistas feitas foram coletadas com o uso de um gravador e, posteriormente, transcritas para a análise por meio da perspectiva teórica das Representações Sociais, em específico, da escola marxista. Todos os nomes dos envolvidos foram modificados a fim de preservar as identidades e a confidencialidade dos dados dos participantes.

Trajetórias de luta no campo: (R)existências e memórias

Na perspectiva de investigar os testemunhos desses sujeitos, a história toma outra dimensão ao ouvir as vozes das pessoas e ao contribuir na construção ampla e complexa do passado. Nesse sentido, as testemunhas, aqueles que fazem a história de fato acontecer, são convocados entre as classes subalternas (THOMPSON, 1992, p.25-26). Logo, o processo de evocação das memórias como parte da construção desse passado que constitui essas existências, além de escutá-las como elementos cruciais nessas histórias, induz a dimensão de que as memórias narradas fazem parte de um processo de reconstrução da vida, de dimensão da complexidade e de insuficiência de colocar todos os acontecimentos em palavras na tentativa de captar a essência de cada experiência.

Como tal artigo provém de um recorte da pesquisa feita para o TCC da graduação em Psicologia, pretende-se firmar o embasamento do trabalho em duas entrevistas. Elas apresentam os participantes com os nomes de Angico e de Camomila - referências às ervas e aos chás presentes no cotidiano do assentamento. Inicia-se, então, o processo de entrevistas em História Oral, com Angico, um homem de 46 anos, professor e casado com Camomila:

“Bom, eu sou o Angico, eu sou natural de Trindade do Sul, região norte do Estado, filho de pequenos agricultores, nós somos em oito irmãos, três filhos homens e cinco filhas mulheres. Morava no interior, sempre lidei na lavoura né, na agricultura e ao mesmo tempo no garimpo, nós tinha uma região lá em Trindade que tinha garimpo. Mas sempre tive o sonho de estudar né...Na época lá era difícil, o médio só tinha na cidade então tinha que fazer uns quatro quilômetros pra pegar ônibus pra fazer mais doze quilômetros até ir na cidade.

E aí por participar de uma família muito religiosa, sempre participei das atividades da igreja né, meu pai domingo não tinha choro, tinha que todo mundo ir pra igreja...Pra ir se divertir, jogar bola ou ir pra uma festa em outra comunidade, primeiro tinha que rezar, a não ser se ia lá na outra e tivesse missa, então era muito participativo na igreja. Virei catequista e aí que começou o processo, a minha viravolta e entrada no movimento depois, em função da igreja né, pelos encontros. Dois grandes encontros assim que me marcou, um foi o encontro de CEBs no município de Ronda Alta, que aquilo ali marcou muito pra mim na minha juventude – 16 ou 17 anos – eu participei dessa atividade de formação...e depois o encontro de catequistas em Planalto, era diocese de Frederico Westphalen e fizeram um encontro de catequistas e eu fui a Planalto, e lá também fizeram a formação e mexeu muito”
(Angico).

Diante dessa narrativa de vida, percebe-se o elemento da educação também como uma ferramenta de luta pela terra, seja pela inacessibilidade das estradas que ligam o campo à cidade, seja pela precariedade em termos educacionais do campo antes dos anos 90, quando começasse a se pensar, a partir da própria luta do MST, em uma educação para os povos do campo, pautada em todas as questões políticas, culturais, econômicas e sociais desses povos (SANTOS, 2017).

Visualiza-se, também, o início da trajetória de Angico no movimento social pela via da Igreja. A importância da CPT como porta de entrada para a organização dos trabalhadores é fundamental na construção do MST, como já se discutiu anteriormente. A inserção desse movimento religioso, que surge a partir da Teologia da Libertação, também serve como base de reflexão para os princípios utilizados hoje pelo movimento, entendidos com mística. A mística utilizada enquanto liturgia é a sustentação ideológica do MST, e está presente nas marchas, bandeira, poemas, músicas e ritos que alimentam a esperança na militância do movimento (STEDILE e FERNANDES, 2012).

A linguagem expressa na mística - e na própria dinâmica desse fazer litúrgico de influência religiosa no MST - é um elemento de construção de representações sociais. Segundo Guareschi e Jovchelovitch (2013, p.19-20), é a partir do caráter simbólico e imaginativo que se dão as construções as quais edificam sentido ao mundo, através do afeto e da comunicação, que por meio da linguagem, expressa elementos históricos, culturais e míticos.

“Meu pai ficou doente e teve um problema de apendicite, e eu fui no fim de semana levar minha mãe no hospital em Nonoai e passei na frente do acampamento e ainda disse: como é que esses loucos sobrevivem? Tinha chovido e era uma fumaceira, como é que ficam debaixo da lona? E aí, olhando o pessoal acampado, aquele pessoal ganhou terra e me chamou atenção, também uns parentes de um cunhado meu foram assentados, e era de uma comunidade próxima...e aí aquilo me incomodou, se eles ganharam terra eu também posso ganhar né? Não preciso ficar virando pedra aqui, fazer agricultura nessas condições... e tinha um irmão mais novo ainda que tava em casa...daí eu disse: também vou pro acampamento...e na época tava se articulando – em 1993 – tava se articulando um acampamento em Lagoa Vermelha né, tinha um senhor que fazia o trabalho na região e é assentado aqui também, fazia essa articulação na região, trabalho de base, era a frente de massa, e saía fazendo as reuniões pra ir pro acampamento” (Angico).

A entrada de Angico para o MST, despertada pela curiosidade e pela percepção de que era possível lutar para conquistar uma terra e uma condição de vida digna, dá-se tanto pelas suas experiências anteriores com as formações da CPT, quanto pela tomada de consciência de classe, entendida no enfrentamento à marginalização no campo causada pelo capitalismo e pela elite agrária. Tal inconformidade com essa situação expressa na frase “fazer agricultura nessas condições” o elemento político da luta de classes no campo, emblema de uma população subalternizada e explorada a qual compreende a necessidade de uma transmutação em sua condição de classe. Essas relações, pautadas na propriedade privada e no capital, faz com que aconteça a desigualdade entre uma classe e outra, construídas na força de trabalho dos proletários e na acumulação de capital dos burgueses, configuradas no modo de produção capitalista (MARX & ENGELS, 2014).

Diante disto, é na base das lutas camponesas que se compreende as relações capitalistas de produção as quais se fazem presente no campo; relações essas, imperialistas, e que causam um atraso na resolução da questão agrária brasileira. Segundo Guimarães (2011, p. 91), “decorre fundamentalmente, da evasão de parte substancial da renda nacional para as metrópoles, durante toda nossa história”.

A história de vida de Angico na busca por melhores condições de vida, assim como a história de muitos camponeses no Brasil, passa pelo êxodo rural. O fato de que esse vivencia uma experiência de busca dessas melhores condições indo para a cidade, expressa o caráter do sentido de resistência da luta pela terra que, segundo Stédile e Fernandes (2012,

p.19), não aceita a ida para a cidade como saída para os problemas e que quer permanecer no campo para lutar. Segundo Leite et. al (2016, p.94), ao ser expulso de sua região, o homem do campo é destituído de sua identidade e passa a ser alguém vulnerável na cidade, passando por um processo de invisibilidade de sua existência, fadado apenas a sobreviver na ausência de sentido que se produz em seu viver fora da realidade do campo.

Ao retornar para o campo, Angico encontra no movimento social a possibilidade de lutar por seus direitos e, mesmo contra sua família, reconhece sua identidade sem-terra no campo. Ao aderir-se ao acampamento do MST, ele passa a construir outra face de sua história de vida: a resistência política.

Angico inicia então sua trajetória dentro do movimento, circulando em diversas instâncias até finalmente encontrar-se na educação. No processo de compor uma frente de trabalho do movimento - neste caso, o setor de educação -, é que se observa a construção da identidade enquanto um sem-terra militante, enfim partícipe do movimento social. A experiência de coletivização e participação no processo do acampamento, constrói essa identidade a partir da relação com esse espaço, afirmando a característica de que os movimentos sociais constituem uma identidade cultural de um grupo marginalizado a qual se concebe como um produto histórico (WOODWARD, 2000).

Ainda nessa perspectiva de uma identidade coletiva, o fato de Angico ter sido indicado a um curso de magistério para tornar-se professor dentro do movimento explicita a criação de uma aprendizagem política no MST, caracterizada por uma consciência grupal e de práticas coletivas que democratizam as relações sociais e dão espaço para a criação dessa nova identidade e do modo de relacionar-se com o mundo (BELO e PEDLOWSKI, 2014).

Nesse sentido, pelo viés de vivenciar os atos de resistência coletivos como uma visão de mundo, ou seja, no campo das representações sociais, que Gramsci (1981) diz que somos homem-coletivo, e que, sendo assim, nossas concepções de mundo são dialéticas e geradoras de mudanças, coexistindo com as representações de uma época, as quais também são conservadoras e ligadas à classe dominante.

A concepção de mundo de uma época não é a filosofia deste ou daquele filósofo, deste ou daquele grupo de intelectuais, desta ou daquela grande parcela das massas populares: é uma combinação de todos estes elementos, culminando em uma determinada direção, na qual sua culminação torna-se norma de ação coletiva, isto é, torna-se história completa e concreta (GRAMSCI, 1981, p. 32).

Concebe-se, então, a partir desses atos de resistência, um processo de narrativa na vida de Angico, constituída por elementos como ocupações, ações policiais, marchas e formações políticas, conjunto o qual se pode fazer a mudança dialética das representações sociais. Fundamental frisar que essas representações vão sendo compostas à medida em que todos esses elementos vividos vão engendrando-se e formando uma nova concepção de

mundo, já que segundo Paes (2006, p.178) “a humanidade deve ser educada para apropriar-se da realidade histórica de forma a tomar consciência”, ou seja: é a partir de uma compreensão histórica dialética em que os sujeitos superarão a sociedade de classes e os modos de produção capitalista.

Tais trechos da história de Angico, todos fortemente marcados pelo elemento da coletividade e da construção de uma nova identidade social marcada pela luta política (pela terra, pela educação, pela saúde e por outras pautas), tornam evidente o processo de construção das representações sociais como um elemento dialético da relação Eu-Outro, privado-público, fora e dentro, que se constroem à medida em que a trajetória de vida entrecruza-se com a de luta.

Portanto, nessa perspectiva em que as representações sociais emergem de uma história de vida há o sentido coletivo, uma vez que segundo Lukács (1967) a visão de mundo (representações) são os conjuntos, elementos e sentimentos que congregam os membros de um grupo em torno de uma ideia. Ressalta-se que esse grupo é sempre composto por uma questão de classe.

A seguir apresentam-se as narrativas de Camomila, mulher de 52 anos de idade, professora e casada com Angico:

“[...]sou assentada no assentamento Rondinha no município de Joia, sou professora...E vir pra cá tem um processo. Eu sou filha de pequenos agricultores que foram expulsos da terra na década de 50, sempre foram meeiros, peões. Meu pai trabalhou 30 anos numa empresa rural no município de Santa Bárbara de onde ele era oriundo e eles acabaram indo pra cidade pra que os filhos estudassem, eles fizeram uma opção familiar de deixar de herança pros filhos o estudo. Então eu não me constituí uma sem-terra como o processo que o Angico viveu, mas eu também veio de uma família sem-terra, a minha mãe tinha muito medo das ações policiais então nunca deixou meu pai participar porque ela tinha medo de que ele morresse né, e aí como é que a gente ia ficar...” (Camomila)

Tal narrativa, que inicia a história de vida de Camomila, evidencia-se através da vivência singular dessa no processo histórico vivenciado por famílias que foram expulsas do campo e que viviam como meeiros em uma terra emprestada. Evidentemente, também sofriam com as consequências da desigualdade fundiária. A migração do campo para a cidade era uma das vias aos trabalhadores rurais que não optavam pela luta, seja pela permanência na terra, seja pela redução das taxas de arrendamento (MEDEIROS, 1989).

Ainda pela perspectiva das representações sociais, pode-se perceber na narrativa que a concepção de uma identidade sem-terra não está ligada apenas a uma organização política dentro de um movimento social. A entrevistada mesmo vivenciando o processo social e econômico de não possuir terra - e apesar de não ter vivido o mesmo processo

organizacional do movimento como seu cônjuge-, percebe-se como sem-terra desde sua constituição familiar mais tenra.

Segundo Minayo (2013, p.90), as representações sociais estão presentes nas vivências e nas contradições vivenciadas pelos grupos sociais, as quais correspondem a situações reais de vida mediadas pela linguagem, à medida em que também constituem núcleos de transformação e de resistência das diversas maneiras de conceber e construir essa realidade vivida.

“Como o Angico te contou né, a gente se conheceu numa ação educacional, eu sou pedagoga e bacharel em direito, eu fazia direito nesse processo né...então sempre me chamou muita atenção assim, porque a gente sabia que eram pessoas simples, humildes, que tavam na luta por busca de direitos que todos temos, e então eu como estudante de direito me senti chamada para aquela atividade de exposição, porque naquele semestre eu fazia aulas de manhã e de noite pra terminar o curso de uma vez...aí eu vi eles montando a exposição, e de noite eu saí de uma prova e fui assistir a fala deles e achei muito interessante”. (Camomila)

Camomila apresenta então a história de seu relacionamento com Angico, quando inicia o seu processo de ida para o movimento. Anteriormente, Camomila narra que no início de sua vida, mesmo sendo uma sem-terra, não participou de fato do movimento social. A entrada deu-se pelo encontro e pela identificação com Angico durante uma ação acadêmica, momento em que se sentiu convocada a participar daquele processo de transformação social, situação evidenciada na frase “na luta por direitos que todos nós temos”.

A essa concepção de que há direitos que lhes são negados, há uma ação das representações da tomada de consciência de Camomila enquanto sujeito de um processo histórico e de uma luta de classes, conceito a qual Lukács (1967) define como a expressão da consciência coletiva de classe refletida na consciência individual, em que a visão de mundo do sujeito passa a ser um conjunto do viver social através do processo histórico da constituição das classes.

Dado o exposto, portanto, dessas teorias marxistas acerca das representações sociais, o processo de consciência aparece como o principal elemento que constitui esse processo representacional na vida social e que constitui os sujeitos, uma vez que para Marx (1984, p.37) essa consciência não é um elemento cognitivo individual determinante da vida: ao contrário, a vida e seus processos do além indivíduo é que são determinantes nesse processo da consciência.

“A gente brigou muito pra que a escola se constituísse uma escola de formação dos filhos dos trabalhadores, então tinha gente que não se adaptava nesse processo... como era o governo do Olívio, teve toda a questão da constituinte escolar, a escola nasceu nesse período, por isso que a escola tem esse DNA, que se diferencia das outras, porque ela vem de uma luta coletiva, ela foi constituída nos seus documentos e em todo processo dela, por um coletivo, não é algo que os

professores se fechavam, a gente chegou estudar livros pra explicar pros pais e a pra daí tomar decisões”. (Camomila)

A narrativa de Camomila expressa em sua história, o entrelace e a entrada no movimento pela via da educação. Tal relação concretiza-se pela dialética entre o que é do sujeito e sua constituição singular, e o que é do social. Nesse caso, do movimento enquanto um processo de identidade e de afirmação de um lugar de produção de subjetividades constituídos em uma outra via, há o espaço onde as práticas sociais são de fato o enlace do sujeito e da sua relação com o mundo (LEITE E DIMENSTEIN, 2010). A construção (física e simbólica) da escola no assentamento é, portanto, um fruto dessa produção de subjetividade coletiva, da concepção de um mundo coletivo e social. É notório na narrativa de Camomila o início desse processo da luta por educação dentro do assentamento, possibilitado apenas no momento em que cada sujeito se constitui nessa luta, assumindo a identidade sem-terra como uma demarcação da diferença e de um outro lugar social (CRUZ, 2010).

É também a partir da expressão “pra que a escola se constituísse uma escola de formação dos filhos dos trabalhadores” que ocorre a percepção de construção de uma representação social desse lugar onde os sujeitos do movimento ocupam. O segmento discursivo evidencia mais uma vez a concepção materialista-histórica do MST sobre o seu lugar de classe, constituídos enquanto trabalhadores, explorados pela burguesia detentora do capital que produz as desigualdades, os quais não possuem outra alternativa senão a de lutar (MARX, 2014, p.35).

Dessa forma, a construção dessas representações sociais de um lugar de classe e de uma concepção materialista, induz a percepção da constituição de um sujeito sócio-histórico. Vygotsky (2001) propõe pensar a psicologia a partir desses pressupostos materialistas, ou seja, a constituição do homem para além do que o mesmo chama de psicologismo idealista, onde as subjetividades, emoções e fenômenos psíquicos são construídos apenas a partir de pressupostos biológicos e separados da história, da cultura e da sociedade. Portanto, Vygotsky (2001, p.8) apresenta que o traço dessa nova psicologia é o materialismo, considerando que todo comportamento humano é constituído de movimentos dotados de propriedades de existência material.

Logo, Vygotsky traz da teoria marxiana a compreensão de que a história é um fator determinante na vida dos indivíduos, e que é nessa tomada de consciência de um processo que é histórico e é dialético, que os sujeitos se constituem.

Vygotsky parte do pressuposto marxiano de que a sociedade, tendo em vista seu caráter histórico, é uma totalidade em permanente inter-relação com infinitas particularidades. Para ele o desenvolvimento psicológico do indivíduo somente pode ser percebido na relação dialética entre a totalidade concreta das forças materiais no seu movimento histórico e os demais produtos do gênero humano (PAES, 2006, p. 178-179).

É a partir dessa construção de uma consciência histórica, materialista-dialética que, portanto, aconteceria a superação da sociedade de classes. Diante da narrativa de luta de Camomila, que agencia sua história de vida singular a um processo coletivo, de uma luta que extrapola apenas os seus direitos individuais, percebe-se a construção dessa consciência de classes (PAES, 2006).

Dessa forma, as representações sociais rompem com a dicotomia indivíduo e sociedade, assim como interno e externo, compreendendo, portanto, que há uma dimensão de construção que é simultânea e social, que estabelece a comunicação entre os sujeitos e suas representações e que se dá de forma subjetiva e intrasubjetiva. Segundo Magalhães (2014, p.248), há “três elementos necessários ao desenvolvimento do sujeito: ele próprio, o mundo ao seu redor e a relação que os imbrica”.

Conclusões e caminhos a serem trilhados: a contribuição da Psicologia nos movimentos sociais do campo

Todo o processo de construção, deste percurso de pesquisa(dor), faz-se pertinente para pensar os sujeitos históricos por uma outra perspectiva para Psicologia: as lutas por direitos sociais. Tais lutas só podem evidenciar-se através do principal instrumento de trabalho do psicólogo: a fala/linguagem. Bakhtin (1986, p.36) diz que o material mais significativo para a comunicação da vida cotidiana é a palavra - ela é o meio pelo qual se estabelece a relação social e a ideologia.

Nesta perspectiva, pode-se pensar as narrativas dos sujeitos do movimento como as expressões simbólicas que colocam em evidência suas experiências de luta e da trajetória de militância. A fala é a arena onde se confrontam os valores sociais - e expressa-se a luta de classes -, pois ela é constituída por um material que é puramente histórico, evidenciando em um campo de expressão de luta social, ao mesmo tempo que é um instrumento de luta e que coloca o que é do sujeito em construção com o processo social (BAKHTIN, 1986, p. 14).

Assim, no decorrer da pesquisa, apresentam-se as narrativas de vida através da História Oral, a qual cada sujeito-ator do movimento pode expressar sua luta social em sua narrativa, tornando-se sujeito - da linguagem e da representação - e ator - de um processo social de luta por direitos. O sujeito-ator do movimento sem-terra, não é então um sujeito passivo à realidade social imposta pelo modo de produção capitalista; ele é um sujeito que através do seu processo singular de vivência, transforma e é transformado pelo mundo na medida em que se coloca num grupo social e forma uma identidade atravessada por esse modo de existência, construído por condições objetivas iguais (BOURDIEU, 2006).

Essas condições de existências objetivas iguais e materiais - que é o lugar de classe - de um grupo subalterno, tornam possível o processo de identificação desses sujeitos-atores com a luta de uns com os outros, tornando assim o sujeito-ator sem-terra o próprio veículo por qual se dá a luta por direitos sociais. Assim, essas representações sociais expressam esse lugar de uma classe dominada e refletem os interesses dessa classe em lutar pela transformação da realidade hegemônica a qual produz as classes dominantes do sistema capitalista (MINAYO, 2013).

A Escola Marxista das representações sociais, portanto, contribuiu no sentido de captar as narrativas desses atores do MST nesse lugar de classe e da construção de representações contra-hegemônicas, expressas numa identidade coletiva em torno de uma luta que também é coletiva, e que compreende a necessidade de lutar por direitos historicamente negados dentro da produção das desigualdades, além de construir um sujeito singular do movimento. Segundo Caldart (2000, p.199), a experiência sem-terra é uma experiência de formação humana e constitui um sujeito pedagógico enquanto prática coletiva e educativa na vida dos sujeitos os quais compõem o movimento.

É nessa prática coletiva e narrativa que esses sujeitos constroem seu lugar de existência dentro do movimento, à medida em que recuperam essa capacidade de ser e de existir enquanto sujeitos de direitos que subvertem a lógica desigual imposta pelo capital imperialista e burguês no campo, (re)existem e constituem novos modos de ser além de lutar para sobreviver dentro das condições materiais de existência, formando assim um processo de permanente das representações sociais na relação Eu-Outro que se dá na circulação do espaço público da vida que esses sujeitos-atores ocupam (JOVCHELOVITCH, 2013).

Essa relação Eu-Outro é um ponto constante nas narrativas de vida das famílias entrevistadas do MST, seja um Outro do movimento com quem se identificam e constroem suas identidades, seja o Outro da hegemonia capitalista da realidade desigual pela qual se luta para modificar. Nesse movimento dialético desses sujeitos mobilizados na e pela história que se dá o surgimento das representações sociais, compreendidas nesse processo de exteriorização e de contato dos afetos que são pessoais e sociais, produtos de um contexto das condições sócio, político, econômico e cultural que esses sujeitos encontram-se (SPINK, 2013).

A memória evocada nessas narrativas de vida aparece também como um importante elemento da constituição dessas representações sociais da vida. O processo de recordar aqui, segundo Delgado (2003, p.19), é crucial para a construção de um conhecimento histórico, e é, através da narrativa oral dessas memórias que são ao mesmo tempo individuais e coletivas, que se pode estabelecer o paralelo e a co-construção dos sujeitos com o processo histórico atravessado pela sociedade no momento dos acontecimentos os quais esses lembram.

Tal consideração sobre a resistência ligada a um processo identificatório, vem ao encontro do que se percebe nas narrativas dos sujeitos do MST, pois os sujeitos expressam uma identidade coletiva fundamentada em uma identificação e no encontro das histórias de vidas anteriores ao movimento, bases para a luta em prol de algo comum, nesse caso, os direitos sociais, sejam esses o direito à terra como um elemento central, ou aos demais que acompanham esse, como saúde, educação, moradia, estradas e etc. Moscovici (1976, p.171) fala que as representações sociais emergem justamente onde há um perigo para a identidade coletiva, ou seja, as representações por si só são frutos de um processo de resistência dos grupos sociais em lutar por sua existência e identidade, interpretando o mundo a partir de suas vivências e do lugar – nesse caso, de classe - que ocupam no mundo. Diante disso, então, afirmam-se as representações sociais enquanto componentes da relação do sujeito com o mundo e com a história, as quais moldam suas percepções de vivências e experimentadas ao longo da vida, demarcando, no caso do MST, essa representação social da coletividade e da militância no movimento social enquanto modo de existir.

A memória, a narrativa e a resistência, então, aparecem enquanto processos que compõem e reconstróem as histórias de (re)existências dos sujeitos do MST, processos esses que retratam uma luta coletiva por direitos sociais atravessadas com a vida de cada um dos sujeitos à medida em que a luta pela terra é uma luta por recompor as humanidades que foram perdidas e violentadas pelo capital. Trata-se de uma luta contra os grandes latifúndios e que tem a tarefa histórica de produzir uma outra sociedade, e um outro modo de produção não hegemônico e capitalista (CALDART, 2000).

Por fim, como última reflexão, reside o questionamento: **e quem escuta as vozes do campo?** Para (re)pensar o papel da Psicologia enquanto ciência e profissão no compromisso à escuta e às ações que se voltem aos povos do campo e aos movimentos sociais camponeses. É preciso compreender que o espaço público, ou seja, esse emaranhado de afetações coletivas os quais cercam os sujeitos, produzem e afirmam as singularidades de cada um, e é nesse entremeio que deve se dar o compromisso ético e social da Psicologia em tencionar esses espaços e em democratizar a coletividade como uma possibilidade social (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2013, p.31).

Ademais, diante então de todo o processo histórico e social que os povos do campo vivenciam no Brasil, desde a colônia, é preciso atentar-se às histórias que essas vozes têm a contar - porém, quem as escuta? Vasquez (2009, p.864) coloca que a formação em Psicologia é majoritariamente voltada para o homem urbano e tal processo afasta as ciências Psi da compreensão das subjetividades do campo e de todos os atravessamentos políticos e culturais que se dão por esse outro modo de vida que é o campesinato. Assim, partindo dessa perspectiva, as vozes do campo não são escutadas em suas especificidades.

Vasquez (2009) diz que é preciso que meio rural seja um local de intervenção do psicólogo, colocando também a luta pela terra como um elemento crucial para pensar a formação subjetiva dos sujeitos do campo e dos movimentos de resistência que se produzem nesses locais, levando em conta essa cultura do campo e promovendo discussões as quais possam pautar a criação de políticas públicas específicas para essas populações com o fito de que sejam promotoras de cuidado e de escuta¹.

Destarte, é necessário que a Psicologia tome uma posição ética de cuidado, de um compromisso social e histórico e, é partindo disto, que tanto as teorias sócio-históricas e materialistas, quanto as teorias das representações sociais, sirvam de subsídio para esse compromisso. Nesse sentido, é preciso que se compreenda que é necessário que a Psicologia abra seu arcabouço teórico e amplie suas práticas e compreensões de que o homem social deve ser visto/percebido, ultrapassando a barreira de uma área fechada em si mesmo, além de traçar contato com as ciências sociais. A partir dessa abertura, necessária para a Psicologia dentro de campos ainda não muito visados, como o dos movimentos sociais do campo é que se deve pensar na identidade brasileira formada no processo histórico. Há um sujeito e uma identidade histórica constituinte e que atravessa o povo brasileiro com o qual a Psicologia trabalha, e que, segundo Carmem Backes (1995, p.10-13), a identidade imposta pelos colonizadores baseia-se na exploração e na destruição do outro como forma de alicerce dos processos históricos do Brasil, entre esses, do processo de lutas camponesas vistas aqui anteriormente.

Essas violências que foram perpetuadas ao longo de nossa história, subjagam o sujeito brasileiro ao que Darcy Ribeiro (1995) nomeou de “ninguendade”, ou seja, um processo de negação da própria identidade, da própria raiz – seja ela de raça, classe ou cultura – em face de construir uma identidade colonizada e explorada a qual se submete a uma hegemonia que conforme visto anteriormente, é a hegemonia da produção capitalista, geradora de desigualdades.

Então, essa ningundade é que importa à Psicologia, especificamente desses sem-terra, antes sem-identidade (ou seja, os “ninguéns”), cuja escuta cuidadosa precisa dar voz às histórias que emergem da ningundade para construir uma identidade coletiva e histórica, uma luta necessária para se colocar no mundo. É compromisso, portanto, da Psicologia enquanto ciência e profissão, que se encontre disponível a escutar essas vozes, mediante

¹ O envolvimento de profissionais do campo psicológico com as questões sociais se sustenta pela exigência ética de que onde houver seres humanos sendo explorados, humilhados, desqualificados, discriminados, aí está a real demanda para estes profissionais. [...] Abordar a Psicologia e as questões da terra tem esse compromisso ético, e implica desvelamento da história que nos tem constituído como povo, que marca a construção de nossas subjetividades (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2013, p.32).

uma ética do cuidado e do olhar histórico, construindo possibilidades de existência aos povos do campo (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2013).

Referências

AUED, Bernardete Wrublevski. **A vitória dos vencidos: Partido Comunista Brasileiro e Ligas Camponesas – 1955-1964**. Florianópolis, SC: Editora da UFSC, 1986.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1986.

BACKES, Carmen. **A identidade nacional: o Brasil entre história, memória e ficção**. In: Brasil: Psicanálise, ficção e memória. – Porto Alegre, RS: Revista APPOA, 1995.

BAUER, Martin. **A popularização da ciência como “imunização cultural”: a função de resistência das representações sociais**. In: Textos em representações sociais – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BENSAÏD, Daniel. **As classes ou o sujeito perdido**. In: Marx, o intempestivo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

BELO, Diego Carvalho; PEDLOWSKI, Marcos Antônio. **Acampamentos do MST e sua importância na formação da identidade do Sem Terra**. Revista NERA, Presidente Prudente, Ano 17, nº. 24 pp. 71-85 Jan.-jun./2014. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/2581>>. Acesso em: 10 de Agosto, 2019.

BOURDIEU, Pierre. **Esboço de uma teoria da prática: precedido de três estudos de etnologia Cabila**. – Portugal: Celta Editora, 2006.

BRASIL. **Estatuto da Terra** (Lei nº 4.504/64). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm>. Acesso em: 10 de Agosto, 2019.

BRANDÃO, Luiz Carlos Kopes. **A colonização brasileira, do descobrimento ao estatuto da Terra**. Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas, n.1, 2009. Disponível em: <<https://periodicos.unifap.br/index.php/planeta/article/view/52>>. Acesso em: 8 de Agosto, 2019.

BRITO, Ricardo José Braga Amaral De. **A luta camponesa e a repressão durante a ditadura empresarial-militar (1964-1985)**. Revista Habitus: Revista de Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 72-87, 2014. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/habitus/article/view/11454>>. Acesso em: 3 de Setembro, 2019.

BRUNO, Regina. **Senhores da terra, senhores da guerra : a nova face política das elites agro-industriais no Brasil**. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem-Terra: escola é mais do que escola**. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

COTRIM, Gilberto. **História & Consciência do Brasil, 1: da conquista à independência**. – 10.ed. – São Paulo: Saraiva, 1996.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências Técnicas para Atuação das (os) Psicólogas (os) em Questões Relativas a Terra**. – Brasília: CFP, 2013.

DELGADO, Lucia de Almeida Neves. **História Oral e Narrativa: tempo, memória e identidades**. Revista Dossiê História Oral, 2003. Disponível em:

<https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/819734/mod_resource/content/1/DELGADO%2C%20Lucilia%20%E2%80%93%20Hist%C3%B3ria%20oral%20e%20narrativa.pdf>. Acesso em: 15 de Setembro, 2019.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais**. NERA. São Paulo, Ano 8, N.6, p. 24 – 34, Janeiro - Junho de 2005. Disponível em: < <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1460>>. Acesso em: 12 de Setembro, 2019.

FREGONEZI, Rute Maria Cham. **A ditadura militar no Brasil: golpe, repressão e tortura**. Maringá, PR: Anais do VIII Congresso Internacional de História, 2017. Disponível em: < <http://www.cih.uem.br/anais/2017/trabalhos/3897.pdf>>. Acesso em: 13 de Setembro, 2019.

FREITAS, Sônia Maria. **História Oral: Procedimentos e possibilidades**. – 2ª ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

GRAMSCI, Antônio. **A concepção dialética da história**. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **As três frentes da luta de classes no campo brasileiro**. In: Questão Agrária e Política – autores pecebistas – Rio de Janeiro: Editora Edur UFFRJ, 1996.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1997.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Vivendo a vida com os Outros: Intersubjetividade, espaço público e representações sociais**. In: Textos em Representações Sociais. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1991.

LEITE, Bruna Fontes Sepulveda., *et al.* **O trabalhador expulso do campo se transforma em Homo sacer na cidade: as consequências da pobreza entre pequenos produtores rurais no Brasil**. In: PRADO, SD., et al. orgs. Estudos socioculturais em alimentação e saúde: saberes em rede. [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2016. Sabor metrópole series, vol. 5, pp. 81-102. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/37nz2/pdf/prado-9788575114568-05.pdf>>. Acesso em: 6 de Setembro de 2019.

LUKÁCKS, Giorgio. **Existencialismo ou Marxismo?** – São Paulo: Senzala, 1967.

MARX, Karl. **Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857- 1858 - Esboços da crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Ideologia Alemã**. São Paulo: Hucitec, 1984.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2014.

MEDEIROS, Arthur Silva de. **Antecedentes históricos da luta pela terra no Brasil e o surgimento do MST**. Sociologia, Antropologia e cultura jurídicas [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI/UNINOVE. – Florianópolis : FUNJAB, 2013. Disponível em:

<<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=52d5d0f100d9de6a>>. Acesso em: 10 de Agosto, 2019.

MENDES, Naira Letícia Giongo. **A contribuição dos assentamentos de reforma agrária para o desenvolvimento econômico e social do Município de Jóiá**. Ijuí, RS: Repositório Institucional UNIJUÍ. Disponível em: <<http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/607/Naira%20-%20TCC.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 23 de Agosto, 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica**. In: Textos em Representações Sociais – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. – 28 ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2009.

MORAES, Clodomir Santos de. **História das Ligas Camponesas do Brasil**. In: A questão agrária do Brasil 4: História e Natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MOSCOVICI, Serge. **La psychanalyse, son image et son public**. 2. Ed. Paris: PUF, 1976.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MOTTA, Márcia; ESTEVES, Carlos Leandro. **Ligas Camponesas: história de uma luta (des) conhecida**. In Motta, Márcia; Zarth, Paulo. Formas de resistência camponesa. vol. II. São Paulo, UNESP, 243-257.

NEVES, Margarida de Souza. **História e Memória: os jogos da memória**. In: MATTOS, Ilmar Rohloff (org.). Ler e escrever para contar: documentação, historiografia e formação do historiador. Rio de Janeiro: Access, 1998.

NOZOE, Nelson. **Sesmarias e Aposseamento de Terras no Brasil Colônia**. Revista Economia, v.7, n.3. 2006. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/revista/vol7/vol7n3p587_605.pdf>. Acesso em: 13 de Agosto, 2019.

PAES, Pablo C. Duarte. **Vygotski e os fundamentos de uma psicologia marxista**. Cadernos Cemarx. Marxismo e educação, nº3, 2006. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/cemarx/article/view/1368>>. Acesso em: 18 de Setembro de 2019.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

SANTIAGO, Vandek. **Francisco Julião, as Ligas e o golpe militar de 64**. Recife: Comunigraf Editora, 2004.

SANTOS, Marta Alves. **Lutas sociais pela saúde pública no Brasil frente aos**

desafios contemporâneos. R. Katál., Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 233-240, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v16n2/09.pdf>>. Acesso em: 30 de Agosto, 2019.

SANTOS, Ramofly Bicalho. **HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL: O protagonismo dos movimentos sociais**. Teias v. 18, n. 51, 2017 (Out./Dez.): Micropolítica, democracia e educação. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/24758>>. Acesso em: 10 de Setembro, 2019.

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; MAHFOUD, Miguel. **Halbwachs: memória coletiva e experiência**. Psicol. USP, São Paulo, v. 4, n. 1-2, p. 285-298, 1993. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-51771993000100013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 02 de Outubro, 2019.

SIGAUD, Lygia. **A forma acampamento: notas a partir da versão pernambucana**. Novos Estudos CEBRAP. 58, 73-92, 2000.

SPINK, Mary Jane. **Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das Representações Sociais**. In: Textos em representações sociais. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. – 2.e.d – São Paulo: Expressão

Popular, 2012.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: História Oral**. 3.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

THOMPSON, Paul. **Problems of method in oral history**. In: ORAL HISTORY JOURNAL, Essex, n. 4, p. 5, march, 1972.

VASQUEZ, Gislayne Cristina Figueiredo. **A Psicologia na área rural: os assentamentos da Reforma Agrária e as mulheres assentadas**. Psicol. cienc. prof., Brasília, v. 29, n. 4, p. 856-867, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932009000400015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 de Novembro, 2019.

VINHAI, Moisés. **Problemas agrário-camponeses no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

VYGOTSKI, Levy. **Psicologia Pedagógica**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2001.

Sobre os autores

Cristian Da Cruz Chiabotto – Psicólogo graduado pela Universidade Regional do Alto Uruguai e das Missões (URI Campus de Santiago/RS). Pós-graduando do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Mental e Coletiva da Escola de Saúde Pública do Rio Grande do Sul. **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-0035-1447>

Rosangela Montagner – Graduada em Filosofia pela Universidade Franciscana e História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Mestre em Educação pela UFSM e professora dos departamentos de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da URI Santiago, Rio Grande do Sul. **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0003-3212-764X>

Como citar este artigo

CHIABOTTO, Cristian Da Cruz; MONTAGNER, Rosangela. Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST): narrativas, memórias e histórias na luta pela terra. **Revista NERA**, v. 24, n. 57, p. 210-231, Dossiê I ELAMSS, 2021.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos autores. As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão

crítica foram desenvolvidas em grupo. O autor **Cristian Da Cruz Chiabotto** ficou responsável pela aquisição de dados e suas interpretação e análise, pelos procedimentos técnicos e tradução do artigo e seu desenvolvimento teórico-conceitual; a segunda autora **Rosangela Montagner** ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual e revisão do texto.

Recebido para publicação em 29 de fevereiro de 2020.

Devolvido para a revisão em 15 de setembro de 2020.

Aceito para a publicação em 26 de outubro de 2020.

Los movimientos socio-territoriales emergen del territorio y construyen nuevos proyectos de desarrollo territorial

Gerson Antonio Barbosa Borges

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Presidente Prudente, São Paulo, Brasil.
e-mail: gerson.unesp@gmail.com

Resumen

El territorio, al ser interpretado desde su multiescalaridad y multidimensionalidad, permite al investigador tener una relación más cercana con los constantes cambios de la realidad. Reflexionando en torno a las organizaciones de la sociedad civil que, teniendo el territorio como propósito de su existencia, se constituyen como movimientos socio-territoriales, orientamos nuestro artículo hacia el caso del Movimiento de Pequeños Agricultores y su elaboración de un proyecto de desarrollo territorial, llamado Plan Campesino, que se presenta como una alternativa frente al camino trazado por el proyecto de desarrollo de la agricultura capitalista en su fase neoliberal.

Palabras-clave: Territorio; movimientos socio-territoriales; Movimiento de Pequeños Agricultores; Plan Campesino.

Os movimentos socioterritoriais emergem do território e constroem novos projetos de desenvolvimento territorial

Resumo

O território, ao ser interpretado desde sua multiescalaridade e multidimensionalidade, permite ao pesquisador ter uma maior aproximação com as transformações constantes da realidade. Refletindo em torno de organizações da sociedade civil que, ao terem o território enquanto propósito de sua existência, constituem-se como movimentos socioterritoriais, direcionamos o nosso artigo para o caso do Movimento dos Pequenos Agricultores e sua elaboração de um projeto de desenvolvimento territorial, denominado Plano Camponês, o qual é apresentado como uma alternativa à via de desenvolvimento da agricultura capitalista na sua fase neoliberal.

Palavras-chave: Território; movimentos socioterritoriais; Movimento dos Pequenos Agricultores; Plano Camponês.

Socio-territorial movements emerge from the territory and build new territorial development projects

Abstract

The territory, when interpreted since its multiscale and multidimensionality, allows the researcher to have a closer relationship with the constant changes in reality. Reflecting around civil society organizations that, by having the territory as the purpose of their existence, constitute themselves as socio-territorial movements, we direct our work towards the case of the Small Farmers Movement and its elaboration of a territorial development project, called Peasant Plan, which is presented as an alternative to the development path of capitalist agriculture in its neoliberal phase.

Keywords: Territory; socio-territorial movements; Small Farmers Movement; Peasant Plan.

Introducción

El territorio comprendido desde su multidimensionalidad y multiescalaridad se convierte en un escenario de disputa entre distintos proyectos de desarrollo territorial que impactan la vida de los seres sociales y la naturaleza en general.

En esta fase neoliberal del capitalismo, el régimen alimentario corporativo (MCMICHAEL, 2016), expresado por el agronegocio (DAVIS; GOLDBERG, 1957) en el campo, ha subordinado y desterritorializado a los campesinos (FERNANDES, 2013, 2019), pero no solo eso. El hambre, la obesidad, la destrucción de los biomas, la desconexión de la producción con los ecosistemas locales y la acumulación capitalista a través de la renta de la tierra (PLOEG, 2013; ZIEGLER, 2013; DELGADO, 2013) también son las caras nuevas y viejas de este sistema perverso.

En la teorización del concepto de territorio, concomitantemente la aceptación de su tipología, verificamos la hegemonía del modo de producción capitalista, con todo, en todas sus fases encontramos acciones de resistencia y no de satisfacción con los impactos de este modelo hegemónico de desarrollo.

El desacuerdo con el modelo de desarrollo del agronegocio se debe principalmente al riesgo que corren los campesinos de perder sus territorios con el avance y éxito de este modelo agrícola, presente en las distintas escalas y dimensiones del territorio. Estas razones agitan los movimientos socio-territoriales que representan ciertos grupos de campesinos, a medida que surge el riesgo de perder sus territorios.

En este artículo, promovemos una reflexión que abarca nuestra comprensión de la categoría de "territorio" y el proceso de formación de movimientos socio-territoriales. Nos dedicamos a investigar el camino construido por el Movimiento de Pequeños Agricultores, un movimiento socio-territorial en nuestra concepción, y que está construyendo un proyecto de desarrollo territorial presentado como una nueva alternativa a la agricultura capitalista en Brasil.

Además de la introducción desarrollada previamente, este trabajo estará compuesto de cinco partes y las consideraciones finales. Primero, reflexionamos sobre la construcción del territorio a partir de las relaciones de poder en el espacio; después, discutimos la formación de movimientos en el territorio; en la tercera parte, discutimos algunas razones que llevan a los campesinos a organizarse en movimientos; en la cuarta parte, exploramos algunos elementos que caracterizan al Movimiento de Pequeños Agricultores como un movimiento socio-territorial. En la última sección, discutimos la experiencia de este movimiento en la elaboración de un proyecto de desarrollo territorial, el Plan Campesino.

Del espacio al territorio

Aunque las categorías "espacio" y "territorio" no son equivalentes (RAFESTIN, 1993), ambas son multidimensionales y multiescalares (FERNANDES, 2013), lo que proporciona un potencial para la lectura total, y no fragmentada, de la realidad investigada, siempre que comprendamos el espacio como Santos (2017), para quien el espacio es:

Formado por un conjunto inseparable, solidario y también contradictorio de sistemas de objetos y sistemas de acciones, no considerados de forma aislada, sino como el marco único en el que tiene lugar la historia. Al principio fue la naturaleza salvaje, formada por objetos naturales, que a lo largo de la historia ha sido reemplazada por objetos manufacturados, técnicos, mecanizados y, más tarde, objetos cibernéticos, lo que hace que la naturaleza artificial funcione como una máquina. A través de la presencia de estos objetos técnicos: plantas hidroeléctricas, fábricas, granjas modernas, puertos, carreteras, ferrocarriles, ciudades, el espacio está marcado por estas adiciones, que le dan un contenido extremadamente técnico (SANTOS, 2017, p. 63, nuestra traducción).

Este conjunto de sistemas de objetos y sistemas de acciones admite al mundo como una totalidad. Tal espacio, para Lefebvre (1991), es donde tiene lugar la materialización de la existencia humana y, podemos complementar, de otros seres. De esta manera, este conjunto de sistemas está animado por ideas, bosques, campos, ciudades, seres orgánicos, inorgánicos y sociales. Es donde la vida y la muerte se encuentran y se transforman. Una vez que es pensamiento y acción, material e inmaterial, fijo y fluido, podemos considerar que el espacio está simultáneamente en construcción, destrucción, reconstrucción y disputa.

Por tanto, a través del espacio, tenemos el potencial de ubicar e interpretar el objeto de investigación, ya que este es el espacio, así como al propio investigador. Para comprender el objeto, es necesario definir una escala y utilizar un prisma multidimensional. Sin embargo, el análisis de las partes no debe desconectarse del conjunto. Las partes unidas constituyen la totalidad, con todo, el todo es mayor que la suma de las partes. Santos (2017) sostiene que ni siquiera la totalidad es capaz de expresar la realidad total del objeto, es necesario comprender el movimiento de la totalidad que está en constante totalización.

La realidad en constante metamorfosis es el resultado de los movimientos del espacio en un tiempo simultáneo (SANTOS, 2017). Estos movimientos resultan de la interacción de sistemas de objetos y sistemas de acción. La técnica, al ser un fenómeno histórico creado solo por humanos (PINTO, 2013), cubre la función de cambiar objetos y acciones, reflejando nuevas configuraciones del espacio. Es fundamental en las transformaciones de los conjuntos de sistemas. En palabras de Santos (2017, p. 54), "es a través de las técnicas que el hombre en el trabajo logra esta unión entre espacio y tiempo".

Con la evolución de las técnicas, los objetos artificiales se superponen con los naturales. La técnica, con el advenimiento del modo de producción capitalista, es cada vez

más universal en un instante, un hecho que ha acelerado los giros del tiempo y estandarizado objetos globalmente. Santos (2017, p. 181, nuestra traducción) señala:

En su versión contemporánea, la tecnología se ha puesto al servicio de la producción a escala, donde no se tienen en cuenta ni los límites de los Estados, ni los de los recursos, ni los de los derechos humanos. Nada se tiene en cuenta, excepto la búsqueda desenfundada de ganancias, dondequiera que se encuentren los elementos capaces de permitirlo.

De esta manera, el capital captura el espacio a través del sistema técnico-científico-informativo (SANTOS, 2017), sin embargo, hay espacios atraídos y espacios que resisten al capital. Esta conexión implica relaciones de poder que, obviamente, no son exclusivas del modo de producción actual.

El territorio es la arena, los objetos y las clases sociales que componen el espacio. El poder, visto como un instrumento de intereses dispares, mueve estos elementos en el espacio y forja el territorio. A través de este movimiento, aspiraciones conflictivas alteran el espacio y el territorio y crean nuevas territorialidades. Por lo tanto, como Raffestin (1993), interpretamos que las relaciones de poder en el espacio producen el territorio. Así que, en nuestra concepción, el territorio no es solo una superficie, porque lleva todas las características del espacio que mencionamos anteriormente, mediado por las relaciones de poder.

El territorio, en esta perspectiva, es un espacio donde se proyectó el trabajo, ya sea energía e información, y que, en consecuencia, revela relaciones marcadas por el poder. El espacio es la "prisión original", el territorio es la prisión que los hombres construyen para sí mismos. (RAFFESTIN, 1993, p. 144, nuestra traducción).

Teniendo en cuenta que esta conexión está mediada por el poder, el territorio puede exteriorizar la territorialización, subordinación, desterritorialización y reterritorialización de la clase campesina o capitalista. Esta categoría geográfica, al estar compuesta por una multitud de determinaciones, con el potencial de acercar al investigador a los fenómenos y estos al investigador, pone a la geografía en un lugar destacado en las ciencias del conocimiento. Santos (1999, p. 7) argumenta que:

La geografía alcanza su edad de oro a finales de este siglo, porque la geografía se impone como condición histórica, en la medida en que nada que se considere esencial hoy en día se hace en el mundo, que no sea el conocimiento de lo que es el Territorio. El Territorio es el lugar donde fluyen todas las acciones, todas las pasiones, todos los poderes, todas las fortalezas, todas las debilidades, es decir, donde la historia del hombre se realiza plenamente a partir de las manifestaciones de su existencia. La geografía se convierte en esa disciplina más capaz de mostrar los dramas del mundo, de la nación, del lugar (SANTOS, 1999, p. 7, nuestra traducción).

Estos elementos que constituyen la esencia y la apariencia del territorio son hechos por los sujetos de las clases sociales singulares en el momento en que defienden y ejercen la

materialización de sus necesidades y cosmovisiones. La síntesis de las colisiones internas y externas de estos paradigmas revela la ontología de los territorios.

A partir del entendimiento del territorio como una síntesis de múltiples intencionalidades y conflictualidades ejercidas por diferentes seres sociales, Fernandes (2013), en el artículo "Sobre la tipología de los territorios", enriquece la categoría al explorar una lectura de los diferentes tipos de territorio, afirmando que:

El territorio es un espacio político por excelencia. La creación del territorio está asociada con las relaciones de poder, dominación y control político. Los territorios no son sólo espacios físicos, también son espacios sociales, espacios culturales, donde las relaciones e ideas se manifiestan, transformando incluso las palabras en territorio (FERNANDES, 2013, p. 248, nuestra traducción).

Esta óptica multidimensional crea la tipología de territorios basada en escalas múltiples y desenmascara la interpretación reducida del territorio solo como un espacio para la gobernanza. Sin embargo, los gobiernos y las instituciones privadas usan la definición disminuida, porque esta lectura hace que sea difícil percibir conflictos y, en consecuencia, la realidad, elementos que son prescindibles desde el punto de vista de quienes dominan. Fernandes (2013, p. 171, nuestra traducción) explica que:

Las disputas territoriales son, por lo tanto, de importancia, de las relaciones sociales y el control de los diferentes tipos de territorios por clases sociales. El territorio entendido sólo como un espacio para la gobernanza se utiliza como una forma de ocultar los diferentes territorios y garantizar el mantenimiento de la subordinación entre las relaciones y territorios dominantes y dominados. El territorio comprendido por el diferencial puede usarse para comprender la diversidad y los conflictos de las disputas territoriales (FERNANDES, 2013, p. 171, nuestra traducción).

El territorio solo como espacio para la gobernanza es de interés para el paradigma del capitalismo agrario (FERNANDES, 2013) porque reduce el territorio a un plano unidimensional. El territorio en su conjunto, es multiescalar y multidimensional. En vista de esto, Fernandes (2013) infiere que el primer, segundo y tercer territorio constituyen una totalidad que comprende la naturaleza de la tipología de los territorios.

El primer territorio se considera un espacio de gobernanza, a escala nacional, regional, estatal y municipal. El segundo y el tercero son parte de este primero, sin embargo, no son sinónimos.

Desde el principio el poder judicial, el ejecutivo y el legislativo influyen en la composición, movimiento y transformación del territorio en las perspectivas multidimensionales y multiescalares. No obstante, creemos que los sujetos que trabajan en el primer territorio provienen del segundo, multiescalar, incluso más allá del territorio nacional, como es el caso de las organizaciones multilaterales y las empresas transnacionales. Estos sujetos ubicados en los transterritorios aglutinan sus intereses en línea con parte de las clases dominantes locales y cambian los territorios.

La hegemonía de la clase que controla el primer territorio tiende a ser el reflejo de la clase hegemónica del segundo. El segundo territorio está compuesto por "propiedades privadas no capitalistas, familiares o comunitarias y propiedades capitalistas" (FERNANDES, 2013, p. 179, traducción nuestra). El conflicto en esta esfera del territorio es constante, ya que las inclinaciones de los individuos que controlan cada propiedad tienden a ser heterogéneas. En esta rotonda, el agronegocio y el campesinado chocan y entran en conflicto. La síntesis de este conflicto reestructura el paisaje y el territorio.

El tercer territorio tiene el movimiento como una de sus características principales, en la escala de lugar, cuerpo, sociabilidad, luego, también de conflicto (FERNANDES, 2013). Este frenesí del tercer territorio alberga, produce y externaliza ideologías. De esta manera, también tiene el potencial de metamorfosearse por igual a otros territorios.

Esta tipología de territorios, según Fernandes (2013), es equivalente para territorios inmateriales, que están en constante construcción y disputa en territorios materiales. El territorio inmaterial abarca el conocimiento de la vida de los seres sociales, sus paradigmas e ideologías:

Los territorios inmateriales son las bases para sostener todos los territorios. Se construyen y disputan colectivamente. Las disputas territoriales son alimentadas por organizaciones y sus think tanks. Es imposible pensar en diferentes territorios sin pensar en territorios inmateriales y las personas y grupos que piensan en territorios (FERNANDES, 2013, p. 184, nuestra traducción).

Esto es tan cierto que la agricultura capitalista disputa no solo la tierra de los campesinos, sino también la forma de producir, relacionarse, consumir; es decir, pensar y actuar. Esta realidad se ilustra, por ejemplo, en los anuncios reproducidos por la Rede Globo, con el lema "El agro es tech. El agro es pop. El agro es todo." (GLOBO, 2019), en el que se percibe el intento de vender la idea de que el agronegocio es el único modelo de desarrollo existente en la agricultura.

El agronegocio, al ensalzar su proyecto de desarrollo en los medios de comunicación que patrocina, tiene como objetivo alienar a las poblaciones de la ciudad y a los campesinos (CHÃ, 2019). De esta manera, se espera la subordinación o desterritorialización de este último sin resistencia, con posibles preguntas como "¿Quién produce?" o "¿Cómo se produce?" siendo capturadas por la nube de humo de calidad y eficiencia. El territorio inmaterial no es la "trinidad cristiana", sin embargo, está en todos los territorios. Bajo estos aspectos, se convierte en una pieza clave en la disputa de territorios, paradigmas y de los propios desarrolladores.

Del territorio al movimiento

El territorio, dado que no es uno en su multidimensionalidad y multiescalaridad, es producido y disputado simultáneamente por diferentes clases sociales. A través de estos

conflictos, los sujetos de las clases sociales tejen diferentes territorios que establecen la multiterritorialidad (FERNANDES, 2013). Las características de estos territorios únicos están relacionadas con los objetos de disputa, la correlación de fuerzas y la organización de los sujetos involucrados en las conflictualidades.

Estamos asumiendo que la forma organizada fundamental de disputar territorios y expresar las intenciones que darán forma a sus peculiaridades es la disputa por espacios políticos y territorios, que se da a través de múltiples y distintos movimientos sociales provenientes de la sociedad civil organizada. De acuerdo con Gohn (1997, p. 174, nuestra traducción):

Lo que genera movimientos sociales son organizaciones de ciudadanos, consumidores, usuarios de bienes y servicios que trabajan con bases sociales movilizadas para problemas derivados de sus intereses diarios. No existen a priori, se convierten en movimientos para las acciones prácticas de los hombres en la historia (GOHN, 1997, p. 174, nuestra traducción).

Buscando una aproximación a los actos adoptados por los hombres en la historia, para comprender mejor los objetivos y acciones de los sujetos involucrados en diferentes movimientos, seguimos nuestra investigación utilizando la diferenciación tipológica "movimientos socio-espaciales y movimientos socio-territoriales" (PEDON, 2009; FERNANDES, 2013).

A diferentes escalas, ciertos movimientos del campo y de la ciudad, de izquierda o derecha, construyen la centralidad de sus disputas en paradigmas, espacios políticos, condiciones de trabajo y cuestiones salariales. Fernandes (2013, 2018) los conceptualiza como movimientos socio-espaciales. Con todo, hay otros movimientos que también disputan paradigmas, espacios políticos, condiciones de trabajo y cuestiones salariales, pero que tienen como centralidad la disputa y su existencia en los territorios materiales, como tierra en el campo, casas o fábricas. Estos son los movimientos socio-territoriales (PEDON, 2009, FERNANDES, 2013).

Algunas organizaciones no gubernamentales que practican luchas materiales e inmateriales para defender los intereses de los pueblos rurales y/o urbanos pueden destacarse como ejemplos concretos de movimientos socio-espaciales porque se insertan en conflictos; sin embargo, los territorios de los que depende su existencia no están en el centro de la disputa. En el mismo tipo de movimiento, pero con características diferentes, hay quienes desarrollan conflictos entre paradigmas, emprenden luchas por espacios políticos, condiciones de trabajo y cuestiones salariales. Las personas involucradas en estos procesos alteran el espacio, construyen territorios, pero no luchan por un territorio material, lo que implica su supervivencia.

Considerando que el territorio es material e inmaterial, multiescalar y multidimensional, construido, mediado y disputado por relaciones de poder, en el espacio en

el que se desarrolla una clase o grupo social, otros sujetos de intereses opuestos no se desarrollan sin conflictos. El acto de querer imponerse en el territorio del otro, con intereses antagónicos, permite una serie de conflictos múltiples, con la propensión a expresarse a través del conflicto constante (FERNANDES, 2013). En este contexto se materializan movimientos socio-territoriales.

La realidad anterior influye en el pensamiento al que se refiere la diferenciación de los movimientos, ya que los campesinos que forman parte del Movimiento de Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST) y el Movimiento de Pequeños Agricultores (MPA) tienen algo en común, que va más allá del hecho de participar en la Vía Campesina, producir alimentos y representar una porción considerable del campesinado brasileño con tierra y sin tierra. No solo luchan por la reforma agraria y otras políticas públicas que estructuran el campo, para ambos movimientos el territorio es central: si pierden el territorio, tienden a perder la razón de existir.

El campesinado en movimiento

Comparando la ocupación del territorio brasileño, a principios del siglo XVI, con la actualidad, es posible afirmar que el campesinado brasileño fue producido, reproducido y permanece en un movimiento de construcción en sus diversas luchas territoriales, que van desde el derecho a la tierra, la forma de producir, pensar, relacionarse con la tierra y otros seres, hasta el acceso y la elaboración de políticas públicas.

El mantenimiento de territorios campesinos y la conquista de nuevos recorren el camino de la lucha de clases, la cual siempre pone cara a cara programas dispares. Los intereses de las clases sociales se expresan principalmente en sus proyectos de desarrollo. Creemos que el éxito de un proyecto de desarrollo depende principalmente de la interacción entre el Estado y la clase social. Esta relación a veces es conflictiva y contiene en su síntesis el signo de la política pública.

Fernandes (2015) ha discutido la necesidad de la deconstrucción y reconstrucción del concepto de "políticas públicas". Para el autor, la interpretación que hoy prevalece es que estos son un producto del Estado y por él ejecutados. No obstante, un nuevo significado proviene de la comprensión de la existencia de políticas públicas heterogéneas, que son teorizadas e implementadas por diferentes clases sociales de acuerdo o no con el Estado.

Las políticas emancipadoras están formuladas por protagonismo y participación. Parte de la coherencia entre las relaciones sociales y la producción territorial. Las políticas de subordinación son desarrolladas por representantes o ideólogos de una clase a otra, como una forma de mantener el control, para permitir el mantenimiento de una condición de existencia. Esto no significa que las políticas de subordinación no contribuyan al desarrollo, sino contribuyen al desarrollo desigual (FERNANDES, 2015, p. 30, nuestra traducción).

Interpretando al Estado como una dimensión del territorio, el primero, es un gran privilegio de la agricultura capitalista en Brasil que esta clase, del segundo territorio, casi siempre ha ocupado puestos estratégicos en el Estado, es decir, en el primer territorio. De esta forma, su elaboración la realizan los beneficiarios de la política pública, que, en consecuencia, utilizan en interés de la clase. Este sería el carácter de la política pública emancipadora (FERNANDES, 2015), si se hubiera construido y aplicado en función de los intereses de la clase campesina.

En el caso de la política pública conquistada, elaborada y aplicada por las clases dominantes, de acuerdo con sus intereses de clase, entendemos que no es para emanciparse, ya que los utilizan para permanecer en la posición privilegiada. Creemos que es un bálsamo alienante, del que dependen para no sentir todos los impactos de su cobarde subordinación y dependencia de los países centrales. De acuerdo con Marini (1973), entendemos que esta situación se materializa en la distribución del plus-valor-social, en línea con la intensificación de la sobreexplotación de los trabajadores, ya sea en el campo o en la ciudad.

Con relación a lo anterior, se puede considerar que la primera política pública orientada a mantener los privilegios, posterior a la independencia en 1822, fue la Ley de Tierras de 1850. Esta ley legalizó el latifundio y alejó la tierra de los pobres. Posteriormente, en la segunda mitad del siglo, se aplicó una política pública que subsidia la llegada de inmigrantes europeos que reemplazarían a la mano de obra esclava (MARTINS, 2017). Esto, junto con la Ley de Tierras, fue la base para los primeros pasos en la formación del capitalismo brasileño. En el siglo XX, el Estado compró café de los granjeros en dos ocasiones y lo quemó para subsidiar al sector en sus momentos de crisis de sobreproducción (MARTINS, 2017). Otro ejemplo análogo de política pública que mantiene privilegios, construida por la clase que controla el Estado, fue la reestructuración de la agricultura, en el período de la llamada modernización conservadora (DELGADO, 2012), en las décadas de 1960, 1970 y 1980, con paquetes tecnológicos de la revolución verde, introducida durante el período del régimen alimentario intensivo (MCMICHAEL, 2016).

En el ejercicio teórico de reelaborar y cuestionar el concepto de “política pública”, Fernandes (2015) señala que las luchas de los movimientos socio-territoriales son también políticas públicas y pueden desarrollarse en las relaciones con el Estado. Desde este punto de vista, podemos decir que los ensayos en la construcción de políticas públicas por parte de la clase campesina los pusieron en marcha a través de la lucha, sin embargo, no son nuevos. La historia describe que, en su mayor parte, estas acciones fueron duramente reprimidas. Ejemplos clásicos de represión se encuentran en la Guerra de Canudos (MOURA, 2000; RIBEIRO, 2015) en el siglo XIX, Guerra do Contestado (MOTTA, 2009) Revuelta de Trombas y Formoso (MAIA, 2008) y Ligas Campesinas (MORAIS, 2012) en el siglo XX.

Entendemos las luchas por la reforma agraria del Movimiento de Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST) y las consiguientes conquistas de asentamientos rurales, a partir de los años 80, como las primeras grandes luchas exitosas en la producción y conquista de políticas públicas por parte de los campesinos; (FERNANDES, 2015) construido de abajo hacia arriba, por los sujetos del segundo territorio.

Para Fernandes (2015), las políticas públicas de subordinación son aquellas construidas por una clase para otra. Evidentemente, la intencionalidad en la elaboración no contiene el sinónimo de emancipar, sino de subordinar. Este carácter de la política pública, hoy, es lo que más persevera en el acceso a los campesinos. Si bien son conquistas del campesinado, no son elaboradas por ellos y llegan de arriba hacia abajo (FERNANDES, 2015). Una razón para ello es que las clases dominantes controlan el Estado. Sin embargo, hay otro problema: en momentos en que la clase trabajadora estaba parcialmente presente en el Estado, durante el período de gobiernos neodesarrollistas (SINGER, 2012), inicialmente puede haber faltado una correlación favorable de fuerza, experiencia y número de personas calificadas de la clase trabajadora en el primer territorio, para que, en diálogo con los presentes del segundo territorio, pudiesen elaborar políticas públicas conforme las necesidades y demandas de la clase.

Estas conflictualidades constantes, frente al modo de producción capitalista, dan forma a los rostros de un campesinado colorido y singular: campesinos formados entre el sincretismo de pueblos originarios de diferentes tonos africanos cautivos y quilombolas, caboclos y europeos, en los siglos XIX y XX.

El diseño y la aplicabilidad de las políticas públicas exteriorizan la correlación de las fuerzas del campesinado en movimiento ante las clases hegemónicas, que controlan las estructuras del Estado en sus diversas escalas y dimensiones territoriales.

MPA: un movimiento socio-territorial

El MPA es el producto de los reflejos materiales del ciclo de conflictos en el campo y en la ciudad en los años ochenta, noventa y principios de los años 2000. Un período marcado por el surgimiento de un nuevo proyecto de desarrollo territorial global, en la reestructuración del modo de producción capitalista, incluso manteniendo y elevando sus tasas de ganancia a costa del trabajo humano y de la riqueza natural.

La quiebra a nivel mundial de la organización sindical, el ascenso de las dictaduras en América Latina, la derrota de los movimientos campesinos por la tierra y la emergencia de las contrarreformas agrarias, el declive del socialismo real y la decadencia de los movimientos guerrilleros de los años sesenta, expresan la correlación de fuerzas sobre la que se erigió el nuevo orden mundial. Esta derrota histórica explica el carácter excluyente del nuevo régimen de acumulación que emergió a fines de los años ochenta (RUBIO, 2001, p. 90).

Este nuevo orden mundial, o fase neoliberal del capitalismo, provocó grandes transformaciones en la organización social, política y económica de los países. Los más afectados fueron aquellos que abandonaron la perspectiva de que el Estado es el agente central, que propone, acoge y promueve proyectos de desarrollo territorial que producen mayor independencia y autonomía para sus pueblos.

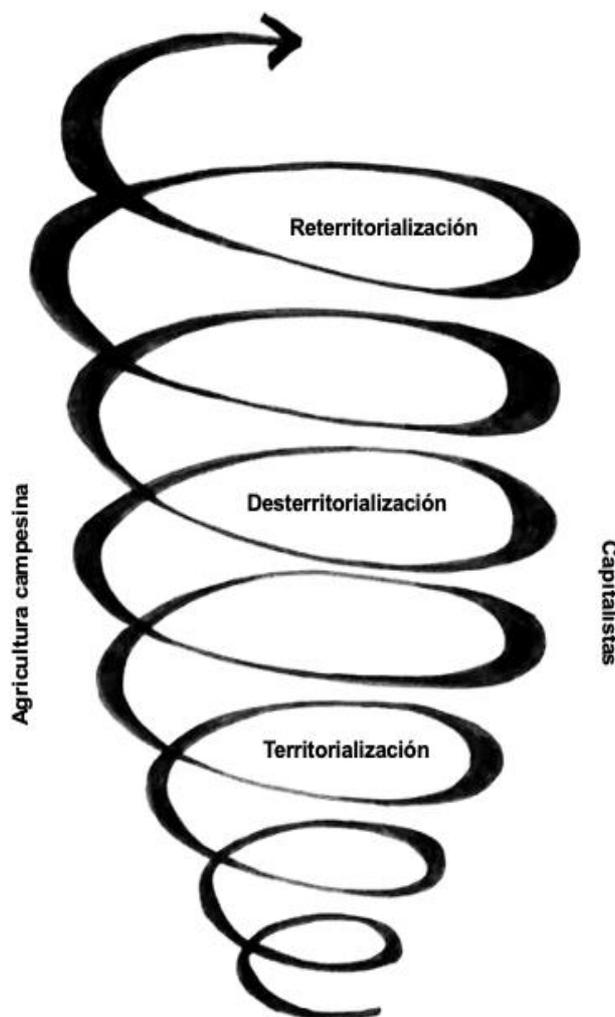
Las riendas de los estados nacionales comenzaron a guiarse y subordinarse de acuerdo con los intereses de los proyectos de desarrollo del "sector financiero especulativo, el sector industrial transnacional y el sector agroalimentario multinacional" (RUBIO, 2001, p. 95). Estos agentes del segundo territorio, bajo el régimen de dieta corporativa (MCMICHAEL, 2016), optaron por estrechar lazos, produciendo lo que conocemos como agronegocios, en sus complejos en red y complejos de sistemas (FERNANDES, 2017). En este proyecto de desarrollo territorial neoliberal, el campesinado tiende a dejar de ser necesario para el capital.

En esta circunstancia se encontraban campesinos de todos los continentes. En Brasil, a fines de 1995 y principios de 1996, los pequeños agricultores se organizaron para exigir al Estado políticas públicas para continuar ejerciendo su actividad laboral en las propiedades que poseían o alquilaban. En esencia, lo que estaba en peligro era su territorio y su propia existencia como campesinos. Así, incluso antes de que existiera oficialmente el nuevo movimiento, estos sujetos ya eran, en su núcleo, un colectivo socio-territorial, por juzgar el territorio como estratégico para su existencia y reproducción. Görden (1998) señala que:

(...) La falta de políticas públicas por parte del Estado para proteger la agricultura familiar ante la avalancha de globalización de los mercados, inicialmente bajo el impacto del Mercosur, más tarde en el mundo, continuó destruyendo, descapitalizando e incluso destruyendo la base económica de supervivencia de los pequeños agricultores, haciendo que la necesidad de lucha política regrese con todo el vigor (GÖRGEN, 1998, p. 10, nuestra traducción).

El fracaso en las luchas por las políticas públicas, por tanto, podría afectar la desterritorialización de estos campesinos. Todavía, Fernandes (2018) presenta la idea de que en las disputas territoriales se da el TDR (Territorialización - Desterritorialización - Reterritorialización) de campesinos o capitalistas, como podemos analizar en el organigrama siguiente.

Organigrama 01: TDR (Territorialización – Desterritorialización - Reterritorialización).



Fuente: Elaboración propia.

Acercándonos al tema de nuestro estudio, la territorialización podría ocurrir mediante la compra de tierras de los campesinos por parte de los agricultores capitalistas, quienes, en condiciones favorables, desterritorializarían a los primeros. Por otro lado, la reterritorialización surge en un nuevo momento, en el que los campesinos conquistan nuevos territorios, avanzando en la frontera agrícola, o incluso recuperando territorios de la agricultura capitalista a través de la lucha por la tierra.

En este TDR, es relevante considerar que la territorialización puede ocurrir por parte de los campesinos o capitalistas, de igual forma, desterritorialización y reterritorialización. El factor predominante en este proceso dialéctico es la correlación de fuerzas en la lucha de clases.

El territorio, en sus múltiples dimensiones y escalas, es una construcción social. Esta lectura nos lleva a concluir que los territorios del campesinado tienen características únicas con relación a los territorios de la agricultura capitalista, ya que los sujetos e intereses de quienes los producen son diferentes. El campesino construye sus territorios y el paisaje desde

un paradigma, sin embargo, cuando se desterritorializa por las correlaciones de fuerza en las relaciones de poder, no solo pierde su territorio a otro que se territorializa en el mismo espacio, sino que además, en este movimiento, el paisaje de su antiguo territorio deja de existir. Por tanto, se destruye, y allí, en el mismo territorio, se construye una nueva territorialidad que se expresa en un nuevo paisaje¹ o en nuevos intereses de clase.

La reconstrucción del paisaje es el resultado de la lucha de clases y siempre será algo nuevo. Incluso para una familia campesina reterritorializada en el mismo espacio que había perdido en el pasado, su territorialidad producirá un nuevo paisaje, por lo que nunca volverá a ser el mismo que existía en el pasado.

Un movimiento socio-territorial construyendo un proyecto de desarrollo territorial

Como se mencionó, el Movimiento de Pequeños Agricultores (MPA) se manifestó en la conformación de políticas neoliberales, en la segunda mitad de la década de 1990. La agricultura brasileña estaba experimentando profundas transformaciones debido a la fase neoliberal del capitalismo, expresadas en las resoluciones del *General Agreement on Tariffs and Trade* (GATT), corolario de las Rondas de Uruguay. A través de estos tratados internacionales, los gobiernos se comprometieron a reducir la inversión pública y abrir sus puertas al libre comercio.

Para McMichael (2016, p. 14, traducción nuestra) "las estrategias globales de las corporaciones transnacionales suplantaron el comercio administrado del período posguerra de la regulación nacional". Para la agricultura, significó una reducción extrema en las políticas públicas, que afectó a toda la producción nacional. En otras palabras, había una orientación para la remoción del Estado en las decisiones relativas a las políticas de desarrollo territorial, y las definiciones estratégicas se dejaban al mercado. En el "Acuerdo sobre la Agricultura", esta orientación se hace explícita:

Recordando, además, que "el objetivo a largo plazo mencionado anteriormente es proporcionar reducciones progresivas sostenibles de la ayuda y protección para la agricultura, que se llevan a cabo de manera sostenida. Un período acordado, como resultado del cual se corrigen y evitan restricciones y distorsiones en los mercados agrícolas mundiales" (ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL COMERCIO, 1993, p. 1).

La adhesión de Brasil a estos tratados multilaterales, como en la Organización Mundial del Comercio, llevó al Estado Nacional a una crisis al reducir inversiones y/o subsidios en sectores estratégicos, como agricultura, industria nacional, empresas estatales. Cuando abordamos temas relacionados con inversiones y subsidios, Chang (2004) sostiene que los

¹El paisaje es el conjunto de formas que, en un momento dado, expresan las herencias que representan las sucesivas relaciones ubicadas entre el hombre y la naturaleza (SANTOS, 2017, p. 103).

países desarrollados no cumplen con los tratados que gravan sus proyectos de desarrollo. En virtud de ello, en las relaciones comerciales con países desarrollados proteccionistas, Brasil siempre estuvo en desventaja, ya que las reglas de tales acuerdos no son cumplidas por todas las partes interesadas.

Los reflejos del desajuste económico se pueden ver en la Tabla 1. Con la apertura a las importaciones y la ausencia del Estado en la protección y estímulo al desarrollo de la economía nacional, las importaciones crecieron en la década de 1990, especialmente en los años 1995 y 1996, período en el que la balanza comercial se volvió negativa, en el momento en que las importaciones excedieron las exportaciones.

Tabla 01: Balanza de pagos brasileña.

Balanza de pagos brasileña – 1987/96 (US\$ Miles de millones)										
Discriminación	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Balanza comercial	11,2	19,2	16,1	10,8	10,6	15,2	13,3	10,5	-3,4	-5,5
Exportaciones	26,2	33,8	34,4	31,4	31,6	35,8	38,6	43,5	46,5	47,7
Importaciones	15,1	14,6	18,3	20,7	21,0	20,6	25,3	33,1	49,9	53,3
Servicios	-12,7	-15,1	-15,3	-15,4	-13,5	-11,3	-15,6	-14,7	-18,6	-21,7
Transferencias Unilaterales	0,1	0,1	0,2	0,8	1,6	2,2	1,7	2,6	4,0	2,9
Transacciones corrientes	-1,4	4,2	1,0	-3,8	-1,4	6,1	-0,6	-1,7	-18,0	-24,3
Capital	-0,7	3,6	--3,6	-4,7	-4,1	25,3	10,1	13,9	30,9	33
Var. de Reserva (=aumento)	-1,0	-1,2	-0,9	-0,5	0,4	-14,7	-8,7	-7,2	-12,9	-8,7

Fuente: Banco Central do Brasil; Cavalcanti & Ribeiro (2018, p. 4); Org. Autor (2020).

Las relaciones comerciales desiguales y el desequilibrio entre exportaciones e importaciones condujeron a un déficit en las cuentas públicas y una crisis en los sectores productivos, especialmente en la agricultura campesina. Los pequeños agricultores presenciaron el desmantelamiento del Estado brasileño para la clase trabajadora, en medio de una crisis de representatividad organizacional.

Durante el período de la dictadura civil-militar (1964-1985), la represión fue inmensa para los trabajadores que exigían tierras, mejores condiciones de trabajo y democracia, en los campos o en las ciudades.

Con el trabajo de base clandestino, los campesinos y los trabajadores urbanos se organizaron en la década de 1970, iniciando una serie de manifestaciones en todo el país. Las luchas en defensa de la reforma agraria, los derechos laborales y la redemocratización impulsaron la creación del Movimiento de Trabajadores Rurales sin Tierra (MST) en 1984; Central Única de Trabajadores (CUT), en 1983; y el Partido de los Trabajadores (PT), en 1980 (GÖRGEN, 1998).

Los sindicatos de trabajadores rurales, agotados por su método centralista, distanciados de las bases, fueron disputados por los agricultores identificados con la CUT, convirtiéndose en una de las referencias organizativas del campesinado. Sin embargo, la estructura sindical no ha sufrido cambios profundos. Görden (1998) apunta que:

El sindicalismo rural cutista (CUT), en este período, centró sus esfuerzos en dos campos: discutir y elaborar un proyecto de Desarrollo Rural Alternativo para la Agricultura Familiar, basado en la agroecología, en la sostenibilidad económica y ambiental y en disputas dentro de la estructura oficial del sindicalismo rural brasileño. En el primer aspecto, hubo avances incalculables, que hoy representan una enorme acumulación en la perspectiva de construir una nueva agricultura familiar. En el segundo aspecto, reveló un error estratégico de proporciones serias, constituyendo el factor más importante que causó la inmovilización del sindicalismo rural hasta ahora combativo (GÖRGEN, 1998, p. 11, nuestra traducción).

Los dirigentes preocupados por mantener y gestionar la estructura del sindicato, se alejaron de la vida real y, al mismo tiempo, de sus bases. Esta realidad diagnosticada por los líderes campesinos expresó la crisis que el sindicalismo rural experimentó en la segunda mitad de la década de 1990 (MPA, 1999).

Görden (1998) señala que en el momento de la crisis del movimiento sindical, sumada a una prolongada sequía en el sur del país, en 1995, y a la avalancha de políticas neoliberales implementadas por los gobiernos federal y estatal, un grupo de miembros de los sindicatos y descontentos con la dirección del sindicalismo rural inició articulaciones que provocarían cambios en el escenario agrario.

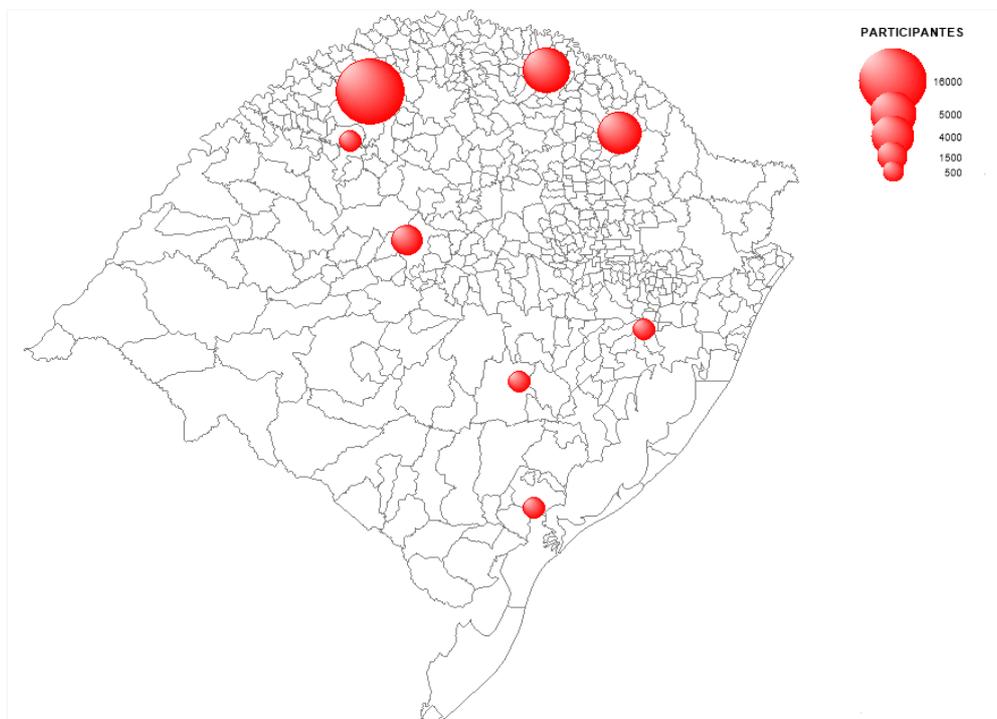
La decisión de regresar a las bases y hablar con la gente sobre los problemas concretos de la vida cotidiana fue el detonante que desencadenó las acciones llamadas "movilizaciones de la sequía", entre enero y febrero de 1996, en el estado de Rio Grande do Sul, región sur de Brasil (MPA, 1998). Görden (1998) destaca que, en los preparativos para la movilización, la gran mayoría de los presidentes sindicales no creían que la gente saldría a la calle. La prueba de que los miembros del sindicato estaban lejos de las necesidades del pueblo fue que las luchas reunieron a unos 30 mil campesinos en todas las regiones del estado (GÖRGEN, 1998), en los municipios de Sarandi, Erechim, Lagoa Vermelha, Santo Ângelo, Júlio de Castilhos, Pelotas, Encruzilhada do Sul y Porto Alegre.

Con la gente en las calles, los líderes sindicales que ya no creían en la movilización popular, de nuevo deseaban ser los representantes de los campesinos en negociaciones con el gobierno (GÖRGEN, 1998, 2017); sin embargo, fueron deslegitimados por los líderes campesinos, elegidos por los grupos de base.

El diálogo con la gente y la definición colectiva de agendas y estrategias crearon una metodología para las luchas campesinas, que se diferencian y se distancian del sindicalismo tradicional. Las luchas por la sequía fueron esenciales para esta nueva situación. En la

siguiente figura, podemos observar la espacialización de las manifestaciones que fueron decisivas para el nacimiento del Movimiento de Pequeños Agricultores (MPA).

**Figura 01: Espacialización de manifestaciones de sequía y el nacimiento del MPA:
1995 – 1996.**



Fuente: GÖRGEN, 1998; Org. Autor (2020).

Los primeros lineamientos de reivindicación del MPA se dirigieron a políticas públicas de crédito para posibilitar la adquisición de insumos para la siembra y, así, alimentar a familias y animales. (GÖRGEN, 1998). La condición de una clase y sus respectivos territorios estaba en riesgo y en lucha.

Entendemos que el Plan Campesino tiene sus raíces en este período histórico, junto con el nacimiento del Movimiento de Pequeños Agricultores. Las luchas de “la sequía de 1996” fueron el preludio de la demanda del campesinado de un proyecto de desarrollo que no pasó por la lógica neoliberal.

Organigrama 02: Lista de demandas en la lucha contra la sequía: 1995/1996

Lista de reclamos en la lucha
contra la sequía, presentada al
gobierno: 1995/1996

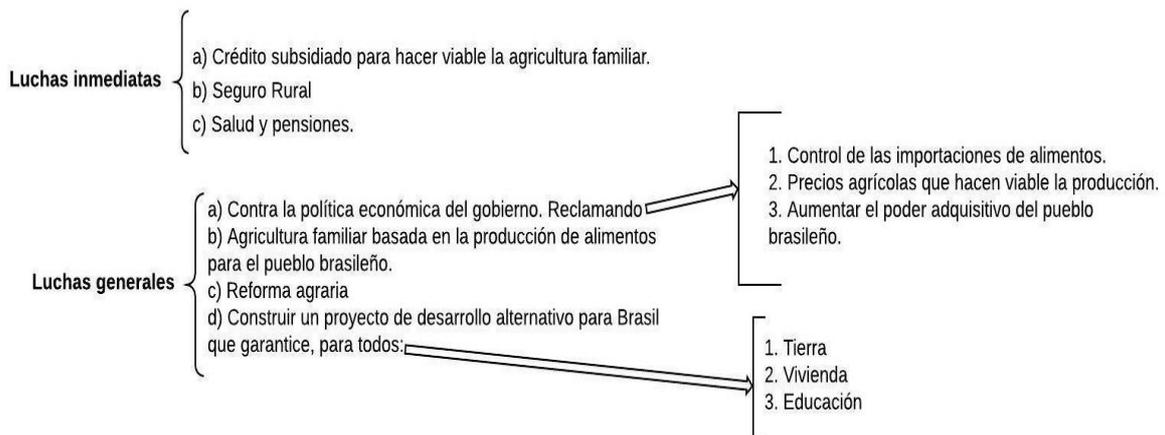
- a) Crédito de mantenimiento familiar de R \$ 1,500.00 por familia.
- b) Amnistía de las deudas de financiamiento agrícola de cultivos 95/96
- c) Liberación de maíz de las reservas de la empresa estatal de suministros, para alimentar a los animales.
- d) Amnistía de semillas asignadas en forma de intercambio por el gobierno del Estado.
- e) Línea de crédito subsidiada para recuperar la capacidad productiva de la agricultura familiar.

Fuente: Elaboración propia, con base en Görden (1998, p. 21).

Estas primeras demandas indicaron una falta de satisfacción con la política agrícola desde ese momento histórico. Más que eso, los sujetos en lucha no solo querían condiciones para sobrevivir en sus territorios, sino que también expresaban, al reclamar créditos subsidiados, la intención de superar las condiciones que los subordinaban y ponían en riesgo la existencia de sus territorios.

La génesis del Plan Campesino adquirió nuevos elementos después de la creación oficial del movimiento socio-territorial MPA, en 1997. En esta reunión en diciembre, celebrada en la capital federal, Görgen (1998) destaca que se analizó la realidad agraria brasileña, así como amplias líneas de acción del campesinado organizado, para actuar en un intento de superar la situación adversa. La producción de una plataforma de luchas inmediatas y de mediano y largo plazo fue decisiva para la organización del MPA.

Organigrama 03: Luchas inmediatas y luchas generales del MPA



Fuente: Elaboración propia, con base en Görgen (1998, p. 64-65).

El plan de lucha anterior fue fundamental para que los campesinos del MPA avancen hacia la construcción del Plan Campesino, que, en nuestra opinión, es la expresión del proyecto de desarrollo alternativo para Brasil, que el MPA comenzó a pensar en 1997.

Creemos que una institución comprometida con su futuro necesita, en primer lugar, un proyecto estratégico con potencial para ser una guía en la interacción de sistemas de objetos y sistemas de acción (SANTOS, 2017). Un país, un estado, un municipio, una empresa, un movimiento socio-territorial... todos carecen de un proyecto estratégico. Entendemos que los proyectos de desarrollo territorial necesitan una serie de políticas públicas emancipadoras para estructurarse. Desde este punto de vista, si el proyecto es una construcción de los campesinos, son ellos o los representantes de la clase quienes deben diseñar y ejecutar las políticas públicas, para que aumenten las posibilidades de éxito.

El Plan Campesino en elaboración por el MPA presenta propuestas amplias y profundas sobre cambios en la dinámica agraria. Creemos que este Plan se ha construido

desde las movilizaciones de la sequía, que mencionamos anteriormente. En nuestra acepción, anclada en las reflexiones de Bartra (2011), Fernandes (2013), Ploeg (2013, 2018), McMichael (2016), Görgen (1998, 2017) y Silva (2016), este Plan pone a los pueblos tradicionales y originales, y el campesinado, en su conjunto, como posibles protagonistas de otro desarrollo territorial desde sus movimientos socio-territoriales. Esta tendencia produce una contradicción con el modelo construido por la agricultura capitalista, expresado en los agronegocios. Es un proyecto de desarrollo territorial, por lo tanto, una política pública emancipadora construida de abajo hacia arriba, con el potencial de desencadenar otras políticas públicas emancipadoras. Esta elaboración teórico-práctica, propuesta por el Movimiento de Pequeños Agricultores (GÖRGEN, 2017), presenta un conjunto de alternativas contra el régimen alimentario corporativo.

El régimen alimentario corporativo es parte de las formulaciones de Philip McMichael, resultado de una investigación conjunta, inicialmente con la geógrafa canadiense Harriet Friedmann, entonces creadora del concepto de regímenes alimentarios, discutido en el artículo *Agriculture And The State System* (FRIEDMANN y McMICHAEL, 1989). En este trabajo infieren que:

Organizamos nuestro argumento en torno al concepto de régimen alimentario, que vincula las relaciones internacionales de producción y consumo de alimentos con formas de acumulación que han distinguido ampliamente los períodos de transformación capitalista desde 1870 (Aglietta 1979). Nos permite caracterizar el capitalismo a fines del siglo XIX como una forma extensa de construir relaciones de producción capitalistas a través del crecimiento cuantitativo del trabajo asalariado; y el capitalismo de mediados del siglo XX, como una forma intensiva de reconstruir las relaciones con los consumidores como parte del proceso de acumulación de capital, con consecuencias particulares para la producción agrícola. En el primer régimen, exportaciones de los productos agrícolas producidos por el trabajo familiar apoyaron el desarrollo de la relación salarial y el consiguiente crecimiento de los mercados de alimentos. Por lo tanto, la agricultura colonial fue una parte política y económica de la formación de estados-nación metropolitanos. En el segundo régimen, esta relación se extendió al mundo pos-colonial. Al mismo tiempo, sin embargo, la agricultura metropolitana estaba en reconstrucción e integración internacional. Al igual que la industria automotriz, las nuevas industrias duraderas intensivas en alimentos y carne se han vuelto importantes para la acumulación; cada uno era central en la reestructuración social y transnacional de la agricultura como proveedor de insumos. Como componente de la dinámica político-económica mundial, cada régimen alimentario incorporó dos movimientos opuestos: en el primero, que culminó con la organización colonial de las regiones pre-capitalistas y el surgimiento del sistema de estado-nación; en el segundo, la finalización del sistema estatal por descolonización y su debilitamiento simultáneo por la reestructuración transnacional de los sectores agrícolas por capitales agroalimentarios (FRIEDMANN & MCMICHAEL, 1989, p. 95, nuestra traducción).

De este modo, esta lectura conduce a una comprensión de la organización de los regímenes alimentarios, desde el ordenamiento de una producción y consumo internacional, con diferentes procesos de acumulación. Para McMichael (2016, p. 15, nuestra traducción),

"el proyecto del régimen alimentario surgió como una iniciativa metodológica para especificar las relaciones entre el orden mundial y el comercio agroalimentario". De esta manera, el autor adopta un enfoque a través de las grandes transformaciones ocurridas a partir de la segunda mitad del siglo XIX, entendiendo así la existencia de tres regímenes: régimen imperial, régimen intensivo y régimen corporativo:

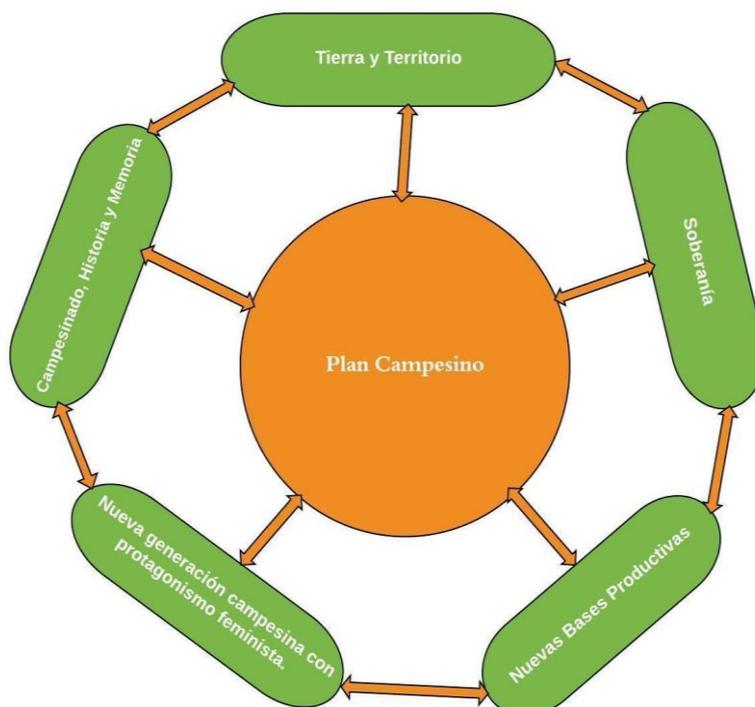
La distinción entre los dos primeros regímenes está en el papel de instrumentalizar los alimentos para garantizar la hegemonía global; en el primero, el proyecto británico Workshop of The World conectó la riqueza de un capitalismo industrial emergente con áreas de suministro de alimentos baratos en expansión en todo el mundo; en el segundo, los Estados Unidos utilizaron la ayuda alimentaria para crear alianzas, mercados y oportunidades para su modelo agroindustrial intensivo; la hegemonía del mercado define el tercer régimen alimentario y su papel en un amplio proyecto neoliberal dedicado a asegurar rutas transnacionales de capital y productos básicos (incluidos los alimentos), transformando a los pequeños agricultores en una fuerza laboral mundial informal en beneficio del capital (MICMICHAEL, 2016, p. 15-16, nuestra traducción).

Por otro lado, las alternativas que el MPA construye y propone consisten en la elaboración de nuevos formatos productivos y relaciones sociales de producción y cooperación no capitalista. Esta praxis surge como una expresión de una forma innovadora de pensar y llevar a cabo el desarrollo territorial de los campesinos. No obstante, es un camino en construcción, porque el territorio no es uno y estático.

Campesinos organizados en el MPA disputan las diferentes escalas y dimensiones del territorio para construir el Plan Campesino. Los movimientos en propiedades, comunidades, regiones, estados y país ilustran esta dinámica a múltiples escalas, vinculada umbilicalmente a la multidimensionalidad, expresada en los actos de organización y producción, así como en la elección de representantes políticos en las estructuras estatales. Las acciones de estos sujetos están mediadas por una conflictualidad constante, ya que los agronegocios actúan con el objetivo de apoderarse y subordinar tantos territorios como sea posible, incluidos los del campesinado. El desempeño de estas clases sociales en el primer y segundo territorio aumenta los conflictos socio-territoriales porque sus intereses son heterogéneos y antagónicos.

Al debatir las ideas de desarrollo territorial en construcción por el MPA en el Plano Campesino, inferimos que los eslabones activadores de este paradigma son: campesinado, historia y memoria; tierra y territorio; nuevas bases productivas; soberanía y nueva generación campesina con protagonismo feminista (SILVA et al., 2019).

Organigrama 04: Estructura del Plan Campesino.



Fuente: Elaboración propia.

Estos elementos estructuran un camino de desarrollo alternativo, convirtiéndose en territorios de lucha por la autonomía (FERNANDES, 2013; PLOEG, 2013). Según Ploeg (2018):

La lucha por la autonomía resultante de esta condición tiene como objetivo y se materializa en la creación y desarrollo de una base de recursos autogestionada, involucrando recursos tanto sociales como naturales (conocimiento, redes, fuerza de trabajo, tierra, ganadería, canales de riego, terrazas, estiércol, cultivos etc.). La tierra es el pilar central de esta base de recursos, no solo desde un punto de vista material, sino también desde un punto de vista simbólico. Ella representa el soporte para alcanzar un cierto nivel de independencia. Es, como era, el refugio seguro desde el cual el mundo hostil debe ser enfrentado y confrontado. De ahí se acerca la centralidad de la tierra en muchas de las luchas campesinas del pasado y del presente (PLOEG, 2018, p. 19, nuestra traducción).

La autonomía de los movimientos socio-territoriales campesinos amplía sus plataformas de reivindicación y, al mismo tiempo, la complejidad, tensión y globalización de los enfrentamientos.

Con la permanente elaboración del Plan Campesino, el campesinado reafirma la búsqueda de la emancipación. Además, está edificando un proyecto de desarrollo para llevar a cabo sus iniciativas. Silva (2017, p. 337, nuestra traducción) señala que el Plan "es la estrategia capaz de llevar al campesinado a desempeñar un papel fundamental en las transformaciones democráticas y populares de la sociedad brasileña".

Consideraciones finales

A través de la categoría de territorio podemos reflexionar sobre los temas, clases sociales y proyectos en disputa en el campo. La superación de la perspectiva unidimensional lleva al investigador al interior del modo de producción capitalista, acercando así al investigador a las contradicciones y conflictualidades creadas y enfrentadas por este sistema, por lo tanto, a su tendón de Aquiles.

Los campesinos que tienen sus territorios en riesgo ante la agricultura capitalista buscan organizarse en movimientos socio-territoriales y crean diferentes procesos de resistencia para mantener y reproducir su existencia en estos lugares que dan sentido a sus formas singulares de ser, vivir y relacionarse, que no son estáticas.

El Movimiento de Pequeños Agricultores fue construido por campesinos para defender sus territorios, parejamente a la lucha y la construcción de políticas públicas, constituyéndose así como un movimiento socio-territorial. A pesar de la hegemonía del régimen corporativo, podemos identificar que hay espacios y territorios de resistencia. La experiencia del Movimiento de Pequeños Agricultores en materializar un proyecto de desarrollo territorial antagónico al de la agricultura capitalista mantiene viva la esperanza de lo que puede ser el futuro de la agricultura, en el momento en que los movimientos socio-territoriales tengan participación o el control de los espacios de gobernanza en diferentes escalas territoriales y, de esta manera, puedan reconstruir estos espacios al servicio de sus territorios.

Referencias

BARTRA, Armando. **Os novos camponeses**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Cátedra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural, 2011.

CAVALCANTI, Marco Antônio; RIBEIRO, Fernando José. **As exportações brasileiras no período 177/96: desempenho e determinantes**. Disponible en: http://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0545.pdf. Acceso en: 14 oct. 2018.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CHÃ, Ana Manuela. **Agronegócio e indústria cultural: estratégias das empresas para a construção da hegemonia**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2019.

DAVIS, John H.; GOLDBERG, Ray A. **A concept of agribusiness**. Boston: Division of Research/ Graduate School of Business Administration/ Harvard University, 1957.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

FERNANDES, B. M. **Land grabbing for agro-extractivism in the second neoliberal phase in Brazil**. Revista NERA, v. 22, n. 50, p. 208-238, set.-dez., 2019.

FERNANDES, B.M. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico**. Tese (livre-docência), v.1, Presidente Prudente: UNESP, 2013.

FERNANDES, B.M. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais**. 2005 Disponible en: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1460>. Acceso en: 10 oct. 2018.

FERNANDES, B.M. Políticas Públicas e questão agrária: bases para o desenvolvimento territorial camponês. In: RAMOS FILHO, Eraldo da Silva, et al. **Estado, Políticas Públicas e Território**. 1ª edição, São Paulo: Outras Expressões, 2015.

FRIEDMAN, H.; MCMICHAEL, P. **The rise and decline of national agricultures, 1870 to the present**. Sociologia Ruralis, Oxford, v. XXIX, n. 2, p. 93–117, 1989.

GLOBO. **Agro: a indústria-riqueza do Brasil**. 2019. Disponible en: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2019/06/04/agro-a-industria-riqueza-do-brasil.ghtml>. Acceso en: 04 jul. 2019.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 1997.

GÖRGEN, Frei Sérgio Antônio. **A resistência dos pequenos gigantes: a luta e a organização dos pequenos agricultores**. Petrópolis: Editora vozes, 1998.

GÖRGEN, Frei Sérgio Antônio. **A resistência dos pequenos gigantes: a luta e a organização dos pequenos agricultores**. Petrópolis: Editora vozes, 1998.

LEFEBVRE, Henri. **The production of space**. Cambridge: Blackwell Publishers, 1991.

MARINI, Rui Mauro. **Dialética da Dependência**. 1973. Disponible en: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/24648>. Acceso en: 25 sep. 2019.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

MCMICHAEL, Phillip. **Regimes alimentares e questões agrárias**. São Paulo; Porto Alegre: Editora UNESP; Editora da UFRGS, 2016.

ORGANIZACIÓN Mundial del Comercio. **Acuerdos sobre la agricultura**. 1993. Disponible en: https://www.wto.org/spanish/docs_s/legal_s/ursum_s.htm#aAgreement. Acceso en: 15 oct. 2018.

PEDON, Nelson Rodrigo. **Movimentos Socioterritoriais: uma contribuição conceitual à pesquisa geográfica**. Presidente Prudente: [sn], 2009.

PINTO, Álvaro Vieira. **O conceito de tecnologia I**. – Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

PINTO, Álvaro Vieira. **O conceito de tecnologia II**. – Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Sete teses sobre a Agricultura Camponesa**. Disponible en: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/artigo-e-ensaio/sete-teses-sobre-agricultura-camponesa>. Acceso en: 21 nov. 2018.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. São Paulo, Editora Record, 2001.

SANTOS, Milton. **O dinheiro e o território**. Universidade de São Paulo, 1999. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/geographia/article/download/13360/8560>. Acesso em: 18 jun. 2019.

SILVA, Marcelo Leal Teles. **Projeto Alimergia**. Candiota: Instituto Cultural Padre Josimo, 2016.

SILVA, Marcelo Leal Teles et al. **Plano Camponês**: Por soberania alimentar e poder popular. São Paulo: Outras Expressões, 2019.

SILVA, Marcelo Leal Teles. Uma síntese do Plano Camponês. *In*: GÖRGEN, Sérgio Antônio Frei. **Trincheiras da resistência camponesa**: sob o pacto do poder do agronegócio. Candiota, RS: Instituto Cultural Padre Josimo, 2017.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo**. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RUBIO, Blanca. **Explotados y excluidos**: los campesinos latinoamericanos en la fase agroexportadora neoliberal. México: Editora Plaza y Valdés, S.A. de C.V, 2001.

ZIEGLER, Jean. **Destruição em massa**: Geopolítica da fome. São Paulo: Cortez, 2013.

Sobre o autor

Gerson Antonio Barbosa Borges – Graduado em História e Geografia. Especialista em Economia e Desenvolvimento Agrário pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). Atualmente é doutorando em Geografia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). **Orcid** – <https://orcid.org/0000-0001-7369-5788>

Como citar este artigo

BORGES, Gerson Antonio Barbosa. Los movimientos socioterritoriales emergen del territorio y construyen nuevos proyectos de desarrollo territorial. **Revista NERA**, v. 24, n. 57, p. 232-254, Dossiê I ELAMSS, 2021.

Recebido para publicação em 03 de março de 2020.
Devolvido para a revisão em 30 de novembro de 2020.
Aceito para a publicação em 13 de janeiro de 2021.

Agroecologia e reforma agrária: reflexões a partir das experiências do acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio – Paraná¹

Juliana Cristina de Mello

Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Laranjeiras do Sul (UFFS) – Laranjeiras do Sul, Paraná, Brasil.

Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) – Paraná
e-mail: julianamello94@gmail.com

Roberto Antônio Finatto

Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Laranjeiras do Sul (UFFS) – Laranjeiras do Sul, Paraná, Brasil.

e-mail: robertofinatto@gmail.com

Márcio Freitas Eduardo

Universidade Federal da Fronteira Sul - Campus Erechim (UFFS) – Erechim, Rio Grande do Sul, Brasil.

e-mail: marcioeduardo@uffs.edu.br

Resumo

Este texto problematiza o processo de incorporação e desenvolvimento da Agroecologia em áreas de reforma agrária proposto pelo principal movimento socioterritorial do campo no Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Para tanto, analisa as práticas agroecológicas no acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio, localizado nos municípios de Rio Bonito do Iguazu e Nova Laranjeiras, no Paraná. Por meio de pesquisa participante, realização de entrevistas e análise de documentos, o artigo detalha como a Agroecologia foi sendo construída em meio ao processo de reorganização territorial do acampamento. O texto examina uma etapa fundamental para a consolidação da Agroecologia nas áreas de reforma agrária, dado que as experiências do período da ocupação orientam os sistemas produtivos desenvolvidos após a conquista da terra. Apesar das dificuldades para sua territorialização, a pesquisa identificou a permanência da Agroecologia ao longo dos cinco anos do acampamento e um potencial para a consolidação das práticas agroecológicas, considerando-se os recursos territoriais e o interesse dos sujeitos, desde que a área seja destinada para a reforma agrária.

Palavras-chave: Agroecologia; reforma agrária; acampamento; MST.

Agroecology and land reform: reflections in reliance on experiences at Herdeiros da Terra de 1º de Mario – Paraná

Abstract

This paper problematizes the incorporation and development processes of agroecology in land reform areas proposed by the main Brazilian country socioterritorial movement, the Landless Worker's Movement (known in Portuguese as MST). For this purpose, we analyze

¹Este texto é resultado de reflexões produzidas no âmbito de uma pesquisa financiada pela Chamada Universal MCTI/CNPq Nº 01/2016, cujo título é "Prática agroecológica e desenvolvimento territorial em áreas de agricultura camponesa no Sul do Brasil: potencialidades, conflitualidades e conquistas". O texto também integra resultados de pesquisa que contou com recurso para bolsa da Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná (FA), ano 2018-2019.

agroecological practices at Herdeiros da Terra de 1º de Maio rural camp, located in the cities of Rio Bonito do Iguaçu and Nova Laranjeiras, state of Paraná, Brazil. Through participant research, interviews and documental analysis, this article details how agroecology has been built within the camp's territorial reorganization process. This text observes a fundamental step for agroecological consolidation in land reform areas, given that previous experiences, from the period of occupation, guide the production systems developed after the land was obtained. Despite the difficulties for agroecological territorialization, this research identified its permanence through five years of camp, as well as a potential to agroecological practices consolidation, considering territorial resources and subjects' interests, in the case the area is intended to land reform.

Keywords: Agroecology; land reform; rural camp; MST.

Agroecología y reforma agraria: reflexiones a partir de las experiencias del campamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio – Paraná

Resumen

Este texto problematiza el proceso de incorporación y desarrollo de la agroecología en áreas de reforma agraria propuesto por el principal movimiento socio territorial campesino de Brasil, el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST). Para tanto, analiza las practicas agroecológicas en el campamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio, ubicado en los municipios de Rio Bonito do Iguaçu y Nova Laranjeiras, Paraná, Brasil. Mediante investigación participante, entrevistas y análisis de documentos, este articulo detalla el modo como la agroecología ha sido construida medio al proceso de reorganización territorial del campamento. El texto examina una etapa fundamental para la consolidación de la agroecología en áreas de reforma agraria, visto que las experiencias del periodo de ocupación orientan los sistemas productivos desarrollados después de la conquista de la tierra. A pesar de las dificultades para la territorialización de la agroecología, la investigación identificó su permanencia a lo largo de los cinco años de campamento y un potencial para la consolidación de las prácticas agroecológicas, considerándose los recursos territoriales y el interés de los sujetos, caso sea destinada a la reforma agraria.

Palabras-clave: Agroecología; reforma agraria; campamento; MST.

Introdução

O tema da Agroecologia é de suma importância para os espaços rurais e urbanos do Brasil e da América Latina. Sua relevância deriva da necessidade de consolidar um sistema agroalimentar que diminua o impacto ambiental das atividades agropecuárias e, ao mesmo tempo, considere as especificidades dos camponeses. A Agroecologia, portanto, rompe com o modelo de produção convencional ao incorporar, no planejamento e no funcionamento dos agroecossistemas, os recursos e os conhecimentos territoriais locais em detrimento da elevada carga de insumos e interesses políticos e econômicos externos.

Diante disso, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) orienta que a Agroecologia seja desenvolvida nas áreas de reforma agrária com o objetivo de ampliar a autonomia relativa das famílias camponesas. Assim, este texto tem por objetivo registrar e analisar a constituição e a organização dos grupos de Agroecologia no acampamento

Herdeiros da Terra de 1º de Maio, localizado nos municípios de Rio Bonito do Iguaçu e Nova Laranjeiras, no Paraná. O acampamento é fruto de uma ocupação ocorrida em 2014, em área sob domínio da madeireira Araupel S.A., por cerca de 1.500 famílias pertencentes ao MST.

Outro propósito do texto é produzir conhecimento sobre um tema ainda pouco presente na literatura sobre a reforma agrária (e. g. FERNANDES; FACCO, 2015; FACCO, 2015; SILVA; PAVINATO; AHLERT, 2018), ou seja, compreender como a Agroecologia se articula ao processo mais amplo de luta pela terra em áreas de acampamentos rurais. Este estudo se faz necessário porque o período do acampamento é marcado por um conjunto de particularidades que impõem desafios para a consolidação das práticas agroecológicas.

A análise está estruturada em três partes principais. Inicialmente, apresentamos como a Agroecologia se consolida enquanto alternativa para o enfrentamento ao agronegócio e como ela se insere no processo de luta pela terra promovida pelo MST; na sequência, apresentamos o processo de formação e as principais características do acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio; por fim, tratamos de detalhar o desenvolvimento da Agroecologia considerando a dinâmica territorial do acampamento, a qual foi impondo novas condições para os sujeitos interessados em desenvolver as práticas agroecológicas.

Procedimentos metodológicos

A pesquisa possui natureza qualitativa, seguindo os procedimentos de pesquisa bibliográfica e de estudo de caso. A pesquisa bibliográfica foi realizada a partir dos temas centrais da investigação, como Agroecologia, campesinato e reforma agrária, além de publicações sobre o acampamento em estudo. O trabalho de campo contou com roteiros de entrevistas semiestruturadas com os/as agricultores/as dos grupos de Agroecologia e com pesquisa participante – considerando a inserção da autora do texto na área de estudo. A pesquisa ocorreu do primeiro semestre de 2017 ao segundo semestre de 2019.

A Agroecologia no contexto da luta pela reforma agrária

Compreendemos que a reforma agrária é uma necessidade histórica para o desenvolvimento do país, um elemento inseparável de uma proposta que enfrente os problemas sociais, econômicos e ambientais da atualidade, presentes nas áreas rurais e nas cidades brasileiras. A promoção da Agroecologia se assenta na premissa de uma política agrária/alimentar justa, ambientalmente sustentável e saudável para o conjunto da sociedade, tendo seu mote na garantia dos direitos territoriais dos camponeses e camponesas.

A realidade agrária brasileira é marcada pela existência de grandes extensões de terras concentradas e disputadas. De um lado, os grandes proprietários defendem e articulam-

se politicamente para garantir a manutenção dos privilégios provenientes da estrutura fundiária concentrada, fruto do Brasil Colônia, quando, progressivamente, foram sendo construídos mecanismos de bloqueio à terra para a população trabalhadora. Por outro lado, os camponeses, particularmente os trabalhadores rurais desprovidos da terra, resistem e produzem, contraditoriamente, suas condições de existência, mesmo diante dos limites impostos pelos grandes estabelecimentos rurais e pelas políticas agrárias/agrícolas do país. Essa disputa é por terra, território e, conseqüentemente, por modelos de produção.

O agronegócio representa a expressão mais avançada do capital na agricultura, agora hegemônico pelo capital financeiro. Esse modelo encontra nas políticas públicas forte sustentação, possibilitando grande impacto na economia. Nele, as mudanças empreendidas no modelo tecnológico/agrícola não alteraram a estrutura fundiária, tendo resultado apenas em processos “conservadores de modernização agropecuária” (CANUTO, 2004).

No sentido oposto, os camponeses que têm acesso a uma pequena parcela da terra lutam para poder permanecer nela, mesmo diante dos diferentes mecanismos de sujeição da renda camponesa pelo capital (PAULINO, 2004). Os expropriados da terra, ou impedidos de nela entrar, são empurrados para as cidades ou para a luta pela (re)conquista de um pedaço de chão. Assim, o capitalismo atua desenvolvendo, simultaneamente, a implantação do trabalho assalariado no campo em diferentes áreas do país e, de forma articulada e contraditória, a produção camponesa, fazendo do camponês um sujeito social de dentro do capital (OLIVEIRA, 2001).

A reforma agrária no Brasil não foi efetivada a contento por parte do Estado. É pauta defendida pelos camponeses, organizados em movimentos socioterritoriais, que acabam por ser os principais instrumentos de reterritorialização e afirmação camponesa no século XX, fundamentalmente a partir da sua segunda metade, diante do contexto de profundas mudanças processadas no campo brasileiro nesse período.

O MST é o principal movimento socioterritorial de luta pela terra por conta de sua sólida organização e atuação em escala nacional (OLIVEIRA, 2001). Defende a reforma agrária popular, ou seja, não se trata de dividir a terra apenas para possibilitar aos camponeses a produção de alimentos, serviços e matérias-primas ao mercado, mas de construir um projeto de desenvolvimento contra o modelo do capital, baseado na desconcentração fundiária (MST, 2014). Assim, conforme Silva e Fernandes (2005), para alcançar os seus objetivos, os movimentos socioterritoriais constroem espaços políticos e se territorializam.

A territorialização do projeto do MST passa por sua articulação com diferentes instituições e movimentos que compartilham os objetivos de transformação social. Essa necessidade aparece expressa no Programa Agrário do MST: “frente ao poderio do agronegócio, é necessário construir alianças entre todos os movimentos camponeses, com a

classe trabalhadora urbana e com outros setores sociais interessados em mudanças estruturais, de caráter popular” (MST, 2014, p. 202).

A organização da classe trabalhadora, tanto do campo como da cidade, é o que dá forma aos movimentos socioterritoriais, tendo por base os grupos populares ou as camadas populares excluídas e subordinadas (PEDON, 2013). “No campo, os trabalhadores rurais lutam pelo direito de acesso a terra, pela sua permanência e por melhores condições de seu uso, para, a partir dela, reproduzir as condições de sobrevivência” (PEDON, 2013, p. 196). Nesse processo, os camponeses sem terra, por meio de ocupações, ainda que com descontinuidades e oscilações das suas ações, conquistam frações do território ao forçarem a reforma agrária.

Assim, dá-se a transformação do espaço em território, pois, segundo Raffestin (1993), o território se caracteriza pela apropriação do espaço para o desenvolvimento de determinado projeto, revelando relações marcadas pelo poder. Quanto aos movimentos socioterritoriais, “a transformação do espaço em território acontece por meio da conflitualidade, definida como estado permanente de conflitos no enfretamento entre forças políticas que procuram criar, conquistar e controlar territórios” (SILVA; FERNANDES, 2005, p. 03).

A conflitualidade no campo brasileiro expressa o movimento de territorialização/desterritorialização de distintos projetos de desenvolvimento nacional, grosso modo, estejam eles vinculados às classes que defendem a hegemonia do modelo de desenvolvimento do agronegócio ou às classes e sujeitos em luta organizados em diferentes movimentos socioterritoriais que defendem a terra de trabalho e os territórios de vida.

O processo de luta pela terra promovido pelo MST passou por diferentes fases desde que os primeiros assentamentos foram formados ainda na década de 1980. Ao tratar do cooperativismo, forma de organização da produção que prevaleceu na pauta do MST na década de 1990, Fabrini (2002, p. 86) afirma que “a produção nos assentamentos passou a ser entendida como uma forma de sustentação do projeto político dos sem-terra”. Assim, se no período de início do MST (1979 a 1985) não havia uma política cooperativista definida para os assentamentos, o tema ganha destaque na segunda metade da década de 1980, quando a luta dos assentados é vista como a luta do MST. Nos anos 1989 e 1990, são formadas as primeiras cooperativas com o objetivo de garantir a eficiência econômica para sustentar a luta nos assentamentos (FABRINI, 2002).

As experiências cooperativas não alcançaram o sucesso esperado em função de um conjunto de elementos internos e contraditórios do próprio MST, além de fatores políticos e econômicos da década de 1990 (Cf. FABRINI, 2002; BORSATTO; CARMO, 2013; PICOLOTTO; PICCIN, 2008). No que concerne ao aspecto produtivo, foco desta análise, Borsatto e Carmo (2013) destacam que o modelo adotado se baseava nos princípios da Revolução Verde, com alta dependência do mercado para a compra dos insumos

agropecuários e para a venda dos produtos. Apesar da incorporação do cooperativismo, da coletivização e de mecanismos de divisão social do capital, “paradoxalmente, o MST difundiu em seus assentamentos um modelo de produção que tinha sido a causa da expropriação dos camponeses em um momento anterior.” (BORSATTO; CARMO, 2013, p. 655).

Diante desse contexto e da atenção que o debate ambiental ganhou no final do século XX, o MST passa a avaliar o impacto da agricultura convencional nas áreas de reforma agrária. Costa Neto e Canavesi (2002) identificam que desde o primeiro congresso nacional do MST, em 1985, aparece uma inclinação para o tema da preservação ambiental. O tema é tratado de forma mais direta no terceiro congresso, em 1995, quando há o reconhecimento da necessidade por um novo tipo de reforma agrária que considere o desenvolvimento de tecnologias que preservem os recursos naturais. A partir desse período “[...] o discurso político programático do MST passou a intensificar o conteúdo em favor da sustentabilidade, com a realização de encontros com representantes de organizações não-governamentais (ONGs), ligadas à questão da preservação ambiental e do desenvolvimento sustentável” (COSTA NETO; CANAVESI, 2002, p. 209).

Assim, a partir do ano 2000, quando acontece o IV Congresso Nacional do MST, a crítica ao modelo agrícola difundido pela Revolução Verde se intensifica e, como alternativa, o MST defende a necessidade de os acampados e assentados garantirem a segurança alimentar da família, livre de agroquímicos e transgênicos (COSTA NETO; CANAVESI, 2002; GONÇALVES, 2008). O MST assume a Agroecologia como parte da construção de outro projeto político e produtivo, em oposição ao agronegócio, compreendendo que a função social da terra precisa ir além da sua divisão, mas considerar o sistema produtivo a ser desenvolvido.

Esse discurso segue orientando a atuação do MST. No Programa Agrário do movimento de 2014 consta a necessidade de “priorizar a produção de alimentos saudáveis para todo o povo brasileiro, garantindo o princípio da soberania alimentar, livres de agrotóxicos e de sementes transgênicos” (MST, 2014, p. 213), bem como o desafio de “exigir do Estado políticas de créditos, financiamentos subsidiados, pesquisas e aprendizados tecnológicos voltados para a produção agrícola de matriz agroecológica [...]” (MST, 2014, p. 214).

A proposta de Agroecologia defendida pelos movimentos socioterritoriais do campo, em especial o MST, recupera e valoriza a ação dos camponeses e camponesas, construindo uma práxis a serviço do campesinato, diferenciando-se substancialmente do que vem a ser uma agricultura orgânica dominada pelo capital e tratada como nicho de mercado.

No decorrer da história, os camponeses produziram sistemas agrícolas com elevados níveis de sustentabilidade ambiental, em permanente evolução e responsáveis, ao longo de séculos, por alimentar e prover matérias-primas à maior parte da humanidade (MAZOYER e ROUDART, 2010). São portadores de experiência arraigada em uma racionalidade ecológica, que possibilita pensar em práticas para superar a crise social e ambiental contemporânea.

Para Ploeg (2006), o campesinato é uma classe que luta por autonomia para a produção da vida e, dada a condição social que ocupa, apresenta uma “condição camponesa” que articula a luta por autonomia à construção, aperfeiçoamento, ampliação e defesa de uma base de recursos naturais e sociais.

Altieri (2009) destaca a importância dos camponeses da América Latina para a soberania alimentar, dada a sua importância na produção de alimentos. Para o autor, as pequenas propriedades são mais produtivas, preservam melhor os recursos naturais e são mais resistentes às mudanças climáticas do que os sistemas de monocultivos desenvolvidos em larga escala. Os sistemas de cultivo diversificados, típicos do campesinato, estão assentados sobre um conjunto de conhecimentos e técnicas tradicionais e fornecem elementos para a criação de novos agroecossistemas considerando-se as características agroecológicas e socioeconômicas locais.

Como destaca Demarais (2013, p.71) “a diversidade biológica é completamente dependente da diversidade cultural e a diversidade cultural depende de sistemas de conhecimento local diversos”. A existência destes recursos territoriais vinculados aos camponeses e indígenas na América Latina foi a base para a promoção, em escala ampliada, da Agroecologia. Conforme Altieri e Toledo (2010, p.180) “la expansión de la agroecología en América Latina ha iniciado un interesante proceso de la innovación cognitiva, tecnológica y sociopolítica, íntimamente vinculado a los nuevos escenarios políticos, así como al surgimiento de gobiernos progresistas y movimientos de resistencia campesina e indígena”. A ação de um conjunto de sujeitos, organizações, movimentos sociais e instituições governamentais produziu cinco principais núcleos da Agroecologia na região citada: Brasil, a região andina, América Central, México e Cuba (ALTIERI e TOLEDO, 2010; TOLEDO, 2012).

Esta situação tem produzido uma revolução agroecológica nas áreas rurais e no meio acadêmico, como exemplos, pode-se citar a forte presença da Via Campesina (DESMARAI, 2013) articulando as ações e instituições envolvidas no movimento agroecológico e de reforma agrária, a Sociedad Científica Latinoamericana de Agroecología (SOCLA) e o Movimiento Agroecológico Latinoamericano (MAELA) (ALTIERI e TOLEDO, 2010; TOLEDO, 2012).

A Agroecologia pode ser definida como “[...] um novo paradigma produtivo, como uma constelação de ciências, técnicas e práticas para uma produção ecologicamente sustentável, no campo” (LEFF, 2002, p. 36). Assim, permite a otimização produtiva concernente às funções ecológicas dos agroecossistemas por meio da incorporação de novos conhecimentos e técnicas às práticas tradicionais de manejo. Segundo Guhur e Toná (2012, p. 63),

Para o desenvolvimento de uma agricultura sustentável e produtiva, a agroecologia orienta práticas de: aproveitamento da energia solar através da

fotossíntese; manejo do solo como um organismo vivo; manejo de processos ecológicos – como sucessão vegetal, ciclos minerais e relações predador-praga; cultivos múltiplos e sua associação com espécies silvestres, de modo a elevar a biodiversidade dos agroecossistemas; e ciclagem da biomassa – incluindo os resíduos urbanos.

Essa perspectiva de conjunto é a base para se estruturar mudanças no sistema agroalimentar, inclusive em áreas de reforma agrária.

A formação do acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio

A luta das famílias sem-terra do acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio teve início na década de 1990. Seu objetivo era a desapropriação das áreas da empresa Araupel S.A., antiga Giacomet-Marodin Ind. Madeireira S. A., para fins de reforma agrária. De acordo com Janata (2012), a partir de 1996, o MST efetivou quatro assentamentos na região – Ireno Alves dos Santos, Marcos Freire, Celso Furtado e 10 de Maio – que ocupavam cerca de dois terços da área original da empresa no Centro-Sul do estado.

Em 2014, ocorreu mais uma ocupação do MST, realizada por mais de 1.500 famílias, dando origem ao acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio, que estabeleceu uma disputa jurídica pela desapropriação de aproximadamente 20.000 hectares para fins de Reforma Agrária (CEZIMBRA *et al.*, 2017).

A ocupação teve início com a formação do acampamento base em uma área do assentamento Ireno Alves dos Santos no dia 01 de maio de 2014. Nesse período, as famílias foram nucleadas em grupos de base e, a partir deles, estruturaram-se os setores, coletivos e instâncias², dando início ao funcionamento de uma organicidade que efetivasse o princípio da participação coletiva. Naquele momento, o objetivo era preparar a ocupação e as condições de resistência para permanecer na área que seria ocupada (Mapa 01).

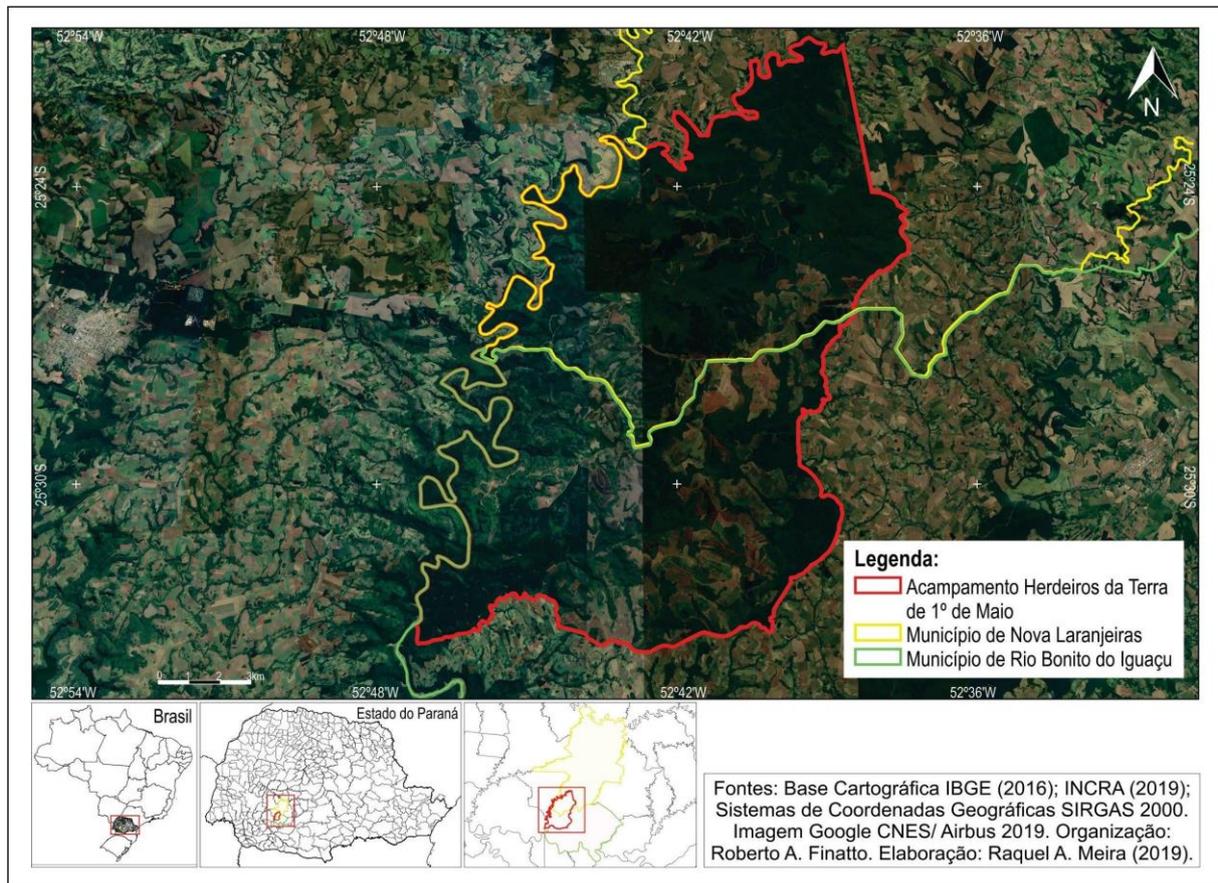
Segundo Cezimbra *et al.* (2017), a constituição inicial do acampamento foi marcada pela presença dos filhos e filhas dos assentados da região em anos anteriores, enquanto os demais ocupantes vieram de outras áreas do entorno, eram parentes ou conhecidos dos assentados. Isso reflete no nome do acampamento. Os autores ressaltam que a motivação dos camponeses em continuar a luta pela terra se deu pelos indicadores de melhoria de qualidade de vida apresentados pelos assentamentos já estabelecidos.

A ocupação ocorreu no dia 17 de julho de 2014. Nos meses seguintes, além da organização das moradias, ocorreu a construção da Escola Itinerante Herdeiros do Saber e o início das atividades de produção agrícola. Para possibilitar o avanço na produção, ocorreram

² Os grupos de base eram compostos por 30 a 50 famílias, coordenados por um homem e uma mulher. Foram instituídas as instâncias de Direção Política e Coordenação Geral, além dos Setores de Educação, Alimentação, Produção, Formação, Comunicação, Saúde, Infraestrutura e os Coletivos de Mulheres e da Juventude.

as roçadas coletivas de pinus, que envolviam todos os grupos de base. A ação coletiva foi fundamental para viabilizar a produção para o autoconsumo, dado que havia poucas áreas sem a presença de árvores.

Mapa 01: Localização do Acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio.



As Figuras 01 e 02 apresentam uma imagem da área antes e depois da ocupação. Na Figura 1, observa-se o monocultivo arbóreo de pinus em meio à vegetação nativa; na Figura 02, o monocultivo de pinus é substituído pela área de moradia e de produção agrícola do acampamento. Cumpre salientar que a maior parte da retirada da madeira do local foi feita pela empresa Araupel S. A. No centro da Figura 02 é possível identificar o acampamento.

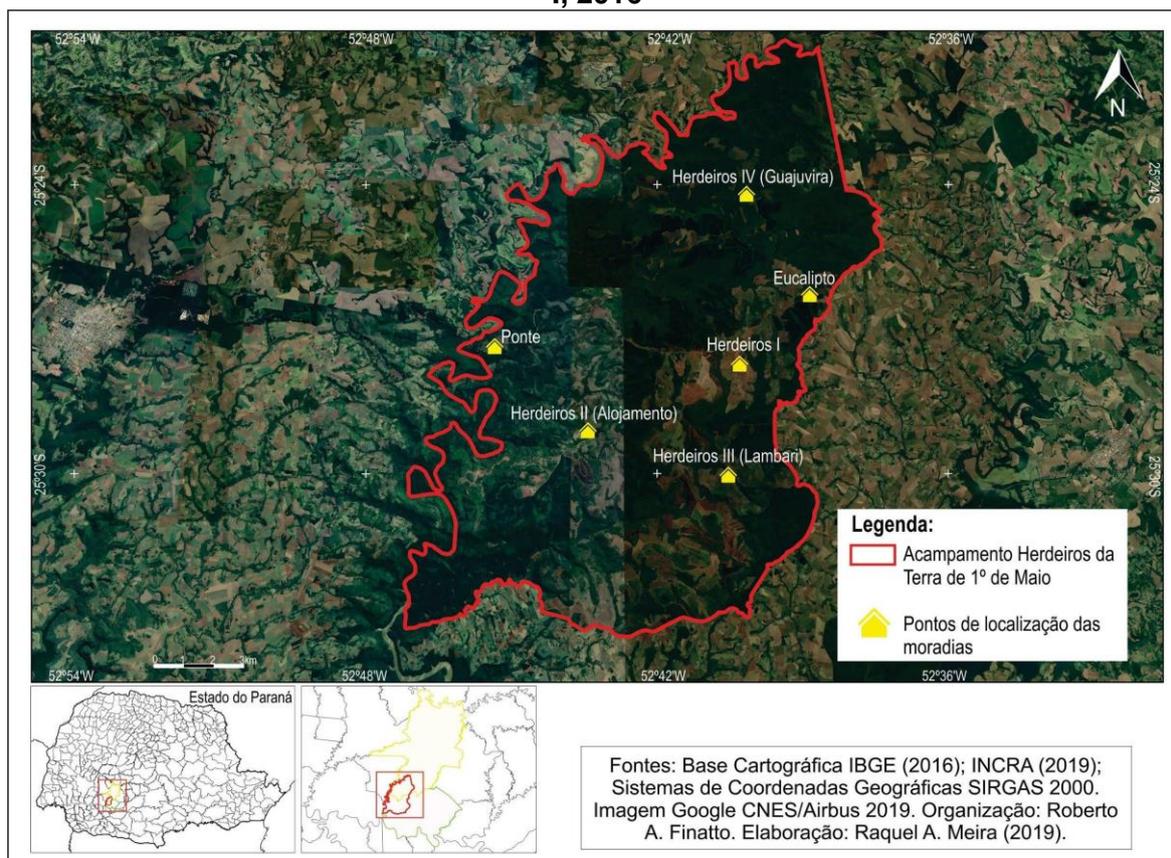
Figuras 01 e 02: Imagem de satélite mostrando parte da área do acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio, 2014 e 2018.



Fonte: Google Earth, 2019. Org. pelos autores.

Após pouco mais de um ano configurados como exposto acima, frente a uma estratégia de domínio do território e conseqüentemente expansão da produção, iniciou-se o deslocamento de grupos de base para novas áreas, dando origem a outros espaços de acampamento. Finatto e Ribas (2017) registram que, inicialmente, todos os integrantes estavam acampados em um único espaço, denominado Herdeiros I. Posteriormente, foram criados mais cinco espaços: Herdeiros II (Alojamento), Herdeiros III (Lambari), Herdeiros IV (Guajuvira), Ponte e Eucalipto (Mapa 02). No aspecto organizativo, a área da Ponte estava vinculada ao Herdeiros II e a área do Eucalipto ao Herdeiros I. A comunidade assim permaneceu de março de 2016, quando se formou o último ponto de ocupação do território, até julho de 2018. Os novos espaços de acampamento permaneceram com sua atuação política e organizativa vinculada.

Mapa 02: Localização das áreas formadas após a divisão do acampamento Herdeiros I, 2016



No primeiro semestre de 2018, os acampados decidiram iniciar um estudo e mapeamento da área ocupada. A intenção era adiantar a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA³), que costuma levar anos para ser realizado após a criação de um assentamento pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Assim, num contexto sem perspectivas quanto à efetivação da política de reforma agrária, após o mapeamento e divisão da área, foi realizada a distribuição das famílias nos lotes individuais, ainda na condição de acampamento.

O Jornal Campesino, boletim informativo produzido pelos próprios acampados, expõe o plano da seguinte maneira:

o objetivo é que se possa planejar de forma estratégica a produção da vida no futuro assentamento, tanto no âmbito familiar, quanto no âmbito comunitário. A água precisa ser distribuída, a logística das estradas viabilizadas, e o meio ambiente preservado como a maior riqueza (JORNAL CAMPESINO, 2018, p. 02).

Nesse estudo foi produzida a seguinte síntese em relação aos usos da área total

³ No PDA, “é definida a organização do espaço, com indicação das áreas para moradia, produção, reserva florestal, vias de acesso [...] as atividades produtivas a serem desenvolvidas no assentamento, as ações necessárias à recuperação e à preservação do meio ambiente, o programa social e de infraestrutura básica.” (INCRA 2009).

ocupada: 8.899 hectares para reserva florestal e 22.429 hectares destinados para as unidades produtivas das famílias e cinco sedes das comunidades, sendo uma delas a central, com um espaço produtivo coletivo. Também foram demarcadas as estradas principais, as Áreas de Preservação Permanente (APP) e reorganizados os grupos de base, sendo formados 22 grupos com 50 famílias em cada. No segundo semestre do ano de 2018, mesmo sem dar sequência ao processo de PDA, decidiram realizar a distribuição das famílias na área, em lotes individuais.

Cabe reconhecer o protagonismo do MST nas ações de luta pela terra e no direcionamento desse processo diante da ausência do Estado. Silva e Fernandes (2005, p. 05) pontuam que “os espaços produzidos pelos movimentos socioterritoriais são diversos e são constituídos de acordo com as suas ações. Esses movimentos constroem espaços de socialização política e espaços de socialização propositiva, onde geram as práticas de seu desenvolvimento.” Nesse contexto, entre as práticas desenvolvidas no acampamento, está a produção agroecológica. Trataremos, a seguir, de analisar como a Agroecologia foi sendo estruturada diante do processo de reorganização territorial do acampamento.

A Agroecologia no acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio

Como visto, inicialmente, todas as famílias acampadas estavam concentradas em uma única área. No início de 2016, foram criados outros cinco acampamentos e, finalmente, a partir de julho de 2018, as famílias foram distribuídas em lotes individuais. Identificamos, assim, três temporalidades que interferem nas práticas agroecológicas.

Registramos a existência de diferentes grupos de produção orgânica e agroecológica⁴ no período analisado (2014 – 2019). O primeiro surgiu com a delimitação da primeira área de produção (2015), no espaço Herdeiros I, chamado de grupo dos Orgânicos. Na sequência, com a formação dos outros pontos de ocupação do território, surgiu o grupo “Herdeiros da Terra Livre” (2015), no Herdeiros II; o grupo “Bica d’água” (2017), no Herdeiros III; o grupo “Unidade Agroecológica de Produção Sementes da Resistência” (2017), no Herdeiros IV, contando com integrantes do espaço Eucalipto; e o grupo “17 de Julho de Produção Orgânica e Agroecológica” (2016), no Herdeiros I, constituído pelas famílias que permaneceram na área, incluindo aquelas que já integravam o grupo dos Orgânicos. Após a distribuição das famílias nos lotes, em 2018, três grupos foram mantidos, com alteração na sua composição: o grupo “17 de Julho de Produção Orgânica e Agroecológica”, o grupo “Unidade Agroecológica de Produção Sementes da Resistência” e o “Herdeiros da Terra

⁴Tanto o termo “produção orgânica” como “Agroecologia” são citados pelos(as) entrevistados(as). Optamos por utilizar os termos como sinônimos neste texto. Entretanto, reconhecemos que a produção orgânica possui um caráter comercial, entre outros aspectos, que não coadunam com a Agroecologia, como tratado em Finatto (2016).

Livre”. Ao final desta seção, apresentamos uma figura que ilustra essa dinâmica.

Portanto, as experiências com a Agroecologia são concomitantes à formação do acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio. O Entrevistado 01, integrante do Grupo Herdeiros Terra Livre, reconhece que a Agroecologia é um princípio para o MST. Por isso, as primeiras iniciativas no processo de construção desse debate dentro do acampamento partiram da Direção Política, principalmente a partir da posição de algumas lideranças,

Principalmente o “Dirigente X”, ali sempre puxando esse debate dentro da Agroecologia, né? Tinha um pouco ainda de preconceito, dentro da própria direção do acampamento, né? Mais as principais lideranças, sempre, nem que num praticava, que nem o “Dirigente X”, sempre brincava: eu não vou me gavar que eu pratico, mas pelo menos eu defendo e a partir do momento que eu pegar um lote e conseguir praticar, eu quero, nem que seja só um quintal ali, pra mim ter minha produção, saudável (ENTREVISTADO 01, 2018).

Algumas lideranças, como a citada acima, aparecem nas demais entrevistas, demonstrando a influência fundamental que esses sujeitos tiveram para impulsionar a Agroecologia. Um forte argumento utilizado para esse debate era de que a reforma agrária também seria justificada em sua necessidade pelo modo de produção que as famílias acampadas empreendessem. A fala dos entrevistados remete à avaliação de que era necessário superar as experiências anteriores de reforma agrária em sistema convencional, presente na maioria dos assentamentos do MST, seguindo as diretrizes do novo Programa Agrário do MST de 2014.

Um dos entrevistados faz menção ao IV Congresso Nacional do MST ao ser questionado sobre os motivos para desenvolver a Agroecologia no acampamento:

Não fazia sentido a gente ocupar a terra se não fosse pra produzir [...] pro autossustento da família. Não era o interesse, não era o intuito produzir as commodities né? Ou o sistema monocultura, né? O sistema agricultura familiar, dando prioridade mesmo à produção agroecológica (ENTREVISTADO 02, 2019).

Por haver participado da coordenação do Setor de Produção do acampamento, o Entrevistado 01 explica que, inicialmente, buscou-se envolver todas as famílias nos debates sobre a Agroecologia, mas, na sequência, optou-se por trabalhar especificamente com as que demonstraram afinidade com esse sistema de produção. Segundo ele, integraram esses processos formativos mais de 200 famílias, que participaram por meses, com assessorias do próprio MST e externas, como a de professores vinculados a projetos da Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Laranjeiras do Sul (UFFS) e técnicos do Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia (CEAGRO).

Logo após a realização da ocupação, os setores e coletivos organizativos do acampamento começaram a atuar sobre a nova realidade. Nesse momento, segundo o Entrevistado 01, o Setor de Produção teve como demanda organizar a produção agrícola na

área disponível e regulamentar o uso individual diante da coletividade.

E logo no início até, a gente fez uma medição que nós tava num espaço pequeno lá, que dava em torno acho que d'um litro [605 m²], um litro e pouquinho pra cada um plantar num pedacinho aí de trinta por cinquenta, trinta por sessenta pra cada pessoa plantar, e era extremamente proibido o uso de qualquer tipo de agrotóxico. Até então tinha um pessoal que monitorava, ia lá e todo mundo plantava né? Na pica-pauzinho, na matraca, na inchada. Era espaço pequeno, né? Mas foi ali, através dali que começou a se impulsionar a questão da Agroecologia (ENTREVISTADO 01, 2018).

Entretanto, muitos camponeses apresentaram dificuldades no cultivo sem agrotóxico, diante da falta de conhecimento acumulado sobre o manejo de insumos para a produção orgânica e da assessoria técnica constante. As primeiras impressões derivadas dessa experiência, que o Entrevistado 01 classifica como a primeira envolvendo a Agroecologia no acampamento e que abrangeu o conjunto de famílias, pode ter influenciado tanto aqueles que optaram por seguir, como naqueles que desistiram de produzir com base nas práticas agroecológicas. Segundo ele:

[...] muitos se assustaram, com um pedacinho dali e a Agroecologia pra tu desenvolver sem muitas técnicas, tu se assusta mesmo. Que nem eu: plantei um mandiocalzinho ali, preparei, esperei uns quinze dias com a máquina, né? Gradiei já de volta e quase num veio mato, mais se tu só gradiar e se bolhar plantar tu se arrebenta carpindo. Você tem que... ou faz uma cobertura ou tentar usar alguma prática, por isso que a gente contou com o pessoal dos técnicos pra pode auxiliar nós. (ENTREVISTADO 01, 2018).

O entrevistado reconhece um princípio básico da Agroecologia: a articulação de diferentes conhecimentos para viabilizar a produção, inclusive aqueles da ciência moderna.

Outra prática agroecológica realizada nos primeiros meses da ocupação foi a construção de uma agrofloresta ao lado das estruturas comunitárias do acampamento. O Entrevistado 01 (2018) explica que, apesar de simples, serviu como referência. A primeira iniciativa de cultivo nesse espaço foi um mutirão coordenado pelo Setor de Produção para a plantação de bananeiras. Além disso, foram cultivados grãos diversos, hortaliças, legumes e outras árvores frutíferas. Atuaram nesse espaço o Coletivo de Juventude, os estudantes da Escola Itinerante Herdeiros do Saber, bolsistas de projetos de instituições externas⁵, integrantes do Setor de Educação e educadores que ministraram formação em Agroecologia. Os produtos cultivados geraram renda para atividades políticas e foram utilizados na alimentação escolar.

Com o passar do tempo, organizaram-se as roçadas para a abertura das áreas de rebrota de pinus, sem finalidade econômica, atividade realizada por meio de mutirões que envolviam as famílias acampadas. Com isso, foi possível liberar mais terra para o cultivo e

⁵ Durante o período de 2015 a 2017 foram executadas ações no acampamento vinculadas a dois projetos que contaram com recursos da chamada MCTI/MDA-IN CRA/CNPq n°19/2014 - Fortalecimento da Juventude Rural.

potencializar a expansão da produção. Por isso, a agricultura começou a ser realizada também no modo convencional. Segundo o Entrevistado 03, que fez parte da coordenação do Setor de Produção, a orientação sempre foi de que as famílias acampadas deveriam produzir alimentos. Assim, mesmo utilizando agrotóxicos, havia um debate coletivo sobre o uso de sementes transgênicas. O entendimento era de que esse tipo de produção não contribuiria para a luta pela reforma agrária. Segundo ele:

Se for pra nós entrar na agroindústria, né? Então nós podia deixar a terra para a empresa que a empresa já está fazendo isso, né? Plantando o que não é alimento. Então a gente tá aqui pra mostrar que nós tamo aqui pra trabalhar, pra produzir alimento pra população; Precisa alimento. [...] A gente tá segurando para o pessoal não plantar transgênico (ENTREVISTADO 03, 2017).

A primeira área de produção orgânica do acampamento era chamada de “coletivão” e envolveu o trabalho de todas as famílias acampadas ainda em 2014. O trabalho de preparação da área, plantio, manejo e colheita do feijão foi realizado por meio de mutirão, e a renda obtida com a comercialização da produção foi direcionada para custear a manutenção do acampamento. Percebe-se, assim, que em função das condições precárias de territorialização dos camponeses na terra ocupada e em razão da sintonia em torno do projeto coletivo do acampamento prosperar na direção da formação de um assentamento, as metodologias participativas, base das ações de fomento à Agroecologia, articulam-se à luta pela terra.

Entretanto, devido ao uso de agroquímicos por parte da Araupel S. A. no manejo da plantação de pinus que ainda estava presentes na área, e com a necessidade de uma área orgânica certificada para fins de comercialização, destinou-se, em 2015, um espaço para a produção em um local mais apropriado, circundado por uma barreira vegetal de mata nativa, próximo às moradias do Herdeiros I. Foram destinados aproximadamente 50 hectares para a produção orgânica, envolvendo cerca de 80 famílias. Nesse primeiro momento, as pessoas que cultivavam na área orgânica não faziam parte de um mesmo grupo de base. A certificação da área ocorreu via Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica (OPAC) vinculado à Rede Ecovida de Agroecologia – Núcleo Luta Camponesa.

A área também era destinada para as demais famílias acampadas que tinham interesse de produzir alimentos para o autoconsumo, mesmo não integrando o grupo dos Orgânicos. Conforme Entrevistado 03 (2017), nesse período nem toda área era utilizada, “[...] a maioria planta um pedacinho que dá um hectare, um hectare e meio, mais ‘pro gasto’. E então sempre sobra área ali, sobrou na parte de lá, sobrou mais de seis alqueires de terra ali” (ENTREVISTADO 03, 2017).

Com base na fala do entrevistado, reconhecemos que as metodologias participativas e os processos produtivos mais cadenciados (de acordo com os ritmos da própria natureza),

próprios da Agroecologia, ora são compreendidos e assimilados, ora são fontes de desconfianças pelos camponeses acampados. Isso reflete, por um lado, a cultura da Revolução Verde impregnada na visão dos sujeitos sobre os sistemas agrícolas, e, por outro, deriva da necessidade de geração imediata de renda, o que implica na ocupação de toda área possível com cultivos de importante liquidez nos mercados. Nessa perspectiva as contradições se instauram: uma área em pousio, isto é, não utilizada para atividades agrícolas, mesmo que por um breve período, é uma área desperdiçada do ponto de vista do atendimento das demandas urgentes dos acampados.

Quanto ao trabalho do grupo na área orgânica, a produção, em geral, tinha base individual. Apenas duas pessoas do grupo tinham máquinas agrícolas, as quais prestavam serviços aos demais, quando necessário. Como a certificação estava no nome de três pessoas (depois de um tempo, duas), esse processo era realizado coletivamente. Nessa época, chegaram a cogitar a construção de uma horta na qual seria empreendido o trabalho coletivo na produção e na comercialização por meio da feira. Entretanto, como dependiam de investimento para irrigação, visto que não havia água disponível no local, a ideia não prosperou. Outra prática comum era a troca de sementes crioulas entre os acampados para viabilizar a produção.

As cultivares produzidas em maior quantidade na área orgânica eram milho e feijão. Isso porque, segundo o Entrevistado 03, “[...] é uma parte que a gente tem mais condição de comércio, então não adianta, hoje, a gente trabalhar com hortaliça e não ter... Na hora de você produzir, você tem a alface pronta e não sabe onde entregar” (ENTREVISTADO 03, 2017). Para o cultivo de hortaliças, também são necessários equipamentos específicos de armazenagem e transporte, ainda inacessíveis para o grupo.

A maior dificuldade apontada foi a comercialização, como expressa a fala do Entrevistado 03 (2017) “[...] nós aqui não temos assim, como acesso pra nós correr atrás de quem nos compra esse tipo de produto, então nós depende de uma pessoa que faça, né? Essa parte, essa função de adquirir, de nós repassar.” Segundo ele, a maior parte, até então, foi vendida para a Biorgânica Produtos Orgânicos Ltda. (doravante Biorgânica) através da mediação da Cooperativa Agroecológica Ireno Alves (COOPAIA) – localizada no assentamento Ireno Alves dos Santos – e uma parte menor através da Rede Ecovida de Agroecologia.

Outro obstáculo, nesse período, era reestabelecer o equilíbrio do solo, considerando o plantio de pinus anterior e a dificuldade na obtenção de adubos orgânicos. O acesso a adubação orgânica era inviabilizado pelas condições financeiras dos agricultores. No momento em que ocorreu o deslocamento dos grupos de base para outros pontos de ocupação do território, originando seis espaços com moradias no acampamento houve maior interesse de muitos acampados em utilizar produtos químicos no manejo. Por isso, os

agrotóxicos foram liberados. Com a divisão, parte das famílias que estava vinculada ao grupo dos Orgânicos se instalou nessas novas áreas constituídas. Essas famílias deram origem a outros grupos. Já as famílias integrantes do grupo dos Orgânicos, que permaneceram no Herdeiros I, constituíram o grupo 17 de Julho de Produção Orgânica e Agroecológica, prosseguindo o trabalho na área previamente definida para o plantio.

O Grupo Herdeiros da Terra Livre foi formado no espaço Herdeiros II (Alojamento) – o primeiro espaço formado, em novembro de 2015, após o deslocamento dos grupos de base para outros pontos da área. No início, o grupo envolveu em torno de 18 famílias e desenvolveu seus cultivos em uma área com bastante mata e tocos de pinheiro. “Todo mundo plantava feijão, arroz, mandioca, batata, milho, e era o que nós plantava, dava mais ou menos em torno de dois alqueires” (ENTREVISTADA 05, 2019). A área de produção orgânica não era certificada, embora houvesse comercialização para a COOPAIA.

Outras atividades de Agroecologia realizadas foram uma horta para a Escola Itinerante Herdeiros do Saber II e uma horta comunitária, parte de um projeto de agrofloresta. O Entrevistado 01 retrata a experiência, “mantimo a produção, horas tinha muita produção, horas não tinha nada, também que a gente se perdia no planejamento, tinha época ali que a alface não se perdia, a gente doava pros grupos [de base]” (ENTREVISTADO 01, 2018).

Após a definição da área de produção, o grupo debateu a sua constituição como um grupo de base do acampamento. “Nós fazia reunião, tinha gente que trocava dia, um ajudava o outro [...] do serviço que precisava fazer pelo acampamento, até na escola, todos os grupos participavam em limpar o colégio, fazer merenda pras crianças” (ENTREVISTADA 05, 2019).

Segundo a Entrevistada, as maiores dificuldades desse tempo foram “[...] os bichinhos né? Comendo a planta, esse que é o maior problema, e manter limpa a terra, pra você poder colher [...] você tem que limpar, não pode jogar veneno, tem que ir lá com a mão, com a enxada” (ENTREVISTADA 05, 2019). Ao mesmo tempo, a agricultora ressalta os fatores positivos do momento em que estavam todos juntos, no mesmo espaço: “Ficou bem melhor, porque a gente já tinha uma área mais definida, né? E mais espaço, porque lá em cima [área do Herdeiros I] a gente tinha pouca área, né? Aqui a gente tinha mais. Nós podia plantar até 5 alqueires se tivesse condição de plantar” (ENTREVISTADA 05, 2019).

No segundo semestre de 2017, houve o deslocamento de algumas famílias da área Herdeiros I para o espaço Herdeiros III (Lambari). O grupo foi formado logo após a chegada das famílias na área e recebeu o nome de Bica d’água. Desde o início, surgiu como um grupo de produção e de base, que se vinculava à organicidade do acampamento, e seus membros se reuniam duas ou três vezes ao mês, mesmo contendo apenas 12 famílias.

Assim como nos outros grupos, os produtos cultivados eram arroz, feijão, mandioca, batata, entre outros. A certificação da área estava em nome de um dos integrantes do grupo, e a comercialização era realizada principalmente para a Biorgânica. O apoio que o grupo

recebeu partiu da UFFS e do CEAGRO, assim como dos coletivos da Juventude e de Mulheres. Sobre as dificuldades desse tempo, um entrevistado relata:

Nós tinha dificuldade em limpar [preparar a área] e produzir até porque a gente tinha pouco conhecimento, né? E continua tendo, nunca é demais buscar o conhecimento. Então a gente não conhecia e também não dava muita importância, mas é... As dificuldades sempre teve, né? Mesmo tendo produção, não é fácil para comercializar, né? [...] Às vez você num tinha um planejamento de produção, bem, bem afinado, né? E quando você não tem um planejamento de produção bem afinado, se torna difícil, porque aí se vai colher muito parcial, né? E aí é complicado para comercialização (ENTREVISTADO 02, 2019).

Contudo, também reconhece os fatores positivos:

O intuito mesmo, na verdade, sempre foi pensando no dinheiro, mas pensando também no autossustento da família, todo mundo plantava e colhia, bastante arroz, bastante feijão, bastante milho [...] a gente avança muito, né? A terra ainda irregular e o pessoal começa a ver que a gente tá produzindo ali de forma organizada, né? Através de cooperativas, né? (ENTREVISTADO 02, 2019).

Nesse depoimento se destaca a principal função da Agroecologia no acampamento: a produção para o autoconsumo. A geração de renda, considerando a produção de toda a área do acampamento, realiza-se especialmente por meio da produção convencional.

O Grupo Unidade Agroecológica de Produção Sementes da Resistência foi originado com o deslocamento de famílias para o espaço do Herdeiros IV (Guajuvira), em março de 2016. Em 2017, após a identificação de uma área preservada, foi realizado o primeiro plantio como grupo de produção. As primeiras reuniões iniciaram com mais de 20 famílias, entretanto, ao final, permaneceram 12, residentes no Herdeiros IV e no Eucalipto. Neste caso, os integrantes do grupo eram vinculados a outros grupos de base do acampamento.

A preparação da área de plantio destinada à produção orgânica foi uma das primeiras ações coletivas do grupo, como menciona um dos entrevistados:

Quando, no grupo, a gente começou, a gente não tinha área aberta pra plantar, nós tinha um pínus ali e a gente precisou derrubar. Então, daí a gente fez uma roçada coletiva pra abrir um espaço lá, pra produzir... [...] A derrubada a gente fez coletiva e, na verdade, a ideia é essa: a cooperação, né? (ENTREVISTADO 05, 2017).

Ainda sem conseguir a certificação orgânica da área foram iniciadas as atividades produtivas, com objetivo de consumo familiar e venda de excedente, sem a utilização de máquinas agrícolas, dado que muitos tocos de pínus restantes impediam a entrada de maquinário. O Entrevistado 05 (2017) também explica que não foi necessário usar adubação devido à presença de matéria orgânica. Outro motivo, ainda, embora existissem áreas com necessidade de adubação, era a falta de recursos para investimento por conta da incerteza da possibilidade de permanência no local. Um ponto positivo, de acordo com o Entrevistado 05 (2017), é a localização da área em local mais alto do que o entorno, dificultando a

contaminação da água por insumos agrícolas.

Na Figura 03, pode-se observar o consórcio de milho, feijão e abóbora com plantação de pinus ao fundo (disputa territorial expressa na paisagem agrícola). A Figura 04 ilustra a produção de arroz e, ao fundo, o monocultivo de pinus.

Figuras 03 e 04: Produção e colheita do grupo Unidade Agroecológica de Produção Sementes da Resistência, 2017.



Fonte: Karin Cristina Siben Ribas (2017).

As organizações que contribuíram nesse momento, foram o CEAGRO, a Biorgânica, a COOPAIA e alguns projetos de extensão da UFFS. O processo de certificação do grupo ocorreu apenas em 2018, em nome de dois integrantes, e os produtos foram direcionados para a comercialização a partir da COOPAIA e, em menor quantidade, diretamente para os consumidores da cidade de Rio Bonito do Iguçu.

Em relação ao processo organizativo do grupo, a entrevistada destaca:

Acho que a gente não se organizou, né? No início quando a gente estava no Herdeiros I a gente tinha um grupo já, a gente tava se fortificando, aí quando aconteceu aquele espalhamento, a gente acabou se dispersando um pouco. A gente tava muito envolvido na organização e no enfrentamento e a gente acabou não pensando que o grupo de orgânico precisava ficar em uma área só, né? Que de repente num grupo maior, uma cooperativa era mais fácil de você organizar, então acho que a gente perdeu em organização quando a gente acabou não fazendo dessa forma (ENTREVISTADA 06, 2019).

A desorganização mencionada pela Entrevistada 06 converge com um ponto importante apontado pelo Entrevistado 07 (2017): a dificuldade de deslocamento de um grupo ao outro, diante da distância que chega a ser de 10 quilômetros e dos poucos meios de transporte disponíveis. Entre os aspectos positivos, a Entrevistada 06 (2019) relaciona a constituição do grupo de produção no Guajuvira com uma maior identificação com o local que, posteriormente, seria destinado às unidades de produção individuais, dado que o grupo projetava reivindicar a fixação naquela área.

Segundo o Entrevistado 02, a relação entre os grupos de orgânicos, embora tenham se estabelecido processos de trabalho específicos em cada um, continuou minimamente vinculada por meio de atividades pontuais:

Nós fazia as nossas reuniões aqui sobre produção e tal, e daí tinha uma reunião geral que juntava todos os grupos, até mesmo pra ver como que tava funcionando cada grupo e daí vinha um membro da Rede [Rede Ecovida de Agroecologia] nessas reuniões [...]. Aí nós fazia uma reunião tipo mensal, daí tinha as reuniões da Rede, aí tinha que participar, aí a coordenação, conselheiro de ética de cada grupo ia participar das reuniões lá (ENTREVISTADO 02, 2018).

Se faz presente nas entrevistas a avaliação de que desde o início, quando todas as famílias se encontravam reunidas em um mesmo local, além de formar o grupo de produção orgânica, os membros deveriam ter formados um mesmo grupo de base. Segundo um dos membros do grupo Sementes da Resistência, “[...] depois foi dividido os grupos pra lá e pra cá, e daí na verdade a gente perdeu um pouco da unidade do grupo que nós tinha ali, daí ficou fragmentado [...]” (ENTREVISTADO 07, 2017).

No primeiro semestre de 2018, quando os grupos estavam debatendo os desafios da produção orgânica após a divisão do acampamento em lotes individuais, conforme o Entrevistado 02, levantou-se a proposta de que os grupos pudessem se juntar novamente. Entretanto, como cada membro já havia visualizado e se identificado com uma área de produção diferente, em que objetivava fixar a família, essa possibilidade não se concretizou.

Ainda em 2018, iniciou-se a preparação organizativa para a nova configuração territorial do acampamento, com a divisão das famílias em unidades produtivas. Esse processo exigiu importantes reflexões e ajustes por parte dos grupos de produção orgânica. Ao contrário dos demais grupos de base do acampamento, que foram padronizados em 50 famílias cada, para possibilitar o sorteio dos talhões⁶ (definidos durante a medição para o PDA), os grupos de produção orgânica permaneceram cada um com um número diferente de famílias. Nesse momento, também ocorreu a inserção de alguns integrantes novos que pretendiam, a partir da ida aos lotes, desenvolver o sistema agroecológico.

Nessa ocasião, o grupo Bica D’água foi desestruturado, não dando sequência à produção em sistema agroecológico. A finalização do grupo ocorreu porque alguns integrantes optaram por ter acesso ao seu lote fora de uma das áreas destinadas para a produção orgânica ou por se integrar a outros grupos de produção orgânica já existentes.

Os integrantes dos grupos de produção orgânica puderam escolher a área à qual iriam considerando a necessidade da separação da produção convencional e de estarem em local apropriado para esse tipo de agricultura. Esse debate vinha sendo feito no acampamento

⁶ Talhão foi a área de terra, com cerca de 50 lotes, destinada para cada grupo de base. Cada grupo deveria, por meio de sorteio ou de consenso, definir a localização e a distribuição das famílias em cada lote.

desde 2015. O Entrevistado 02, explica como foi esse processo:

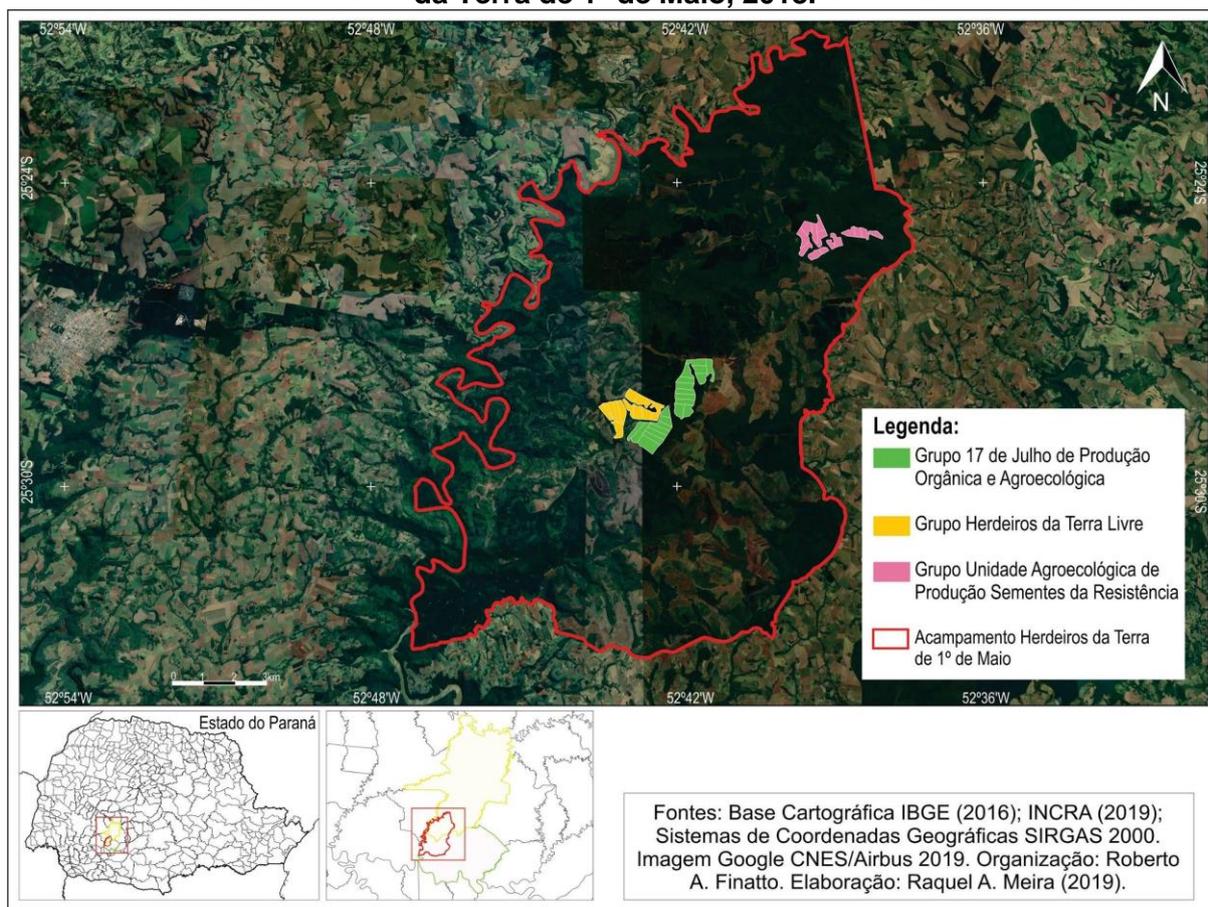
Não vou dizer que era prioridade escolher a área, só que, assim como nós também não ia dar prioridade para o convencional. Mas teria que ter uma área com as condições que você pudesse trabalhar ali, que tivesse pelo menos água, um lugar já protegido, nascente, alguma coisa assim, proteção; ou se não tivesse fazia, mas que fosse adequada para o grupo, não fosse um lugar isolado, né? De difícil acesso (ENTREVISTADO 02, 2018)

Após várias reuniões, os grupos garantiram três áreas para a produção agroecológica, considerando alguns critérios: a existência de barreiras naturais já estabelecidas para evitar contaminação com agrotóxico advinda das lavouras em produção convencional; a disponibilidade de água para a produção; a possibilidade de proteger o curso d'água desde a nascente; que não fossem terras de “granja”, ou seja, totalmente favoráveis à mecanização, evitando que as famílias pratiquem a produção de monocultura, como a soja; e, no caso dos grupos 17 de Julho e Herdeiros da Terra Livre, a localização próxima à comunidade central.

Foram, então, reorganizados ou criados três grupos, a saber: 17 de Julho de Produção Orgânica e Agroecológica; Herdeiros da Terra Livre e Unidade Agroecológica de Produção Sementes da Resistência (Mapa 03).

Na transição do grupo Herdeiros da Terra Livre para os lotes, em final de julho e início de agosto de 2018, houve critérios para a permanência e novas inserções de integrantes, como ter participado de formações sobre Agroecologia e já ter trabalhado sem o uso de veneno ao longo dos quatro anos de trajetória do acampamento. Neste momento, houve apenas um integrante que optou por deixar o grupo, enquanto um integrante novo entrou. Definido o talhão, a definição das unidades produtivas que seriam destinadas a cada família se deu por consenso, a metodologia foi facilitada pelo número reduzido de famílias, que consideraram a escolha dos lotes, a partir das linhas de produção que pretendiam aderir.

Mapa 03: Localização dos grupos de produção orgânica do Acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio, 2018.



Após a ida para os lotes, a diversidade de produtos cultivados se ampliou ainda mais. O grupo passou a ter a COOPAIA como única instituição que tem contribuído com essa nova fase, mediando a certificação em algumas unidades de produção e realizando a comercialização de alguns produtos. Atualmente, o grupo se reúne de uma a duas vezes ao mês e conta com as tarefas de coordenação, finanças e educação.

Mesmo que com as dificuldades em relação à ausência de condições financeiras para preparar a terra com a utilização de maquinário agrícola, existe uma grande motivação das famílias nessa nova configuração do “acampamento”, conforme relata a Entrevistada 05, 2019): “você sabe que tá plantando em cima do que é teu, isso motiva mais, e a motivação é abrir mais área, e a gente vai roendo aos poucos, mas é assim.”

O grupo Unidade Agroecológica de Produção Sementes da Resistência realizou a distribuição das famílias nas unidades de produção em julho de 2018. A definição de cada lote ocorreu por consenso. Segundo a Entrevistada 06 (2019), nesse processo de transição “algumas pessoas acharam que não se encaixavam na Agroecologia, mudaram os planos e outras se inseriram. Teve duas famílias que vieram de outro grupo orgânico [...]”. O grupo possui 12 famílias integrantes. Sobre a produção, neste momento,

A gente deu prioridade para fazer um bom pomar, com variedade, a gente produz agora. Como a gente tá começando, a gente sempre consulta a cooperativa que vai comprar primeiro. A gente não pode plantar para comercializar uma coisa que não tem comércio. Esse ano a gente plantou feijão e aquela mandioca fécula, que foi pra comercializar e aí as coisas que você planta, milho, arroz, essas coisas mais 'pro gasto'. A gente planta uma infinidade, a gente busca a soberania alimentar como prioridade, não importa se, nesse momento, você vai ganhar dinheiro ou não (ENTREVISTADA 06, 2019).

As instituições que estão contribuindo com a maior parte da comercialização da produção são a COOPAIA e a Biorgânica. O grupo se reúne com bastante frequência (três vezes por semana, em algumas situações) e conta com as tarefas de coordenação e finanças.

A principal dificuldade de produção é que a maioria dos lotes está coberto por pinus, e as famílias não possuem recurso para destocar a terra. Entretanto, existe uma leitura muito positiva por parte da entrevistada:

Tudo que você trabalha você sabe que no ano que vem você vai continuar no mesmo local, então você não perde. [...]. A gente tá construindo uma identidade com o local, a gente tá pensando que com o tempo você vai tá colhendo. [...] Antes você não tinha um local definido, e agora tem. É uma mudança incrível, pois não precisa mudar o local de produzir, então cada ano é um passo à frente (ENTREVISTADA 09, 2019).

A terceira temporalidade do acampamento, marcada pela distribuição das famílias nos lotes, produz uma sensação de conquista da terra e a possibilidade de planejar o futuro. Alguns camponeses se referem à área como pré-assentamento ou assentamento, entretanto, a terra ainda não foi oficialmente destinada para a reforma agrária pelo Estado.

O Grupo 17 de Julho também foi reorganizado a partir de abril de 2018, poucos meses antes do processo de distribuição das famílias nos lotes. Alguns dos seus integrantes participaram do grupo dos Orgânicos, ainda na área do Herdeiros I. Porém, com a nova configuração do acampamento, o 17 de Julho integrou outros interessados, totalizando 21 famílias. A escolha dos lotes ocorreu por consenso entre os participantes, não sendo realizado sorteio.

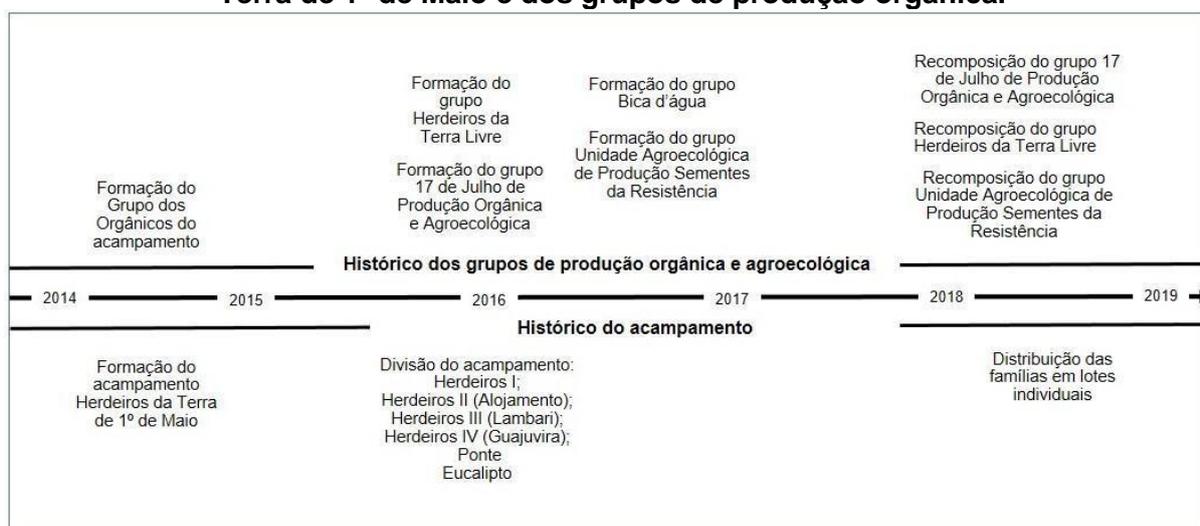
O grupo projetou reuniões mensais para acompanhamento da transição nos lotes e definiu o trabalho coletivo para efetivar ações que interessassem aos seus integrantes, como a construção de barreiras naturais em parte da área que ainda não dispõe de isolamento da produção convencional. Alguns integrantes estão buscando manter a certificação na modalidade participativa por meio do OPAC Rede Ecovida de Agroecologia, mas já ocorre um trabalho com a Biorgânica, que oferece assessoria sistemática para certificação por auditoria e, sobretudo, comercialização.

Pelo exposto, fica nítido que foram muitas mudanças organizativas em um curto espaço de tempo que, somadas, à condição de acampamento – moradias provisórias, falta de energia elétrica, ausência de políticas públicas, entre outros – impactaram no

desenvolvimento da Agroecologia.

Apesar desse movimento, os grupos de Agroecologia conseguiram manter seus princípios e garantir três áreas para as práticas agroecológicas. A partir desse momento, novos desafios se impõem, sendo o primeiro deles a necessidade de destinação da área para a reforma agrária pelo Estado. A ida para os lotes não modifica, de imediato, a situação econômica das famílias. Em certos casos, inclusive, tende a agravá-la, dado que a falta de recursos as obriga a adquirir empréstimos, quando possível, para viabilizar a produção e a construção das infraestruturas de moradia.

Figura 05: Principais eventos relacionados à formação do acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio e dos grupos de produção orgânica.



Fonte: Org. pelos autores, 2019.

Diante desse cenário, a existência dos grupos e de instituições que permitem a comercialização da produção tende a contribuir para a permanência das famílias na Agroecologia. Entretanto, as dificuldades – sobretudo a falta de assessoria técnica, de tecnologias apropriados e de recursos para investir na produção – acabam determinando o ritmo da transição agroecológica na área.

Pelo exposto, fica evidente a existência de uma lógica camponesa (PLOEG, 2006; CARVALHO, 2014) atestando que os camponeses vivenciam “outra concepção de mundo muito diferente daquela que é determinada pelas relações sociais de produção capitalista” (CARVALHO, 2014, p. 33). Essa outra concepção de mundo encontra na Agroecologia uma possibilidade concreta.

Considerações Finais

Neste texto, analisamos como a prática agroecológica foi sendo moldada diante da

reconfiguração territorial do acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio. Ao passo em que o território em disputa foi sendo ocupado, novos desafios foram se impondo aos grupos de produção orgânica e agroecológica na área. Conforme registrado, ocorreram muitos processos diferentes em um curto período, portanto, não se trata apenas de praticar a Agroecologia, mas de praticá-la em uma conjuntura hostil à reforma agrária, que impacta diretamente na vida dos sujeitos. Trata-se de uma geografia específica.

As sucessivas mudanças no arranjo territorial do acampamento, embora necessárias e estratégicas para a manutenção da ocupação, criaram dificuldades para os sujeitos envolvidos com a Agroecologia, tanto no aspecto organizativo como produtivo. A transição agroecológica é complexa e, por isso, foi necessário recomeçar o processo a cada mudança de área. Apesar das dificuldades típicas da situação de acampamento, algumas ações poderiam contribuir para o fortalecimento dos grupos, como a formação de um grupo de base que integrasse, desde o início, os sujeitos dispostos a trabalhar com a Agroecologia. Entretanto, as famílias do grupo dos Orgânicos participavam em diferentes grupos de base no período em que existia apenas o acampamento Herdeiros I, logo, com a divisão do acampamento, três novas áreas de produção agroecológica foram criadas. Embora esse processo tenha dividido o grupo, produziu também uma identificação com as novas áreas, dificultando a integração das famílias em um único grupo de base quando as famílias foram distribuídas nos lotes individuais.

Com a distribuição nos lotes, as famílias estão em um momento muito particular de organização da vida. A “conquista” do lote tem produzido perspectivas de avanço da Agroecologia para as famílias, já que possibilita aumento de autonomia na condução do processo de transição e o acúmulo do trabalho desenvolvido para os anos seguintes. Há, assim, um potencial de consolidação das práticas agroecológicas.

Por outro lado, diante dessa nova territorialidade, tem diminuído o trabalho coletivo, fato revelado, por exemplo, na baixa participação nas reuniões dos grupos. O desenrolar do processo de planejamento dos lotes, incluindo a transição agroecológica, tem ocorrido, predominantemente, de forma individual. Apesar de algumas ações e definições coletivas – como a formação e a participação em eventos sobre Agroecologia, a aquisição da certificação orgânica, a definição da área para os grupos e os debates sobre o acesso à energia elétrica –, as famílias enfrentam, amparadas em suas condições materiais individuais, os desafios postos para a produção.

Elucidamos que essas alterações no acampamento não seriam tão impactantes para a Agroecologia se as condições econômicas das famílias, e do próprio MST, no que se refere à capacidade de custear e assessorar a transição agroecológica, fossem melhores. Assim, o fato de a área não ter sido destinada oficialmente para a reforma agrária se constitui como um limitador estrutural para o desenvolvimento dos sistemas produtivos na área.

Diante dos limites desse texto, alguns aspectos, como as contradições na formação e organização dos grupos e os limites da configuração dos lotes individuais para o trabalho com a Agroecologia não puderam ser explorados, o que remete a novas agendas de pesquisa.

A pesquisa revelou, ainda, que apesar da concretude das práticas agroecológicas na área (desenvolvidas por 45 famílias), como recomenda o Programa Agrário do MST (2014), há o predomínio do sistema de produção convencional (praticado por 1058 famílias). Essa situação indica os limites e as contradições que o principal movimento socioterritorial de luta pela terra do país enfrenta para desenvolver a Agroecologia nas áreas de reforma agrária.

Referências

ALTIERI, Miguel. Escalonando la propuesta agroecológica para la soberanía alimentaria en América Latina. **Agroecología**, v. 4, p. 39-48, 2009.

ALTIERI, Miguel; TOLEDO, Víctor Manuel. La revolución agroecológica de América Latina: Rescatar la naturaleza, asegurar la soberanía alimentaria y empoderar al campesino. **El Otro Derecho**, n. 42, dec., 2010.

BORSATTO, Ricardo Serra; CARMO, Maristela Simões. A Construção do Discurso Agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). **RESR**, v. 51, p. 645-660, 2013.

CANUTO, Antônio. Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade. **Revista NERA**, ano 7, n. 5, p.01-12, ago./dez., 2004.

CARVALHO, Horácio Martins de. As lutas sociais no campo: modelos de produção em confronto. *In*: CALDART, Roseli Salete; ALENTEJANO, Paulo. (Org.). **MST, Universidade e Pesquisa**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2014. p.17-38.

CEZIMBRA, Elemer do Nascimento *et al.* Jovens, luta por terra, e permanência no campo. *In*: I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E IV JORNADA QUESTÃO AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO. 2017. **Anais...** Marechal Cândido Rondon/PR, 2017. p. 01-20.

COSTA NETO, Canrobert; CANAVESI, Flaviane. Sustentabilidade em assentamentos rurais. O MST rumo à “reforma agrária agroecológica” no Brasil? *In*: ALIMONDA, Héctor (Org.). **Ecologia Política: naturaleza, sociedad y utopia**. Buenos Aires: CLACSO, 2002. p. 203-215.

DESMARAIS, Anette Aurélia. **A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Expressão Popular, 2013.

FABRINI, João Edmilson. O projeto do MST de desenvolvimento territorial dos assentamentos e campesinato. **Terra Livre**, São Paulo, ano 18, n. 19, p. 75-94, jul./dez., 2002.

FACCO, Vinicius Antonio Banzato. Alternativas aos impérios agroalimentares a partir do campesinato agroecológico: as experiências do acampamento agroflorestal José Lutzenberger (MST-Antonina/PR). **Revista NERA**, Presidente Prudente/SP, ano 18, n. 29, p. 70-100, 2015.

FERNANDES, Gabriela Menezes; FACCO, Vinicius Antonio Banzato. Agroecologia e MST no leste paranaense: as experiências do assentamento Contestado (Lapa/PR) e do acampamento José Lutzenberger (Antonina/PR). **Revista Pegada - MUNDO DO TRABALHO**

(número especial da XV Jornada do Trabalho), vol. 16, n. especial, p.89-101, 2015.

FINATTO, Roberto Antônio. Redes de agroecologia e produção orgânica na região Sul do Brasil. **Ra'e Ga - O Espaço Geográfico em Análise**, v. 38, p. 107 - 145, dez. 2016.

FINATTO, Roberto Antônio; RIBAS, Karin Cristina Siben. Desenvolvimento territorial e agroecologia: considerações sobre o acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio. *In*: VIII SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA; IX SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA. **Anais...** Curitiba/PR. 2017. p. 01-12.

LEFF, Henrique. Agroecologia e Saber ambiental. **Agroecol. e Desenv. Rur. Sustent.**, Porto Alegre, v.3, n.1, jan./mar., 2002.

GONÇALVES, Sérgio. **Campesinato, Resistência e Emancipação**: O modelo agroecológico adotado pelo MST no Estado do Paraná. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Presidente Prudente/SP, 2008.

GUHUR, Dominique Michèle Periot; TONÁ, Nilciney. Agroecologia. *In*: CALDART, Roseli S.; PEREIRA, Isabel B.; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 59-67.

INCRA – INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **O que é PDA?** Publicado no dia 17/02/2009. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/oqueepda>. Acesso em 12 dez. 2019.

JANATA, Natacha Eugênia. **"Juventude que ousa lutar!"**: trabalho, educação e militância de jovens assentados do MST. 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC, 2012.

JORNAL CAMPESINO. Herdeiros da Terra: o novo assentamento em Rio Bonito do Iguaçu. 6º edição, abril de 2018.

MST – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Programa Agrário do MST VI Congresso Nacional do MST – Fevereiro de 2014. *In*: CALDART, Roseli Salet; ALENTEJANO, Paulo. (Org.). **MST, Universidade e Pesquisa**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2014. p.173-225.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, p. 185-206, 2001.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Sujeição da renda camponesa da terra no contexto da monopolização do território pelo capital. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas**, v. 1, n. 1, nov., p. 05-20, 2004.

PEDON, Nelson Rodrigo. **Geografia e movimentos sociais**: dos primeiros estudos à abordagem socioterritorial. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti; PICCIN, Marcos Botton. Movimentos camponeses e questões ambientais: posituação da agricultura camponesa? **Revista Extensão Rural**, ano XV, n. 16, p. 05-36, 2008.

PLOEG, Jan Dowe Van der. O modo de produção camponês revisitado. *In*: SCHNEIDER, Sérgio (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre/RS: Editora da URS, 2006. p. 13-54.

RAFFESTIN, Claude. O que é o território? *In*: SCHNEIDER, Sérgio (Org.). **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática S. A., 1993. p. 143-163.

SILVA, Emerson Ferreira; PAVINATO, Julie Mathilda Semiguem; AHLERT, Alvorí. Desafios da produção agroecológica no assentamento Celso Furtado em Quedas do Iguaçu-PR. **Revista GeoPantanal**, Corumbá-MS, n. 24, p. 35-51, 2018.

SILVA, Anderson Antônio; FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e espacialização da luta pela terra - 2000 – 2004. 2005. *In*: III SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA; II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA. **Anais...** Presidente Prudente – São Paulo, 2005, p. 01-10.

TOLEDO, Víctor Manuel. La Agroecología en Latinoamérica: Tres revoluciones, una misma transformación. **Agroecología**, v. 6, p. 37-46, 2012.

Sobre os autores

Juliana Cristina de Mello – Graduada em Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas (UFFS) - *Campus* Laranjeiras do Sul. Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) - Paraná. **Orcid** – <https://orcid.org/0000-0002-2009-7394>.

Roberto Antônio Finatto - Graduado em Geografia (UFPel). Mestre e Doutor em Geografia (UFSC). Docente na Universidade Federal da Fronteira Sul - *Campus* Laranjeiras do Sul (UFFS). **Orcid** – <https://orcid.org/0000-0001-8467-5133>.

Márcio Freitas Eduardo - Graduado em Geografia (UNIOESTE - Francisco Beltrão/PR). Mestre e Doutor em Geografia (FCT-UNESP, Presidente Prudente/SP). Docente na Universidade Federal da Fronteira Sul - *Campus* Erechim (UFFS). **Orcid** – <https://orcid.org/0000-0003-2641-1636>

Como citar este artigo

MELLO, Juliana Cristina de; FINATTO, Roberto Antônio; EDUARDO, Márcio Freitas. Reforma agrária e Agroecologia: reflexões a partir das experiências do acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio - Paraná. **Revista NERA**, v. 24, n. 57, p. 255-282, Dossiê I ELAMSS, 2021.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos (as) autores (as). As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. A autora **Juliana Cristina de Mello** ficou especialmente responsável pelo levantamento e sistematização dos dados do campo; o segundo autor, **Roberto Antônio Finatto**, pelo desenvolvimento teórico-conceitual; e o terceiro autor, **Márcio Freitas Eduardo**, pela análise dos dados e pelos procedimentos técnicos de revisão do texto.

Recebido para publicação em 31 de janeiro de 2020.
Devolvido para a revisão em 01 de setembro de 2020.
Aceito para a publicação em 15 de setembro de 2020.

Juventude camponesa na luta pela educação pública no Ceará, Brasil

Alexandra Maria de Oliveira

Universidade Federal do Ceará (UFC) – Fortaleza, Ceará, Brasil.

e-mail: alexandra.oliveira@ufc.br

Resumo

A juventude camponesa constituiu uma agenda de formação política, socioeconômica e cultural, com mobilizações de luta pelo acesso à terra, ao trabalho e à educação pública de qualidade, no campo e na cidade. O objetivo deste artigo é analisar o protagonismo da juventude sem-terra, no Ceará, no processo de democratização da universidade pública, a partir da prática política nos cursos de formação sobre a realidade brasileira para jovens do campo (2001 a 2019). Em tempos de ameaças aos movimentos socioterritoriais e à educação pública brasileira, o resgate da memória, estimulado ao longo dos períodos de formação, passa a ser um caminho de fortalecimento de outras leituras e projetos de desenvolvimento no país. A metodologia foi baseada na leitura de artigos referentes à temática, na observação participante, em entrevistas diretas e na coleta de matérias escritas em revistas, jornais e mídias sociais. O protagonismo da juventude tem-se configurado na constituição de uma agenda própria, desenvolvida por diferentes coletivos e eventos, como marchas, ocupações e jornadas de luta em defesa da terra e do território, da reforma agrária popular, da educação pública de qualidade e de um projeto de vida a favor da diversidade social no campo e na cidade.

Palavras-chave: Juventude; movimentos socioterritoriais; educação pública; universidade.

Peasant youth in the struggle for public education in Ceará, Brazil

Abstract

Peasant youth constituted a political, socioeconomic and cultural training agenda, with mobilizations to fight for access to land, work and quality public education in the countryside and in the city. The purpose of this article is to analyze the role of peasant youth in Ceará in the process of democratization of the public university, through training courses on the Brazilian reality for rural youth (2001 to 2019). In times of threats to socio-territorial movements and Brazilian public education, the recovery of memory, stimulated throughout the training periods, becomes a way of strengthening other readings and development projects in the country. The methodology was based on reading articles related to the theme, participant observation, direct interviews and the collections of articles written in magazines, newspapers and social media. The protagonismo of youth has been configured in the constitution of its own agenda, developed by different collectives and events, such as marches, occupations and days of struggle in defense of land and territory, of popular agrarian reform, of quality public education and of a life project in favor of social diversity.

Keywords: Youth; socio-territorial movements; public education; university.

Juventud campesina en la lucha por la educación pública en Ceará, Brasil

Resumen

La juventud campesina constituyó una agenda de formación política, socioeconómica y cultural, con movilizaciones para luchar por el acceso a la tierra, el trabajo y la educación pública de calidad en el campo y en la ciudad. El objetivo de este artículo es analizar el papel de la juventud sin tierra en Ceará en el proceso de democratización de las universidades públicas, a partir de la práctica política en cursos de formación sobre la realidad brasileña para la juventud rural (2001 a 2019). En tiempos de amenazas a los movimientos socio-territoriales y a la educación pública brasileña, la recuperación de la memoria, estimulada a lo largo de los períodos de formación se convierte en una forma de fortalecer otras lecturas y proyectos de desarrollo del país. La metodología se basó en la lectura de artículos relacionados con el tema, la observación participante, entrevistas directas y la recopilación de artículos escritos en revistas, periódicos y redes sociales. El protagonismo de la juventud se ha configurado en la constitución de su propia agenda, desarrollada por diferentes colectivos y eventos, como marchas, ocupaciones y jornadas de lucha en defensa de la tierra y el territorio, de la reforma agraria popular, de la educación pública de calidad y del un proyecto de vida a favor de la diversidad social.

Palabras clave: Juventud; movimientos socioterritoriales; educación pública; universidad.

Introdução

A juventude camponesa tem lutado para que o acesso às universidades ocorra de forma democrática. Esse debate tem sido feito, principalmente, junto a instituições acadêmicas, organizações afrodescendentes e movimentos sociais do campo e da cidade. Ações afirmativas de movimentos camponeses, indígenas e quilombolas estão caminhando na luta pelo acesso ao ensino básico e superior no Brasil. A novidade é que nos últimos 20 anos ficaram evidentes novas reivindicações dos camponeses. Se antes a luta pela educação passava pela criação de escolas de nível básico, há pelo menos duas décadas a necessidade amplia a pauta de novas reivindicações. Desse modo, educação de qualidade com escolas de ensino fundamental nos assentamentos e acampamentos; alfabetização de jovens e adultos; escolas de ensino médio nos assentamentos e acesso à universidade pública são as demandas apontadas.

No entanto, sabemos que as universidades estão abertas a uma pequena parcela da sociedade, muito embora vêm democratizando-se a partir de ações afirmativas decorrentes de lutas sociais e conquistas de direitos. A pressão dos jovens por educação de qualidade básica e superior cresceu e conquistou a aprovação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), em 1998. Na perspectiva de valorização da justiça social, da política pública para a educação, do respeito à docência e da responsabilidade com os jovens camponeses, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) articulou-se com uma frente de intelectuais orgânicos para estabelecer uma agenda, ou melhor, uma “prática política” (PEDON, 2009, p.185) voltada intencionalmente para ampliar a formação básica e superior de assentados e acampados com ações nas universidades públicas.

No ano de 2001, o MST articulou, com uma equipe de professores da Universidade Federal do Ceará (UFC), o primeiro Curso de Formação sobre a Realidade Brasileira para Jovens Assentados e Acampados do MST, no estado do Ceará. A experiência desenvolvida anteriormente na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) serviu de inspiração. Ao longo do processo, a prática foi agregando um número cada vez maior de participantes e no ano de 2019 foi realizado o XV Encontro Estadual da Juventude Sem Terra, reunindo jovens de assentamentos e acampamentos de reforma agrária do estado. Para o Movimento, nas palavras de um integrante, o encontro foi um “importante espaço de formação para juventude do Ceará, principalmente na atual conjuntura. Precisamos estar organizados para contrapor os avanços do capital e estarmos em luta permanente” (F. G. – Coletivo de Juventude do MST Ceará. In: OLIVEIRA, 2019, p. 1).

Neste artigo, considera-se de grande relevância a teoria geográfica dos movimentos sociais desenvolvida por Fernandes (2005). A produção do conhecimento e a experiência desenvolvida pelo autor, em sua trajetória com o MST, foram fundamentais no aprofundamento dos estudos sobre os movimentos sociais de luta pela terra no Brasil. Ao focar o movimento social como categoria de análise, Fernandes (2000, p. 61) pesquisa o MST como “forma, mas também como processo e os significados de suas dimensões e ações”, sendo o assentamento como uma “conquista de frações do território” e a ocupação como “processo socioespacial e político complexo, que precisa ser entendido como forma de luta popular e resistência do campesinato, para sua recriação e criação”. Para o autor, a Geografia tem referencial teórico e metodológico para avançar nas leituras sobre as ações dos movimentos sociais no campo e na cidade. Fernandes (2005, p.31) denomina movimento socioterritorial, o movimento social que “tem o território não só como trunfo”, mas como essência para sua existência. Autores como Pedon (2009) e Sobreiro Filho (2016) também serão considerados fundamentais na análise de processos decorrentes das ações dos sujeitos em destaque.

Na leitura geográfica sobre mobilizações do MST no Ceará, percebe-se que os cursos de formação da juventude camponesa, vistos como uma agenda por ser um “aspecto constitutivo dos movimentos socioterritoriais” e por conter “intencionalidade e campo de ação” (PEDON, 2009, p.185), adquiriram novos contornos, tempos e espaços. Além disso, debateram temas diferentes, inseriram outras estratégias de luta em defesa da reforma agrária popular e da educação pública de qualidade, do mesmo modo que potencializaram ações, ocupações, marchas e jornadas. Essas vistas como mobilizações e eventos, sendo “partes fundamentais para se compreender a lógica espaço-temporal e reticular dos movimentos” (SOBREIRO FILHO, 2016, p. 330). Com isso, a agenda foi “transformando, ampliando e modificando de

acordo com as necessidades, experiências, relações, aspirações e construções próprias e alheias” (idem).

Nesse sentido, conforme Arroyo (2019), registrar a história de politização da luta pelo direito à educação, desenvolvida pela juventude torna-se um ato político necessário aos docentes-educadores, que, muitas vezes, são responsáveis por vidas consideradas ameaçadas em tempos de autoritarismo no Brasil.

A educação do campo como um caminho para o desenvolvimento territorial

A luta pelo desenvolvimento territorial tem sido acompanhada pela contradição de projetos políticos que se sobrepõem no território brasileiro: um majoritário, feito em nome da expansão do agronegócio, e outro popular, desenvolvido a favor dos povos do campo. De acordo com Fernandes (2005, p.28), “a contradição, a solidariedade e a conflitividade são relações explicitadas quando compreendemos o território em sua multidimensionalidade”. Com isso, a teoria de cunho geográfico sobre os movimentos socioterritoriais fornece subsídios para a interpretação dos conflitos no campo brasileiro.

Para Fernandes (2012), ao eleger-se a educação do campo como um caminho para o desenvolvimento territorial, é preciso ter clareza sobre qual identidade social pretende-se formar. Um profissional de interesse no agronegócio dificilmente estará preocupado com o associativismo ou o cooperativismo, na perspectiva do desenvolvimento das unidades camponesas ou com a melhoria das condições de vida nas áreas de assentamentos rurais. Dessa forma, a educação do campo tem papel fundamental na produção de um currículo emancipatório e na constituição de uma sociedade mais justa e igualitária.

Arroyo (2007), ao analisar políticas de formação de educadores do campo, revelou que as consequências da inspiração no paradigma urbano são marcantes na secundarização e na falta de políticas para o campo em todas as áreas públicas, e de maneira particular, na saúde e na educação. O campo, nessa leitura, é visto como um lugar constituído por grupos sociais atrasados, resquícios de sociedades antigas em processo de mutação para uma sociedade moderna.

Autores como Autor (2011; 2013) e Diniz (2019) concordam que, no Ceará, a desvalorização da escola rural desdobra-se na insatisfação de alunos e professores com as condições de trabalho, tais como: salas de aula inadequadas, transporte escolar sem segurança e descontextualização dos conteúdos disciplinares com suas realidades cotidianas. Destaca-se que isso acontece em tempos de reafirmação do campo, através da presença política de camponeses e de indígenas organizados em movimentos sociais na luta por seus territórios. O campo brasileiro, a partir de 1990, tem estabelecido, de forma regular, um dinamismo na luta por direitos, mostrando sua identidade e cultura, seus valores e sua organização política,

tendo como principais representações a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), a Federação dos Trabalhadores da Agricultura (Fetag), os Movimentos Indígenas, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

De acordo com Seoane (2003, p. 13),

(...) los movimientos sociales de origen rural más importantes en la última década en Latinoamérica: el Movimiento de los Trabajadores Sin Tierra (MST) en Brasil, el movimiento cocalero del Chapare boliviano, la experiencia de la Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador, y el zapatismo en México.

Conforme Fernandes (1996), a consolidação desses movimentos sociais passa por princípios, organicidade e formas de ações que são recriadas e apresentam uma nova configuração de protestos no debate sobre as alternativas de desenvolvimento territorial, a favor dos povos do campo. A presença marcante dos sem-terra em rede nacional e internacional, como sujeitos históricos da construção da sociedade, confronta a elite brasileira. Isso acontece porque na luta por um projeto popular de desenvolvimento territorial, os sem-terra expressam suas concepções do direito à educação e do dever do Estado. Nesse processo, a luta pela reforma agrária, a posse e o uso da terra passam a ser condições para a viabilização de um conjunto de outras lutas: por escolas e formação de qualidade, por educação contextualizada, por estrutura viária básica, por exemplo. Esse é um fato extremamente relevante na compreensão dos aspectos políticos e sociais que envolvem a escola do campo.

De acordo com Fernandes (2006; 2011; 2012), foi da demanda específica por educação nos acampamentos e assentamentos do MST que nasceu o Pronera. O programa “constitui-se como uma parceria entre o Incra, as universidades e os movimentos sociais e sindicais do campo” (DINIZ, 2019, p. 329). Assim, foi criada, Brasil a fora, uma agenda, nas universidades, voltada à formação superior de assentados. Entre os cursos criados cita-se: Direito, na Federal de Goiás; Geografia, na Estadual de São Paulo (Presidente Prudente); História, na Universidade de Brasília; Agronomia, na Federal de Sergipe; além de Pedagogia da Terra, como também Jornalismo da Terra, na Estadual e na Federal do Ceará, respectivamente.

Carvalho (2006) e Diniz (2002/2003), ao analisarem a criação do Pronera no Ceará, reafirmaram o fato de os movimentos socioterritoriais do campo, na luta pela garantia do direito à educação do campo passarem a reivindicar de forma expressiva, a partir de meados da década de 1990, junto ao governo federal, uma política educacional pública que viesse atender às necessidades da classe trabalhadora rural.

Para Sales (2007), bem como para Autor (2013), a leitura midiática sobre ensino, juventude e educação no Brasil está quase sempre atrelada aos baixos índices de rendimento e às altas taxas de analfabetismo, assim como à evasão escolar. Problemas relacionados ora às

questões sociais, como a fome e a miséria, ora às questões econômicas, como a falta de emprego e qualificação profissional entre os jovens, estão frequentemente em pauta.

Entretanto, para Martins (2008), as notícias sobre o ensino e a educação no Brasil nem sempre tocam no essencial. Embora existam preocupantes adversidades, pouco é tratado o fato de que há no país um generalizado apreço pela vontade de aprender, visto, muitas vezes, em lugares de absoluta ausência do poder público. Muito do que existe como valorização da escola rural é, sem dúvida, em grande parte um êxito da escolarização promovida pelo MST. Apesar dos conteúdos pedagógicos discutíveis e dos simplismos ideológicos, em particular da escola rural, o Movimento tem suprido carências de saber com criatividade e conservado a utopia da universalidade do ser e do direito. Isso acontece, sobretudo, porque a ideologia educacional do MST tem coerência com o seu projeto político, o qual é baseado em um modo de vida viável e que representa uma resistência legítima às diferentes forças que, em nome da grande economia multinacionalizada e voraz, nulificam valores, crenças, maneiras de viver e capitais sociais acumulados ao longo dos séculos.

Na trajetória de conquistas sociais da juventude no mundo da educação pública brasileira, foram incluídos, nas escolas de educação média e nas universidades, cotistas sociais, raciais, militantes de educação do campo, indígenas e quilombolas, entre outros sujeitos políticos. Essa diversidade contribuiu para o aumento da consciência social de educandos e educadores, em conviver com jovens e adultos provindos de diversos coletivos e dispostos a lutar por seus direitos como jovens (ARROYO, 2019).

No caso em estudo, a articulação com as universidades públicas foi fundamental na realização da agenda “curso de formação sobre a realidade brasileira para jovens do campo”, quer fosse com a infraestrutura, quer fosse com o compromisso e a ética de docentes, servidores técnico-administrativos e estudantes da instituição. O diálogo com o coletivo da juventude e o setor de educação do MST Ceará foi o motor do processo. Nesse contexto, os coletivos tinham clareza de que “mais do que formar informando os jovens assentados, o curso também serviu para a interação deles entre si e com o meio urbano” (Profa. C. S. – UFC. In: MADEIRA; GABRIEL, 2001, p. 16).

Durante a formulação da agenda, as articulações se firmaram e a relação entre universidades públicas e movimentos socioterritoriais foi sendo reconhecida na sociedade. Por um lado, ao acolher uma ação política de um movimento dessa magnitude, a universidade soma à sua tríade – ensino, pesquisa e extensão – a experiência humana de valorização e respeito às conquistas sociais no trabalho com os jovens do campo. Por outro lado, ao dividir experiência, conhecimento e organicidade com a universidade, os movimentos refazem sua história de luta “contra as cercas do latifúndio, da ignorância e do capital” (STÉDILE; FERNANDES, 1999,

p.74) e repõem questões sobre o autoritarismo brasileiro (SCHWARCZ, 2019), necessárias ao debate em defesa da democracia.

De acordo com Pedon (2009), no decurso da constituição dos movimentos socioterritoriais, as mobilizações coletivas podem ser espontâneas ou permanentes. Quando assumem o caráter de permanentes, elas visam superar as barreiras colocadas à sua organização e passam a estabelecer planos e metas com grande potencial para “a formulação de uma agenda voltada para a conquista do território” (PEDON, 2009, p.184).

Os cursos de formação da juventude camponesa no Ceará contribuíram significativamente para a organização de ações da juventude com o objetivo de lutar por terra e território, trabalho e educação. Portanto, como uma agenda de mobilização permanente desenvolvida pelo MST, podem ser considerados fundamentais para a abertura de espaços políticos no interior das instituições públicas, com debates sobre a participação da juventude na construção de políticas públicas e na consolidação da educação do campo, como caminho para a reforma agrária popular.

A juventude camponesa em foco na agenda

As universidades públicas têm, como uma de suas funções sociais, a responsabilidade de estabelecer vínculos com os movimentos sociais do campo e o compromisso com o desenvolvimento territorial. Foi nesse contexto que, no final da década de noventa, a professora Celecina Sales articulou, com uma equipe de professores da UFC e o MST nacional, o primeiro Curso de Formação para a Juventude do Campo do Ceará (2001). A inspiração veio de um projeto de extensão, desenvolvido na Unicamp, o qual visava aprofundar discussões acerca do papel dos jovens na construção da Reforma Agrária no Brasil e da tese de doutoramento da referida professora sobre a juventude do campo (SALES, 2003). Naquele momento, o MST nacional começou o trabalho de organização da juventude cearense em luta por terra, cultura, identidade e políticas públicas de desenvolvimento territorial. A mobilização de jovens de diferentes regiões do estado lotou os espaços físicos da Universidade.

O setor de educação do MST-Ceará planejou a programação junto com o coletivo da juventude e a UFC, mediante projeto de extensão de iniciativa de professores do curso de Economia Doméstica, intermediado pelo Núcleo de Estudos sobre Gênero, Idade e Família (Negif), juntamente com professores de Odontologia, Ciências Sociais e História. A partir da segunda edição (2002), professores e alunos do curso de Geografia, por meio do Laboratório de Estudos Agrários e Territoriais (Leat), foram convidados a integrarem a coordenação do evento. Nos anos subsequentes (2003 a 2013), a coordenação passou a ser alternada entre professores dos departamentos de Geografia e de Economia Doméstica. Nos últimos anos

(2014 a 2019), promoveram a efetivação de coletivos de cursos de universidades públicas do estado. A mobilização da juventude camponesa ocorre, tradicionalmente, no período das férias do mês de julho e conta “com a participação de professores das universidades brasileiras, técnicos de ONGs, Instituições Públicas e de Movimentos Sociais” (ALENCAR; DINIZ, 2010, p. 146).

Desde o início, o coletivo de professores teve clareza de que o projeto se tratava de uma agenda do movimento, portanto, com ações e intencionalidades próprias da juventude do campo.

O projeto é uma demanda do MST, no sentido de formar a juventude dos assentamentos para um resgate da história agrária, incentivando a família a permanecer no campo, mas tendo conhecimento para um suporte científico e tecnológico que permita reconhecer as possibilidades da terra, a fim de explorá-la de forma sustentável (Profa. C. G. – UFC. In: AMBI, 2002, p. 1).

Nesse contexto, cada programação foi diversificada e focada em leituras sobre a importância do papel da juventude na sociedade. Por meio de palestras, debates e oficinas, foram discutidas questões como modelos de desenvolvimento territorial, políticas públicas para a juventude, formas de trabalho no campo e conjuntura nacional. Os temas foram desenvolvidos sob a responsabilidade de docentes, estudantes universitários e militantes ligados a movimentos socioterritoriais e socioespaciais do campo e da cidade.

Lima *et al.* (2004), ao fazer uma análise da terceira edição, ressaltou o fato de o evento ser um momento de apropriação e socialização dos conhecimentos científicos necessários à vida dos jovens do campo. Naquele momento, a agenda estava configurada como “uma prática política (...), com espaços interativos (...) e geradores de sujeitos” (PEDON, 2009, p. 185 e 186) nos quais os jovens do campo e da cidade estavam envolvidos.

Para a coordenação estadual do MST,

A gente acredita que essa questão da formação tem que ser para as pessoas do campo, mas também para a cidade. Nós nos preocupamos com o rumo que a cidade está levando. Ao sair daqui essa juventude vai dar continuidade ao que foi discutido, participando de outros espaços de luta (J. R. – Coordenação Estadual do MST, Ceará. In: ADITAL, 2007, p. 5).

A afirmação acima corrobora as palavras de ordem “reforma agrária se faz no campo, mas se ganha na cidade!” e com a leitura sobre os desdobramentos da experiência, sobretudo, no que concerne ao trabalho de base. Desse modo, a escolha dos palestrantes esteve vinculada diretamente à atuação dos profissionais nas temáticas propostas e à afinidade política com as lutas sociais do campo e da cidade.

A metodologia foi construída ao longo do desenvolvimento da agenda. Após o primeiro curso, as versões seguintes procuravam avançar com a experiência das anteriores, como afirma uma professora:

Com o tempo, nós pudemos entender melhor as demandas da juventude e fazer um evento mais dinâmico. Os jovens colocaram muitos questionamentos, dialogaram e interagiram com o conteúdo que

foi proposto. Nós percebemos a vontade deles em continuar e multiplicar o que estavam aprendendo (Profa. C. S. Campus do Pici, Fortaleza, 2009).

A dinâmica dos cursos foi resultado da apropriação da agenda pelos jovens, conhecedores de fato de seu público, de seu desenvolvimento, de temas que lhes foram significativos, de problemas que registraram e de soluções levantadas. As especificidades trabalhadas foram dando sentido às leituras de mundo contextualizadas e aprofundadas. Além disso, a diversidade regional sempre foi cultivada.

Para o coletivo da juventude do MST Ceará, a construção da agenda privilegiou a resistência e a inovação:

O evento é importante para fortalecer nos jovens a identidade como trabalhadores rurais e a necessidade de manterem a resistência no campo. Aquilo que eles aprendem nas oficinas e cursos aplicam nos assentamentos. Como exemplos: a instalação de uma rádio comunitária em Santana, o uso de técnicas de agroecologia e a produção de medicamentos naturais (C. S. – Juventude do MST, Ceará. In: Jornal da UFC, 2006, p. 6).

Com isso, concorda-se com Lerrer (2012, p. 467) quando expôs que uma das características do setor de Educação do MST, na atualidade, “é a tentativa de inserir sua base de trabalhadores no que chamo de ‘modernidade emancipatória’, porque concentra grande parte de seus esforços no incentivo à instrução formal e política”. Assim, a juventude foi definindo a educação do campo (CALDART, 2004) como resistência, e ainda, “um processo em construção, voltado, portanto, para o fortalecimento da identidade camponesa, assim como para a afirmação do campo enquanto espaço de trabalho e de vida” (DINIZ, 2019, p. 333).

Conforme Pedon (2009, p.185) a formulação da agenda de um movimento socioterritorial corresponde a um processo caracterizado por três momentos: o da comunicação; o da constituição do espaço interativo e o da criação do ambiente de formação. Na construção da agenda da juventude, o primeiro momento, o da comunicação, define-se a temática priorizada na ocasião. Isso se dá a partir do trabalho de base nos assentamentos e acampamentos, reunindo os jovens em rodas de conversas, socializando valores e ideias nas escolas, e nos encontros regionais, como também escolhendo os participantes por brigadas¹.

O segundo momento, “constituição de um espaço interativo, (...) se dá o processo de aprendizado por meio da interação, baseada na troca de experiências, conhecimentos e trajetórias de vida” (PEDON, 2009, p. 185). No caso em estudo, o espaço interativo foi dinamizado com atividades realizadas no diálogo com as universidades, em reuniões de trabalho para a construção da programação, nas articulações políticas, nos convites aos palestrantes e na busca por financiamentos por meio da elaboração de projetos. Ademais

¹ A terminologia brigada foi introduzida no MST Ceará nos anos 2000 e configura-se em uma forma de organização que viabiliza sociabilidade, laços de fraternidade e solidariedade entre os jovens do campo.

aconteceram as mediações entre os movimentos e representações de grupos sociais excluídos, nos órgãos financiadores e, em alguns casos, na gestão dos recursos financeiros. Como parte da interação, a programação foi resultado da troca de experiências e conhecimentos dos eventos anteriores. De maneira geral, as manhãs eram compostas por uma “mística de abertura”, encenada como teatro e/ou apresentações musicais, nas quais algum militante encerrava com palavras de ordem que, na sequência, eram entoadas no coletivo, e por palestras proferidas nas mesas-redondas. A interação também contava com a prática do cochicho entre os jovens, que viabilizava questões escritas a serem repassadas ao coordenador da mesa. Já as tardes eram preenchidas com a participação dos cursistas em oficinas pedagógicas e rodas de conversas, nas quais os jovens dividiam-se em grupos menores. De acordo com o professor J. L., “as oficinas são encontros políticos e afetivos. São momentos em que os jovens podem dar uma direção segundo seus próprios interesses, demonstrando sua autonomia” (*Campus do Pici, Fortaleza apud LIMA, 2005, p. 154*). No conteúdo programado eram construídas oficinas referentes a diferentes atividades: a) de economia e cultura: agroecologia, customização, microcrédito solidário, *software* livre e prática de reciclagem; b) de cultura e arte: ciranda, danças populares, violão, percussão e ciranda, cultura e arte (grafite, *break*, *Rapp*), estêncil e pintura de painéis; c) de educação e saúde: teatro do oprimido, fanzine, leituras e produção de texto, comunicação popular e rádio no campo, gênero e sexualidade, e higiene dos alimentos, entre outras atividades.

Conforme Autor e outros (2013), as oficinas foram sendo modificadas ao longo do processo, ora agregando novas técnicas ora definindo novas temáticas e práticas socioculturais, políticas e econômicas. Mudanças essas atentas às solicitações dos jovens em suas bases, ao diálogo com outros movimentos socioterritoriais e socioespaciais do campo e da cidade e ao desenvolvimento de formas de comunicação e expressão próprias da juventude do campo, pautado na pedagogia freiriana que norteia ações de renovação da agenda do movimento.

Ainda com relação à programação, as noites eram dedicadas às apresentações culturais com danças típicas, como o forró, ciranda e saraus iluminados, tanto por cantores da terra, teatro de bonecos e quadrilhas juninas como pelos jovens participantes do curso.

Como resultado, em geral, ficava evidente a troca de conhecimentos socialmente produzidos, a constituição de uma identidade camponês sem-terra e o diálogo baseado em ações coletivas dos grupos participantes, como revelou o depoimento da brigada Bernardo Marin: “Aprendi muito. Como o Brasil precisa de mudanças nos meios políticos e sociais. E, também, como nós sentimos necessidade de estarmos organizados. Com o Encontro, vivenciamos troca de experiências com jovens de outras regiões e aprendemos novas coisas, novos desafios” (*Campus do Pici, Fortaleza, 2009*).

Um ponto alto da agenda é o evento Dia de mobilização, que tem o objetivo de reivindicar políticas públicas para a educação e a juventude. No geral, a ação acontece com a marcha nas grandes avenidas de Fortaleza e/ou ocupação de prédios públicos de instituições ligadas ao campo. De acordo com Sobreiro Filho (2016, p. 295) “marchas e caminhadas são formas de ocupações dos espaços e configuram-se como forma de mobilidade dos conflitos”. Já a “ocupação de prédios públicos e privados são ações de confronto direto com os agentes de produção do espaço” (p. 296). Ainda, conforme o autor, podem-se configurar em ações de contestação trans e multiespacial e territorial, bem como podem ocorrer para acelerar projetos, entre outros desdobramentos.

Em todas as marchas e ocupações percebeu-se uma “rede de solidariedade, luta e resistência” (SOBREIRO FILHO, 2016, p. 296) e, ainda, uma forte identificação dos jovens do campo e da cidade com os princípios do MST na luta pela educação pública, pela reforma agrária popular e por políticas públicas para a juventude. Alguns dos resultados das mobilizações da juventude foram materializados em escolas do campo (ensino médio), com formação técnica em áreas de reforma agrária, em cursos de formação de professores em universidades públicas e em políticas públicas para a(s) juventude(s) do campo e da cidade. A terceira fase “é também o momento da reflexão e da redefinição das estratégias e objetivos, mostrando que as agendas não se dissociam da ação, permanecendo numa contínua reformulação” (PEDON, 2009, p.186). Para a Brigada Florestan Fernandes, a emancipação da juventude faz-se nesses momentos: “Aprendi que os jovens têm voz e vez na política e em movimentos sociais. Eu estou formando um grupo de jovens em minha comunidade. Então, esse Encontro foi fundamental para mim e minha comunidade” (*Campus do Pici*, Fortaleza, 2013). Essa fase, compreende, também, o momento da avaliação e da produção de novas pautas, as quais formarão um conjunto essencial para a redefinição da agenda, possibilitado, em certa medida, pela organicidade dos coletivos articulados em redes de solidariedade.

De acordo com Sobreiro Filho (2016, p.115) “a articulação em redes, (...) tem contribuído significativamente para o desenvolvimento dos próprios grupos e a coesão das ações, dos territórios e dos lugares de luta e resistência”. No estudo de caso, os coletivos de docentes e discentes formam redes articuladas, que se revezam na coordenação dos projetos, acompanhando passo a passo os encaminhamentos desenvolvidos durante os momentos de planejamento, organização e execução da agenda. Além das redes de recursos humanos, propriamente dito, a articulação envolveu investimentos de recursos socioespaciais (social, econômico, cultural e técnico) de instituições como o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra) - Ceará, a Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDA) e o Instituto Agropolos do Ceará, a Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura (FCPC), a Associação Técnico-científica Eng. Paulo de Frontin (Astef), o Diretório Central dos

Estudantes (DCE) da UFC, o Grupo de Resistência Asa Branca (Grab) e a Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF). Essas diferentes escalas de articulações das redes foram fundamentais no financiamento do material didático ou dos transportes necessários ao deslocamento dos jovens e no encaminhamento de profissionais para ministrar oficinas e palestras. Todos, portanto, fundamentais na promoção do “*contentious politics* e a produção do conhecimento” (SOBREIRO FILHO, 2016, p.116).

Os cursos contaram, em média, com a presença de mais de trezentos e cinquenta jovens, por versão, provenientes de comunidades e assentamentos rurais. Os jovens organizados em brigadas assumem a missão de ocupar a universidade e a cidade, trocar saberes, dinamizar conhecimentos e retornar às suas comunidades com as novidades, como mostrou o depoimento da Brigada Manoel Veríssimo na avaliação do curso: “foi muito bom, pois tivemos muito aprendizado, e os temas foram de acordo com a realidade dos jovens e a marcha que foi muito importante. Vamos levando vários resultados positivos para a base” (*Campus do Pici*, Fortaleza, 2012). É também na base das comunidades que a agenda seguinte começa a ser construída.

De acordo com Freire (2001), na construção do processo de expressividade, o aprendizado da leitura, da escrita e da dramatização não terá significado real se for feito através da repetição mecânica de sílabas. Esse aprendizado só é válido quando, simultaneamente ao domínio da formação vocabular, o educando vai percebendo o sentido da linguagem, ou melhor, quando ele vai internalizando a relação entre linguagem, pensamento e realidade, cuja transformação, ao exigir novas formas de compreensão, coloca também a necessidade de novas formas de expressão.

Tal é o caso da constituição da educação proposta pelos cursos de formação sobre a realidade para jovens do campo. O que antes era tido como “latifúndio do saber”, espaço de poucos e, menos ainda, dos trabalhadores rurais, foi sendo ressignificado, no processo educativo, como espaço de diálogo e possibilidades para filhos e filhas de trabalhadores do campo. As universidades, como territórios, foram palcos de disputas de conhecimentos diversos, e cada curso ocorrido foi motivo de vitória das juventudes envolvidas com movimentos sociais, que transformaram a estrutura de um possível “latifúndio do saber”, o que resultou em novas formas de expressão e de pensamento.

Nas avaliações gerais, percebe-se elementos constitutivos da organicidade dos coletivos participantes na formação de juventudes, com pensamentos e ações críticas, reflexivas e transformadoras.

Os jovens, representantes de suas brigadas, afirmaram:

Como tivemos momentos únicos riquíssimos, acredito que saindo daqui terei capacidade de produzir e contribuir para o assentamento, já que a mente ficou mais aberta. O mais interessante de tudo é que o que aprendi no evento ficará marcado na minha vida e certamente me abrirá novos horizontes (Brigada Che Guevara, *Campus do Pici*, 2010).

As oficinas foram boas, os professores tiveram dedicação aos jovens e esses tiraram bom proveito das atividades desenvolvidas (Brigada Lampião e Maria Bonita, *Campus do Pici*, 2012).

Para o coletivo de professores das universidades,

Receber a juventude camponesa é motivo de muita alegria para a universidade. É importante que nós tenhamos clareza de qual é nossa tarefa diante de todos esses ataques feitos de forma sistemática às universidades públicas efetuados pelo atual governo. A tarefa de defender uma educação pública de qualidade é nossa, é da juventude do campo e da cidade (Prof. H. S. – *Campus da UECE*. In: OLIVEIRA, 2019, p.1).

Os depoimentos reafirmam a necessidade de não deixar que a memória da politização do direito à educação, proposta pelo MST, seja esquecida. E, ainda, que a inserção da juventude na sociedade moderna passe pelo incentivo à educação pública formal em seus diferentes níveis de ensino – fundamental, médio e superior – e modalidades: educação do campo, indígena, de jovens e adultos e quilombola, entre outras.

Os cursos de formação sobre a realidade brasileira para jovens do campo realizados no Ceará, entre os anos de 2001 e 2019, são partes constitutivas do que Guaraná (2012, p. 440) descreveu como “um intenso processo organizativo dos jovens tanto nos movimentos sindicais (...) quanto nos movimentos que fazem parte da Via Campesina Brasil”. Ainda, para a autora, “a presença cada vez mais massiva de organizações de juventude aponta para um fenômeno em movimento”. No caso em estudo, a agenda proposta pelo MST foi sendo realizada inicialmente em parceria com a Comissão Pastoral da Terra e, na sequência, com outros movimentos sociais do campo e da cidade como o Movimento dos Conselhos Populares (MCP), o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento Camponês Popular (MCP), o Levante Popular da Juventude, os Movimentos Indígenas e Quilombolas e os Povos do Mar, para citar alguns e a Via Campesina – “um movimento camponês transnacional” (ROSSET, 2018, p.192).

Essa articulação favoreceu mudanças no modo de fazer a resistência e nas visões sobre a reforma agrária, a luta pela terra, a identidade camponesa, entre outros. O amadurecimento do próprio conceito de Juventude(s) foi se dando ao longo do processo. A agenda que iniciou com a denominação “curso para jovens do MST” foi configurando-se em “jovens do campo”, e “juventude sem-terra” e, ainda, as palavras de ordem também foram refazendo-se: “Juventude que ousa lutar, constrói o saber popular”, “Juventude construindo soberania alimentar e o projeto popular” e “Juventude em luta pela vida e por direitos” entre outros gritos entoados. A aposta experienciada pelos coletivos do MST e pela universidade pública no Ceará, em 2001, obteve a adesão das juventudes camponesas, ou seja, “daqueles que assim se identificam nos movimentos sociais do campo” (GUARANÁ, 2012, p. 440) e, por que não dizer, da cidade. O curioso é que essa reformulação deu-se sempre no sentido de agregar as

discussões de base encaminhadas pelos jovens camponeses, indígenas e quilombolas, entre Outros coletivos.

É importante ressaltar que esses grupos sociais vinham firmando ações coletivas de luta pela educação de qualidade, por liberdade e emancipação e afirmando-se como sujeitos de direitos. “O direito à educação como direito à vida” (ARROYO, 2019, p. 46). Podemos afirmar que, no período estudado (2001 a 2019), uma parte significativa do mundo da educação básica e superior no Ceará tomou partido a favor do reconhecimento do protagonismo da juventude e da afirmação das diferenças de gênero, etnia, raça e classe, que os movimentos socioterritoriais e socioespaciais vinham proclamando. Conforme Arroyo (2019), esse tomar partido político, ético e pedagógico tem sido reprimido por projetos de lei – “Escola Sem Partido”, “Ideologia de Gênero” – ou mesmo por ataques aos movimentos. O autor defende, ainda, que sem fortalecimento das diferenças culturais, identitárias dos Outros em ações coletivas podemos apontar para um profundo recuo nos avanços democráticos conquistados na educação pública.

Assim como ocorreu com jovens camponeses que adentraram nos cursos superiores de universidades brasileiras (FERNANDES, 2011), muitos dos participantes da agenda denominada “cursos de formação sobre a realidade brasileira no Ceará” também se tornaram alunos dos cursos de graduação e pós-graduação em universidades brasileiras e estrangeiras. Hoje, parte significativa desses jovens (Figura 01) compõe os coletivos de novos eventos, também, considerados espaços de luta pela educação pública e de qualidade e pela formação política e cultural das juventudes do campo e da cidade.

A Jornada Nacional da Juventude Sem Terra e a Jornada Universitária em defesa da Reforma Agrária no Ceará, que acontecem desde 2010 e 2014, respectivamente, são espaços de formação política, de atividades culturais e de ações de luta, mobilizados, sobretudo, pelos coletivos da juventude do MST, os quais revelam seu protagonismo. Diferentemente dos cursos de formação, as Jornadas criaram redes e ganharam espaços com uma dinâmica de auto-organização própria do MST – a ocupação via Jornada Itinerante –, dinamizando o papel dos jovens no campo e na cidade, nas universidades e nas ruas. Nesse sentido, as jornadas itinerantes são uma estratégia de enfrentamento para driblar os constantes ataques à juventude camponesa, muitas vezes ameaçada como se fosse terrorista.

Figura 01: P. H., ex-cursista e militante do Coletivo de Juventude do MST.



Fonte: FERNANDES, L. (2017).

Considerações finais

A juventude camponesa, organizada em movimentos socioterritoriais na luta pela terra, constituiu sua agenda, conquistou espaços de debates e políticas públicas em todos os setores, em especial na educação pública. O acesso de cotistas sociais e raciais, sem-terra, indígenas e quilombolas às universidades construiu uma consciência de classe sobre a importância da luta por direitos fundamentais previstos inclusive na Constituição Brasileira de 1988.

A conquista do Pronera, em 1998, foi fundamental para que a articulação do MST com a UFC experienciasse o primeiro curso de formação da juventude camponesa no Ceará, em 2001. De lá para cá, outros movimentos socioterritoriais nacionais e transnacionais juntos a diversas universidades públicas foram convidados e fizeram a adesão à luta pela manutenção do espaço de formação conquistado pela juventude.

O resgate da trajetória dos cursos de formação da juventude camponesa no Ceará leva a concluir que as conquistas que se tem hoje na educação pública, em seus diferentes níveis e modalidades - as quais contemplam, em especial, os povos do campo nas áreas de reforma agrária -, em muito deve à(s) juventude(s) camponesa(s). O impacto social da educação proposta pelo MST em diálogo com as instituições de ensino superior é fundamental na formação de diversos profissionais, entre outros: professores, comunicadores sociais, assistentes sociais, técnicos em agropecuária, médicos, jornalistas, advogados. São,

portanto, os trabalhadores que estarão em serviço nos postos de saúde, nas rádios comunitárias, nas escolas do campo e em outras instituições. De acordo com Fernandes (2011), isso é possível porque acreditamos na transformação da realidade social quando entendemos que um camponês pode ser um profissional comprometido com o desenvolvimento territorial brasileiro.

A opção pela educação do campo (CALDART, 2004) proposta pelos movimentos sociais recolocou questões como o fortalecimento de ações afirmativas no sentido de democratizar o acesso à universidade e a participação dos jovens na construção de políticas públicas para o desenvolvimento local, regional e nacional.

A prática política com os cursos de formação para a juventude do campo mobilizou ocupações nas universidades e na cidade. A prioridade foi desenvolver conhecimentos científicos e cotidianos com os jovens no contexto da realidade brasileira, de forma a estimular suas autonomias, ampliar e fortalecer leituras acerca de políticas públicas e de questões de gênero e sexualidade, entre outros. Em todos os eventos percebeu-se a formação de uma rede de solidariedade, construção de identidade com a condição de jovens sem-terra em luta por direitos e a resistência a uma condição imposta.

No que diz respeito ao trabalho com a formação das juventudes, pode-se dizer que os cursos constituíram novos laços de sociabilidade e vivência comunitária no mundo da academia e nos assentamentos rurais. A produção de um trabalho como esse não passa despercebida. Ao longo do processo, muitas foram as barreiras à parceria com jovens assentados e acampados ou à democratização da educação formal. A superação foi acontecendo no enfrentamento aos ataques e na certeza de que é preciso dissolver concepções errôneas acerca da juventude, bem como enfatizar a importância do protagonismo dos jovens do campo como sujeitos políticos na realidade brasileira.

A conjuntura atual revela um quadro de desemprego, cortes em projetos sociais, empobrecimento da população e aumento da desigualdade social, resultado do golpe de Estado de 2016, da mudança de governo e da crise econômica profunda que polariza a sociedade. As ameaças constantes à educação pública, à universidade, aos movimentos sociais e aos docentes-educadores colocam em questão avanços sociais e políticos conquistados pela sociedade brasileira. O registro desses avanços é também uma forma de manifestar, através do texto, vozes de juventudes que apresentam e reivindicam soluções simples para problemas antigos.

O momento atual impõe a necessidade de rever práticas acadêmicas para que se possa aprender com a juventude dos movimentos socioterritoriais. A resistência passa pelo compromisso ético do pesquisador, docente-educador, de impedir o esquecimento das memórias de politização não só do direito à educação, mas da luta por terra, trabalho e vida

digna no campo. Reconhecer o significado político que os movimentos socioterritoriais têm dado à sociedade é uma forma de promover a formação de uma juventude humanizada, com pensamento e ações críticas e reflexivas sobre a sociedade moderna.

Referências

ADITAL (Agência de Informações Frei Tito para a América Latina e Caribe). MST realiza curso de formação política para jovens. Fortaleza, Brasil, 2007. Adital – Notícias da América Latina e do Caribe. Disponível em: <http://www.adital.com.br/site/noticia2.asp?lang=PT&cod=28583> Acesso em: 16/set./2016

AMBI (Ambiente Brasil). 523 Jovens do MST participam de curso. Andi – Juventude – clipping notícias, 2002. Disponível em: <https://noticias.ambientebrasil.com.br/clipping/2002/10/10/8331-523-jovens-do-mst-participam-de-curso-no-ceara.html> Acesso em: 10/out./2002. >

ALENCAR, F. A. G.; DINIZ, A. S. MST – Ceará, 20 anos de marcha. **Mercator**, Fortaleza, v.9, n.20, p. 133-148, set./dez. 2010.

ARROYO, M. G. Políticas de formação de educadores(as) do campo. **Cadernos do Cedes 72 / Educação do Campo**. Maio/ago., 2007 – São Paulo: Cortez; Campinas, 2007. p. 157-176.

_____. **Vidas ameaçadas**: exigências-respostas éticas da educação e da docência. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

CALDART, R. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CARVALHO, S. M. G. **Educação do Campo**: Pronera, uma política pública em construção. 2006. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, 2006.

DINIZ, A. S. PRONERA/Sobral: Relatos de uma experiência. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**. Sobral, v.4/5, p.115-129, 2002/2003.

_____. Educação do campo como um processo de resistência: a experiência do PRONERA na Universidade Estadual Vale do Acaraú, estado do Ceará. **Campo-território**: revista de geografia agrária, v.14, n.32, p.325-345, abr., 2019.

FERNANDES, L. A juventude está nas ruas dizendo que não aceita o modelo de estado estabelecido no país. Página do MST. Fortaleza, Ago./2017. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2017/08/10/a-juventude-esta-nas-ruas-dizendo-que-nao-aceita-o-modelo-de-estado-estabelecido-no-pais-afirma-paulo-henrique.html> Acesso em: out./2019.

FERNANDES, B. M. **MST: formação e territorialização**. São Paulo, Hucitec, 1996.

_____. Movimento social como categoria geográfica. **Terra Livre**, n.15. São Paulo: AGB, 2000, pp.59-85.

_____. Movimentos Socioterritoriais e Movimentos Socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, ano 8, número 6 – Janeiro /Julho de 2005. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1460>. Acesso: ago/2020.

_____. Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais. In: MOLINA, M. C. **Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. p. 27-39.

_____. Educação do campo e desenvolvimento territorial rural. **Revista NERA**. Presidente Prudente. São Paulo, Ano 14, n. 18. p. 125-135. Jan-jun/2011.

_____. Reforma Agrária e Educação do Campo no Governo Lula. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v. 7, n. 14, p. 1-23, ago., 2012.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

GUARANÁ, E. Juventude do campo. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.). **Dicionário da Educação do campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p.437 – 444.

JORNAL da UFC. **O campo e a Universidade**. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. Ano 3, n. 11, set./2006. Disponível em: <http://www.ufc.br/comunicacao-e-marketing/jornal-da-ufc/893-jornal-da-ufc-n-11>. Acesso em: 16/set./2016.

LERRER, D. F. Preparar gente: a educação superior dentro do MST. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, vol. 20, n. 2, 2012, p. 451-484.

LIMA, A. E. F.; LIMA, A. P. A.; CAMURÇA, A. M.; SILVA, D. R.; FARIAS, D. PL; SAMPAIO, J. L. F.; SALES, C. M. V.; AMARAL, C. C. G. Cursos estaduais de formação sobre a realidade brasileira para jovens do MST – CE: uma análise da terceira edição. In: **Anais do XVII Encontro Nacional de Geografia Agrária**. Ed. URGs: Gramado/RS, 2004.

LIMA, A. E. F. Educação sistemática: o olhar geográfico sobre os cursos para jovens do MST como mecanismo de formação. **Zorós**. Ano IV – n. 5. p. 152-154. Set. 2004/ago. 2005.

MADEIRA, R.; GABRIEL, D. MST ocupam UFC. **Revista Universidade Pública – UFC**. Ano II – n. 08- out./nov. Fortaleza, 2001. p.16-19.

MARTINS, J. S. A educação, entre o balcão e o ensino. In: **O Estado de S. Paulo** [Caderno Aliás, A Semana Revista] domingo, 30 de março de 2008, p. 15.

OLIVEIRA, A. No Ceará, MST realiza XV Encontro Estadual da Juventude Sem Terra. Fortaleza, 2019. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2019/06/19/no-ceara-mst-realiza-xv-encontro-estadual-da-juventude-sem-terra.html>. Acesso em: ago./2019.

AUTOR. Campesinato, ensino de Geografia e escolas do campo: o conhecimento geográfico como um saber em conjunto. **Ge USP (USP)**, v. 30, São Paulo, p. 62-75. 2011.

_____. A escola camponesa na alternância e o ensino de Geografia. **Mercator** (Fortaleza. Online), v. 12, p. 171-187, 2013.

Autor e outros. Diálogo e compromisso social: um percurso geopolítico com jovens do campo. **Revista do Departamento de Geografia (USP)**, v. 26, p. 118-131, 2013.

PEDON, N. R. **MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS**: Uma contribuição à Pesquisa Geográfica. 2009. Tese (Doutorado em Geografia)- Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/ltid/tese_pedon.pdf. Acesso: ago/2020.

SALES, C. M. V. **Criações coletivas da juventude no campo político**: um olhar sobre os assentamentos rurais do MST. 315f. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação – Programa de Pós-Graduação em Educação da UFC, Fortaleza, 2003.

SEOANE, J. (compilador). **Movimientos sociales y conflicto en América Latina**. Buenos Aires: Clacso, 2003.

Autor. Dialogando com o livro didático de Geografia: análise do discurso sobre a questão agrária em obras do ensino médio. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 17, p. 91-106, 2013.

SOBREIRO FILHO, J. **Contribuição à construção de uma teoria geográfica sobre movimentos socioespaciais e *contentious politics***: produção do espaço, redes e lógica-racionalidade espacio-temporal no Brasil e Argentina. 2016. Tese (Doutorado em Geografia)-Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/143908> Acesso: ago/2020.

SCHWARCZ, L. M. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

STÉDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. **Brava Gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1999.

ROSSET, P. M. História das ideias de um movimento camponês transnacional. **Tensões Mundiais**, Fortaleza, v.14, n.27, p. 191-226, 2018.

Sobre a autora

Alexandra Maria de Oliveira – Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente é Professora Associada do Departamento de Geografia da UFC, onde atua no Programa de Pós-Graduação em Geografia. **Orcid** – <https://orcid.org/0000-0002-1698-5436>.

Como citar este artigo

OLIVEIRA, Alexandra Maria de. Juventude camponesa na luta pela educação pública no Ceará, Brasil. **Revista NERA**, v. 24, n. 57, p. 283-301, Dossiê I ELAMSS, 2021.

Recebido para publicação em 21 de janeiro de 2020.
Devolvido para a revisão em 06 de janeiro de 2021.
Aceito para a publicação em 13 de janeiro de 2021.

Resenha: La cuestión agraria y los gobiernos de izquierda en América Latina: Campesinos, agronegocio y neodesarrollismo

Fernanda Aparecida Matheus

Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Presidente Prudente, São Paulo, Brasil.
e-mail: fernanda.matheus@unesp.br

Resenha: KAY, C.; VERGARA-CAMUS, L. **La cuestión agraria y los gobiernos de izquierda en América Latina:** campesinos, agronegocio y neodesarrollismo. (Coord.). 1 ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018.

O livro compilado por Cristóbal Kay e Leandro Vergara-Camus “La cuestión agraria y los gobiernos de izquierda en América Latina: campesinos, agronegocio y neodesarrollismo”, é uma publicação do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais – Clacso, lançada em 2018. A obra aborda questões de grande relevância para refletir sobre os processos políticos na América Latina, que na primeira década do século XXI, levaram a uma onda de governos nacionais eleitos por partidos de esquerda, com apoio dos movimentos camponeses e de resistência ao neoliberalismo, porém em coligação com partidos de centro e centro-direita.

A publicação está organizada em onze capítulos, com artigos de pesquisadores de diferentes países, analisando as continuidades e rupturas com as políticas neoliberais promovidas pelos governos de esquerda, que chegaram ao governo sustentando uma plataforma de campanha baseada em reformas com vistas à mitigação da pobreza, incluindo reforma agrária redistributiva e apoio às comunidades tradicionais e à agricultura camponesa.

O artigo introdutório, escrito por Leandro Vergara-Camus e Cristóbal Kay, reivindicam a necessidade de se aprofundar as reflexões teóricas sobre a natureza do Estado, do desenvolvimento do capitalismo na agricultura e a formação das classes na América Latina, para se compreender a dinâmica dos governos de esquerda eleitos no início do século XXI, o que possibilitou o avanço do agronegócio em detrimento do cumprimento da pauta assumida junto aos movimentos socioterritoriais, na realização de um processo de reforma agrária, fortalecimento da agricultura camponesa e combate às políticas neoliberais para a agricultura.

Em seguida, o texto de Carmen Diana Deere aborda aspectos das reformas agrárias no século XXI e a conquista do direito formal das mulheres à terra, discorre sobre como esse processo se desenvolveu em cada país, desde a perspectiva da ação dos movimentos socioterritoriais e do Estado. Estuda os casos do Brasil, Venezuela, Bolívia e Equador averiguando até que ponto os programas de reforma agrária incorporam a demanda da igualdade de gênero e conclui que o nível de efetividade das políticas adotadas está correlacionado ao grau de organização dos movimentos de mulheres em cada país e da amplitude do processo de redistribuição de terras.

Nos capítulos subsequentes, Arturo Ezquerro-Cañete e Ramón Fogel analisam as imbricações entre a questão agrária, as disputas pela terra e o processo de golpe de Estado que depôs o presidente Fernando, no Paraguai. Traçam um paralelo entre a histórica questão da disputa por terra e poder no país e o controle do Estado pelas elites latifundistas, materializado pelo domínio do Congresso Nacional. Para os autores a tríade Poder, Política e Terra compõe a centralidade da luta de classes no país.

Thomas F. Purcell discute os limites das transformações agrárias na Venezuela, no contexto da economia política do capitalismo rentista. Em uma nação altamente urbanizada, dependente economicamente da produção do petróleo e com uma estrutura fundiária extremamente concentrada, Chávez assumiu em 1998 o desafio de promover a diversificação da economia, romper com a dependência da importação de alimentos e enfrentar estas questões. Tal processo é marcado pelo dilema de como promover o desenvolvimento rural e incentivar o trabalho agrícola diante da sobrevalorização da moeda promovida pela renda petrolífera, que por sua vez torna mais rentável a importação e a especulação (bachaquero), que a produção doméstica de alimentos.

Pablo Lapegna discorre acerca da economia política agroexportadora argentina no período de 2003-2012, a partir das categorias de análise hegemonia e revolução passiva de Gramsci. Segundo o autor, neste ínterim, abriu-se na Argentina, um país com economia historicamente baseada na agroexportação, uma oportunidade para a aplicação de políticas que possibilitaram a apropriação de parte da renda da terra gerada pelo setor agroexportador e a redistribuição para setores empobrecidos da sociedade. A relação entre Estado e movimentos socioterritoriais foi marcada pela dinâmica de participação, sem efetivo poder de interferência nos rumos da política construída, a partir do paradoxo entre o discurso de combate ao modelo agroexportador e, na prática, a renda da terra extraída deste segmento é a base de sustentação econômica do governo.

Jeffery R. Webber escreveu sobre o transformismo proposto pelo governo Evo Morales e a consolidação do capitalismo agrário na Bolívia e contesta a noção difundida de um amplo processo de reforma agrária promovido pelo governo Evo Morales, eleito por um bloco de poder majoritariamente sustentado por segmentos indígenas e camponeses. Para o autor a ofensiva da elite agroindustrial contra a proposição de uma política de redistribuição de terras e recursos, visando o fortalecimento das comunidades tradicionais e camponesas, obriga o governo a recuar e não só redirecionar suas políticas, mas também redimensionar a composição do bloco de poder. Todo esse processo de disputa pela apropriação da renda da terra, demarca a mudança de orientação da política agrária do governo resultando em uma aliança agro-capital-Estado.

Patrick Clark contextualizou o papel protagônico que as organizações ambientalistas, camponesas e indígenas cumpriram no combate às políticas neoliberais e as divergências de

projetos entre o neodesenvolvimentismo e as proposições da Via Campesina no Equador. De acordo com o autor, o Equador dentre os países pós-neoliberais, foi o país que mais conseguiu avançar na construção de um marco legal para o fomento estatal à soberania alimentar, entretanto, do ponto de vista prático, o modelo neodesenvolvimentista adotado demonstrou incompatibilidade com o paradigma de desenvolvimento proposto pelos movimentos sociais que reivindicam a soberania alimentar.

Diego Piñeiro e Joaquín Cardeillac analisam a política agrária da Frente Ampla, no Uruguai e o avanço do agronegócio. Para os autores, há que se reconhecer os avanços promovidos pelos governos da Frente Ampla nos níveis de vida da população em diversos aspectos. Porém as políticas de alianças visando chegar ao governo, levou o partido a abandonar paulatinamente um programa anti-imperialista, anti-oligárquico e pró-reforma agrária. A política agrária adotada propõe a convivência do agronegócio com a agricultura familiar e a proteção do trabalho assalariado, sem provocar mudanças na estrutura agrária do país. O que se tem verificado no Uruguai é o aprofundamento dos níveis de concentração e estrangeirização de terras, maior participação do capital nas cadeias produtivas e o decréscimo da produção familiar.

Eduardo Baumeister e Salvador Martí e Puig abordam aspectos do retorno do Sandinismo ao governo, após o período de governos neoliberais que sucederam a revolução sandinista. O governo sandinista do século XXI, segundo os autores, apesar da ampliação das políticas sociais e destinação de algum apoio para pequenos produtores, não retoma o programa de reforma agrária desencadeado pelo processo revolucionário. A política agrária do período recente, aprofunda a lógica neoliberal na agricultura e se apoia nos auxílios proporcionados pelo governo Venezuelano para ampliar a agroexportação, que beneficia setores empresariais.

Sérgio Sauer e George Mészáros debatem os avanços e limites das lutas pela terra no Brasil nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT). A opção do PT por uma ampla base de alianças, visando vencer as eleições, conformou um governo de coalizão que dificultou romper a lógica neoliberal na economia e promover mudanças significativas na estrutura fundiária, contrariando as expectativas dos movimentos sociais do campo. A ação dos movimentos socioterritoriais do campo diante do governo se pautou pela contradição em diversos âmbitos, desde o dilema em estar no governo sem capacidade de incidir nos seus rumos; manter o diálogo sem alcançar avanços nas pautas, especialmente no tocante à desapropriação de terras e; romper como governo e se isolar. Tudo isso sob a pressão da direita, que buscou todos os meios para criminalizar e desestabilizar os processos de lutas.

Em um esforço de síntese Leandro Vergara-Camus e Cristóbal Kay escrevem o artigo final onde traçam um paralelo entre as experiências vivenciadas em cada país, destacando aspectos da economia política agrária de dos governos de esquerda, o fundamento das

opções das políticas em relação ao agronegócio, ao campesinato, os limites do neodesenvolvimentismo e a incapacidade de enfrentar o modelo de desenvolvimento neoliberal herdado.

O conjunto de textos que compõe a publicação contribui para reflexão e análise da natureza do Estado, os tipos de vínculos estabelecidos com sociedade, o posicionamento frente às contradições da relação capital/trabalho, os interesses das empresas transnacionais e as estratégias de distintos atores em múltiplos níveis.

No debate proposto pelos autores, a categoria renda da terra se destaca como ferramenta para compreender as diferentes formas de acumulação e controle da riqueza e poder, a relação das dinâmicas comuns entre agricultura e indústria extrativista – mineração, petróleo e gás e outros recursos naturais e o caráter de classe contraditório do Estado no processo de apropriação de mais-valia. E fazem a reflexão sobre como esse processo influenciou e foi influenciado pelos governos de esquerda na América Latina nos primeiros anos do século XXI para a apropriação e distribuição de parte da renda terra e as consequências para o padrão de desenvolvimento, especialmente no tocante a agricultura e a estrutura fundiária destes países.

As abordagens adotadas pelos autores, enfatizam como a chegada desses governos ao poder reaviva as perspectivas de um amplo processo de redistribuição de terras e efetivação da reforma agrária, a frustração das expectativas e as fragilidades dos movimentos camponeses para influenciar tais governos no sentido de frear as políticas neoliberais e o avanço do agronegócio.

Em suma, o debate e as reflexões giram em torno de como manter um programa de enfrentamento ao modelo neoliberal, a política de alianças para sustentação do governo e manter-se no poder. Visto que se observa que a opção dos governos de esquerda em se apropriar de parte da renda da terra produzida pela exploração extrativista dos recursos naturais, na perspectiva de redistribuição para setores mais empobrecidos da sociedade, acaba por fortalecer o agronegócio e a política de exportação de commodities. Assume a lógica de mitigar a pobreza, através transferência de renda para populações mais vulneráveis, sem romper com integração produtiva ao agronegócio e ao mercado e as políticas neoliberais orientadas pelos organismos internacionais. Respondendo parcialmente as demandas populares, desde o Estado, sem participação efetiva dos movimentos sociais e sem promover mudanças estruturais, os governos de esquerda na América Latina desmobilizam os processos organizativos.

Diante de uma agricultura cada vez mais dominada pelo agronegócio, os movimentos camponeses que historicamente cumpriram o papel de resistência ao neoliberalismo, se mantiveram encurralados entre manter a coerência na contestação das políticas neoliberais ou apoiar tais governos mesmo, sob o risco perdê-los ou serem isolados politicamente.

A partir da leitura desta coletânea uma série de desafios são colocados no sentido de compreender o papel, as potencialidades e as fragilidades dos movimentos sociais no processo de resistência ao neoliberalismo e aprofundar a reflexão sobre os avanços e os recuos promovidos diante da opção política da esquerda em adotar as disputas eleitorais como estratégia de luta.

Sobre a autora

Fernanda Aparecida Matheus – Graduação em Agronomia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de São Paulo. Atualmente é doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. Militante do MST. **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-1643-3906?lang=pt>

Como citar esta resenha

MATHEUS, F. A. Resenha: La cuestión agraria y los gobiernos de izquierda en América Latina: Campesinos, agronegocio y neodesarrollismo. **Revista NERA**, v. 24, n. 57, p. 302-306, Dossiê I ELAMSS, 2021.

Recebido para publicação em 31 de janeiro de 2020.
Aceito para a publicação em 01 de março de 2021.

Los movimientos campesinos como productores de espacio y territorio. La cartografía social en la región semi-árida y húmeda del Chaco argentino

Pablo Nicolás Barbeta

Profesor de la Universidad de Buenos Aires
Investigador del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET)
e-mail: pbarbeta@sociales.uba.ar

Diego Ignacio Domínguez

Profesor de la Universidad de Buenos Aires
Investigador del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET)
e-mail: didominguez1@yahoo.com.ar

Resumen

El registro fotográfico que presentamos aquí es resultado del trabajo de cartografía social realizado entre la UNPEPROCH y el GEPCyD en distintos espacios agrarios y rurales de la provincia de Chaco, en situaciones de disputa o recampesinización, desde el año 2008 al 2019.

Palabras clave: Cartografía social; campesinado; Argentina.

Movimentos camponeses como produtores de espaço e território. Mapeamento social no semi-árido e úmido do Chaco argentino

Resumo

O registro fotográfico que apresentamos aqui é o resultado do trabalho de mapeamento social realizado entre o UNPEPROCH e o GEPCyD em diferentes espaços agrários e rurais da província do Chaco, em situações de disputa ou recampesinização, de 2008 a 2019.

Palavras-chave: Mapeamento social; campesinato; Argentina.

Peasant movements as producers of space and territory. Social cartography in the semi-arid and humid region of the Argentine Chaco

Abstract

The photographic record that we present here is the result of the social cartography work developed between the UNPEPROCH and the GEPCyD in different agrarian and rural areas of the province of Chaco, in situations of dispute or *recampesinización*, from 2008 to 2019.

Keywords: Social cartography; peasantry; Argentina.

Introducción

La Unión de Pequeños Productores Chaqueños (UNPEPROCH) nace a mediados de la década de 1980, ligada a la experiencia de intervención desarrollada por el Instituto de Cultura Popular (INCUPO), una ONG de origen católico. La UNPEPROCH se reconoce como heredera de las Ligas Agrarias del Chaco de la década de 1970, incluso tiene presencia en muchos de las zonas de intensa actividad liguista como Tres Isletas o Sáenz Peña.

En sus orígenes, la UNPEPROCH se planteaba como objetivo contribuir a la mejora o reconversión de la producción de las familias campesinas ante la crisis aldonera, y el desarrollo de mecanismos de comercialización conjunta que evitaran la participación de intermediarios. Sin embargo, a poco de andar, frente a las amenazas y la expulsión de las familias de sus tierras como consecuencia del avance de la frontera agropecuaria, la lucha por la tierra se convierte en un aspecto central de la organización. Estas estrategias eran respuestas a la gran transformación que acontecía en el agro con el ascenso del modelo de agronegocios. Era plena década de 1990, y los productores familiares y las comunidades campesinas estaban siendo desacopladas de los complejos agroindustriales y expulsadas de los territorios rurales.

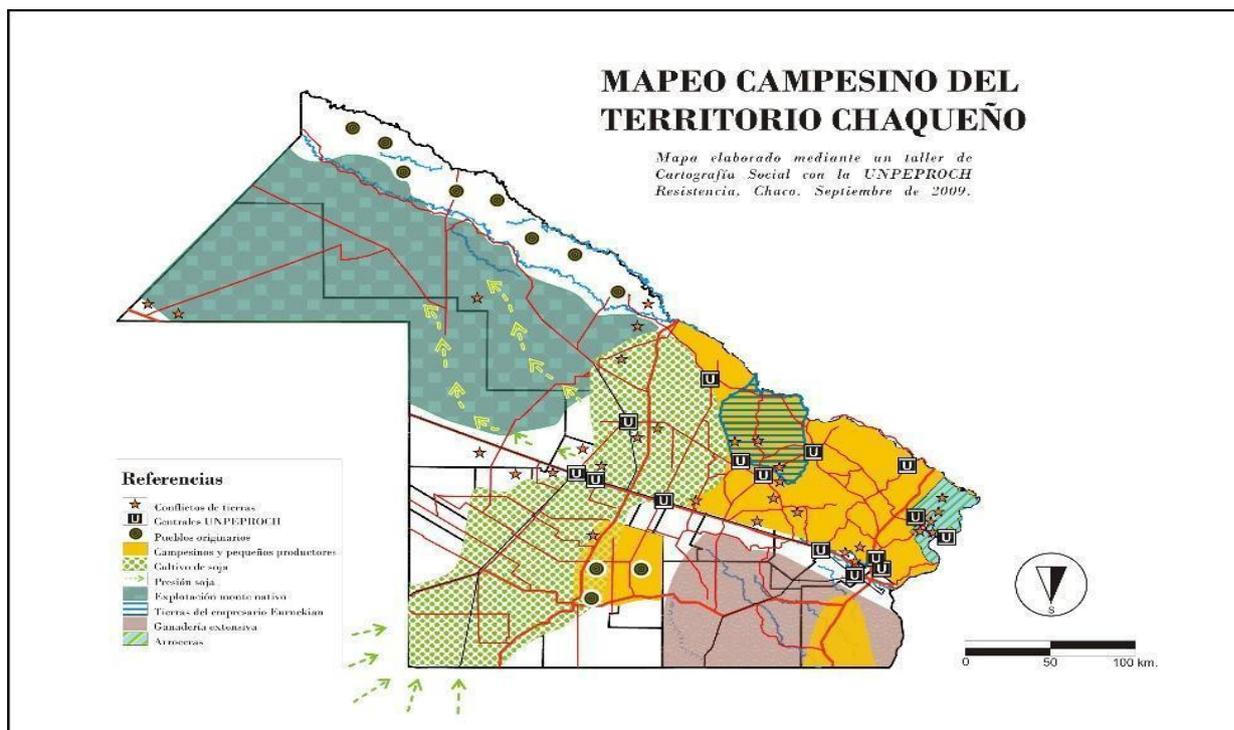
En este contexto, la acción política de la organización está enfocada en dos planos íntimamente relacionados. Por un lado, frente a la salida de la actividad aldonera se desplegaron prácticas productivas y actividades agrícolas que garantizaran condiciones materiales de sustentabilidad económica, social y ambiental para la continuidad de la vida en el campo. Uno de los principales objetivos es generar proyectos económicos orientados al fortalecimiento de la producción de alimentos para autoabastecimiento familiar y venta en ferias locales de las ciudades cabeceras departamentales, incorporando la actividad ganadera (bovina fundamentalmente) y la apícola a la tradicional sembrera (maíz, mandioca, zapallo, poroto, entre otros). El otro eje fundamental de la organización es la defensa de las tierras bajo posesión de las familias y el acceso a nuevas para la realización de proyectos comunitarios y cooperativos. Se han desplegado acciones de resistencia ante intentos de desalojo de familias campesinas, y también acciones de recuperación de tierras para tenencia familiar o comunitaria a partir de la creación de “Reservas campesinas”. Se trata territorios donde la organización asienta familias que acceden a la tierra bajo modalidades parciales o comunitarias. En este sentido, las “reservas campesinas” son una apuesta política de recampesinización de sus integrantes ya sea a nivel familiar o comunitario, a pesar de la ausencia de un dispositivo jurídico que reconozca la titulación comunitaria de la tierra (por lo menos en lo relativo a poblaciones no indígenas). Según la misma organización, mediante acciones directas y gestiones ante el Instituto de Colonización de la provincia, se han obtenido unas 20 mil hectáreas para asentar a productores familiares.

En este contexto, la Unión de Pequeños Productores Chaqueños (UNPEPROCH) trabaja en el fortalecimiento territorial de las comunidades campesinas que la integran. Desde 2008, la UNPEPROCH le propuso al Grupo de Ecología Política, Comunidades y Derechos (GEPCYD) con sede en el Instituto de Investigaciones Gino Germani (Fac. de Cs. Sociales-Universidad de Buenos Aires) una agenda de actividades en común referidas al fortalecimiento del proceso organizativo y de formación de los miembros de la organización. De esta manera, el dispositivo metodológico consensuado para dar cuenta de este objetivo fue la cartografía social.

A diferencia de la cartografía tradicional basada en técnicas y métodos cuantitativos, la cartografía social involucra directamente el saber de quienes habitan un espacio particular. Así, como metodología cualitativa de trabajo, vincula el espacio geográfico con el espacio socio-político y permite relevar aspectos territoriales para (re)construirlos de forma comunitaria. Se busca construir conocimiento desde la participación de la comunidad e incentivar la visualización de problemáticas, potencialidades, capacidades y conflictos en un marco territorial de mapeo colectivo. El objetivo es recuperar y sistematizar conocimientos que las comunidades poseen sobre el espacio que habitan en pos de los objetivos territoriales que las mismas se plantean. Así pues, el trabajo de cartografía social hace parte de una estrategia territorial de la organización que hace hincapié: en las condiciones de producción y reproducción de la vida, la identificación de lo que califican como riesgos o problemas, la localización de las áreas de conflicto con otros actores y las disputas con otros procesos de territorialización, la visualización y valoración de los bienes naturales comunes que en estos territorios existen y las formas de apropiación históricas y actuales de los mismos, entre otras cuestiones.

La Figura N°1 (*Cartografía política realizada por los referentes campesinos de la UNPEPROCH, 2009*) refleja el trabajo realizado con los referentes de las zonales que integran la UNPEPROCH cuyo resultado fue la conformación del mapa de la organización a nivel provincial. Esto permitió, por un lado, validar la herramienta de la cartografía social como dispositivo de intervención y de reflexión sobre la realidad campesina. Por el otro, dar cuenta de los procesos y modalidades de territorialización del agronegocio, la conflictualidad por los bienes naturales asociada a él, como también los procesos de resistencia campesina que se expresan en la presencia de la UNPEPROCH en casi todo el territorio provincial. En definitiva, contradicciones y desigualdades del capitalismo: territorialización, desterritorialización y re-territorialización tanto del capital como del campesinado (Fernandes, 2005).

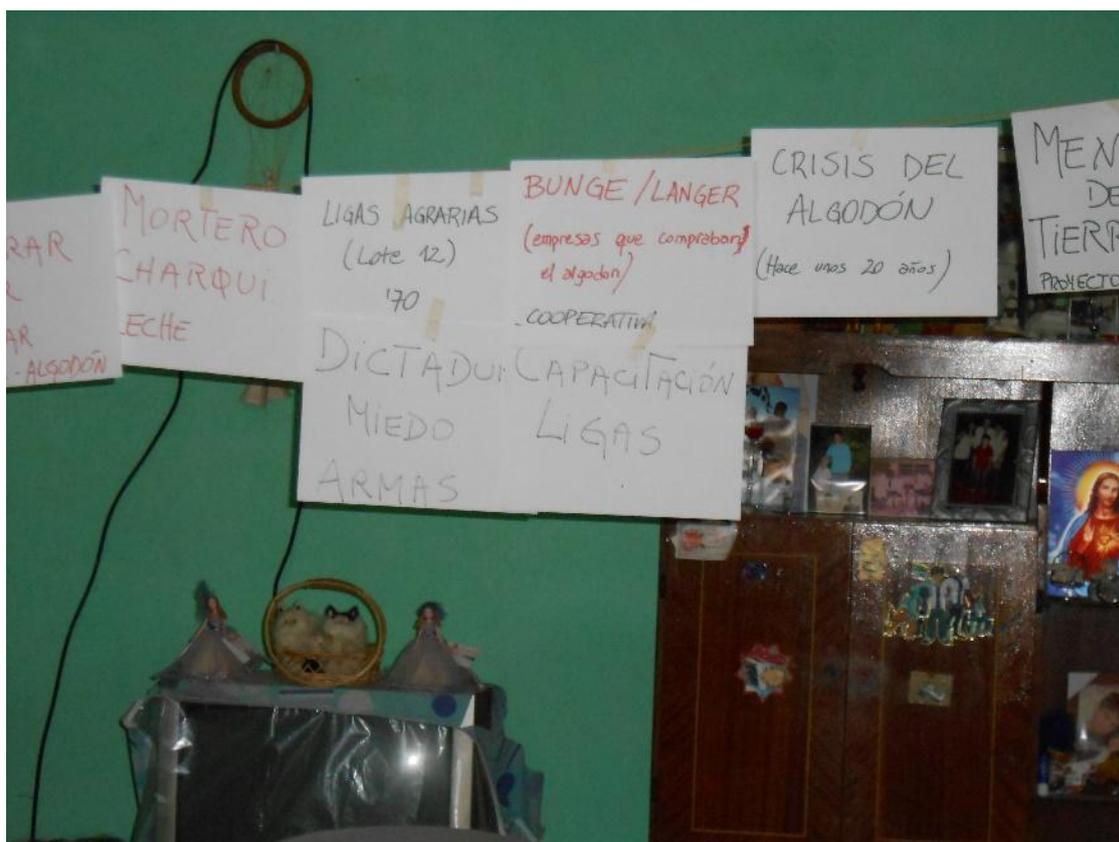
Figura 1: Cartografía política realizada por los referentes campesinos de la UNPEPROCH, 2009



Fuente: Archivo fotográfico del Grupo de Ecología Política, Comunidades y Derechos

La Foto N°1 (Línea histórica. Comunidad de Tres Isletas) muestra el primer paso de la cartografía social: la reconstrucción colectiva de la historia de la comunidad. Se trata de un espacio de socialización y de intercambio de saberes y experiencias respecto de la historia territorial de cada comunidad. Es una instancia donde se promueve el debate y el acuerdo colectivo respecto al contenido de los mapas: objetos, procesos, conflictos, cambios, continuidades, usos del territorio, lugares significativos que cada comunidad fue identificando. A partir de esto, la organización definió el territorio que se pretendía mapear, así como la escala en que se lo haría. Con esta metodología se buscó recuperar y socializar los conocimientos espaciales que poseen las comunidades en pos de los objetivos territoriales que las mismas se plantean. En definitiva, con ella se busca recuperar la identidad socioterritorial de la organización al mismo tiempo que se crean nuevas subjetividades políticas. Por ejemplo, permite la socialización política, principalmente de los jóvenes, generando encuentros intergeneracionales, nuevos valores colectivos y reflexiones en torno a los resultados materiales e inmateriales de la movilización.

Foto 1: Línea histórica. Comunidad de Tres Isletas, 2011



Fuente: Archivo fotográfico del Grupo de Ecología Política, Comunidades y Derechos

Las fotos N°2 y N°3 han sido realizadas en Reservas Campesinas y representan el proceso de elaboración del mapa cuando se toma como referencia comparativa mapas de catastro y/o imágenes satelitales. Para la organización, la cartografía social de reservas campesinas es una herramienta de consolidación de las ocupaciones de tierras. Éstas se instalan como un camino alternativo al de la migración a la ciudad y a la proletarización, recuperando la figura del productor directo e instalando la cuestión de la autonomía política y económica. Consideramos que la ocupación de tierras, por parte de familias campesinas, puede analizarse en dos registros: recampesinización como registro socioeconómico, y recreación del campesinado como registro de la política. En efecto, en ambos casos, se trata de una experiencia vital de des-subjetivación: dejar de ser jornalero, dejar de ser colono o productor algodonero. Pero a la vez, a este corrimiento se le conjuga otro, de modo que se asiste a un doble desplazamiento en las posiciones materiales y simbólicas de las poblaciones que habitan este territorio. El hecho de des-sujetarse de posiciones e identidades anteriores en todos los casos significó también recrear la propia existencia. Se asumieron a sí mismos como comunidad de productores directos, que detenta el control de un área geográfica específica. Proceso que podemos observar en la figura de la “Reserva de La Roca” (Foto N°2) o “Reserva Limitas” (Foto N°3).

Foto 2: Delimitando el territorio de la comunidad, Reserva La Roca, Paraje Las Rozas, 2010



Fuente: Archivo fotográfico del Grupo de Ecología Política, Comunidades y Derechos

Foto 3: Reconociendo el territorio campesino, Reserva Limitas, Paraje Las Limitas, 2011



Fuente: Archivo fotográfico del Grupo de Ecología Política, Comunidades y Derechos

A su vez, las reservas conllevan una determinada relación con el Estado configurando, para nosotros, un caso singular de interlegalidad en torno a la tenencia y uso de un territorio determinado. En efecto, en la medida que estas reservas se asientan sobre tierra fiscal, la organización ha tenido que negociar con el proyecto territorial del estado. De esta manera, el Estado conserva la propiedad de las tierras, pero al mismo tiempo reconoce el derecho de los pobladores a habitar y producir en ese espacio geográfico. A fin de desplegar una territorialidad campesina, la organización, si bien cede al Estado derechos en torno a la propiedad de la tierra, busca consolidar la presencia campesina y su reproducción material y simbólica como forma de ser fiel a la organización comunitaria del territorio. Frente a la precariedad, en términos jurídicos, de dichos asentamientos, la UNPEPROCH considera indispensable fortalecer el proceso organizativo en torno al territorio.

Por último, la Foto N°4 representa el momento de la “recorrida territorial”. En esta etapa de la cartografía social se georreferencian los fenómenos, objetos, lugares y acontecimientos que fueron localizados por los participantes de los talleres, utilizando tecnología del Sistema e Posicionamiento Global (GPS). Las recorridas territoriales son una instancia fundamental que permite volcar la experiencia geográfica pasada, presente y futura de los campesinos para el registro del mapa propio. Cada participante que realiza la recorrida va compartiendo en un relato que hilvana las piezas del rompecabezas que compone su territorio: las disputas, los hitos a recordar, el tiempo de los padres y los abuelos, los pesares, el trabajo, los animales, sus conocimientos, pero sobre todo el orgullo del que se reconoce en un lugar.

Foto 4: Recorrido territorial, Reserva La Roca, Paraje Las Rozas, 2010



Fuente: Archivo fotográfico del Grupo de Ecología Política, Comunidades y Derechos

En definitiva, la experiencia de cartografía social desarrollada en los últimos diez años ha demostrado ser una herramienta significativa para el fortalecimiento del proceso de territorialización campesino. A su vez, la cartografía social ha funcionado, al interior de la organización, como facilitador del debate de la programática campesina en la provincia.]

Sobre os autores

Pablo Barbeta – Doctor por la Universidad de Buenos Aires (mención en Antropología). Docente de la carrera de Sociología, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires. Investigador del Instituto de Investigaciones Gino Germani, co-coordinador del Grupo de Ecología Política, Comunidades y Derechos (GEPCyD). **OrcID** – 0000-0001-8032-3923

Diego Ignacio Domínguez – Doctor por la Universidad de Buenos Aires. Docente de la carrera de Sociología, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires. Investigador del Instituto de Investigaciones Gino Germani, co-coordinador del Grupo de Ecología Política, Comunidades y Derechos (GEPCyD). **OrcID** – 0000-0002-9434-4677

Como citar esta nota/memória fotográfica

BARBETTA, Pablo; DOMÍNGUEZ, Diego Ignacio. Notas/Memórias Fotográficas: Los movimientos campesinos como productores de espacio y territorio. La cartografía social en la región semi-árida y húmeda del Chaco argentino. **Revista NERA**, v. 24, n. 57, p. 307-314, Dossiê I ELAMSS, 2021.

Declaração de contribuição individual

Las contribuciones científicas presentes en este artículo fueron construidas en conjunto por los autores. Las tareas de concepción y diseño, preparación y redacción del manuscrito, así como bien como la revisión crítica fueron desarrolladas en grupo. Por esto, el orden de los autores es arbitrario y no debe tomarse para indicar alguna cantidad relativa de pensamiento o escritura en el papel real.

Recebido para publicação em 28 de janeiro de 2020.
Devolvido para a revisão em 09 de julho de 2020.
Aceito para a publicação em 07 de agosto de 2020.

Comunidades tradicionais, trabalho e turismo no contexto latino-americano e caribenho: elementos para compreendermos as relações dialéticas de resistências nos territórios de Manaus (Brasil), Vale Sagrado (Peru) e Vale dos Viñales (Cuba)

Roberson da Rocha Buscioli

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Rosana, São Paulo, Brasil.

e-mail: roberon.buscioli@unesp.br

Lara Dalperio Buscioli

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Presidente Prudente, São Paulo, Brasil.

e-mail: lara.dalperio@gmail.com

Resumo

A prática turística é apontada como uma possibilidade de desenvolvimento “sustentável”, todavia em diversas situações observamos que ocorrem conflitos/tensionamentos devido as diferentes lógicas que se colocam sobre os territórios advindas da circulação do Capital e das tradicionalidades estabelecidas pelos sujeitos territorializados neles, que por sua vez, em alguns casos, buscam resistir a partir da sua inserção em tais atividades permanecendo em seus territórios gerando assim contradições. Neste sentido, o trabalho busca apresentar via análise fotográfica as distintas realidades dos territórios de Manaus (Brasil), do Vale Sagrado (Peru) e do Vale dos Viñales (Cuba). Observamos que na busca pela permanência em seus territórios os indígenas de Manaus e Peru, os ribeiros de Manaus e os camponeses de Cuba, se inserem via Trabalho dentro da atividade turística que segue uma lógica global, assim como também vendendo elementos materiais e imateriais de suas culturas e territórios. Dialeticamente, tais ações impactam nas suas multiterritorialidades devido as diferentes práticas impostas pelas atividades turísticas. Devido ao movimento do e no território, estamos compreendendo tais sujeitos organizados via Trabalho dentro do conceito de movimento socioterritorial, ampliando tais análises.

Palavras-chave: Práticas turísticas; territórios; trabalho; resistências; impactos socioterritoriais

Traditional communities, work and tourism in the Latin American and Caribbean context: elements to understand the dialectical relations of resistance in the territories of Manaus (Brazil), Vale Sagrado (Peru) and Vale dos Viñales (Cuba)

Abstract

The tourist practice is pointed out as a possibility of “sustainable” development, however in several situations we observe that conflicts / tension occurs due to the different logics that are placed on the territories arising from the circulation of Capital and the traditionalities established by the subjects territorialized in them, which in turn, in some cases, seek to resist from their insertion in such activities, remaining in their territories thus generating contradictions. In this sense, the work seeks to present, through photographic analysis, the different realities of the territories of Manaus (Brazil), the Vale Sagrado (Peru) and the Vale dos Viñales (Cuba). We observe that in the search for permanence in their territories, the indigenous of Manaus and Peru, the rivers of Manaus and the peasants of Cuba, are inserted via Labor within the tourist activity that follows a global logic, as well as also selling material

and immaterial elements of their cultures and territories. Dialectically, such actions have an impact on their multi-territoriality due to the different practices imposed by tourist activities. Due to the movement of and in the territory, we are understanding such subjects organized via Work within the concept of socio-territorial movement, expanding such analyzes.

Keywords: Tourist practices; territories; job; resistances; socioterritorial impacts.

Comunidades tradicionais, trabalho y turismo en el contexto latinoamericano y caribeño: elementos para comprender las relaciones dialécticas de resistencia en los territorios de Manaus (Brasil), Vale Sagrado (Perú) y Vale dos Viñales (Cuba)

Resumen

La práctica turística se apunta como una posibilidad de desarrollo “sustentable”, sin embargo en varias situaciones observamos que los conflictos / tensiones ocurren por las distintas lógicas que se colocan sobre los territorios derivados de la circulación del Capital y las tradicionalidades establecidas por los sujetos territorializados en ellos, que a su vez, en algunos casos, buscan resistir desde su inserción en tales actividades, permaneciendo en sus territorios generando contradicciones. En este sentido, el trabajo busca presentar, a través del análisis fotográfico, las diferentes realidades de los territorios de Manaus (Brasil), el Valle Sagrado (Perú) y el Vale dos Viñales (Cuba). Observamos que en la búsqueda de la permanencia en sus territorios, los indígenas de Manaus y Perú, los ríos de Manaus y los campesinos de Cuba, se insertan vía Labor dentro de la actividad turística que sigue una lógica global, además de vender material y elementos inmateriales de sus culturas y territorios. Dialécticamente, tales acciones inciden en su multiterritorialidad debido a las diferentes prácticas que imponen las actividades turísticas. Debido al movimiento de y en el territorio, estamos entendiendo tales sujetos organizados a través del Trabajo dentro del concepto de movimiento socioterritorial, ampliando dichos análisis.

Palabras clave: Prácticas turísticas; territorios; trabajo; resistencias; impactos socioterritoriales.

Memórias fotográficas

Este trabalho busca compreender um conjunto de vivências proporcionadas por meio de visitação em grupo com fins turísticos, mas que pela formação acadêmica na ciência geográfica dos autores, não puderam escapar de um olhar analítico sobre os elementos encontrados nas territorialidades turísticas inseridas sobre os territórios tradicionais e seus diferentes sujeitos – indígenas, camponeses e ribeirinhos – respectivamente em três países da América Latina e Caribe: Brasil, Cuba e Peru.

As regiões analisadas - Manaus (Brasil), Vale Sagrado (Peru) e Vale dos Viñales (Cuba) – compõem um conjunto de espaços/territórios inseridos no circuito internacional do Turismo estabelecidos pela lógica globalizante de acumulação de capital impactando diretamente no modo de ser e viver das comunidades tradicionais, que ao mesmo em que se subordinam pelo Trabalho, é pelo Trabalho que garantem as condições de

permanências em seus territórios, que por sua vez se coloca como forma de resistência mesmo que precarizada.

Este contexto, se configura numa contradição que no seio da recriação da identidade e territorialidades de estes sujeitos, nos coloca a pensar sobre as diversas formas de resistências dos indígenas, camponeses e ribeirinhos, que neste caso estão inseridos indiretamente na luta global dos movimentos socioterritoriais frente ao avanço do capitalismo em seus territórios, evidenciando que a resistência é o existir e o permanecer destes sujeitos em seus territórios.

Assim, estamos compreendendo estes sujeitos como movimentos socioterritoriais caracterizados pela resistência via permanência nestes territórios, sem o qual não há existência, ampliando nossa concepção de movimentos socioterritoriais para além daqueles movimentos institucionalizados.

Nas páginas que se seguem, apresentaremos inicialmente a realidade vivenciada pelos indígenas e ribeirinhos em Manaus no Brasil (figuras 1 à 4), seguido dos povos indígenas em Vale Sagrado no Peru (figuras 5 e 6) e dos camponeses em Vale dos Viñales em Cuba (figuras 7 e 8).

O debate da questão agrária brasileira acerca da conjuntura das lutas dos movimentos socioterritoriais indígenas pela permanência nos territórios passa pela contradição do Trabalho para o capital em diferentes setores, como os casos das figuras 1 e 2. As figuras 1 e 2, representam as atividades do movimento socioterritorial indígena Ticuna inseridas no circuito turístico no território amazonense, que buscam por meio da representação artística de seus rituais e danças a permanência em seus territórios, mesmo com a vivência cotidiana de turistas e seus impactos.

No momento de nossa chegada na aldeia localizada a 20 minutos de barco de Manaus, foi negociado o valor e o tempo da apresentação a ser realizada, não havendo uma tabela de preço sendo uma negociação individual do grupo. Ficou acordado o valor de R\$ 50,00 reais por 30-40 minutos de apresentação, que ficariam para o grupo, contribuindo para as condições materiais de sua permanência em seu território tradicional. Assim, o pagé Ticuna e os três membros que iriam realizar a atividade trocaram suas vestes pelos ornamentos indígenas ritualísticos e iniciaram suas falas.

Figura 1: Pagé Ticuna, explicando a apresentação.



Fonte: BUSCIOLI, R. Manaus (Brasil), Maio de 2013

Figura2: Apresentação turística de dança dos Ticuna



Fonte: BUSCIOLI, R. Manaus (Brasil), Maio de 2013

Durante a explanação do pagé Ticuna Raimundo (figura 1) quanto a atividade a ser apresentada, foi abordado que se tratava apenas de uma encenação de parte dos rituais, ou seja, não havendo significado religioso. Visto que, ao se organizarem para a apresentação

COMUNIDADES TRADICIONAIS, TRABALHO E TURISMO NO CONTEXTO LATINO-AMERICANO E CARIBENHO: ELEMENTOS PARA COMPREENDEREMOS AS RELAÇÕES DIALÉTICAS DE RESISTÊNCIAS NOS TERRITÓRIOS DE MANAUS (BRASIL), VALE SAGRADO (PERU) E VALE DOS VIÑALES (CUBA)

(figura 2) era escolhido quem a faria naquele momento, ocorrendo um rodizio entre eles que acabara de se apresentar para um grupo canadense, evidenciando o caráter de trabalho.

No retorno das atividades com a comunidade indígena, o guia realizou uma parada na casa de uma família ribeirinha (figura 3) - mãe e duas crianças. Seu modo de habitação é inserido no circuito turístico como forma de visitação. Pois, trata-se de uma casa flutuante considerada como “exótica”, mas que expressa uma forma de resistência de viver tradicional ribeirinha que se adequa ao nível do Rio Negro. Além da habitação outro atrativo vendido pelo guia na visitação, eram os animais silvestres, jacaré, bicho preguiça e jiboia.

Na figura 4, observamos a criança ribeirinha que aguardava sua mãe na apresentação dos animais, auxiliando nas atividades e na recepção do grupo. Estas figuras representam a realidade do trabalho familiar ribeirinho junto ao turismo, que se coloca numa escala global com fundamento no local, envolvendo suas territorialidades como mercadoria, mas que ao mesmo permite subsidiar sua permanência.

Figura 3: A casa ribeirinha como visitação em Manaus



Fonte: BUSCIOLI, R. Rio Negro - Manaus (Brasil), Maio de 2013

Figura 4: Menina ribeirinha com sua jiboia

Fonte: BUSCIOLI, R. Rio Negro - Manaus (Brasil), Maio de 2013

O guia nos apresentou como turistas e que disse que gostaríamos de conhecer a habitação e os animais, não negociando um valor específico para tal atividade. Foi orientado pelo guia que fizéssemos uma doação espontânea, como forma de pagamento, o que correspondeu a aproximadamente R\$ 60, 00 reais, que seriam revertidos para provento da família que se organizou e executou tal atividade que se compõe como resistência mesmo subordinada.

Outro território que está estabelecido enquanto elemento turístico de circuito internacional é o Peru, devido ao seu conjunto de elementos naturais e culturais que se estabelecem como atrativos que geram conflitualidades. O Vale Sagrado compõe esta realidade, em que comunidades indígenas através de seu trabalho e de suas territorialidades estão inseridas neste circuito, em movimentos socioterritoriais de resistências enquanto existência do seu ser e da sua cultura (figuras 5 e 6).

Em nossa visita, encontramos as indígenas realizando seu trabalho tradicional com a lã da alpaca reconhecida mundialmente (figura 5), assim como a comercialização destes produtos nas feiras dentro de seus territórios (figura 6) compondo todo o roteiro turístico. Estas feiras (figura 6) representam uma forma de resistências destes indígenas organizados, partindo de um movimento no território com o intuito de viver e permanecer.

COMUNIDADES TRADICIONAIS, TRABALHO E TURISMO NO CONTEXTO LATINO-AMERICANO E CARIBENHO: ELEMENTOS PARA COMPREENDEREMOS AS RELAÇÕES DIALÉTICAS DE RESISTÊNCIAS NOS TERRITÓRIOS DE MANAUS (BRASIL), VALE SAGRADO (PERU) E VALE DOS VIÑALES (CUBA)

Nelas são vendidos produtos de menor valor oriundos de lã de segunda tosa. Já os produtos de primeira tosa são comercializados em áreas de maior aquisição financeira ou exportados.

São realizadas apresentações do trabalho com lã (figura 5) desde a produção dos fios, tingimento e uso do tear, não sendo feita nenhuma cobrança, apenas divulgando o modo tradicional de produzir. Outra questão é a organização da comercialização dos artesanatos, realizada de forma coletiva, como resultado da produção do grupo.

Figura 5: Mulheres indígenas peruanas na tecelagem das alpacas



Fonte: BUSCIOLI, R. Vale Sagrado (Peru), Abril de 2015

Figura 6: Vendas das Alpacas no Peru

Fonte: BUSCIOLI, R. Vale Sagrado (Peru), Abril de 2015

Em território cubano, na região Vale dos Viñales foi possível observar a relação do trabalho camponês no circuito internacional de turismo pelo tabaco, que é reconhecido mundialmente, pelo produto e pela sua produção, que se colocam enquanto atrativos turísticos inseridos em roteiros de visitação.

Em nossa visita fomos guiados a uma fazenda de produção de tabaco, sendo recebido e convidados a conhecer a moradia e a dinâmica de produção do tabaco. Esta dinâmica foi apresentada por um camponês que mostrou seu trabalho desde o cultivo, a coleta, a secagem e a produção do charuto que nos foi entregue ao final como observado na figura 7.

O modelo de produção subordinado ocorria da seguinte forma: cada família camponesa era responsável por produzir por meio de arrendamento em determinada área da

fazenda, sendo que o responsável pela fazenda ficava com uma porcentagem e era destinado a fazer o processo de controle da comercialização juntamente com o governo.

Indagamos como ocorria está lógica de trabalho na lavoura e com o turismo, nos foi dito que eles trabalhavam no atendimento de forma escalar compondo uma movimentação organizativa-territorial agregando valores a sua renda, pois fomos orientados pelo guia a deixar uma doação ao camponês pela apresentação de seu trabalho, uma vez que ele não comercializava esse produto, não tendo uma relação direta com seu consumidor.

O charuto era comercializado em diversas feiras, exemplificado na figura 8, também com outros produtos que faziam menção a Revolução Cubana e ao líder Che Guevara.

Figura 7: Apresentação do trabalho camponês em Cuba.



Fonte: BUSCIOLI, L. Vale Sagrado (Peru), Abril de 2015

Figura 8: Comercialização do tabaco nas feiras em Cuba

Fonte: BUSCIOLI, L. Vale Sagrado (Peru), Abril de 2015

Apontamentos finais

A partir dos apontamentos, foi permitido compreender como os indígenas, camponeses e ribeirinhos – resistem para permanecer em seus territórios frente ao avanço do turismo voltado à visitação. Inserindo-se num contexto local de luta/resistência internacional dos movimentos socioterritoriais frente a lógica capitalista que se coloca como elemento essencial de desenvolvimento e de modificação territorial, que por vezes desconsidera toda a tradicionalidade das ações/modos de vida dos sujeitos locais.

Neste trabalho, desta tradicionalidade é o que se coloca como forma de resistência para a permanência em seus territórios sob o viés do trabalho organizado, mesmo inseridos

subordinadamente ao circuito global do turismo. Ou seja, a resistência se estabelece num movimento dialético e contraditório de trabalho tradicional indígena/camponês/ribeirinho incorporado na lógica de circulação capitalista via atividade turística.

Esta reprodução ocorre por meio de diferentes possibilidades que também geram impactos, além das narrativas já expostas nas figuras (1 a 8), identificamos: a) As mudanças no cotidiano das famílias que se transformam a partir da realidade local turística; b) A invasão do cotidiano das comunidades, ao mesmo tempo em que ocorrem as práticas turísticas os sujeitos estão no mesmo espaço vivenciando o seu cotidiano, permeados por turistas, câmeras etc., como é o caso das comunidades indígenas no Peru, em que as mulheres continuavam tecendo e realizando suas atividades domésticas no momento da atração; c) Manuseio de animais silvestres por crianças no contexto da apresentação para os turistas, que embora foi apresentado como exótico desnuda uma face cruel da exploração do trabalho frente a prática turística e sem nenhuma segurança; d) A modificação na significação do ser indígena com suas práticas e entendimento do corpo, no caso com o desconforto de uma jovem mulher Ticuna com seus seios a mostra pela tradição indígena durante a apresentação para não-indígenas em Manaus, diante do simbolismo que o seio feminino possui em nossa sociedade machista; e) O distanciamento dos camponeses produtores com os consumidores nas feiras, mesmo que a venda dos produtos se caracteriza como um dos elementos para sua permanência na terra.

Como similaridade observamos a multiescalaridade e multiterritorialidade nestes territórios (turísticos e tradicionais) que se cruzam no mesmo espaço geográfico gerando contradições, impactos, resistências e possibilidades, como por exemplo, o turismo de base comunitária que engloba a totalidade do movimento histórico e dialético destas comunidades trazendo os sujeitos como protagonistas do processo.

Assim, evidencia-se a importância de se conhecer e compreender estes diferentes sujeitos e a forma de inserção do turismo nestes territórios, para pensarmos nas possibilidades de ações de forma mais organizada a partir da lógica de luta dos movimentos socioterritoriais frente a este processo.

Sobre os autores

Roberson da Rocha Buscioli - Professor Assistente da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP) em Rosana (SP). Economista pela Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS), Mestre e Doutorando em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0003-2628-9626>

Lara Dalperio Buscioli - Mestre e doutoranda em Geografia na Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP) em Presidente Prudente (SP) na área de Geografia Agrária com orientação do professor doutor Bernardo Mançano Fernandes. Bem como, bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Atua

desde 2010 no Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) e na Rede DATALUTA. **OrCID** – <https://orcid.org/0000-0002-9741-6883>

Como citar esta nota/memória fotográfica

BUSCIOLI, Roberson; DALPEIRO, Lara. Notas/Memórias Fotográficas: Comunidades tradicionais, trabalho e turismo no contexto latino-americano e caribenho: elementos para compreendermos as relações dialéticas de resistências nos territórios de Manaus (Brasil), Vale Sagrado (Peru) e Vale dos Viñales (Cuba). **Revista NERA**, v. 24, n. 57, p. 315-326, Dossiê I ELAMSS, 2021.

Declaração de contribuição individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos autores. As atividades de análise e escrita foram divididas de acordo com as temáticas das fotografias realizadas pelos autores. A ordem de autoria no artigo, foi concebida devido ao primeiro autor, **Roberson da Rocha Buscioli**, ter o maior conteúdo fotográfico, bem como vivência em relação à segunda autora, **Lara Dalperio Buscioli**. No que tange ao desenvolvimento teórico-conceitual e empírico, a base foi realizada pelos dois autores, devido às temáticas de trabalhos estarem em consonância com seus estudos.

Recebido para publicação em 01 de março de 2020.

Devolvido para a revisão em 09 de julho de 2020.

Aceito para a publicação em 07 agosto de 2020.

Terra, capital, trabalho: das mãos que tecem territórios de vida, luta e resistência aos impactos do desenvolvimento econômico

Jhonatas Ramos Macario de Araújo

Universidade Federal de Sergipe (UFS) – Aracaju, Sergipe, Brasil.
e-mail: j.macario.ramos@gmail.com

Resumo

O trabalho em foco busca evidenciar a partir de relatos de lideranças, o processo de luta socioterritoriais em comunidades tradicionais do litoral sergipano. Entende-se que o território é um processo dialético da totalidade no que tange às transformações das relações de produção social, ou seja, o território é pensado aqui, como produto dos conflitos estabelecidos pelas relações sociais contraditórias. Tendo este cenário posto, esta nota é dividida em três dimensões: Terra, Capital e Trabalho, onde busco analisar como o avanço do capital sob a retórica do desenvolvimento econômico, impacta a reprodução social de povos e comunidades tradicionais.

Palavras-chave: Comunidades tradicionais; comunidades ribeirinhas; luta pela terra; acumulação por espoliação.

Land, capital, labour: from the hands that weave places of residence, struggle and resilience to impacts on economic development

Abstract

The work in focus seeks to show, from leadership reports, the process of socio-territorial struggle in traditional communities on the coast of Sergipe. It is understood that the territory is a dialectical process of the totality concerning the transformations of the relations of social production, that is, the territory is thought here, as a product of the conflicts established by the contradictory social relations. Given this scenario, this work is divided into three dimensions: Land, Capital, and Labor, where I seek to analyze how the advance of capital under the rhetoric of economic development, impacts the social reproduction of traditional peoples and communities.

Keywords: Traditional communities; riverside communities; fight for the land; accumulation by plunder.

Tierra, capital, trabajo: de las manos que tejen territorios de la vida, lucha y resistencia a los impactos del desarrollo económico

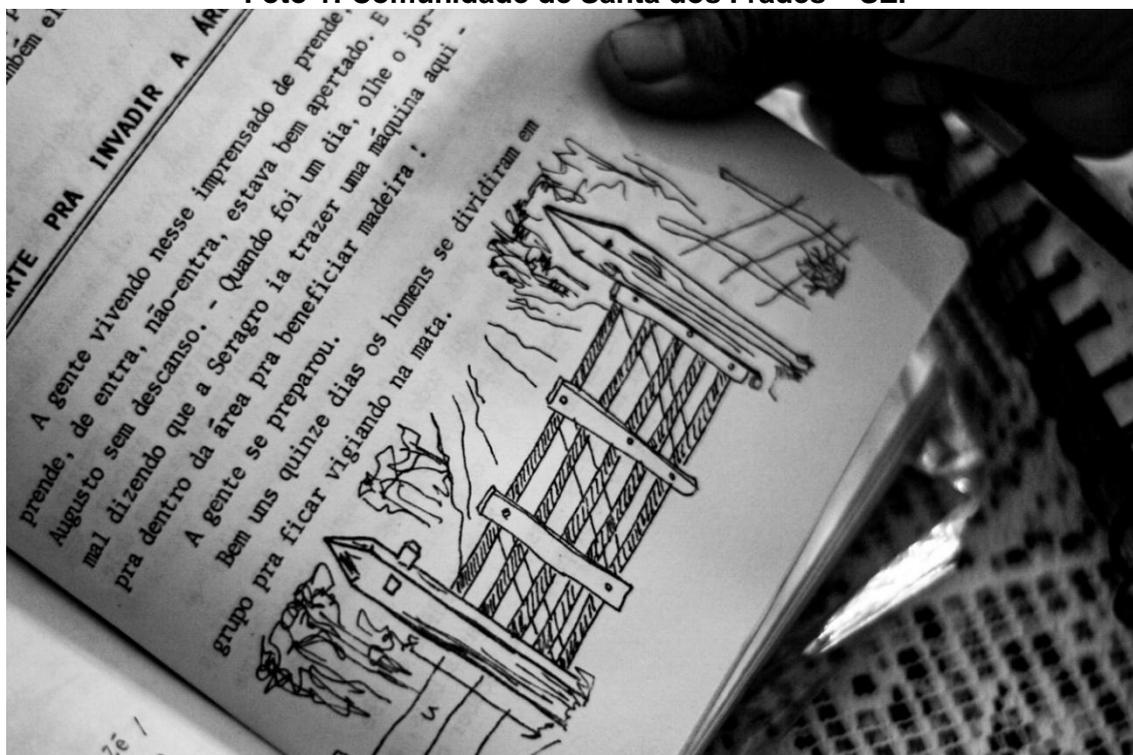
Resumen

El trabajo em foco busca evidenciar a partir de relatos de liderazgo, el proceso de lucha socio-territorial en comunidades tradicionales de la costa de Sergipe. Se entiende que el territorio es un proceso dialéctico de la totalidad respecto a las transformaciones de las relaciones de producción social, es decir, aquí se piensa en el territorio, como producto de los conflictos establecidos por las relaciones sociales contradictorias. Con este escenario en mente, esta nota se divide en tres dimensiones: Tierra, Capital y Trabajo, donde busco analizar cómo el avance del capital bajo la retórica del desarrollo económico, impacta la reproducción social de los pueblos y comunidades tradicionales.

Palabras Claves: Comunidades tradicionais; comunidades ribereñas; luta por la tierra; acumulación por saqueo.

Terra

Foto 1: Comunidade de Santa dos Frades – SE.



Registro em: 07/02/2020

Assim como defende Oliveira (1999) território é entendido como um processo dialético da totalidade no que tange às transformações das relações de produção social onde, “o território é produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência” (idem. p. 74). Nessa perspectiva, são as relações sociais de produção que dão a configuração histórica específica ao território, ou seja, o território é uma contínua luta da sociedade pela socialização igualmente contínua da natureza. Partindo deste entendimento, o território é pensado como produto dos conflitos estabelecidos pelas relações sociais contraditórias. Conflitos esses que se estabelecem a partir de interesses de uma classe dominante e chanceladas pelo Estado, o que Delgado (2005) vai atribuir como sendo “pacto de classes”.

A terra em Santana do Frades, Pacatuba – SE é um processo de luta histórica, tornou-se livro, e hoje tenta-se manter viva para as atuais e futuras gerações. O seu espaço social sofre uma grande transformação, que é marcada por uma disputa pela ocupação e transformação do espaço geográfico. Como conta um pescador e agricultor, por volta de 1974, um fazendeiro que por ali se apossou, vendeu as terras a *Serigy Agronegócios* (Seragro)

A primeira agressão da Serigy foi “tranquila”. A segunda foi forte 100 e tantos capanga. A primeira foi leve, eles foram embora. Eles retornaram pra entrar com máquina, com homens, pra derrubar tudo. [...] Dias depois, a delegação da Serigy chegou. Nós nos dividimos. Uns ficaram na entrada da comunidade e outros na mata. Alguns apanharam. Os homens vinham armados com facão e foice, outras armas ficaram dentro dos carros. Na mata, chegaram caminhões e máquinas pra derrubar as casas. Na discussão do ‘entra-não-entra’, no ‘insistimento’ do trator pra entrar, ‘os cabras’ apontaram as armas e o motorista deu a volta na máquina.

Um documento que faz com que a comunidade nunca se esqueça de que a união e o “insistimento” constroem o seu território, e essa construção se dá principalmente pela construção de conhecimento (FERNADES, 2005). A resistência em Santana dos Frades tem sobretudo influência do Movimento Sem Terra – MST e de movimentos socioterritoriais ligados à Igreja Católica que cumpriu e cumprem, um papel fundamental na conquista, criação e manutenção do território. Na foto (1), enquanto uma liderança conta a história dentro da igreja da comunidade, um jovem folheia as páginas do livro.

Capital

“A gente não tem acesso não aquelas áreas ali [...] ali no eólico, vão tirar aquelas mangabeiras tudinho, é muitas mangabeiras. Ali onde tem pé de cajueiro, pé de mangabeira, vai ser tudo destruído” (trechos de um relato acerca dos impactos dos grandes empreendimentos na Barra dos Coqueiros – SE, fala de uma mulher representante do Movimento das Catadoras de Mangaba de Sergipe - MCM). O capital ao se apropriar de determinadas sociedades ele não altera somente o simples mecanismo de troca ou distribuição, mas ele age principalmente como determinante e regulador da reprodução social (WOOD, 2001). É importante frisar o processo de monopólio do território pelo capital, onde o “o capital monopoliza o território sem, entretanto, territorializar-se, criando e se recriando, definindo e se redefinindo nas relações de trabalho e produção camponesa” (OLIVEIRA, 2000, p. 478-479).

Foto 2: Praia do Jatobá, nas imediações da Comunidade Quilombola Pontal da Barra – SE.



Registro em: 31/08/2019

O que o autor retrata vai de encontro a categoria de acumulação primitiva, que Marx (2015, p. 858) define como sendo “(...) a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho”. Mas deixa evidente que este processo não se restringe à fase inicial desse modo de produção, ao afirmar que “(...) tão logo a produção capitalista se apoie sobre seus próprios pés, não apenas conserva aquela separação, mas a reproduz em escala sempre crescente” (idem, ibidem). Portanto, o desenvolvimento capitalista implica na intensificação deste processo, que vai adquirindo novas formas e conteúdos nos diferentes contextos históricos e socioespaciais.

Na fotografia (2) um pescador remanescente de quilombo entre uma das torres do Parque Eólico Barra dos Coqueiros em Sergipe, ilustrando o impacto que os grandes empreendimentos nas suas magnitudes, que incidem sobre os territórios de povos e comunidades tradicionais sob o discurso do desenvolvimento econômico.

“Retirar o pescador da beira da praia é o mesmo que tirar o agricultor do sertão” (Fala de um pescador, liderança do Quilombo Pontal da Barra, Barra dos Coqueiros -SE). Na foto (3), lideranças de comunidades costeiras observam em terra (na REBIO de Santa Isabel, Pacatuba – SE) uma plataforma desativada da Petrobrás no mar. *“[...] nenhum peixe fica”* Fala de um pescador em relação aos trabalhos desenvolvidos pela indústria petrolífera no mar, que além do relato de impedimento de pesca nas imediações, descreve a fuga dos peixes da área por conta das movimentações intensas, dificultando assim o acesso das comunidades pesqueiras que subsistem de tal atividade econômica.

Foto 3: REBIO de Santa Isabel em Sergipe.



Registro em: 07/02/2020

Trabalho

“A gente vê que mangue ele não desmerece trabalho de ninguém, nem pergunta “e aí você estudou até que série?” para você catar o caranguejo, ou o peixe [...] a mangabeira da mesma forma. Esses ecossistemas... esses territórios que a gente se utiliza que de fato é que tá dando [...] que ainda mantém muita gente trabalhando, e é isso que a gente tem que tentar garantir” (trechos de um relato acerca dos impactos dos grandes empreendimentos na Barra dos Coqueiros – SE, fala de uma mulher representante do Movimento das Catadoras de Mangaba de Sergipe - MCM).

É perceptível o quanto a dimensão do trabalho é importante para a reprodução social dos povos e comunidades tradicionais. Ele permeia todas as esferas, sejam elas, cultural, política e econômica. Presente tanto no espaço social, quanto no espaço geográfico, as lutas que se constroem nos seios dessas relações se dá sobretudo pela (re)produção social dos modos de vida, uma vez que “os movimentos socioterritoriais têm o território não só como trunfo, mas este é essencial para sua existência” (FERNANDES, 2005, p. 11). Como já supracitado, o território ele é entendido aqui, como um processo dialético, sendo assim, os territórios se movimentam pela conflitualidade, onde a transformação do espaço em território se dá pela mesma, “definida pelo estado permanente de conflitos no enfrentamento entre forças políticas que procuram criar, conquistar e controlar seus territórios” (idem. p.7). No mais, “a luta pela terra acaba se transformando em uma luta contra o capital, contra a expropriação e a exploração que estão na sua essência” (MARTINS, 1995, p. 177). Esses

movimentos se tornam levas, sociedades contra o estado que resistem para continuarem existindo.

Foto 4: Pirambu – SE.



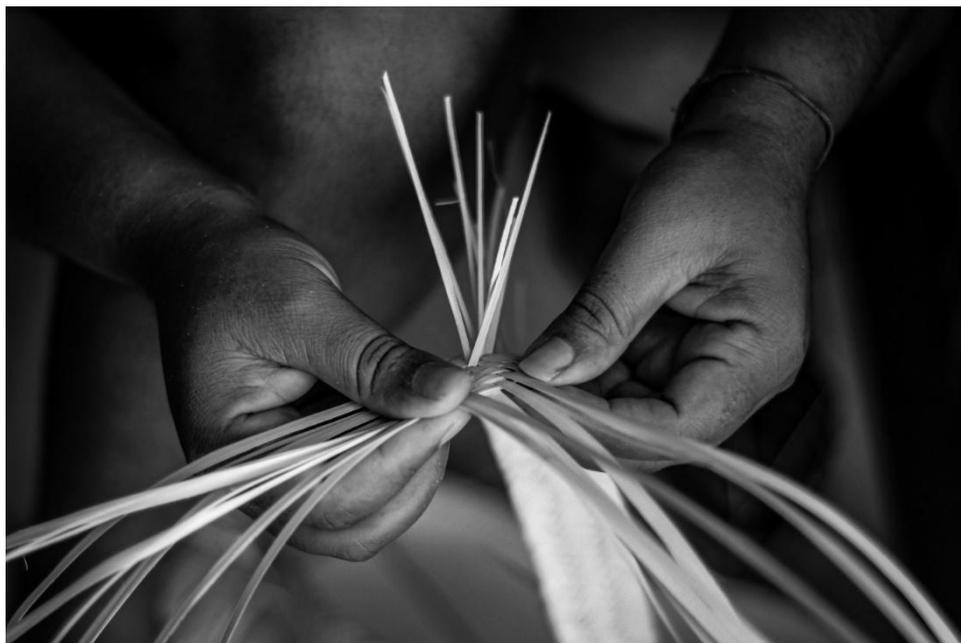
Registro em: 13/02/2020.

Na foto (4), marisqueiras desempenham o beneficiamento do pescado que chega no porto em Pirambu – SE, uma atividade desempenhada na sua maioria por mulheres, fruto desse trabalho em relato, gera o sustento de famílias inteiras que vem sentindo a queda dos pescados, apontando os prejuízos para indústria do petróleo e gás e o recente derramamento de óleo na costa do nordeste. *“O cheiro do mangue é meu cheiro, se o mangue morre, eu morro”* (trecho de um relato acerca dos cercamentos e degradação dos mangues, narrado por uma liderança do Movimento de Marisqueiras de Sergipe), para além de uma atividade econômica de subsistência, o trabalho para os povos e comunidades tradicionais representa um modo de vida, representa ancestralidade, cultura e sobretudo respeito e cuidado com seus territórios.

Na foto (5), a fabricação do chapéu de palha a partir da palha do Ouricuri na comunidade de Santana dos Frades, Pacatuba – Sergipe. Um trabalho manual realizado na sua maioria por mulheres, que realizam desde a retirada da palha, ao processo de confecção, ofício esse passado de mãe para filha.

Na foto (6), uma senhora assentada fazendo sua tarrafa na igreja da comunidade, enquanto um dos anciões relata as histórias de luta e o cotidiano da localidade, desde de sua formação até a conquista das terras.

Foto 5: Comunidade de Santa dos Frades – SE.



Registro em: 07/02/2020

Foto 6: Comunidade de Santa dos Frades – SE.



Registro em: 07/02/2020.

Referências

DELGADO, G. A questão agrária no Brasil: 1950- 2003. In: RAMOS FILHO, L. O.; ALY JÚNIOR, O. (Org.). **Questão agrária no Brasil: perspectiva histórica e configuração atual.** São Paulo: INCRA, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos Socioterritoriais e Movimentos Socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, ano 8, número 6 – janeiro/julho de 2005.

MARTINS, J. S. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. Editora Vozes, Petrópolis, 5ª Ed. 1995.

MARX, K. **O capital**, livro I, v. II. Rio de Janeiro, editora civilização brasileira, 2015.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Território e Migração**: discussão conceitual na Geografia. São Paulo: USP, 1999.

_____. **Agricultura brasileira transformações recentes**. Apud. ROSS,

Jurandyr L. Sanches (org.). Geografia do Brasil. 3. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

WOOD. E. M. **A origem do capitalismo**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed, 2001.

Sobre o autor

Jhonatas Ramos Macario de Araújo – graduando do curso de Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Sergipe. Bolsista de iniciação científica no subprojeto Observatório Social dos Royalties (OSR) parte integrante do Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC). Bolsista da Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão de Sergipe (FAPESE). Fotógrafo amador caminhando, pesquisando e registrando sob territórios de povos e comunidades tradicionais do litoral sergipano. **Orcid** – <https://orcid.org/0000-0001-7405-2995>

Como citar esta nota/memória fotográfica

MACARIO, J.R. Notas/Memórias Fotográficas: Terra, capital, trabalho: das mãos que tecem territórios de vida, luta e resistência aos impactos do desenvolvimento econômico. **Revista NERA**, v. 24, n. 57, p. 327-334, Dossiê I ELAMSS, 2021.

Recebido para publicação em 27 de fevereiro de 2020.

Devolvido para a revisão em 09 de julho de 2020.

Aceito para a publicação em 31 de agosto de 2020.

COMPÊNDIO AUTORES

ABBAS, Máriam. **(In)Segurança alimentar e território em Moçambique: discursos políticos e práticas.** Ano 20, n. 38, p. 106-131, 2017.

ACOSTA, Claudia Yolima Devia. **Orinoquia colombiana, la influencia del agronegocio y la actividad petrolera: territorialidades en disputa.** Ano 18, n. 28, p. 68-91, 2015.

ACUÑA, Isaías Tobasura. **De campesinos a empresarios. La retórica neoliberal de la política agraria en Colombia.** Ano 12, n. 15 p. 07-21, 2009.

ADOUE, Silvia Beatriz. **De incêndios e especialização produtiva. Sobre o agronegócio florestal exportador no Chile.** Ano 21, n. 44, p. 101-126, 2018.

AGUIAR JÚNIOR, Paulo César. **A modernização conservadora como uma vertente da territorialização do capital à norte do Rio Doce no Espírito Santo.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 37-60, 2016.

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. **Cultura, trabalho e lutas sociais entre trabalhadores agro-extrativistas do Rio Valparaíso na Amazônia acreana.** Ano 7, n. 5 p. 13-33, 2004.

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Reflexões sobre a participação dos assentados nas eleições municipais.** Ano 8, n. 6 p. 59-74, 2005.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **O conceito de região e a problemática dos assentamentos rurais.** Ano 1, n. 2 p. 74-93, 1998

ALMEIDA, Antônio Alves de. **A mística na luta pela terra.** Ano 8, n. 7 p. 22-34, 2005.

ALMEIDA, Elson Pereira; VIDAL, Maria Rita. **O uso de elementos de etnomapeamento no ensino de geografia em terras indígenas.** V. 23, n. 54, p. 259-283, 2020.

ALMEIDA, Juscinaldo Goes; SODRÉ, Ronaldo Barros; MATTOS JUNIOR, José Sampaio de. **O MATOPIBA nas Chapadas Maranhenses: Impactos da Expansão do Agronegócio na Microrregião de Chapadinha.** V. 22, n. 47, p. 248-271, Dossiê MATOPIBA, 2019.

ALMEIDA, Miriam Cléa; MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. **Território e memórias do trabalho: a produção agrícola nas margens do rio de Contas no Distrito de Suçarana – Tanhaçú – Bahia.** V. 24, n. 56, p. 51-71, jan.-abr., 2021.

ALMEIDA, Moisés Diniz de; AMORIM, Franciel Coelho Luz de; PEREIRA, Flávio. **A política de reforma agrária no Vale do São Francisco: semifeudalidade e capitalismo burocrático no campo.** Ano 19, n. 33, p. 181-205, 2016.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Análise preliminar da assistência técnica nos assentamentos de reforma agrária do Estado de Mato Grosso do Sul.** Ano 3, n. 3 p. 58-67, 2000.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; HÉRNANDEZ, David Gallar; COLADO, Ángel Calle. **A “nova” questão agrária em Andalúcia: processos de recampesinização em tempos de impérios agroalimentares.** Ano 17, n. 24, p. 09-35.

ALMEIDA, Suenia Cibeli Ramos. **O legado da concentração de terra no Brasil e seus efeitos sobre a soberania alimentar: o caso da produção de sementes crioulas do MPA.** V. 23, n. 55, p. 63-90, set.-dez., 2020.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 13, n. 16 p. 22-32, 2010.

ALVES, Flamarion Dutra. **Territorialização dos assentamentos rurais: da conquista da terra à construção de uma identidade.** V. 22, n. 48, p.98-113, Dossiê Território em Movimento, 2019.

ANDRADE, Jailton Santos; FERNANDES, Silvia Aparecida de Souza. **A importância da educação contextualizada para o desenvolvimento do semiárido.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 157-175, 2016.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 15, Edição Especial, p. 93-102, 2012.

ANDRADE, Patrícia Soares; VIANA, Masilene Rocha. **Entre o avanço do agronegócio e a política de assentamentos rurais: a intervenção pública na questão agrária e fundiária piauiense.** Ano 19, n. 30, p.80-97, 2016.

AQUINO, Maria Lúcia Santos; LIMA, Eduardo Rodrigues Viana de; SILVA, Zenobio Abel Gouvêa Perelli da Gama e. **Manejo madeireiro na floresta estadual do Antimary, estado do Acre, Brasil.** Ano 14. n. 19 p. 104-135, 2011.

ARACH, Omar. **Problemática y febril. Una mirada a la expansión del biodiesel en argentina.** Ano 18. n. 28.p.19-31.2015.

ARAGÓN, Luís Eduardo. **A dimensão internacional da Amazônia: um aporte para sua interpretação.** Ano 21, n. 42, p. 14-33.

ARAÚJO, Gracieda dos Santos. **Soberania alimentar e políticas públicas para a agricultura familiar na América Latina: o caso do Brasil e da Argentina.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 72-90, 2016.

ARAÚJO, Gracieda dos Santos; CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. **Uma análise da dimensão educativa das cooperativas de crédito rural solidário no território do Sisal - Bahia.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 176-202, 2016.

ARIZA, Julian Andres; GAZZANO, Maria Inés. **Lucha de jóvenes por tierra en Uruguay: de lo microsocioal a la constitución de sujetos.** Ano 21, n. 44, p. 127-152, 2018.

ARLINDO, Marco Aurélio da Silva; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Luta pela terra em Mirandópolis (SP): trajetória do Acampamento Nova Esperança.** Ano 20, n. 40, p. 163-180, 2017.

AVILA, Agustin; ROMERO, Leon Enrique Avila. **Las nuevas Zonas Económicas Especiales en México: despojo agrario y resistencia campesina.** Ano 20, n. 40, p. 138-162, 2017.

AVILA, Camilo Alejandro Bustos. **O componente social do Plano Colômbia e a territorialidade da comunidade camponesa-indígena Awá do departamento de Putumayo (Colômbia).** Ano 16. n. 22. p. 09-26, 2013.

AZÊREDO, Rauni Fernandes; CRISTOFOLLI, Pedro Ivan. **Estratégias de acumulação de capital do cooperativismo agrário paranaense: o caso da Coamo Agroindustrial Cooperativa**. Ano 21, n. 45, edição especial, p. 72-93, 2018.

BACCARIN, José Giacomo; OLIVERA, Jonatan Alexandre; MARDEGAN, Gláucia Elisa. **Monocultura e concentração da terra: efeitos da expansão da cana-de-açúcar na estrutura fundiária do Estado de São Paulo, Brasil**. V. 23, n. 55, p. 38-62, set.-dez., 2020.

BAGLI, Priscilla. **O camponês nas análises de Rousseau, Michelet e Marx: diferenças e semelhanças**. Ano 7, n. 5 p. 63-72, 2004.

BALDASSARINI, Jéssica de Sousa; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. **A importância da atividade cafeeira no município de Marília e as novas conjunturas socioeconômicas da atividade em âmbito regional**. Ano 19, n. 33, p. 119-138, 2016.

BARBAY, Claire. **Vers de nouvelles relations ville-campagne: les travailleurs ruraux et la création de nouveaux lieux**. Ano 9, n. 9 p. 1-27, 2006.

BARBETTA, Pablo Nicolás; DOMÍNGUEZ, Diego Ignacio. **Conflictos por la justicia ambiental en la provincia de Chaco: disputas en torno al daño y la sustentabilidad en poblaciones rurales**. Ano 20, n. 37, p. 234-252, 2017.

BARCELLOS, Sérgio Botton. **A interdependência entre estado e MST na constituição de um assentamento de reforma agrária**. Ano 15. n. 20 p. 83-98, 2012.

BARRI, Juan. **Renta Agraria em contextos de alta productividad: las contradicciones emergentes en el actual régimen de producción agropecuaria argentino**. Ano 16. n. 22. p. 27-42, 2013.

BASU, Pratyusha. **Scale, place and social movements: strategies of resistance along India's Narmada river**. Ano 13, n. 16 p. 96-113, 2010.

BATISTA, Ândrea Francine. **A formação e a organização política na territorialização contra-hegemônica: a experiência da Via Campesina sudamérica**. Ano 17. n. 24. p. 51-70, 2014.

BATISTA, Edimar Eder. **Complexidade das relações entre campo e cidade: perspectivas teóricas**. Ano. 18. n. 29.p.101-132. 2015.

BELLACOSA, Julia Marques. **Os desafios da produção camponesa frente à expansão dos agrocombustíveis, o assentamento Monte Alegre: Araraquara-SP**. Ano 16. n. 22. p. 55-81, 2013.

BELO, Diego Carvalhar; PEDLOWSKI, Marcos Antônio. **Acampamentos do MST e sua importância na formação da identidade do sem terra**. Ano 17. n. 24. p. 71-85, 2014.

BEM, Anderson; FABRINI, João Edmilson. **A comercialização informal de leite como componente de resistência camponesa em Marechal Cândido Rondon - PR**. Ano 8, n. 6 p. 14 -23, 2005.

BENINI Edi Augusto; BENINI, Elcio Gustavo. **Reforma agrária no contexto da economia solidária**. Ano 11, n. 13 p. 6-15, 2008.

BERNARDES, Júlia Adão. **Dimensões da ação e novas territorialidades no cerrado brasileiro: pistas para uma análise teórica**. Ano 10, n. 10 p. 1-10, 2007.

BERNINI, Carina Inserra. **Políticas ambientais como caminho para o acesso à terra: uma estratégia eficaz para a territorialidade de comunidades tradicionais?** V. 23, n. 55, p. 269-293, set.-dez., 2020.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **Agronegócio e ideologia: contribuições teóricas.** Ano 12, n. 14 p. 112-124, 2009.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas; GONZAGA, Cíntia Lima. **O discurso regional do Matopiba no poder legislativo federal: práticas e políticas.** V. 22, n. 47, p. 46-63, dossiê MATOPIBA, 2019.

BEZERRA, Lívia Morena Brante. **Cooperação internacional e a disputa do desenvolvimento no Haiti.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 107-118, 2016.

BINSZTOK, Jacob; CARNEIRO, Mônica. **Integração nacional, desenvolvimento capitalista e projetos modernizantes na Amazônia: retrospectiva e perspectiva de despojos da mineração Rio do Norte – PA.** Ano 18. n.28. p.92-105. 2015.

BÔAS, Rafael Litvin Villas. **Terrorismo à brasileira: a retórica da vez da classe dominante contra o MST.** Ano 11, n. 13 p. 156-165, 2008.

BOECHAT, Cássio Arruda; PITTA, Fábio Teixeira; TOLEDO, Carlos de Almeida. **“Pioneiros” do MATOPIBA: a corrida por terras e a corrida por teses sobre a fronteira agrícola.** V. 22, n. 47, p. 87-122, Dossiê MATOPIBA, 2019.

BOGO, Maria Nalva de Araújo. **Terra e educação em disputa: um estudo das ações educacionais da Fibria/Veracel papel e celulose no extremo sul da Bahia.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 32-49, 2018.

BOSETTI, Cleber José. **Martelos nas cercas: ainda temos uma questão agrária?** Ano 20, n. 40, p. 11-38, 2017.

BRAGA, Luís Carlos; SAQUET, Marcos Aurelio. **Elementos camponeses na agropecuária do município de Marmeleiro (PR).** Ano 20, n. 37, p. 77-104, 2017.

BRINGEL, Breno Marqués. **El lugar también importa. Las diferentes relaciones entre Lula y el MST.** Ano 9, n. 9 p. 28-48, 2006.

BRITO, Flávia Lorena; PERIPOLLI, Odimar João. **Origem e desenvolvimento do capitalismo no campo: uma discussão para além dos números.** Ano 20, n. 40, p.39-60, 2017.

BRITO, Rosane; CASTRO, E. **Desenvolvimento e conflitos na Amazônia: um olhar sobre a colonialidade do processo em curso na BR-163.** Ano 21, n. 42, p. 51-73.

BRUMER, Anita. ANJOS, Gabriele dos. **Gênero e reprodução social na agricultura familiar.** Ano 11, n. 12 p. 6-17, 2008.

BRUMER, Anita. SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do século XX).** Ano 9, n. 9 p. 49-73, 2006.

BRUNA, Natacha. **Economia política da governação: política econômica de controle, manutenção e reprodução de poder.** Ano 20, n. 38, p. 13-40, 2017.

BRUSCHI, Rita. **Manifestaciones de la cuestión agraria en Uruguay.** Ano 17. n. 25. p. 10-

24, 2014.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Estrangeirização de terras: disputas paradigmáticas e territoriais no PA São Judas (MS)**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 133-158, 2017.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Resistências do MST frente ao avanço do processo de estrangeirização de terras por meio da LDC em Rio Brilhante (MS)**. Ano 20, n.39, p. 107-132, 2017.

CABRAL, Lidia. **Priests, technicians and traders? the discursive politics of Brazil's agricultural cooperation in Mozambique**. Ano 20, n. 38, p. 179-219, 2017.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Conhecendo os camponeses-estudantes e o seus territórios no município de Paulicéia-SP: trabalho familiar, lazer e escola**. Ano 14, n. 18 p. 47-78, 2011.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **A relação dos movimentos socioterritoriais camponeses com a Universidade por meio do PRONERA: diálogos e tensionamentos**. Ano 20, n.39, p. 186-210, 2017.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **O território como categoria da Educação do Campo: no campo da construção/destruição e disputas/conflitos de territórios/territorialidades**. V. 22, n. 48, p. 38-57, 2019.

CAMARGO, Jéssica Silva Moreira; NAVAS, Rafael. **Programas institucionais de compra da agricultura familiar no município de Ribeirão Grande/SP: uma análise a partir da produção e consumo**. Ano 20, n. 35, p.230-245, 2017.

CAMARGO, Regina Aparecida Leite de; BACCARIN, José Giacomo; SILVA, Denise Boito Pereira da. **Mercados institucionais para a agricultura familiar e soberania alimentar**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 34-55, 2016.

CAMPOS, Margarida Cassia; GALLINARI, Tainara Sussai. **A Educação escolar quilombola e as escolas quilombolas no Brasil**. Ano 20, n. 35, p.199-217, 2017.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; GRISA, Felipe Fontoura; SCHIMITZ, Luiz Antonio. **Considerações sobre a experiência de construção de cisternas em Unidades de Produção e Vida Familiares (UPVFs) do município de Francisco Beltrão – Paraná**. Ano. 18. n. 29.p. 174-193, 2015.

CANUTO, Antônio. **Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade**. Ano 7, n. 5 p. 1-12, 2004.

CAPOANE, Viviane; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos. **Análise qualitativa do uso e ocupação da terra no assentamento Alvorada, Júlio de Castilhos – Rio Grande do Sul**. Ano 15. n. 20 p. 193-205, 2012.

CARDONA, David Vásquez. **Disputas territoriales con el capital, las subordinaciones, paradigmas y modelos de desarrollo**. Ano 16. n. 23. p. 09-26, 2013.

CARDONA, David Vásquez; SOBREIRO FILHO, J. S. **Os movimentos socioterritoriais: entre as classes e os movimentos populares**. Ano 19, n.30, p.148-168, 2016.

CARDOSO, Antonio Ismael; JOVCHELEVICH, Pedro; MOREIRA, Vladimir. **Produção de sementes e melhoramento de hortaliças para a agricultura familiar em manejo orgânico**. Ano 14. n. 19 p. 162-169, 2011.

CARDOSO, Messias Alessandro. **Conflitualidade e disputa paradigmática do conceito de mobilidade territorial do trabalho**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 36-57, 2017.

CARRASCO, Salvador Ferradás. **Desarrollo Local, Promoción y Publicidad: Criterios de Calidad Medioambiental y Territorial para la mejora de Ciudades Turísticas**. Ano 12, n. 15 p. 22-33, 2009.

CARVALHO, Ana Maria de; SIQUEIRA, José do Carmo Alves. **Violências reais e simbólicas nos conflitos agrários brasileiros e a atuação estatal**. V. 23, n. 55, p. 111-137 set.-dez., 2020.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Política compensatória de assentamentos rurais como negação da reforma agrária**. Ano 7, n. 5 p. 113-122, 2004.

CASTELO, Carlos Estevão Ferreira. **Escritas de ouvido: o manejo “sustentado” de madeira em Xapuri/AC**. Ano 19, n. 33, p. 12-29, 2016.

CASTRO, Cloves Alexandre. **Movimento social e geografia: contribuição ao debate**. Ano 16, n. 23, p. 81-108, 2013.

CASTRO, Cloves Alexandre. **Geografias das lutas por direitos no distrito do Grajaú-SP: o caso do movimento social “Nós da Sul”**. V. 22, n. 49, p. 15-30, 2019.

CASTRO, Raifran Abidimar de. **Resistências camponesas maranhenses às estratégias de dominação e territorialização empresariais**. V. 22, n. 47, p. 272-295, dossiê MATOPIBA, 2019.

CATACORA-VARGAS, Georgina; ZONTA, Aymara Llaque; JACOBI, Johanna; BURGOA, Freddy Delgado. **Soberanía alimentaria: reflexiones a partir de diferentes sistemas alimentarios de Santa Cruz, Bolívia**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 170-194, 2016.

CATTELAN, Renata; MORAES, Marcelo Lopes. **MST e ideologia: a teoria e a prática no assentamento Celso Furtado em Quedas do Iguaçu/PR**. Ano 21, n. 41, p. 12-38, 2018.

CATTELAN, Renata; MORAES, Marcelo Lopes de; ROSSONI, Roger Alexandre. **A reforma agrária nos ciclos políticos do Brasil (1995-2019)**. V. 23, n. 55, p. 138-164, set.- dez., 2020.

CATSOSSA, Lucas Anastácio. **O campo moçambicano no século XXI: dilemas e perspectivas do campesinato frente às grandes corporações do agronegócio**. Ano 20, n. 38, p. 151-178, 2017.

CATSOSSA, Lucas Atanásio. **ProSAVANA em Moçambique e MATOPIBA no Brasil: a base para a compreensão da geopolítica da questão**. V. 22, n. 47, p. 382-412, dossiê MATOPIBA, 2019.

CAVALCANTE, Matuzalem. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Formação territorial, agronegócio e atuais mudanças na estrutura fundiária de Mato Grosso**. Ano 9, n. 8 p. 109-121, 2006.

CAVALCANTE, Matuzalem; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Territorialização do agronegócio e concentração fundiária**. Ano 11, n. 13 p. 16-25, 2008.

CAVALCANTI, Natália Thaynã Farias; MARJOTTA-MAISTRO, Marta Cristina. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): uma avaliação por regiões brasileiras no período de 2011-2014**. Ano 20, n. 40, p. 225-245, 2017.

CERONI, Mauricio. **Profundización del capitalismo agrário en el Uruguay: dinámicas en el espacio agrario durante el comienzo del siglo XXI.** Ano 20, n. 35, p.12-40, 2017.

CERQUEIRA, Maria Clara Salim. **As contradições do patrimônio cultural e natural na luta pelo território dos apanhadores de flores sempre-vivas.** V. 24, n. 56, p. 72-92, jan.-abr., 2021.

CHELOTTI, Marcelo Cervo; CARVALHO, Isabele de Oliveira. **A Formação do Licenciando Participante do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência/PIBID Interdisciplinar Educação do Campo.** V. 22, n. 48, p. 114-136, Dossiê Território em Movimento, 2019.

CHENG, TJ. **Overtime in China: law, practice and social exclusion.** Ano 11, n. 13 p. 26-46, 2008.

CLAUDINO, Guilherme dos Santos. **Pensamentos e tensões nos estudos do rural na pós-graduação em Geografia no Brasil.** Ano 20, n.36, edição especial, p. 13-35, 2017.

CLAUDINO, Guilherme dos Santos; SPOSITO, Eliseu Savério. **Terra e Geografia.** V. 22, n. 50, p. 21-39, 2019.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Agrarian reform, food sovereignty and the MST: socio-environmental impacts of agrofuels production in the Pontal do Paranapanema region of São Paulo state, Brazil.** Ano 15. n. 21 p. 08-32, 2012.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Addressing rural poverty and food insecurity through local food purchasing and school lunch programs: PAA Africa, PRONAE and the creation of institutional markets in Mozambique.** Ano 18. n. 26. p. 29-52, 2015.

COBOS, Jeidei Yasmin Galeano. **Resenha: Regimes alimentares e questões agrárias.** Ano 21, n. 44, p. 177-184, 2018.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como uma política pública emancipatória no território Cantuquiriguaçu-PR.** Ano 18. n. 26. p. 167-184, 2015.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **20 anos da proposta de soberania alimentar: construindo um regime alimentar cooperativo.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 14-33, 2016.

COELHO, Douglas Cristian; FABRINI, João Edmilson. **Produção de subsistência e autoconsumo no contexto de expansão do agronegócio.** Ano 17. n. 25. p. 71-87, 2014.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos. **Os quilombolas e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Vale do Ribeira Paraná: diversidades culturais, enquadramentos burocráticos e ações dos mediadores técnicos e sociopolíticos.** Ano 18. n. 26. p. 125-148, 2015.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos de. **Agroecologia por contrato, é possível?** Ano 20, n. 37, p. 105-128, 2017.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes. **O Movimento dos Atingidos por Barragem na Amazônia: um movimento popular nascente de “vidas inundadas”.** Ano 12, n. 15 p. 34-65, 2009.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes; HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. **Amazônia: a urgência e necessidade da construção de políticas e práticas educacionais inter/multiculturais.** Ano 14, n. 18 p. 79-105, 2011.

COSCIONE, Marco; PINZÓN, Viviana García. **Paro nacional agrario en Colombia: TLCS y perspectivas del movimiento social y popular.** Ano 17. n. 24. p. 167-19, 2014.

COSTA, Heliadora Georgete Pereira da; LOMBA, Roni Mayer. **A licenciatura em educação do campo no estado do Amapá: desafios e perspectivas atuais.** Ano 21, n. 41, p. 218-235, 2018.

COUTINHO, Elenice Aparecida; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho. **A mobilidade cotidiana campo-cidade nas sociedades rurais em Cajuri e Coimbra/MG.** V. 22, n. 49, p. 59-82, 2019.

CHRISTANCHO GARRIDO, Hellen Charlot. **Abordagem territorial da segurança alimentar: articulação do campo e da cidade no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): considerações sobre o caso colombiano.** Ano 18. n. 26. p. 53-71, 2015.

CRUZ, Abigail Bruna da; AZEVEDO, Sandra de Castro de. **Geografia escolar e escola no campo: investigações sobre a educação geográfica numa escola rural com currículo urbano.** V. 22, n. 46, p. 133-155, jan.-abr. 2019.

CUBAS, Tiago Egídio Avanço. **Aspectos da formação da opinião pública paulista: um estudo baseado no Dataluta jornal de 1988 a 2010.** Ano 16. n. 23. p. 60-80, 2013.

CUNHA, Maria das Graças Campolina; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A modernidade do campo e as transformações das relações hierárquicas.** Ano 20, n. 35, p.65-82, 2017.

CUNHA, Paulo Roberto; MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de. **A terra prometida ainda é promessa... desapropriação da fazenda Nova Alegria pelo descumprimento do Código Florestal: conflito, impunidade e imbróglío jurídico.** Ano 15. n. 20 p. 99-130, 2012.

CUTINELLA, César. **La cuestión agraria uruguaya en los manuales escolares de geografía: una aproximación a su evolución histórica.** Ano 17. n. 24. p. 36-50, 2014.

DA ROS, César Augusto. **A política fundiária do governo da Frente Popular no Rio Grande do Sul (1999-2002): diretrizes, luta política e resultados atingidos.** Ano 11, n. 13 p. 47-82, 2008.

DA ROS, César Augusto; PICCIN, Marcos Botton. **Os serviços de assessoria técnica e social aos assentamentos de reforma agrária: uma análise qualitativa das ações do projeto Lumiar no estado do Rio de Janeiro.** Ano 15. n. 20 p. 131-155, 2012.

DAL POZZO, Clayton Ferreira. **Pelo espaço ou pelo território? Possibilidades de articulação para se compreender a territorialidade e a fragmentação socioespacial.** Ano 15. n. 21 p. 50-68, 2012.

DAMBRÓS, Cristiane. **Contexto histórico e institucional na demarcação de terras indígenas no Brasil.** V. 22, n. 48, p. 174-189, Dossiê Território em Movimento, 2019.

DEBUS, Dietersen; SILVA, Nardel Luiz Soares da; LIBERMANN, Angelita Pinto; MEZNER, Cristiano Luiz; RIBEIRO FILHO, Geraldo Valentin. **Avaliação do perfil dos agricultores que fornecem produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA no município de Toledo – PR.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 56-71, 2016.

DETTMER, Carlos Alberto; SILVA, Nardel Luiz Soares da. **Agricultura familiar – estudo de caso no assentamento Teijin, município de Nova Andradina, MS.** Ano. 18. n. 29.p.133-150. 2015

DESMARAIS, Annette Aurélie. **La Vía Campesina: Globalização e o poder dos camponeses.** Ano 10, n. 10 p. 165-173, 2007.

DESMARAIS, Annette Aurélie; QUALMAN, Darrin; MAGNAN, André; WIEBE, Nettie. **¿Propiedad agrícola para los inversionistas o las inversiones sociales? La transformación de la propiedad de la tierra en Saskatchewan, Canadá.** Ano 20, n. 40, p. 181-205, 2017.

Direção Nacional do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. **As mentiras do governo FHC sobre reforma agrária.** Ano 1, n. 1 p. 72-75, 1998.

DOMINGUEZ, Diego Ignacio. **Cartografía de la agroecología y las disputas territoriales en Argentina.** V. 22, n. 49, p. 297-313, 2019.

DROULERS, Martine. **Brésil: l'enjeu des biocarburants.** Ano 11, n. 12 p. 18-30, 2008.

DRUMOND, Nathalie. **A guerra da água na Bolívia: a luta do movimento popular contra a privatização de um recurso natural.** Ano 18. n.28. p. 186-205, 2015.

DRUZIAN, Franciele et al. **O estudo do lugar na escola do campo.** Ano 19, n. 30, p. 205-228, 2016.

ECHENIQUE, Sergio Gómez. **Reflexiones sobre la dinámica reciente del mercado de la tierra en América Latina y el Caribe.** Ano 15. n. 20 p. 08-57, 2012.

EDUARDO, Márcio Freitas. **O conceito de território e o agroartesanato.** Ano 11, n. 13 p. 83-101, 2008.

EDUARDO, Márcio Freitas. **Agroecologia e o processo de ativação de territorialidades camponesas.** Ano 19, n. 31, p. 143-165, 2016.

ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão.** Ano 9, n. 8 p. 29 – 51, 2006.

ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão.** Ano 15, Edição Especial, p. 103-126, 2012.

ESTEVES, Benedita Maria Gomes. **A hierarquização dos espaços agrários na Amazônia Sul-Occidental: os assentados em áreas de preservação e os não assentados.** Ano 8, n. 7 p. 48-67, 2005.

ESTÉVEZ, Pablo Díaz. **Acceso a la tierra, acción colectiva y reforma agraria en el Uruguay.** Ano 19, n. 33, p. 234-254, 2016.

ESTRADA, María de. **Geografía de la frontera: mecanismos de territorialización del agronegocio en frontera agropecuaria de Santiago del Estero, Argentina.** Ano 13, n. 17 p. 81-93, 2010.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 10, n. 11 p. 8-32, 2007.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 55-78, 2012.

FABRINI, João Edmilson; LUZ, Juan Artigas Souza; LACERDA, Celso Lisboa de. **A importância das culturas de milho e feijão para o desenvolvimento econômico de assentamentos de reforma agrária atendidos pelo projeto Lumiar – Paraná.** Ano 3, n. 3 p. 68-94, 2000.

FABRINI, João Edmilson; ROOS, Djoni; MARQUES, Erwin Becker; GONÇALVES, Leandro Daneluz. **Lutas e resistências no campo paranaense e o projeto Dataluta-PR.** Ano 15. n. 21 p. 33-49, 2012.

FACCO, Vinícius Antonio Banzano. **Alternativas aos impérios agroalimentares a partir do campesinato agroecológico: as experiências do acampamento agroflorestal José Lutzenberger (MST-Antonina/PR).** Ano. 18. n. 29.p.70- 100. 2015.

FALERO, Alfredo. **La potencialidad heurística del concepto de economía de enclave para repensar el territorio.** Ano 18. n.28. p.223-240. 2015.

FARIAS, Cleilton Sampaio; FARIAS, Cleisson Sampaio de Farias. **Os fundamentos e a expressão da questão agrária no Acre.** Ano 13, n. 17 p. 94-111, 2010.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. **Lavouras e sonhos: as representações camponesas nos assentamentos de reforma agrária.** Ano 10, n. 11 p. 33 – 47, 2007.

FARIAS, Maria Isabel. **Educação do/no Campo, um território em disputa: avanços e conquistas.** Ano 19, n. 30, p. 188-204, 2016.

FAVARETO, Arilson; NAKAGAWA, Louise; KLEEB, Suzana; SEIFER, Paulo; PÓ, Marcos. **Há mais pobreza e desigualdade do que bem estar e riqueza nos municípios do Matopiba.** V. 22, n. 47, p. 348-381, Dossiê MATOPIBA, 2019.

FEARNSIDE, Phillip Martin. **Belo Monte: atores e argumentos na luta sobre a barragem amazônica mais controversa do Brasil.** Ano 21, p. 162-185.

FEITOSA, Osmiriz Lima; OLIVEIRA, Selma Suely Baçal de. **A lógica da reforma agrária na Amazônia brasileira: uma política pública para atender ao capital.** V. 24, n. 56, p. 113-138, jan.-abr., 2021.

FELICIANO, Carlos Alberto. **“Grilos” jurídicos no Pontal do Paranapanema: administrando os conflitos agrários.** Ano 10, n. 11 p. 48-60, 2007.

FELICIANO, Carlos Alberto; ROCHA, Carlos Eduardo Ribeiro. **Tocantins no contexto do MATOPIBA: Territorialização do agronegócio e intensificação dos conflitos territoriais.** V. 22, n. 47, p. 230-247, dossiê MATOPIBA, 2019.

FELÍCIO, Munir Jorge. **Ação pastoral e questão agrária no Pontal do Paranapanema.** Ano 8, n. 7 p. 112-124, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A territorialização do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Brasil.** Ano 1, n. 1 p. 02-44, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial Rural.** Ano 14, n. 18 p. 125-135, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 8, n. 6 p. 24-34, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 09-20, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de Reforma agrária.** Ano 1, n. 2 p. 01-32, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano; FREDERICO, Samuel; PEREIRA, Lorena Izá. **Acumulação pela renda terra e disputas territoriais na fronteira agrícola brasileira.** V. 22, n. 47, p. 173-201, Dossiê MATOPIBA, 2019.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Land grabbing for agro-extractivism in the second neoliberal phase in Brazil.** V. 22, n. 50, p. 208-238, 2019.

FERNANDEZ, Carlos Maximiliano Macias. **Estrategias epistemológicas en la Geografía agraria contemporánea. Tres ejemplos aplicados ala definición de campesinado.** Ano 20, n. 37, p. 28-53, 2017.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. **Assentamentos rurais no território da cana: Controvérsias em cena.** Ano 10, n. 11 p. 61-80, 2007.

FILHO, José dos Reis Santos. **A instituição imaginária da Amazônia brasileira. Registros cognitivos e práticas sociais.** Ano 9, n. 9, p. 113-143, 2006.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O novo colonialismo transnacional e a experiência brasileira do agronegócio.** Ano 13, n. 16 p. 48-62, 2010.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O trabalho no campo: questões do passado e dilemas para o futuro.** Ano 21, n. 41, p. 120-137, 2018.

FOLMER, Ivanio; MEURER, Ane Carine. **A territorialização do MST a partir da Educação do Campo nos assentamentos Fazenda Annoni e Bela Vista.** V. 22, n. 48, p. 14-37, Dossiê Território em Movimento, 2019.

FREDERICO, Samuel; ALMEIDA, Marina Castro de. **Capital financeiro, land grabbing e a multiescalaridade na grilagem de terra na região do MATOPIBA.** V. 22, n. 47, p. 123-147, dossiê MATOPIBA, 2019.

FREDERICO, Samuel. **From subsistence to financial asset: the appropriation of the Brazilian Cerrado lands as a resource.** V. 22, n. 50, p. 239-260, 2019.

FREITAS, Alair Ferreira de; BOTELHO, Maria Isabel Vieira. **“Campepinato como ordem moral”: (re)visitando clássicos e (re)pensando a economia camponesa.** Ano 14, n. 19 p. 44-58, 2011.

GABOARDI, Shaiane Carla; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; RAMOS, Lucinéia Maria. **Perfil do uso de agrotóxicos no Sudoeste do Paraná (2011-2016).** V. 22, n. 46, p. 13-40, jan.-abr. 2019.

GABOARDI, Shaiane Carla; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; RAMOS, Lucinéia Maria. **An outline of the use of agrochemicals in southwestern Paraná (2011-2016).** V. 22, n. 46, p. 41-67, jan.-abr. 2019.

GALAFASSI, Guido. **Economía regional y emergencia de movimientos agrarios. La región Chaqueña de los años setenta.** Ano 10, n. 10 p. 11-36, 2007.

GALLAR HERNÁNDEZ, David; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Revisitando la agroecología: entrevista a Eduardo Sevilla Guzmán**. Ano 18. n. 27. p. 280-295. 2015.

GALVÁN, Gabriel Horacio; RIBEIRO, Dinalva Donizete. **Impactos da cultura da soja no êxodo rural na Argentina (1990 – 2017)**. V. 23, n. 55, p. 383-401, set.-dez., 2020.

GARRIDO, Hellen Charlot Cristancho. **Vivir bien ¿paradigma no capitalista?** Ano 15. n. 21 p. 173-180, 2012.

GASPARI, Luciane Cristina de; KHATOUNIAN, Carlos Armênio; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. **O papel da agricultura entre as famílias pluriativas assentadas em região metropolitana: o caso do assentamento Milton Santos em Americana e Cosmópolis/SP**. Ano 21, n. 41, p. 85-101, 2018.

GIARRACA, Norma. GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro. **Estrategias de vida, estrategias de lucha: apuntes de un trabajo de campo: el MST, São Paulo, Brasil (Reunión del GTDR - CLACSO, agosto/setiembre de 2005)**. Ano 8, n. 7 p. 141 – 155, 2005.

GIL, Izabel Castanha. **Cooperação, competição e resistência nas associações de municípios: a AMNAP e o desenvolvimento regional da Nova Alta Paulista**. Ano 11, n. 12 p. 31 – 56, 2008.

GIL, Izabel Castanha. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Regiões contidas e desenvolvimento territorial: uma reflexão sobre o desenvolvimento contemporâneo da Nova Alta Paulista**. Ano 8, n. 6 p. 75-91, 2005.

GIL, Izabel Castanha. **Territorialidade e desenvolvimento contemporâneo**. Ano 7, n. 4 p. 5-19, 2004.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Questão agrária, conflitos e violência no campo brasileiro**. V. 22, n. 50, p. 116-134, 2019.

GOES, Denilson Manfrin; CAMPOS, Margarida de Cássia. **Uso de agrotóxicos e produção agroecológica: percepção de estudantes secundaristas de uma escola do campo**. V. 22, n. 46, p. 85-105, jan.-abr. 2019.

GOETTER, Jones Dari; MOTA, Juliana Graziéli Bueno. **Gentes|terras: o ouvir mútuo das geografias indígenas**. V. 23, n. 54, p. 9-34, 2020.

GOETTER, Jones Dari; MOTA, Juliana Graziéli Bueno. **Por caminhos e andanças indígenas (a geobricolagem como trilha)**. V. 23, n. 54, p. 303-329, 2020.

GOLDFARB, Yamila. **Consolidação da hegemonia das corporações, monopolização do território e acumulação por espoliação: o caso da Cargill no Brasil e na Argentina**. Ano 18. n. 27. p. 11-37. 2015.

GOLDFARB, Yamila. **Expansão da soja e financeirização da agricultura como expressões recentes do regime alimentar corporativo no Brasil e na Argentina: o exemplo da Cargill**. Ano 18. n.28. p.32-67. 2015.

GOMES, Dérick Lima; CRUZ, Benedito Ely Valente; CALVI, Miquéias; REIS, Cristiano Cardoso. **Expansão do agronegócio e conflitos socioambientais na Amazônia marajoara**. Ano 21, n. 42, p. 135-161.

GÓMEZ, Sergio. **Las directrices voluntarias sobre gobernanza responsable de la tenencia de los recursos naturales y su aplicación desde américa latin.** Ano 18. n.28. p. 241-264. 2015.

GÓMEZ, Sérgio. Urbanização e Ruralidade. **Os condomínios e os conselhos de desenvolvimento social.** Brasília: MDA, 2009 (resenha). Ano 12, n. 15 p. 136-138, 2009.

GOMIDE, Maria Lúcia Cereda; AIKANÃ, Carlos. **Terras indígenas em áreas de transição cerrado-amazônia em Rondônia: o caso da T. I. Tubarão Latunde.** V. 23, n. 54, p. 233-259, 2020.

GONÇALVES, Elienai Constantino. **Zoneamento Territorial para a Cana-de-açúcar no estado de São Paulo (ZTC): Uma proposta crítica ao Zoneamento Agroambiental para o Setor Sucroalcooleiro (ZAA).** V. 24, n. 56, p. 139-161, jan.-abr., 2021.

GONÇALVES, Renata. **Impactos da reorganização espacial dos novos modelos de assentamentos nas relações de gênero.** Ano 7, n. 5 p. 43-55, 2004.

GRIS, Vanessa Gleica Cantú; BERTOLINI, Geysler Rogis Flor; JOHANN, Jerry Adriani. **Cisternas rurais: viabilidade econômica e percepção de agricultores do município de Polatina-PR.** Ano 20, n. 37, p. 169-194, 2017.

GUEDES BICA, Emiliano. **Organizaciones de la producción familiar y políticas públicas en el marco del desarrollo del capitalismo agrario en Uruguay.** V. 24, n. 56, p. 187-212, jan.-abr., 2021.

GUERRA, Emerson Ferreira; ARRUZZO, Roberta Carvalho. **Geografia e povos indígenas: um panorama da produção brasileira contemporânea.** V. 23, n. 54, p. 115-136, 2020.

GULLA, Joaquín Cardeillac; LEZICA, Lorena Rodríguez. **Exclusión en la inclusión por descalificación: análisis de la situación de las asalariadas rurales en Uruguay.** Ano 21, n. 41, p. 138-164, 2018.

HECK, Fernando Mendonça. **Transformações técnicas na avicultura e os sujeitos sociais no território.** Ano 19, n. 33, p. 98-118, 2016.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de; CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 9, n. 8, p. 1-28, 2006.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 15, Edição Especial, p. 127 – 154, 2012.

HERRERA, José Antônio; SANTOS, Fernanda Oliveira; CAVALCANTE, Maria Madalena de Aguiar. **Permanência na Comunidade Ciclo do Bananal em Vitória do Xingú, Pará: um estudo a partir do lugar.** Ano 21, n. 43, p. 282-308.

HETTWER, Henrique Rudolfo. **O neoliberalismo no espaço educacional brasileiro – uma análise geopolítica.** V. 22, n. 48, p. 206-223, Dossiê Território em Movimento, 2019.

HOCSMAN, Luis Daniel. **Soberanía alimentaria y conflictividad agraria en Argentina. Movimiento Campesino-Indígena, patrones rurales y gobierno a partir del paro agropecuario del 2008.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 111-127, 2016.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric. **Biofuels: five myths of the agro-fuels transition.** Ano 10, n. 10 p. 151-164, 2007.

HORA, Karla Emmanuela Ribeiro; MAURO, Rogério Antônio; CALALA, Manoel. **Desafios para o parcelamento dos assentamentos de reforma agrária sob a perspectiva ambiental a partir da experiência do MST em Goiás.** V. 22, n. 49, p. 140-167, 2019.

HOYOS, Claudia Janet; D'AGOSTINI, Adriana. **Segurança alimentar e soberania alimentar: convergências e divergências.** Ano 20, n. 35, p.174-198, 2017.

IORIS, Antonio Augusto Rossotto. **Agribusiness in Brazil: The narrative drives on.** Ano 19, n. 33, p. 139-154, 2016.

IORIS, Antonio Augusto Rossotto. **Interrogating the advance of agribusiness in the Amazon: production, rend and politics.** Ano 21, n. 42, p. 74-97.

JARA, Cristian Emanuel; SPERAT, Ramiro Rodríguez; RINCÓN, Luis Felipe. **La agricultura familiar en el desarrollo rural: continuidades y rupturas del paradigma neoliberal en argentina y Colombia.** Ano 17. n. 24. p. 86-106, 2014.

JESUS, José Novaes. **A pedagogia da alternância e o debate da Educação do/no campo no estado de Goiás.** Ano 14, n. 18 p. 7-20, 2011.

JÖNSSON, Malin. **De una crisis alimentaria haci una crisis productive (2008-2015): el caso del maíz en el municipio de Tonicico, estado de México.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 236-275, 2016.

JÚNIOR, José Arbex. **Você tem fome do que?** Ano 9, n. 8 p. 173-185, 2006.

JUNQUEIRA, Victor Hugo. **Da cafeicultura ao agronegócio canavieiro: o papel do Estado na consolidação do setor sucroalcooleiro na região de Ribeirão Preto-SP.** Ano 19, n. 31, p. 51-71, 2016.

JUSTO, Marcelo. **Agroecologia e agricultura urbana na cidade de São Paulo: movimentos socioespaciais e socioterritoriais.** V. 23, n. 55, p. 218-242, set.-dez., 2020.

JUSTO, Marcelo Gomes. **Agroecology and urban agriculture in the city of São Paulo: sociospatial and socio-territorial movements.** V. 23, n. 55, p. 218-241, set.-dez., 2020.

KARAS, Tiago Satim; JOHNSON, Guillermo Alfredo. **Formação socioespacial das políticas estatais de crédito rural em Mato Grosso do Sul.** Ano 21, n. 44, p. 54-78, 2018.

KANAKIDAN, Andrea Yumi Sugishita; SILVA, Rafael José Navas da. **O desenvolvimento como liberdade na comunidade quilombola do Carrasco no município de Arapiraca (AL).** Ano 20, n. 40, p. 273-293, 2017.

KARRIEM, Abdurazack. **“Marching as to war”: a letter from Brazil to South Africa about landlessness, agrarian reform and social movement struggles against Neoliberalism.** Ano 8, n. 6 p. 1 – 13, 2005.

KLUCK, Erick Gabriel Jones. **Posseiros no médio São Francisco: planejamento estatal e mobilidade do trabalho.** V. 22, n. 46, p. 192-213, jan.-abr. 2019.

KLUCK, Erick Gabriel Jones. **Posseiros in the middle São Francisco: state planning and labor mobility.** V. 22, n. 46, p. 214-233, jan.-abr. 2019.

KOHLHEP, G. **O Programa Piloto Internacional de Proteção das Florestas Tropicais no Brasil (1993-2008): as primeiras estratégias da política ambiental e desenvolvimento regional para a Amazônia brasileira.** Ano 21, n. 42, p. 309-331.

KONZGEN, Queli Rejane da Silva; MANTELLI, Jussara. **As estratégias de reprodução social e econômica da agricultura familiar: um estudo sobre as perspectivas de permanência e continuidade do grupo agroecológico do Remanso – Canguçu/RS.** V. 23, n. 55, p. 243-268, set.-dez., 2020.

KROLOW, Ivan Renato Cardoso; PELLEGRINI, André; ALVAREZ, Jimmy Waltr Rasche; KROLOW, Daniela da Rocha Vitoria; TROIAN, Alexandre; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos; REICHERT, José Miguel. **Fenômenos El Niño e La Niña em duas bacias hidrográficas na mesorregião Centro Ocidental Rio-grandense: assentamento Alvorada.** Ano 20, n. 37, p. 294-316, 2017.

KUBOYAMA, Rey; CUNHA, FÁBIO CÉSAR ALVES. **“A escola é nossa!”: territorialidades do movimento estudantil nas ocupações das escolas de Londrina (PR) em 2016.** V. 22, n. 49, p. 31-58, 2019.

LARA JÚNIOR, Nadir. **Análise das principais influências ideológicas na constituição do MST.** Ano 15. n. 20 p. 156-174, 2012.

LEAL, Sidney Cássio Todescato. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Pontal do Paranapanema.** Ano 18. n. 26, p. 149-166, 2015.

LEITE, Acácio Zuninga. **Análise da concentração fundiária no Brasil: desafios e limites do uso do Índice de Gini.** Ano 21, n. 44, p. 10-28, 2018.

LEITE, Sérgio. **Seis comentários sobre seis equívocos a respeito da reforma agrária no Brasil.** Ano 9, n. 9 p. 144 – 158, 2006.

LEITE, Vinícius Rocha; PEDLOWSKI, Marcos Antonio; HADDAD, Ludimila Neves. **Assentamentos de reforma agrária como agentes de recuperação da cobertura vegetal em paisagens degradadas de Mata Atlântica na região norte fluminense.** Ano 17. n. 25. p. 136-146, 2014.

LERRER, Débora Franco. **Movimentos sociais, mídia e construção de um novo senso comum.** Ano 8, n. 7 p. 125 – 140, 2005.

LIBOMBO, Sergio Elias; FERRANTE, Vera Lucia Silveira Botta; DUVAL, Henrique Carmona; LORENZO, Helena Carvalho de. **Associações agrícolas e desenvolvimento local em Moçambique: perspectivas e desafios da Associação Livre de Mahubo.** Ano 20, n. 38, p. 132-150, 2017.

LIMA, Adelson Rocha; GIRARDI, Eduardo Paulon; MANCIO, Daniel; NUNES, Diorgenes da Costa. **Impactos da monocultura de eucalipto sobre a estrutura agrária nas regiões norte e central do Espírito Santo.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 12-36, 2016.

LIMA, Lucas Gama; SANTOS, Flavio dos. **No semiárido de Alagoas, a resistência germina na terra: a luta territorial em defesa das sementes crioulas.** Ano 21, n. 41, p. 192-217, 2018.

LIMA, Eloíza Aparecida Cerino; FERNANDES, Sílvia Aparecida de Souza. **Educação do Campo como projeto de desenvolvimento e de vida para o campo.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 50-71, 2018.

LIMA, Maria Messias Ferreira. **Agricultura familiar camponesa no semiárido cearense: o desenvolvimento rural desigual e combinado como corolário da expansão capitalista no campo.** V. 22, n. 49, p. 270-296, 2019.

LIRA, Keyte Ferreira; ROSSETTO, Onélia Carmen. **Territorialidade indígena: trajetórias para implantação de uma nova aldeia no Parque Indígena do Xingu (PIX) – Mato Grosso – Brasil.** V. 23, n.54, p. 163-185, 2020.

LIZARAZO, Robinzon Piñeros. **Contribuições para a conceitualização da mobilidade territorial do trabalho.** Ano 20, n.36, edição especial, p. 58-81, 2017.

LOBOS, Damian Andres. **Los territorios de la desposesión: los enclaves y la logística como territorialización del modelo extractivo sudamericano.** Ano 16. n. 22. p. 43-54, 2013.

LOPES, Cláudio Ribeiro; MIRANDA, Napoleão. **O Geoparque Bodoquena-Pantanal (MS) reificação da natureza ou proposta de preservação ambientalista?** V. 22, n. 50, p. 193-207, 2019.

LOPES, Gabriel Rodrigues. **“¡Ese desarrollo quiere acabar con nosotros/as!”: del horizonte colonial al giro epistémico des-colonizador.** Ano 19, n.30, p. 31-57, 2016.

LUIZ, Luana Fernanda; NARDOQUE, Sedeval. **Programa Nacional de Crédito Fundiário em Três Lagoas/MS: desdobramentos e entraves para a recriação do campesinato.** V. 22, n. 49, p. 83-110, 2019.

LUNA, Diana Itzu Gutiérrez. **Geografías de muerte versus tejidos territoriales de vida: otros modos de elaboración política (México).** V. 23, n. 54, p. 35-58, 2020.

MACEDO, Giovanni Raimundo de; BINSZTOK, Jacob. **Associações dos agricultores familiares, cafeicultura orgânica e comércio justo na Amazônia: dilemas e perspectivas.** Ano 10, n. 10 p. 37-56, 2007.

MACEDO, Magno Roberto Alves; DARNET, Laura Angélica Ferreira; THALÊS, Marcelo Cordeiro; POCCARD-CHAPUÍS, Rene. **Configuração espacial do desflorestamento em fronteira agrícola na Amazônia: um estudo de caso na região de São Félix do Xingu, estado do Pará.** Ano 16. n. 22. p. 96-110, 2013.

MACHADO, Antonio Maciel Botelho; CASALINHO, Helvio Debli. **Crítica à pluriatividade e suas relações com o campesinato e a reforma agrária.** Ano 13, n. 17 p. 65-80, 2010.

MACHADO, Maria Rita Ivo de Melo; ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone Alves de. **Nova lógica na produção de cana-de-açúcar na Zona da Mata pernambucana: transformações fundiárias para a perpetuação das relações de poder.** Ano 16. n. 22. p. 111-126, 2013.

MAGDSICK, Silvia; PIEDRABUENA, Gabriel; CARDOSO, Gabriela. **Hablemos con la boca llena. La soberanía alimentaria desde la comunicación comunitaria** (Relatório de Campo. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 297-314, 2016.

MAGGI, Leonardo Bauer. **Itaipu e a formação do território do capital.** Ano 18. n. 27. p. 53-63. 2015.

MAIA, Carlos Roberto da Silva; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de; BEZERRA, Israel Rodrigues. **Crise energética e agrodiesel: determinações globais da produção capitalista do espaço agrário brasileiro.** Ano 19, n. 33, p.206-233, 2016.

MAIA, Ricardo Eduardo de Freitas; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz; CALVI, Miquéias Freitas. **Dilemas do processo de desterritorialização de famílias atingidas por grandes projetos na Volta Grande do Xingu, Pará, Brasil.** Ano 20, n. 37, p. 195-215, 2017.

MAIA, Rosane Oliveira Martins; RAVENA, Nirvia; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. **Reforma agrária do governo Lula: a regularização fundiária e os assentamentos ilhas do Pará.** Ano 20, n. 35, p.153-173, 2017.

MANDAMULE, Uacitissa António. **Discursos sobre o regime de propriedade da terra em Moçambique.** Ano 20, n. 38, p. 41-67, 2017.

MARCHETTI, Fábio Frattini; SANTOS, João Dagoberto dos; MARQUES, Paulo Eduaro Morizzi. **Dinâmicas socioeconômicas de famílias assentadas e suas relações com a agrobiodiversidade em áreas de reforma agrária.** V. 23, n. 55, p. 191-207, set.-dez., 2020.

MARICHAL, Walter Oreggioni; PAREJA, Matías Carámbula. **¿Otro consumo es posible? La experiencia de grupos de consumidores y su vínculo con los productores agroecológicos en Uruguay.** V. 22, n. 50, p. 152-172, 2019.

MANRIQUE, Luis Felipe Ricón. **(Neo)extrativismo e despojo no sul global: conflitos e resistências nos territórios.** Ano 18, n. 28, p.09-18, 2015.

MARCOS, Valéria de. **Da luta para entrar na terra à luta para permanecer na terra: a realidade dos assentamentos rurais paraibanos.** Ano 1, n. 2 p. 51-73, 1998.

MARÇAL, Alessandro Silva; MARÇAL, Cláudia Cristina Lima; ROCHA, Gilberto de Miranda. **Os múltiplos territórios dos pescadores tradicionais do litoral amazônico brasileiro: da invisibilidade à negligência.** V. 24, n. 56, p. 24-50, jan.-abr., 2021.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Ano 11, n. 12 p. 57-67, 2008.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Ano 15, Edição Especial, p. 43-54, 2012.

MARTÍN, Víctor O. Martín. **De cómo se evita hoy la aplicación de la reforma agraria en el Surde España.** Ano 10, n. 11 p. 81-108, 2007.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **A construção da emancipação humana nos territórios da reforma agrária: o caso do conglomerado cooperativo da produção ecológica de arroz nos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre.** Ano 19, n. 31, p. 32-50, 2016.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **Produção ecológica de arroz dos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre: um caso de gestão participativa e geração de conhecimentos.** Ano 20, n. 35, p.246-265, 2017.

MATHEUS, Fernanda Aparecida; FELICIANO, Carlos Alberto. **Ciência, terra e poder: uso e apropriação das terras públicas no Sudoeste Paulista.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 94-121, 2018.

MATHEUS, Fernanda Aparecida. **Resenha: A atualidade da reforma agrária na América Latina e Caribe.** V. 24, n. 56, p. 213-218, jan.-abr., 2021.

MATOS, Elmer Agostinho Carlos de; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **Exploração mineira em Moçambique: uma análise do quadro legislativo.** Ano 20, n. 38, p. 280-315, 2017.

MERCADANTE, Patrícia Tozzo de Matos; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Reforma agrária e transição agroecológica: experiências de sustentabilidade no assentamento 20 de Março em Três Lagoas/MS**. V. 22, n. 49, p. 111-139, 2019.

MCMICHAEL, Philip. **Reframing development: global peasant movements and the new agrarian question**. Ano 10, n. 10 p. 57-71, 2007.

MEDINA-NARANJO; Julian; ALMEIDA, Ana Lúcia Jesus. **Brasil e Colômbia: desenvolvimento, saúde e práticas espaciais**. Ano 21, n. 45, edição especial, p. 122-146, 2018.

MELLO, Neli Aparecida de. **E a política agrícola transforma-se em instrumento do desenvolvimento sustentável**. Ano 11, n. 12 p. 68-85, 2008.

MELO, Thiago da Silva. **A necessidade da reforma agrária na região do Contestado Catarinense**. Ano 20, n. 35, p.133-152, 2017.

MELO, Danilo Souza. **A luta pela terra em Mato Grosso do Sul: o MST e o protagonismo da luta na atualidade**. Ano 20, n.39, p. 133-160, 2017.

MELO, Danilo Souza; BRAZ, Adalto Moreira. **A questão agrária brasileira: uma proposta de representação da estrutura fundiária**. Ano 21, n. 44, p. 29-53, 2018.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; VAN TILBEURGH, Veronique. **Da teologia da libertação ao desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira: os mecanismos políticos e sociais de sua interpretação**. Ano 14. n. 19 p. 59-72, 2011.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; THÉRY, Hervé. **Amadurecimento das experiências de desenvolvimento sustentável: transformações recentes na APA Igarapé Gelado – PA**. Ano 21, n. 43, p. 332-353.

MENDES, Eduardo Roberto; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Algumas considerações sobre o geógrafo anarquista Piotr Kropotkin e a comunidade rural Yuba em Mirandópolis (SP)**. Ano 10, n. 11 p. 109 – 121, 2007.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. ALMEIDA, Maria Geralda de. **Um olhar sobre as redes de sociabilidade construídas do território das fabriquetas de queijo**. Ano 9, n. 8 p. 133 – 150, 2006.

MERA, Claudia Maria Prudêncio de; SOARES, Denisa; SPECHT, Suzimary; BLUME, Roni. **Da serra/roça para o território campo/lavoura: transformações socioeconômicas e culturais de reassentados rurais atingidos por barragens**. Ano 21, n. 41, p. 62-84, 2018.

MIGUEZ, Susana Edith Rapp; TORIZ, Rosalia Vázquez; CAPILA, Maristela Amaro; MENDOZA, Xóchilt Formacio. **La disputa por los territorios rurales frente a la nueva cara del extractivismo minero y los procesos de resistencia en Puebla, México**. Ano 18. n.28. p.206-222. 2015.

MIRALHA, Wagner. **Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje**. Ano 9, n. 8 p. 151 – 172, 2006.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio. **Agricultura de beira de estrada ou agropecuária marginal ou, ainda, o campesinato espremido**. Ano 16. n. 23. p. 43-59, 2013.

MIZUSAKI, Márcia. **Movimentos indígenas, geografia e marxismo na questão agrária brasileira: quando “novos” personagens entram em cena**. Ano 20, n.39, p. 39-59, 2017.

MONDARDO, Marcos Leandro. **A “territorialização” do agronegócio globalizado em Barreiras- BA: migração sulista, reestruturação produtiva e contradições sócio-territoriais.** Ano 13, n. 17 p. 112-130, 2010.

MONDARDO, Marcos Leandro; AZEVEDO, José Roberto Nunes de. **MATOPIBA: do domínio da terra e abuso da água aos territórios de resistências das populações tradicionais.** V. 22, n. 47, p. 296-320, dossiê MATOPIBA, 2019.

MONTEBLANCO, Felipe Leindecker; CORDEIRO, Márcio Pereira. **Os assentamentos da reforma agrária e os meandros da formação de uma bacia leiteira no município de Santana do Livramento (Campanha Gaúcha/RS).** V. 22, n. 48, p. 58-84, Dossiê Território em Movimento, 2019.

MORAES, Vitor de; WELCH, Clifford Andrew. **A disputa territorial e o controle das políticas no território Cantuquiriguaçu estado do Paraná: a participação dos movimentos socioterritoriais e o papel do estado.** Ano 18. n. 27. p. 96-112. 2015.

MORALES, Selene. **La “sojización” y la tierra en disputa: desarrollo del capitalismo agrario en Uruguay.** Ano 16. n. 23. p. 109-130, 2013.

MOREIRA, Dorcelina Aparecida. **Das ‘escolinhas de favores’ à ‘escola de direito’: a educação no/do campo no município de Goiás.** Ano 21, n. 44, p. 153-176, 2018.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano.** Ano 10, n. 10 p. 72 – 93, 2007.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano.** Ano 15, Edição Especial, p. 155 -176, 2012.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan; IENO NETO, Genaro. **Organização interna dos assentamentos rurais na Paraíba: caminhos e armadilhas das formas associativas.** Ano 3, n. 3 p. 45-57, 2000.

MOREIRA, Emilia de Rodat Fernandes; DANTAS, José Carlos; DANTAS, Diego dos Santos; NASCIMENTO, André Paulo do; RAGALA, Raisia Maria; TARGINO, Ivan; MOREIRA, Juliana Fernandes; VIANNA, Pedro da Costa Guedes. **A luta por água no estado do Paraíba: contradições e conflitos.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 61-81, 2016.

MOREIRA, Fabiano Greter; SCHILINDWEIN, Madalena Maria. **Sucessão da gestão na agricultura familiar: um estudo de caso no assentamento Santa Olga no município de Nova Andradina em Mato Grosso do Sul.** Ano. 18. n. 29.p. 151-173. 2015.

MOREIRA, Fabiano Greter. **As relações produtivas nos assentamentos rurais do município de Nova Andradina/MS.** V. 23, n. 55, p. 165-190, set.-dez., 2020.

MOREIRA, Vagner José. **A criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra: mundos dos trabalhadores, questão agrária e o “levante comunista” de 1949 em Fernandópolis-SP.** Ano 13, n. 16 p. 114-129, 2010.

MORENO, Glaucia de Sousa; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **O drama da instalação de famílias agricultoras na mesorregião sudeste paraense.** Ano 15. n. 21 p. 79-99, 2012.

MOSCA, João. **Agricultura familiar em Moçambique: ideologias e políticas.** Ano 20, n. 38, 68-105, 2017.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Movimento étnico-socioterritorial Guarani e Kaiowa no estado de Mato Grosso do Sul: disputas territoriais nas retomadas pelo Tekoha-Tekoharã.** Ano 15. n. 21, p. 114-134, 2012.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Os Guarani e Kaiowá e suas lutas pelo tekoha: os acampamentos de retomadas e a conquista do teko porã (bem viver).** Ano 20, n.39, p. 60-85, 2017.

NAHUN, João Santos; PAIXÃO JÚNIOR, Paulo Roberto Carneiro. **Encontros e desencontros: fronteira, agronegócio da soja e campesinato no Planalto Santareno (PA).** Ano 17. n. 25. p. 47-70, 2014.

NAHUM, João Santos. **Do sítio camponês ao lote de dendê: transformações do espaço rural na Amazônia paraense no século XXI.** Ano 20, n. 37, p. 54-76, 2017.

NAHUN, João Santos; SANTOS, Cleison Bastos. **Dendê para que? Dendê para quem? A ideologia da fronteira na Amazônia paraense.** Ano 21, n. 43, p. 113-134.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. **Educação do Campo na encruzilhada entre emancipação versus reino do capital: uma leitura filosófica.** Ano 14, n. 18 p. 106-124, 2011.

NASCIMENTO JÚNIOR, Lindberg; DUARTE, Douglas Ambiel Barros Gil. **Alterações ambientais no estado do Paraná: um enfoque geográfico sobre a dinâmica fluviométrica e as transformações no campo.** V. 22, n. 45, p. 282-308, jan.-abr. 2019.

NASCIMENTO, Monalisa Lustosa; LEITE, Alexandre Cesar Cunha. **Acaparamento e controle de terras: a presença chinesa em terras brasileiras e argentinas.** V. 24, n. 56, p. 162-186, jan.-abr., 2021.

NASCIMENTO, Rodrigo Cavalcanti; FREDERICO, Samuel; SAWELJEW, Yuri. **Financial capital and land control: new rentiers on the Brazilian agricultural frontier.** V. 22, n. 50, p. 261-286, 2019.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN, Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Políticas públicas e comunidades tradicionais: uma análise dos projetos de desenvolvimento local sustentável na Mata Atlântica.** Ano 17. n. 25. p. 147-161, 2014.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN; Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco dos; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Transição alimentar em comunidade quilombola no litoral sul de São Paulo/Brasil.** Ano 18. n. 27. p. 138-155. 2015.

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária. **DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra.** Ano 3, n. 3 p. 7 – 27, 2000.

NETO, Domingos José de Almeida. **O Método do discurso.** Ano 7, n. 5 p. 73-85, 2004.

NETO, João Augusto de Andrade. **A teoria e a prática do MST para a cooperação e a organização em assentamentos rurais.** Ano 18. n. 27. p. 156-182. 2015.

NEUMANN, Estevão; FAJARDO, Sérgio. **Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turvo-PR: reflexões sobre as contribuições do sindicalismo rural na agricultura familiar.** Ano 20, n. 37, p. 253-277, 2017.

NEVES, Achiles Lemos. **Dos movimentos sociais aos sócio-espaciais e socioterritoriais: uma tentativa de compreensão dos “movimentos” pela perspectiva geográfica.** Ano 7, n. 5, p. 35-42, 2004.

NEVES, Delma Pessanha. **Campesinato e reenquadramento sociais: os agricultores familiares em cena.** Ano 8, n. 7 p. 68 – 93, 2005.

NOGUEIRA, Amauri Tadeu Barbosa. **A categoria renda da terra: da economia política à geografia agrária.** Ano 20, n. 37, p. 13-27, 2017.

NOGUEIRA, Isabela; OLLINAHÓ, Ossi; BARUCO, Grasiela; SALUDJIAN, Alexis; PINTO, José Paulo Guedes; BALANCO, Paulo; PINTO, Eduardo Costa; SCHONERWALD, Carlos. **Investimentos e cooperação do Brasil e o padrão de acumulação em Moçambique: reforçando dependência e porosidade?.** Ano 20, n. 38, p. 220-254, 2017.

NORDER, Luis Antônio Cabello. **Controvérsias sobre a reforma agrária no Brasil (1934-1964).** Ano 17. n. 24. p. 133-145, 2014.

NORDER, Luiz Antonio; LOBO, Natália Santos. **A percepção dos profissionais de educação sobre o impacto dos agrotóxicos em escolas rurais no estado do Mato Grosso.** V. 22, n. 46, p. 68-84, jan.-abr. 2019.

NUNES, Francivaldo Alves. **Inventando um novo saber estatal sobre a natureza amazônica no século XXI.** Ano 21, n. 42, p. 34-50.

NUNES, João Osvaldo Rodrigues; SERRANO, José Antonio Segrelles. **Análise agrária da multifuncionalidade da terra na província de Alicante-Espanha.** Ano 12, n. 14 p. 28 – 47, 2009.

NUNES, Patricia Joia. MARJOTTA-MAISTRO, Marta Cristina. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na comercialização de produtos agroecológicos do assentamento “Mario Lago”, Ribeirão Preto/SP.** Ano 20, n. 37, p. 129-153, 2017.

Ó LOIOLA, Valéria do; SILVA, Tânia Paula. **As táticas sustentáveis para um melhor gerenciamento do território no município de Cáceres-MT.** V. 22, n. 50, p. 173-192, 2019.

OCADA, Fabio Kazuo; MELO, Beatriz Medeiros de. **Entrevista com Maria Aparecida de Moraes Silva.** Ano 11, n. 12 p. 117 – 136, 2008.

OLIVEIRA, Adriano Rodrigues de; FERREIRA, Lara Cristine Gomes; GARVEY, Brian. **A ocupação do Cerrado goiano pelo agronegócio canavieiro.** Ano 21, n. 44, p. 79-100, 2018.

OLIVEIRA, Alexandra Maria de; SAMPAIO, Antônio Jeová Moura. **Escola camponesa: a horta didática em área de reforma agrária.** Ano 20, n. 37, p. 154-168, 2017.

OLIVEIRA, Alyne Maria Sousa et al. **Indicadores de sustentabilidade cultural de assentamentos rurais em Teresina-PI.** Ano 19, n.30, p.98-147, 2016.

OLIVEIRA, André Santos de; FARIAS, Rafael Guimarães; OLALDE, Alicia Ruiz. **Avanços e desafios do programa de assessoria técnica, social e ambiental – ATEs em projetos de assentamento no Vale do Jequiriçá – BA.** Ano 20, n. 35, p.218-229, 2017.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Prescrições agroecológicas para a crise atual.** Ano 13, n. 16 p. 33-47, 2010.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Uma descrição agroecológica da crise atual.** Ano 12, n. 15 p. 66– 87, 2009.

- OLIVEIRA, Nallígia Tavares de. **Entrevista com Valmir Ulisses Sebastião – Ocupações de terra: mudanças e perspectivas.** Ano 13, n. 17 p.150-156, 2010.
- OLIVEIRA, Mara Edilara Batista de. **As escalas geográficas de poder como formas de subordinação e insubordinação na luta pela Educação do Campo no Brasil.** V. 22, n. 46, p. 106-132, jan.-abr. 2019.
- OLIVEIRA, Douglas Menezes de. **A centralidade da disputa pela terra na questão agrária brasileira.** V. 22, n. 46, p. 259-281, jan.-abr. 2019.
- OMENA, Maria Luiza Rodrigues de Albuquerque; SOUZA, Roberto Rodrigues de; SOARES, Maria José Nascimento. **Contradições do programa sergipano de biodiesel.** Ano 15. n. 21 p. 162-172, 2012.
- ONTIVEROS, Letizia Odeth Silva. **La movilización contra el despojo de minera San Xavier: viente años de lucha en Cerro de San Pedro, México.** Ano 20, n. 40, p. 111-137, 2017.
- ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **O partido da terra: como os políticos conquistam o território brasileiro.** Ano 15. n. 20 p. 206-207, 2012.
- ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Análise do processo de espacialização do MST no estado de São Paulo em diferentes contextos histórico-geográficos.** Ano 18. n. 27. p. 113-137. 2015.
- ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Camponeses e proto-camponeses: os sujeitos da luta pela terra no estado de São Paulo.** Ano 20, n. 35, p.108-132, 2017.
- ORIGUÉLA, Camila Ferracini; PEREIRA, Lorena Izá. **Questão agrária, luta pela terra e movimentos socioterritoriais no Brasil e Paraguai.** Ano 20, n.39, p. 161-185, 2017.
- ORIGUÉLA, Camila Ferracini; COCA, Estevan Leopoldo deFreitas; PEREIRA, Lorena Izá; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Tendências dos estudos sobre questão agrária a partir das publicações da Revista NERA.** V. 22, n. 50, p. 08-20, 2019.
- ORIGUÉLA, Camila Ferracini; COCA, Estevan Leopoldo de Freitas; PEREIRA, Lorena Izá. **Da centralidade da questão agrária à atualidade da luta pela terra e reforma agrária no Brasil.** V. 23, n. 55, p. 09-20, set.-dez., 2020.
- OYAHANTÇABAL, Gabriel. **Los tres campos em la cueston agraria en Uruguay.** Ano 16. n. 22. p. 82-95, 2013.
- PALHETA, João Márcio; OLIVEIRA NETO, Adolfo Costa. **Por uma outra territorialização na Amazônia paraense.** Ano 21, n. 43, p. 354-372.
- PASINI, Isabela Leão Ponce; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho; SILVA, Douglas Mansur da. **Modernização nas comunidades negras rurais do Sapê do Norte: discursos e práticas de (des)envolvimento e meio ambiente.** Ano 17. n. 24. p. 107-121, 2014.
- PASSOS, Delaíde Silva; BELATTI, Gabriela Solidário de Souza. **Desenvolvimento e territórios indígenas na Amazônia brasileira no período ditatorial.** V.23, n. 54, p. 212-232, 2020.
- PASQUETTI, Luis Antônio. **O MST como uma empresa social.** Ano 1, n. 2 p. 33 – 50. 1998.

PATÍÑO, Luís Carlos Agudelo. **Campesinos sin tierra, tierra sin campesinos: territorio, conflicto y resistencia campesina en Colômbia**. Ano 13, n. 16 p. 81-95, 2010.

PATRÍCIO, Patrícia Cartes; GOMES, João Carlos Costa. **Desenvolvimento rural sustentável, planejamento e participação**. Ano 15. n. 21 p. 100-113, 2012.

PAULA, Elder Andrade de. **O movimento sindical dos trabalhadores rurais e a luta pela terra no Acre: conquistas e retrocessos**. Ano 7, n. 5 p. 86 – 101, 2004.

PAULA, Elder Andrade de. SILVA, Silvio Simione da. **Floresta, para que te quero? Da territorialização camponesa a nova territorialidade do capital**. Ano 11, n. 12 p. 86 -97, 2008.

PAULA, Elder Andrade de; SILVA, Silvio Simione da. **Movimentos sociais na Amazônia brasileira: vinte anos sem Chico Mendes**. Ano 11, n. 13 p. 102 – 117, 2008.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais**. Ano 9, n. 8 p. 52 – 73, 2006.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais**. Ano 15, Edição Especial, p. 21 – 42, 2012.

PAVAN, Dulcinéia. **O caminho feminino para a reforma agrária**. Ano 3, n. 3 p. 28 – 44, 2000.

PAZ, Raúl; LIPSHITZ, Héctor; ZERDA, Hugo Raúl; TIEDEMAN, José. **Estructura agraria, áreas de concentración de la agricultura familiar y procesos de expansión de la frontera agropecuaria en Santiago del Estero, Argentina**. Ano 18. n. 27. p. 259-279. 2015.

PEDON, Nelson Rodrigo; CORRÊA, Rubens Arantes. **Escola e currículo: um ensaio sobre territórios em disputa**. V. 22, n. 48, p.85-97, Dossiê Território em Movimento, 2019.

PEIXOTO, Angêla Maria; OLIVEIRA, Adriano Rodrigues. **Abordagem territorial nas políticas públicas de desenvolvimento rural: uma análise do PAA para a produção camponesa no município de Ipameri-GO**. Ano 18. n. 26. p. 72-94, 2015.

PERAFÁN, Mireya Eugenia Valencia; WALTER, Maria Inez Machado Telles. **A percepção das condições de vida pelas populações dos territórios rurais, além das análises sobre o desempenho dos sistemas produtivos**. Ano 19, n. 31, p. 72-90, 2016.

PERCÍNCULA, Analia; JORGE, Andrés; CALVO, Claudia; MARIOTTI, Daniela; DOMÍNGUEZ, Diego; ESTRADA, Maria de; CICOLELLA, Mariana; BARBETTA, Pablo; SABATINO, Pablo; ASTELARRA, Sofia. **La violencia rural en la Argentina de los agronegocios: crónicas invisibles del despojo**. Ano 14. n. 19 p. 08-23, 2011.

PEREIRA, Higor; LOBATO, Sidney. **Educação para “lavrando a liberdade”: trabalho, sindicalismo rural e educação popular em Afuá-PA (1989-1994)**. V. 23, n. 55, p. 322-342, set.-dez., 2020.

PEREIRA, Lorena Izá. **Políticas fundiárias no Brasil: uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil**. Roma: International Land Coalition (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 182-185, 2014.

PEREIRA, Lorena Izá. **Governança da posse e estrangeirização de terras: apontamentos e perspectivas.** Ano. 18. n. 29.p. 48- 69, 2015.

PEREIRA, Lorena Izá. **Soberania alimentar no Paraguai: a atuação do Estado e a luta dos movimentos sociais.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 128-152, 2016.

PEREIRA, Lorena Izá. **Estrangeirização da terra: (des) construindo uma definição a partir da Geografia.** Ano 20, n.36, edição especial, p. 107-132, 2017.

PEREIRA, Lorena Izá. **Aquisição de terras por estrangeiros no Brasil: uma análise através do debate paradigmático.** Ano 20, n. 40, p. 88-110, 2017.

PEREIRA, Lorena Izá. **MATOIPIBA: dos ajustes espaciais do agronegócio ao território de esperança do campesinato.** V. 22, n. 47, p. 09-21, dossiê MATOIPIBA, 2019.

PEREIRA, Lorena Izá; PAULI, Lucas. **MATOIPIBA: controle do território e expansão da fronteira da estrangeirização da terra.** V. 22, n. 47, p. 148-172, dossiê MATOIPIBA, 2019.

PEREIRA, Lorena Izá. **Do global ao local: as singularidades do controle do território no Paraguai.** V. 23, n. 55, p. 362-382, set.-dez., 2020.

PEREIRA, Lorena Izá; COCA, Estevan Leopoldo de Freitas; ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **O “passar a boiada” na questão agrária brasileira em tempos de pandemia.** V. 24, n. 56, p. 08-23, jan.-abr., 2021.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **A disputa política no Brasil em torno da implementação do modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial (1997-2005).** Ano 8, n. 6 p. 92-117, 2005.

PERÉZ, Flor Edilma Osorio. **“No podemos hablar de paz si tenemos hambre”. Despojo campesino y soberanía alimentaria en Colombia.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 276-296, 2016.

PERPETUA, Guilherme Marini; KROGER, Markus; THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Estratégias de territorialização das corporações agroextrativistas na América Latina: o caso da indústria de celulose no Brasil.** Ano 20, n. 40, p. 61-87, 2017.

PICCIN, Marcos Botton et al. **Análise do processo de constituição e desestruturação da cooperativa de agricultores assentados Terra Vida – COOPERVIDA, RS.** Ano 12, n. 14 p. 72 – 96, 2009.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Aportes metodológicos de la teoría del desarrollo territorial.** Ano 15. n. 21 p. 69-78, 2012.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Discusiones ontológicas sobre una tipología de territorios.** Ano 19, n. 30, p. 10-30, 2016.

PONTE, Karina Furini da. **(Re) Pensando o Conceito do Rural.** Ano 7, n. 4 p. 20 – 28, 2004.

PONTES, Beatriz Maria Soares. **A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx.** Ano 8, n. 7 p. 35 – 47, 2005.

PORTO, José Renato Sant’Anna. **O discurso do agronegócio: modernidade, poder e “verdade”.** Ano 17. n. 25. p. 25-46, 2014.

PFRIMER, Matheus Hoffman; BARBOSA JUNIOR, Ricardo Cesar. **(De)Securitizing collectives of the Brazilian Cerrado and the implementation of an agribusiness complex.** Ano 19, n. 30, p.58-79.

QUEIROZ, João Batista Pereira de. **A educação do campo no Brasil e a construção das escolas do campo.** Ano 14, n. 18 p. 37-46, 2011.

QUIJANO, María Adelaida Farah. CORREA, Edelmira Pérez. **Mujeres rurales y nueva ruralidad en Colombia.** Ano 9, n. 9 p. 73 – 88, 2006.

RABELLO, Diógenes. **Agrohidronegócio, campesinato e a disputa pelo território no Pontal do Paranapanema (SP).** Ano 20, n.36, edição especial, p. 159-177, 2017.

RAMALHO, Cristiane Barbosa. **Quem são os sem-terra? Uma questão relevante para a compreensão da luta pela terra no Brasil.** Ano 1, n. 1 p. 59 – 72, 1998.

RAMÍREZ, Milena Barrera. **Aproximación histórica al cooperativismo y su relación con la praxis desarrollada por el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST).** Ano 10, n. 10 p. 94 – 114, 2007.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **A ofensiva do capital no campo brasileiro e a resistência do campesinato.** Ano 8, n. 6 p. 46-58, 2005.

RECLUS, Eliseé. **Ao meu irmão, o camponês.** Traduzido por Sergio Aparecido Nabarro, v. 23, n. 55, p. 402-408, set.-dez., 2020.

REFATI, Daiana Caroline; FABRINI, João Edimilson; MARSCHNER, Walter Roberto. **O trabalho das mulheres nos assentamentos Antônio Companheiro Tavares em São Miguel do Iguçu e Ander Rodolfo Henrique em Diamante do Oeste – Paraná.** Ano 20, n. 35, p.83-107, 2017.

REIS, Simony Lopes da Silva; PERTILE, Noeli. **O MATOPIBA: a modernidade e a colonialidade do desenvolvimento agrícola brasileiro.** V. 22, n. 47, p. 64-86, dossiê MATOPIBA, 2019.

REIS, Talles Adriano; PELISSARI, Lucas Barbosa. **Concentração fundiária e assentamentos de reforma agrária: uma análise da estrutura agrária de Zona da Mata pernambucana.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 82-106, 2016.

REITER, Bernd. **A genealogy of Black organizing in Brazil.** Ano 12, n. 14 p. 48 – 62, 2009.

RIBAS, Alexandre Domingues. **MST: reorganização político-territorial dos assentamentos e a consolidação do sistema cooperativista dos assentados.** Ano 1, n. 1 p. 45-58, 1998.

RIEIRO, Anabel; POSADA, Valentina. **Megaminería en Uruguay: conflictos estructurantes de un nuevo campo en disputa.** Ano 18. n.28. p.165-185, 2015.

RIBEIRO, Edson Sabatini. **RESENHA: Dinâmicas de classe da mudança agrária.** Ano 18. n. 27. p. 296-300, 2015.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato.** Ano 16. n. 23. p. 167-170, 2013.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno.** São Paulo: Expressão Popular (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 186-191,2014.

RINCÓN, Luis Felipe. **¡Hombres de maíz! Una mirada a la actualidad organizativa campesina en Guatemala.** Ano 13, n. 17 p. 49-64, 2010.

ROCHA, João Henrique; ANJOS, Flávio Sacco dos. **Agricultura familiar e os mercados institucionais: análise do Programa de Aquisição de Alimentos (CPR-Doação) em Boa Vista – Roraima.** Ano 19, n. 31, p. 111-142, 2016.

ROCHA, Otávio Gomes. **Territorialidades indígenas no México e a experiência do povo maseual de Cuetzalan (Puebla): diálogos e contribuições para as lutas indígenas no Brasil.** V. 23, n. 54, p. 90-114, 2020.

RODRIGUES, Jodinson Cardoso. **O Arco Norte e as políticas públicas portuárias para o oeste do estado do Pará (Itaituba e Rurópolis): apresentação, debate e articulações.** Ano 21, n. 42, p. 202-228.

RODRIGUES, Jovenildo Cardoso; SOBREIRO FILHO, J.; OLIVEIRA NETO, Adolfo Costa. **O rural e o urbano na Amazônia Metropolitana: reflexões a partir de Ananindeua, Pará.** Ano 21, n. 43, p. 257-281.

RODRIGUEZ, Violeta R. Nuñez. **Minería en México en el marco de la acumulación por desposesión.** Ano 18. n.28. p. 132-148. 2015.

ROMA, Cláudia Marques; GUIMARÃES, Raul Borges. **Agroindústria canavieira, pilhagem territorial e rumos do desenvolvimento na região da Nova Alta Paulista.** Ano 21, n. 41, p. 102-119, 2018.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. **Memória e atualização de sentidos em três atos do discurso jornalístico.** Ano 7, n. 5 p. 56-62, 2004.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa; PACÍFICO, Soraya Maria Romano. **Muito além de giz e lousa: análise do litígio discursivo em torno da questão agrária.** Ano 11, n. 12 p. 98 – 107, 2008.

ROOS, Djoni. **Lutas camponesas e diferentes atividades associativas nos assentamentos de sem-terra.** Ano 12, n. 14 p. 97 – 111, 2009.

ROOS, Djoni. **A reprodução contraditória do campesinato frente a territorialidade do agronegócio: subordinações e resistências em assentamentos rurais no Centro-Sul do Paraná.** Ano 19, n. 30, p. 169-187, 2016.

ROS, César Augusto Da; PICCIN, Marcos Botton. **A implantação do programa de assessoria técnica, social e ambiental aos assentamentos de reforma agrária no estado do Rio de Janeiro nos anos de 2002 a 2008: diretrizes, formatos institucionais e dinâmica de execução.** Ano 18. n. 27. p. 183-213. 2015.

ROSA, Paulo Roberto. **A exclusão digital como uma estratégia engendrada pelo capital para restringir o desenvolvimento territorial do campesinato.** Ano 20, n.36, edição especial, p. 82-106, 2017.

ROSSETTO, Onélia Carmem. **Sustentabilidade Ambiental do Pantanal Mato-Grossense: Interfaces entre Cultura, Economia e Globalização.** Ano 12, n. 15 p. 88–105, 2009.

ROSSETTO, Onélia Carmem; GIRARDI, Eduardo Paulon. **Dinâmica agrária e sustentabilidade socioambiental no Pantanal brasileiro.** Ano 15. n. 21 p. 135-161, 2012.

ROSSI, Rafael; VARGAS, Icléia Albuquerque de. **Ideologia e educação: a crítica do Programa Agrarinho**. Ano 20, n. 40, p. 206-224, 2017.

ROSSI, Virginia. **La producción familiar en la cuestión agraria uruguaya**. Ano 13, n. 16 p. 63-80, 2010.

SALAZAR, Oswaldo Viteri. **Incidencia de los programas agrarios gubernamentales en la cadena de valor del cacao fino y de aroma en Ecuador**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 153-169, 2016.

SALAZAR, Oswaldo Viteri; RAMOS-MARTÍN, Jesús. **Organizational structure and commercialization of coffee and cocoa in the northern Amazon region of Ecuador**. Ano 20, n. 35, p.266-287, 2017.

SANT'ANNA, Letícia Moreira. **Rolezinhos: movimentos socioespaciais do cotidiano**. Ano 20, n.39, p. 211-230, 2017.

SANTONJA, Jordi Tormo i. **Hacia una Geografía útil: el papel de la Geografía en el siglo XXI en España**. Ano 12, n. 14 p. 7– 27, 2009.

SANTOS, Anderson Luiz Machados dos; DE DAVID, Cesar. **Luta pela terra e disputas territoriais na região da campanha gaúcha: o processo de formação do assentamento Conquista do Caiboaté em São Gabriel – RS**. Ano 15. n. 20 p. 175-192, 2012.

SANTOS, Cássia Betânia Rodrigues. **Evidências de um crime: o fechamento da Escola Municipal Boa Esperança**. V. 24, n. 56, p. 93-112, jan.-abr., 2021.

SANTOS, Cristina Sturmer dos; KRAJEVSKY, Luis Claudio. **Assentamentos rurais e as modificações econômicas no município de Rio Bonito do Iguazu**. Ano 21, n. 41, p. 39-61, 2018.

SANTOS, Flávio Reis; SILVA, Magda Valéria. **Produção agrícola familiar no Brasil: experiências materializadas em três mesorregiões do estado de Goiás**. V. 22, n. 49, p. 211-243, 2019.

SANTOS, Gilberto Vieira; THOMAZ JÚNIOR, Antônio. **O movimento indígena contemporâneo e a Geografia**. V. 23, n. 54, p. 137-162, 2020.

SANTOS, Joseane dos; LIMA, Sebastião Henrique Santos; SOUZA, Gabriela Coelho de. **Políticas territoriais voltadas aos remanescentes de quilombos em territórios rurais no Rio Grande do Sul: o caso do Quilombo Chácara da Cruz no município de Tapes**. Ano 20, n. 37, p. 216-233, 2017.

SANTOS, Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da. **O uso dos recursos naturais do Cerrado para a produção artesanal: um estudo de caso entre os índios Krahô**. Ano 19, n. 33, p. 30-46, 2016.

SANTOS, Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da; ALEXANDRE, Adla Alves; KANIKADAN, Andrea Yumi Sugishita; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula. **Manutenção do sistema agroalimentar em território de conservação ambiental: o caso da APA Planalto do Turvo/Vale do Ribeira/SP**. Ano 19, n.33, p. 47-62, 2016.

SANTOS, Maria Edilúzia Leopoldino. **A construção do caminho para a conquista da terra: um espaço de transformação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem- Terra**. Ano 9, n. 9 p. 89 – 112, 2006.

SANTOS, Rafael de Oliveira Coelho dos. **A expansão do agronegócio sobre os assentamentos da reforma agrária: o caso do PA Fazenda Primavera (Andradina-SP)**. Ano 17, n. 25, p. 102-135, 2014.

SANTOS, Ricardo Menezes. **A formação do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA: por soberania alimentar, contra a mercadorização do campo no Brasil**. Ano 19, n. 31, p. 10-31, 2016.

SANTOS, Roberto Souza. **A microrregião geográfica de Rondonópolis-MT e sua polarização na economia regional**. Ano 19, n. 33, p. 155-180, 2016.

SANTOS, Thiago Araujo. **Dilemas políticos para o semiárido brasileiro: um breve panorama até crise do lulismo**. V. 22, n. 46, p. 234-258, jan.-abr. 2019.

SANTOS, Thiago Araujo; NEVES, Joser Ceyton; MELO, Aliucha de. **Notas para uma crítica geográfica das ideologias: a modernidade truncada e a vertigem do progresso no município de Três Lagoas-MS**. V. 23, n. 55, p. 343-361, set.-dez., 2020.

SAQUET, Marcos Aurélio; MONDARDO, Marcos Leandro. **A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais**. Ano 11, n. 13 p. 118 – 127, 2008.

SAUER, Sérgio. TUBINO, Nilton Luis Godoy. **A sustentação financeira de organizações do patronato rural brasileiro**. Ano 10, n. 11 p. 131-148, 2007.

SCHEUER, Junior Miranda. **Agroecologia: cuidando da saúde do planeta – palestra de Leonardo Boff**. Ano 19, n. 31, p. 166-179, 2016.

SEGRELLES, José Antonio. **La ecología y el desarrollo sostenible frente al capitalismo: una contradicción insuperable**. Ano 11, n. 13 p. 128-143, 2008.

SHANIN, Teodor. **Definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista**. Ano 8, n. 7 p. 1-21, 2005.

SHIMBO, Júlia Zanin; JIMÉNEZ-RUEDA, Jairo Roberto. **Zoneamento geoambiental como subsídio aos projetos de reforma agrária. Estudo de caso: assentamento rural Pirituba II**. Ano 10, n. 10 p. 115-133, 2007.

SILVA, Allan Rodrigo de Campos. **Resenha: Pandemia e agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência, de Rob Wallace**. V. 23, n. 55, p. 427-431, set.-dez., 2020.

SILVA, Andréa Leme da; SOUZA, Cláudia de; ELOY, Ludivine; PASSOS, Carlos José de Sousa. **Políticas ambientais seletivas e expansão da fronteira agrícola no Cerrado: impactos sobre as comunidades locais numa Unidade de Conservação no oeste da Bahia**. V. 22, n. 47, p. 321-347, Dossiê MATOPIBA, 2019.

SILVA, Arthur Boscarol; PEDRON, Nelson Rodrigo. **Reprodução do campesinato através de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar: a dinâmica do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Ourinhos-SP**. Ano 18, n. 26, p. 95-112, 2015.

SILVA, Beatriz Barbosa; GONÇALVES, Cláudio Ubiratan; SANTOS JÚNIOR, Avelar Araújo; PINTO, Luana Elis Oliveira. **Limolaygo Toype: as assembleias indígenas e a construção da identidade territorial dos Xukuru do Ororubá**. V. 23, n. 54, p. 186-211, 2020.

SILVA, Cássio Alexandre. **A natureza de um território no sertão do norte de Minas Gerais: a ação territorial dos Xakriabá**. V. 23, n. 54, p. 284-302, 2020.

SILVA, Cristiano Nunes; LIMA, Ricardo Angelo Pereira; MARINHI, Wicka Nazaré. **Desestruturação territorial na atividade pesqueira: a instalação de usinas hidrelétricas na bacia do Araguari (Ferreira Gomes – Amazônia – Brasil)**. Ano 42, n. 22, p. 186-201.

SILVA, Christian Nunes da; SOUSA, Hugo Pinon de; VILHENA, Thiago Maciel; LIMA, Joanderson Barra; SILVA, João Márcio Palheta da. **Modo de vida e territorialidades de pescadores da comunidade Cajueiro em Mosqueiro (Belém-Amazônia-Brasil)**. Ano 20, n. 40, p. 246-272, 2017.

SILVA, Edson Batista; CALAÇA, Manoel. **Disputas pela terra e na terra: possibilidades para produção agroecológica no assentamento Cunha, em Cidade Ocidental, GO**. Ano 18, n. 27, p. 214-239. 2015.

SILVA, Emerson Xavier da. **Entrevista a James Cockcroft**. Ano 10, n. 11 p. 149-169, 2007.

SILVA, Hellen Carolina Gomes Mesquita da. **Análise da atualidade das ações dos movimentos socioterritoriais camponeses e urbanos no estado de São Paulo: MST e MTST**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 178-195, 2017.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. **“Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas considerações**. Ano 13, n. 16 p. 7-21, 2010.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. **“Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas considerações**. Ano 15, Edição Especial, p. 79-92, 2012.

SILVA, Judson Jorge; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Do sonho à devastação onde tudo se (RE)constrói: experiências e memórias nas lutas por terra da região do Cariri-CE**. Ano 12, n. 14 p. 125-141, 2009.

SILVA, Lucas Bento da. **Impacto econômico e soberania alimentar e nutricional: um estudo de caso na comunidade negra rural Palenqueira San Juan de Palos Prieto, região do Caribe Colombiano**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 195-213, 2016.

SILVA, Lucas Bento da; MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **Estrutura agrária e a dinâmica da disputa territorial no Quilombo Cafundó –SP – Brasil**. V. 23, n. 55, p. 91-110, set.-dez., 2020.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. MARTINS, Rodrigo Constante. OCADA, Fábio Kazuo. GODOI, Stela. MELO, Beatriz Medeiros de. VETTORACCI, Andréia. BUENO, Juliana Dourado. RIBEIRO, Jadir Damião. **Do karoshi no Japão à birôla no Brasil: as faces do trabalho no capitalismo mundializado**. Ano 9, n. 8 p. 74-08, 2006.

SILVA, Mariele de Oliveira; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Reforma agrária nos municípios de Cáceres/MT e Selvíria/MS: agronegócio, subordinação e emancipação camponesa**. Ano 17, n. 25, p. 8-101, 2014.

SILVA, Paulus Vinicius; GRZEBIELUCKAS, Cleci. SANTOS, Josiane Silva Costa dos Santos. **Benefícios e Entraves do Programa Aquisição Alimentos - PAA Diamantino-MT**. V. 22, n. 49, p.168-188, 2019

SILVA, Rafael Navas; SILVA, Ivone da; MARTINS, Cibele Chalita. **Formação de coletores de sementes nativas da mata atlântica**. Ano 17, n. 24, p. 122-132, 2014.

SILVA, Rafael José Navas da; GARAVELLO, Maria Elisa Paula Eduardo. **Projetos agroecológicos em comunidade quilombola: análise a partir do território.** Ano 21, n. 41, p. 165-191, 2018.

SILVA, Raimundo Pires. **As especificidades da nova ATER para agricultura familiar.** Ano 16. n. 23. p. 150-166, 2013.

SILVA, Raimundo Pires; LORENZO, Helena Carvalho de. **Questão agrária: uma discussão necessária.** V. 23, n. 55, p. 21-37, set.-dez., 2020.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 7, n. 4 p. 42-49, 2004.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 15, Edição Especial, p. 177-184, 2012.

SILVA, Simone Rezende da. **A trajetória do negro no Brasil e a territorialização quilombola.** Ano 14. n. 19 p. 73-89, 2011.

SILVA, Tânia Paula da. **As redefinições do “rural”: breve abordagem.** Ano 7, n. 4 p. 50-55, 2004.

SILVA, Tanise Pedron da; COSTABEBER, José Antônio. **A (re)organização da produção: um estudo da segurança alimentar nos assentamentos de reforma agrária Santa Rita e Sepé Tiaraju, município de Capão do Cipó (RS).** Ano 16. n. 23. p. 131-149, 2013.

SILVA, Hulda Rocha e; CELENTANO, Danielle; ROUSSEAU, Guillaume. **Sistemas agroflorestais como estratégia para a restauração do passivo ambiental de assentamentos rurais da Amazônia maranhense.** V. 22, n. 46, p. 309-315, jan.-abr. 2019.

SILVA, Jesiel Souza. **Breve revisitação ao conceito de campesinato.** V. 22, n. 50, p. 40-63, 2019.

SIMÕES, Willian; MOTENEGRO GÓMEZ, Jorge Ramón. **Jovens Faxinalenses no estado do Paraná: a produção das territorialidades em situação de fronteira.** Ano 19, n. 33, p. 63-97, 2016.

SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção. **A Geografia dos Movimentos Sociais em tempos de Globalização: o MST e o Zapatismo.** Ano 10, n. 11 p. 122-130, 2007.

SOARES, Jorge Luís Nascimento. **Assentamentos de reforma agrária na defesa e conservação do cerrado: o caso da região sul do Maranhão.** Ano 11, n. 13 p. 144-155, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento; ESPINDOLA, Carlos Roberto. **Geotecnologias no planejamento de assentamentos rurais: premissa para o desenvolvimento rural sustentável.** Ano 11, n. 12 p. 108-116, 2008.

SOARES, Simone Fernandes. **Um processo de capacitação de jovens e adultos remanescentes de quilombolas dos Caetanos de Capuan, Caucaia – Ceará.** Ano 17. n. 25. p. 162-181, 2014.

SOARES, Venozina de Oliveira; ROCHA, Luciana Oliveira. **A evolução da estrutura agrária do município de Barra do Choça-BA.** Ano 13, n. 17 p. 131-149, 2010.

SOBREIRO FILHO, José. O(s) movimento(s) por trás das dissensões: rupturas, agregação, lideranças e poder nas dissidências do Pontal do Paranapanema. Ano 18. n. 27. p. 64-95. 2015.

SOBREIRO FILHO, José. Instrumentos teóricos para analisar os movimentos socioespaciais e a perspectiva geográfica: conflitualidade, contentious politics, terrains of resistance, socio-spatial positionality e convergence spaces. Ano 20, n.39, p. 12-38, 2017.

SOBREIRO FILHO, José; MANAÇAS, Ulisses. Questão Agrária, o massacre de Pau D'Arco e violência na Amazônia: uma entrevista com Ulisses Manaças. Ano 21, n. 43, p. 376-396, 2018.

SOBREIRO FILHO, José; CARDOSO, Messias Alessandro; VALÉRIO, Valmir José de Oliveira. Os gigantes dos pés de barro da reforma agrária no Brasil: análise crítica dos Planos Nacionais de Reforma Agrária I e II por meio do debate paradigmático. V. 22, n. 50, p. 91-115, 2019.

SORZANO, Angelina Herrera; RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. O papel e os desafios da organização camponesa em Cuba: entrevista com o dirigente da Associação Nacional dos Agricultores Pequenos (ANAP), Mario La O Sosa. Ano 14. n. 19 p. 136-151, 2011.

SOUSA, Rafael Benevides de. Campesinização e resistências ao agronegócio do dendê no nordeste paraense. V. 22, n. 49, p. 244-270, 2019.

SOUZA, Francilane Eulália de. Os colégios rurais agrupados na Espanha: lugar de fortalecimento do campesinato? Ano 14, n. 18 p. 21-36, 2011.

SOUZA, Glaycon Vinícios Antunes de; PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. MATOPIBA: a Inteligência Territorial Estratégica (ITE) e a regionalização como ferramenta. V. 22, n. 47, p. 22-45, dossiê MATOPIBA, 2019.

SPADOTTO, Bruno Rezende; COGUETO, Jaqueline Vigo. Avanço do agronegócio nos cerrados do Piauí: horizontalidades e verticalidades na relação entre o ambientalismo dos pobres e o controle de terras pelo capital financeiro. V. 22, n. 47, p. 202-229, dossiê MATOPIBA, 2019.

SPOSITO, Eliseu Savério. Nota: a permanência na transformação e a transformação da permanência. Ano 13, n. 17 p. 157-159, 2010.

STAEVIE, P. M. Um balanço das discussões sobre os impactos do agronegócio sobre a Amazônia brasileira. Ano 21, n. 42, p. 98-112.

SULZBACHER, A. W. Perspectivas relacionais das categorias Território e Campo na análise geográfica. V. 22, n. 48, p. 137-153, Dossiê Território em Movimento, 2019.

SUZUKI, Júlio César. Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação. Ano 10, n. 10 p. 134-150, 2007.

TEIXEIRA, Carine Andrade; NORDER, Luís Antonio Cabello. Participação indígena no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Ano 18. n. 26. p. 113-124, 2015.

TERRA, Ademir. A pertinência do conceito de território para análise de assentamentos rurais. V. 22, n. 48, p. 190-205, Dossiê Território em Movimento, 2019.

TEUBAL, Miguel. La renta de la tierra en la economía política clásica: David Ricardo. Ano 9, n. 8, p. 122-132, 2006.

THÉRY, Hervé et al. **Geografias do trabalho escravo contemporâneo no Brasil**. Ano 13, n. 17, p. 7-28, 2010.

TORRES, Fernanda; GLENZA, Fernando; SANTARSIERO, Luis; OTTENHEIMER. **La soberanía alimentaria desde la extensión universitaria: repensando 'los' territorios y la distinción Urbano/Rural a través de la experiencia de la Cátedra Libre de Soberanía Alimentaria (UNLP-Argentina)**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 91-110, 2016.

TORRES, Fernanda. **Estado y movimientos sociales: disputas territoriales e identitarias. La Organización Barrial Tupac Amaru – Jujuy-Argentina**. Ano 20, n.39, p. 86-106, 2017.

TOZI, Shirley Capela; MASCARENHAS, Abraão Levi; PÓLEN, Ricardo Reis. **Água, conflitos e política ambiental na Amazônia Legal brasileira**. Ano 21, n.42, p. 229-256.

TRICHES, Rozane Marcia; GRISA, Cátia. **Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência**. Ano 18, n. 26. p. 11-28, 2015.

TRICHES, Rozane Marcia; SCHABARUM, Joseane Carla; GIOMBELLI, Giovana Paludo. **Demanda de produtos da agricultura familiar e condicionantes para a aquisição de produtos orgânicos e agroecológicos pela alimentação escolar no sudoeste do estado do Paraná**. Ano 19, n. 31, p. 91-110, 2016.

TROILO, Gabriel; ARAÚJO, Maria Nalva Rodrigues. **O papel da juventude camponesa na construção de economias de resistência no semiárido nordestino**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 144-156, 2016.

TROILO, Gabriel; ARAÚJO, Maria Nalva Rodrigues. **A educação em agroecologia e as disputas de classe no ensino superior: estudo de caso de formações pioneiras instituídas em universidades públicas brasileiras**. V. 23, n. 55, p. 294-321, set.-dez., 2020.

VALE, Ana Rute do. **A questão de gênero na Geografia Agrária: Entrevista com Rosa Ester Rossini**. V. 23, n. 55, p. 409-426, set.-dez., 2020.

VANDEN, Harry E. **Novos movimentos sociais, globalização e democratização: a participação do MST**. Ano 12, n. 14 p. 63-71, 2009.

VANESKI FILHO, Ener; LOERA, Nashieli Rangel. **Os brasiguaios sem-terra na reforma agrária**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 119-143, 2016.

VARGAS, Daiane Loreto. **Trabalho dos extensionistas no contexto da ATES: o caso dos assentamentos de Candiota/RS**. Ano 16. n. 22. p. 127-137, 2013.

VASCONCELOS, Joana Salém. **Propriedade coletiva em debate: caminhos da revolução agrária em Cuba (1959-1964)**. Ano 18, n. 27. p. 240-258. 2015.

VASSALLO, Miguel; CHAVES, Ethel Ferreira. **Colonización y nuevas formas de acceso a la tierra de productores familiares: enseñanzas de la colonia Maestro Soler en Uruguay**. Ano 17. n. 24. p. 146-166, 2014.

VÁSQUEZ CARDONA, David. **La crisis cafetera: elementos para una discusión sobre los análisis de los sistemas alimentarios**. Ano 18. n. 27. p. 38-52. 2015.

VELÁSQUEZ, Yanga Villagómez. **Acerca de la poscolonialidad y el desarrollo como paradigma de transformación social en América Latina**. V. 23, n. 54, p. 59-89, 2020.

VELTMEYER, Henry. **Dynamics of agrarian transformation and resistance**. Ano 13, n. 17 p. 29-49, 2010.

VELTMEYER, Henry. **El itinerario de desarrollo como una idea**. Ano 14. n. 19 p. 24-43, 2011.

VENTURA, Cláudio Barbosa. **Formação continuada de professores das escolas do campo no município de Governador Valadares – MG**. Ano. 18, n. 29.p.220 -232, 2015.

VIANA, Camila Eduarda; TRICHES, Rozane Marcia; CRUZ, Fabiana Thomé da. **Que qualidades para quais mercados? O caso do queijo colonial da microrregião de Capanema, Paraná**. V. 22, n. 49, p. 189-210, 2019.

VIDAL, Déa de Lima; ALENCAR, João Vitor de Oliveira. **Diferenciação camponesa na Depressão Sertaneja Semi-Árida do Ceará**. Ano 12, n. 15 p. 106–135, 2009.

VIEIRA, Flávia Braga. **Lutas camponesas na escala internacional: um estudo sobre a Via Campesina**. Ano 15. n. 20 p. 58-82, 2012.

VIEIRA, Francisca Pereira; NÓBREGA, Mariana Conceição Leal; ASSUMPÇÃO E LIMA, Débora. **Dona Francisca: entre cabaças, caminhos de lutas e sementes de resistência**. Relatos de campo, v. 22, n. 47, p. 413-433, Dossiê MATOPIBA, 2019.

VIEIRA, Noemia Ramos. **O conhecimento geográfico veiculado pelos parâmetros curriculares nacionais de geografia e o espaço agrário brasileiro: reflexões para uma geografia crítica em sala de aula**. Ano 7, n. 4 p. 29 – 41, 2004.

VIEIRA, Thiago Wentzel de Melo. **“A volta dos que não foram”: camponês e/ou agricultor familiar? Reflexões teórico-conceituais e a pertinência do campesinato**. V. 22, n. 46, p. 156-174, jan.-abr. 2019.

VIEIRA, Thiago Wentzel de Melo. **"The return of those who never went": Peasant and / or family farmer? Theoretical-conceptual reflections and the pertinence of the peasantry**. V. 22, n. 46, p. 175-191, jan.-abr. 2019.

VILLELA, Fábio Fernandes. **Práticas educativas comparadas em educação do campo e os desafios da formação omnilateral na América Latina**. Ano 14. n. 19 p. 90-103, 2011.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos. **Território (i)material e Geografia Agrária: Paradigmas em Questão**. Ano 16. n. 23. p. 27-42, 2013.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; SCHIVINATTO, Mônica. **Soberania alimentar e territórios camponeses: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Ano 18. n. 26. p. 185-205, 2015.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; VIEIRA, Noemia Ramos; ARAÚJO, Djacira Maria de Oliveira. **Residência Agrária: uma proposta pedagógica e metodológica**. Ano 21. n. 45, edição especial, p. 12-31.

VILLULLA, Juan Manuel. **Los sonidos del silencio. Formas de resistencia de los obreros asalariados en la agricultura pampeana**. Ano 20, n. 35, p.41-64, 2017.

WAHREN, Juan; SCHVARTZ, Agustina. **Disputas territoriales en el valle del intag en Ecuador: de la resistencia social contra la mega-minería a la creación de alternativas al desarrollo**. Ano 18. n.28. p.149-164, 2015.

WALLENIUS, Carlos Rodríguez; CONCHEIRO BÓRQUEZ, Luciano. **Sin maíz no hay país. Luchas indígenas y campesinas por la soberanía alimentaria y un proyecto de nación en México.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 215-235, 2016.

WANDSCHEER, Elvis Albert Robe; MACIEL, Carlos Alberto da Rosa; NEVES, Anderson Souto. **A influência dos processos contemporâneos na alimentação: uma proposta de reflexão.** Ano 14, n. 19 p. 152-161, 2011.

WELCH, Clifford Andrew. **Estratégias de resistência do movimento camponês brasileiro em frente das novas táticas de controle do agronegócio transnacional.** Ano 8, n. 6 p. 35-45, 2005.

WELCH, Clifford Andrew. **Movement histories: a preliminary historiography of the Brazil's landless laborers' movement (MST).** Ano 9, n. 9 p. 159-168, 2006.

WELCH, Clifford Andrew. **Peasants and globalization in Latin America: a survey of recent literature.** Ano 7, n. 5 p. 102-112, 2004.

WITTMAN, Hannah. **Agrarian reform and the production of locality: resettlement and community building in Mato Grosso, Brazil.** Ano 8, n. 7 p. 94-111, 2000.

ZAJONZ, Bruna Tadielo; VILWOCK, Ana Paula Schervinski; SILVEIRA, Vicente Celestino Pires. **A fumicultura brasileira e as políticas públicas associadas ao Programa Nacional de Diversificação em áreas cultivadas com tabaco.** Ano 20, n. 37, p. 278-293, 2017.

ZANELLA, Matheus; CASTRO, Carolina Milhorance. **A face internacional de uma disputa de modelos rurais: entendendo a economia política da cooperação brasileira em agricultura com Moçambique.** Ano 20, n. 38, p. 255-279, 2017.

ZENETTI, Fábio Luiz. **Cooperativismo e disputas territoriais no Paraná: o caso da Cocamar e da Corol.** V. 22, n. 50, p. 135-151, 2019.

ZICARI, Julián. **Neoextractivismo en Sudamérica. El caso del litio.** Ano. 18, n. 29.p.10-47. 2015.

ZIMERMAN, Artur. **Conhecendo a questão agrária por seus atores.** Ano 17, n. 24, p. 191-200, 2014.

ZIMMERMANN, Angelita; MEURER, Ane Carine. **Educação do Campo: o egresso da Pedagogia da Alternância no Noroeste do RS.** V. 22, n. 48, p. 154-173, Dossiê Território em Movimento, 2019.

COMPÊNDIO EDIÇÕES

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A territorialização do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Brasil.** Ano 1, n. 1, p. 2-44, 1998.

RIBAS, Alexandre Domingues. **MST: reorganização político-territorial dos assentamentos e a consolidação do sistema cooperativista dos assentados.** Ano 1, n.1, p. 45 -58, 1998.

RAMALHO, Cristiane Barbosa. **Quem são os sem-terra? Uma questão relevante para a compreensão da luta pela terra no Brasil.** Ano 1, n. 1 p. 59-72, 1998.

Direção Nacional do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. **As mentiras do governo FHC sobre reforma agrária.** Ano 1, n. 1 p. 72 – 75, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de Reforma agrária.** Ano 1, n. 2 p. 1-32, 1998.

PASQUETTI, Luis Antônio. **O MST como uma empresa social.** Ano 1, n. 2 p. 33-50. 1998.

MARCOS, Valéria de. **Da luta para entrar na terra à luta para permanecer na terra: a realidade dos assentamentos rurais paraibanos.** Ano 1, n. 2 p. 51-73, 1998.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **O conceito de região e a problemática dos assentamentos rurais.** Ano 1, n. 2 p. 74 – 93, 1998

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária. **DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra.** Ano 3, n. 3 p. 7-27, 2000.

PAVAN, Dulcinéia. **O caminho feminino para a reforma agrária.** Ano 3, n. 3 p. 28 – 44, 2000.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan; IENO NETO, Genaro. **Organização interna dos assentamentos rurais na Paraíba: caminhos e armadilhas das formas associativas.** Ano 3, n. 3 p. 45 -57, 2000.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Análise preliminar da assistência técnica nos assentamentos de reforma agrária do Estado de Mato Grosso do Sul.** Ano 3, n. 3 p. 58 – 67, 2000.

FABRINI, João Edmilson; LUZ, Juan Artigas Souza; LACERDA, Celso Lisboa de. **A importância das culturas de milho e feijão para o desenvolvimento econômico de assentamentos de reforma agrária atendidos pelo projeto Lumiar – Paraná.** Ano 3, n. 3 p. 68-94, 2000.

GIL, Izabel Castanha. **Territorialidade e desenvolvimento contemporâneo.** Ano 7, n. 4 p. 5-19, 2004.

PONTE, Karina Furini da. **(Re) Pensando o Conceito do Rural.** Ano 7, n. 4 p. 20-28, 2004.

VIEIRA, Noemia Ramos. **O conhecimento geográfico veiculado pelos parâmetros curriculares nacionais de geografia e o espaço agrário brasileiro: reflexões para uma geografia crítica em sala de aula.** Ano 7, n. 4 p. 29-41, 2004.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 7, n. 4 p. 42-49, 2004.

SILVA, Tânia Paula da. **As redefinições do “rural”:** breve abordagem. Ano 7, n. 4 p. 50-55, 2004.

CANUTO, Antônio. **Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade.** Ano 7, n. 5 p. 1-12, 2004.

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. **Cultura, trabalho e lutas sociais entre trabalhadores agro-extrativistas do Rio Valparaíso na Amazônia acreana.** Ano 7, n. 5 p. 13 – 33, 2004.

NEVES, Achilles Lemos. **Dos movimentos sociais aos sócio-espaciais e socioterritoriais: uma tentativa de compreensão dos “movimentos” pela perspectiva geográfica.** Ano 7, n. 5 p. 35 – 42, 2004.

GONÇALVES, Renata. **Impactos da reorganização espacial dos novos modelos de assentamentos nas relações de gênero.** Ano 7, n. 5 p. 43 – 55, 2004.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. **Memória e atualização de sentidos em três atos do discurso jornalístico.** Ano 7, n. 5 p. 56-62, 2004.

BAGLI, Priscilla. **O camponês nas análises de Rousseau, Michelet e Marx: diferenças e semelhanças.** Ano 7, n. 5 p. 63-72, 2004.

NETO, Domingos José de Almeida. **O Método do discurso.** Ano 7, n. 5 p. 73-85, 2004.

PAULA, Elder Andrade de. **O movimento sindical dos trabalhadores rurais e a luta pela terra no Acre: conquistas e retrocessos.** Ano 7, n. 5 p. 86-101, 2004.

WELCH, Clifford Andrew. **Peasants and globalization in Latin America: a survey of recent literature.** Ano 7, n. 5 p. 102 – 112, 2004.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Política compensatória de assentamentos rurais como negação da reforma agrária.** Ano 7, n. 5 p. 113 – 122, 2004.

KARRIEM, Abdurazack. **“Marching as to war”:** a letter from Brazil to South Africa about landlessness, agrarian reform and social movement struggles against Neoliberalism. Ano 8, n. 6 p. 1 – 13, 2005.

BEM, Anderson; FABRINI, João Edmilson. **A comercialização informal de leite como componente de resistência camponesa em Marechal Cândido Rondon - PR.** Ano 8, n. 6 p. 14 – 23, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 8, n. 6 p. 24 – 34, 2005.

WELCH, Clifford Andrew. **Estratégias de resistência do movimento camponês brasileiro em frente das novas táticas de controle do agronegócio transnacional.** Ano 8, n. 6 p. 35 – 45, 2005.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **A ofensiva do capital no campo brasileiro e a resistência do campesinato.** Ano 8, n. 6, p. 46-58, 2005.

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Reflexões sobre a participação dos assentados nas eleições municipais.** Ano 8, n. 6 p. 59 – 74, 2005.

GIL, Izabel Castanha. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Regiões contidas e desenvolvimento territorial: uma reflexão sobre o desenvolvimento contemporâneo da Nova Alta Paulista.** Ano 8, n. 6 p. 75 – 91, 2005.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **A disputa política no Brasil em torno da implementação do modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial (1997-2005).** Ano 8, n. 6 p. 92-117, 2005.

SHANIN, Teodor. **Definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista.** Ano 8, n. 7 p. 1 – 21, 2005.

ALMEIDA, Antônio Alves de. **A mística na luta pela terra.** Ano 8, n. 7 p. 22 – 34, 2005.

PONTES, Beatriz Maria Soares. **A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx.** Ano 8, n. 7 p. 35 – 47, 2005.

ESTEVES, Benedita Maria Gomes. **A hierarquização dos espaços agrários na Amazônia Sul-Occidental: os assentados em áreas de preservação e os não assentados.** Ano 8, n. 7 p. 48 – 67, 2005.

NEVES, Delma Pessanha. **Campesinato e reenquadramento sociais: os agricultores familiares em cena.** Ano 8, n. 7 p. 68 – 93, 2005.

WITTMAN, Hannah. **Agrarian reform and the production of locality: resettlement and community building in Mato Grosso, Brazil.** Ano 8, n. 7 p. 94 – 111, 2005.

FELÍCIO, Munir Jorge. **Ação pastoral e questão agrária no Pontal do Paranapanema.** Ano 8, n. 7 p. 112 – 124, 2005.

LERRER, Débora Franco. **Movimentos sociais, mídia e construção de um novo senso comum.** Ano 8, n. 7 p. 125 – 140, 2005.

GIARRACA, Norma. GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro. **Estrategias de vida, estrategias de lucha: apuntes de un trabajo de campo: el MST, São Paulo, Brasil (Reunión del GTDR – CLACSO, agosto/setiembre de 2005).** Ano 8, n. 7 p. 141 – 155, 2005.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 9, n. 8 p. 1 – 28, 2006.

ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão.** Ano 9, n. 8 p. 29 – 51, 2006.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais.** Ano 9, n. 8 p. 52 – 73, 2006.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. MARTINS, Rodrigo Constante. OCADA, Fábio Kazuo. GODOI, Stela. MELO, Beatriz Medeiros de. VETTORACCI, Andréia. BUENO, Juliana Dourado. RIBEIRO, Jadir Damião. **Do karoshi no Japão à birôla no Brasil: as faces do trabalho no capitalismo mundializado.** Ano 9, n. 8 p. 74 – 108, 2006.

CAVALCANTE, Matuzalem. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Formação territorial, agronegócio e atuais mudanças na estrutura fundiária de Mato Grosso.** Ano 9, n. 8 p. 109 – 121, 2006.

TEUBAL, Miguel. **La renta de la tierra en la economía política clásica: David Ricardo.** Ano 9, n. 8 p. 122 – 132, 2006.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. ALMEIDA, Maria Geralda de. **Um olhar sobre as redes de sociabilidade construídas do território das fabriquetas de queijo.** Ano 9, n. 8 p. 133 – 150, 2006.

MIRALHA, Wagner. **Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje.** Ano 9, n. 8 p. 151 – 172, 2006.

JÚNIOR, José Arbex. **Você tem fome do que?** Ano 9, n. 8 p. 173 – 185, 2006.

BARBAY, Claire. **Vers de nouvelles relations ville-campagne: les travailleurs ruraux et la création de nouveaux lieux.** Ano 9, n. 9 p. 1 – 27, 2006.

BRINGEL, Breno Marqués. **El lugar también importa. Las diferentes relaciones entre Lula y el MST.** Ano 9, n. 9 p. 28 – 48, 2006.

BRUMER, Anita. SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do século XX).** Ano 9, n. 9 p. 49 - 73, 2006.

QUIJANO, María Adelaida Farah. CORREA, Edelmira Pérez. **Mujeres rurales y nueva ruralidad en Colombia.** Ano 9, n. 9 p. 73 – 88, 2006.

SANTOS, Maria Edilúzia Leopoldino. **A construção do caminho para a conquista da terra: um espaço de transformação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem- Terra.** Ano 9, n. 9 p. 89 – 112, 2006.

FILHO, José dos Reis Santos. **A instituição imaginária da Amazônia brasileira. Registros cognitivos e práticas sociais.** Ano 9, n. 9 p. 113 – 143, 2006.

LEITE, Sérgio. **Seis comentários sobre seis equívocos a respeito da reforma agrária no Brasil.** Ano 9, n. 9 p. 144 – 158, 2006.

WELCH, Clifford Andrew. **Movement histories: a preliminary historiography of the Brazil's landless laborers' movement (MST).** Ano 9, n. 9 p. 159 – 168, 2006.

BERNARDES, Júlia Adão. **Dimensões da ação e novas territorialidades no cerrado brasileiro: pistas para uma análise teórica.** Ano 10, n. 10 p. 1 – 10, 2007.

GALAFASSI, Guido. **Economía regional y emergencia de movimientos agrarios. La región Chaqueña de los años setenta.** Ano 10, n. 10 p. 11 – 36, 2007.

MACEDO, Giovanni Raimundo de; BINSZTOK, Jacob. **Associações dos agricultores familiares, cafeicultura orgânica e comércio justo na Amazônia: dilemas e perspectivas.** Ano 10, n. 10 p. 37 – 56, 2007.

MCMICHAEL, Philip. **Reframing development: global peasant movements and the new agrarian question.** Ano 10, n. 10 p. 57 – 71, 2007.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano.** Ano 10, n. 10 p.

72 – 93, 2007.

RAMÍREZ, Milena Barrera. **Aproximación histórica al cooperativismo y su relación con la praxis desarrollada por el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST)**. Ano 10, n. 10 p. 94 – 114, 2007.

SHIMBO, Júlia Zanin; JIMÉNEZ-RUEDA, Jairo Roberto. **Zoneamento geoambiental como subsídio aos projetos de reforma agrária. Estudo de caso: assentamento rural Pirituba II**. Ano 10, n. 10 p. 115 – 133, 2007.

SUZUKI, Júlio César. **Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação**. Ano 10, n. 10 p. 134 – 150, 2007.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric. **Biofuels: five myths of the agro-fuels transition**. Ano 10, n. 10 p. 151 – 164, 2007.

DESMARAIS, Annette Aurélie. **La Vía Campesina: Globalização e o poder dos camponeses**. Ano 10, n. 10 p. 165 – 173, 2007.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais**. Ano 10, n. 11 p. 8 – 32, 2007.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. **Lavouras e sonhos: as representações camponesas nos assentamentos de reforma agrária**. Ano 10, n. 11 p. 33 – 47, 2007.

FELICIANO, Carlos Alberto. **“Grilos” jurídicos no Pontal do Paranapanema: administrando os conflitos agrários**. Ano 10, n. 11 p. 48-60, 2007.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. **Assentamentos rurais no território da cana: controvérsias em cena**. Ano 10, n. 11 p. 61 – 80, 2007.

MARTÍN, Víctor O. Martín. **De cómo se evita hoy la aplicación de la reforma agraria en el Surde España**. Ano 10, n. 11 p. 81 – 108, 2007.

MENDES, Eduardo Roberto; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Algumas considerações sobre o geógrafo anarquista Piotr Kropotkin e a comunidade rural Yuba em Mirandópolis (SP)**. Ano 10, n. 11, p. 109-121, 2007.

SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção. **A Geografia dos Movimentos Sociais em tempos de Globalização: o MST e o Zapatismo**. Ano 10, n. 11 p. 122-130, 2007.

SAUER, Sérgio. TUBINO, Nilton Luis Godoy. **A sustentação financeira de organizações do patronato rural brasileiro**. Ano 10, n. 11 p. 131-148, 2007.

SILVA, Emerson Xavier da. **Entrevista a James Cockcroft**. Ano 10, n. 11 p. 149-169, 2007.

BRUMER, Anita. ANJOS, Gabriele dos. **Gênero e reprodução social na agricultura familiar**. Ano 11, n. 12 p. 6-17, 2008.

DROULERS, Martine. **Brésil: l'enjeu des biocarburants**. Ano 11, n. 12 p. 18-30, 2008.

GIL, Izabel Castanha. **Cooperação, competição e resistência nas associações de municípios: a AMNAP e o desenvolvimento regional da Nova Alta Paulista**. Ano 11, n. 12 p. 31-56, 2008.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. Ano

11, n. 12 p. 57-67, 2008.

MELLO, Neli Aparecida de. **E a política agrícola transforma-se em instrumento do desenvolvimento sustentável.** Ano 11, n. 12 p. 68-85, 2008.

PAULA, Elder Andrade de. SILVA, Silvio Simione da. **Floresta, para que te quero? Da territorialização camponesa a nova territorialidade do capital.** Ano 11, n. 12 p. 86 -97, 2008.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa; PACÍFICO, Soraya Maria Romano. **Muito além de giz e lousa: análise do litígio discursivo em torno da questão agrária.** Ano 11, n. 12 p. 98-107, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento; ESPINDOLA, Carlos Roberto. **Geotecnologias no planejamento de assentamentos rurais: premissa para o desenvolvimento rural sustentável.** Ano 11, n. 12 p. 108-116, 2008.

OCADA, Fabio Kazuo; MELO, Beatriz Medeiros de. **Entrevista com Maria Aparecida de Moraes Silva.** Ano 11, n. 12 p. 117-136, 2008.

BENINI Edi Augusto; BENINI, Elcio Gustavo. **Reforma agrária no contexto da economia solidária.** Ano 11, n. 13 p. 6-15, 2008.

CAVALCANTE, Matuzalem; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Territorialização do agronegócio e concentração fundiária.** Ano 11, n. 13 p. 16-25, 2008.

CHENG, T.J. **Overtime in China: law, practice and social exclusion.** Ano 11, n. 13 p. 26-46, 2008.

DA ROS, César Augusto. **A política fundiária do governo da Frente Popular no Rio Grande do Sul (1999-2002): diretrizes, luta política e resultados atingidos.** Ano 11, n. 13 p. 47-82, 2008.

EDUARDO, Márcio Freitas. **O conceito de território e o agroartesanato.** Ano 11, n. 13 p. 83 – 101, 2008.

PAULA, Elder Andrade de; SILVA, Silvio Simione da. **Movimentos sociais na Amazônia brasileira: vinte anos sem Chico Mendes.** Ano 11, n. 13 p. 102-117, 2008.

SAQUET, Marcos Aurélio; MONDARDO, Marcos Leandro. **A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais.** Ano 11, n. 13 p. 118-127, 2008.

SEGRELLES, José Antonio. **La ecología y el desarrollo sostenible frente al capitalismo: una contradicción insuperable.** Ano 11, n. 13 p. 128-143, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento. **Assentamentos de reforma agrária na defesa e conservação do cerrado: o caso da região sul do Maranhão.** Ano 11, n. 13 p. 144-155, 2008.

BÔAS, Rafael Litvin Villas. **Terrorismo à brasileira: a retórica da vez da classe dominante contra o MST.** Ano 11, n. 13 p. 156-165, 2008.

SANTONJA, Jordi Tormo i. **Hacia una Geografía útil: el papel de la Geografía en el siglo XXI en España.** Ano 12, n. 14 p. 07-27, 2009.

NUNES, João Osvaldo Rodrigues; SERRANO, José Antonio Segrelles. **Análise agrária da multifuncionalidade da terra na província de Alicante-Espanha.** Ano 12, n. 14 p. 28-47, 2009.

REITER, Bernd. **A genealogy of Black organizing in Brazil.** Ano 12, n. 14 p. 48-62, 2009.

VANDEN, Harry E. **Novos movimentos sociais, globalização e democratização: a participação do MST.** Ano 12, n. 14 p. 63-71, 2009.

PICCIN, Marcos Botton et al. **Análise do processo de constituição e desestruturação da cooperativa de agricultores assentados Terra Vida – COOPERVIDA, RS.** Ano 12, n. 14 p. 72-96, 2009.

ROOS, Djoni. **Lutas camponesas e diferentes atividades associativas nos assentamentos de sem-terra.** Ano 12, n. 14 p. 97-111, 2009.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **Agronegócio e ideologia: contribuições teóricas.** Ano 12, n. 14 p. 112-124, 2009.

SILVA, Judson Jorge; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Do sonho à devastação onde tudo se (RE)constrói: experiências e memórias nas lutas por terra da região do Cariri-CE.** Ano 12, n. 14 p. 125-141, 2009.

ACUÑA, Isaías Tobasura. **De campesinos a empresarios. La retórica neoliberal de la política agraria en Colombia.** Ano 12, n. 15 p. 07-21, 2009.

CARRASCO, Salvador Ferradás. **Desarrollo Local, Promoción y Publicidad: Criterios de Calidad Medioambiental y Territorial para la mejora de Ciudades Turísticas.** Ano 12, n. 15 p. 22-33, 2009.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes. **O Movimento dos Atingidos por Barragem na Amazônia: um movimento popular nascente de “vidas inundadas”.** Ano 12, n. 15 p. 34-65, 2009.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Uma descrição agroecológica da crise atual.** Ano 12, n. 15 p. 66– 87, 2009.

ROSSETTO, Onélia Carmem. **Sustentabilidade Ambiental do Pantanal Mato-Grossense: Interfaces entre Cultura, Economia e Globalização.** Ano 12, n. 15 p. 88–105, 2009.

VIDAL, Déa de Lima; ALENCAR, João Vitor de Oliveira. **Diferenciação camponesa na Depressão Sertaneja Semi-Árida do Ceará.** Ano 12, n. 15 p. 106–135, 2009.

GÓMEZ, Sérgio. **Urbanização e Ruralidade. Os condomínios e os conselhos de desenvolvimento social.** Brasília: MDA, 2009 (resenha). Ano 12, n. 15 p. 136–138, 2009.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. **“Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas considerações.** Ano 13, n. 16 p. 7-21, 2010.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 13, n. 16 p. 22-32, 2010.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Prescrições agroecológicas para a crise atual.** Ano 13, n. 16 p. 33-47, 2010.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O novo colonialismo transnacional e a experiência brasileira do agronegócio.** Ano 13, n. 16 p. 48-62, 2010.

ROSSI, Virginia. **La producción familiar en la cuestión agraria uruguaya.** Ano 13, n. 16 p. 63-80, 2010.

PATIÑO, Luís Carlos Agudelo. **Campesinos sin tierra, tierra sin campesinos: territorio, conflicto y resistencia campesina en Colômbia.** Ano 13, n. 16 p. 81-95, 2010.

BASU, Pratyusha. **Scale, place and social movements: strategies of resistance along India's Narmada river.** Ano 13, n. 16 p. 96-113, 2010.

MOREIRA, Vagner José. **A criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra: mundos dos trabalhadores, questão agrária e o “levante comunista” de 1949 em Fernandópolis-SP.** Ano 13, n. 16 p. 114-129, 2010.

THÉRY, Hervé et al. **Geografias do trabalho escravo contemporâneo no Brasil.** Ano 13, n. 17 p. 7-28, 2010.

VELTMEYER, Henry. **Dynamics of agrarian transformation and resistance.** Ano 13, n. 17 p. 29-49, 2010.

RINCÓN, Luis Felipe. **¡Hombres de maíz! Una mirada a la actualidad organizativa campesina en Guatemala.** Ano 13, n. 17 p. 49-64, 2010.

MACHADO, Antonio Maciel Botelho; CASALINHO, Helvio Debli. **Crítica à pluriatividade e suas relações com o campesinato e a reforma agrária.** Ano 13, n. 17 p. 65-80, 2010.

ESTRADA, María de. **Geografía de la frontera: mecanismos de territorialización del agronegocio en frontera agropecuaria de Santiago del Estero, Argentina.** Ano 13, n. 17 p. 81-93, 2010.

FARIAS, Cleilton Sampaio; FARIAS, Cleisson Sampaio de Farias. **Os fundamentos e a expressão da questão agrária no Acre.** Ano 13, n. 17 p. 94-111, 2010.

MONDARDO, Marcos Leandro. **A “territorialização” do agronegócio globalizado em Barreiras- BA: migração sulista, reestruturação produtiva e contradições sócio-territoriais.** Ano 13, n. 17 p. 112-130, 2010.

SOARES, Venozina de Oliveira; ROCHA, Luciana Oliveira. **A evolução da estrutura agrária do município de Barra do Choça-BA.** Ano 13, n. 17 p. 131-149, 2010.

OLIVEIRA, Nallígia Tavares de. **Entrevista com Valmir Ulisses Sebastião – Ocupações de terra: mudanças e perspectivas.** Ano 13, n. 17 p.150-156, 2010.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Nota: a permanência na transformação e a transformação da permanência.** Ano 13, n. 17 p. 157-159, 2010.

JESUS, José Novaes. **A pedagogia da alternância e o debate da Educação do/no campo no estado de Goiás.** Ano 14, n. 18 p. 7-20, 2011.

SOUZA, Francilane Eulália de. **Os colégios rurais agrupados na Espanha: lugar de fortalecimento do campesinato?** Ano 14, n. 18 p. 21-36, 2011.

QUEIROZ, João Batista Pereira de. **A educação do campo no Brasil e a construção das escolas do campo.** Ano 14, n. 18 p. 37-46, 2011.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Conhecendo os camponeses-estudantes e o seus territórios no município de Paulicéia-SP: trabalho familiar, lazer e escola.** Ano 14, n. 18 p. 47-78, 2011.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes; HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. **Amazônia: a urgência e necessidade da construção de políticas e práticas educacionais inter/multiculturais.** Ano 14, n. 18 p. 79-105, 2011.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. **Educação do Campo na encruzilhada entre emancipação versus reino do capital: uma leitura filosófica.** Ano 14, n. 18 p. 106-124, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial Rural.** Ano 14, n. 18 p. 125-135, 2011.

PERCÍNCULA, Analia; JORGE, Andrés; CALVO, Claudia; MARIOTTI, Daniela; DOMÍNGUEZ, Diego; ESTRADA, Maria de; CICOLELLA, Mariana; BARBETTA, Pablo; SABATINO, Pablo; ASTELARRA, Sofia. **La violencia rural en la Argentina de los agronegocios: crónicas invisibles del despojo.** Ano 14. n. 19 p. 08-23, 2011.

VELTMEYER, Henry. **El itinerario de desarrollo como un idea.** Ano 14. n. 19 p. 24-43, 2011.

FREITAS, Alair Ferreira de; BOTELHO, Maria Isabel Vieira. **“Campesinato como ordem moral”: (re)visitando clássicos e (re)pensando a economia camponesa.** Ano 14. n. 19 p. 44-58, 2011.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; VAN TILBEURGH, Veronique. **Da teologia da libertação ao desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira: os mecanismos políticos e sociais de sua interpretação.** Ano 14. n. 19 p. 59-72, 2011.

SILVA, Simone Rezende da. **A trajetória do negro no Brasil e a territorialização quilombola.** Ano 14. n. 19 p. 73-89, 2011.

VILLELA, Fábio Fernandes. **Práticas educativas comparadas em educação do campo e os desafios da formação omnilateral na América Latina.** Ano 14. n. 19 p. 90-103, 2011.

AQUINO, Maria Lúcia Santos; LIMA, Eduardo Rodrigues Viana de; SILVA, Zenobio Abel Gouvêa Perelli da Gama e. **Manejo madeireiro na floresta estadual do Antimary, estado do Acre, Brasil.** Ano 14. n. 19 p. 104-135, 2011.

SORZANO, Angelina Herrera; RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **O papel e os desafios da organização camponesa em Cuba: entrevista com o dirigente da Associação Nacional dos Agricultores Pequenos (ANAP), Mario La O Sosa.** Ano 14. n. 19 p. 136-151, 2011.

WANDSCHEER, Elvis Albert Robe; MACIEL, Carlos Alberto da Rosa; NEVES, Anderson Souto. **A influência dos processos contemporâneos na alimentação: uma proposta de reflexão.** Ano 14. n. 19 p. 152-161, 2011.

CARDOSO, Antonio Ismael; JOVCHELEVICH, Pedro; MOREIRA, Vladimir. **Produção de sementes e melhoramento de hortaliças para a agricultura familiar em manejo orgânico.** Ano 14. n. 19 p. 162-169, 2011.

ECHENIQUE, Sergio Gómez. **Reflexiones sobre la dinámica reciente del mercado de la tierra en América Latina y el Caribe.** Ano 15. n. 20 p. 08-57, 2012.

VIEIRA, Flávia Braga. **Lutas camponesas na escala internacional: um estudo sobre a Via Campesina.** Ano 15. n. 20 p. 58-82, 2012.

BARCELLOS, Sérgio Botton. **A interdependência entre estado e MST na constituição de um assentamento de reforma agrária.** Ano 15. n. 20 p. 83-98, 2012.

CUNHA, Paulo Roberto; MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de. **A terra prometida ainda é promessa... desapropriação da fazenda Nova Alegria pelo descumprimento do Código Florestal: conflito, impunidade e imbróglío jurídico.** Ano 15. n. 20 p. 99-130, 2012.

DA ROS, César Augusto; PICCIN, Marcos Botton. **Os serviços de assessoria técnica e social aos assentamentos de reforma agrária: uma análise qualitativa das ações do projeto Lumiar no estado do Rio de Janeiro.** Ano 15. n. 20 p. 131-155, 2012.

LARA JÚNIOR, Nadir. **Análise das principais influências ideológicas na constituição do MST.** Ano 15. n. 20 p. 156-174, 2012.

SANTOS, Anderson Luiz Machados dos; DE DAVID, Cesar. **Luta pela terra e disputas territoriais na região da campanha gaúcha: o processo de formação do assentamento Conquista do Caiboaté em São Gabriel – RS.** Ano 15. n. 20 p. 175-192, 2012.

CAPOANE, Viviane; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos. **Análise qualitativa do uso e ocupação da terra no assentamento Alvorada, Júlio de Castilhos – Rio Grande do Sul.** Ano 15. n. 20 p. 193-205, 2012.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **O partido da terra: como os políticos conquistam o território brasileiro.** Ano 15. n. 20 p. 206-207, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 09-20, 2012.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais.** Ano 15, Edição Especial, p. 21-42, 2012.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Ano 15, Edição Especial, p. 43-54, 2012.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 55-78, 2012.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. **“Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas considerações.** Ano 15, Edição Especial, p. 79-92, 2012.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 15, Edição Especial, p. 93-102, 2012.

ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão.** Ano 15, Edição Especial, p. 103-126, 2012.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 15, Edição Especial, p. 127-154, 2012.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano.** Ano 15, Edição Especial, p. 155-176, 2012.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 15, Edição Especial, p. 177-184, 2012.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Agrarian reform, food sovereignty and the MST: socio-environmental impacts of agrofuels production in the Pontal do Paranapanema region of São Paulo state, Brazil.** Ano 15. n. 21 p. 08-32, 2012.

FABRINI, João Edmilson; ROOS, Djoni; MARQUES, Erwin Becker; GONÇALVES, Leandro Daneluz. **Lutas e resistências no campo paranaense e o projeto Dataluta-PR.** Ano 15. n. 21 p. 33-49, 2012.

DAL POZZO, Clayton Ferreira. **Pelo espaço ou pelo território? Possibilidades de articulação para se compreender a territorialidade e a fragmentação socioespacial.** Ano 15. n. 21 p. 50-68, 2012.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Aportes metodológicos de la teoría del desarrollo territorial.** Ano 15. n. 21 p. 69-78, 2012.

MORENO, Glaucia de Sousa; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **O drama da instalação de famílias agricultoras na mesorregião sudeste paraense.** Ano 15. n. 21 p. 79-99, 2012.

PATRÍCIO, Patrícia Cartes; GOMES, João Carlos Costa. **Desenvolvimento rural sustentável, planejamento e participação.** Ano 15. n. 21 p. 100-113, 2012.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Movimento étnico-socioterritorial Guarani e Kaiowa no estado de Mato Grosso do Sul: disputas territoriais nas retomadas pelo Tekoha-Tekohará.** Ano 15. n. 21 p. 114-134, 2012.

ROSSETTO, Onélia Carmem; GIRARDI, Eduardo Paulon. **Dinâmica agrária e sustentabilidade socioambiental no Pantanal brasileiro.** Ano 15. n. 21 p. 135-161, 2012.

OMENA, Maria Luiza Rodrigues de Albuquerque; SOUZA, Roberto Rodrigues de; SOARES, Maria José Nascimento. **Contradições do programa sergipano de biodiesel.** Ano 15. n. 21 p. 162-172, 2012.

GARRIDO, Hellen Charlot Cristancho. **Vivir bien ¿paradigma no capitalista?** Ano 15. n. 21 p. 173-180, 2012.

AVILA, Camilo Alejandro Bustos. **O componente social do Plano Colômbia e a territorialidade da comunidade camponesa-indígena Awá do departamento de Putumayo (Colômbia).** Ano 16. n. 22. p. 09-26, 2013.

BARRI, Juan. **Renta Agraria em contextos de alta productividad: las contradicciones emergentes en el actual régimen de producción agropecuaria argentino.** Ano 16. n. 22. p. 27-42, 2013.

LOBOS, Damian Andres. **Los territorios de la desposesión: los enclaves y la logística como territorialización del modelo extractivo sudamericano.** Ano 16. n. 22. p. 43-54, 2013.

BELLACOSA, Julia Marques. **Os desafios da produção camponesa frente à expansão dos agrocombustíveis, o assentamento Monte Alegre: Araraquara-SP.** Ano 16. n. 22. p. 55-81, 2013.

OYAHANTÇABAL, Gabriel. **Los tres campos em la cueston agraria en Uruguay.** Ano 16. n. 22. p. 82-95, 2013.

MACEDO, Magno Roberto Alves; DARNET, Laura Angélica Ferreira; THALÊS, Marcelo Cordeiro; POCCARD-CHAPUÍS, Rene. **Configuração espacial do desflorestamento em fronteira agrícola na Amazônia: um estudo de caso na região de São Félix do Xingu, estado do Pará.** Ano 16. n. 22. p. 96-110, 2013.

MACHADO, Maria Rita Ivo de Melo; ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone Alves de. **Nova lógica na produção de cana-de-açúcar na Zona da Mata pernambucana: transformações fundiárias para a perpetuação das relações de poder.** Ano 16. n. 22. p. 111-126, 2013.

VARGAS, Daiane Loreto. **Trabalho dos extensionistas no contexto da ATES: o caso dos assentamentos de Candiota/RS.** Ano 16. n. 22. p. 127-137, 2013.

CARDONA, David Vásquez. **Disputas territoriales con el capital, las subordinaciones, paradigmas y modelos de desarrollo.** Ano 16. n. 23. p. 09-26.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos. **Território (i)material e Geografia Agrária: Paradigmas em Questão.** Ano 16. n. 23. p. 27-42, 2013.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio. **Agricultura de beira de estrada ou agropecuária marginal ou, ainda, o campesinato espremido.** Ano 16. n. 23. p. 43-59, 2013.

CUBAS, Tiago Egídio Avanço. **Aspectos da formação da opinião pública paulista: um estudo baseado no Dataluta jornal de 1988 a 2010.** Ano 16. n. 23. p. 60-80, 2013.

CASTRO, Cloves Alexandre. **Movimento social e geografia: contribuição ao debate.** Ano 16. n. 23. p. 81-108, 2013.

MORALES, Selene. **La “sojización” y la tierra en disputa: desarrollo del capitalismo agrario en Uruguay.** Ano 16. n. 23. p. 109-130, 2013.

SILVA, Tanise Pedron da; COSTABEBER, José Antônio. **A (re)organização da produção: um estudo da segurança alimentar nos assentamentos de reforma agrária Santa Rita e Sepé Tiaraju, município de Capão do Cipó (RS).** Ano 16. n. 23. p. 131-149, 2013.

SILVA, Raimundo Pires. **As especificidades da nova ATER para agricultura familiar.** Ano 16. n. 23. p. 150-166, 2013.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato.** Ano 16. n. 23. p. 167-170, 2013.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; HÉRNANDEZ, David Gallar; COLADO, Ángel Calle. **A “nova” questão agrária em Andalúcia: processos de recampesinização em tempos de impérios agroalimentares.** Ano 17. n. 24. p. 09-35, 2014.

CUTINELLA, César. **La cuestión agraria uruguaya en los manuales escolares de geografía: una aproximación a su evolución histórica.** Ano 17. n. 24. p. 36-50, 2014.

BATISTA, Ândrea Francine. **A formação e a organização política na territorialização contra-hegemônica: a experiência da Via Campesina sudamérica.** Ano 17. n. 24. p. 51-70, 2014.

BELO, Diego Carvalho; PEDLOWSKI, Marcos Antônio. **Acampamentos do MST e sua importância na formação da identidade do sem terra.** Ano 17. n. 24. p. 71-85, 2014.

JARA, Cristian Emanuel; SPERAT, Ramiro Rodríguez; RINCÓN, Luis Felipe. **La agricultura familiar en el desarrollo rural: continuidades y rupturas del paradigma neoliberal en argentina y Colombia.** Ano 17. n. 24. p. 86-106, 2014.

PASINI, Isabela Leão Ponce; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho; SILVA, Douglas Mansur da. **Modernização nas comunidades negras rurais do Sapê do Norte: discursos e práticas de (des)envolvimento e meio ambiente.** Ano 17. n. 24. p. 107-121, 2014.

SILVA, Rafael Navas; SILVA, Ivone da; MARTINS, Cibele Chalita. **Formação de coletores de sementes nativas da mata atlântica.** Ano 17. n. 24. p. 122-132, 2014.

NORDER, Luis Antônio Cabello. **Controvérsias sobre a reforma agrária no Brasil (1934-1964).** Ano 17. n. 24. p. 133-145, 2014.

VASSALLO, Miguel; CHAVES, Ethel Ferreira. **Colonización y nuevas formas de acceso a la tierra de productores familiares: enseñanzas de la colonia Maestro Soler en Uruguay.** Ano 17. n. 24. p. 146-166, 2014.

COSCIONE, Marco; PINZÓN, Viviana García. **Paro nacional agrario en Colombia: TLCS y perspectivas del movimiento social y popular.** Ano 17. n. 24. p. 167-190, 2014.

ZIMERMAN, Artur. **Conhecendo a questão agrária por seus atores.** Ano 17. n. 24. p. 191-200, 2014.

BRUSCHI, Rita. **Manifestaciones de la cuestión agraria en Uruguay.** Ano 17. n. 25. p. 10-24, 2014.

PORTO, José Renato Sant'Anna. **O discurso do agronegócio: modernidade, poder e "verdade".** Ano 17. n. 25. p. 25-46, 2014.

NAHUN, João Santos; PAIXÃO JÚNIOR, Paulo Roberto Carneiro. **Encontros e desencontros: fronteira, agronegócio da soja e campesinato no Planalto Santareno (PA).** Ano 17. n. 25. p. 47-70, 2014.

COELHO, Douglas Cristian; FABRINI, João Edmilson. **Produção de subsistência e autoconsumo no contexto de expansão do agronegócio.** Ano 17. n. 25. p. 71-87, 2014.

SILVA, Mariele de Oliveira; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Reforma agrária nos municípios de Cáceres/MT e Selvíria/MS: agronegócio, subordinação e emancipação camponesa.** Ano 17. n. 25. p. 8-101, 2014.

SANTOS, Rafael de Oliveira Coelho dos. **A expansão do agronegócio sobre os assentamentos da reforma agrária: o caso do PA Fazenda Primavera (Andradina-SP).** Ano 17. n. 25. p. 102-135, 2014.

LEITE, Vinícius Rocha; PEDLOWSKI, Marcos Antonio; HADDAD, Ludimila Neves. **Assentamentos de reforma agrária como agentes de recuperação da cobertura vegetal em paisagens degradadas de Mata Atlântica na região norte fluminense.** Ano 17. n. 25. p. 136-146, 2014.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN, Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Políticas públicas e comunidades tradicionais: uma análise dos projetos de desenvolvimento local sustentável na Mata Atlântica.** Ano 17. n. 25. p. 147-161, 2014.

SOARES, Simone Fernandes. **Um processo de capacitação de jovens e adultos remanescentes de quilombolas dos Caetanos de Capuan, Caucaia – Ceará.** Ano 17. n. 25. p. 162-181, 2014.

PEREIRA, Lorena Izá. **Políticas fundiárias no Brasil: uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil.** Roma: International Land Coalition (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 182-185, 2014.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno.** São Paulo: Expressão Popular (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 186-191, 2014.

TRICHES, Rozana Maria; GRISA, Cátia. **Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência.** Ano 18. n. 26. p. 11-28, 2015.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Addressing rural poverty and food insecurity through local food purchasing and school lunch programs: PAA Africa, PRONAE and the creation of institutional markets in Mozambique.** Ano 18. n. 26. p. 29-52, 2015.

CHRISTANCHO GARRIDO, Hellen Charlot. **Abordagem territorial da segurança alimentar: articulação do campo e da cidade no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): considerações sobre o caso colombiano.** Ano 18. n. 26. p. 53-71, 2015.

PEIXOTO, Angêla Maria; OLIVEIRA, Adriano Rodrigues. **Abordagem territorial nas políticas públicas de desenvolvimento rural: uma análise do PAA para a produção camponesa no município de Ipameri-GO.** Ano 18. n. 26. p. 72-94.

SILVA, Arthur Boscaroli; PEDRON, Nelson Rodrigo. **Reprodução do campesinato através de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar: a dinâmica do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Ourinhos-SP.** Ano 18. n. 26. p. 95-112.

TEIXEIRA, Carine Andrade; NORDER, Luís Antonio Cabello. **Participação indígena no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** Ano 18. n. 26. p. 113-124, 2015.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos. **Os quilombolas e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Vale do Ribeira Paraná: diversidades culturais, enquadramentos burocráticos e ações dos mediadores técnicos e sociopolíticos.** Ano 18. n. 26. p. 125-148, 2015.

LEAL, Sidney Cássio Todescato. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Pontal do Paranapanema.** Ano 18. n. 26. p. 149-166, 2015.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como uma política pública emancipatória no território Cantuquiriguaçu-PR.** Ano 18. n. 26. p. 167-184, 2015.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; SCHIVINATTO, Mônica. **Soberania alimentar e territórios camponeses: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** Ano 18. n. 26. p. 185-205, 2015.

GOLDFARB, Yamila. **Consolidação da hegemonia das corporações, monopolização do território e acumulação por espoliação: o caso da Cargill no Brasil e na Argentina.** Ano 18. n. 27. p. 11-37, 2015.

VÁSQUEZ CARDONA, David. **La crisis cafetera: elementos para una discusión sobre los análisis de los sistemas alimentarios.** Ano 18. n. 27. p. 38-52, 2015.

MAGGI, Leonardo Bauer. **Itaipu e a formação do território do capital.** Ano 18. n. 27. p. 53-63, 2015.

SOBREIRO FILHO, José. **O(s) movimento(s) por trás das dissensões: rupturas, agregação, lideranças e poder nas dissidências do Pontal do Paranapanema.** Ano 18. n. 27. p. 64-95, 2015.

MORAES, Vitor de; WELCH, Clifford Andrew. **A disputa territorial e o controle das políticas no território Cantuquiriguaçu - estado do Paraná: a participação dos movimentos socioterritoriais e o papel do estado.** Ano 18. n. 27. p. 96-112, 2015.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Análise do processo de espacialização do MST no estado de São Paulo em diferentes contextos histórico-geográficos.** Ano 18. n. 27. p. 113-137, 2015.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN; Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco dos; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Transição alimentar em comunidade quilombola no litoral sul de São Paulo/Brasil.** Ano 18. n. 27. p. 138-155, 2015.

NETO, João Augusto de Andrade. **A teoria e a prática do MST para a cooperação e a organização em assentamentos rurais.** Ano 18. n. 27. p. 156-182, 2015.

ROS, César Augusto Da; PICCIN, Marcos Botton. **A implantação do programa de assessoria técnica, social e ambiental aos assentamentos de reforma agrária no estado do Rio de Janeiro nos anos de 2002 a 2008: diretrizes, formatos institucionais e dinâmica de execução.** Ano 18. n. 27. p. 183-213, 2015.

SILVA, Edson Batista; CALAÇA, Manoel. **Disputas pela terra e na terra: possibilidades para produção agroecológica no assentamento Cunha, em Cidade Ocidental, GO.** Ano 18. n. 27. p. 214-239, 2015.

VASCONCELOS, Joana Salém. **Propriedade coletiva em debate: caminhos da revolução agrária em Cuba (1959-1964).** Ano 18. n. 27. p. 240-258, 2015.

PAZ, Raúl; LIPSHITZ, Héctor; ZERDA, Hugo Raúl; TIEDEMAN, José. **Estructura agraria, áreas de concentración de la agricultura familiar y procesos de expansión de la frontera agropecuaria en Santiago del Estero, Argentina.** Ano 18. n. 27. p. 259-279, 2015.

GALLAR HERNÁNDEZ, David; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Revisitando la agroecología: entrevista a Eduardo Sevilla Guzmán.** Ano 18. n. 27. p. 280-295, 2015.

RIBEIRO, Edson Sabatini. **RESENHA: Dinâmicas de classe da mudança agrária.** Ano 18. n. 27, p. 296-300, 2015.

MANRIQUE, Luis Felipe Ricón. **(Neo)extrativismo e despojo no sul global: conflitos e resistências nos territórios.** Ano 18, n. 28, p. 09-18, 2015.

ARACH, Omar. **Problemática y febril. Una mirada a la expansión del biodiesel en argentina.** Ano 18, n. 28, p. 19-31, 2015.

GOLDFARB, Yamila. **Expansão da soja e financeirização da agricultura como expressões recentes do regime alimentar corporativo no Brasil e na Argentina: o exemplo da Cargill.** Ano 18, n. 28, p. 32-67, 2015.

ACOSTA Claudia Yolima Devia. **Orinoquia colombiana, la influencia del agronegocio y la actividad petrolera: territorialidades en disputa.** Ano 18, n. 28, p. 68-91, 2015.

BINSZTOK, Jacob; CARNEIRO, Mônica. **Integração nacional, desenvolvimento capitalista e projetos modernizantes na Amazônia: retrospectiva e perspectiva de despojos da mineração Rio do Norte – PA.** Ano 18, n. 28, p.92-105, 2015.

MATO, Elmer Agostinho Carlos de; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **Exploração do carvão mineral de Benga em Moçambique e a expropriação da terra dos nativos: alguns apontamentos referentes à acumulação por espoliação.** Ano 18, n. 28, p.106-131, 2015.

RODRIGUEZ, Violeta R. Nuñez. **Minería en México en el marco de la acumulación por desposesión.** Ano 18, n.28, p. 132-148, 2015.

WAHREN, Juan ;SCHVARTZ, Agustina. **Disputas territoriales en el valle del intag en Ecuador: de la resistencia social contra la mega-minería a la creación de alternativas al desarrollo.** Ano 18, n. 28, p. 149-164, 2015.

RIEIRO, Anabel; POSADA, Valentina. **Megaminería en Uruguay:conflictos estructurantes de un nuevo campo en disputa.** Ano 18. n. 28, p.165-185, 2015.

DRUMOND, Nathalie. **A guerra da água na Bolívia: a luta do movimento popular contra a privatização de um recurso natural.** Ano 18. n.28. p. 186-205, 2015.

MIGUEZ, Susana Edith Rapp; TORIZ, Rosalia Vázquez; CAPILA, Maristela Amaro; MENDOZA, Xóchilt Formacio. **La disputa por los territorios rurales frente a la nueva cara del extractivismo minero y los procesos de resistencia en Puebla, México.** Ano 18. n.28. p.206-222, 2015.

FALERO, Alfredo. **La potencialidad heurística del concepto de economía de enclave para repensar el territorio.** Ano 18. n.28. p.223-240, 2015.

GÓMEZ, Sergio. **Las directrices voluntarias sobre gobernanza responsable de la tenencia de los recursos naturales y su aplicación desde América Latina.** Ano 18. n.28. p. 241-264, 2015.

ZICARI, Julián. **Neoextractivismo en Sudamérica. El caso del litio.** Ano. 18. n. 29.p.10-47, 2015.

PEREIRA, Lorena Izá. **Governança da posse e estrangeirização de terras: apontamentos e perspectivas.** Ano. 18. n. 29, p. 48- 69, 2015.

FACCO, Vinícius Antonio Banzano. **Alternativas aos impérios agroalimentares a partir do campesinato agroecológico: as experiências do acampamento agroflorestal José Lutzenberger (MST-Antonina/PR.** Ano. 18. n. 29.p.70- 100, 2015.

BATISTA, Edimar Eder. **Complexidade das relações entre campo e cidade: perspectivas teóricas.** Ano. 18. n. 29, p.101-132, 2015.

DETTMER, Carlos Alberto; SILVA, Nardel Luiz Soares da. **Agricultura familiar – estudo de caso no assentamento Teijin, município de Nova Andradina, MS.** Ano. 18. n. 29.p.133-150, 2015.

MOREIRA, Fabiano Greter; SCHILINDWEIN, Madalena Maria. **Sucessão da gestão na agricultura familiar: um estudo de caso no assentamento Santa Olga no município de Nova Andradina em Mato Grosso do Sul.** Ano. 18. n. 29.p. 151-173, 2015.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; GRISA, Felipe Fontoura; SCHIMITZ, Luiz Antonio. **Considerações sobre a experiência de construção de cisternas em Unidades de Produção e Vida Familiares (UPVFs) do município de Francisco Beltrão – Paraná.** Ano. 18. n. 29.p.174-193, 2015.

VENTURA, Cláudio Barbosa. **Formação continuada de professores das escolas do campo no município de Governador Valadares – MG.** Ano. 18. n. 29, p.220 -232, 2015.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Discusiones ontológicas sobre una tipología de territorios.** Ano 19, n. 30, p. 10-30, 2016.

LOPES, Gabriel Rodrigues. **“¡Ese desarrollo quiere acabar con nosotros/as!”: del horizonte colonial al giro epistémico des-colonizador.** Ano 19, n.30, p. 31-57, 2016.

PFRIMER, Matheus Hoffman; BARBOSA JUNIOR, Ricardo Cesar. **(De)Securitizing collectives of the Brazilian Cerrado and the implementation of an agribusiness complex.** Ano 19, n. 30, p.58-79.

ANDRADE, Patrícia Soares; VIANA, Masilene Rocha. **Entre o avanço do agronegócio e a política de assentamentos rurais: a intervenção pública na questão agrária e fundiária piauiense.** Ano 19, n. 30, p.80-97, 2016.

OLIVEIRA, Alyne Maria Sousa et al. **Indicadores de sustentabilidade cultural de assentamentos rurais em Teresina-PI.** Ano 19, n.30, p.98-147, 2016.

CARDONA, David Vásquez; SOBREIRO FILHO, J. S. **Os movimentos socioterritoriais: entre as classes e os movimentos populares.** Ano 19, n.30, p.148-168, 2016.

FARIAS, Maria Isabel. **Educação do/no Campo, um território em disputa: avanços e conquistas.** Ano 19, n. 30, p. 188-204, 2016.

ROSS, Djoni. **A reprodução contraditória do campesinato frente a territorialidade do agronegócio: subordinações e resistências em assentamentos rurais no Centro-Sul do Paraná.** Ano 19, n. 30, p. 169-187, 2016.

DRUZIAN, Franciele et al. **O estudo do lugar na escola do campo.** Ano 19, n. 30, p. 205-228, 2016.

SANTOS, Ricardo Menezes. **A formação do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA: por soberania alimentar, contra a mercadorização do campo no Brasil.** Ano 19, n. 31, p. 10-31, 2016.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **A construção da emancipação humana nos territórios da reforma agrária: o caso do conglomerado cooperativo da produção ecológica de arroz nos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre.** Ano 19, n. 31, p. 32-50, 2016.

JUNQUEIRA, Victor Hugo. **Da cafeicultura ao agronegócio canavieiro: o papel do Estado na consolidação do setor sucroalcooleiro na região de Ribeirão Preto-SP.** Ano 19, n. 31, p. 51-71, 2016.

PERAFÁN, Mireya Eugenia Valencia; WALTER, Maria Inez Machado Telles. **A percepção das condições de vida pelas populações dos territórios rurais, além das análises sobre o desempenho dos sistemas produtivos.** Ano 19, n. 31, p. 72-90, 2016.

TRICHES, Rozane Marcia; SCHABARUM, Joseane Carla; GIOMBELLI, Giovana Paludo. **Demanda de produtos da agricultura familiar e condicionates para a aquisição de**

produtos orgânicos e agroecológicos pela alimentação escolar no sudoeste do estado do Paraná. Ano 19, n. 31, p. 91-110, 2016.

ROCHA, João Henrique; ANJOS, Flávio Sacco dos. **Agricultura familiar e os mercados institucionais: análise do Programa de Aquisição de Alimentos (CPR-Doação) em Boa Vista – Roraima.** Ano 19, n. 31, p. 111-142, 2016.

EDUARDO, Márcio Freitas. **Agroecologia e o processo de ativação de territorialidades camponesas.** Ano 19, n. 31, p. 143-165, 2016.

SCHEUER, Junior Miranda. **Agroecologia: cuidando da saúde do planeta – palestra de Leonardo Boff.** Ano 19, n. 31, p. 166-179, 2016.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **20 anos da proposta de soberania alimentar: construindo um regime alimentar corporativo.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 14-33, 2016.

CAMARGO, Regina Aparecida Leite de; BACCARIN, José Giacomo; SILVA, Denise Boito Pereira da. **Mercados institucionais para a agricultura familiar e soberania alimentar.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 34-55, 2016.

DEBUS, Dieterson; SILVA, Nardel Luiz Soares da; LIBERMANN, Angelita Pinto; MEZNER, Cristiano Luiz; RIBEIRO FILHO, Geraldo Valentin. **Avaliação do perfil dos agricultores que fornecem produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA no município de Toledo – PR.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 56-71, 2016.

ARAÚJO, Gracieda dos Santos. **Soberania alimentar e políticas públicas para a agricultura familiar na América Latina: o caso do Brasil e da Argentina.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 72-90, 2016.

TORRES, Fernanda; GLENZA, Fernando; SANTARSIERO, Luis; OTTENHEIMER. **La soberanía alimentaria desde la externsión universitaria: repensando ‘los’ territorios y la distinción Urbano/Rural a través de la experiencia de la Cátedra Libre de Soberanía Alimentaria (UNLP-Argentina).** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 91-110, 2016.

HOCSMAN, Luis Daniel. **Soberanía alimentaria y conflictividad agraria en Argentina. Movimiento Campesino-Indígena, patrones rurales y gobierno a partir del paro agropecuario del 2008.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 111-127, 2016.

PEREIRA, Lorena Izá. **Soberania alimentar no Paraguai: a atuação do Estado e a luta dos movimentos sociais.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 128-152, 2016.

SALAZAR, Oswaldo Viteri. **Incidencia de los programas agrarios gubernamentales en la cadena de valor del cacao fino y de aroma en Ecuador.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 153-169, 2016.

CATACORA-VARGAS, Georgina; ZONTA, Aymara Llaque; JACOBI, Johanna; BURGOA, Freddy Delgado. **Soberanía alimentaria: reflexiones a partir de diferentes sistemas alimentarios de Santa Cruz, Bolívia.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 170-194, 2016.

SILVA, Lucas Bento da. **Impacto econômico e soberania alimentar e nutricional: um estudo de caso na comunidade negra rural Palenqueira San Juan de Palos Prieto, região do Caribe Colombiano.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 195-213, 2016.

WALLENIUS, Carlos Rodríguez; CONCEIRO BÓRQUEZ, Luciano. **Sin maíz no hay país. Luchas indígenas y campesinas por la soberanía alimentaria y un proyecto de nación en México.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 215-235, 2016.

JÖNSSON, Malin. **De una crisis alimentaria haci una crisis productiva (2008-2015): el caso del maíz en el municipio de Tonatico, estado de México.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 236-275, 2016.

PERÉZ, Flor Edilma Osorio. **“No podemos hablar de paz si tenemos hambre”. Despojo campesino y soberanía alimentaria en Colombia.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 276-296, 2016.

MAGDSICK, Silvia; PIEDRABUENA, Gabriel; CARDOSO, Gabriela. **Hablemos con la boca llena. La soberanía alimentaria desde la comunicación comunitaria** (Relatório de Campo. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 297-314, 2016.

CASTELO, Carlos Estevão Ferreira. **Escritas de ouvido: o manejo “sustentado” de madeira em Xapuri/AC.** Ano 19, n. 33, p. 12-29, 2016.

SANTOS, Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da. **O uso dos recursos naturais do Cerrado para a produção artesanal: um estudo de caso entre os índios Krahô.** Ano 19, n. 33, p. 30-46, 2016.

SANTOS, Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da; ALEXANDRE, Adla Alves; KANIKADAN, Andrea Yumi Sugishita; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula. **Manutenção do sistema agroalimentar em território de conservação ambiental: o caso da APA Planalto do Turvo/Vale do Ribeira/SP.** Ano 19, n.33, p. 47-62, 2016.

SIMÕES, Willian; MOTENEGRO GÓMEZ, Jorge Ramón. **Jovens Faxinalenses no estado do Paraná: a produção das territorialidades em situação de fronteira.** Ano 19, n. 33, p. 63-97, 2016.

HECK, Fernando Mendonça. **Transformações técnicas na avicultura e os sujeitos sociais no território.** Ano 19, n. 33, p. 98-118, 2016.

BALDASSARINI, Jéssica de Sousa; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. **A importância da atividade cafeeira no município de Marília e as novas conjunturas socioeconômicas da atividade em âmbito regional.** Ano 19, n. 33, p. 119-138, 2016.

IORIS, Antonio Augusto Rossotto. **Agribusiness in Brazil: The narrative drives on.** Ano 19, n. 33, p. 139-154, 2016.

SANTOS, Roberto Souza. **A microrregião geográfica de Rondonópolis-MT e sua polarização na economia regional.** Ano 19, n. 33, p. 155-180, 2016.

ALMEIDA, Moisés Diniz de; AMORIM, Franciel Coelho Luz de; PEREIRA, Flávio. **A política de reforma agrária no Vale do São Francisco: semifeudalidade e capitalismo burocrático no campo.** Ano 19, n. 33, p. 181-205, 2016.

MAIA, Carlos Roberto da Silva; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de; BEZERRA, Israel Rodrigues. **Crise energética e agrodiesel: determinações globais da produção capitalista do espaço agrário brasileiro.** Ano 19, n. 33, p.206-233, 2016.

ESTÉVEZ, Pablo Díaz. **Acceso a la tierra, acción colectiva y reforma agraria en el Uruguay.** Ano 19, n. 33, p. 234-254, 2016.

LIMA, Adelson Rocha; GIRARDI, Eduardo Paulon; MANCIO, Daniel; NUNES, Diorgenes da Costa. **Impactos da monocultura de eucalipto sobre a estrutura agrária nas regiões norte e central do Espírito Santo.** Ano 19, n. 34, edição especial, p. 12-36, 2016.

AGUIAR JÚNIOR, Paulo César. **A modernização conservadora como uma vertente da territorialização do capital à norte do Rio Doce no Espírito Santo**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 37-60, 2016.

MOREIRA, Emilia de Rodat Fernandes; DANTAS, José Carlos; DANTAS, Diego dos Santos; NASCIMENTO, André Paulo do; RAGALA, Raisa Maria; TARGINO, Ivan; MOREIRA, Juliana Fernandes; VIANNA, Pedro da Costa Guedes. **A luta por água no estado do Paraíba: contradições e conflitos**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 61-81, 2016.

REIS, Talles Adriano; PELISSARI, Lucas Barbosa. **Concentração fundiária e assentamentos de reforma agrária: uma análise da estrutura agrária de Zona da Mata pernambucana**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 82-106, 2016.

BEZERRA, Lívia Morena Brante. **Cooperação internacional e a disputa do desenvolvimento no Haiti**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 107-118, 2016.

VANESKI FILHO, Ener; LOERA, Nashieli Rangel. **Os brasiguaios sem-terra na reforma agrária**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 119-143, 2016.

TROILO, Gabriel; ARAÚJO, Maria Nalva Rodrigues. **O papel da juventude camponesa na construção de economias de resistência no semiárido nordestino**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 144-156, 2016.

ANDRADE, Jailton Santos; FERNANDES, Sílvia Aparecida de Souza. **A importância da educação contextualizada para o desenvolvimento do semiárido**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 157-175, 2016.

ARAÚJO, Gracieda dos Santos; CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. **Uma análise da dimensão educativa das cooperativas de crédito rural solidário no território do Sisal - Bahia**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 176-202, 2016.

CERONI, Mauricio. **Profundización del capitalismo agrário en el Uruguay: dinámicas en el espacio agrario durante el comienzo del siglo XXI**. Ano 20, n. 35, p.12-40, 2017.

VILLULLA, Juan Manuel. **Los sonidos del silencio. Formas de resistencia de los obreros asalariados en la agricultura pampeana**. Ano 20, n. 35, p.41-64, 2017.

CUNHA, Maria das Graças Campolina; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A modernidade do campo e as transformações das relações hierárquicas**. Ano 20, n. 35, p.65-82, 2017.

REFATI, Daiana Caroline; FABRINI, João Edimilson; MARSCHNER, Walter Roberto. **O trabalho das mulheres nos assentamentos Antônio Companheiro Tavares em São Miguel do Iguçu e Ander Rodolfo Henrique em Diamante do Oeste – Paraná**. Ano 20, n. 35, p.83-107, 2017.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Camponeses e proto-camponeses: os sujeitos da luta pela terra no estado de São Paulo**. Ano 20, n. 35, p.108-132, 2017.

MELO, Thiago da Silva. **A necessidade da reforma agrária na região do Contestado Catarinense**. Ano 20, n. 35, p.133-152, 2017.

MAIA, Rosane Oliveira Martins; RAVENA, Nirvia; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. **Reforma agrária do governo Lula: a regularização fundiária e os assentamentos ilhas do Pará**. Ano 20, n. 35, p.153-173, 2017.

HOYOS, Claudia Janet; D'AGOSTINI, Adriana. **Segurança alimentar e soberania alimentar: convergências e divergências**. Ano 20, n. 35, p.174-198, 2017.

CAMPOS, Margarida Cassia; GALLINARI, Tainara Sussai. **A Educação escolar quilombola e as escolas quilombolas no Brasil**. Ano 20, n. 35, p.199-217, 2017.

OLIVEIRA, André Santos de; FARIAS, Rafael Guimarães; OLALDE, Alicia Ruiz. **Avanços e desafios do programa de assessoria técnica, social e ambiental – ATES em projetos de assentamento no Vale do Jequiriçá – BA**. Ano 20, n. 35, p.218-229, 2017.

CAMARGO, Jéssica Silva Moreira; NAVAS, Rafael. **Programas institucionais de compra da agricultura familiar no município de Ribeirão Grande/SP: uma análise a partir da produção e consumo**. Ano 20, n. 35, p.230-245, 2017.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **Produção ecológica de arroz dos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre: um caso de gestão participativa e geração de conhecimentos**. Ano 20, n. 35, p.246-265, 2017.

SALAZAR, Oswaldo Viteri; RAMOS-MARTÍN, Jesús. **Organizational structure and commercialization of coffee and cocoa in the northern Amazon region of Ecuador**. Ano 20, n. 35, p.266-287, 2017.

CLAUDINO, Guilherme dos Santos. **Pensamentos e tensões nos estudos do rural na pós-graduação em Geografia no Brasil**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 13-35, 2017.

CARDOSO, Messias Alessandro. **Conflitualidade e disputa paradigmática do conceito de mobilidade territorial do trabalho**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 36-57, 2017.

LIZARAZO, Robinzon Piñeros. **Contribuições para a conceitualização da mobilidade territorial do trabalho**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 58-81, 2017.

ROSA, Paulo Roberto. **A exclusão digital como uma estratégia engendrada pelo capital para restringir o desenvolvimento territorial do campesinato**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 82-106, 2017.

PEREIRA, Lorena Izá. **Estrangeirização da terra: (des) construindo uma definição a partir da Geografia**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 107-132, 2017.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Estrangeirização de terras: disputas paradigmáticas e territoriais no PA São Judas (MS)**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 133-158, 2017.

RABELLO, Diógenes. **Agrohidronegócio, campesinato e a disputa pelo território no Pontal do Paranapanema (SP)**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 159-177, 2017.

SILVA, Hellen Carolina Gomes Mesquita da. **Análise da atualidade das ações dos movimentos socioterritoriais camponeses e urbanos no estado de São Paulo: MST e MTST**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 178-195, 2017.

NOGUEIRA, Amauri Tadeu Barbosa. **A categoria renda da terra: da economia política à geografia agrária**. Ano 20, n. 37, p. 13-27, 2017.

FERNANDEZ, Carlos Maximiliano Macias. **Estrategias epistemológicas en la Geografía agraria contemporánea. Tres ejemplos aplicados ala definición de campesinado**. Ano 20, n. 37, p. 28-53, 2017.

NAHUM, João Santos. **Do sítio camponês ao lote de dendê: transformações do espaço rural na Amazônia paraense no século XXI**. Ano 20, n. 37, p. 54-76, 2017.

BRAGA, Luís Carlos; SAQUET, Marcos Aurelio. **Elementos camponeses na agropecuária do município de Marmeleiro (PR)**. Ano 20, n. 37, p. 77-104, 2017.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos de. **Agroecologia por contrato, é possível?** Ano 20, n. 37, p. 105-128, 2017.

NUNES, Patricia Joia. MARJOTTA-MAISTRO, Marta Cristina. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na comercialização de produtos agroecológicos do assentamento “Mario Lago”, Ribeirão Preto/SP**. Ano 20, n. 37, p. 129-153, 2017.

OLIVEIRA, Alexandra Maria de; SAMPAIO, Antônio Jeová Moura. **Escola camponesa: a horta didática em área de reforma agrária**. Ano 20, n. 37, p. 154-168, 2017.

GRIS, Vanessa Gleica Cantú; BERTOLINI, Geysler Rogis Flor; JOHANN, Jerry Adriani. **Cisternas rurais: viabilidade econômica e percepção de agricultores do município de Polatina-PR**. Ano 20, n. 37, p. 169-194, 2017.

MAIA, Ricardo Eduardo de Freitas; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz; CALVI, Miquéias Freitas. **Dilemas do processo de desterritorialização de famílias atingidas por grandes projetos na Volta Grande do Xingu, Pará, Brasil**. Ano 20, n. 37, p. 195-215, 2017.

SANTOS, Joseane dos; LIMA, Sebastião Henrique Santos; SOUZA, Gabriela Coelho de. **Políticas territoriais voltadas aos remanescentes de quilombos em territórios rurais no Rio Grande do Sul: o caso do Quilombo Chácara da Cruz no município de Tapes**. Ano 20, n. 37, p. 216-233, 2017.

BARBETTA, Pablo Nicolás; DOMÍNGUEZ, Diego Ignacio. **Conflictos por la justicia ambiental en la provincia de Chaco: disputas en torno al daño y la sustentabilidad en poblaciones rurales**. Ano 20, n. 37, p. 234-252, 2017.

NEUMANN, Estevão; FAJARDO, Sérgio. **Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turvo-PR: reflexões sobre as contribuições do sindicalismo rural na agricultura familiar**. Ano 20, n. 37, p. 253-277, 2017.

ZAJONZ, Bruna Tadielo; VILWOCK, Ana Paula Schervinski; SILVEIRA, Vicente Celestino Pires. **A fumicultura brasileira e as políticas públicas associadas ao Programa Nacional de Diversificação em áreas cultivadas com tabaco**. Ano 20, n. 37, p. 278-293, 2017.

KROLOW, Ivan Renato Cardoso; PELLEGRINI, André; ALVAREZ, Jimmy Waltr Rasche; KROLOW, Daniela da Rocha Vitoria; TROIAN, Alexandre; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos; REICHERT, José Miguel. **Fenômenos El Niño e La Niña em duas bacias hidrográficas na mesorregião Centro Ocidental Rio-grandense: assentamento Alvorada**. Ano 20, n. 37, p. 294-316, 2017.

BRUNA, Natacha. **Economia política da governação: política econômica de controle, manutenção e reprodução de poder**. Ano 20, n. 38, p. 13-40, 2017.

MANDAMULE, Uacitissa António. **Discursos sobre o regime de propriedade da terra em Moçambique**. Ano 20, n. 38, p. 41-67, 2017.

MOSCA, João. **Agricultura familiar em Moçambique: ideologias e políticas**. Ano 20, n. 38, p. 68-105, 2017.

ABBAS, Máriam. **(In)Segurança alimentar e território em Moçambique: discursos políticos e práticas**. Ano 20, n. 38, p. 106-131, 2017.

LIBOMBO, Sergio Elias; FERRANTE, Vera Lucia Silveira Botta; DUVAL, Henrique Carmona; LORENZO, Helena Carvalho de. **Associações agrícolas e desenvolvimento local em Moçambique: perspectivas e desafios da Associação Livre de Mahubo**. Ano 20, n. 38, p. 132-150, 2017.

CATSOSSA, Lucas Anastácio. **O campo moçambicano no século XXI: dilemas e perspectivas do campesinato frente às grandes corporações do agronegócio**. Ano 20, n. 38, p. 151-178, 2017.

CABRAL, Lidia. **Priests, technicians and traders? the discursive politics of Brazil's agricultural cooperation in Mozambique**. Ano 20, n. 38, p. 179-219, 2017.

NOGUEIRA, Isabela; OLLINHAHO, Ossi; BARUCO, Grasiela; SALUDJIAN, Alexis; PINTO, José Paulo Guedes; BALANCO, Paulo; PINTO, Eduardo Costa; SCHONERWALD, Carlos. **Investimentos e cooperação do Brasil e o padrão de acumulação em Moçambique: reforçando dependência e porosidade?**. Ano 20, n. 38, p. 220-254, 2017.

ZANELLA, Matheus; CASTRO, Carolina Milhorange. **A face internacional de uma disputa de modelos rurais: entendendo a economia política da cooperação brasileira em agricultura com Moçambique**. Ano 20, n. 38, p. 255-279, 2017.

MATOS, Elmer Agostinho Carlos de; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **Exploração mineira em Moçambique: uma análise do quadro legislativo**. Ano 20, n. 38, p. 280-315, 2017.

SOBREIRO FILHO, José. **Instrumentos teóricos para analisar os movimentos socioespaciais e a perspectiva geográfica: conflitualidade, contentious politics, terrains of resistance, socio-spatial positionality e convergence spaces**. Ano 20, n.39, p. 12-38, 2017.

MIZUSAKI, Márcia. **Movimentos indígenas, geografia e marxismo na questão agrária brasileira: quando “novos” personagens entram em cena**. Ano 20, n.39, p. 39-59, 2017.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Os Guarani e Kaiowá e suas lutas pelo tekoha: os acampamentos de retomadas e a conquista do teko porã (bem viver)**. Ano 20, n.39, p. 60-85, 2017.

TORRES, Fernanda. **Estado y movimientos sociales: disputas territoriales e identitarias. La Organización Barrial Tupac Amaru – Jujuy-Argentina**. Ano 20, n.39, p. 86-106, 2017.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Resistências do MST frente ao avanço do processo de estrangeirização de terras por meio da LDC em Rio Brilhante (MS)**. Ano 20, n.39, p. 107-132, 2017.

MELO, Danilo Souza. **A luta pela terra em Mato Grosso do Sul: o MST e o protagonismo da luta na atualidade**. Ano 20, n.39, p. 133-160, 2017.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini; PEREIRA, Lorena Izá. **Questão agrária, luta pela terra e movimentos socioterritoriais no Brasil e Paraguai**. Ano 20, n.39, p. 161-185, 2017.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **A relação dos movimentos socioterritoriais camponeses com a Universidade por meio do PRONERA: diálogos e tensionamentos**. Ano 20, n.39, p. 186-210, 2017.

SANT'ANNA, Letícia Moreira. **Rolezinhos: movimentos socioespaciais do cotidiano**. Ano 20, n.39, p. 211-230, 2017.

BOSETTI, Cleber José. **Martelos nas cercas: ainda temos uma questão agrária?** Ano 20, n. 40, p. 11-38, 2017.

BRITO, Flávia Lorena; PERIPOLLI, Odimar João. **Origem e desenvolvimento do capitalismo no campo: uma discussão para além dos números.** Ano 20, n. 40, p.39-60, 2017.

PERPETUA, Guilherme Marini; KROGER, Markus; THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Estratégias de territorialização das corporações agroextrativistas na América Latina: o caso da indústria de celulose no Brasil.** Ano 20, n. 40, p. 61-87, 2017.

PEREIRA, Lorena Izá. **Aquisição de terras por estrangeiros no Brasil: uma análise através do debate paradigmático.** Ano 20, n. 40, p. 88-110, 2017.

ONTIVEROS, Letizia Odeth Silva. **La movilización contra el despojo de minera San Xavier: veinte años de lucha en Cerro de San Pedro, México.** Ano 20, n. 40, p. 111-137, 2017.

AVILA, Agustin; ROMERO, Leon Enrique Avila. **Las nuevas Zonas Económicas Especiales en México: despojo agrario y resistencia campesina.** Ano 20, n. 40, p. 138-162, 2017.

ARLINDO, Marco Aurélio da Silva; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Luta pela terra em Mirandópolis (SP): trajetória do Acampamento Nova Esperança.** Ano 20, n. 40, p. 163-180, 2017.

DESMARAIS, Annette Aurélie; QUALMAN, Darrin; MAGNAN, André; WIEBE, Nettie. **¿Propiedad agrícola para los inversionistas o las inversiones sociales? La transformación de la propiedad de la tierra en Saskatchewan, Canadá.** Ano 20, n. 40, p. 181-205, 2017.

ROSSI, Rafael; VARGAS, Icléia Albuquerque de. **Ideologia e educação: a crítica do Programa Agrarinho.** Ano 20, n. 40, p. 206-224, 2017.

CAVALCANTI, Natália Thaynã Farias; MARJOTTA-MAISTRO, Marta Cristina. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): uma avaliação por regiões brasileiras no período de 2011-2014.** Ano 20, n. 40, p. 225-245, 2017.

SILVA, Christian Nunes da; SOUSA, Hugo Pinon de; VILHENA, Thiago Maciel; LIMA, Joanderson Barra; SILVA, João Márcio Palheta da. **Modo de vida e territorialidades de pescadores da comunidade Cajueiro em Mosqueiro (Belém-Amazônia-Brasil).** Ano 20, n. 40, p. 246-272, 2017.

KANAKIDAN, Andrea Yumi Sugishita; SILVA, Rafael José Navas da. **O desenvolvimento como liberdade na comunidade quilombola do Carrasco no município de Arapiraca (AL).** Ano 20, n. 40, p. 273-293, 2017.

CATTELAN, Renata; MORAES, Marcelo Lopes. **MST e ideologia: a teoria e a prática no assentamento Celso Furtado em Quedas do Iguaçu/PR.** Ano 21, n. 41, p. 12-38, 2018.

SANTOS, Cristina Sturmer dos; KRAJEVSKY, Luis Claudio. **Assentamentos rurais e as modificações econômicas no município de Rio Bonito do Iguaçu.** Ano 21, n. 41, p. 39-61, 2018.

MERA, Claudia Maria Prudêncio de; SOARES, Denisa; SPECHT, Suzimary; BLUME, Roni. **Da serra/roça para o território campo/lavoura: transformações socioeconômicas e culturais de reassentados rurais atingidos por barragens.** Ano 21, n. 41, p. 62-84, 2018.

GASPARI, Luciane Cristina de; KHATOUNIAN, Carlos Armênio; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. **O papel da agricultura entre as famílias pluriativas assentadas em região**

metropolitana: o caso do assentamento Milton Santos em Americana e Cosmópolis/SP. Ano 21, n. 41, p. 85-101, 2018.

ROMA, Cláudia Marques; GUIMARÃES, Raul Borges. **Agroindústria canavieira, pilhagem territorial e rumos do desenvolvimento na região da Nova Alta Paulista.** Ano 21, n. 41, p. 102-119, 2018.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O trabalho no campo: questões do passado e dilemas para o futuro.** Ano 21, n. 41, p. 120-137, 2018.

GULLA, Joaquín Cardeillac; LEZICA, Lorena Rodríguez. **Exclusión en la inclusión por descalificación: análisis de la situación de las asalariadas rurales en Uruguay.** Ano 21, n. 41, p. 138-164, 2018.

SILVA, Rafael José Navas da; GARAVELLO, Maria Elisa Paula Eduardo. **Projetos agroecológicos em comunidade quilombola: análise a partir do território.** Ano 21, n. 41, p. 165-191, 2018.

LIMA, Lucas Gama; SANTOS, Flavio dos. **No semiárido de Alagoas, a resistência germina na terra: a luta territorial em defesa das sementes crioulas.** Ano 21, n. 41, p. 192-217, 2018.

COSTA, Heliadora Georgete Pereira da; LOMBA, Roni Mayer. **A licenciatura em educação do campo no estado do Amapá: desafios e perspectivas atuais.** Ano 21, n. 41, p. 218-235, 2018.

ARAGÓN, Luís Eduardo. **A dimensão internacional da Amazônia: um aporte para sua interpretação.** Ano 21, n. 42, p. 14-33, 2018.

NUNES, Francivaldo Alves. **Inventando um novo saber estatal sobre a natureza amazônica no século XXI.** Ano 21, n. 42, p. 34-50, 2018.

BRITO, Rosane; CASTRO, E. **Desenvolvimento e conflitos na Amazônia: um olhar sobre a colonialidade do processo em curso na BR-163.** Ano 21, n. 42, p. 51-73, 2018.

IORIS, Antonio Augusto Rossotto. **Interrogating the advance of agribusiness in the Amazon: production, rend and politics.** Ano 21, n. 42, p. 74-97, 2018.

STAEVIE, P. M. **Um balanço das discussões sobre os impactos do agronegócio sobre a Amazônia brasileira.** Ano 21, n. 42, p. 98-112, 2018.

GOMES, Dérick Lima; CRUZ, Benedito Ely Valente; CALVI, Miquéias; REIS, Cristiano Cardoso. **Expansão do agronegócio e conflitos socioambientais na Amazônia marajoara.** Ano 21, n. 42, p. 135-161., 2018.

FEARNSIDE, Phillip Martin. **Belo Monte: atores e argumentos na luta sobre a barragem amazônica mais controversa do Brasil.** Ano 21, n. 42, p. 162-185, 2018.

SILVA, Cristiano Nunes; LIMA, Ricardo Angelo Pereira; MARINHI, Wicka Nazaré. **Desestruturção territorial na atividade pesqueira: a instalação de usinas hidrelétricas na bacia do Araguari (Ferreira Gomes – Amazônia – Brasil).** Ano 21, n. 42, p. 186-201, 2018.

RODRIGUES, Jodinson Cardoso. **O Arco Norte e as políticas públicas portuárias para o oeste do estado do Pará (Itaituba e Rurópolis): apresentação, debate e articulações.** Ano 21, n. 42, p. 202-228, 2018.

TOZI, Shirley Capela; MASCARENHAS, Abraão Levi; PÓLEN, Ricardo Reis. **Água, conflitos e política ambiental na Amazônia Legal brasileira**. Ano 21, n.42, p. 229-256, 2018.

RODRIGUES, Jovenildo Cardoso; SOBREIRO FILHO, J.; OLIVEIRA NETO, Adolfo Costa. **O rural e o urbano na Amazônia Metropolitana: reflexões a partir de Ananindeua, Pará**. Ano 21, n. 43, p. 257-281, 2018.

HERRERA, José Antônio; SANTOS, Fernanda Oliveira; CAVALCANTE, Maria Madalena de Aguiar. **Permanência na Comunidade Ciclo do Bananal em Vitória do Xingú, Pará: um estudo a partir do lugar**. Ano 21, n. 43, p. 282-308, 2018.

KOHLHEP, G. **O Programa Piloto Internacional de Proteção das Florestas Tropicais no Brasil (1993-2008): as primeiras estratégias da política ambiental e desenvolvimento regional para a Amazônia brasileira**. Ano 21, n. 42, p. 309-331, 2018.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; THÉRY, Hervé. **Amadurecimento das experiências de desenvolvimento sustentável: transformações recentes na APA Igarapé Gelado – PA**. Ano 21, n. 43, p. 332-353, 2018.

PALHETA, João Márcio; OLIVEIRA NETO, Adolfo Costa. **Por uma outra territorialização na Amazônia paraense**. Ano 21, n. 43, p. 354-372, 2018.

SOBREIRO FILHO, José; MANAÇAS, Ulisses. **Questão Agrária, o massacre de Pau D'Arco e violência na Amazônia: uma entrevista com Ulisses Manaças**. Ano 21, n. 43, p. 376-396, 2018.

LEITE, Acácio Zuninga. **Análise da concentração fundiária no Brasil: desafios e limites do uso do Índice de Gini**. Ano 21, n. 44, p. 10-28, 2018.

MELO, Danilo Souza; BRAZ, Adalto Moreira. **A questão agrária brasileira: uma proposta de representação da estrutura fundiária**. Ano 21, n. 44, p. 29-53, 2018.

KARAS, Tiago Satim; JOHNSON, Guillermo Alfredo. **Formação socioespacial das políticas estatais de crédito rural em Mato Grosso do Sul**. Ano 21, n. 44, p. 54-78, 2018.

OLIVEIRA, Adriano Rodrigues de; FERREIRA, Lara Cristine Gomes; GARVEY, Brian. **A ocupação do Cerrado goiano pelo agronegócio canavieiro**. Ano 21, n. 44, p. 79-100, 2018.

ADOUE, Sílvia Beatriz. **De incêndios e especialização produtiva. Sobre o agronegócio florestal exportador no Chile**. Ano 21, n. 44, p. 101-126, 2018.

ARIZA, Julian Andres; GAZZANO, Maria Inés. **Lucha de jóvenes por tierra en Uruguay: de lo microsocioal a la constitución de sujetos**. Ano 21, n. 44, p. 127-152, 2018.

MOREIRA, Dorcelina Aparecida. **Das 'escolinhas de favores' à 'escola de direito': a educação no/do campo no município de Goiás**. Ano 21, n. 44, p. 153-176, 2018.

COBOS, Jeidei Yasmin Galeano. **Resenha: Regimes alimentares e questões agrárias**. Ano 21, n. 44, p. 177-184, 2018.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; VIEIRA, Noemia Ramos; ARAÚJO, Djacira Maria de Oliveira. **Residência Agrária: uma proposta pedagógica e metodológica**. Ano 21, n. 45, edição especial p. 12-31.

BOGO, Maria Nalva de Araújo. **Terra e educação em disputa: um estudo das ações educacionais da Fibria/Veracel papel e celulose no extremo sul da Bahia**. Ano 21, n. 45, edição especial, p. 32-49, 2018.

LIMA, Eloíza Aparecida Cerino; FERNANDES, Sílvia Aparecida de Souza. **Educação do Campo como projeto de desenvolvimento e de vida para o campo**. Ano 21, n. 45, edição especial, p. 50-71, 2018.

AZÊREDO, Rauni Fernandes; CRISTOFOLLI, Pedro Ivan. **Estratégias de acumulação de capital do cooperativismo agrário paranaense: o caso da Coamo Agroindustrial Cooperativa**. Ano 21, n. 45, edição especial, p. 72-93, 2018.

MATHEUS, Fernanda Aparecida; FELICIANO, Carlos Alberto. **Ciência, terra e poder: uso e apropriação das terras públicas no Sudoeste Paulista**. Ano 21, n. 45, edição especial, p. 94-121, 2018.

MEDINA-NARANJO; Julian; ALMEIDA, Ana Lúcia Jesus. **Brasil e Colômbia: desenvolvimento, saúde e práticas espaciais**. Ano 21, n. 45, edição especial, p. 122-146, 2018.

GABOARDI, Shaiane Carla; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; RAMOS, Lucinéia Maria. **Perfil do uso de agrotóxicos no Sudoeste do Paraná (2011-2016)**. v. 22, n. 46, p. 13-40, jan.-abr. 2019.

GABOARDI, Shaiane Carla; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; RAMOS, Lucinéia Maria. **An outline of the use of agrochemicals in southwestern Paraná (2011-2016)**. v. 22, n. 46, p. 41-67, jan.-abr. 2019.

NORDER, Luiz Antonio; LOBO, Natália Santos. **A percepção dos profissionais de educação sobre o impacto dos agrotóxicos em escolas rurais no estado do Mato Grosso**. v. 22, n. 46, p. 68-84, jan.-abr. 2019.

GOES, Denilson Manfrin; CAMPOS, Margarida de Cássia. **Uso de agrotóxicos e produção agroecológica: percepção de estudantes secundaristas de uma escola do campo**. v. 22, n. 46, p. 85-105, jan.-abr. 2019.

OLIVEIRA, Mara Edilara Batista de. **As escalas geográficas de poder como formas de subordinação e insubordinação na luta pela Educação do Campo no Brasil**. v. 22, n. 46, p. 106-132, jan.-abr. 2019.

CRUZ, Abigail Bruna da; AZEVEDO, Sandra de Castro de. **Geografia escolar e escola no campo: investigações sobre a educação geográfica numa escola rural com currículo urbano**. v. 22, n. 46, p. 133-155, jan.-abr. 2019.

VIEIRA, Thiago Wentzel de Melo. **"A volta dos que não foram": camponês e/ou agricultor familiar? Reflexões teórico-conceituais e a pertinência do campesinato**. v. 22, n. 46, p. 156-174, jan.-abr. 2019.

VIEIRA, Thiago Wentzel de Melo. **"The return of those who never went": Peasant and / or family farmer? Theoretical-conceptual reflections and the pertinence of the peasantry**. v. 22, n. 46, p. 175-191, jan.-abr. 2019.

KLUCK, Erick Gabriel Jones. **Posseiros no médio São Francisco: planejamento estatal e mobilidade do trabalho**. v. 22, n. 46, p. 192-213, jan.-abr. 2019.

KLUCK, Erick Gabriel Jones. *Posseiros in the middle São Francisco: state planning and labor mobility*. v. 22, n. 46, p. 214-233, jan.-abr. 2019.

SANTOS, Thiago Araujo. **Dilemas políticos para o semiárido brasileiro: um breve panorama até crise do lulismo**. v. 22, n. 46, p. 234-258, jan.-abr. 2019.

OLIVEIRA, Douglas Menezes de. **A centralidade da disputa pela terra na questão agrária brasileira.** v. 22, n. 46, p. 259-281, jan.-abr. 2019.

NASCIMENTO JÚNIOR, Lindberg; DUARTE, Douglas Ambiel Barros Gil. **Alterações ambientais no estado do Paraná: um enfoque geográfico sobre a dinâmica fluviométrica e as transformações no campo.** v. 22, n. 46, p. 282-308, jan.-abr. 2019.

SILVA, Hulda Rocha e; CELENTANO, Danielle; ROUSSEAU, Guillaume. **Sistemas agroflorestais como estratégia para a restauração do passivo ambiental de assentamentos rurais da Amazônia maranhense.** v. 22, n. 46, p. 309-315, nota, jan.-abr. 2019.

PEREIRA, Lorena Izá. **MATOPIBA: dos ajustes espaciais do agronegócio ao território de esperança do campesinato.** V. 22, n. 47, p. 09-21, dossiê MATOPIBA, 2019.

SOUZA, Glaycon Vinícios Antunes de; PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. **MATOPIBA: a Inteligência Territorial Estratégica (ITE) e a regionalização como ferramenta.** V. 22, n. 47, p. 22-45, dossiê MATOPIBA, 2019.

BEZERA, Juscelino Eudâmidas; GONZAGA, Cíntia Lima. **O discurso regional do Matopiba no poder legislativo federal: práticas e políticas.** V. 22, n. 47, p. 46-63, dossiê MATOPIBA, 2019.

REIS, Simony Lopes da Silva; PERTILE, Noeli. **O MATOPIBA: a modernidade e a colonialidade do desenvolvimento agrícola brasileiro.** V. 22, n. 47, p. 64-86, dossiê MATOPIBA, 2019.

BOECHAT, Cássio Arruda; PITTA, Fábio Teixeira; TOLEDO, Carlos de Almeida. **“Pioneiros” do MATOPIBA: a corrida por terras e a corrida por teses sobre a fronteira agrícola.** V. 22, n. 47, p. 87-122, Dossiê MATOPIBA, 2019.

FREDERICO, Samuel; ALMEIDA, Marina Castro de. **Capital financeiro, *land grabbing* e a multiescalaridade na grilagem de terra na região do MATOPIBA.** V. 22, n. 47, p. 123-147, dossiê MATOPIBA, 2019.

PEREIRA, Lorena Izá; PAULI, Lucas. **MATOPIBA: controle do território e expansão da fronteira da estrangeirização da terra.** V. 22, n. 47, p. 148-172, dossiê MATOPIBA, 2019.

FERNANDES, Bernardo Mançano; FREDERICO, Samuel; PEREIRA, Lorena Izá. **Acumulação pela renda terra e disputas territoriais na fronteira agrícola brasileira.** V. 22, n. 47, p. 173-201, Dossiê MATOPIBA, 2019.

SPADOTTO, Bruno Rezende; COGUETO, Jaqueline Vigo. **Avanço do agronegócio nos cerrados do Piauí: horizontalidades e verticalidades na relação entre o ambientalismo dos pobres e o controle de terras pelo capital financeiro.** V. 22, n. 47, p. 202-229, dossiê MATOPIBA, 2019.

FELICIANO, Carlos Alberto; ROCHA, Carlos Eduardo Ribeiro. **Tocantins no contexto do MATOPIBA: Territorialização do agronegócio e intensificação dos conflitos territoriais.** V. 22, n. 47, p. 230-247, dossiê MATOPIBA, 2019.

ALMEIDA, Juscinaldo Goes; SODRÉ, Ronaldo Barros; MATTOS JUNIOR, José Sampaio de. **O MATOPIBA nas Chapadas Maranhenses: Impactos da Expansão do Agronegócio na Microrregião de Chapadinha.** V. 22, n. 47, p. 248-271, Dossiê MATOPIBA, 2019.

CASTRO, Raifran Abidimar de. **Resistências camponesas maranhenses às estratégias de dominação e territorialização empresariais.** V. 22, n. 47, p. 272-295, dossiê MATOPIBA, 2019.

MONDARDO, Marcos Leandro; AZEVEDO, José Roberto Nunes de. **MATOPIBA: do domínio da terra e abuso da água aos territórios de resistências das populações tradicionais.** V. 22, n. 47, p. 296-320, dossiê MATOPIBA, 2019.

SILVA, Andréa Leme da; SOUZA, Cláudia de; ELOY, Ludivine; PASSOS, Carlos José de Sousa. **Políticas ambientais seletivas e expansão da fronteira agrícola no Cerrado: impactos sobre as comunidades locais numa Unidade de Conservação no oeste da Bahia.** V. 22, n. 47, p. 321-347, Dossiê MATOPIBA, 2019.

FAVARETO, Arilson; NAKAGAWA, Louise; KLEEB, Suzana; SEIFER, Paulo; PÓ, Marcos. **Há mais pobreza e desigualdade do que bem estar e riqueza nos municípios do Matopiba.** V. 22, n. 47, p. 348-381, Dossiê MATOPIBA, 2019.

CATSOSSA, Lucas Atanásio. **ProSAVANA em Moçambique e MATOPIBA no Brasil: a base para a compreensão da geopolítica da questão.** V. 22, n. 47, p. 382-412, dossiê MATOPIBA, 2019.

VIEIRA, Francisca Pereira; NÓBREGA, Mariana Conceição Leal; ASSUMPÇÃO E LIMA, Débora. **Dona Francisca: entre cabaças, caminhos de lutas e sementes de resistência.** Relatos de campo, v. 22, n. 47, p. 413-433, Dossiê MATOPIBA, 2019.

FOLMER, Ivanio; MEURER, Ane Carine. **A territorialização do MST a partir da Educação do Campo nos assentamentos Fazenda Annoni e Bela Vista.** V. 22, n. 48, p. 14-37, Dossiê Território em Movimento, 2019.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **O território como categoria da Educação do Campo: no campo da construção/destruição e disputas/conflitos de territórios/territorialidades.** V. 22, n. 48, p. 38-57, 2019.

MONTEBLANCO, Felipe Leindecker; CORDEIRO, Márcio Pereira. **Os assentamentos da reforma agrária e os meandros da formação de uma bacia leiteira no município de Santana do Livramento (Campanha Gaúcha/RS).** V. 22, n. 48, p. 58-84, Dossiê Território em Movimento, 2019.

PEDON, Nelson Rodrigo; CORRÊA, Rubens Arantes. **Escola e currículo: um ensaio sobre territórios em disputa.** V. 22, n. 48, p.85-97, Dossiê Território em Movimento, 2019.

ALVES, Flamarion Dutra. **Territorialização dos assentamentos rurais: da conquista da terra à construção de uma identidade.** V. 22, n. 48, p.98-113, Dossiê Território em Movimento, 2019.

CHELOTTI, Marcelo Cervo; CARVALHO, Isabele de Oliveira. **A Formação do Licenciando Participante do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência/PIBID Interdisciplinar Educação do Campo.** V. 22, n. 48, p. 114-136, Dossiê Território em Movimento, 2019.

SULZBACHER, A, W. **Perspectivas das categorias Território e Campo na análise geográfica.** V. 22, n. 48, p. 137-153, Dossiê Território em Movimento, 2019.

ZIMMERMANN, Angelita.; MEURER, Ane Carine. **Educação do Campo: o egresso da Pedagogia da Alternância no Noroeste do RS.** V. 22, n. 48, p. 154-173, Dossiê Território em Movimento, 2019.

DAMBRÓS, Cristiane. **Contexto histórico e institucional na demarcação de terras indígenas no Brasil**. V. 22, n. 48, p. 174-189, Dossiê Território em Movimento, 2019.

TERRA, Ademir. **A pertinência do conceito de território para análise de assentamentos rurais**. V. 22, n. 48, p. 190-205, Dossiê Território em Movimento, 2019.

HETTWER, Henrique Rudolfo. **O neoliberalismo no espaço educacional brasileiro – uma análise geopolítica**. V. 22, n. 48, p. 206-223, Dossiê Território em Movimento, 2019.

CASTRO, Cloves Alexandre. **Geografias das lutas por direitos no distrito do Grajaú-SP: o caso do movimento social “Nós da Sul”**. V. 22, n. 49, p. 15-30, 2019.

KUBOYAMA, Rey; CUNHA, FÁBIO CÉSAR ALVES. **“A escola é nossa!”: territorialidades do movimento estudantil nas ocupações das escolas de Londrina (PR) em 2016**. V. 22, n. 49, p. 31-58, 2019.

COUTINHO, Elenice Aparecida; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho. **A mobilidade cotidiana campo-cidade nas sociedades rurais em Cajuri e Coimbra/MG**. V. 22, n. 49, p. 59-82, 2019.

LUIZ, Luana Fernanda; NARDOQUE, Sedeval. **Programa Nacional de Crédito Fundiário em Três Lagoas/MS: desdobramentos e entraves para a recriação do campesinato**. V. 22, n. 49, p. 83-110, 2019.

MERCADANTE, Patrícia Tozzo de Matos; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Reforma agrária e transição agroecológica: experiências de sustentabilidade no assentamento 20 de Março em Três Lagoas/MS**. V. 22, n. 49, p. 111-139, 2019.

HORA, Karla Emmanuela Ribeiro; MAURO, Rogério Antônio; CALALA, Manoel. **Desafios para o parcelamento dos assentamentos de reforma agrária sob a perspectiva ambiental a partir da experiência do MST em Goiás**. V. 22, n. 49, p. 140-167, 2019.

SILVA, Paulus Vinicius; GRZEBIELUCKAS, Cleci. SANTOS, Josiane Silva Costa dos Santos. **Benefícios e Entraves do Programa Aquisição Alimentos - PAA Diamantino-MT**. V. 22, n. 49, p.168-188, 2019.

VIANA, Camila Eduarda; TRICHES, Rozane Marcia; CRUZ, Fabiana Thomé da. **Que qualidades para quais mercados? O caso do queijo colonial da microrregião de Capanema, Paraná**. V. 22, n. 49, p. 189-210, 2019.

SANTOS, Flávio Reis; SILVA, Magda Valéria. **Produção agrícola familiar no Brasil: experiências materializadas em três mesorregiões do estado de Goiás**. V. 22, n. 49, p. 211-243, 2019.

SOUSA, Rafael Benevides de. **Campesinização e resistências ao agronegócio do dendê no nordeste paraense**. V. 22, n. 49, p. 244-270, 2019.

LIMA, Maria Messias Ferreira. **Agricultura familiar camponesa no semiárido cearense: o desenvolvimento rural desigual e combinado como corolário da expansão capitalista no campo**. V. 22, n. 49, p. 270-296, 2019.

DOMINGUEZ, Diego Ignacio. **Cartografía de la agroecología y las disputas territoriales en Argentina**. V. 22, n. 49, p. 297-313, 2019.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini; COCA, Estevan Leopoldo deFreitas; PEREIRA, Lorena Izá; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Tendências dos estudos sobre questão agrária a partir das publicações da Revista NERA**. V. 22, n. 50, p. 08-20, 2019.

CLAUDINO, Guilherme dos Santos; SPOSITO, Eliseu Savério. **Terra e Geografia**. V. 22, n. 50, p. 21-39, 2019.

SILVA, Jesiel Souza. **Breve revisitação ao conceito de campesinato**. V. 22, n. 50, p. 40-63, 2019.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **O paradigma originário da educação do campo e a disputa de territórios materiais/imateriais com o agronegócio**. V. 22, n. 50, p. 64-90, 2019.

SOBREIRO FILHO, José; CARDOSO, Messias Alessandro; VALÉRIO, Valmir José de Oliveira. **Os gigantes dos pés de barro da reforma agrária no Brasil: análise crítica dos Planos Nacionais de Reforma Agrária I e II por meio do debate paradigmático**. V. 22, n. 50, p. 91-115, 2019.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Questão agrária, conflitos e violência no campo brasileiro**. V. 22, n. 50, p. 116-134, 2019.

ZENETTI, Fábio Luiz. **Cooperativismo e disputas territoriais no Paraná: o caso da Cocamar e da Corol**. V. 22, n. 50, p. 135-151, 2019.

MARICHAL, Walter Oreggioni; PAREJA, Matías Carámbula. **¿Otro consumo es posible? La experiencia de grupos de consumidores y su vínculo con los productores agroecológicos en Uruguay**. V. 22, n. 50, p. 152-172, 2019.

Ó LOIOLA, Valéria do; SILVA, Tânia Paula. **As táticas sustentáveis para um melhor gerenciamento do território no município de Cáceres-MT**. V. 22, n. 50, p. 173-192, 2019.

LOPES, Cláudio Ribeiro; MIRANDA, Napoleão. **O Geoparque Bodoquena-Pantanal (MS) reificação da natureza ou proposta de preservação ambientalista?** V. 22, n. 50, p. 193-207, 2019.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Land grabbing for agro-extractivism in the second neoliberal phase in Brazil**. V. 22, n. 50, p. 208-238, 2019.

FREDERICO, Samuel. **From subsistence to financial asset: the appropriation of the Brazilian Cerrado lands as a resource**. V. 22, n. 50, p. 239-260, 2019.

NASCIMENTO, Rodrigo Cavalcanti; FREDERICO, Samuel; SAWELJEW, Yuri. **Financial capital and land control: new rentiers on the Brazilian agricultural frontier**. V. 22, n. 50, p. 261-286, 2019.

GOETTER, Jones Dari; MOTA, Juliana Graziéli Bueno. **Gentes|terras: o ouvir mútuo das geografias indígenas**. V. 23, n. 54, p. 9-34, 2020.

LUNA, Diana Itzu Gutiérrez. **Geografías de muerte versus tejidos territoriales de vida: otros modos de elaboración política (México)**. V. 23, n. 54, p. 35-58, 2020.

VELÁSQUEZ, Yanga Villagómez. **Acerca de la poscolonialidad y el desarrollo como paradigma de transformación social en América Latina**. V. 23, n. 54, p. 59-89, 2020.

ROCHA, Otávio Gomes. **Territorialidades indígenas no México e a experiência do povo maseual de Cuetzalan (Puebla): diálogos e contribuições para as lutas indígenas no Brasil**. V. 23, n. 54, p. 90-114, 2020.

GUERRA, Emerson Ferreira; ARRUZZO, Roberta Carvalho. **Geografia e povos indígenas: um panorama da produção brasileira contemporânea**. V. 23, n. 54, p. 115-136, 2020.

SANTOS, Gilberto Vieira; THOMAZ JÚNIOR, Antônio. **O movimento indígena contemporâneo e a Geografia**. V. 23, n. 54, p. 137-162, 2020.

LIRA, Keyte Ferreira; ROSSETTO, Onélia Carmen. **Territorialidade indígena: trajetórias para implantação de uma nova aldeia no Parque Indígena do Xingu (PIX) – Mato Grosso – Brasil**. V. 23, n.54, p. 163-185, 2020.

SILVA, Beatriz Barbosa; GONÇALVES, Cláudio Ubiratan; SANTOS JÚNIOR, Avelar Araújo; PINTO, Luana Elis Oliveira. **Limolaygo Toype: as assembleias indígenas e a construção da identidade territorial dos Xukuru do Ororubá**. V. 23, n. 54, p. 186-211, 2020.

PASSOS, Delaíde Silva; BELATTI, Gabriela Solidário de Souza. **Desenvolvimento e territórios indígenas na Amazônia brasileira no período ditatorial**. V.23, n. 54, p. 212-232, 2020.

GOMIDE, Maria Lúcia Cereda; AIKANÃ, Carlos. **Terras indígenas em áreas de transição cerrado-amazônia em Rondônia: o caso da T. I. Tubarão Latunde**. V. 23, n. 54, p. 233-259, 2020.

ALMEIDA, Elson Pereira; VIDAL, Maria Rita. **O uso de elementos de etnomapeamento no ensino de geografia em terras indígenas**. V. 23, n. 54, p. 259-283, 2020.

SILVA, Cássio Alexandre. **A natureza de um território no sertão do norte de Minas Gerais: a ação territorial dos Xakriabá**. V. 23, n. 54, p. 284-302, 2020.

GOETTER, Jones Dari; MOTA, Juliana Graziéli Bueno. **Por caminhos e andanças indígenas (a geobricolagem como trilha)**. V. 23, n. 54, p. 303-329, 2020.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini; COCA, Estevan Leopoldo de Freitas; PEREIRA, Lorena Izá. **Da centralidade da questão agrária à atualidade da luta pela terra e reforma agrária no Brasil**. V. 23, n. 55, p. 09-20, set.-dez., 2020.

SILVA, Raimundo Pires; LORENZO, Helena Carvalho de. **Questão agrária: uma discussão necessária**. V. 23, n. 55, p. 21-37, set.-dez., 2020.

BACCARIN, José Giacomo; OLIVERA, Jonatan Alexandre; MARDEGAN, Gláucia Elisa. **Monocultura e concentração da terra: efeitos da expansão da cana-de-açúcar na estrutura fundiária do Estado de São Paulo, Brasil**. V. 23, n. 55, p. 38-62, set.-dez., 2020.

ALMEIDA, Suenia Cibeli Ramos. **O legado da concentração de terra no Brasil e seus efeitos sobre a soberania alimentar: o caso da produção de sementes crioulas do MPA**. V. 23, n. 55, p. 63-90, set.-dez., 2020.

SILVA, Lucas Bento da; MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **Estrutura agrária e a dinâmica da disputa territorial no Quilombo Cafundó –SP – Brasil**. V. 23, n. 55, p. 91-110, set.-dez., 2020.

CARVALHO, Ana Maria de; SIQUEIRA, José do Carmo Alves. **Violências reais e simbólicas nos conflitos agrários brasileiros e a atuação estatal**. V. 23, n. 55, p. 111-137 set.-dez., 2020.

CATTELAN, Renata; MORAES, Marcelo Lopes de; ROSSONI, Roger Alexandre. **A reforma agrária nos ciclos políticos do Brasil (1995-2019)**. V. 23, n. 55, p. 138-164, set.- dez., 2020.

MOREIRA, Fabiano Greter. **As relações produtivas nos assentamentos rurais do município de Nova Andradina/MS**. V. 23, n. 55, p. 165-190, set.-dez., 2020.

MARCHETTI, Fábio Frattini; SANTOS, João Dagoberto dos; MARQUES, Paulo Eduardo Morizzi. **Dinâmicas socioeconômicas de famílias assentadas e suas relações com a agrobiodiversidade em áreas de reforma agrária.** V. 23, n. 55, p. 191-207, set.-dez., 2020.

JUSTO, Marcelo. **Agroecologia e agricultura urbana na cidade de São Paulo: movimentos socioespaciais e socioterritoriais.** V. 23, n. 55, p. 218-242, set.-dez., 2020.

JUSTO, Marcelo Gomes. **Agroecology and urban agriculture in the city of São Paulo: sociospatial and socio-territorial movements.** V. 23, n. 55, p. 218-241, set.-dez., 2020.

KONZGEN, Queli Rejane da Silva; MANTELLI, Jussara. **As estratégias de reprodução social e econômica da agricultura familiar: um estudo sobre as perspectivas de permanência e continuidade do grupo agroecológico do Remanso – Canguçu/RS.** V. 23, n. 55, p. 243-268, set.-dez., 2020.

BERNINI, Carina Inserra. **Políticas ambientais como caminho para o acesso à terra: uma estratégia eficaz para a territorialidade de comunidades tradicionais?** V. 23, n. 55, p. 269-293, set.-dez., 2020.

TROILO, Gabriel; ARAÚJO, Maria Nalva Rodrigues. **A educação em agroecologia e as disputas de classe no ensino superior: estudo de caso de formações pioneiras instituídas em universidades públicas brasileiras.** V. 23, n. 55, p. 294-321, set.-dez., 2020.

PEREIRA, Higor; LOBATO, Sidney. **Educação para “lavrar a liberdade”: trabalho, sindicalismo rural e educação popular em Afuá-PA (1989-1994).** V. 23, n. 55, p. 322-342, set.-dez., 2020.

SANTOS, Thiago Araujo; NEVES, Joser Ceyton; MELO, Aliucha de. **Notas para uma crítica geográfica das ideologias: a modernidade truncada e a vertigem do progresso no município de Três Lagoas-MS.** V. 23, n. 55, p. 343-361, set.-dez., 2020.

PEREIRA, Lorena Izá. **Do global ao local: as singularidades do controle do território no Paraguai.** V. 23, n. 55, p. 362-382, set.-dez., 2020.

GALVÁN, Gabriel Horacio; RIBEIRO, Dinalva Donizete. **Impactos da cultura da soja no êxodo rural na Argentina (1990 – 2017).** V. 23, n. 55, p. 383-401, set.-dez., 2020.

RECLUS, Eliseé. **Ao meu irmão, o camponês.** Traduzido por Sergio Aparecido Nabarro, v. 23, n. 55, p. 402-408, set.-dez., 2020.

VALE, Ana Rute do. **A questão de gênero na Geografia Agrária: Entrevista com Rosa Ester Rossini.** V. 23, n. 55, p. 409-426, set.-dez., 2020.

SILVA, Allan Rodrigo de Campos. **Resenha: Pandemia e agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência, de Rob Wallace.** V. 23, n. 55, p. 427-431, set.-dez., 2020.

PEREIRA, Lorena Izá; COCA, Estevan Leopoldo de Freitas; ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **O “passar a boiada” na questão agrária brasileira em tempos de pandemia.** V. 24, n. 56, p. 08-23, jan.-abr., 2021.

MARÇAL, Alessandro Silva; MARÇAL, Cláudia Cristina Lima; ROCHA, Gilberto de Miranda. **Os múltiplos territórios dos pescadores tradicionais do litoral amazônico brasileiro: da invisibilidade à negligência.** V. 24, n. 56, p. 24-50, jan.-abr., 2021.

ALMEIDA, Miriam Cléa; MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. **Território e memórias do trabalho: a produção agrícola nas margens do rio de Contas no Distrito de Suçuarana – Tanhaçu – Bahia.** V. 24, n. 56, p. 51-71, jan.-abr., 2021.

CERQUEIRA, Maria Clara Salim. **As contradições do patrimônio cultural e natural na luta pelo território dos apanhadores de flores sempre-vivas**. V. 24, n. 56, p. 72-92, jan.-abr., 2021.

SANTOS, Cássia Betânia Rodrigues. **Evidências de um crime: o fechamento da Escola Municipal Boa Esperança**. V. 24, n. 56, p. 93-112, jan.-abr., 2021.

FEITOSA, Osmiriz Lima; OLIVEIRA, Selma Suely Baçal de. **A lógica da reforma agrária na Amazônia brasileira: uma política pública para atender ao capital**. V. 24, n. 56, p. 113-138, jan.-abr., 2021.

GONÇALVES, Elienai Constantino. **Zoneamento Territorial para a Cana-de-açúcar no estado de São Paulo (ZTC): Uma proposta crítica ao Zoneamento Agroambiental para o Setor Sucrialcooleiro (ZAA)**. V. 24, n. 56, p. 139-161, jan.-abr., 2021.

NASCIMENTO, Monalisa Lustosa; LEITE, Alexandre Cesar Cunha. **Acaparamiento e controle de terras: a presença chinesa em terras brasileiras e argentinas**. V. 24, n. 56, p. 162-186, jan.-abr., 2021.

GUEDES BICA, Emiliano. **Organizaciones de la producción familiar y políticas públicas en el marco del desarrollo del capitalismo agrario en Uruguay**. V. 24, n. 56, p. 187-212, jan.-abr., 2021.

MATHEUS, Fernanda Aparecida. **Resenha: A atualidade da reforma agrária na América Latina e Caribe**. V. 24, n. 56, p. 213-218, jan.-abr., 2021.